

RELATÓRIO FINAL DO 32º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Rio de Janeiro/RJ, 4 a 9 de março de 2013

Tema Central: Sindicato Nacional na luta pelo projeto de educação pública e condições de trabalho

SUMÁRIO

PARTICIPANTES	004
ATAS	
Plenária de Abertura	015
Plenária de Instalação	018
- Cronograma e Pauta do 32º CONGRESSO	020
- Regimento do 32º CONGRESSO	021
TEMA 1 - Movimento Docente e Conjuntura	030
TEMA 2 - Centralidade da Luta	032
TEMA 3 - Políticas Sociais – Política Educacional, Gerais e Direitos e Organização dos Trabalhadores	034
TEMA 4 - Questões Organizativas e Financeiras	046
TEMA 5 - Plano Geral de lutas – Geral, Educação, Direitos e Organização dos Trabalhadores	072
TEMA 6 – Plano de lutas – Setores	084
Plenária de Encerramento	099
- Carta do Rio de Janeiro	101
- Moções	103
RESOLUÇÕES	
TEMA 2 – Centralidade da Luta	121
TEMA 3 - Políticas Sociais – Política Educacional, Gerais e Direitos e Organização dos Trabalhadores	122
- Política de Gênero, Etnia e Classe	122
- Política de Ciência e Tecnologia, Agrária, Ambiental e Urbana	122
- INASES – Agência Reguladora da Educação	122
- Política de Comunicação	122
- Participação do ANDES-SN no FNDC é um desafio na democratização na mídia no Brasil	123
- Campanha de Denúncia da Injustiça Tributária no Brasil	124
- Aposentados e inclusão no ambiente acadêmico	124
- Por uma política de bem-estar animal nas Instituições de Ensino Superior	124
TEMA 4 – Questões Organizativas e Financeiras	
- Alterações no Estatuto do ANDES-SN	125
- Homologações: novas seções sindicais e alterações regimentais	126
- Filiação das associações docentes ao ANDES-Sindicato Nacional	128
- Financiamento de delegados e observadores nos congressos do ANDES-SN	128

- Manutenção do apoio financeiro à Auditoria Cidadã da Dívida	129
- Manutenção do Apoio financeiro à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)	129
- Fundo de Único: Fundo Nacional de solidariedade, mobilização e greve do ANDES-SN	129
- Sede do 33º CONGRESSO do ANDES-SN	132
- Desconto consignado no SIAPE	132
- Mudança de nomes de grupos de trabalho - GT	132
- Organização dos grupos de trabalho do ANDES-SN	132
- Inscrições nos Grupos de Trabalho do ANDES-SN	132
- Prestação de contas do 57º CONAD	136
TEMA 5 – Plano de lutas – Geral, Educação, Direitos e organização dos trabalhadores	
- Espaço de Unidade de Ação	138
- Comissão da Verdade do ANDES-SN	139
- Avaliação da CSP-Conlutas	139
- Gênero, Etnia e Classe	140
- Ciência e Tecnologia, Agrária, Ambiental e Urbana	141
- Educação	143
- Plano Nacional de Educação - PNE	143
- Projeto de Lei do Senado nº 518/2009	143
- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC	143
- As comunitárias não atendem os interesses da educação pública	143
- Seminário Estado e Educação	144
- Por um encontro nacional sindical, estudantil e de movimentos sociais em prol da educação pública	144
- Privatização e precarização do espaço público universitário	145
- INSAES	145
- Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria	145
- Plano Geral de Comunicação do ANDES-SN	146
TEMA 5 – Plano de lutas – Setores	
- Plano de Lutas do Setor das IPES	147
- Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES	147
- Plano de Lutas do Setor das IFES	150
RATEIO DO 32º CONGRESSO	160
CADERNO DE TEXTOS	164
ANEXO AO CADERNO DE TEXTOS	313
TEXTOS APRESENTADOS NA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO	417

RELAÇÃO DOS DELEGADOS AO 32º CONGRESSO

Nº	NOME	SEÇÃO SINDICAL	SETOR ¹
1	Rubia Liz Vogt de Oliveira	SSind na UFRGS	F
2	Rosilea Clara Werner	SINDUEPG	E
3	João Stefaniak	SINDUEPG	E
4	Elmo Swoboda	APROFURG	F
5	Marlene Teda Pelzer	APROFURG	F
6	Ubiratã Soares Jacobi	APROFURG	F
7	Luís Fernando Minasi	APROFURG	F
8	João Paulo Sales	ADUFPI	F
9	Marta Maria Azevedo Queiroz	ADUFPI	F
10	Edna Maria Magalhães do Nascimento	ADUFPI	F
11	Lila Cristina Xavier Luz	ADUFPI	F
12	Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes	ADUFPI	F
13	Magnus Martins Pinheiro	ADUFPI	F
14	Marttem Costa de Santana	ADUFPI	F
15	Douglas Morais Bezerra	ADUFPI	F
16	Sinevaldo Gonçalves de Moura	ADUFPI	F
17	Gonzalo Adrian Rojas	ADUFCG	F
18	Luciano Mendonça	ADUFCG	F
19	Amauri Fragoso	ADUFCG	F
20	José Bezerra	ADUFCG	F
21	José Irelânio	ADUFCG	F
22	Antônio Lisboa	ADUFCG	F
23	André Martins	ADUFCG	F
24	Mauro Titton	SSind na UFSC	F
25	Adriana D'Agostini	SSind na UFSC	F
26	Ricardo Lara	SSind na UFSC	F
27	Bartira Grandi	SSind na UFSC	F
28	César Augusto Minto	ADUSP	E
27	Andrés Vercik	ADUSP	E
30	Arsenio Sales Peres	ADUSP	E
31	Caio Gracco Pinheiro Dias	ADUSP	E
32	Ciro Teixeira Correia	ADUSP	E
33	César Antunes Freitas	ADUSP	E
34	Elisabetta Santoro	ADUSP	E
35	João Zanetic	ADUSP	E
36	Kimi Tomizaki	ADUSP	E
37	Lighia Matsushigue	ADUSP	E
38	Rosângela Sarteschi	ADUSP	E
39	Sérgio Souto	ADUSP	E
40	Ebnezer Maurílio Nogueira da Silva	ADUnB	F
41	Liliane Maria Macedo Machado	ADUnB	F
42	Simone Aparecida Lisniowski	ADUnB	F
43	Cristina Azra Barrenechea	ADUnB	F
44	Adriana de Fátima Barbosa Araújo	ADUnB	F
45	Rodrigo de Souza Dantas M. Pinto	ADUnB	F
46	Valdenízia Bento Peixoto	ADUnB	F

¹ E – Estadual; F – Federal – M – Municipal

47	Virgílio Caixeta Arraes	ADUnB	F
48	Patrícia Cristina Pinheiro de Almeida	ADUnB	F
49	Edson Oyama	SESDUF-RR	F
50	Roberto Câmara	SESDUF-RR	F
51	Ana Lúcia de Sousa	SESDUF-RR	F
52	Fernando Sérgio Damasceno	SESDUF-RR	F
53	Vera Lúcia Jacob Chaves	ADUFPA	F
54	Rosimê Meguins	ADUFPA	F
55	Valena Jacob Mesquita	ADUFPA	F
56	Fátima Moreira	ADUFPA	F
57	Joselene Mota	ADUFPA	F
58	Cleide Sizo	ADUFPA	F
59	Andrea Solimões	ADUFPA	F
60	Ivan Neves	ADUFPA	F
61	Elias Sacramento	ADUFPA	F
62	Gilson Costa	ADUFPA	F
63	Carlos Vitório de Oliveira	ADUSC	E
64	Noélia Silva Oliveira	ADUSC	E
65	Tiago Nicola Lavoura	ADUSC	E
66	Marcelo da Silva Lins	ADUSC	E
67	Guilherme L. Abelha Mota	ASDUERJ	E
68	Bruno R. Deusdará Rodrigues	ASDUERJ	E
69	José Carlos Xavier da Silva	ASDUERJ	E
70	Juliana Fiúza Cislighi	ASDUERJ	E
71	Maria de Fátima L. B. de Paiva Almeida	ASDUERJ	E
72	Maria Luíza Testa Tambellini	ASDUERJ	E
73	Luitgarde O. Cavalcanti Barros	ASDUERJ	E
74	João Pedro Dias Vieira	ASDUERJ	E
75	Cleier Marconsin	ASDUERJ	E
76	José Vitório Zago	ADUNICAMP	E
77	Paulo César Centoducatte	ADUNICAMP	E
78	Maria Cecília Cardoso Benatti	ADUNICAMP	E
79	Rafael Wagner dos Santos Costa	SINDUFAP	F
80	Érika Pinto de Azevedo	SINDUFAP	F
81	Daniel Santiago Chaves	SINDUFAP	F
82	Jailton de Jesus Costa	ADUFS	F
83	Maria Aparecida Silva Ribeiro	ADUFS	F
84	Elyson Adan Nunes de Carvalho	ADUFS	F
85	Oneize Amoras de Araújo	ADUFS	F
86	Augusto César Vieira dos Santos	ADUFS	F
87	Sônia Meire S. Azevedo de Jesus	ADUFS	F
88	Saulo Henrique Souza Silva	ADUFS	F
89	Jussara Maria Moreno Jacintho	ADUFS	F
90	Airton Paula Souza	ADUFS	F
91	Aurelino José Ferreira Filho	ADUFU	F
92	Aparecida Monteiro de França	ADUFU	F
93	Marina Ferreira de Souza Antunes	ADUFU	F
94	Antônio Cláudio Moreira Costa	ADUFU	F
95	Maria Simone Ferraz Pereira	ADUFU	F
96	Olenir Maria Mendes	ADUFU	F
97	Paulo César Peres de Andrade	ADUFU	F
98	Jorgetânia da Silva Ferreira	ADUFU	F
99	Carlos Humberto de Oliveira	ADUFU	F

100	Wellington de Oliveira	SINDFAFEID	F
101	Áthila Rocha Trindade	SINDFAFEID	F
102	Angelina do Carmo Lessa	SINDFAFEID	F
103	José Carlos de Freitas	APUG	M
104	Paulo Henrique Costa Mattos	APUG	M
105	Joel Moisés Silva Pinho	APUG	M
106	Emerson Ferreira de Almeida	SINDIUVA	E
107	José Belisário Neto	ADUA	F
108	Ana Cristina Fernandes Martins	ADUA	F
109	Elciclei Faria dos Santos	ADUA	F
110	Elizandra Garcia da Silva	ADUA	F
111	Francisco Jacob Paiva da Silva	ADUA	F
112	Rafael Bellan Rodrigues de Souza	ADUA	F
113	Adailton da Silva	ADUA	F
114	Antônio Francisco Cruz Arapiraca	SINDCEFET-MG	F
115	Susana Maria Zatti Lima	SINDCEFET-MG	F
116	Reginaldo Braga de Souza	SINDCEFET-MG	F
117	Antônio Cezar Chaves	SINDCEFET-MG	F
118	Trícia Zapula Rodrigues	SINDCEFET-MG	F
119	João Francisco de Almeida Vitor	SINDCEFET-MG	F
120	Diana Diniz	APRUMA	F
121	Sirliane de Souza Paiva	APRUMA	F
122	Marly Dias	APRUMA	F
123	Cláudia Alves Durans	APRUMA	F
124	Vilemar Gomes da Silva	APRUMA	F
125	Flaubert Torquato	ADFURRN/ADUERN	E
126	Zezineto Mendes de Oliveira	ADFURRN/ADUERN	E
127	Lemuel Rodrigues da Silva	ADFURRN/ADUERN	E
128	Antônio Gautier Farias Falconieri	ADFURRN/ADUERN	E
129	Josenildo Oliveira de Moraes	ADFURRN/ADUERN	E
130	Eric Fernandes de Mello Araújo	ADUFLA	F
131	José Tarcísio Lima	ADUFLA	F
132	Amanda Castro Oliveira	ADUFLA	F
133	David Pinheiro Júnior	ADUFOP	F
134	Joaquim Batista de Toledo	ADUFOP	F
135	Ednéia Alves de Oliveira	ADUFOP	F
136	Luis Allan Kunzle	APUFPR	F
137	Afonso Takao Murata	APUFPR	F
138	Andrea Maria Fedeger	APUFPR	F
139	Astrid Baecker Avila	APUFPR	F
140	Cláudio Antonio Tonegutti	APUFPR	F
141	Rogério Miranda Gomes	APUFPR	F
142	Paulo de Oliveira Perna	APUFPR	F
143	José Ricardo Vargas de Faria	APUFPR	F
144	Melissa Rodrigues de Almeida	APUFPR	F
145	Vilson Aparecido da Mata	APUFPR	F
146	Adriana Hessel Dalagassa	APUFPR	F
147	Ricardo Prestes Pazello	APUFPR	F
148	Clarisse Toscano Araújo Gurgel	ADUNI-RIO	F
149	Elisabeth Orletti	ADUNI-RIO	F
150	Viviane Becker Narvaes	ADUNI-RIO	F
151	Jadir Anunciação de Brito	ADUNI-RIO	F
152	Carla Silvana Daniel Sartor	ADUNI-RIO	F

153	Paula Bonfim Guimarães Cabral	ADUNI-RIO	F
154	Enedina Soares	ADUNI-RIO	F
155	Jones Dari Goettert	ADUFDOURADOS	F
156	Etienne Biasotto	ADUFDOURADOS	F
157	Paulo Custódio de Oliveira	ADUFDOURADOS	F
158	Sandra Ferrari	SESDUEM	E
159	Wilson Brum Trindade Junior	ADUEMS	E
160	Roseli Rocha	ADUEMS	E
161	Emerson Canato Vieira	ADUEMS	E
162	Paulo Souza da Silva	ADUEMS	E
163	Mauro Luis Iasi	ADUFRJ	F
164	Maria Mello de Malta	ADUFRJ	F
165	Maria Cristina Miranda da Silva	ADUFRJ	F
166	Sara Granemann	ADUFRJ	F
167	José Miguel Bendrao Saldanha	ADUFRJ	F
168	Roberto Leher	ADUFRJ	F
169	Maria de Fátima Siliansky Andreazzi	ADUFRJ	F
170	Cláudio Rezende Ribeiro	ADUFRJ	F
171	Luciano Rodrigues de Souza Coutinho	ADUFRJ	F
172	Vera Maria Martins Salim	ADUFRJ	F
173	Claudia Lino Piccinini	ADUFRJ	F
174	Salatiel Menezes dos Santos	ADUFRJ	F
175	Eduardo Gonçalves Serra	ADUFRJ	F
176	Neri Mauch	ADUFPEL	F
177	Claudete Botelho Coelho	ADUFPEL	F
178	Daniela Hoffmann	ADUFPEL	F
179	Celeste Pereira	ADUFPEL	F
180	Júlio César Emboava Spanó	ADUFPEL	F
181	Henrique Andrade Furtado de Mendonça	ADUFPEL	F
182	David Romão Teixeira	APUR	F
183	Antonio Eduardo Alves de Oliveira	APUR	F
184	Leonardo Rafael Santos Leitão	SINDUFFS	F
185	José Luis Simões	ADUFEPE	F
186	José Audísio Costa	ADUFEPE	F
187	Gilberto Cunha de Souza Filho	ADUFEPE	F
188	Jarbas Souza	ADUFEPE	F
189	Francisco Jaime Bezerra Mendonça	ADUFEPE	F
190	Carlos Alberto P. M. Galdino	ADUFEPE	F
191	Julianna Ferreira C. de Albuquerque	ADUFEPE	F
192	Natália Conceição Silva Barros	ADUFEPE	F
193	Joaquim Sérgio de Lima Neto	ADUFEPE	F
194	Guilherme Costa Varela	ADUFEPE	F
195	Eronivaldo Fernando Dantas Pimentel	ADUFEPE	F
196	Márcia Cristina Fontes Almeida	ASPUV	F
197	Kleos Magalhães Lenz César Junior	ASPUV	F
198	Renata Rena Rodrigues	ASPUV	F
199	Geraldo Adriano Emery Pereira	ASPUV	F
200	Cezar Luiz de Mari	ASPUV	F
201	José Maria	ASPUV	F
202	José Maria Alves da Silva	ASPUV	F
203	Mônica Ribeiro Pirozi	ASPUV	F
204	Mahrius Altoé Baldotto	ASPUV	F
205	Paulo César de Souza Ignácio	APESJF	F

206	Dileno Dustan	APESJF	F
207	Amanda Chaves Pinheiro	APESJF	F
208	Clarice Cassab	APESJF	F
209	Zuleyce Maria Lessa Pacheco	APESJF	F
210	Custódio Gouvêa Lopes da Motta	APESJF	F
211	Maria Lúcia Leopoldo	APESJF	F
212	Marcos Vinícius Leite	APESJF	F
213	Marcela Carvalho Martins Amaral	ADUFERSA	F
214	Antônio Luís de Andrade	ADUNESP	E
215	Débora Cristina Goulart	ADUNESP	E
216	Ricardo de Figueiredo Lucena	ADUFPB	F
217	Amaro Calheiros Pedrosa	ADUFPB	F
218	Arturo Gouveia de Araújo	ADUFPB	F
219	Autá de Sousa Costa	ADUFPB	F
220	Francileide de Araújo Rodrigues	ADUFPB	F
221	Francisca Alexandre de Lima	ADUFPB	F
222	José Antonio da Silva	ADUFPB	F
223	José Ricardo da Silva	ADUFPB	F
224	Marisete Fernandes de Lima	ADUFPB	F
225	Pablo Daniel Andrada	ADUFPB	F
226	Terezinha Diniz	ADUFPB	F
227	Elda Maria Freire	SINDUECE	E
228	Epitácio Macário Moura	SINDUECE	E
229	José Alex Soares Santos	SINDUECE	E
230	Raquel Dias Araújo	SINDUECE	E
231	Maria das Graças Ciríaco	ADCESP	E
232	Paulo Jales	ADCESP	E
233	Lina Santana	ADCESP	E
234	Bernadete Gomes Mian	ADUFES	F
235	Raphael Góes Furtado	ADUFES	F
236	Allan Kardec de Lima	ADUFES	F
237	Odilea Dessaune de Almeida	ADUFES	F
238	Cláudio Simões Salim	ADUFES	F
239	Valter Pires Pereira	ADUFES	F
240	Francisco Mauri de Carvalho Freitas	ADUFES	F
241	Maria Daniela Corrêa de Macedo	ADUFES	F
242	Cenira Andrade de Oliveira	ADUFES	F
243	Rafael Vieira Teixeira	ADUFES	F
244	Robson Felipe Viegas da Silva	ADUFMAT	F
245	Tomás de Aquino S. Boaventura	ADUFMAT	F
246	Eliel Ferreira da Silva	ADUFMAT	F
247	Irenilda Ângela dos Santos	ADUFMAT	F
248	Roberto Boaventura da Silva Sá	ADUFMAT	F
249	Waldir Bertulio	ADUFMAT	F
250	José Ricardo de Souza	ADUFMAT	F
251	Alexandre Paulo Machado	ADUFMAT	F
252	Luis Augusto Vieira	Sindicalizado da ADUFG	F
253	Fernando César Paulino Pereira	ADCAC	F
254	Luciano da Silva Alonso	ADUR-RJ	F
255	Andrey Cordeiro Ferreira	ADUR-RJ	F
256	Graciela Bonassa Garcia	ADUR-RJ	F
257	Heitor Fernandes Mothé Filho	ADUR-RJ	F
258	José dos Santos Souza	ADUR-RJ	F

259	Luis Mauro Sampaio Magalhães	ADUR-RJ	F
260	Marco Antônio Perruso	ADUR-RJ	F
261	Wellington Augusto da Silva	ADUR-RJ	F
262	Ivo Pereira de Queiroz	SINDUTF-PR	F
263	Jazomar Vieira da Rocha	SINDUTF-PR	F
264	Marcos Antonio Baldessar	SINDUTF-PR	F
265	Oscar Régis Júnior	SINDUTF-PR	F
266	Fabiano Ostapiv	SINDUTF-PR	F
267	Cláudio Takeo Ueno	SINDUTF-PR	F
268	Maria Luiza Domingues	SINDUTF-PR	F
269	Washington da Costa	ADCEFET-RJ	F
270	Leonardo de Bem Lignani	ADCEFET-RJ	F
271	Daniel Micha	ADCEFET-RJ	F
272	José Nunes da Silva	ADUFERPE	F
273	Jaqueline Bianque de Oliveira	ADUFERPE	F
274	Levy Paes Barreto	ADUFERPE	F
275	Hélio Cabral Lima	ADUFERPE	F
276	Cauê de Almeida	ADUFERPE	F
277	Dea Tenório Araújo	ADUFERPE	F
278	Nilson Pereira de Carvalho	ADUFERPE	F
279	Jerônimo Tybusch	SEDUFMS	F
280	Getulio Silva Lemos	SEDUFMS	F
281	Abel Paneral Lopes	SEDUFMS	F
282	Marcelo Pustilnik de Almeida Vieira	SEDUFMS	F
283	Luiz Carlos da Rosa	SEDUFMS	F
284	Suze Gomes Scalcon	SEDUFMS	F
285	Humberto Gabbi Zanatta	SEDUFMS	F
286	Isabela Fadu de Oliveira	Sindicalizada da APUB	F
287	Lana Bleicher	Sindicalizada da APUB	F
288	Nair Casagrande	Sindicalizada da APUB	F
289	Sandra Maria M. Siqueira	Sindicalizada da APUB	F
290	Vírginia Junqueira	ADUNIFESP	F
291	Marian Ávila de Lima	ADUNIFESP	F
292	Denílson Soares Cordeiro	ADUNIFESP	F
293	Antonio Mihara	ADUNIFESP	F
294	Júlio César Zorzenon Costa	ADUNIFESP	F
295	Raul Bonne Hernandez	ADUNIFESP	F
296	Denny William da Silva	ADUNICENTRO	E
297	Hélvio Alexandre Mariano	ADUNICENTRO	E
298	Marcos Aurélio Machado Fernandes	ADUNICENTRO	E
299	Valceres Vieira Rocha e Silva	ADFUNREI	F
300	Marco Antônio Escher	ADFUNREI	F
301	Maria Rita Rocha do Carmo	ADFUNREI	F
302	Sandra Boari Silva Rocha	ADFUNREI	F
303	Ivana Vasconcelos Latosinski	ADFUNREI	F
304	Pablo Luiz Martins	ADFUNREI	F
305	Moisés Silveira Lobão	ADUFAC	F
306	Danilo Citro	SINDUEAP	E
307	Raimundo Wanderley Padilha	SINDUFPA-MAR	F
308	Rigler da Costa Aragão	SINDUFPA-MAR	F
309	Zózina Maria Rocha de Almeida	ADUNEB	E
310	Crispiniano Carneiro de Oliveira	ADUNEB	E
311	Daniela Batista Santos	ADUNEB	E

312	Ivan Costa Quaresma	ADUNEB	E
313	Joselito Brito de Almeida	ADUNEB	E
314	Lílian de Souza Santos Ruas	ADUNEB	E
315	Maria do Socorro Soares Ferreira	ADUNEB	E
316	Sinóleia Silva Pessoa	ADUNEB	E
317	Eblin Joseph Farage	ADUFF	F
318	Claudia March Frota de Souza	ADUFF	F
319	Verônica Silva Fernandez	ADUFF	F
320	Juarez Torres Duayer	ADUFF	F
321	Felipe Brito	ADUFF	F
322	José Raphael Bokehi	ADUFF	F
323	Douglas Guimarães Leite	ADUFF	F
324	Francine Helfreich Coutinho dos Santos	ADUFF	F
325	Sônia Lucio Rodrigues de Lima	ADUFF	F
326	Edson Teixeira da Silva Junior	ADUFF	F
327	Wanderson Fábio de Melo	ADUFF	F
328	Sônia Barroso B. Soares	ADUFF	F
329	Edney Rocha	ADCAJ	F
330	Zuleide Fernandes Queiroz	SINDURCA	E
331	Elandia Ferreira Duarte	SINDURCA	E
332	Antonio Rodrigues Belon	ADLESTE	F
333	Benedito Gomes dos Santos	ADUFRA	F
334	Marcos Antônio Tavares Soares	ADUSB	E
335	Soraya Mendes Adorno	ADUSB	E
336	Jorge Barros	ADUSB	E
337	Jorge Costa do Nascimento	ADUSB	E
338	Alexandre Galvão Carvalho	ADUSB	E
339	Vinicius Correia Santos	ADUSB	E
340	João Diógenes Ferreira dos Santos	ADUSB	E
341	Emmanuel Oguri	ADUFS-BA	E
342	Elson Moura	ADUFS-BA	E
343	Maslowa Freitas	ADUFS-BA	E
344	Jucelho Dantas	ADUFS-BA	E
345	Gracinete Bastos	ADUFS-BA	E
346	Antonio Rosevaldo da Silva	ADUFS-BA	E
347	Paulo Riela	ADUFS-BA	E
348	Antônio Passos Lima Filho	ADUFAL	F
349	Laurinete Rodrigues da Silva	SINDUERR	E
350	José Fernando Souto Júnior	SINDUNIVASF	F
351	Márcia Medeiros de Araújo	SINDUNIVASF	F
352	Raúl Ernesto López Palacio	SESDUENF	E
353	Glauco Tostes	SESDUENF	E
354	Luis Passoni	SESDUENF	E
355	Antônio de Pádua Bosi	ADUNIOESTE	E
356	Luiz Fernando Reis	ADUNIOESTE	E

RELAÇÃO DOS OBSERVADORES AO 32º CONGRESSO

Nº	NOME	SEÇÃO SINDICAL	SETOR
1	Francisco das Chagas de O. Cardoso	ADUFPI	F
2	José Alexis B. leite	ADUFPI	F
3	Osmar Gomes de A. Júnior	ADUFPI	F
4	Marcelo Grilo	ADUFCCG	F
5	Thiago Romeu	ADUFCCG	F
6	Susana Padrão	ASDUERJ	E
7	Arley José Silveira da Costa	SINDUFAP	F
8	Brenda Perpétua Pereira da Mota	SINDUFAP	F
9	Jean Cláudio Santos Fonseca	SINDUFAP	F
10	Sandra Bernadete da Silva Moreira	ADUFPA	F
11	Jorge Moraes Costa	ADUFPA	F
12	Sílvia Regina Paes	SINDFAFEID	F
13	Rivânia Lúcia Moura de Assis	ADFURRN/ADUERN	F
14	André Pietsch Lima	APUFPR	F
15	Celina Lacerda Ferreira	APUFPR	F
16	Francisco Paulo Cipolla	APUFPR	F
17	Márcia Costa Itiberê da Cunha	APUFPR	F
18	Marília Ferreira Pinto Murata	APUFPR	F
19	Camila Maria dos Santos Moraes	ADUNI-RIO	F
20	Janaina Bilate Martins	ADUNI-RIO	F
21	Luciana Boiteux de Figueiredo Rodrigues	ADUFRJ	F
22	Romildo Vieira Bomfim	ADUFRJ	F
23	Gumerinda Nascimento Gonda	ADUFRJ	F
24	Rogéria Moreira de Ipanema	ADUFRJ	F
25	José Antônio Martins Simões	ADUFRJ	F
26	Renata Lucia Baptista Flores	ADUFRJ	F
27	Aléxis Nicolas Saludjian	ADUFRJ	F
28	Cleusa Santos	ADUFRJ	F
29	Lenise Lima Fernandes	ADUFRJ	F
30	Cezar Henrique Miranda Coelho Maranhão	ADUFRJ	F
31	Maria Coelho Araripe de Paula Gomes	ADUFRJ	F
32	Rosa Maria Corrêa das Neves	ADUFRJ	F
33	Luis Eduardo Acosta Acosta	ADUFRJ	F
34	José Henrique Sanglard	ADUFRJ	F
35	Rogério Lustosa Bastos	ADUFRJ	F
36	Elídio Alexandre Borges Marques	ADUFRJ	F
37	Mariana Trotta Dallalana Quintans	ADUFRJ	F
38	Vanessa Oliveira Batista	ADUFRJ	F
39	Regina Helena Simões Barbosa	ADUFRJ	F
40	Janete Luzia Leite	ADUFRJ	F
41	Victor Manuel Ramos	ADUFRJ	F
42	Alejandra Postorini Corleto	ADUFRJ	F
43	Vera Lúcia Nunes de Oliveira	ADUFRJ	F
44	Sandra Martins de Souza	ADUFRJ	F
45	Gláucia Lelis Alves	ADUFRJ	F
46	Agatha Justen Gonçalves Ribeiro	ADUFRJ	F
47	Victor Neves de Souza	ADUFRJ	F
48	Regina Pugliese	ADUFRJ	F
49	Celi Palácios	ADUFRJ	F
50	Marilane Abreu Santos	ADUFRJ	F

51	Beany Guimarães Monteiro	ADUFRJ	F
52	Maria Auxiliadora Santa Cruz Coelho	ADUFRJ	F
53	Letícia Carvalho da Silva	ADUFRJ	F
54	Patrícia March de Souza	ADUFRJ	F
55	Marcos Botelho	ADUFRJ	F
56	Daniel de Augustins Silva	ADUFRJ	F
57	Luis Aureliano	ADUFRJ	F
58	Cassandra Marina da Silveira Pontes	ADUFRJ	F
59	Eliane Martins	ADUFRJ	F
60	Cláudia Ribeiro Pfeiffer	ADUFRJ	F
61	Gerson Luiz Marinho	ADUFRJ	F
62	Eduardo Coutinho	ADUFRJ	F
63	Gustavo Repetti	ADUFRJ	F
64	Luiz Alberto Coureiro	ADUFRJ	F
65	Danielle Müller de Andrade	ADUFPEL	F
66	José Amaro Santos da Silva	ADUFEPE	F
67	Rejane Dias da Silva	ADUFEPE	F
68	Lílian Estrela Borges Baldotto	ASPUV	F
69	Aloizio Soares Ferreira	ASPUV	F
70	José Pessoa Cruz	ADUFPB	F
71	Simoni Castro Pontes	ADUFPB	F
72	Alexandre Pinto Mendes	ADUR-RJ	F
73	Ana Cristina S. dos Santos	ADUR-RJ	F
74	Rosane Ferreira de Oliveira	ADUR-RJ	F
75	Silvia Aparecida Martin	ADUR-RJ	F
76	Virgínia Maria Thuler	ADUR-RJ	F
77	Marcília Barcellos	ADCEFET-RJ	F
78	Ricardo Alexandre de Aguiar Amar	ADCEFET-RJ	F
79	Alberto Lima	ADCEFET-RJ	F
80	Olímpia da Conceição N. de Souza	ADUFERPE	F
81	Laurileide Barbosa da Silva	ADUFERPE	F
82	Jadson Augusto de Almeida	ADUFERPE	F
83	Antonio Marcos Alves de Oliveira	ADUFERPE	F
84	Nilson Felix da Silva	ADUFERPE	F
85	Cícero Monteiro	ADUFERPE	F
86	Maria Beatriz Bolzan de M. Carnielutti	SEDUFMS	F
87	Ester Wayne Nogueira	SEDUFMS	F
88	Maria Sigmar Coutinho Passos	ADUNEB	E
89	Liliam Aquino Meireles dos Santos	ADUNEB	E
90	Tadeu Belo dos Santos	ADUNEB	E
91	Elza Dely Veloso Macedo	ADUFF	F
92	Dora Henrique da Costa	ADUFF	F
93	Cristina Pinheiro Mendonça	ADUFF	F
94	Marcelo Badaró Mattos	ADUFF	F
95	Haidée Rodrigues	ADUFF	F
96	Lenita Barreto Lorena Claro	ADUFF	F
97	Suenya Santos da Cruz	ADUFF	F
98	Bruno F. Teixeira	ADUFF	F
99	Cláudio Roberto Marques Gurgel	ADUFF	F
100	Gelta Terezinha Ramos Xavier	ADUFF	F
101	Lorene Figueiredo de Oliveira	ADUFF	F
102	Wanise Cabral Silva	ADUFF	F
103	Francisco Carlos Cardoso	ADUSB	F

104	Cledson Ponce	ADUFS-BA	E
105	Balmukund Patel	ADUFS-BA	E
106	Márcio Gomes Barboza	ADUFAL	F
107	Ailton Silva Galvão	ADUFAL	F
108	Cicero Adriano Vieira dos Santos	ADUFAL	F
109	Joelma de Oliveira Albuquerque	ADUFAL	F
110	Osvaldo Batista Acioly Maciel	ADUFAL	F
111	Tiago Leandro da Cruz Neto	ADUFAL	F

CONVIDADOS AO 32º CONGRESSO

01	Dalva Marisa Rivas Brum	Secretaria Regional Sul	
02	Geraldo Pereira Barbosa	Secretaria Regional Sul	
03	João Guilherme de Souza Corrêa	Secretaria Regional Sul	

ATAS

ATA DA PLENÁRIA DE ABERTURA DO 32º CONGRESSO DO ANDES-SN

Às onze horas do dia quatro de março do ano de dois mil e treze, no Auditório Roxinho, do Centro Cultural - Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) do campus Universidade Federal do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, teve início a plenária de abertura do 32º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional com uma saudação apresentada pelo cerimonial composto pela professora Cleusa Santos (ADUFRJ) e pelo professor João Negrão (ANDES-SN), na qual recepcionaram os presentes e apresentaram os desafios do 32º Congresso. Em seguida, compuseram a mesa com os membros da direção do ANDES-SN - Marinalva Silva de Oliveira (presidente), Marina Barbosa Pinto (1ª secretária), Fausto de Camargo Júnior (1º tesoureiro) e Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa (2ª vice-presidente da Regional Rio de Janeiro). Na sequência, foram chamados os representantes das entidades: DCE/UFRJ – Tadeu; ANEL – Clara Saraiva; MTST – Robson; SEPERJ Adriano; SINASEFE – Fabiano; Fasubra – Pedro Rosa; CSP-Conlutas – José Maria; ADUFRJ – Mauro Ia-se, Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde – Maria Inês Braga, Conselho de Serviço Social - Juliana. A Professora Cleusa passou a palavra à professora Marinalva, que fez uma saudação inicial a todos os congressista e em seguida passou a palavra ao representante do DCE-UFRJ, que destacou que este Congresso é vitorioso, pois se realiza após uma greve vitoriosa, que pôs em xeque a política do governo e a verdadeira face destas políticas para a educação do país. Fez um chamado à continuidade da unidade do setor da educação na luta. Em seguida, a representante da ANEL, ao se dirigir à plenária, agradeceu os ensinamentos da greve das federais, destacou a crise econômica internacional e as lutas nos diversos países, fazendo conexão com as lutas no Brasil, e ainda chamou a atenção para as políticas governamentais de ataque aos trabalhadores em função da realização dos megaeventos. Reafirmou o convite para uma campanha de luta juntos em defesa da educação pública. Em seguida, o cerimonial convidou a coordenação do GTPE para fazer o lançamento do Caderno 2 do ANDES-SN. Os coordenadores recuperaram a história do Caderno e o processo de atualização, que se iniciou na gestão anterior. Agradeceram aos professores da comissão de atualização: César Minto, Helvio Mariano, Francisco Miráglio e Osvaldo Coggiola; e de revisão e atualização: João Negrão, Ana Maria Estevão, Daniel de Oliveira Franco, Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa e Rubens Luiz Rodrigues. Na sequência, Marinalva passou a palavra à Maria Inês, representante da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, que salientou o processo de privatização na saúde, e a redução das políticas sociais. Afirmou que é necessário fortalecer a organização da categoria e a unidade dos trabalhadores. Destacou a necessidade de constituição de uma frente anticapitalista e anti-imperialista. Em seguida, falou a representante do CEFES, que saudou a resistência da categoria e o Sindicato Nacional pelo seu papel neste tempo de luta. Em seguida, o representante do MTST afirmou que desejava ali fazer, em nome do movimento, o reconhecimento do papel do ANDES-SN, que optou por organizar sua categoria e atuar em conjunto com os movimentos sociais. O cerimonial registrou a presença de representantes de entidades e partidos políticos: DCE da UFF unidos para Lutar; Oposição dos Metalúrgicos de Niterói, Sindsep Etec do Rio de Janeiro, Eduardo Serrão do PCB, Cláudia Durans do PSTU, Dep. Chico Alencar do PSOL e Gilson Costa do Partido da Frente Única Revolucionária. Marinalva passou a palavra ao representante do SEPERJ, que destacou a necessidade de estreitar os laços dos sindicatos dos trabalhadores da educação, em âmbito estadual e municipal, e o ANDES-SN, para responder aos ataques que são os mesmos, são fortes e cotidianos; a luta unitária é estratégica porque é preciso e temos unidade na concepção de sociedade e sindical para enfrentar a repressão e continuar a luta pela escola pública. O cerimonial neste momento fez o chamado à Comissão Executiva Editorial da Revista Universidade e Sociedade para fazer o lançamento do nº 51. Os diretores Ana Estevão, José Queiroz Carneiro e Rondon de Castro apresentaram o número e fizeram um chamado à participação dos docentes enviando seus textos. Após, Marinalva chamou o representante do SINASEFE, que destacou a luta do ano de 2012, fez o chamado a caminharmos juntos daqui para frente. Salientou que devemos enfrentar a luta para anular a reforma da previdência aprovada a partir do mensalão. Além disso, avançar no projeto dos trabalhadores para a educação. O representante da Fasubra destacou a luta que

travamos juntos até aqui, lembrou a greve e chamou para a construção da luta para enfrentar os ataques, destacando EBSEH e FNNPRESV. Em seguida, Marinalva passou a palavra ao representante da CSP-Conlutas, que registrou o orgulho do papel do ANDES-SN na greve do funcionalismo no ano passado, que foi um exemplo para a universidade e para os trabalhadores. Este congresso ocorre no momento em que se destaca o sentido da luta e pautas que afirmam alternativas para a classe. Fez o chamado para a Jornada em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores! Contra a Política Econômica do Governo Federal! no dia 24 de abril. Na sequência, Marinalva passou a palavra ao presidente da ADUFRJ, Mauro Iase, que destacou a situação atual das universidades e seus desdobramentos para o cotidiano. Salientou que o governo busca dominar e pacificar a categoria, mas o governo encontrou uma pedra no caminho, “Essa pedra é o ANDES-SN”. Afirmou que o Congresso reflete o trabalho de base, o movimento de ir ao encontro do professor e suas demandas. Reivindicou o trabalho do Sindicato Nacional para preparar e conduzir a greve dos docentes das IFE. Fez um chamado à luta, e para enfrentarmos as necessidades da universidade, é preciso “sair de dentro dos seus muros”. Marinalva passou a palavra à professora Elizabeth, 2ª vice-presidente da Regional Rio de Janeiro, que salientou as lutas do Sindicato Nacional com as quais a Regional está envolvida, e o papel do ANDES-SN para buscar a unidade entre os lutadores do Estado do Rio de Janeiro. Em seguida, a professora Marinalva proferiu o seu discurso. Companheiros e companheiras, com o tema “Sindicato Nacional na luta pelo projeto de educação e de condições de trabalho”, estamos iniciando o 32º Congresso do ANDES-SN como um fato histórico. É a primeira oportunidade que teremos para nos reunir após a greve de 2012. Será o momento para avaliarmos como dar continuidade à grande mobilização construída no ano passado e definirmos quais serão nossas estratégias de enfrentamentos em 2013 na defesa da Educação Pública de qualidade e dos direitos dos trabalhadores. O reflexo dessa mobilização com greves nos setores das universidades estaduais e nas instituições federais e no conjunto dos SPF resultou num caderno de textos com mais de 80 contribuições. Além, é claro, num número grande de representações, como delegados ou observadores das seções sindicais. Isso mostra que o ANDES-SN é a referência para os docentes com seu projeto de educação. Todas as contribuições ao caderno de textos e o grande número de delegados e observadores presentes apontam o fortalecimento do ANDES-SN e o reconhecimento deste como legítimo representante dos docentes. Mas também aponta o desafio de que há muitas questões para resolver: político, de ação e organizativo. Isso ocorre em função de mudanças no mundo de trabalho dos docentes e pelo perfil dos novos professores. E esse desafio construiremos juntos. O Congresso, como instância deliberativa máxima da categoria, possibilita a discussão dessas ações. Será nesse espaço que discutiremos e aprovaremos os planos de lutas e definiremos as estratégias de ação para o ano. Discutir política e estratégia para a continuidade da mobilização em defesa da estruturação da carreira docente nas federais, autonomia e condições de trabalho nas estaduais, questões relacionadas às políticas agrárias, de gênero, ambientais, de mobilidade urbana, acessibilidade, entre outras. Defesa do caráter público da educação, condições de trabalho, salário e carreira para os docentes, ampliando a organização da categoria no ANDES-SN e a unidade classista dos trabalhadores. Mas, lembremos que o ANDES-SN tem feito esforço pela unidade da classe trabalhadora e tem desempenhado importante papel nessa tarefa dentro da nossa Central – CSP-Conlutas para a unidade e o fortalecimento. Por compreender que a CSP-Conlutas é a referência para os trabalhadores, avaliamos que há um crescimento da nossa central ocupando seu espaço na reorganização da classe trabalhadora. A CSP-Conlutas é a referência na defesa dos trabalhadores. A CSP-Conlutas começa a cumprir papel na conjuntura enquanto central na defesa da classe trabalhadora e é reconhecida por setores que dela ainda não fazem parte, pois as demais centrais não respondem aos interesses dos trabalhadores. O ANDES-SN tem cumprido esse papel na Central visando fortalecê-la e também buscando o diálogo com outros setores que dela não fazem parte. O ANDES-SN também tem construído e fortalecido o Espaço Unidade de ação através do qual a partir de 2012 fortaleceu a unidade e a luta com várias greves. Para o ano de 2013, outros ataques estão postos, como a reforma sindical, lei de greve e ACE, entre outros. Para enfrentarmos tudo isso, é necessário fortalecer essa unidade por meio do espaço unidade de ação, Fórum dos Servidores. No ano de 2013, a nossa prioridade é a organização do ANDES-SN para a luta participando e fortalecendo a

unidade. Já temos algumas atividades políticas que estão sendo organizadas pelo Espaço Unidade de Ação, CNESF e Fórum dos Servidores. Marcha em defesa da educação pública junto com diversos sindicatos e movimentos sociais no dia 5 de março, às 16h, na Cinelândia. No dia 7, será realizado um grande ato, a partir das 7h30, contra a Ebserh e em defesa da saúde pública e da autonomia universitária, em frente ao Hospital Clementino Fraga Filho, da UFRJ/Campus do Fundão. Temos a marcha do dia 24 de abril. Essas tarefas têm o papel de fortalecer a unidade classista. Desejo a todos um bom Congresso e declaro aberto o 32º Congresso. Nada mais havendo a tratar, eu, Marina Barbosa Pinto, 1ª Secretária, lavrei a presente Ata que será assinada por mim e pela presidente.

Marina Barbosa Pinto
1ª Secretária

Marinalva Silva Oliveira
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO DO 32º CONGRESSO DO ANDES-SN

Às quatorze horas e cinquenta minutos do dia quatro de março do ano de dois mil e treze, constatado o quórum regimental, no Auditório Roxinho, do Centro Cultural - Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) do campus Universidade Federal do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, iniciaram-se os trabalhos da plenária de instalação do 32º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta pelos seguintes diretores do ANDES-SN: professora Marinalva Silva de Oliveira (presidente), professora Marina Barbosa Pinto (1ª secretária), professor Fausto de Camargo Júnior (1º tesoureiro) e professor Antonio Libério de Borba (2º vice-presidente da Regional Leste). A presidente da mesa saudou os congressistas, apresentou a ordem dos trabalhos e informou que até o início da plenária, o 32º Congresso registrava a participação de 70 seções sindicais, 355 delegados, 127 observadores, 3 convidados e 34 membros da diretoria nacional, num total de 519 participantes. Dando início à plenária, colocou-se em discussão a proposta de pauta e do cronograma do 32º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional. A proposta foi apresentada pela diretoria, sem alterações. Dando prosseguimento, foram apresentadas as sugestões de modificações do cronograma, em função de atos públicos agendados com outras entidades de classe após a organização do 32º Congresso, a saber: 1º) dia 05/03, das 14h às 15h30, grupo misto, Tema 3; 2º) dia 05/03, às 17h, manifestação em defesa da Educação Pública, a ser realizada na Candelária; 3º) dia 06/03, das 9h às 10h30, grupo misto, Tema 3; 4º) das 14h às 17h, plenária do Tema 2; 5º) dia 07/03, às 7h30, manifestação sobre EBSEH em frente ao HU; 6º) das 9h30 às 12h30, plenária do Tema 3; 7º) dia 08/03, das 9h às 12h, grupo misto, Tema 6; 8º) das 14h às 17h, plenária do Tema 4; 9º) das 18h às 21h, plenária do Tema 5. Colocada em votação, a pauta foi aprovada com duas abstenções; passou-se à votação das alterações do cronograma, que foram aprovadas com 2 votos contrários e quatro abstenções. Na sequência, a palavra foi passada à 1ª secretária para a leitura do Regimento do 32º Congresso, e esta ressaltou que os destaques do Regimento seriam discutidos após sua leitura. Procedeu-se então à leitura do Regimento, capítulo a capítulo, para o registro dos destaques. O professor Josevaldo Cunha apresentou o seguinte destaque de alteração: art. 23 – substituir o caput, as alíneas a, b, c, d, e, e o parágrafo único pela seguinte redação: Art. 23. Os grupos mistos terão duração de 3 (três) horas. § 1º. A duração do grupo misto, Tema 3, será em 2 (dois) turnos. § 2º. A duração prevista no caput deste artigo poderá, por deliberação do grupo misto, ser prorrogada por, no máximo, 1 (uma) hora, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do Congresso. Substituir o caput do art. 30 e as alíneas a, b, c, d, e, f, g, h, i pela seguinte redação: Art. 30. A duração de cada plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte: a) As plenárias de abertura, de instalação e de encerramento terão, cada uma delas, 2 (duas) horas de duração; b) As plenárias dos Temas 1, 2, 3, 4, 5 e 6 terão, cada uma delas, 3 (três) horas de duração. A mesa colocou em votação a proposta apresentada pelo professor Cunha, que foi aprovada por ampla maioria. Em seguida, o Regimento como um todo foi submetido à votação, sendo aprovado com uma abstenção. Na sequência, a mesa consultou à plenária sobre a inclusão de novos textos a serem apreciados pelo 32º Congresso. Foi apresentada uma proposta de inclusão pelo professor Antônio Luis de Andrade, da ADUNESP, para o Tema 3, com o título “Em Defesa da Liberdade de Expressão dos Sindicalizados do ANDES-SN”. Submetida à votação, a inclusão foi aprovada com 5 abstenções. Em seguida, foi apresentado pelo professor Waldir Bertúlio, da ADUFMAT, o texto intitulado “Povos Indígenas e Quilombolas”, que, colocada em votação a sua inclusão, foi aprovada com sete abstenções e dois votos contrários. Dando continuidade à plenária, passou-se à apreciação dos pedidos de homologação de constituição de novas seções sindicais: 1ª) SINDUERR, aprovada com cinco abstenções; 2ª) IFSP-SBV, aprovada com duas abstenções; 3ª) SINDUEAP, aprovada com duas abstenções; 4ª) SINDUFFS, aprovada por unanimidade; 5ª) SINDUNESPAR, aprovada por unanimidade. Foi comunicado que não havia pendências de credenciamento, mas sim que 11 delegados, previamente credenciados, ainda não haviam comparecido e que, contatados, relataram que chegariam com atraso; em vista disso, foi submetida à votação a prorrogação do

credenciamento para esses casos até às 18h do dia 5/3/13 (terça-feira), que foi aprovada por ampla maioria, e, às 16h, foi submetida à plenária a prorrogação dos trabalhos até às 17h, que foi aprovada por unanimidade. A delegação da APUB apresentou solicitação de ressarcimento de despesas das 4 delegadas que foram eleitas em assembleia convocada pela Regional Nordeste 3, dentro dos prazos e condições previstas no art. 41, inciso VIII, do estatuto do ANDES-SN. Após a discussão, a solicitação do ressarcimento completo das despesas dessas delegadas, incluindo diárias e hospedagem, foi aprovada por ampla maioria. Nada mais havendo a tratar, a plenária de instalação do 32º Congresso do ANDES-SN foi encerrada, e eu, Antônio Libério de Borba, 2º secretário da mesa, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pela presidente da mesa

Antônio Libério de Borba
2º Secretário

Marinalva Silva Oliveira
Presidente

CRONOGRAMA E PAUTA DO 32º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Rio de Janeiro/RJ, 4 a 9 de março de 2013

Tema Central: Sindicato Nacional na luta pelo projeto de educação pública e condições de trabalho.

4 de março (2ª feira)	5 de março (3ª feira)	6 de março (4ª feira)	7 de março (5ª feira)	8 de março (6ª feira)	9 de março (Sábado)
9h às 12h Credenciamento 9h30 Dança folclórica 14h às 21h Credenciamento 10h às 12h Plenária de Abertura	9h às 12h Grupo Misto Tema 2	9h às 10h30 Grupo Misto Tema 3	7h 30 Manifestação sobre EBSERH em frente ao HU 9h30 às 12h30 Plenária do Tema 3	9h às 12h Grupo Misto Tema 6	9h às 12h Plenária do Tema 6
14h às 16h Plenária de Instalação	14h às 15h30 Grupo Misto Tema 3	14h às 17h Plenária do Tema 2	15h às 18h Grupo Misto Tema 5	14h às 17h Plenária do Tema 4	14h às 16h Plenária de Encerramento
18h às 21h Plenária do Tema 1	17h Manifestação sobre Educação na Candelária	18h30 às 21h30 Grupo Misto Tema 4	Livre (Jantar)	18h às 21h Plenária do Tema 5	

Pauta

Tema 1 – Movimento Docente e Conjuntura

Tema 2 – Centralidade da Luta

Tema 3 – Políticas Sociais – Política Educacional, Gerais e Direitos e Organização dos Trabalhadores

Tema 4 – Questões Organizativas e Financeiras

Tema 5 – Plano de Lutas – Geral, Educação, Direitos e Organização dos Trabalhadores

Tema 6 – Plano de Lutas – Setores

REGIMENTO DO 32º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Capítulo I Do CONGRESSO

Art. 1º O 32º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SINDICATO NACIONAL, previsto no inciso I do Art. 13 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII do Art. 30 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL, reunir-se-á de 4 a 9 de março de 2013, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, organizado pela ADUFRJ Seção Sindical.

Art. 2º O 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL tem como finalidade deliberar sobre a pauta aprovada em sua Plenária de Instalação, de acordo com o disposto no Art. 19 de seu Estatuto.

Capítulo II Das Atribuições

Art. 3º São atribuições do 32º CONGRESSO, conforme dispõem os incisos I a X do Art. 15 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL:

“Art. 15. São atribuições do CONGRESSO:

I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º;

II - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões de exclusão de sindicalizados tomadas pelas S.SINDs ou ADs-S.SINDs;

III - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da DIRETORIA, que constarão obrigatoriamente de sua pauta;

IV - estabelecer a contribuição financeira dos sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

V - alterar, no todo ou em parte, o presente Estatuto;

VI - referendar ou homologar a constituição de S.SINDs, ou revogar sua homologação, observado o disposto no art. 45;

VII - elaborar o regimento das eleições da DIRETORIA, conforme o disposto no art. 52;

VIII - decidir sobre a filiação do ANDES-SINDICATO NACIONAL a organizações nacionais e internacionais conforme o disposto no art. 65;

IX - referendar as alterações verificadas nos regimentos das S.SINDs ou ADs-S.SINDs, observado o disposto no art. 45;

X – criar, indicando seus componentes, ou extinguir comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões.”

Capítulo III Dos(as) Participantes

Art. 4º São participantes do 32º CONGRESSO:

I - delegados(as) devidamente credenciados(as), com direito à voz e a voto:

a) um(a) delegado(a) de cada diretoria de seção sindical (S.SIND.) ou AD-Seção Sindical (AD-S.SIND.) (Art. 16, inciso I do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

b) delegados de base de cada S.SIND. ou AD-S.SIND. (Art. 16, inciso II do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, indicados em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do Art. 17 do Estatuto;

c) representantes dos(as) sindicalizados(as) via Secretarias Regionais (Art. 16, inciso III do Estatuto);

d) representantes dos(as) sindicalizados(as), nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto.

II - os membros da Comissão Organizadora e da Comissão Diretora do 32º CONGRESSO, com direito à voz;

III - os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, devidamente credenciados(as) como observadores(as) pela sua respectiva S.SIND. ou AD-S.SIND. e Secretarias Regionais, com direito à voz;

IV - os(as) convidados(as) pela Comissão Organizadora e Comissão Diretora, com direito à voz.

§1º Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL não poderão participar como convidados(as) do 32º CONGRESSO, salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos.

§2º Os(as) delegados(as), devidamente credenciados(as), só podem ser substituídos(as), durante a realização do 32º CONGRESSO, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar, junto à Comissão Diretora, a necessidade de ausentar-se definitivamente do 32º CONGRESSO;

b) haver suplentes de delegados(as) indicados(as) pelas assembleias das S.SIND. ou AD-S.SIND., e pelas assembleias dos(as) sindicalizados(as), via Secretarias Regionais, credenciados(as) como observadores(as) no 32º CONGRESSO;

c) quando o(a) delegado(a) de S. SIND. ou AD-S.SIND. ou o representante dos sindicalizados via Secretarias Regionais comprovadamente se ausentar definitivamente, sem providenciar a substituição, a Comissão Diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 5º A Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL preside o 32º CONGRESSO, com direito à voz e a voto em suas sessões, e os demais membros em exercício da Diretoria (Art.32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua Regional (Art.32, V), participam com direito a voz.

Capítulo IV Do Credenciamento

Art. 6º O prazo de credenciamento dos(as) delegados(as) e observadores(as) das S. SIND. ou AD-S.SIND. do ANDES-SINDICATO NACIONAL e dos(as) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), via Secretarias Regionais, ao 32º CONGRESSO encerrar-se-á às 21h do dia 4 de março de 2013, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela Plenária de Instalação.

§ 1º Para o credenciamento dos(as) delegados(as), será exigida ata (ou extrato) da assembleia geral que deliberou sobre sua escolha, com a respectiva lista de presença.

§ 2º Para o credenciamento dos(as) observadores(as), será exigida ata (ou extrato) e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.SIND. ou AD-S.SIND. que os indicou.

§ 3º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade de documentos que credenciam os(as) delegados(as) e observadores(as) de qualquer S.SIND., mediante requerimento à Comissão Diretora.

§ 4º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados até início da Plenária de Instalação que deverá deliberar sobre estes até o seu final.

§ 5º Cada delegado(a) ou observador(a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e/ou votação, em cores diferentes.

§ 6º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído, salvo por autorização expressa da plenária.

Capítulo V
Do Funcionamento
Seção I
Dos órgãos

Art. 7º São órgãos do 32º CONGRESSO:

I - As Comissões:

a) Organizadora;

b) Diretora;

II - Os Grupos Mistos;

III - As Plenárias.

§ 1º A Comissão Organizadora e a Diretora são criadas a partir da convocação do 32º CONGRESSO.

§ 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de realização do 32º CONGRESSO.

§ 3º O quórum mínimo de funcionamento de cada órgão do 32º CONGRESSO é de mais de cinquenta por cento dos membros desse órgão com direito a voto.

§ 4º Passados 15 minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos órgãos, o quórum de funcionamento reduz-se para 30% dos seus membros com direito a voto, só podendo ocorrer deliberação depois de verificado o quórum previsto no § 3º deste artigo.

Seção II
Da Comissão Organizadora

Art. 8º A Comissão Organizadora é constituída por 3 (três) representantes da ADUFRJ Seção Sindical e por 3 (três) diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL

Art. 9º É de competência da Comissão Organizadora:

I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 32º CONGRESSO;

II - organizar a sessão de abertura do 32º CONGRESSO;

III - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do 32º CONGRESSO, organizando o rateio entre as seções sindicais;

IV - realizar, junto com a Comissão Diretora, o credenciamento dos(as) participantes do 32º CONGRESSO.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão Organizadora cabe recurso à Comissão Diretora.

Seção III
Da Comissão Diretora

Art. 10 A Comissão Diretora do 32º CONGRESSO é composta pelos(as) Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL e pelos membros da Comissão Organizadora.

Art. 11 É de competência da Comissão Diretora:

I - responsabilizar-se pelo credenciamento dos(as) participantes do 32º CONGRESSO;

II - decidir e efetivar a substituição de delegados(as) de acordo com o disposto no § 2º, alíneas “a” e “c” do Art. 4º deste Regimento e anunciar a substituição do(a) delegado(a) ao CONGRESSO;

III - elaborar a prestação de contas do 32º CONGRESSO para apreciação no próximo CONAD;

IV - organizar e compor as Mesas Diretoras das Plenárias do 32º CONGRESSO;

V - organizar a composição dos Grupos Mistos do 32º CONGRESSO em consonância com o disposto neste Regimento.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão Diretora cabe recurso às Plenárias.

Seção IV Dos Grupos Mistos

Art. 12 Os Grupos Mistos são compostos por:

I - Delegados(as), devidamente credenciados(as), de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via Secretarias Regionais, e pela Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL, todos(as) com direito à voz e a voto;

II - Observadores(as) devidamente credenciados(as), de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via Secretaria Regional, com direito à voz;

III - Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, com direito à voz;

IV - Convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito à voz.

Art. 13 Cada Grupo Misto é composto por, no máximo, 35 delegados(as) e igual número de observadores(as).

Parágrafo único. Só poderá haver, no mesmo grupo, mais de um delegado(a) de uma mesma Seção Sindical ou AD-S.Sindical ou mais de um delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) de uma mesma Secretaria Regional, caso o respectivo número de delegados(as) seja superior ao número de Grupos Mistos. Esta mesma regra se aplica aos(as) observadores(as).

Art. 14 Os Grupos Mistos são dirigidos por uma Mesa Coordenadora, composta por 1 (um/uma) Coordenador(a), 1 (um/uma) Relator(a) e 1 (um/uma) Secretário(a).

§ 1º Os membros da Mesa Coordenadora são eleitos(as) pelos(as) delegados(as) componentes dos grupos.

§ 2º O(a) coordenador(a) e o(a) Secretário(a) da Mesa Coordenadora serão eleitos(as) entre os(as) delegados(as) componentes dos grupos e o(a) relator(a) poderá ser um(a) observador(a) credenciado(a).

§ 3º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo podem deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora, salvaguardando o disposto no parágrafo anterior.

Art. 15. As reuniões dos Grupos Mistos iniciar-se-ão nos horários previstos no Cronograma do 32º CONGRESSO, observado o quórum de mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quórum mínimo será de 30% (trinta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, iniciar-se-ão os trabalhos com qualquer número de delegados(as) presentes, recolhida a 1ª (primeira) lista de frequência e aberta uma nova lista.

§ 3º As deliberações só serão tomadas com a presença de mais de cinquenta por cento dos(as) delegados(as).

Art.16. Compete ao(à) Coordenador(a) dirigir os trabalhos do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Art. 17 É de competência do(a) Relator(a):

I - elaborar o relatório dos trabalhos do grupo de acordo com as normas deste Regimento e demais instruções da Comissão Diretora e

II - fazer constar do relatório o número de votos de cada proposta submetida à deliberação.

Art. 18 Compete ao(à) Secretário(a) auxiliar o(a) Coordenador(a) e o(a) Relator(a) em suas atividades.

Art. 19 Os(as) Relatores(as) dos Grupos Mistos dispõem de um prazo máximo de 1 (uma) hora, após o encerramento da reunião dos referidos grupos, para entregar à Comissão Diretora, o Relatório de seu grupo, digitado, garantidas as condições pela Comissão Organizadora.

Art. 20 A consolidação dos Relatórios dos Grupos Mistos será feita em conjunto pelos membros da Comissão Diretora para tal designados e os(as) Relatores(as) dos diversos Grupos Mistos. Parágrafo único. A reunião prevista no parágrafo anterior será amplamente divulgada pela Comissão Diretora.

Art. 21 Dos Relatórios Consolidados que serão apresentados às Plenárias do 32º CONGRESSO constam, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos delegados(as) presentes em pelo menos um dos Grupos Mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela Comissão Diretora e Relatores(as).

§ 1º Na consolidação dos Relatórios dos Grupos Mistos, a serem apreciados nas Plenárias, não serão consideradas as propostas de acréscimo ou alteração que impliquem redação pela Comissão Diretora.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às propostas das Plenárias dos diversos temas do 32º CONGRESSO.

§ 3º A Comissão Diretora poderá redigir e incluir no Relatório sugestões de propostas decorrentes de sistematização das propostas oriundas dos Grupos Mistos.

Art. 22 O início das reuniões dos Grupos Mistos obedecerá, rigorosamente, aos horários previstos no Cronograma do 32º CONGRESSO.

Art. 23. Os Grupos Mistos terão duração de 3 (três) horas.

§ 1º. A duração do Grupo Misto Tema 3 será em 2 (dois) turnos.

§ 2º. A duração prevista no caput deste artigo poderá, por deliberação do Grupo Misto, ser prorrogada por, no máximo 1 (uma) hora, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do Congresso.

Seção V Das Plenárias

Art. 24 As Plenárias são compostas por:

I - Delegados(as) de S.SIND., AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via Secretarias Regionais, devidamente credenciados(as), e pelo Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL, todos com direito à voz e a voto;

II - Observadores(as) de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via Secretarias Regionais, devidamente credenciados(as), com direito à voz;

III - Membros da Comissão Organizadora e da Diretora com direito à voz;

IV - Convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da Comissão Diretora, com direito à voz.

Art. 25 Os trabalhos das Plenárias do 32º CONGRESSO serão dirigidos por uma Mesa Coordenadora composta por 1 (um/uma) Presidente, 1 (um/uma) Vice-Presidente, 1 (um/uma) 1º (1ª) Secretário(a) e 1 (um/uma) 2º (2ª) Secretário(a).

§ 1º A Comissão Diretora indica entre seus membros os(as) componentes da Mesa Coordenadora das Plenárias.

§ 2º A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da Mesa Coordenadora, devendo os membros não pertencentes à Comissão Diretora do 32º CONGRESSO ser eleitos(as) pelos(as) delegados(as) presentes à Plenária.

§ 3º As deliberações observam a maioria simples dos(as) delegados(as) presentes a cada sessão, ressalvado o disposto no Art. 21 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 26 Compete ao(a) Presidente da Mesa Coordenadora:

I - preparar junto com o(a) 1º (1ª) Secretário(a) a ordem dos trabalhos da Plenária e

II - dirigir a Plenária, orientando os debates e promovendo a votação de acordo com este Regimento.

Art. 27 Compete ao(à) Vice-Presidente da Mesa Coordenadora:

I - auxiliar o(a) Presidente em suas atividades;

II - substituir o(a) Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28 Compete ao(à) 1º (1ª) Secretário(a):

I - preparar junto com o(a) Presidente a ordem dos trabalhos da Plenária;

II - elaborar o Relatório Final das deliberações da Plenária;

III - o Relatório deverá ser entregue à Comissão Organizadora, digitado e na forma definitiva, até 3 (três) dias após a conclusão da Plenária.

Art. 29 Compete ao(à) 2º (2ª) Secretário(a):

I - auxiliar o(a) 1º(1ª) Secretário(a) em suas atividades;

II - elaborar a ata da Sessão Plenária;

III - a ata deverá ser entregue à Comissão Organizadora, digitada e na forma definitiva, até 3 (três) dias após a conclusão da Plenária.

Art. 30. A duração de cada Plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

a) As Plenárias de Abertura, de Instalação e de Encerramento terão, cada uma delas, 2 (duas) horas de duração;

b) As Plenárias dos Temas 1, 2, 3, 4, 5 e 6 terão, cada uma delas, 3 (três) horas de duração.

§ 1º Compete à Plenária de Instalação:

a) aprovar o Regimento, o temário e o Cronograma do 32º CONGRESSO;

b) deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do 32º CONGRESSO, de textos encaminhados após a publicação do Anexo ao Caderno de Textos deste evento;

c) deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao 32º CONGRESSO.

§ 2º Cada plenária poderá ser prorrogada por até 1(uma) hora;

§ 3º; As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no *caput* deste artigo terão seu encaminhamento decidido pela Plenária.

§ 4º As plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da Plenária anterior.

§ 5º A Plenária de Encerramento poderá ser prorrogada a critério do Plenário.

Art. 31 A verificação do quórum, no início das Plenárias do 32º CONGRESSO, será feita por meio de lista de presença da qual constará o nome do(a) delegado(a), o nome da S.SIND., AD-S.SIND. ou Secretaria Regional, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura.

§ 1º Passados 30 minutos do horário previsto para o início das Plenárias, será recolhida a 1ª (primeira) lista de frequência e iniciada/aberta uma nova lista;

§ 2º A verificação de quórum, em qualquer momento do andamento da Plenária, será feita pela contagem dos(as) Delegados(as) mediante cartão de voto.

Capítulo VI Das Discussões e Votações

Art. 32 Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões (Grupos Mistos e Plenárias), a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever na Mesa Coordenadora, respeitada a ordem cronológica de solicitações.

Art. 33 Para discussão de cada matéria, será estabelecido um período de tempo compatível com o atendimento da discussão de todas as matérias e o prazo de duração para o funcionamento do Grupo Misto ou da Plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º O Grupo Misto ou a Plenária poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 34 As discussões e votações têm o seguinte procedimento:

I - fase de discussão: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de votação de cada proposta: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrito(a) em encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número, com prévio conhecimento por parte da Plenária e dos(as) inscritos(as);

III - fase de votação: por meio de levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela Mesa Coordenadora, com aprovação do Grupo Misto ou da Plenária.

§ 1º Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor.

§ 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas Plenárias as seguintes propostas:

a) aprovadas nos Grupos Mistos;

b) minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos Grupos Mistos;

c) oriundas dos Grupos Mistos e que resultem em sistematização no Plenário;

d) sugeridas pela Comissão Diretora, conforme o § 3º do Art. 21.

Art. 35 As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela Mesa Coordenadora, cabendo recurso à Plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, de encaminhamento e esclarecimento.

Art. 36 As deliberações que impliquem alterações do Estatuto do ANDES - Sindicato Nacional terão de ser aprovadas por mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) inscritos(as) no 32º CONGRESSO, conforme dispõe o Art. 71 do seu Estatuto.

Capítulo VII Das Disposições Gerais e Finais

Art. 37 As propostas de moções devem ser entregues, por escrito, na Secretaria do 32º CONGRESSO, até as 14 (quatorze) horas do dia 8 de março de 2013, endereçadas à Comissão Diretora, sendo especificados(as) os(as) responsáveis e os(as) destinatários(as) com endereço completo.

§ 1º A Comissão Diretora deve divulgar aos participantes do 32º CONGRESSO uma cópia das moções propostas até às 19 (dezenove) horas do dia 8 de março de 2013.

§ 2º A critério da Plenária podem ser acrescidas e apreciadas outras moções, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto.

Art. 38 As contagens de votos nas Plenárias serão efetuadas pelos integrantes da Comissão Diretora.

Art. 39 Nos Grupos Mistos e nas Plenárias, só serão aceitas declarações de voto de delegado(a) que se abster no momento da votação.

§ 1º As declarações de voto feitas nas Plenárias só constarão da Ata do Relatório Final aquelas apresentadas por escrito à Mesa.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento.

Art. 40 A Diretoria terá como prazo máximo até o dia 28 de março de 2013 para divulgar o Relatório Final do 32º CONGRESSO.

Art. 41 Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso ao Plenário.

Art. 42 Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do 32º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional.

Rio de Janeiro/RJ, 4 de março de 2013

Atendendo ao disposto no Art. 37 deste Regimento, a Comissão Diretora sugere que as moções apresentadas ao 32º CONGRESSO obedeçam ao seguinte formulário:

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponente(s) _____

Seção Sindical: _____

Destinatário(s)

Endereço(s) do(s) destinatário(s):

_____ **Cidade** _____ **Cep.:** _____

Fax: _____ **e-mail** _____

Fato motivador da Moção:

TEXTO DA MOÇÃO

Os delegados ao 32º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, manifestam

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA 1 – MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA DO 32º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Às dezessete horas e vinte minutos do dia quatro de fevereiro do ano de dois mil e treze, no Auditório Roxinho do CCMN da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, após confirmação do quórum regimental, teve início a plenária do Tema 1 – MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA, do 32º Congresso do ANDES-SN. A mesa coordenadora foi composta pela professora Ana Maria Ramos Estevão, como presidente; professor Antonio José Vale da Costa, como vice-presidente; professor Daniel de Oliveira Franco, como primeiro secretário, e o professor Antonio Gonçalves Filho, como segundo secretário. Os coordenadores de plenária foram: Cunha, Almir, João Negrão e Paulo Rizzo. Dando início aos trabalhos, a presidente da mesa informou o número de participantes no Congresso: 72 seções sindicais, 352 delegados, 119 observadores, 35 diretores do ANDES-SN e 3 convidados. A presidente comunicou aos presentes que foram apresentadas onze contribuições para o Tema I: Textos 01, 02, 03, 04, 52, 53, 54, 55, 56, 57 e 58. O tempo de apresentação para cada texto seria de dez minutos. Com relação às inscrições, seriam acolhidas por meio dos crachás, por ordem de chegada à mesa, formando um grupo de cinco inscrições, com tempo limite de três minutos para cada intervenção – havendo mais inscrições, posteriormente, estas seriam avaliadas pela plenária para a abertura de novo bloco de cinco inscrições. Prosseguindo, passou-se aos textos conforme a ordem apresentada no Caderno. O **Texto 01 – Conjuntura e Movimento Docente**, da diretoria do ANDES-SN foi apresentado pela professora Marinalva Silva Oliveira; o **Texto 02 – Governo Dilma**, contribuição dos professores José Glaucio Ribeiro Tostes e Luís Passoni da SESDUENF-SS, apresentado pelo professor José Glaucio Ribeiro Tostes; o **Texto 03 - Independência sindical, luta pelas reivindicações, e a unidade de classe na CUT: ações necessárias para lutas que virão**, contribuição da diretoria da APUR-SS, apresentado pelos professores David Teixeira e Antonio Eduardo; o **Texto 4 - As lições da greve docente: lutar pelas reivindicações e construir a unidade da classe na CUT**, contribuição dos professores Eudes Baima (SINDUECE), Domingos Sávio (ADUNEMAT), Fernando Cunha (ADUFP), Paulo Riela (ADUFS), Joelma Albuquerque (ADUFAL), David Romão (APUR), Juanito Vieira (APESJF), Cláudio Félix (ADUSB), Tiago Lavoura (ADUSC), Marco Aurélio (ADUFU), Fernanda Catalão (ADCAC/UFG), Celi Taffarel (UFBA) e o **Texto 58 – Sobre o abaixo-assinado pelo reconhecimento da nulidade da reforma da previdência de 2003**, dos mesmos autores, foram apresentados em conjunto pelo professor Paulo Riela; o **Texto 52 – A crise, as greves de 2012 e os desafios do movimento sindical**, contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira, Graciela Bonassa Garcia, Ana Maria Marques Santos e Luciano da Silva Alonso, sindicalizados da ADUR-RJ – SS, apresentado pelo professor Andrey Cordeiro Ferreira; o **Texto 53 – Movimento docente e conjuntura**, contribuição dos professores Bruno Teixeira, Cláudia Mach, Cristina Pinheiro Mendonça, Douglas Leite, Eblin Farage, Edson Teixeira, Elza Dely, Felipe Brito, Francina Helfreich, José Rafael Bokehí, Juarez Duayer, Kátia Lima, Rodrigo Lima, Miriam Fátima Reis, Sônia Lúcio, Verônica Fernandez e Wanderson Fábio de Melo, sindicalizados da ADUFF-SS, apresentado pelo professor Juarez Duayer; o **Texto 54 – Conjuntura**, contribuição dos professores Michelly Ferreira Monteiro Elias (ADOM), Silvana Lúcia da Silva Lima (APUR) e Nair Casagrande (APUB), apresentado pela professora Nair Casagrande; o **Texto 55 – Greve das universidades 2012 – quando Rosa e Trotski estão com a razão**, contribuição dos professores Agatha Justen (ADUR-RJ-SS), Alexandre Mendes (ADUR-RJ-SS), Catharina Meirelles (ADUFF), Clarisse Gurgel (ADUNIRIO), Cláudio Gurgel (ADUFF), Gelta Xavier (ADUFF), Kátia Maria de Oliveira (ADUFF), Isaque Moura (ADUFF), Jacira Oliveira (ADUFF), Jonas Gurgel (ADUFF), Júlio Figueiredo (ADUFF), Lorene Figueiredo (ADUFF), Paulo Almeida (ADUFF), Waldy Lins (ADUFF), Wallace dos Santos de Moraes (ADUFRJ), Wanise Cabral Silva (ADUFF) e Wilma Pessoa (ADUFF), apresentado pelo professor Cláudio Gurgel; o **Texto 56 – Avançar na expansão de um sindicato autônomo, combativo e classista – somos ANDES-SN**, contribuição dos professores Aloizio Soares Ferreira (ASPUV-SS), Ana Lúcia Barbosa Faria (SINDCEFET-MG-SS), Ângela Maria Soares Ferreira (ASPUV-SS), Antonio Cláudio Moreira Costa (ADUFU-SS),

Antonio Luís de Andrade (ADUNESP-SS), Célia Regina Otranto (ADUR-RJ-SS), Dilenio Dustan Lucas de Souza (APESJF-SS), Edmundo Fernandes Dias (ADUNICAMP-SS), Elaine Judite de Amorim Carvalho (ADUFEPE-SS), Emerson Araújo (ADUFEPE-SS), Graciela Bonassa Garcia (ADUR-RJ-SS), Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SS), José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SS), Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ-SS), Marília Leite Washington (ADUFSCAR-SS), Oneize Araújo (ADUFS-SS) e Vera Lúcia Jacob Chaves (ADUFPA-SS), apresentado pelo professor Luís Mauro Sampaio Magalhães; o **Texto 57 - Avançar na organização da categoria docente, do fisiologismo e na unidade de classe: em defesa da educação pública e dos direitos dos trabalhadores**, contribuição dos professores Cláudia Durans, Diana Diniz, Marcone Dutra, Karla Sousa, Rosenverck Santos, Rosana Éleres, Welbson Madeira, Vilemar Gomes, Raimundo Renato Patrício e Marly Dias, sindicalizados da APRUMA-SS, apresentado pela professora Cláudia Durans. Após a apresentação dos textos, a plenária concedeu a palavra, por três minutos, cada um, a dois trabalhadores: o companheiro Carlos Moisés, que denunciou a repressão da classe trabalhadora no canteiro de obras da hidrelétrica de Jirau-RO, e a companheira Madalena, da Liga dos Camponeses Pobres, que relatou a perseguição aos camponeses no Estado de Rondônia. Em seguida, foram recolhidos os crachás dos congressistas para que fosse estabelecida a ordem das inscrições e para que eles fizessem uso da palavra. O tempo estabelecido para cada intervenção foi de três minutos e se inscreveram e fizeram uso da palavra vinte e cinco congressistas de diversas seções sindicais do ANDES-SN. Às vinte e uma horas, a professora Ana Maria Ramos Estevão, presidente da mesa encerrou os trabalhos. Não havendo nada mais a tratar, eu, professor Antonio Gonçalves Filho, segundo secretário, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pela presidente.

Antonio Gonçalves Filho
2º Secretário

Ana Maria Ramos Estevão
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA 2 – CENTRALIDADE DA LUTA DO 32º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Às quatorze horas e quinze minutos do dia seis de março do ano de dois mil e treze, no Auditório Roxinho do CCMN da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro/Rio de Janeiro, teve início, após confirmação do quórum regimental, a plenária do Tema 2 – CENTRALIDADE DA LUTA, do 32º Congresso do ANDES-SN. A mesa coordenadora foi composta pelo professor Gean Claudio de Souza Santana, como presidente; professor Maurício Alves da Silva, como vice-presidente; professor Geraldo Marques Carneiro, como 1º secretário e professor Marcos Antônio da Silva Pedroso, como 2º secretário. Dando início aos trabalhos, o presidente da mesa saudou a plenária, fez a apresentação dos membros da mesa e passou a palavra ao professor Almir Serra para dar os informes necessários da tesouraria. O professor Almir Serra informou que a troca de crachás só seria feita posteriormente, em função da consolidação do rateio. Em seguida, o presidente informou os números do Congresso: setenta e uma seções sindicais, trinta e quatro diretores do ANDES-SN, trezentos e cinquenta e seis delegados, cento e onze observadores, três convidados e dezessete jornalistas de seções sindicais, totalizando quinhentos e vinte e um participantes. A seguir, foram dados informes sobre a composição dos Grupos de Trabalho – GT. Em seguida, o professor Gean fez a proposta de encaminhamento da mesa: em primeiro lugar, disse que as deliberações seriam tomadas por maioria simples dos delegados presentes. Comunicou, em seguida, que só entrariam em debate as propostas aprovadas nos grupos mistos e as minoritárias com mais de trinta por cento dos votos. Apresentou ainda o procedimento para as discussões e votações de cada proposta: fase de discussão - quando surgirem assuntos cuja complexidade exija entrar em fase de discussões, a mesa colheria inscrições em blocos de cinco. Somente admitindo outro bloco de cinco por deliberação do plenário. A palavra seria concedida pela ordem de inscrições com o tempo limite de três minutos (a mesa avisaria ao inscrito quando restasse um minuto). Na fase de encaminhamentos de votação seria permitido um encaminhamento a favor e outro contra, com tempo de três minutos, alternadamente, com prévio conhecimento dos inscritos. Não havendo encaminhamento contrário, não haveria encaminhamento a favor. Os itens que não fossem destacados pelos grupos seriam remetidos para aprovação em bloco ao final. A votação seria feita da seguinte forma: como não houve proposta de rejeição da TR e em dois grupos apareceu a aprovação da proposta sem modificação, a primeira votação seria para aprovar o TR na forma original, isto é, sem modificação ou a modificação da proposta, e aí passar-se-ia à apreciação das propostas de alteração. Este procedimento foi acatado pela plenária. Deste modo, o professor Gean propôs a seguinte votação: a manutenção do texto original contra as propostas de alteração. Após algumas intervenções que contribuíram com o andamento dos trabalhos, foi feita a votação, sendo aprovada a proposta de alteração do TR. Após esta primeira votação, o presidente da mesa propôs a votação do formato do TR original contra o proposto pelo grupo 11. Após um breve debate, foi aprovado o formato proposto pelo TR da diretoria. Feita esta votação, passou-se a apreciar as alterações. A primeira delas foi a substituição de “caráter público” por “uma educação pública”. Sendo vencedora a proposta um, ou seja, “caráter público”. Em seguida, foi votada a inclusão da palavra “gratuito”. Colocada em votação, a proposta foi aprovada. Também foi debatida e votada a inclusão de qualificações para as condições de trabalho. Esta proposta foi rejeitada pelos delegados presentes. Também foi aprovada, depois de uma breve discussão, a inclusão da palavra “dignos” após “salários”. Esta votação foi objeto de discussão bastante acirrada no plenário. O professor Gean, em seguida, propôs o debate sobre a inclusão da temática de aposentadoria ao TR. Com algumas intervenções a favor e contra, a proposta não foi aprovada. Passou-se a deliberar, ainda, a inclusão dos termos “fortalecendo” e “mobilização” ao TR, que, posta imediatamente em votação, foi rejeitada. A apreciação seguinte se referiu à proposta encaminhada pelo Grupo oito, que consistia na inclusão, ao final da TR, da frase “impulsionando a construção da CSP – Conlutas”. Esta proposta gerou intenso debate entre os presentes, mas foi rejeitada por ampla maioria. E, por fim, foi apreciada a proposta de inclusão do termo “trabalhadoras” após

“trabalhadores”. Como não houve necessidade de intervenções, a proposta foi votada e rejeitada pelos delegados. Neste momento, a professora Marina Pinto, da comissão organizadora do evento, solicitou espaço para dar um aviso. Em seguida, o presidente leu o TR com as modificações, que ficou com a seguinte redação: **“Defesa do caráter público e gratuito da educação, condições de trabalho, salários dignos e carreira para os docentes, ampliando a organização da categoria no ANDES-SINDICATO NACIONAL e a unidade classista dos trabalhadores”**. Nada mais havendo a tratar, o presidente da mesa deu por encerrados os trabalhos e eu, Marcos Antônio da Silva Pedroso, 2º secretário, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelo presidente da mesa.

Marcos Antônio da Silva Pedroso
2ª Secretária

Gean Claudio de Souza
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA 3
POLÍTICAS SOCIAIS – POLÍTICA EDUCACIONAL, GERAIS E DIREITOS E
ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES.
32º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e treze, às nove horas e trinta minutos, no Auditório do Centro Cultural Professor Horácio de Macedo (Roxinho), na Cidade Universitária / UFRJ – Ilha do Fundão – Rio de Janeiro, confirmado o quórum regimental, foi instalada a mesa coordenadora dos trabalhos da plenária do TEMA 3 – POLÍTICAS SOCIAIS – POLÍTICA EDUCACIONAL, GERAIS E DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES, composta pelos professores Rubens Luiz Rodrigues, presidente; Dorival Gonçalves Junior, vice-presidente; Rondon Martin Souza de Castro, 1º secretário, e Walcyr de Oliveira Barros, 2º secretário. O presidente iniciou a plenária do Tema 3 informando os Textos Resolução (TR) a serem apreciados: **TR 6 – Política de gênero, etnia e classe** – Diretoria do ANDES-SN; **TR 7 – Política de ciência e tecnologia, agrária, ambiental e urbana** – Diretoria do ANDES-SN; **TR 8 – Por uma ética de pesquisa das ciências sociais** – Assembleia Geral da SINDUEPG; **TR 9 – POLÍTICA EDUCACIONAL** – Diretoria do ANDES-SN; **TR 10 – INSAES – Agência Reguladora da Educação** – Diretoria do ANDES-SN; **TR 11 – Continuidade da luta por mais recursos para a educação pública** – Diretoria da ADUSP – SSind; **TR 12 – Interferir na formulação de políticas educacionais em âmbito nacional** – Diretoria da ADUSP – SSind; **TR 14 – Política de comunicação** – Diretoria do ANDES-SN; **TR 15 – Participação do ANDES-SN no FNDC é um desafio na democratização da mídia no Brasil** – Assembleia Geral da SINDUEPG; **TR 16 – campanha de denúncia de injustiça tributária no Brasil** – Assembleia Geral da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS; **TR 17 – Pelo fim da impunidade aos torturadores** – Assembleia Geral da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS; **TR 60 – Aposentados e inclusão no ambiente acadêmico** – Sindicalizados da ADUR-RJ SSind (Luciano da Silva Alonso e Luís Mauro Sampaio Magalhães); **TR 61 – Por uma política de bem-estar animal nas instituições de ensino superior** – Sindicalizados da ADUR-RJ SSind (Luciano da Silva Alonso e Maria Cristina Affonso Lorenzon); **TR 62 – Política de ciência e tecnologia, pós-graduação e o trabalho docente** – Contribuição dos professores: Aloizio Soares Ferreira (ASPUV-SSind), Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV-SSind.), Ana Lucia Barbosa de Faria (SINDCEFET-MG-SSind), Antonio Claudio Moreira Costa (ADUFU-SSind), Célia R. Otranto (ADUR-RJ-SSind), Dilenio Dustan Lucas de Souza (APESJF-SSind), Edmundo Fernandes Dias (ADUNICAMPSSind), Elaine Judite de Amorim Carvalho (ADUFEPE-SSind), Emerson Araujo (ADUFPE-SSind), Graciela Bonassa Garcia (ADUR-RJ-SSind), Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind), José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind), Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind), Luís Mauro S. Magalhães (ADUR-RJ-SSind), Marília Washington (ADUFSCAR-SSind), Oneize Araujo (ADUFS- SSind) e Vera Lucia Jacob (ADUFPASSind); **TR 63 – Construir uma unidade da classe na CUT – reabrir o debate da filiação do ANDES à CONLUTAS** – Contribuição dos professores Eudes Baima – SINDUECE; Domingos Sávio – ADUNEMAT; Fernando Cunha – ADUFPB; Paulo Riela – ADUFS; Joelma Albuquerque – ADUFAL; David Romão – APUR; Juanito Vieira – APESJF; Cláudio Félix – ADUSB; Tiago Lavoura – ADUSC; Marco Aurélio – ADUFU; Fernanda – ADCAC/UFG Catalão; Celi Taffarel – UFBA; **TR 89 – Em defesa da liberdade de expressão dos sindicalizados do ANDES-SN** – Contribuição dos professores Adriano Figueiró (SEDUFMS-SSind.); Agatha Justen Gonçalves Ribeiro (ADUFRJ-SSind.); Airton Paula Souza (ADUFS-SSind.); Alexandre Pinto Mendes (ADUR-RJ-SSind.); Aloizio Soares Ferreira (ASPUV-SSind.); Ana Cristina Souza Santos (ADUR-RJ-SSind.); Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCEFET-MG-SSind.); André Guimarães Augusto (ADUFF-SSind); Andrey Cordeiro Ferreira (ADUR-RJ-SSind.); Anete Abramowicz (ADUFSCar-SSind.); Ângela Maria Soares Ferreira (ASPUV-SSind.); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU-SSind.); Antônio Luís de Andrade

(ADUNESP-SSind.); Bráulio Silva Chaves (SINDCEFET-MG-SSind.); Catharina Meirelles (ADUFF-SSind.); Célia Otranto (ADUR-RJ-SSind.); Cícera Vanessa Maia (SINDCEFET-MG-SSind.); Christian Guy Caubet (UFSC) Clarisse Toscano de Araújo Gurgel (ADUNIRIO-SSind.); Claudete Sales Sampaio (ADUFS-SSind.); Claudio Roberto Marques Gurgel (ADUFF-SSind.); Cleide Sizo (ADUFPA-SSind.); Dilenio Dustan (APES-JF-SSind.); Edmundo Fernandes Dias (ADUNICAMP-SSind.); Elaine Judite A. Carvalho (ADUFEPE-SSind.); Eleaine Sigette (ADUFF-SSind.); Elias Sacramento (ADUFPA-SSind.); Emília Freitas de Lima (ADUFSCar-SSind.); Fábria Barbosa Heluy Caram (SINDCEFET-MG-SSind.); Fernando de Oliveira (ADUFF-SSind.); Francisco Carlos Vitória (ADUFPel-SSind.); Gelta Xavier (ADUFF-SSind.); Géria Maria Montanaro Franco (ADUFSCar-SSind.); Graciela Bonassa Garcia (ADUR-RJ-SSind.); Heitor Fernandes Mothe Filho (ADUR-RJ-SSind.); Heloisa Gouvea Collet (ADUFF-SSind.); Isaque Moura (ADUUF-SSind.); Ivan Neves (ADUFPA-SSind.); Jacira Oliveira (ADUFF-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); João dos Reis da Silva Júnior (ADUFSCar-SSind.); Joel de Lima Pereira Castro (ADUFF-SSind.); José Domingues Godoi Filho (ADUFMAT-SSind.); José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind.); José Guibson Dantas (ADUFAL-SSind.); Joséte Luzia Leite (ADUNIRIO-SSind.); Juçara Luzia Leite (ADUFES-SSind.); Julio Carlos Figueiredo (ADUFF-SSind.); Lorene Figueiredo (ADUFF-SSind.); Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind.); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ-SSind.); Maracajaro Mansor (ADUFF-SSind.); Maria Cristina Affonso Lorenzon (ADUR-RJ-SSind.); Maria da Graça Marques Gurgel (ADUFAL-SSind.); Maria Simone Ferrer Pereira (ADUFU-SSind.); Maria Waldenez de Oliveira (ADUFSCar-SSind.); Marília Leite Washington (ADUFSCar-SSind.); Oneize Amoras (ADUFS-SSind.); Paulo Cresciúlo Almeida (ADUFF-SSind.); Pedro Ferreira Filho (ADUFSCar-SSind.); Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (ADUFSCar-SSind.); Regina Maria de Paula Freitas (SINDCEFET-MG-SSind.); Rogério Motta (ADUNIRIO-SSind.); Rosimê Meguins (ADUFPA-SSind.); Sidênia Mendes (ADUFF-SSind.); Simone Mendes Carvalho (UFMG); Valena Jacob Mesquita (ADUFPA-SSind.); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA-SSind.); Victor Cruz Rodrigues (ADUR-RJ-SSind.); Waldyr Lins (ADUFF-SSind.); Wanise Cabral Silva (ADUFF-SSind.); Wilma Pessoa (ADUFF-SSind.); Zenilde Moreira Borges de Moraes (ADUFERPE-SSind.). Dando prosseguimento, o presidente da mesa explicou, e submeteu à plenária, a metodologia de trabalho para a apreciação da pauta, a sequência dos itens a serem discutidos e a metodologia de debate (blocos de cinco inscrições), o que foi aprovado pela plenária. Antes da análise dos TR, a palavra foi concedida à Comissão Organizadora do Congresso para atualização de informações; ao professor Magno, protestando como a mesa condutora dos trabalhos no grupo em que estava dirigiu o debate, de forma autoritária e desrespeitosa; ao professor Bertúlio, informando sobre a situação de repressão e agressão sofrida pelos estudantes da UFMT em manifestação em defesa da residência estudantil, frente à ação da Polícia Militar, invadindo o campus da universidade, com o resultado inaceitável de feridos e prisões; à professora Adriana, reiterando o protesto do professor Magno. Passou-se à apreciação do **TR 6 – Política de gênero, etnia e classe**, proposta pela Diretoria. O 31º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. A luta contra a homofobia deve ser compreendida como parte de uma luta contra o capital e suas consequências nefastas para a classe; 2. Repúdio à suspensão do kit anti-homofobia pelo governo Dilma Rousseff. Situação nos grupos: foi aprovado com modificações em todos os grupos (12). O TR foi aprovado com modificações e inclusão de itens. A proposta da mesa foi de apreciação do TR item a item, o que foi aprovado pela plenária. Foi feita a leitura do item 1: o grupo 1 propôs substituir após “como” por “marco em favor dos direitos humanos”; o grupo 2 propôs acrescentar após “homofobia” “racismo e machismo”; o grupo 3 propôs acrescentar após “classe” a palavra “trabalhadora”; o grupo 5 propôs substituir “contra o capital” por “todas as formas de discriminação” e ao final acrescentar “trabalhadora”; o grupo 6 propôs substituir o início do item por “A luta contra os preconceitos de gênero (homofobia, lesbofobia, transfobia). A xenofobia e o racismo devem ser compreendidos”; o grupo 7 propôs acrescentar após “homofobia” a expressão “o racismo, machismo e o sexismo”; o grupo 8 propôs acrescentar após “homofobia” “machismo e racismo, machismo deve ser compreendido”; o grupo 9 propôs substituir os itens 1 e 2 por “Posicionamento contra toda violência e pela liberdade de expressão sexual, gênero, etnia, de classe e dos demais direitos” e a inclusão de um novo item “Que as seções sindicais do

ANDES-SN proponham aos diretórios centrais dos estudantes e aos sindicatos dos técnicos a realização conjunta de campanhas contra trotes homofóbicos, racistas, machistas e sexistas”; os grupos 2 e 10 apresentaram a mesma proposta de novo item proposta pelo grupo 9; os grupos 11 e 12 apresentaram proposta de acréscimo após “homofobia “racismo e machismo”. Nesse sentido, a mesa sugeriu que a proposta apresentada pelo grupo 06 fosse tida como de referência – 1. *A luta contra os preconceitos de gênero (homofobia, lesbofobia, transfobia), a xenofobia e o racismo deve ser compreendida como parte de uma luta contra o capital e suas consequências nefastas para a classe trabalhadora.* – para o debate e deliberação, o que foi acatado pela plenária. Resultado dos debates, foi aprovado o seguinte texto final para o item 1: ***A luta contra a homofobia, a lesbofobia, a transfobia, a xenofobia, o machismo e o racismo deve ser compreendida como parte de uma ampla luta contra o capital, suas consequências nefastas para a classe trabalhadora e na defesa dos direitos humanos.*** Foi feita a leitura do item 2. *Repúdio à suspensão do kit anti-homofobia pelo governo Dilma Rousseff.* Os grupos apresentaram as seguintes propostas de modificações para o item 2: o grupo 2 apresentou proposta de acréscimo após Rousseff “e lutar pela implementação de políticas públicas e educacionais que problematizem, discutam e combatam as práticas homofóbicas”; o grupo 3 apresentou o seguinte acréscimo após Rousseff “e exigência à distribuição e discussão do referido kit nas escolas”; o grupo 4 apresentou proposta de um novo item “denúncia contra a cultura homofóbica expressa em vários materiais na sociedade, principalmente no contexto escolar”; o grupo 11 aprovou o acréscimo de dois novos itens “3. Desenvolver atividades, ações e iniciativas voltadas para o combate ao trote homofóbico, machista, racista e sexista em conjunto com os diretórios centrais dos estudantes, os sindicatos dos técnicos e demais entidades educacionais. 4. Desenvolver atividades, ações e iniciativas voltadas para a aprovação de PL 122 que criminaliza a homofobia e a violência contra crianças, idosos e PNEs”; o grupo 12 aprovou o encaminhamento do item 2 para o TR 34. A mesa indicou remeter o item 2 com as devidas alterações para o Tema 05, junto ao TR 34, o que foi aprovado pela plenária. Prosseguindo a discussão do TR 6, foi aprovada a inclusão da proposta do grupo 04 – ***Denúncia contra a cultura homofóbica expressa em vários espaços e materiais da sociedade, principalmente no contexto escolar, e a remessa da proposta de inclusão dos grupos 2 e 11 para o Plano de Lutas – Que as seções sindicais do ANDES-SN proponham aos diretórios centrais dos estudantes e aos sindicatos dos técnicos a realização conjunta de campanhas contra trotes homofóbicos, racistas, machistas e sexistas (inclusão grupo 2); 3. Desenvolver atividades, ações e iniciativas junto com os movimentos voltadas para o combate do trote homofóbico, machista, racista e sexista em conjunto com os diretórios centrais dos estudantes, os sindicatos dos técnicos e demais entidades educacionais, e 4. Desenvolver atividades, ações e iniciativas (junto com os movimentos sociais) voltadas para a aprovação do PL 122 que criminaliza a homofobia e a violência contra crianças, idosos e PNEs.*** A mesa colocou em votação o TR 6 que foi aprovado por ampla maioria. Na sequência passou ao **TR 7 – POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, AGRÁRIA, AMBIENTAL E URBANA**, Diretoria do ANDES-SN. O 32º Congresso do ANDES-SN delibera: 1. Ampliação da ação do ANDES-SN sobre a conservação da biodiversidade, passando a abarcar todos os biomas ameaçados no país, como Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pampa, entre outros; 2. Ampliação e descentralização da distribuição dos recursos de pesquisa e extensão. Situação nos grupos: foi aprovado sem prejuízo de modificações nos grupos 1, 2, 4, 5, 6, 8, 10, 11 e 12; rejeitado no grupo 3, remetido para a plenária nos grupos 7 e 9. Frente às deliberações vindas dos grupos, a mesa colocou em votação a manutenção do texto sem prejuízo de modificações, contra a sua rejeição. O TR 7 foi aprovado sem prejuízo de modificações. Modificações propostas pelos grupos para o item 1: os grupos 1, 2, 4, 8, 10 e 11 aprovaram o seguinte substitutivo “Intensificar ações em defesa da biodiversidade, passando a abarcar todos os biomas ameaçados no país”; o grupo 5 propôs substituir o item por “Intensificar as ações em defesa da sociobiodiversidade, cuja destruição constitui-se em uma das cercas de 10 ameaças ambientais globais, na esteira do capital passando a abarcar todos os biomas ameaçados no país.”; o grupo 6 propôs substituir o item 1 por “Ampliação da ação do ANDES-SN sobre a preservação e valorização da biodiversidade, contribuindo para a defesa de todos os biomas no país e das populações tradicionais que neles vivem”; o grupo 12 aprovou acrescentar após sobre “as

temáticas relativas à” e após conservação “sociobiodiversidade”. Em seguida, a mesa deu seguimento ao primeiro bloco de inscrições para a sua discussão, como indicado no início dos trabalhos, item por item. Foi feita a leitura do item 1, e nesse sentido a mesa sugeriu que a proposta apresentada pelo grupo 06 fosse tida como de referência a proposta do grupo 4: ***1- intensificar ações em defesa da sociobiodiversidade e nos ecossistemas, passando a abarcar todos os biomas ameaçados no país*** – que, após discussões, foi aprovada. Passou-se às modificações propostas pelos grupos em relação ao item 2. Os grupos 1, 6 e 11 deliberam pela supressão do item; os grupos 2, 5 e 10 aprovaram incluir no início do item “intensificar ações objetivando” e após ampliação “melhor”; o grupo 4 aprovou substituir o item por “Intensificar ações objetivando a ampliação e melhor distribuição dos recursos para a pesquisa e a extensão nas Instituições de Ensino Superior públicas”; o grupo 8 aprovou substituir o item por “Intensificar ações objetivando a ampliação e distribuição equitativa dos recursos para pesquisa e extensão, levando principalmente para os novos campus e universidade”; o grupo 12 aprovou substituir o item por “Defesa da alocação, ampliação e descentralização de recursos públicos específicos para realização de atividades de pesquisa e extensão nas Instituições Públicas de Ensino”. Em primeira votação, foi aprovado sem prejuízo de modificações, e por fim, sistematizado – ***Intensificar ações objetivando a ampliação e a descentralização da distribuição equitativa dos recursos para pesquisa e extensão nas IES públicas, levando principalmente para os novos campi e universidades;*** – que, posto em votação, foi aprovado. Em seguida, a mesa abriu o debate para as inclusões: Os grupos 2, 4, 5, 6, 8, 10 e 11 apresentaram a seguinte inclusão de novo texto “Oposição ao Projeto de Código Nacional de Ciência e Tecnologia elaborado pelo governo, que permite a transferência de recursos públicos para o setor privado. Este Projeto amplia a possibilidade de as Instituições Públicas compartilharem seus recursos humanos e materiais com as instituições privadas, inclusive transnacionais, permitindo, sem autorização prévia, o acesso destas ao patrimônio genético e de conhecimento tradicional para fins de comercialização visando lucro.”. O prof. Claus apresentou uma consolidação para o texto de inclusão apresentado pelos grupos 2, 4, 5, 6, 8, 10 e 11 com a seguinte redação: ***3. Lutar contra o Projeto de Lei do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PL 2177/2011) elaborado pelo governo, que permite a transferência de recursos para o setor privado. Este Projeto amplia a possibilidade de as instituições públicas compartilharem seus recursos humanos e materiais com as instituições privadas, inclusive transnacionais, permitindo sem autorização prévia, o acesso destas ao patrimônio genético e de conhecimento tradicional para fins de comercialização visando lucro.*** A mesa colocou em votação e o texto foi aprovado por ampla maioria e com o registro de algumas abstenções. Os grupos 5, 6, 8, 10 e 12 apresentaram proposta de novo item “Dar atenção especial à política de água e mineração que estão em vias de passar por modificação”; o grupo 2 apresentou a proposta de inclusão de novo item “Intensificar vínculos com as populações tradicionais e fortalecem as ações contrárias aos megaprojetos governamentais que põem em risco à sociobiodiversidade”. O grupo 6 apresentou proposta com os devidos ajustes – ***Ampliar a luta junto às comunidades tradicionais e pela preservação e reconstrução de seu conhecimento tradicional e seu território*** – votado e aprovado; inclusão do item 4 proposto pelo grupo 6 com os ajustes necessários – ***Ampliar a ação contra a desigualdade e injustiça ambiental e da saúde no Brasil*** – votado e aprovado; inclusão de um novo item – ***Denunciar a política de água e mineração, em vias de modificação (DL 0277), que favorece a exploração privada de recursos aquíferos e minerais em áreas de reserva indígena e de proteção ambiental*** – votado e aprovado. Votada e aprovada a consolidação do TR 7. Declarações de voto: professor Magnus Pinheiro – ADUFPI: “*Em meu entendimento, a palavra defesa no contexto da questão implica preservar e conservar. Como tal, não pode se restringir apenas aos biomas ameaçados*”. A mesa colocou em votação o TR 7 que foi aprovado por ampla maioria. Na sequência passou ao ***TR 8 – POR UMA ÉTICA DE PESQUISA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS.*** Contribuição da Assembleia Geral da SINDUEPG. O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Realizar um Seminário Nacional sobre Ética na Pesquisa em Ciências Sociais e/ou Humanas; 2. Articular, em conjunto com entidades científicas e associações da área, a construção de um documento público endereçado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, explicitando a urgência da criação de sistemas de regulação

ética que atenda as especificidades teóricas, metodológicas das ciências Humanas e Sociais; 3. Defesa da suspensão temporária do cadastramento de projetos de pesquisas ligados a ciências humanas e sociais na Plataforma Brasil. Situação nos grupos: foi remetido para o Tema 5 pelos grupos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11 e 12; o grupo 6 aprovou a substituição do item 1 por “Realizar um Seminário nacional sobre ética na produção de conhecimento em Ciências e/ou Humanas, que formule propostas para a construção de um documento público no próximo CONAD, a ser enviado ao Ministério de Ciência e Tecnologia” e suprimir os itens 2 e 3. Frente às deliberações vindas dos grupos, em maciça maioria, a mesa colocou em votação o envio do TR para o Plano de Lutas ou a sua aprovação sem prejuízos de modificações. Aprovado o envio para o Tema 5 – Plano de Lutas; **TR 10 – INSAES – AGÊNCIA REGULADORA DA EDUCAÇÃO**, proposta da Diretoria. O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Posicionar-se contra a criação do INSAES pelo seu caráter de agência reguladora da educação; 2. Atuar no Congresso Nacional, por meio de visitas e audiências, no sentido de apresentar a posição do ANDES-SN sobre Avaliação Institucional, para que os parlamentares posicionem-se contrários ao INSAES; **3. Mobilizar as seções sindicais para que entrem em contato com as bancadas estaduais, exigindo dos parlamentares que se posicionem contra o INSAES.** Situação nos grupos: aprovado com modificações nos grupos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11 e 12; remetido para o Tema 5 – Plano de Lutas pelos grupos 7 e 8. O grupo 1 aprovou a substituição do item 1 por “Lutar contra a criação do INSAES pelo seu caráter de agência reguladora da educação superior” e remeter os itens 2 e 3 para o Plano de Luta; o grupo 3 aprovou substituir o item 1 por “Posicionar-se contra a criação do INSAES pelo seu caráter de ingerência sobre a autonomia da produção científico ensino superior”, suprimiu os itens 2 e 3 e incluiu dois novos itens a saber: “Discutir nas bases as consequências da instalação dessa agência reguladora” e “Realizar campanha nacional contra a criação do INSAES, dentro das universidades, promovendo atos, seminários, distribuição de panfletos, entre outras ações”; o grupo 4 aprovou o item 1 e remeteu os itens 2 e 3 para o plano de lutas; o grupo 5 aprovou os itens 1, 2 e 3 e incluiu um novo item com a seguinte redação “Discutir as consequências da instalação dessa agência reguladora para organizar a categoria para a luta pela base.”; o grupo 6 acrescentou ao final do item “superior”; e aprovou a inclusão de novo item “Discutir nas bases as consequências da instalação dessa agência reguladora”; o grupo 9 aprovou suprimir no início do item 1 “Posicionar-se” e no item 2 “por meio de visitas e audiências”; o grupo 10 aprovou incluir no item 2 após parlamentares “de audiências públicas e entrega de documentos”; o grupo 10 aprovou ainda a inclusão de um novo item “Realizar uma campanha nacional contra a criação do INSAES, dentro das Universidades, resgatando a tradição do ANDES-SN “a luta é dentro da Universidade”, promovendo atos, seminários, distribuição de panfletos, entre outras ações neste sentido”; o grupo 11 aprovou a inclusão ao final do item 1 “a serviço do capital”; no item 2 após Nacional acrescentar “por meio de visitas e audiências” e a inclusão de novo item “Realizar uma Campanha Nacional contra a criação da INSAES e de outros mecanismos de avaliação e controle externo das IES, promovendo seminários e atos para ampliar a discussão dentro das universidades”. No processo de debate do TR, frente às deliberações dos grupos, houve a indicação de não remessa do TR como um todo para o Tema 5, tendo em vista que houve a compreensão de que o item 1 estaria incluído em Política. Acatando a indicação, a mesa abriu um bloco de inscrições, que resultou na construção de um consolidado do item 1: ***Posicionar-se contra a criação do INSAES, pelo seu caráter de agência reguladora da educação superior a serviço do capital***, que foi aprovado pela plenária. Os itens 2 e 3 foram votados e encaminhados para o Plano de Lutas. A professora Ana Estevão apresentou uma consolidação, com ajustes apresentados pelo professor Lisboa, do item 2 do texto original e de dois novos itens apresentados pelos grupos que, se aprovados, também serão encaminhados para o Plano de Lutas: **2. Atuar no Congresso Nacional no sentido de apresentar a posição do ANDES-SN sobre Avaliação Institucional, para que os parlamentares posicionem-se contrários ao INSAES; 4. Discutir nas bases as consequências da instalação dessa agência reguladora; 5. Realizar mobilização nacional contra a criação do INSAES, dentro das universidades, promovendo atos, seminários, distribuição de panfletos, entre outras ações.** A mesa colocou em votação e os itens foram aprovados por ampla maioria. Declaração de voto da professora Sandra – APUB-BA – *“Não devemos apostar nossa luta na ação parlamentar em*

detrimento do método da ação direta. Sindicato combativo prima pela independência de classe”. A mesa colocou em votação o TR 10 que foi aprovado por ampla maioria. Na sequência passou ao **TR 11 – CONTINUIDADE DA LUTA POR MAIS RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA** – Contribuição da Adusp-SSindical. O 32º CONGRESSO recomenda que as seções sindicais do ANDES-SN façam gestões junto aos senadores, no âmbito de seus estados e municípios, visando à votação favorável ao texto do PNE que tenha em sua Meta 20 a indicação de 10% do PIB para a educação pública, incluindo a previsão de meta intermediária, conforme o projeto de PNE aprovado pela Câmara dos Deputados. Situação nos grupos: rejeitado nos grupos 1, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10 e 11; remetido para a plenária pelo grupo 8; sem informação nos grupos 2 e 12. Frente à indicação dos grupos, a mesa coloca em votação a rejeição ou a manutenção do TR. A plenária deliberou pela rejeição do TR11. Passou-se em seguida ao **TR 12 – INTERFERIR NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM ÂMBITO NACIONAL** – Contribuição da Adusp-SSindical. O 32º CONGRESSO recomenda que as seções sindicais do ANDES-SN: 1. formulem estratégias para interferir nos processos de elaboração dos respectivos planos municipais (PME) e estaduais (PEE) de Educação; 2. avaliem a pertinência política de sua participação nas reuniões preparatórias regionais para a organização da próxima Conferência Nacional de Educação (Conae-2014). Caso considerem pertinente tal participação, que o façam visando a: 1) partilhar com outras entidades educacionais as propostas do ANDES-SN para a educação pública brasileira; e 2) buscar influir efetivamente na organização da Conae-2014, de modo a aumentar a chance de essas propostas serem contempladas nas políticas educacionais em âmbito nacional. Situação nos grupos: rejeitado nos grupos 3, 4, 5, 7, 9 e 10; remetido para a plenária pelos grupos 1, 6, 8 e 11; aprovado com modificações pelo grupo 12; sem informação no grupo 2. O professor João Zanetic pediu a palavra para esclarecer que o seu grupo encaminhou o TR para ser discutido juntamente com o TR 36. A proposta de modificação do grupo 12 foi a seguinte: acrescentar no início do item 1 “Avalie a pertinência política de formação de”. No limite do tempo, a mesa procedeu à votação da prorrogação da plenária por mais uma hora. Aprovado. Frente à indicação dos grupos e após um bloco de inscrições, a mesa colocou em votação a rejeição ou a manutenção do TR sem prejuízo de modificações. Aprovada a rejeição do TR. A mesa colocou em votação a remessa do restante dos TR para a próxima plenária. Aprovado. Plenária retomada às 14h30min do dia 08 de março de 2013. Frente a solicitações, a mesa abriu para comunicados: 1. Professora Vera Jacob (PA) – registrou o seu desconforto passado no grupo de trabalho frente a atitudes desrespeitosas de um companheiro da diretoria; 2. Professor Ricardo Senna (PB) solicita apoio ao Coletivo “Aguaceira” (Grupo Artístico), no sentido da expansão de seu trabalho sobre a acessibilidade à água no sertão nordestino; 3. Professor Domingues (MT), intermediário dos povos do Xingu – convidou o ANDES-SN a formar uma delegação de professores para participar do Karup, extensivo às seções sindicais. Indicou, também, que a presença do movimento docente está contemplada dentro da programação; 4. Professor Guilherme (RJ) falou sobre a última greve da UERJ e seus desdobramentos, assim como sobre a situação vivida pelos professores substitutos – corte de salários. Solicitou a colaboração financeira para o fundo de solidariedade; 5. Professor Elias pediu solidariedade ao Movimento Xingú Vivo. Informou ainda que, na área das obras de Belo Monte, situações de escravidão sexual têm feito parte do cotidiano. **TR 14 – POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO.** Diretoria do ANDES-SN – **O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:** 1. retomar as iniciativas políticas do ANDES-SN no campo de disputa pela democratização das comunicações, avançando na unidade com segmentos que se encontram na luta; 2. aprovar o direcionamento seguinte: **2.1.fortalecimento dos meios de comunicação sindicais; 2.2.fortalecimento dos meios de comunicação comunitários, entendidos como aqueles com finalidade sociocultural, geridos pela própria comunidade e sem fins lucrativos; 2.3.lutar contra a apropriação dos meios de comunicação por monopólios, a propriedade cruzada desses meios, bem como o monopólio para a abertura de eventos de interesse público; 2.4. universalização dos serviços essenciais nos meios de comunicação, tratando como serviços públicos aqueles relacionados à concretização dos direitos individuais e coletivos; 2.5.separação do conteúdo e infraestrutura para as atividades de comunicação social: a operação da infraestrutura necessária ao transporte do sinal, qualquer que seja o meio,**

plataforma ou tecnologia, deve ser independente das atividades de programação do conteúdo, com licenças diferenciadas e serviços tratados de forma separada; 2.6.defesa da utilização de software livre e de código aberto: adoção de padrões abertos e interoperáveis em todos os serviços, tecnologias de rede e terminais de comunicação; 2.7.estabelecimento de mecanismos de transparência para a publicidade oficial e verbas públicas diretas ou indiretas; 2.8.estabelecimento de mecanismo de controle social e responsabilização quanto a violações de direitos humanos, de proteção às crianças e aos adolescentes, e publicidade abusiva no que diz respeito a alimentos, bebidas, medicamentos e tabaco; 2.9.democratização dos sistemas de transmissão, da utilização da infraestrutura de redes, que deve estar sujeita a regras de desagregação, interconexão e operação isonômica com garantia de veiculação sem qualquer tipo de discriminação; 2.10.defender mecanismos democráticos na comunicação que assegurem a diversidade étnica, racial, de gênero, orientação sexual, pessoas com deficiência, de classes sociais, religiosa e regional; 2.11.defender iniciativas que estimulem a formação para a leitura e a prática crítica da mídia. Situação nos grupos: remetido para a plenária pelos grupos 1, 5, 6, 8 e 9; aprovado com modificações nos grupos 3, 4, 7, e 10; sem informações dos grupos 2, 11 e 12. Modificações propostas pelo grupo 3: no item 1 acrescentar após segmentos “da classe trabalhadora” e após encontram “na mesma”; o item 2 substituir por “Aprovar os seguintes direcionamentos no âmbito da comunicação sindical do ANDES-SN e da luta geral pela democratização da comunicação no Brasil”; manter os itens 2.1, 2.2 e 2.3; no item 2.4 acrescentar no início “Lutar pela”; manter os itens 2.5 e 2.6; no item 2.7 acrescentar após oficial “e para o gasto”; no item 2.8, o grupo apresentou duas propostas: proposta 1 de acrescentar no início “Lutar pela”; proposta 2 de nova redação “Acompanhar e denunciar todo o tipo de violação de direitos humanos”; no item 2.9 acrescentar no início “Defender a”; manter os itens 2.10 e 2.11. O grupo 4 apresentou as seguintes modificações: no item 1 acrescentar após encontram “na mesma”; no item 2 foi aprovada uma nova redação “Aprovar os seguintes direcionamentos no âmbito da Comunicação Sindical do ANDES-SN e da luta geral pela democratização da comunicação no Brasil”; mantem os itens 2.2, 2.3 e 2.4; acrescentar no início do item 2.4 “Lutar pela”; manter os itens 2.5 e 2.6; acrescentar após oficial “e para o gasto”; no item 2.8 acrescentar no início “Lutar pela”; no item 2.9 acrescentar no início “defender a”; manter os itens 2.10 e 2.11; e acrescentar um novo item “Propor a inclusão de componentes curriculares para a educação básica e superior que propicie uma reflexão crítica sobre a mídia”. O grupo 7 aprovou substituir os itens 2. e 2.3 por nova redação “2. Aprovar os seguintes direcionamentos no âmbito da comunicação sindical do ANDES-SN e da luta geral pela democratização da comunicação no Brasil: 2.3 lutar para que o dispositivo constitucional (artigo 222) seja cumprido, impedindo a apropriação dos meios da comunicação por monopólios a propriedade cruzada desses meios, bem como o monopólio para a cobertura de eventos de interesse público”; no item 2.5 acrescentar no início “lutar pela”; no item 2.7 acrescentar no início “Lutar pelo” e após oficial “pela aplicação de”; no item 2.8 acrescentar no início “lutar pelo”; no item 2.9 acrescentar no início “Defender a”; o grupo 10 aprovou substituir o item 2 por “Aprovar os seguintes direcionamentos no âmbito da Comunicação Sindical do ANDES-SN e da luta geral pela democratização da comunicação no Brasil”; no item 2.4 acrescentar no início do item 2.4 “Lutar pela”; no item 2.8 acrescentar no início “Lutar pela”; no item 2.9 acrescentar no início “Defender a” e no item 2.11 acrescentar ao final “em todas as etapas da escolarização”. Antes do reinício dos trabalhos de análise dos TR, o professor Luis Henrique Schuch pediu a palavra no sentido de propor uma metodologia de análise do TR, trabalhando como referência as propostas deliberadas no grupo 3. Considerando o que está no box, salvo o caput do item 2, e apontando no sentido de sua melhoria. Outra ressalva envolveria o item 2.8, que na forma como o grupo apresenta não configura-se política e sim plano de lutas. Nesse sentido propôs a aprovação apenas do acréscimo de “Lutar pela” no início do item. E por fim, seriam discutidos os acréscimos. A mesa considerou a proposta do professor Schuch, acatou-a e colocou-a em votação. Aprovada pela plenária. Os itens 1, 2, 2.4, 2.7, 2.8 e 2.9 após votação em bloco ficaram com a seguinte redação: **1. retomar as iniciativas políticas do ANDES-SN no campo de disputa pela democratização das comunicações, avançando na unidade com segmentos da classe trabalhadora que se encontram na mesma luta; 2. Aprovar os seguintes direcionamentos no âmbito da luta geral pela democratização da comunicação**

no Brasil. 2.4 Lutar pela universalização dos serviços essenciais nos meios de comunicação, tratando como serviços públicos aqueles relacionados à concretização dos direitos individuais e coletivos; 2.7. estabelecimento de mecanismos de transparência para a publicidade oficial e para o gasto de verbas públicas diretas ou indiretas; 2.8. Lutar pelo estabelecimento de mecanismo de controle social e responsabilização quanto a violações de direitos humanos, de proteção às crianças e aos adolescentes, e publicidade abusiva no que diz respeito a alimentos, bebidas, medicamentos e tabaco; 2.9. Defender a democratização dos sistemas de transmissão, da utilização da infraestrutura de redes, que deve estar sujeita a regras de desagregação, interconexão e operação isonômica com garantia de veiculação sem qualquer tipo de discriminação; Em continuidade, foram apresentadas e discutidas, na metodologia proposta, as inclusões: 1. Inclusão do grupo 4 – **Propor a inclusão de componentes curriculares para a educação básica e superior que propicie uma reflexão crítica sobre a mídia;** 2. Inclusão do Grupo 7, que diz respeito ao início do item 2.3 – **Lutar para que o dispositivo constitucional (artigo 222) seja cumprido, impedindo a apropriação dos meios de comunicação por monopólios a propriedade cruzada desses meios, bem como o monopólio para a cobertura de eventos de interesse público;** 3. Inclusão do grupo 10 referente ao final do item 2.11 - Defender iniciativas que estimulem a formação para a leitura e a prática crítica da mídia **em todas as etapas da escolarização.** A mesa colocou em votação cada inclusão após a sua discussão, sendo todas aprovadas pela plenária. Colocado em votação o TR – 14 como um todo, com suas modificações e inclusões, este foi aprovado. A mesa colocou em votação o TR 14 que foi aprovado por ampla maioria. Na sequência passou ao **TR 15 - PARTICIPAÇÃO DO ANDES-SN NO FNDC É UM DESAFIO NA DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA NO BRASIL** – Contribuição da Assembleia Geral da SINDUEPG. **O 32º Congresso do ANDES-SN decide: 1. atuar, de forma orgânica e efetiva, nos espaços de debate e ação inclusive no Fórum Nacional de Pela Democratização da Comunicação (FNDC), indicando um representante do ANDES-SN; 2. orientar as seções sindicais para que pautem, no interior de suas ações estratégicas e cotidianas, a urgência de ações públicas pela construção de uma legítima democratização da mídia brasileira; 3. sistematizar um retrato das atuais condições de mídia das seções sindicais, buscando apontar diretrizes para uma política pública de comunicação, em sintonia com as atuais demandas dos diversos setores da sociedade civil do país; 4. manter, no horizonte de ações e análises estratégicas, a demarcação de intervenções para colocar na pauta dos movimentos sociais e sindicais do país a importância da democratização da mídia para fortalecer a luta popular por melhores condições de vida e trabalho.** Situação nos grupos: remetido para a plenária pelos grupos 3, 5, 6, 8, 9, 11 e 12; aprovado com modificações pelos grupos 4, 7 e 10; sem informação dos grupos 1 e 2. O grupo 4 aprovou a manutenção dos itens 1 e 4 e remeteu para o plano de lutas os itens 2 e 3; o grupo 7 substituiu “os” após efetivos por “nos” e após ação incluir “inclusive no”; o grupo 10 aprovou a rejeição do TR e encaminhou para a plenária a modificação do item 1 por conta do número de votos com a seguinte redação “Atuar, de forma orgânica e efetiva, nos espaços da sociedade para o debate relativo à comunicação, inclusive no Fórum Nacional de pela Democratização da Comunicação (FNDC), disputando espaço pela plataforma aprovada por este congresso”. O prof. Tomaz apresentou a seguinte proposta de acréscimo de novo item: “Que as seções discutam a possibilidade de implementar em seus âmbitos, como também de participar de rádios comunitárias”. A profª Cíntia esclareceu que esta proposta já está contemplada no plano de comunicação do ANDES-SN aprovado em Manaus e que não cabe mais discussão neste plenário. A mesa considerou as modificações aprovadas pelo grupo 4 como referência para análise e votação, o que foi aprovado pela plenária. Aprovados os itens 1 e 4, mantendo-os no tema políticas, e remetendo os itens 2 e 3 para o tema 5 – Plano de Lutas. Aprovado. A mesa colocou em votação o TR 15 que foi aprovado por ampla maioria. Na sequência passou ao **TR 16 - CAMPANHA DE DENÚNCIA DA INJUSTIÇA TRIBUTÁRIA NO BRASIL.** Contribuição da Assembleia Geral da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS. O GT Verbas do ANDES deverá propor uma campanha associada a outros movimentos e sindicatos com o objetivo de mostrar para a população a dimensão da injustiça tributária no Brasil, contrarrestando a hipócrita campanha da burguesia e da mídia corporativa, assim como organizar um movimento pela mudança desta

situação, com mobilizações e propostas concretas. Situação nos grupos: remetido para a plenária pelos grupos 3, 5, 6, 8, 9, 11 e 12; remetido para outro tema pelo grupo 7; aprovado com modificações pelos grupos 4 e 10; sem informação dos grupos 1 e 2. Foi solicitada a correção do relatório do grupo 9, que indicou a *Reativação do GT Verbas para assessoramento do ANDES nos aspectos econômicos e tributáveis*, e não o encaminhamento para a plenária. O grupo 4 aprovou o seguinte texto substitutivo “O 32º Congresso delibera que o ANDES-SN leve ao Fórum dos SPF, à Auditoria Cidadã da Dívida, à CSP-Conlutas, e outros fóruns, o debate sobre a injustiça tributária no Brasil, visando construir ações de denúncia e de necessidade de luta para reverter essa situação, contrapondo-se à hipócrita campanha da burguesia e da mídia corporativa”; o grupo 10 também apresentou proposta substitutiva “O 32º Congresso delibera que o ANDES-SN leve ao Fórum dos SPF, à Auditoria Cidadã da Dívida, à CSP-Conlutas, e outros fóruns, o debate sobre a injustiça tributária no Brasil, visando construir ações de denúncia e de necessidade de luta para reverter essa situação, contrapondo-se à hipócrita campanha da burguesia e da mídia corporativa.” e apresentou ainda a inclusão de item por conta do número de votos com a seguinte redação “O GT Verbas do Andes-SN deverá acompanhar e analisar a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária, bem como a execução do orçamento no que diz respeito em especial à aplicação de recursos em educação e nos gastos com pagamento dos servidores públicos. Acompanhar os recursos arrecadados trimestralmente”. O professor Ciro propôs encaminhar a análise a partir da proposta do grupo 10, o que foi aceito pela mesa e aprovado pela plenária. **O GT Verbas do ANDES-SN deverá acompanhar e analisar a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária, bem como a execução do orçamento no que diz respeito em especial à aplicação de recursos em educação e nos gastos com pagamento dos servidores públicos. Acompanhar os recursos arrecadados trimestralmente, bem como a evolução inflacionária nos respectivos períodos.** Proposta consolidada aprovada. Dois delegados solicitam a palavra à mesa, para autorização de emissão de novos crachás de votação. Aprovado pela plenária. A mesa colocou em votação o TR 16 que foi aprovado por ampla maioria. Na sequência passou ao **TR 17 – PELO FIM DA IMPUNIDADE AOS TORTURADORES.** Contribuição da Assembleia Geral da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS. O 32º CONGRESSO do ANDES-SN vem, de público, se posicionar: 1. pela necessidade de um movimento nacional pelo fim da impunidade de que gozam os agentes civis e militares que usaram a autoridade e o poder estatais para – ao arrepio da própria legislação então vigente – torturar, assassinar, desaparecer com os militantes, os democratas e todo cidadão suspeito de se articular politicamente em oposição ao regime ditatorial; deve também ser dado um fim à impunidade que gozam os seus mandantes, bem como os superiores, que toleraram ou acobertaram tais atividades; 2. pela conquista do fim da referida impunidade por meio da revisão ou alteração da Lei de Anistia (através de emenda), devendo ser discutida a possibilidade de se alcançar este fim através da mobilização em apoio a Projeto de Lei de Iniciativa Popular. Situação nos grupos: aprovado com modificações pelo grupo 10; remetido para a plenária pelos grupos 3, 4, 5, 6, 8, 9 e 11; sem informações dos grupos 1, 2, 7 e 12. A proposta do grupo foi a seguinte “que o ANDES-SN apoie os movimentos de “escracho” assim como ações da Comissão da Verdade na busca pelo desvelamento e punição dos crimes cometidos pela ditadura militar e seus apoiadores e financiadores”. Aberto o bloco de inscrições para avaliações, a professora Marina Barbosa destacou a importância política da proposta, mas que deveria ser discutida em conjunto com o TR 73. A relevância política foi destacada também por outros professores, fazendo com que o TR ficasse no cabide para construção de uma proposta consolidada. Pela proposta final, **o 32º Congresso do ANDES-SN vem, de público, posicionar-se favoravelmente: 1. Ao movimento nacional pelo fim da impunidade que gozam os agentes civis e militares que usaram a autoridade e o poder estatais para torturar, assassinar e desaparecer com militantes, democratas e cidadãos considerados suspeitos que atuaram em oposição à ditadura civil-militar (1964-1985), além de outros cidadãos comuns; 2. A luta pela revisão da Lei da Anistia (6683/79); 3. Ação conjunta com os movimentos sociais pela construção de iniciativas populares sobre o tema; 4. Pela constituição de tribunais populares para julgar os torturadores dos crimes da ditadura militar.** A Proposta de consolidação apresentada pela profª Marina foi aprovada. A proposta apresentação pela professora Sandra foi aprovada com 84 votos favoráveis, 79

contrários e 42 abstenções. A mesa colocou em votação o TR 17 que foi aprovado por ampla maioria. Na sequência passou ao **TR 60 – APOSENTADOS E INCLUSÃO NO AMBIENTE ACADÊMICO**. Contribuição dos professores Luciano da Silva Alonso e Luis Mauro Sampaio Magalhães – sindicalizados da ADUR-RJ Seção Sindical. **O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: Que os GT de Seguridade Social, de Política e Formação Sindical e de Políticas Educacionais discutam e que remetam para o conjunto do Sindicato o debate sobre a atuação de docentes aposentados(as) nas IES.** Situação nos grupos: remetido para a plenária pelos grupos 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 11; aprovado sem modificações no grupo 10; sem informação dos grupos 2 e 12. Após dois blocos de inscrições para avaliação sobre o TR, a mesa colocou em votação, tendo como resultado final a sua aprovação sem modificações. A mesa colocou em votação o TR 60 que foi aprovado por ampla maioria. Na sequência passou ao **TR 61 - POR UMA POLÍTICA DE BEM-ESTAR ANIMAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**. Contribuição dos professores Luciano da Silva Alonso e Maria Cristina Affonso Lorenzon – sindicalizados da ADUR-RJ Seção Sindical. Situação nos grupos: remetido para a plenária pelos grupos 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11 e 12; aprovado com modificações nos grupos 7 e 10; rejeitado no grupo 1. Pelas discussões apresentadas no consolidado, a mesa procedeu à análise e deliberação por etapas: 1. Votação do texto original contra as substituições – aprovadas as modificações; 2. Votação da proposta do grupo 7 – *O ANDES-SN defende que políticas de proteção e bem-estar animal sejam praticadas nas instituições de ensino superior* – contra a proposta do grupo 10 - *O ANDES-SN defende políticas de proteção e bem-estar animal nas IES*, resultando na aprovação da proposta do grupo 7; 3. Votação da aprovação da proposta do grupo 7 na íntegra ou a modificação da proposta; aprovada a modificação da proposta. A versão final votada e aprovada pela plenária foi: ***O ANDES-SN defende que políticas de proteção e bem-estar animal sejam praticadas nas instituições de ensino superior.*** Frente ao limite do tempo, foi votada a prorrogação da plenária por até uma hora. Aprovada a prorrogação. A mesa colocou em votação o TR 61 que foi aprovado por ampla maioria. Na sequência passou ao **TR 62 – POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, PÓS-GRADUAÇÃO E O TRABALHO DOCENTE** – Contribuição dos professores Aloizio Soares Ferreira (ASPUV-SSind), Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV-SSind), Ana Lucia Barbosa de Faria (SINDCEFET-MG-SSind), Antonio Claudio Moreira Costa (ADUFU-SSind), Célia R. Otranto (ADUR-RJ-SSind), Dilenio Dustan Lucas de Souza (APESJFSSind), Edmundo Fernandes Dias (ADUNICAMP-SSind), Elaine Judite de Amorim Carvalho (ADUFEPE-SSind), Emerson Araujo (ADUFPE-SSind), Graciela Bonassa Garcia (ADUR-RJ-SSind), Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind), José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind), Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind), Luís Mauro S. Magalhães (ADUR-RJ-SSind), Marília Washington (ADUFSCARSSind), Oneize Araujo (ADUFS-SSind) e Vera Lucia Jacob (ADUFPA-SSind). **O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. que o GTCeT estabeleça um calendário no primeiro semestre de 2013, para a discussão, aprofundamento e atualização das políticas de Ciência e Tecnologia do ANDES-SN e os desafios que estão colocados para o movimento docente a respeito deste tema, abordando: 1- Políticas de CeT e orçamentos da União e dos estados para a produção científica e tecnológica; 2- Critérios e mecanismos de distribuição de recursos para o sistema de CeT, em especial para as IES; 3- A questão da pesquisa, da pós-graduação, as políticas produtivistas e o trabalho docente; 2. que o GTCeT elabore uma proposta de atualização da política do ANDES-SN para CeT, a partir das reuniões no primeiro semestre de 2013, para apreciação no 57º CONAD.** Situação nos grupos: remetido para o Plano de Lutas pelos grupos 1, 2, 7, 8 e 10; remetido para a plenária pelos grupos 3, 4, 5, 6, 9, 11 e 12. Frente à proposta dos grupos, a mesa encaminhou a votação no sentido da aprovação ou não do encaminhamento do TR para o Plano de Lutas. Aprovado encaminhamento para o Plano de Lutas. **TR 63 – CONSTRUIR A UNIDADE DA CLASSE NA CUT. REABRIR O DEBATE SOBRE A FILIAÇÃO DO ANDES À CONLUTAS.** Contribuição dos professores Eudes Baima – SINDUECE; Domingos Sávio – ADUNEMAT; Fernando Cunha – ADUFPB; Paulo Riela – ADUFS; Joelma Albuquerque – ADUFAL; David Romão – APUR; Juanito Vieira – APESJF; Cláudio Félix – ADUSB; Tiago Lavoura – ADUSC; Marco Aurélio – ADUFU; Fernanda – ADCAC/UFG Catalão; Celi Taffarel – UFBA. **O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. reabrir o debate sobre a filiação do ANDES à**

CONLUTAS. Situação nos grupos: rejeitado pelo grupo 10; remetido para a plenária pelos grupos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11 e 12. Após um bloco de discussões, a mesa encaminhou à votação. A plenária deliberou pela rejeição do TR. Declaração de voto da professora Sandra Marinho – APUB-BA: *Justifico a abstenção em virtude de discordar de que o debate está superado. A história e a prática são formadas por múltiplas determinações. Devemos avaliar a CONLUTAS e combater o divisionismo.* **TR 89 – EM DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO DOS SINDICALIZADOS DO ANDES-SN.** *Contribuição dos professores Adriano Figueiró (SEDUFMS-SSind.); Agatha Justen Gonçalves Ribeiro (ADUFRJ-SSind.); Airton Paula Souza (ADUFS-SSind.); Alexandre Pinto Mendes (ADUR-RJ-SSind.); Aloízio Soares Ferreira (ASPUV-SSind.); Ana Cristina Souza Santos (ADUR-RJ-SSind.); Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCEFET-MG-SSind.); André Guimarães Augusto (ADUFF-SSind.); Andrey Cordeiro Ferreira (ADUR-RJ-SSind.); Anete Abramowicz (ADUFSCar-SSind.); Ângela Maria Soares Ferreira (ASPUV-SSind.); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU-SSind.); Antônio Luís de Andrade (ADUNESP-SSind.); Bráulio Silva Chaves (SINDCEFET-MG-SSind.); Catharina Meirelles (ADUFF-SSind.); Célia Otranto (ADUR-RJ-SSind.); Cícera Vanessa Maia (SINDCEFET-MG-SSind.); Christian Guy Caubet (UFSC) Clarisse Toscano de Araújo Gurgel (ADUNIRIO-SSind.); Claudete Sales Sampaio (ADUFS-SSind.); Claudio Roberto Marques Gurgel (ADUFF-SSind.); Cleide Sizo (ADUFPA-SSind.); Dilenio Dustan (APES-JF-SSind.); Edmundo Fernandes Dias (ADUNICAMP-SSind.); Elaine Judite A. Carvalho (ADUFEPE-SSind.); Eleaine Sigette (ADUFF-SSind.); Elias Sacramento (ADUFPA-SSind.); Emília Freitas de Lima (ADUFSCar-SSind.); Fábila Barbosa Heluy Caram (SINDCEFET-MG-SSind.); Fernando de Oliveira (ADUFF-SSind.); Francisco Carlos Vitória (ADUFPel-SSind.); Gelta Xavier (ADUFF-SSind.); Géria Maria Montanar Franco (ADUFSCar-SSind.); Graciela Bonassa Garcia (ADUR-RJ-SSind.); Heitor Fernandes Mothe Filho (ADUR-RJ-SSind.); Heloisa Gouvea Collet (ADUFF-SSind.); Isaque Moura (ADUUF-SSind.); Ivan Neves (ADUFPA-SSind.); Jacira Oliveira (ADUFF-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); João dos Reis da Silva Júnior (ADUFSCar-SSind.); Joel de Lima Pereira Castro (ADUFF-SSind.); José Domingues Godoi Filho (ADUFMAT-SSind.); José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind.); José Guibson Dantas (ADUFAL-SSind.); Josete Luzia Leite (ADUNIRIO-SSind.); Juçara Luzia Leite (ADUFES-SSind.); Julio Carlos Figueiredo (ADUFF-SSind.); Lorene Figueiredo (ADUFF-SSind.); Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind.); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ-SSind.); Maracajaro Mansor (ADUFF-SSind.); Maria Cristina Affonso Lorenzon (ADUR-RJ-SSind.); Maria da Graça Marques Gurgel (ADUFAL-SSind.); Maria Simone Ferrer Pereira (ADUFU-SSind.); Maria Waldenez de Oliveira (ADUFSCar-SSind.); Marília Leite Washington (ADUFSCar-SSind.); Oneize Amoras (ADUFS-SSind.); Paulo Cresciúlo Almeida (ADUFF-SSind.); Pedro Ferreira Filho (ADUFSCar-SSind.); Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (ADUFSCar-SSind.); Regina Maria de Paula Freitas (SINDCEFET-MG-SSind.); Rogério Motta (ADUNIRIO-SSind.); Rosimê Meguins (ADUFPA-SSind.); Sidênia Mendes (ADUFF-SSind.); Simone Mendes Carvalho (UFMG); Valena Jacob Mesquita (ADUFPA-SSind.); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA-SSind.); Victor Cruz Rodrigues (ADUR-RJ-SSind.); Waldyr Lins (ADUFF-SSind.); Wanise Cabral Silva (ADUFF-SSind.); Wilma Pessoa (ADUFF-SSind.); Zenilde Moreira Borges de Moraes (ADUFERPE-SSind.).* O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. reafirmar e exigir o respeito aos princípios democráticos que fundaram e consolidaram o ANDES-SN, que garantem que qualquer sindicalizado possui o direito e a oportunidade de se expressar livremente, participar dos fóruns, das elaborações, das deliberações e dos encaminhamentos do Sindicato, através de iniciativas individuais ou em ações coletivas; 2. combater o desrespeito a estes princípios e não admitir quaisquer tentativas de cerceamento, intimidação, ofensas, assédio, agressões ou retaliação contra aqueles que se opõem a determinadas posições políticas, principalmente por parte daqueles que ocupam cargos de direção nacional ou de seções sindicais. Após vários blocos de inscrições, a mesa encaminhou à votação, sendo solicitada a contagem de votos, por parte da plenária. Resultado final: 42 votos pela aprovação do TR, 178 votos pela rejeição, e 50 abstenções. Por fim, a mesa colocou em votação o conjunto dos TR apreciados do Tema 3: TR – 6, TR – 7, TR – 11, TR – 12, TR – 14, TR – 15, TR – 16, TR 17, TR 60, TR 61, TR 62, TR 63 e TR 89, que foram aprovados por maioria e com poucas abstenções. Às 18h30 horas do dia oito

de março de dois mil e treze, nada mais havendo a tratar, o professor Rubens Luis Rodrigues, presidente da mesa coordenadora da plenária do Tema 3, deu por encerrados os trabalhos de apreciação dos Textos de Resolução desse Tema, e eu, professor Walcyr de Oliveira Barros, 2º secretário, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelo presidente da mesa.

Walcyr de Oliveira Barros
2ª Secretário

Rubens Luis Rodrigues
Presidente

**ATA DA PLENÁRIA DO TEMA 4 – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E
FINANCEIRAS
32º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL**

Às dezenove horas e trinta minutos do dia 8 de março do ano de dois mil e treze, no Auditório Roxinho do Centro de Ciências da Matemática e da Natureza da Universidade Federal do Rio de Janeiro, verificado o quórum regimental de 179 delegados, deu-se início à plenária do Tema 4 - Questões Organizativas e Financeiras do 32º CONGRESSO do ANDES-SN. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta pelas professoras Elizabeth Carla Barbosa, como presidente; Cintia Xavier, como vice-presidente; Vânia Graciele Lezan Kowalczuk, 1ª secretária e Maria Suely Soares, 2ª secretária. Dando início aos trabalhos, a presidente da mesa apresentou a metodologia que seria utilizada, propondo a seguinte ordem para a apreciação das propostas: **TR 18** - Alterações no estatuto do ANDES-SN; **TR 66** - Alteração estatutária – quórum para deliberação; **TR 65** - Necessidade de modificação do estatuto quanto aos critérios para inscrição de chapas para concorrer à diretoria do ANDES-SN; **TR 67** - Proposta de modificação do estatuto. Eleição do ANDES-SN; **TR 68** - O dispositivo antipelegrino e os mecanismos para evitar o carreirismo sindical; **TR 19** - Fundo Único, Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN; **TR 71** - Fundo de Greve; **TR 72** - Proposta de nova regulamentação do Fundo Nacional de Solidariedade do ANDES-SN; **TR 20** - Mudança de nomes de grupos de trabalho – GT; **TR 21** - Homologação no 32º Congresso das propostas de participação nos GT locais; **TR 22** - Organização dos grupos de trabalho do ANDES-SN; **TR 23** - Manutenção do apoio financeiro à Auditoria Cidadã da Dívida; **TR 24** - Manutenção do apoio financeiro à Escola Nacional Florestan Fernandes; **TR 25** - Homologações: novas seções sindicais, alterações regimentais, transformação de associação de docente em seção sindical; **TR 26** - Prestação de contas do 57º CONAD; **TR 69** - Aumentando ainda mais a transparência para a prestação de contas do ANDES-SN; **TR 27** - Sede do 33º CONGRESSO do ANDES-SN; **TR 28** - Desconto consignado no SIAPE; **TR 29** - Autorização para aquisição de terreno em Brasília/DF para a construção da sede nacional do ANDES-SN; **TR 30** - Filiação das associações docentes ao ANDES -Sindicato Nacional: em defesa da liberdade e autonomia sindical e dos direitos humanos; **TR 31** - Nova estrutura para o fortalecimento do ANDES-SN; **TR 70** - Financiamento de delegados e observadores nos congressos do ANDES-SN; **TR 73** - Por uma comissão da verdade do ANDES-SN. A presidente da mesa abriu os trabalhos com a apreciação do *TR – 18 - ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO ANDES-SN Diretoria do ANDES-SN. O 32º CONGRESSO do ANDES-SN aprova as alterações no estatuto do ANDES-SN 1 - O inciso I do artigo 9º (I - votar e ser votado para qualquer cargo de representação na Entidade, ressalvado o disposto no art. 53;) passe a ter a seguinte redação: I - votar e ser votado para qualquer cargo de representação na Entidade, ressalvado o disposto nos artigos 32 e 53; 2 – Incluir um novo parágrafo 2º no art. 32 renumerando os demais, com a seguinte redação: § 2º. Os cargos previstos nos incisos IV e V deste artigo serão ocupados exclusivamente por sindicalizados da área geográfica de abrangência da respectiva Secretaria Regional. 3 – O artigo 70 e seu parágrafo único, o artigo 71 e o parágrafo 2º do artigo 72 passam a ter a seguinte redação: Art. 70. O ANDES-SINDICATO NACIONAL reconhece e dá prerrogativa de seções sindicais (AD-Seções Sindicais) a todas as associações de docentes (AD) filiadas, até o trigésimo terceiro (33º) Congresso, ressalvados os direitos daquelas que, em assembleia geral, decidirem o contrário. Parágrafo único. As AD às quais se refere o caput deste artigo deverão, para se constituírem em AD-Seções Sindicais, até o 33º CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à diretoria as atas das assembleias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com a comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência (art. 45), para homologação no CONAD, ad referendum do congresso (art. 23, XI), ou no congresso (art. 15 VI). Art. 71. Fica prorrogada até o 33º CONGRESSO a possibilidade de alteração dos estatutos do ANDES - SINDICATO NACIONAL, desde que a alteração seja aprovada por mais de 50% (cinquenta por cento) dos delegados nele inscritos,*

suspensa, até então, a vigência do inciso I do parágrafo único do art. 21. Art. 72. § 2º. O 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o 33º CONGRESSO como prazo final para a implantação da política de contribuição dos sindicalizados do ANDES - Sindicato Nacional, nos termos do estabelecido no § 1º, para o caso das seções sindicais que ainda estejam arrecadando percentual inferior ao reconhecido no caput. A situação nos grupos foi: aprovaram integralmente – 1 e 2 (unanimidade), 3 (11F, 4C e 5A), 5 (8F, 6C e 3A), 6 (20F, 0C e 3A), 8 (20F, 0C e 3A), 9 (15F, 0C e 2A), 10, item 1 (14F, 0C e 6A), item 2 (15F, 0C e 6A), e 11 (21F, 0C e 0A); aprovaram com modificações – 7 (14F, 1C e 1A) e 12 (item a item). Em relação ao item 2 – Incluir um novo parágrafo 2º no art. 32 renumerando os demais, com a seguinte redação: § 2º. Os cargos previstos nos incisos IV e V deste artigo serão ocupados exclusivamente por sindicalizados da área geográfica de abrangência da respectiva Secretaria Regional. O grupo 12 aprovou a sua supressão (11F, 8C e 2A); o grupo 7 aprovou a substituição de “exclusivamente por sindicalizados da área geográfica de abrangência” por “conforme estatuto do ANDES-SN” (14F, 1C e 1A); grupo 12 (16F, 0C e 5A) aprovou a substituição de “exclusivamente por sindicalizados da área geográfica de abrangência da respectiva Secretaria Regional” por “conforme regimento do ANDES-SN em seu art. 32, item IV da letra “A a M”.” O grupo 7 propôs incluir um novo parágrafo 2º no art. 32 renumerando os demais, com a seguinte redação: § 2º. Os cargos previstos nos incisos IV e V deste artigo serão ocupados exclusivamente por sindicalizados conforme regimento do ANDES-SN em seu art. 32, item IV da letra “A a M”. Grupo 12 (16F, 0C e 5A) aprovou a substituição no item 2 – Incluir um novo parágrafo 2º no art. 32 renumerando os demais, com a seguinte redação: § 2º. Os cargos previstos nos incisos IV e V deste artigo serão ocupados exclusivamente por sindicalizados conforme regimento do ANDES-SN em seu art. 32, item IV da letra “A a M”. O grupo 7 aprovou para o item 2 - Incluir um novo parágrafo 2º no art. 32 renumerando os demais, com a seguinte redação: § 2º. Os cargos previstos nos incisos IV e V deste artigo serão ocupados exclusivamente por sindicalizados da área geográfica, conforme regimento do ANDES-SN em seu art.32, item IV da letra “A a M”. O Grupo 5, em proposição minoritária, aprovou o texto: O 32º Congresso “Remete à redação do regimento eleitoral a deliberação sobre a exigência de que o cargo previsto nos incisos IV e V do artigo 32 do estatuto do ANDES-SN sejam ocupados exclusivamente por sindicalizados da área de abrangência da respectiva secretaria regional. A mesa propôs a votação, como proposta 1, a aprovação integral do TR. A partir de questão de ordem apresentada na plenária, por ser deliberação relativa à alteração estatutária, passou-se a votar o TR item por item. A presidente fez a leitura do item 1, abrindo a discussão sobre a matéria, com argumentos sobre a abrangência de cada secretaria regional. Em seguida, Zago apresentou questão de ordem de que se votasse inicialmente a recomendação do grupo 5, que propõe remeter o conteúdo do TR ao regimento eleitoral. Votou-se, em seguida, a aprovação do item 1, que obteve 148 votos, com 2 votos contrários e 31 abstenções, não alcançando o quórum mínimo de delegados necessários a alterações estatutárias. Helvio propôs recurso de votação e Ciro propôs remeter as discussões sobre o estatuto para a manhã do dia 9. Em duas etapas de votação, a plenária deliberou remeter esta discussão para a manhã seguinte. Em seguida, passou-se à discussão do substitutivo apresentado pela diretoria para o TR 19 - **SUBSTITUTIVO AO TR 19 Diretoria do ANDES-SN** O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Criar um FUNDO ÚNICO, denominado Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN, a ser mantido pela destinação de 2% (dois por cento) da receita integral das contribuições mensais dos sindicalizados, relativamente às parcelas correspondentes a cada seção sindical e à tesouraria nacional, devendo, então, cada seção sindical destinar 2% de suas arrecadações líquidas mensais (arrecadação total menos repasse à tesouraria nacional) ao fundo e à tesouraria nacional, destinar 2% de sua receita mensal de contribuições ao fundo, ambas na mesma conta, a partir das contribuições de março de 2013. 2. Extinguir os Fundos de Solidariedade e Mobilização, transferindo os valores existentes nesses fundos para o novo fundo. 3. Os recursos do FUNDO ÚNICO serão distribuídos nos seguintes montantes: 25% para a Solidariedade, 35% para a Mobilização e 40% para a Greve, a serem definidos relativamente ao saldo de 1º de março de 2012 e recalculados anualmente tendo como referência o saldo total do fundo no dia 1º de janeiro de cada ano. 4. O 33º Congresso avaliará a experiência do novo fundo e fará os ajustes que julgar necessários. 5. A

utilização do Fundo Único observará as determinações abaixo relacionadas. 5.1. Solidariedade: 5.1.1. Será destinado ao atendimento a professores com mandato de diretores sindicais – da Diretoria Nacional e das Seções Sindicais já constituídas, ou daquelas em processo de constituição, reconhecidas pelo ANDES-SN, por intermédio da respectiva secretaria regional – que estejam em atividades relacionadas com o exercício sindical e nas seguintes situações: a) demissão arbitrária; b) demissão sem justa causa; c) salários total ou parcialmente retidos; d) descontos de dias. 5.1.2. O dirigente sindical terá direito a recorrer ao Fundo de Solidariedade para pleitear auxílio monetário no menor valor, considerando-se o salário líquido percebido à época da demissão e o salário mínimo calculado pelo DIEESE no momento da entrada no Fundo de Solidariedade; 5.1.3. O auxílio financeiro não poderá ultrapassar o período de 12 meses após o término do mandato sindical originário da demissão. 5.1.4. No caso de o Sindicato ou o(a) professor(a) perder a ação judicial, o reembolso será facultativo. 5.1.5. No caso de o Sindicato ou professor(a) ganhar a ação judicial, o Fundo deverá ser reembolsado pelo(a) professor(a), nos valores desembolsados ou pelo valor da indenização recebida, se ela for menor. 5.1.6. O(A) professor(a) que conseguir outro emprego, com o salário líquido igual ou maior que o anterior, terá suspenso o uso do Fundo. Caso o salário líquido recebido no novo emprego seja menor que o anterior, o valor do auxílio será a diferença, respeitado o limite do salário mínimo calculado pelo DIEESE. 5.1.7. O Fundo garantirá o auxílio até o limite de seu caixa. Se os recursos forem insuficientes para atender a todos os casos, o atendimento será feito mantendo-se a proporcionalidade, segundo o valor do auxílio recebido pelo(a) professor(a). 5.1.8. Para a utilização do Fundo, o professor deve informar, com comprovação (contracheque, declaração etc.), o valor de seu salário líquido. 5.1.9. O depósito mensal do auxílio será efetuado pelo ANDES-SN, mediante comunicado do(a) professor(a) (carta ou e-mail) endereçado à tesouraria, todo início de mês, esclarecendo sobre a permanência da situação que originou o pedido de auxílio. 5.2. Mobilização: 5.2.1. A Diretoria do ANDES-SN convocará a Comissão Nacional de Mobilização (CNM), sempre que for necessário, com antecedência mínima de doze dias, admitindo-se a convocação em prazo menor somente em situações excepcionais; 5.2.2. A circular de convocação da CNM deverá explicitar: 5.2.2.1. O prazo limite, nunca inferior a 24h, para manifestação das seções sindicais, por fax ou correio eletrônico dirigido à secretaria do ANDES-SN; 5.2.2.2. O período de permanência do docente nos trabalhos da comissão; 5.2.2.3. O número de docentes convocados para o período; 5.2.3. A composição da CNM de cada período será definida a partir das indicações das seções sindicais, observando-se a seguinte ordem de prioridades: 5.2.3.1. A representação dos três setores, salvo quando esteja em evidência questão pertinente a um setor; 5.2.3.2. As seções sindicais com menor número de participações nos últimos 12 meses; 5.2.3.3. As seções sindicais com menor número de docentes sindicalizados; 5.2.3.4. A ordem de chegada das indicações das seções sindicais; 5.2.4. Os membros da CNM que participarem de atividades que constem da agenda do ANDES-SN, imediatamente antes ou após o período de convocação da CNM, terão suas despesas com diárias e hospedagens, referentes a essa participação, custeadas por suas respectivas seções sindicais e as despesas decorrentes de passagens (ida e volta) serão custeadas pela CNM, assim como as diárias e hospedagens no período da convocação. 5.2.5. O uso do Fundo para Mobilização será utilizado para os seguintes fins: 5.2.5.1. Despesas com transporte, diárias e hospedagens da Comissão Nacional de Mobilização; 5.2.5.2. Apoio a mobilizações, campanhas, marchas, manifestações e eventos, definidos como centrais nas lutas do Sindicato, cuja destinação tenha sido definida em congresso ou CONAD; 5.2.3. Greve; 5.2.3.1. Os recursos do Fundo destinados às greves não substituem fundos de greves de seções sindicais e dos setores e serão utilizados especificamente para ajudar movimentos de greves organizados por seções sindicais que apresentem dificuldades financeiras. 5.2.3.2. As solicitações de apoio financeiro às greves devem ser feitas, por escrito, à tesouraria do ANDES-SN, justificando os motivos do pedido e os usos a que se destinam, tais como divulgação do movimento, mobilização, atos, caravanas e participação em comandos de greve. 6. Fica autorizada a diretoria do ANDES-SN a ordenar despesas destinadas a cobrir necessidades previstas no item 5.2.5.2., no período compreendido entre março de 2013 a janeiro de 2014, até o limite de R\$ 500 mil reais; 7. Está autorizada a aplicação de recursos do Fundo de Mobilização durante o período e o valor estabelecidos no

item 6, na jornada na próximo semestre, conforme preveem o subitem 6.2 e o item 7 deste TR, na jornada de lutas do mês de abril de 2013 e na marcha do dia 24 de abril, convocadas e organizadas pelo espaço de unidade de ação, devendo o 58º CONAD apreciar e deliberar sobre o custeio de outras mobilizações para o segundo semestre. O grupo 5 aprovou integralmente a proposta; os grupos 1 (15F, 3C e 5A), 2 (SI), 7 (10F, 7C e 0A), 8 (13F, 2C e 1A) e 12 (17F, 0C e 3A) a aprovaram com modificações; o grupo 2 a rejeitou integralmente (proposta minoritária), e os 6 (17F, 2C e 3A), 9 (18F, 0C e 0A) e 11 (20F, 0C e 1A) deliberaram por remetê-la para o 58º CONAD. Em relação a propostas de modificação aprovadas nos grupos, no subitem 5.1.1. *Será destinado ao atendimento a professores com mandato de diretores sindicais – da diretoria nacional e das seções sindicais já constituídas, ou daquelas em processo de constituição, reconhecidas pelo ANDES-SN, por intermédio da respectiva secretaria regional – que estejam em atividades relacionadas com o exercício sindical e nas seguintes situações: a) demissão arbitrária; b) demissão sem justa causa; c) salários total ou parcialmente retidos; d) descontos de dias;* o grupo 5 aprovou proposta minoritária de substituir a expressão “com mandato de diretores sindicais – da diretoria nacional e das seções sindicais já constituídas, ou daquelas em processo de constituição por “sindicalizados do” e de retirar a expressão “que estejam em atividades relacionadas com o exercício sindical” . No subitem 5.1.6. *O(A) professor(a) que conseguir outro emprego, com o salário líquido igual ou maior que o anterior, terá suspenso o uso do Fundo. Caso o salário líquido recebido no novo emprego seja menor que o anterior, o valor do auxílio será a diferença, respeitado o limite do salário mínimo calculado pelo DIEESE;* o grupo 5 (18F, 0C e 2A) aprovou a inclusão da expressão “no momento da entrada no Fundo de Solidariedade.” ao final do texto. No subitem 5.1.8. *Para a utilização do Fundo, o professor deve informar, com comprovação (contracheque, declaração etc.), o valor de seu salário líquido;* o grupo 5 aprovou por unanimidade a inclusão do artigo feminino (a) após a palavra professor. No item 7. *Está autorizada a aplicação de recursos do Fundo de Mobilização durante o período e o valor estabelecidos no item 6, na jornada na próximo semestre, conforme preveem o subitem 6.2 e o item 7 deste TR, na jornada de lutas do mês de abril de 2013 e na marcha do dia 24 de abril, convocadas e organizadas pelo espaço de unidade de ação, devendo o 58º CONAD apreciar e deliberar sobre o custeio de outras mobilizações para o segundo semestre.* O grupo 8 aprovou a supressão da expressão “na jornada no próximo semestre, conforme preveem o subitem 6.2. e o item 7 deste TR” (F15, C0 e A1). O grupo 8 aprovou a seguinte sugestão: Alterar a numeração do item 5.2.3 para 5.3, bem como dos subitens associados. O grupo 12 aprovou a inclusão do item “Remeter às seções sindicais e para deliberação do 58º CONAD a seguinte proposta de constituição e regulamentação do Fundo Único:” como item 1 do TR (17F 0C 3 A). Os grupos 1 (15F, 3C e 5A) e 5 (7F, 12 envio do texto para discussão nas AD, e 2A) aprovaram a inclusão do texto “O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Que o Andes-SN construa uma política de apoio financeiro para que as seções sindicais, com até 300 sindicalizados, possam enviar o INFORMANDES diretamente para o endereço dos sindicalizados; 2. Que o Andes-SN disponibilize para as seções sindicais com até 300 sindicalizados e sem equipe de comunicação sindical, em especial diagramador, a arte de um boletim eletrônico para que as entidades locais incluam seus conteúdos e enviem para os sindicalizados e demais professores que se cadastrarem; 3. A reprodução de cartazes relativos a campanhas nacionais (campanha salarial, campanha de sindicalização, congresso nacional etc.), e envio para seções sindicais com até 300 sindicalizados e para grupo que estão ainda se organizando para fundar a seção sindical.” O grupo 1 (15F, 3C e 5A) aprovou ainda a inclusão do texto a seguir: “O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Autorizar, durante o ano de 2013, seções sindicais de IEES/IMES, que entrarem em greve, a suspender a contribuição de 10,5% do FNM, enquanto permanecerem em greve, para uso desse montante na mobilização; 2. Autorizar, durante o ano de 2013, o uso de até 10,5% do FNM para auxílio às greves que se desenvolvam no setor das estaduais e que sejam no âmbito estadual/municipal”; e o grupo 5, em relação à inclusão X envio do texto para discussão nas AD (7F, 12C e 2A) aprovou o texto: “Que o 32º Congresso Nacional delibere que, nos casos dos grupos que estão se organizando, tendo em vista a disputa das seções sindicais com o sindicato governista ou nos casos dos grupos que estão se rearticulando para fundar uma seção sindical como base do ANDES-SN, seja garantida a participação de representantes custeados pelo Sindicato Nacional,

por um prazo máximo de um ano. A representação para o Congresso Nacional do ANDES-SN deve ser eleita em assembleia de professores, e a participação deve ser garantida no status de delegado. No caso da participação nos espaços nacionais, como reuniões de setor, seminários formativos, a participação também será garantida como observador, e a indicação dos participantes fica a critério da organização local.” O grupo 9 (18F, 0C e 0A) aprovou o texto: “Remeter a TR19 ao 58º CONAD acompanhada de estudo dos fundos dos últimos anos, balanços das greves e justificativa dos percentuais a ser apresentada pela diretoria.” O grupo 11 (20F, 0C e 1A) aprovou: “Remeter para as seções sindicais, com as informações e dados necessários por parte da diretoria do ANDES-SN para o aprofundamento da discussão e apreciação no próximo CONAD.” Passou-se à discussão do TR 19, com vários argumentos em relação à importância dos fundos para a vida do Sindicato, em especial diante das condições adversas enfrentadas na sua luta. Helvio propôs que a discussão fosse feita em conjunto com a TR 72, que igualmente trata de regulamentação do Fundo de Solidariedade, o que não foi acatado pela mesa. Após algumas intervenções relativas a desencontro de informações sobre as votações nos grupos, deliberou-se pela remessa do assunto para o dia 9 de março, passando-se a discutir o **TR – 20 - MUDANÇA DE NOMES DE GRUPOS DE TRABALHO – GT Diretoria do ANDES-SN O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1 Mudar o nome do GT Política Agrária e Meio Ambiente (GTPAMA) para GT Política Agrária, Urbana e Ambiental (GTPAUA). 2. Mudar o nome do GT Etnia, Gênero e Classe (GTEGC) para Grupo de Trabalho Etnicorracial, de Gênero, Classe e Diversidade Sexual (GTEGCDS).** Os grupos 1 (23F, 0C e 1A), 5 (14F, 0C e 2A), 6 (20F, 0C e 2A) e 8 (20F, 0C e 2A) aprovaram integralmente o TR; os grupos 10 (10F, 6C e 5A), 11 (14F, 3C e 6A) e 12 (17F, 1C e 1A) o aprovaram com modificações e os grupos 2 e 9 o remeteram para plenária. O grupo 10 (10F, 6C e 5A) e o grupo 11 (proposta minoritária) aprovaram, no item 2, a substituição de “Grupo de Trabalho Etnicorracial, de Gênero, Classe e Diversidade Sexual (GTEGCDS)” por “Grupo de Trabalho Política de Classe para as questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual”. O grupo 12 (17F, 1C e 1A) aprovou substituir o mesmo trecho por “Grupo de Política de Classe para Questões Etnicorraciais, de Gênero, Classe e Diversidade Sexual (GTPCEGD)”. Colocada em votação na plenária, sem prejuízo de modificações, o TR 20 foi aprovado por ampla maioria, com algumas modificações do item 2, aprovada consolidação das modificações dos grupos 11 e 12, por ampla maioria, prevalecendo o texto: **TR – 20 - MUDANÇA DE NOMES DE GRUPOS DE TRABALHO – GT O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1 Mudar o nome do GT Política Agrária e Meio Ambiente (GTPAMA) para GT Política Agrária, Urbana e Ambiental (GTPAUA). 2. Mudar o nome do GT Etnia, Gênero e Classe (GTEGC) para Grupo de Trabalho Política de Classe para as questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS).** A seguir, a plenária passou a apreciar o **TR – 21 - GRUPOS DE TRABALHO – GT do ANDES-SN Diretoria do ANDES-SN Homologação no 32º Congresso das propostas de participação nos GT locais.** A presidente da mesa procedeu à leitura das seções sindicais e respectivos GT a serem homologados. Em seguida, foi feita uma breve discussão sobre o significado dos GT e da responsabilidade de se representar as seções sindicais nas reuniões nacionais e de se responsabilizar pelas lutas correlacionadas a cada GT. Colocado em votação, o TR foi aprovado por unanimidade. **TR – 21 - GRUPOS DE TRABALHO – GT do ANDES-SN Homologação no 32º Congresso das propostas de participação nos GT locais. 1 – ADUNEB:** GT-Carreira – Daniela Santos, Crispiniano Oliveira, Naira Souza, Cosme Wilson Carvalho, Lilian Aquino; GTC&T– Joselito de Jesus; GTCA – Joselito de Jesus; GTHMD – Lilian Ruas e Marcelo Neves; GTPAUA – Ivan Costa e Zózina Maria Rocha; GTPE – Zózina Maria Rocha e Sinóelia Pessoa; GTPFS – Lilian Ruas, Maria do Socorro Ferreira, Sinóelia Pessoa, Euclides Bittencourt, Daniela Batista, Marcelo Neves e Zózina Maria Rocha; GTSS/A – Daniela Batista e Zózina Maria Rocha; GT-Verbas – Naira Moura e Crispiniano Oliveira; GTPCEGDS – Luciana Cristina Souza, Maria do Socorro Ferreira, Joselito Bispo, Euclides Bittencourt e Lilian Aquino; GT Fundações – Náira Moura; **2 – SESDUF-RR:** GTPE – Edison Riutiro Oyama e Ana Lúcia de Sousa; GT-Carreira – Avery Milton Veríssimo de Carvalho e Vânia Graciele Lezan Kowalczyk; GTSS/A – Roseanie de Lyra Santiago e Sandra Maria Rabelo Huzek. **3- ADUFS:** GT-Carreira: David Soares Pinto Junior, Brancilene Santos de Araujo, Jailton de Jesus Costa, Augusto Cesar V. dos Santos, Pedro Leite

de Santana; GTSS/A: Airton Paula Souza, Luiz Alberto dos Santos, Elyson Adan Nunes Carvalho, Noêmia Lima Silva (DSS), Maria das Dores Costa Cabral Garcia Moreno; GTPCEGDS: Neilson Santos Menezes, Elza Francisca Correa Cunha, Hippolyte Brice Sogbossi, Catarina Nascimento de Oliveira, Genésio José dos Santos, Jussara Maria Moreno Jacintho, Adélia Moreira Pessoa; GTCA – Maria Aparecida Silva Ribeiro, Sérgio Queiroz de Medeiros, Augusto Cesar Vieira dos Santos; GTPFS: Oneize Amoras de Araújo, Maria Aparecida Silva Ribeiro, Elyson Adan Nunes Carvalho; GTPE – Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus, Saulo Henrique Souza Silva, Benedito Carlos Libório Caires Araújo, David Soares Pinto Júnior, Solange Lacks, Jailton de Jesus Costa, Bartira Telles Pereira Santos; **4 – ADUA:** GTPE – Ana Cristina Fernandes Martins, José Belizario Neto, Ediracy Guedes Barroso da Silva; GT&CT– Ana Lúcia Gomes, Ana Cristina Belarmino, Marcelo Seráfico, José Alcimar de Oliveira, Antônio Pereira de Oliveira; GTPCEGDS – Elciclei Faria dos Santos, Elizandra Garcia da Silva, Adailton da Silva; GTPFS – Rafael Bellan Rodrigues de Souza, Francisco Jacob de Paiva, Raimundo Nonato Pinheiro; GT-Carreira – Marcelo Mário Valdina, José Humberto Michilis; **5 – ADUFERPE:** GTPE – Antônio Marcos Alves de Oliveira, Cícero Monteiro de Souza, Jadson Almeida, Sandra Helena de Melo; GT-Carreira – Jaqueline Bianque de Oliveira, Déa Tenório; GTC&T– Jaqueline Bianque de Oliveira, Claudio Augusto da Câmara; GTPAUA - José Nunes da Silva, Cauê Guion de Almeida; GTCA – Laurileide Barbosa da Silva e Ivana Borges; GTHMD – José Nunes da Silva, Argus Vasconcelos de Almeida; GTPFS – Argus Vasconcelos de Almeida, Levy Paes Barreto, Hélio Cabral; GTPCEGDS – Maria de Fátima Massena, Aderaldo Alexandrino de Freitas, Jadson Almeida, Denise Botelho; GT-Fundações – Hélio Cabral; GTSS/A – Olímpia Nazaré de Souza, José Clodoaldo da Anunciação Filho, Raimundo Luiz da Silva; GT-Verbas – Jadson Almeida; **6 – ADUFS-BA:** GTPAUA – Antônio Rosevaldo da Silva, Adroaldo dos Santos e Sarah Patrícia Rios; GTPFS – Edson do Espírito Santo, Emmanuel Oguri Freitas, Maslowa Freitas e Elson Moura Dai Jr; GTPCEGDS – Sandra Nívea Soares, Acácia Batista Dias, Otto Agra, Edna Maria de Araújo, Jucelho Dantas da Cruz e Gean Claudio Santana; **7 – ASPUV:** GTSS/A – José Maria e Eduardo de Almeida Marques da Silva; GTC&T – José Maria Alves da Silva, Bruno Tavares, Renato Neves Feio, Célia Lucia Ferreira, José Carlos da Costa Campos, Rodrigo Gava, Mônica Pirozzi; GT-Carreira – Márcia Cristina Fontes de Almeida, Kleos Magalhães Lenz César Junior, Marcelo Leles Romarco, Aloízio Soares Ferreira, Marisa Dibbern Lopes Correia, Juliana Silva Rocha, Allan de Oliveira Moura; GTPE – Renata Rena Rodrigues, Cezar Luis de Mari, Geraldo Adriano Emery Pereira, Maria Alba Pereira de Deus e Raquel Maria Amaral Araújo; **8 – ADUnB:** GTPFS – Adriana de Fátima Barbosa Araújo, Rodrigo de Souza Dantas M. Pinto; GTPE - Adriana de Fátima Barbosa Araújo, Cristina Azra Barrenechea, Simone Aparecida Lisnigowski, Ana Maria Moreira, Erlando Reses Catarina de Almeida Santos e Girlene Ribeiro de Jesus; GTPCEGDS – Liliane Maria Macedo Machado e Valdenízia Bento Peixoto; **9 – ADUFCG:** GTPE – Elisângela Silva Ponto, Antônio Lisboa Leitão de Souza, André Antunes Martins e Sônia Maria Lira Ferreira; GTPFS – Gonzalo Adrian Rojas, Flávio Carvalho, Sônia Maria Lira Ferreira, Antônio Lisboa leitão de Souza, Ângela Maria Metri Tejo, Tiago Iwasawa Neves, Danielle Andrade de Souza; GT-Carreira – Sérgio Murilo Santos de Araújo, Marinalva Vilar de Lima, José Irelanio Leite de Ataíde; GTEGEC – Luciano Mendonça Lima, Antônio Berto Machado, Sheila Milena Pessoa dos Santos, Thiago Romeu de Souza; GTSSA – José Bezerra Araújo; GTCA – Raija Almeida, Fabrício Cordeiro, Danielle Andrade de Souza, Nata Moraes de Oliveira e Rosildo R. Brito; **10 – ADUFF:** GTPCEGDS - Elza Dely Macedo Veloso, Sérgio Ricardo Aboud Dutra e Eblin Joseph Farage; GTSSA: Claudia March Frota de Souza, Liliana Hochman Weller, Marilene Affonso Romualdo Verthein, Sonia Maria da Silva, Teresinha Monteiro, Verônica Silva Fernandez, Cristina Mendonça e Dora Henrique da Costa; GTPE: Angela Carvalho de Siqueira, Eblin Joseph Farage, Elza Dely Macedo Veloso, Gelta Terezinha Ramos Xavier, Kátia Regina de Souza Lima, Francine Helfreich Coutinho dos Santos, Cristina Mendonça e Dora Henrique da Costa; GTC&T – Wanderson Fábio de Melo; GTCA: Eblin Joseph Farage, Wanderson Fábio de Melo, Verônica Fernandes e Paulo Gorganijo; GTPAUA: Eblin Joseph Farage, Suenya Santos da Cruz, Edson Teixeira, Sônia Lúcio e Felipe Brito; GT-Carreira: Cláudia March Frota de Souza; GTHMD – Wanderson Fábio de Melo; GTPFS: Claudia March Frota de Souza, Eblin Joseph Farage, Francine Helfreich Coutinho dos

Santos, Gelta Terezinha Ramos Xavier, Juarez Torres Duayer, Edson Teixeira, Sônia Lúcio, Felipe Brito; GT-Verbas: José Raphael Bokehi; **11 – ASDUERJ:** GTPCEGDS; **12 – ADUFAL:** GTPE: Tiago Leandro da Cruz Neto; GTPFS: Tiago Leandro da Cruz Neto; GT-Carreira: Antônio Passo Lima Filho e Márcio Barbosa; **13 – ADUFES:** GTCA: Mariane Lima de Souza, Thiago Drumond, Rafael Gomes; GT-Carreira: Bernadete Gomes Mian, Francisco Mauri Carvalho Freitas, Allan Kardec de Lima, Cenira Andrade de Oliveira, Cristina Helena Bruno Terruggi, José Antônio da Rocha Pinto e Marison Luis Soares; GTC&T: Lenir Cardoso Porfírio, Donato de Oliveira, Cristina Helena Bruno Terruggi, Mariane Lima de Souza e Fábio Corrêa de Castro; GTPCEGDS: Antônio Carlos Moraes, Edinete Maria Rosa e Rachel Cristina Melo Guimarães; GTHMD: Valter Pires Pereira, Temístocles de Souza Luz, André Micheleto, João Assis Rodrigues e Aureo Banhos; GTPAUA: Paulo Cesar Scarin, Odilea Dessaune de Almeida e Renata Couto Moreira; GTPE: Francisco Mauri de Carvalho Freitas, Donato de Oliveira, Geraldo Rossoni Sisquini, Temístocles de Souza Luz, Odilea Dessaune de Almeida, Edna Castro de Oliveira, Márcia Helena Siervi Manso e Fábio Corrêa de Castro; GTPFS: Francisco Mauri de Carvalho Freitas, Valter Pires Pereira, Josemar Machado de Oliveira, Rafael Vieira Teixeira, Helder Gomes e Rafael Goés Furtado; GT-Fundações: Geraldo Rossini Sisquini e José Antônio da Rocha; GTSS/A: Lenir Cardoso Porfírio, Bernadete Gomes Mian, Dulcinéia Sarmento Rosemberg, Cenira Andrade de Oliveira, Jeane Andréa Ferraz Silva, Ana Targina Ferraz e Arlete Corrêa de Oliveira; GT-Verbas: José Antônio da Rocha Pinto, Rogério Neto Suave e Cláudio Simões Salim. A mesa, então, abriu a discussão em relação ao **TR – 22 - ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO DO ANDES-SN** *Contribuição do professor Luis Allan Künzle – sindicalizado da APUFPR Seção Sindical. O 32º Congresso do ANDES-SN delibera que a diretoria deverá apresentar no próximo CONAD uma proposta de reestruturação dos grupos de trabalho e do funcionamento dos mesmos, que leve em conta a agenda, a atualização permanente da página web da produção gerada e os procedimentos de avaliação periódica de cada grupo de trabalho.* A situação nos grupos foi: aprovado integralmente pelo grupo 11 (16F, 3C e 4A), aprovado com modificações pelos grupos 1 (9F, 6C e 7A), 5 (15F, 1C e 1A), 10 (13F, 0C e 6A) e 12 (16F, 1C e 1A), e rejeitado integralmente pelo grupo 6 (13F, 5C e 3A). Os grupos 1, 10 e 12 aprovaram a exclusão do trecho final do texto, como segue: “que leve em conta a agenda, a atualização permanente da página web da produção gerada e os procedimentos de avaliação periódica de cada grupo de trabalho”. O grupo 5 aprovou incluir, após “diretoria”, a expressão “a partir da avaliação feita pelo próprio GT”. Após breve discussão, na qual se apresentou as dificuldades enfrentadas pelos diversos GT devido à pouca participação nacional e dificuldades de agenda e financiamento, a diretoria apresentou a proposta de substituir, “o próximo CONAD” por “33º Congresso”. Na votação do TR, foi aprovada a proposta original, sem prejuízo de modificação por ampla maioria, com alguns votos contrários e algumas abstenções. Na análise das modificações propostas, votadas uma a uma, não se aprovou as propostas dos grupos, por ampla maioria, e aprovou-se a proposta consensuada na plenária, com algumas abstenções, prevalecendo o texto: **TR – 22 - ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO DO ANDES-SN** **O 32º Congresso do ANDES-SN delibera que a diretoria deverá apresentar no 33º Congresso uma proposta de reestruturação dos grupos de trabalho e do funcionamento dos mesmos, que leve em conta a agenda, a atualização permanente da página web da produção gerada e os procedimentos de avaliação periódica de cada grupo de trabalho.** Neste ponto, expirou a prorrogação do tempo de plenária, a qual foi interrompida após a deliberação por ampla maioria, de remeter o restante dos TR, bem como os TR dos temas 5 e 6, para o dia seguinte. Às nove horas e vinte minutos, do dia 9 de março de 2013, a plenária foi retomada, no mesmo auditório da UFRJ. Foi aprovada pela plenária a substituição de delegados a partir de 9 de março: José Miguel Bendrao Saldanha por Luciana Boiteaux; Cauê Guion de Almeida por Antônio Marcos Alves de Oliveira; Douglas Guimarães Leite por Elza Dely Macedo; Claudio Rezende Ribeiro por Cezar Henrique Miranda Coelho Maranhão da Adufrj-SSind; Astrid Baecker Ávila por André P. Lima da APUFPR-SSind; Crispiniano Carneiro de Oliveira por Lilian Aquino Meireles dos Santos da ADUNEB. Retomou-se a discussão do **TR 18 - 1 - O inciso I do artigo 9º (I - votar e ser votado para qualquer cargo de representação na Entidade, ressalvado o disposto no art. 53;) passe a ter a seguinte redação: I - votar e ser votado para qualquer cargo de representação na Entidade,**

ressalvado o disposto nos artigos 32 e 53; 2 – Incluir um novo parágrafo 2º no art. 32 renumerando os demais, com a seguinte redação: § 2º. Os cargos previstos nos incisos IV e V deste artigo serão ocupados exclusivamente por sindicalizados da área geográfica de abrangência da respectiva secretaria regional. 3 – O artigo 70 e seu parágrafo único. O artigo 71 e o parágrafo 2º do artigo 72 passam a ter a seguinte redação: **Art. 70.** O ANDES-SINDICATO NACIONAL reconhece e dá prerrogativa de seções sindicais (AD-Seções Sindicais) a todas as Associações de Docentes (AD) filiadas, até o trigésimo terceiro (33º) Congresso, ressalvados os direitos daquelas que, em assembleia geral, decidirem o contrário. **Parágrafo único.** As AD às quais se refere o caput deste artigo deverão, para se constituírem em AD-Seções Sindicais, até o 33º CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à diretoria as atas das assembleias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com a comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência (art. 45), para homologação no CONAD, ad referendum do congresso (art. 23, XI), ou no congresso (art. 15 VI). **Art. 71.** Fica prorrogada até o 33º CONGRESSO a possibilidade de alteração dos estatutos do ANDES - SINDICATO NACIONAL, desde que a alteração seja aprovada por mais de 50% (cinquenta por cento) dos delegados nele inscritos, suspensa, até então, a vigência do inciso I do parágrafo único do art. 21. **Art. 72.** § 2º. O 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o 33º CONGRESSO como prazo final para a implantação da política de contribuição dos sindicalizados do ANDES - Sindicato Nacional, nos termos do estabelecido no § 1º, para o caso das seções sindicais que ainda estejam arrecadando percentual inferior ao reconhecido no caput. Por motivo de precedência, iniciou-se a votação pelo item 2. Ciro pediu questão de ordem, solicitando um bloco de inscrições, para que o plenário pudesse ficar esclarecido. Defendeu-se a proposta da diretoria para a alteração estatutária, para garantir a definição da abrangência regional das candidaturas à direção nacional. Colocou-se em votação, aprovando-se o item 2 com 214 votos favoráveis, 2 contrários e 17 abstenções, prevalecendo a seguinte redação: **2 – Incluir um novo parágrafo 2º no art. 32 renumerando os demais, com a seguinte redação: § 2º. Os cargos previstos nos incisos IV e V deste artigo serão ocupados exclusivamente por sindicalizados da área geográfica de abrangência da respectiva secretaria regional.** Passou-se à votação do item 1. O inciso I do artigo 9º (**I - votar e ser votado para qualquer cargo de representação na Entidade, ressalvado o disposto no art. 53;**) **passa a ter a seguinte redação: I - votar e ser votado para qualquer cargo de representação na Entidade, ressalvado o disposto nos artigos 32 e 53;** na votação, o item foi aprovado com 204 votos favoráveis e 19 abstenções, prevalecendo a seguinte redação: **Item 1. O inciso I do artigo 9º (I - votar e ser votado para qualquer cargo de representação na Entidade, ressalvado o disposto no art. 53;) passe a ter a seguinte redação: I - votar e ser votado para qualquer cargo de representação na Entidade, ressalvado o disposto nos artigos 32 e 53;** Passou-se à discussão e votação do item 3, primeiramente em relação ao artigo 70 e seu parágrafo único. **Art. 70.** O ANDES-SINDICATO NACIONAL reconhece e dá prerrogativa de seções sindicais (AD-Seções Sindicais) a todas as associações de docentes (AD) filiadas, até o trigésimo terceiro (33º) Congresso, ressalvados os direitos daquelas que, em assembleia geral, decidirem o contrário. **Parágrafo único.** As AD às quais se refere o caput deste artigo deverão, para se constituírem em AD-Seções Sindicais, até o 33º CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à diretoria as atas das assembleias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com a comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência (art. 45), para homologação no CONAD, ad referendum do Congresso (art. 23, XI), ou no Congresso (art. 15 VI). Foram 204 votos favoráveis e 11 abstenções Em relação ao artigo 71, **Art. 71.** Fica prorrogada até o 33º CONGRESSO a possibilidade de alteração dos estatutos do ANDES - SINDICATO NACIONAL, desde que a alteração seja aprovada por mais de 50% (cinquenta por cento) dos delegados nele inscritos, suspensa, até então, a vigência do inciso I do parágrafo único do art. 21, a mesa propôs discuti-lo em conjunto com o **TR – 66 - ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA – QUORUM PARA DELIBERAÇÃO**, contribuição do Prof. Claudio Antônio Tonegutti - sindicalizado da APUFPR-SSind. O 32º CONGRESSO aprova as seguintes

alterações no estatuto do ANDES-SN:1. O art. 21 e seus parágrafos 1º e 2º passam a ter a seguinte redação, incluindo-se também um 3º parágrafo: **Art. 21.** As deliberações do CONGRESSO são adotadas por maioria simples (maior número de votos) dos delegados presentes em cada plenária. **§ 1º** As deliberações referentes a alterações do estatuto (inciso V do art. 15) devem ser aprovadas por mais de 50% (cinquenta por cento) dos delegados inscritos no CONGRESSO. **§ 2º.** As deliberações referentes aos itens seguintes exigem a aprovação de pelo menos dois terços (2/3) dos delegados inscritos no CONGRESSO: I – apreciação e deliberação, em grau de recurso, da penalidade de exclusão de sindicalizado decididas pelas S.SINDs ou ADs-S.SINDs (inciso II do art. 15); II - destituição de membros da DIRETORIA de acordo com o disposto no art. 42; III - dissolução do ANDES-SINDICATO NACIONAL de acordo com o disposto no art. 66; IV - revogação da homologação de S.SIND ou AD-S.SIND. **§ 3º.** É vedado o voto por procuração nas deliberações do CONGRESSO. 2. Fica revogado o art. 71 do estatuto, que apresentou a seguinte situação nos grupos: 1 (11F, 9C e 3A), 3 (16F, 1C e 5A), 5 (8F, 6C e 3A), 7 (12F, 0C e 1A), 9 (15F, 0C e 2A), 11 (12F, 9C e 1A) e 12 (14F, 1C e 6A) aprovaram integralmente o TR; e os grupos 2 (rejeitado por 7 votos), 6 (17F, 1C e 1A), 8 (15F, 2C e 4A), 10 (7F, 6C e 8A) e 11 (12F, 9C e 1A - proposta minoritária) a rejeitaram integralmente. Aberta a discussão, houve defesas do TR 66 devido a dificuldades de aprovação de alterações estatutárias. Lembrou-se do risco em se modificar o estatuto sem a devida assessoria jurídica. Paulo Rizzo lembra de que todas as alterações estatutárias trazidas sempre são respaldadas pela AJN e de que o quórum é definido pelo próprio Sindicato, que tem autonomia para tanto. Colocado em votação o TR 66, o mesmo foi aprovado com 190 votos favoráveis, 10 contrários e 15 abstenções, prevalecendo assim a seguinte redação: **TR 66 - O 32º CONGRESSO aprova as seguintes alterações no estatuto do ANDES-SN: 1. Inclusão de um novo parágrafo 1º no Artigo 21, renumerando os demais; e a supressão do inciso I renumerando os demais: Art. 21.** As deliberações do CONGRESSO são adotadas por maioria simples (maior número de votos) dos delegados presentes em cada plenária. **§ 1º** As deliberações referentes a alterações do estatuto (inciso V do art. 15) devem ser aprovadas por mais de 50% (cinquenta por cento) dos delegados inscritos no CONGRESSO. **§ 2º.** As deliberações referentes aos itens seguintes exigem a aprovação de pelo menos dois terços (2/3) dos delegados inscritos no CONGRESSO: I – apreciação e deliberação, em grau de recurso, da penalidade de exclusão de sindicalizado decididas pelas S.SINDs ou ADs-S.SINDs (inciso II do art. 15); II - destituição de membros da DIRETORIA de acordo com o disposto no art. 42; III - dissolução do ANDES-SINDICATO NACIONAL de acordo com o disposto no art. 66; IV - revogação da homologação de S.SIND ou AD-S.SIND. **§ 3º.** É vedado o voto por procuração nas deliberações do CONGRESSO. 2. Fica revogado o art. 71 do estatuto. Desta forma, a presidente da mesa considerou superada a alteração do artigo 71 proposta no item 3 do TR 18. Na sequência, passou-se a discutir a modificação do art. 72 proposta no item 3 do TR 18, com a seguinte redação: **Art. 72. § 2º.** O 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o 33º CONGRESSO como prazo final para a implantação da política, contribuição dos sindicalizados do ANDES - Sindicato Nacional, nos termos do estabelecido no § 1º, para o caso das seções sindicais que ainda estejam arrecadando percentual inferior ao reconhecido no caput. As intervenções ocorreram no sentido de defender a proposta feita pela diretoria do ANDES-SN. Na votação, esta alteração foi aprovada com 174 votos favoráveis, 7 votos contrários e 3 abstenções. Após recurso de votação, repetiu-se a votação, com 196 votos favoráveis, 8 votos contrários e 12 abstenções, prevalecendo a seguinte redação: **Art. 72. § 2º.** O 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o 33º CONGRESSO como prazo final para a implantação da política de contribuição dos sindicalizados do ANDES - Sindicato Nacional, nos termos do estabelecido no § 1º, para o caso das seções sindicais que ainda estejam arrecadando percentual inferior ao reconhecido no caput. Após as votações realizadas, as propostas de modificação em relação ao TR 18 feitas pelos grupos ficaram superadas. Desta forma, a redação do TR 18 aprovado foi a seguinte: **TR 18 – ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO ANDES-SN 1. O inciso I do artigo 9º (I - votar e ser votado para qualquer cargo de representação na Entidade, ressalvado o disposto no art. 53); passe a ter a seguinte redação: I - votar e ser votado para qualquer**

cargo de representação na Entidade, ressalvado o disposto nos artigos 32 e 53; 2 – Incluir um novo parágrafo 2º no art. 32 renumerando os demais, com a seguinte redação: § 2º. Os cargos previstos nos incisos IV e V deste artigo serão ocupados exclusivamente por sindicalizados da área geográfica de abrangência da respectiva secretaria regional. Art. 70. O ANDES-SINDICATO NACIONAL reconhece e dá prerrogativa de seções sindicais (AD-Seções Sindicais) a todas as associações de docentes (AD) filiadas, até o trigésimo terceiro (33º) Congresso, ressalvados os direitos daquelas que, em assembleia geral, decidirem o contrário. Parágrafo único. As AD às quais se refere o caput deste artigo deverão, para se constituírem em AD-Seções Sindicais, até o 33º CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à Diretoria as atas das assembleias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com a comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência (art. 45), para homologação no CONAD, ad referendum do congresso (art. 23, XI), ou no congresso (art. 15 VI). Em relação ao artigo 71- este foi revogado e o art. 72. § 2º. O 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o 33º CONGRESSO como prazo final para a implantação da política de contribuição dos sindicalizados do ANDES - Sindicato Nacional, nos termos do estabelecido no § 1º, para o caso das seções sindicais que ainda estejam arrecadando percentual inferior ao reconhecido no caput. Em seguida, a mesa apresentou para votação os TR 65 e 67, por serem da mesma natureza. TR – 65 - *NECESSIDADE DE MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO QUANTO AOS CRITÉRIOS PARA INSCRIÇÃO DE CHAPAS PARA CONCORRER À DIRETORIA DO ANDES-SN, contribuição da Diretoria e Delegados da ADUSP-S. Sind. ao 32º Congresso do ANDES-SN. O 32º Congresso aprova encaminhar, para apreciação das seções sindicais e da diretoria nacional do ANDES-SN, o TEXTO DE APOIO 65, de iniciativa da diretoria e dos delegados da Adusp-S. Sind., a propósito da necessidade de implementar modificações nos critérios para inscrição/registro/homologação de chapas, com vistas a que sejam objeto de apresentação/avaliação de outras contribuições, visando à deliberação sobre o assunto pelo 58º CONAD do Sindicato Nacional.* Os grupos 1 (23F, 1C e 13A), 2 (13F, 7C e 3A), 3 (12F, 5C e 4A), 5 (11F, 4C e 3A), 6 (15F, 1C e 1A), 7 (9F, 3C e 4A), 8 (16F, 2C e 0A), 9 (9F, 7C e 1A), 10 (12F, 1C e 5A) e 12 (14F, 6C e 1A) rejeitaram a proposta, o grupo 12 a aprovou integralmente (14F, 6C e 1A) (minoritária), e os grupos 2 (7F, 13C e 3A) e 9 (7F, 9C e 1A) a aprovaram com modificações, (ambos; proposta minoritária). O grupo 2 aprovou substituir “58º CONAD do Sindicato Nacional” por “33º Congresso do Sindicato Nacional”. O grupo 9 propôs a substituição do TR 65 pelo texto: O 32º Congresso aprova encaminhar, para apreciação das seções sindicais e da diretoria nacional do ANDES-SN, com vistas a que sejam objeto de apresentação e avaliação de outras contribuições, visando à deliberação pelo 33º Congresso do Sindicato Nacional: o TEXTO DE APOIO 65, de iniciativa da diretoria e dos delegados da Adusp-S. Sind., a propósito da necessidade de implementar modificações nos requisitos mínimos para inscrição de chapas; as recomendações da Comissão Eleitoral Central EC) à diretoria do ANDES-SN, elaboradas na ocasião das últimas eleições, propondo alterações no regimento eleitoral. Em seguida, passou-se a tratar do TR – 67 - *PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO. Eleição do ANDES-SN, contribuição do professor Dilenio Dustan Lucas de Souza – sindicalizado da APESJF Seção Sindical. O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Que, a partir da eleição de 2014, as chapas sejam compostas por 35 (trinta e cinco) dirigentes; 2. Cada regional deve ter no mínimo dois membros que acumularão as responsabilidades da regional; 3. Em caso de vacância de uma das cadeiras da regional, cabe à diretoria em reunião definir como se dará o andamento dos trabalhos; 4. Em caso de vacância dos dois diretores da regional, cabe à diretoria em reunião definir quem serão os diretores que comporão a regional; 5. A diretoria do ANDES-SN não pode ter menos de 30 membros, caso isso aconteça por qualquer motivo, deve ser convocado um congresso extraordinário em Brasília para que seja marcada a eleição; 6. A apresentação das chapas no congresso eleitoral deverá ser feita por um membro da chapa que, em seguida, terá um prazo para fazer sua inscrição na íntegra.* Os grupos 1 (unanimidade), 2 (20F, 0C e 1A), 3 (15F, 3C e 3A), 6 (14F, 0C e 4A), 8 (20F, 0C e 1A), 9 (unanimidade), 10 (12F, 0C e 6A) e 12 (19F, 2C e 1A) rejeitaram integralmente a proposta, e os grupos 5 e 11 a remeteram para a plenária. Aberta

a discussão sobre os dois TR, Ciro propôs que a discussão seja transferida para o próximo Congresso, e Paulo Rizzo lembrou que o TR 67 continua como proposta para este Congresso. Desta forma, deve-se apreciar preliminarmente o caput do TR 65 com as propostas dos grupos de remeter para o 33º Congresso. Lighia propôs que se abra a possibilidade de não ser necessária a inscrição de todos os nomes completos para a inscrição de chapas. Foi apresentada questão de ordem de Rafael de que, uma vez que os grupos rejeitaram-na em maioria, dever-se-ia votar cada proposta em separado, sem discussão. Helvio lembrou que um dos grupos remeteu a discussão para a plenária. A mesa manteve a discussão, com as inscrições já feitas. Foram feitas algumas defesas em relação ao TR 65, lembrando que a proposta é de remeter a discussão para as bases. Foram colocadas também posições contrárias à aprovação dos dois TR devido à proposição de mudança de número de cargos, com reduções que possam vir a inviabilizar o trabalho do Sindicato, argumentado de que apenas 2 pessoas nas regionais não dão conta de fazer o trabalho político. Defendeu-se, ainda, aprovar que o TR 65 seja encaminhado para se fazer a discussão na base. Dilenio considerou desrespeitosa a forma como sua proposta, contida no TR 67, foi atacada, considerando que a forma como o trabalho deixa de ser feito nas regionais deve ser discutida, para que se possa perceber qual a nova dimensão do Sindicato Nacional. Em seguida, a mesa colocou em votação o TR 65, o qual foi rejeitado com 140 votos contrários, 97 votos favoráveis e 15 abstenções. Foram apresentadas duas declarações de voto. Declaração de voto por Aurelino da ADUFU-SSindical: “A forma como o tema tratado na TR 65 vem sendo conduzido nos três últimos congressos (30º, 31º e 32º) tem impossibilitado o debate democrático no ANDES-SN sobre a temática em questão.” Em seguida, colocou-se em votação o TR 67, o qual foi rejeitado com 194 votos contrários, 17 votos favoráveis e 37 abstenções. Foi apresentada uma declaração de voto de Ivan Neves (ADUFPA): “Considero que a mesa não registrou minha inscrição para contribuir no debate. Após a aprovação do segundo bloco de inscrições, foi informada a existência de apenas mais três inscrições, e o nome do delegado Ivan Neves não constava desta lista, apesar de haver entregado seu crachá à mesa com antecedência”. Em seguida, passou-se à discussão do TR – 68 - *O DISPOSITIVO ANTIPELEGO E OS MECANISMOS PARA EVITAR O CARREIRISMO SINDICAL*, contribuição da Assembleia Geral da ADUFPA-SSind e dos sindicalizados Aloizio Soares Ferreira (ASPUV-SSind), Ana Maria Marques Santos (ADUR-RJ-SSind), Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV-SSind.), Célia R. Otranto (ADUR-RJ-SSind), Dilenio Dustan Lucas de Souza (APES-JF-SSind), Edmundo Fernandes Dias (ADUNICAMP-SSind), Elaine Judite de Amorim Carvalho (ADUFEPE-SSind), Graciela Bonassa Garcia (ADUR-RJ-SSind), Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind), José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind), Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind), Luís Mauro S. Magalhães (ADUR-RJ-SSind), Marília Washington (ADUFSCAR-SSind) e Oneize Araujo (ADUFS-SSind). O 32º Congresso do ANDES-SN decide: Alterar o artigo 53º do seu estatuto, com a inclusão do parágrafo segundo: “Art. 53. São condições para participar das eleições: I - ser sindicalizado do ANDES-SINDICATO NACIONAL há pelo menos noventa (90) dias antes da data de inscrição de candidaturas perante o CONGRESSO, para ser votado; II - ser sindicalizado do ANDES-SINDICATO NACIONAL há pelo menos noventa (90) dias antes da data de realização das eleições, para votar; III - estar em dia com o pagamento da contribuição financeira prevista no art. 10, inciso II, deste estatuto. Parágrafo primeiro. É vedada a recondução como diretor do ANDES-SINDICATO NACIONAL de qualquer membro da DIRETORIA por mais de uma vez consecutiva. Parágrafo segundo. É vedada a participação, nas eleições para a DIRETORIA NACIONAL, do sindicalizado que tenha participado, nos seis anos imediatamente anteriores à inscrição das chapas, de duas gestões seguidas na DIRETORIA NACIONAL e que ao longo dos dois anos subsequentes tenha ocupado cargos de diretoria em seção sindical. Os grupos 1 (20F, 3C e 2A), 2 (16F, 4C e 2A), 3 (14F, 6C e 3A), 8 (14F, 7C e 1A), 9 (16F, 0C e 1A), 10 (10F, 2C e 5A) e 12 (17F, 5C e 0A) a rejeitaram integralmente e o grupo 8 a aprovou integralmente (7F, 14C e 1A), como proposta minoritária a TR 68, os grupos 5, 6 e 11 a remeteram para plenária. Abertas as inscrições para debate, houve 20 inscrições, com defesas e ataques à proposta, com argumentos em relação ao carreirismo político e à opção por um sindicato classista e combativo, mesmo sem liberação de nossas funções acadêmicas. Houve manifestações quanto à necessidade de nos tratarmos com fraternidade e companheirismo. Colocado em votação, o TR foi rejeitado, com 32 votos pela

aprovação, 96 votos pela rejeição e 22 abstenções. Declaração de voto de Sandra Maria Siqueira da APUB-UFBA: “Não se combate o peleguismo e o carreirismo com decreto. O dispositivo mais importante nesse combate é a organização da base, fundada na crítica e vigilância de sua direção”. Em seguida, a mesa passou à apreciação dos TR 19, 71 e 72, que tratam dos fundos de mobilização, greve e solidariedade. *SUBSTITUTIVO AO TR 19, Diretoria do ANDES-SN. O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Criar um FUNDO ÚNICO, denominado Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN, a ser mantido pela destinação de 2% (dois por cento) da receita integral das contribuições mensais dos sindicalizados, relativamente às parcelas correspondentes a cada seção sindical e à tesouraria nacional, devendo, então, cada seção sindical destinar 2% de suas arrecadações líquidas mensais (arrecadação total menos repasse à tesouraria nacional) ao fundo, e a tesouraria nacional destinar 2% de sua receita mensal de contribuições ao fundo, ambas na mesma conta, a partir das contribuições de março de 2013. 2. Extinguir os Fundos de Solidariedade e Mobilização, transferindo os valores existentes nesses fundos para o novo fundo. 3. Os recursos do FUNDO ÚNICO serão distribuídos nos seguintes montantes: 25% para a Solidariedade, 35% para a Mobilização e 40% para a Greve, a serem definidos relativamente ao saldo de 1º de março de 2012 e recalculados anualmente tendo como referência o saldo total do fundo no dia 1º de janeiro de cada ano. 4. O 33º Congresso avaliará a experiência do novo fundo e fará os ajustes que julgar necessários. 5. A utilização do Fundo Único observará as determinações abaixo relacionadas. 5.1. Solidariedade: 5.1.1. Será destinado ao atendimento a professores com mandato de diretores sindicais – da diretoria nacional e das seções sindicais já constituídas, ou daquelas em processo de constituição, reconhecidas pelo ANDES-SN, por intermédio da respectiva secretaria regional – que estejam em atividades relacionadas com o exercício sindical e nas seguintes situações: a) demissão arbitrária; b) demissão sem justa causa; c) salários total ou parcialmente retidos; d) descontos de dias. 5.1.2. O dirigente sindical terá direito a recorrer ao Fundo de Solidariedade, para pleitear auxílio monetário no menor valor, considerando-se o salário líquido percebido à época da demissão e o salário mínimo calculado pelo DIEESE no momento da entrada no Fundo de Solidariedade; 5.1.3. O auxílio financeiro não poderá ultrapassar o período de 12 meses após o término do mandato sindical, originário da demissão. 5.1.4. No caso de o Sindicato ou o(a) professor(a) perder a ação judicial, o reembolso será facultativo. 5.1.5. No caso de o Sindicato ou professor(a) ganhar a ação judicial, o Fundo deverá ser reembolsado pelo(a) professor(a), nos valores desembolsados, ou pelo valor da indenização recebida, se ela for menor. 5.1.6. O(A) professor(a) que conseguir outro emprego, com o salário líquido igual ou maior que o anterior, terá suspenso o uso do Fundo. Caso o salário líquido recebido no novo emprego seja menor que o anterior, o valor do auxílio será a diferença, respeitado o limite do salário mínimo calculado pelo DIEESE. 5.1.7. O Fundo garantirá o auxílio até o limite de seu caixa. Se os recursos forem insuficientes para atender a todos os casos, o atendimento será feito mantendo-se a proporcionalidade, segundo o valor do auxílio recebido pelo(a) professor(a). 5.1.8. Para a utilização do Fundo, o professor deve informar, com comprovação (contracheque, declaração etc.), o valor de seu salário líquido. 5.1.9 O depósito mensal do auxílio será efetuado pelo ANDES-SN, mediante comunicado do(a) professor(a) (carta ou e-mail) endereçado à tesouraria, todo início de mês, esclarecendo sobre a permanência da situação que originou o pedido de auxílio. 5.2. Mobilização: 5.2.1. A Diretoria do ANDES-SN convocará a Comissão Nacional de Mobilização (CNM), sempre que for necessário, com antecedência mínima de doze dias, admitindo-se a convocação em prazo menor somente em situações excepcionais; 5.2.2. A circular de convocação da CNM deverá explicitar: 5.2.2.1. O prazo limite, nunca inferior a 24h, para manifestação das seções sindicais, por fax ou correio eletrônico dirigido à secretaria do ANDES-SN; 5.2.2.2. O período de permanência do docente nos trabalhos da comissão; 5.2.2.3. O número de docentes convocados para o período; 5.2.3. A composição da CNM de cada período será definida a partir das indicações das seções sindicais, observando-se a seguinte ordem de prioridades: 5.2.3.1. A representação dos três setores, salvo quando esteja em evidência questão pertinente a um setor; 5.2.3.2. As seções sindicais com menor número de participações nos últimos 12 meses; 5.2.3.3. As seções sindicais com menor número de docentes sindicalizados; 5.2.3.4. A ordem de chegada das indicações das seções sindicais; 5.2.4. Os*

membros da CNM que participarem de atividades que constem da agenda do ANDES-SN, imediatamente antes ou após o período de convocação da CNM, terão suas despesas com diárias e hospedagens, referentes a essa participação, custeadas por suas respectivas seções sindicais e as despesas decorrentes de passagens (ida e volta) serão custeadas pela CNM, assim como as diárias e hospedagens no período da convocação. 5.2.5. O uso do Fundo para Mobilização será utilizado para os seguintes fins: 5.2.5.1. Despesas com transporte, diárias e hospedagens da Comissão Nacional de Mobilização; 5.2.5.2. Apoio a mobilizações, campanhas, marchas, manifestações e eventos, definidos como centrais nas lutas do Sindicato, cuja destinação tenha sido definida em congresso ou CONAD; 5.2.3. Greve 5.2.3.1. Os recursos do Fundo destinados às greves não substituem fundos de greves de seções sindicais e dos setores e serão utilizados especificamente para ajudar movimentos de greves organizados por seções sindicais que apresentem dificuldades financeiras. 5.2.3.2. As solicitações de apoio financeiro às greves devem ser feitas, por escrito, à tesouraria do ANDES-SN, justificando os motivos do pedido e os usos a que se destinam, tais como divulgação do movimento, mobilização, atos, caravanas e participação em comandos de greve. 6. Fica autorizada a diretoria do ANDES-SN a ordenar despesas destinadas a cobrir necessidades previstas no item 5.2.5.2., no período compreendido entre março de 2013 a janeiro de 2014, até o limite de R\$ 500 mil reais; 7. Está autorizada a aplicação de recursos do Fundo de Mobilização durante o período e o valor estabelecidos no item 6, na jornada na próximo semestre, conforme preveem o subitem 6.2 e o item 7 deste TR, na jornada de lutas do mês de abril de 2013 e na marcha do dia 24 de abril, convocadas e organizadas pelo espaço de unidade de ação, devendo o 58º CONAD apreciar e deliberar sobre o custeio de outras mobilizações para o segundo semestre. O grupo 5 aprovou integralmente a proposta; os grupos 1 (15F, 3C e 5A), 2 (SI), 7 (10F, 7C e 0A), 8 (13F, 2C e 1A) e 12 (17F, 0C e 3A) a aprovaram com modificações; o grupo 2 a rejeitou integralmente (proposta minoritária), e os 6 (17F, 2C e 3A), 9 (18F, 0C e 0A) e 11 (20F, 0C e 1A) deliberaram por remetê-la para o 58º CONAD. Em relação a propostas de modificação aprovadas nos grupos, no subitem 5.1.1. Será destinado ao atendimento a professores com mandato de diretores sindicais – da diretoria nacional e das seções sindicais já constituídas, ou daquelas em processo de constituição, reconhecidas pelo ANDES-SN, por intermédio da respectiva secretaria regional – que estejam em atividades relacionadas com o exercício sindical e nas seguintes situações: a) demissão arbitrária; b) demissão sem justa causa; c) salários total ou parcialmente retidos; d) descontos de dias; o grupo 5 aprovou proposta minoritária de substituir a expressão “com mandato de diretores sindicais – da diretoria nacional e das seções sindicais já constituídas, ou daquelas em processo de constituição por “sindicalizados do” e de retirar a expressão “que estejam em atividades relacionadas com o exercício sindical”. No subitem 5.1.6. O(A) professor(a) que conseguir outro emprego, com o salário líquido igual ou maior que o anterior, terá suspenso o uso do Fundo. Caso o salário líquido recebido no novo emprego seja menor que o anterior, o valor do auxílio será a diferença, respeitado o limite do salário mínimo calculado pelo DIEESE; o grupo 5 (18F, 0C e 2 A) aprovou a inclusão da expressão “no momento da entrada no Fundo de Solidariedade.” ao final do texto. No subitem 5.1.8. Para a utilização do Fundo, o professor deve informar, com comprovação (contracheque, declaração etc.), o valor de seu salário líquido; o grupo 5 aprovou por unanimidade a inclusão do artigo feminino (a) após professor. No item 7. Está autorizada a aplicação de recursos do Fundo de Mobilização durante o período e o valor estabelecidos no item 6, na jornada na próximo semestre, conforme preveem o subitem 6.2 e o item 7 deste TR, na jornada de lutas do mês de abril de 2013 e na marcha do dia 24 de abril, convocadas e organizadas pelo espaço de unidade de ação, devendo o 58º CONAD apreciar e deliberar sobre o custeio de outras mobilizações para o segundo semestre., o grupo 8 aprovou a supressão da expressão “na jornada no próximo semestre, conforme preveem o subitem 6.2. e o item 7 deste TR” (F15 C0 A1). O grupo 8 aprovou a seguinte sugestão: Alterar a numeração do item 5.2.3 para 5.3, bem como dos subitens associados. O grupo 12 aprovou a inclusão do item “Remeter às seções sindicais e para deliberação do 58º CONAD a seguinte proposta de constituição e regulamentação do Fundo Único:” como item 1 da TR (17F, 0C e 3A). Os grupos 1 (15F, 3C e 5 A) e 5 (7 F, 12 envio do texto para discussão nas AD, 2A) aprovaram a inclusão do texto “O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Que o Andes-SN construa uma

política de apoio financeiro para que as seções sindicais, com até 300 sindicalizados, possam enviar o INFORMANDES diretamente para o endereço dos sindicalizados; 2. Que o Andes-SN disponibilize para as seções sindicais com até 300 sindicalizados e sem equipe de comunicação sindical, em especial diagramador, a arte de um boletim eletrônico para que as entidades locais incluam seus conteúdos e enviem para os sindicalizados e demais professores que se cadastrarem; 3. A reprodução de cartazes relativos a campanhas nacionais (campanha salarial, campanha de sindicalização, congresso nacional, etc), e envio para seções sindicais com até 300 sindicalizados e para grupo que estão ainda se organizando para fundar a seção sindical.”. O grupo 1 (15F, 3C e 5A) aprovou ainda a inclusão do texto a seguir: “O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Autorizar, durante o ano de 2013, seções sindicais de IEES/IMES, que entrarem em greve, a suspender a contribuição de 10,5% do FNM, enquanto permanecerem em greve, para uso desse montante na mobilização; 2. Autorizar, durante o ano de 2013, o uso de até 10,5% do FNM para auxílio às greves que se desenvolvam no setor das estaduais e que sejam no âmbito estadual/municipal”; e o grupo 5 aprovou Inclusão (7) X envio do texto para discussão nas AD (12) (7F, 12C e 2 A) o texto: “Que o 32º Congresso Nacional delimite que, nos casos dos grupos que estão se organizando, tendo em vista a disputa das seções sindicais com o sindicato governista ou nos casos dos grupos que estão se rearticulando para fundar uma seção sindical como base do ANDES-SN, seja garantida a participação de representantes custeados pelo Sindicato Nacional, por um prazo máximo de um ano. A representação para o Congresso Nacional do ANDES-SN deve ser eleita em assembleia de professores, e a participação deve ser garantida no status de delegado. No caso da participação nos espaços nacionais, como reuniões de setor, seminários formativos, a participação também será garantida como observador e a indicação dos participantes fica a critério da organização local.” O grupo 9 (18F, 0C e 0A) aprovou o texto: “Remeter a TR19 ao 58º CONAD acompanhada de estudo dos fundos dos últimos anos, balanços das greves e justificativa dos percentuais a ser apresentada pela diretoria.” O grupo 11 (20F, 0C e 1A) aprovou: “Remeter para as seções sindicais, com as informações e dados necessários por parte da diretoria do ANDES-SN para o aprofundamento da discussão e apreciação no próximo CONAD.”

TR – 71 - FUNDO DE GREVE, contribuição da diretoria da ASDUERJ O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Autorizar, durante o ano de 2013, seções sindicais de IEES/IMES, que entrarem em greve, a suspender a contribuição ao FNM, enquanto permanecerem em greve, para uso desse montante na mobilização. 2. Autorizar, durante o ano de 2013, o uso de até 30% do FNM para auxílio às greves que se desenvolvam no setor das estaduais e que sejam no âmbito estadual. Os grupos 1 (SI), 5 (14F, 5C e 0A), 7 (8F, 4C e 5A) e 10 (16F, 1C e 1A) rejeitaram-na integralmente. O grupo 11 aprovou com modificações por unanimidade. Os grupos 2, 6, 8 e 9 remeteram-na para plenária. O grupo 11 aprovou, no item 2, a substituição da expressão: “que se desenvolvam no setor das estaduais e que sejam no âmbito estadual” por: “do setor IEES/IMES.”

TR – 72 - PROPOSTA DE NOVA REGULAMENTAÇÃO DO FUNDO NACIONAL DE SOLIDARIEDADE DO ANDES-SN, contribuição da diretoria da Adunicentro Seção Sindical - O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. O Fundo de Solidariedade do ANDES-SN passa a ter o seguinte formato de contribuição: a) 3% de recursos mensais oriundos da arrecadação mensal do ANDES-SN; b) 0,5% de recursos mensais oriundos da arrecadação das seções sindicais do ANDES-SN; 2. Fica autorizada a diretoria do Andes-SN a utilizar até 30% do valor do FS para contratar/manter assessorias jurídicas regionais exclusivas para apoio ao conjunto de seções sindicais com dificuldades financeiras; 3. Estabelece o novo limite de tempo de permanência dos docentes no FS, que passa a ser de até 18 meses após sua entrada no FS; 4. Estabelece como limite máximo de apoio o valor de até 2 salários mínimos do Dieese para os docentes que recebem apoio do FS; 4. Solicita levantamento do andamento das ações na Justiça envolvendo docentes que receberam apoio do FS, para que possa ser enviado ao próximo CONAD. A situação nos grupos foi: aprovou com modificações, grupo 5; rejeitaram integralmente, grupos 1 (unanimidade), 7 (15F, 0C e 2A), 10 (15F, 0C e 2A) e, apresentou recomendação, grupo 11 (17F, 0C e 3A). Os grupos 2, 8 e 9 remeteram para plenária. O grupo 5 aprovou a rejeição dos itens 1 (14F, 5C e 0A); 2 (9F, 5C e 5A); 3 (15F, 2C e 2A); e 4 (15F, 2C e 1A). O grupo 10 aprovou a recomendação de que o item 5 vá para o TR 19 (16F, 0C e 1A). A presidente da mesa propôs à plenária que cada um dos três TR tivesse uma defesa. Houve um encaminhamento para

que se abrisse imediatamente as inscrições, sem necessidade das defesas. Colocados em votação os dois encaminhamentos, prevaleceu o da mesa. Em seguida, o substitutivo do TR 19 foi defendido por Paulo Rizzo, o TR 71 foi defendido por Guilherme e o TR 72 foi defendido por Helvio. Iniciado o debate, Helvio argumentou que o TR 19 contempla parcialmente a proposta do TR 72. Lighia defendeu a remessa da discussão para o 58º CONAD. Guilherme considerou que a proposta da diretoria contempla o contido no TR 71, de sua autoria. Denny defendeu o financiamento de assessorias jurídicas para as pequenas seções sindicais, como contido no TR 71. Após dois blocos de inscrições, a mesa colocou em votação o TR 19, sem prejuízo de modificações. Houve questões de ordem de que seria preliminar votar a decisão de remeter a discussão para o CONAD. Na votação sobre este encaminhamento, a plenária deliberou por ampla maioria por manter a decisão sobre a matéria. A TR 19 foi aprovada sem prejuízo de modificações, por ampla maioria, com alguns votos contrários e abstenções. Em seguida, a plenária deliberou por remeter os temas para a próxima plenária a partir das 14 horas. A plenária foi reinstalada às 14h55m, retomando-se os TR pendentes. A partir do reinício da plenária foram substituídos os seguintes delegados pelos suplentes de suas respectivas seções: Salatiel Menezes por Cleusa Santos; Tenório Araújo por Laurileide Barbosa da Silva, da ADUFERPE; Edson Teixeira da Silva Junior por Dora Henrique da Costa da ADUFF-SSind. A presidente leu a proposta apresentada em tempo pela diretoria por uma retificação do relatório do grupo 7, com o seguinte texto: *1. Criar um FUNDO ÚNICO, denominado Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN, a ser mantido pelos valores e percentuais praticados atualmente pelo Fundo Nacional de Solidariedade e pelo Fundo Nacional de Mobilização, 1% e R\$ 0,25 proporcionalmente, somados a 2% da receita mensal, das contribuições da tesouraria nacional, ambos na mesma conta, a partir das contribuições de março de 2013.* Houve debate em relação à proposta apresentada pela diretoria. Neste ponto, a mesa avisou que a delegada Elisabeth Orletti, da ADUNI-RIO foi substituída pela observadora Camila Moraes. Colocado o item 1 em votação - redação original contra a modificação proposta pelo Grupo 7 -, foi vencedora a proposta original por ampla maioria, com algumas abstenções, prevalecendo a seguinte redação: **1. Criar um FUNDO ÚNICO, denominado Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN, a ser mantido pela destinação de 2% (dois por cento) da receita integral das contribuições mensais dos sindicalizados, relativamente às parcelas correspondentes a cada seção sindical e à tesouraria nacional, devendo, então, cada seção sindical destinar 2% de suas arrecadações líquidas mensais (arrecadação total menos repasse à tesouraria nacional) ao fundo, e a tesouraria nacional destinar 2% de sua receita mensal de contribuições ao fundo, ambas na mesma conta, a partir das contribuições de março de 2013.** Em seguida, passou-se a discutir a modificação da proposta para o subitem 5.1.1. *Será destinado ao atendimento a professores com mandato de diretores sindicais – da Diretoria Nacional e das Seções Sindicais já constituídas, ou daquelas em processo de constituição, reconhecidas pelo ANDES-SN, por intermédio da respectiva secretaria regional – que estejam em atividades relacionadas com o exercício sindical e nas seguintes situações: a) demissão arbitrária; b) demissão sem justa causa; c) salários total ou parcialmente retidos; d) descontos de dias.* Pela substituição da expressão “com mandato de diretores sindicais – da diretoria nacional e das seções sindicais já constituídas, ou daquelas em processo de constituição,” por “sindicalizados do”. Nas intervenções feitas na sequência, defendeu-se que a proposta de alteração dos fundos seja feita apenas no próximo CONAD, conforme proposta aprovada no grupo 11. Foi aprovada a proposta original da diretoria, com a seguinte redação: **5.1.1. Será destinado ao atendimento a professores com mandato de diretores sindicais – da diretoria nacional e das seções sindicais já constituídas, ou daquelas em processo de constituição, reconhecidas pelo ANDES-SN, por intermédio da respectiva secretaria regional – que estejam em atividades relacionadas com o exercício sindical e nas seguintes situações: a) demissão arbitrária; b) demissão sem justa causa; c) salários total ou parcialmente retidos; d) descontos de dias.** Em seguida, foi votada a modificação do subitem 5.1.6. *O(A) professor(a) que conseguir outro emprego, com o salário líquido igual ou maior que o anterior, terá suspenso o uso do Fundo. Caso o salário líquido recebido no novo emprego seja menor que o anterior, o valor do auxílio será a diferença, respeitado o limite do salário mínimo calculado pelo DIEESE, proposta pelo grupo 5, com*

inclusão da expressão “no momento da entrada no Fundo de Solidariedade”, sendo aprovada a modificação e prevalecendo o texto **5.1.6. O(A) professor(a) que conseguir outro emprego, com o salário líquido igual ou maior que o anterior, terá suspenso o uso do Fundo. Caso o salário líquido recebido no novo emprego seja menor que o anterior, o valor do auxílio será a diferença, respeitado o limite do salário mínimo calculado pelo DIEESE, no momento da entrada no Fundo de Solidariedade.** Foi votada a modificação do subitem 5.1.8. *Para a utilização do Fundo, o professor deve informar, com comprovação (contracheque, declaração etc.), o valor de seu salário líquido,* aprovou-se a inclusão do artigo feminino “a” após professor, prevalecendo a seguinte redação **5.1.8. Para a utilização do Fundo, o(a) professor(a) deve informar, com comprovação (contracheque, declaração etc.), o valor de seu salário líquido.** No item 7, *Está autorizada a aplicação de recursos do Fundo de Mobilização durante o período e o valor estabelecidos no item 6, na jornada na próximo semestre, conforme preveem o subitem 6.2 e o item 7 deste TR, na jornada de lutas do mês de abril de 2013 e na marcha do dia 24 de abril, convocadas e organizadas pelo espaço de unidade de ação, devendo o 58º CONAD apreciar e deliberar sobre o custeio de outras mobilizações para o segundo semestre,* aprovou-se a modificação proposta pelo grupo 8 de excluir na jornada do próximo semestre, conforme preveem o subitem 6.2. e item 7 deste TR”, prevalecendo a seguinte redação: **7. Está autorizada a aplicação de recursos do Fundo de Mobilização durante o período e o valor estabelecidos no item 6, na jornada de lutas do mês de abril de 2013 e na marcha do dia 24 de abril, convocadas e organizadas pelo espaço de unidade de ação, devendo o 58º CONAD apreciar e deliberar sobre o custeio de outras mobilizações para o segundo semestre.** Passou-se a discutir a inclusão de novos itens. A proposta dos grupos 1 e 5 de incluir o texto: “O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. *Que o Andes-SN construa uma política de apoio financeiro para que as seções sindicais, com até 300 sindicalizados, possam enviar o INFORMANDES diretamente para o endereço dos sindicalizados;* 2. *Que o Andes-SN disponibilize para as seções sindicais com até 300 sindicalizados e sem equipe de comunicação sindical, em especial diagramador, a arte de um boletim eletrônico para que as entidades locais incluam seus conteúdos e enviem para os sindicalizados e demais professores que se cadastrarem;* 3. *A reprodução de cartazes relativos a campanhas nacionais (campanha salarial, campanha de sindicalização, congresso nacional etc), e envio para seções sindicais com até 300 sindicalizados e para grupos que estão ainda se organizando para fundar a seção sindical.*” Houve defesas sobre a importância de se aprovar este texto para viabilizar as pequenas seções sindicais, bem como em relação ao aprofundamento da discussão a respeito do tema. Aberta a votação, votou-se item a item. Os itens 1 e 2 foram rejeitados por ampla maioria de votos, com poucas abstenções. Procedendo-se à votação do item 3; houve dúvidas quanto ao resultado e, na repetição, feita a contagem, houve 107 votos favoráveis, 68 contrários e 27 abstenções, sendo aprovado o item, prevalecendo a redação: **3. A reprodução de cartazes relativos a campanhas nacionais (campanha salarial, campanha de sindicalização, congresso nacional etc), e envio para seções sindicais com até 300 sindicalizados e para grupos que estão ainda se organizando para fundar a seção sindical.** Passou-se à apreciação da proposta do grupo 12 que compõe o Texto 2, o qual, por proposta de Wanderley, foi substituído pela proposta do TR 71 em seu item 1. *1. Autorizar, durante o ano de 2013, seções sindicais de IEES/IMES, que entrarem em greve, a suspender a contribuição ao FNM, enquanto permanecerem em greve, para uso desse montante na mobilização.* Em seguida, procedeu-se à votação, com a aprovação do texto consolidado, com o seguinte texto: **1. Autorizar, durante o ano de 2013, seções sindicais de IEES/IMES, que entrarem em greve, a suspender a contribuição ao FNM, enquanto permanecerem em greve, para uso desse montante na mobilização.** Após esta votação, ficaram superados o item 2 do texto 2, aprovado pelo grupo 12 para inclusão no TR 19, e o item 2 da TR 71. A proposta de inclusão do grupo 5, para aprovação ou remessa do item “*Que o 32º Congresso Nacional delibere que nos casos dos grupos que estão se organizando, tendo em vista a disputa das seções sindicais com o sindicato governista ou nos casos dos grupos que estão se rearticulando para fundar uma seção sindical como base do ANDES-SN, seja garantido a participação de representantes custeados pelo Sindicato Nacional, por um prazo máximo de um ano. A representação para o Congresso Nacional do ANDES-SN deve ser eleita em assembleia de*

professores, e a participação deve ser garantida no status de delegado. No caso da participação nos espaços nacionais, como reuniões de setor, seminários formativos, a participação também será garantida como observador e a indicação dos participantes fica a critério da organização local.”, foi discutida e rejeitada pela plenária com alguns votos contrários e algumas abstenções. Em seguida, colocou-se em discussão a inclusão do item proposto na plenária pela delegada Elisabetta (ADUSP), com a redação: *O 32º Congresso do ANDES-SN delibera que o funcionamento do Fundo Único (Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN) será avaliado no 58º CONAD e que a diretoria do ANDES-SN, para subsidiar esta avaliação, encaminhará às seções sindicais as seguintes informações: 1. Saldo do fundo único; 2. Fluxo mensal do novo fundo; 3. Extrato do Fundo de Solidariedade e do Fundo Nacional de Mobilização relativo aos últimos anos; 4. Lista dos pedidos de recursos encaminhados nos últimos anos ao FS e ao FNM com indicação de quais foram acolhidos e quais recusados, com as respectivas justificativas.* Após breve discussão a respeito da proposta, procedeu-se à votação, com aprovação da mesma por ampla maioria, com alguns votos contrários e poucas abstenções, prevalecendo a seguinte redação: **O 32º Congresso do ANDES-SN delibera que o funcionamento do Fundo Único (Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN) será avaliado no 58º CONAD e que a diretoria do ANDES-SN, para subsidiar esta avaliação, encaminhará às seções sindicais as seguintes informações: 1. Saldo do fundo único; 2. Fluxo mensal do novo fundo; 3. Extrato do Fundo de Solidariedade e do Fundo Nacional de Mobilização relativo aos últimos anos; 4. Lista dos pedidos de recursos encaminhados nos últimos anos ao FS e ao FNM com indicação de quais foram acolhidos e quais recusados, com as respectivas justificativas.** Em seguida, passou-se à apreciação dos itens 2 e 5 do TR 72, por terem sido superados os itens restantes, com a seguinte redação: **2. Fica recomendado à diretoria do Andes-SN a utilizar até 30% do valor do FS para contratar/manter assessorias jurídicas regionais exclusivas para apoio ao conjunto de seções sindicais com dificuldades financeiras; 5. Solicita levantamento do andamento das ações na Justiça envolvendo docentes que receberam apoio do FS, para que possa ser enviado ao próximo CONAD.** Após breve discussão, aprovou-se o seguinte texto: **2. Fica recomendado à diretoria do ANDES-SN que providencie um estudo sobre a possibilidade de utilizar até 30% do valor do FS para contratar/manter assessorias jurídicas regionais exclusivas para apoio ao conjunto de seções sindicais com dificuldades financeiras; 5. Solicita levantamento do andamento das ações na Justiça envolvendo docentes que receberam apoio do FS, para que possa ser enviado ao próximo CONAD.** Declaração de voto de Sirliane da APRUMA sobre TR 72: “Esse recurso ficou parado porque era complexo demitir. O processo de demissão nas federais foi simplificado, todos ficamos fragilizados, inclusive a base combativa.” A seguir, deliberou-se pela aprovação do substitutivo do TR 19 como um todo, com as modificações já aprovadas, por ampla maioria, com alguns votos contrários e abstenções. **SUBSTITUTIVO AO TR 19 FUNDO ÚNICO: FUNDO NACIONAL DE SOLIDARIEDADE, MOBILIZAÇÃO E GREVE DO ANDES-SN O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Criar um FUNDO ÚNICO, denominado Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN, a ser mantido pela destinação de 2% (dois por cento) da receita integral das contribuições mensais dos sindicalizados, relativamente às parcelas correspondentes a cada seção sindical e à tesouraria nacional, devendo, então, cada seção sindical destinar 2% de suas arrecadações líquidas mensais (arrecadação total menos repasse à tesouraria nacional) ao fundo, e a tesouraria nacional destinar 2% de sua receita mensal de contribuições ao fundo, ambas na mesma conta, a partir das contribuições de março de 2013. 2. Extinguir os Fundos de Solidariedade e Mobilização, transferindo os valores existentes nesses fundos para o novo fundo. 3. Os recursos do FUNDO ÚNICO serão distribuídos nos seguintes montantes: 25% para a Solidariedade, 35% para a Mobilização e 40% para a Greve, a serem definidos relativamente ao saldo de 1º de março de 2012 e recalculados anualmente tendo como referência o saldo total do fundo no dia 1º de janeiro de cada ano. 4. O 33º Congresso avaliará a experiência do novo fundo e fará os ajustes que julgar necessários. 5. A utilização do Fundo Único observará as determinações abaixo relacionadas. 5.1. Solidariedade: 5.1.1. Será destinado ao atendimento a professores com mandato de**

diretores sindicais – da diretoria nacional e das seções sindicais já constituídas, ou daquelas em processo de constituição, reconhecidas pelo ANDES-SN, por intermédio da respectiva secretaria regional – que estejam em atividades relacionadas com o exercício sindical e nas seguintes situações: a) demissão arbitrária; b) demissão sem justa causa; c) salários total ou parcialmente retidos; d) descontos de dias. 5.1.2. O dirigente sindical terá direito a recorrer ao Fundo de Solidariedade, para pleitear auxílio monetário no menor valor, considerando-se o salário líquido percebido à época da demissão e o salário mínimo calculado pelo DIEESE no momento da entrada no Fundo de Solidariedade; 5.1.3. O auxílio financeiro não poderá ultrapassar o período de 12 meses após o término do mandato sindical, originário da demissão. 5.1.4. No caso de o Sindicato ou o(a) professor(a) perder a ação judicial, o reembolso será facultativo. 5.1.5. No caso de o Sindicato ou professor(a) ganhar a ação judicial, o Fundo deverá ser reembolsado pelo(a) professor(a), nos valores desembolsados, ou pelo valor da indenização recebida, se ela for menor. 5.1.6. O professor que conseguir outro emprego, com o salário líquido igual ou maior que o anterior, terá suspenso o uso do Fundo. Caso o salário líquido recebido no novo emprego seja menor que o anterior, o valor do auxílio será a diferença, respeitado o limite do salário mínimo calculado pelo DIEESE, no momento da entrada no Fundo de Solidariedade. 5.1.7. O Fundo garantirá o auxílio até o limite de seu caixa. Se os recursos forem insuficientes para atender a todos os casos, o atendimento será feito mantendo-se a proporcionalidade, segundo o valor do auxílio recebido pelo(a) professor(a). 5.1.8. Para a utilização do Fundo, o(a) professor(a) deve informar, com comprovação (contracheque, declaração etc.), o valor de seu salário líquido. 5.1.9. O depósito mensal do auxílio será efetuado pelo ANDES-SN, mediante comunicado do(a) professor(a) (carta ou e-mail) endereçado à tesouraria, todo início de mês, esclarecendo sobre a permanência da situação que originou o pedido de auxílio. 5.2. Mobilização: 5.2.1. A diretoria do ANDES-SN convocará a Comissão Nacional de Mobilização (CNM), sempre que for necessário, com antecedência mínima de doze dias, admitindo-se a convocação em prazo menor somente em situações excepcionais; 5.2.2. A circular de convocação da CNM deverá explicitar: 5.2.2.1. O prazo limite, nunca inferior a 24h, para manifestação das seções sindicais, por fax ou correio eletrônico dirigido à secretaria do ANDES-SN; 5.2.2.2. O período de permanência do docente nos trabalhos da comissão; 5.2.2.3. O número de docentes convocados para o período; 5.2.3. A composição da CNM de cada período será definida a partir das indicações das seções sindicais, observando-se a seguinte ordem de prioridades: 5.2.3.1. A representação dos três setores, salvo quando esteja em evidência questão pertinente a um setor; 5.2.3.2. As seções sindicais com menor número de participações nos últimos 12 meses; 5.2.3.3. As seções sindicais com menor número de docentes sindicalizados; 5.2.3.4. A ordem de chegada das indicações das seções sindicais; 5.2.4. Os membros da CNM que participarem de atividades que constem da agenda do ANDES-SN, imediatamente antes ou após o período de convocação da CNM, terão suas despesas com diárias e hospedagens, referentes a essa participação, custeadas por suas respectivas seções sindicais e as despesas decorrentes de passagens (ida e volta) serão custeadas pela CNM, assim como as diárias e hospedagens no período da convocação. 5.2.5. O uso do Fundo para Mobilização será utilizado para os seguintes fins: 5.2.5.1. Despesas com transporte, diárias e hospedagens da Comissão Nacional de Mobilização; 5.2.5.2. Apoio a mobilizações, campanhas, marchas, manifestações e eventos, definidos como centrais nas lutas do Sindicato, cuja destinação tenha sido definida em congresso ou CONAD; 5.3. Greve: 5.3.1. Os recursos do Fundo destinados às greves não substituem fundos de greves de seções sindicais e dos setores e serão utilizados especificamente para ajudar movimentos de greves organizados por seções sindicais que apresentem dificuldades financeiras. 5.3.2. As solicitações de apoio financeiro às greves devem ser feitas, por escrito, à tesouraria do ANDES-SN, justificando os motivos do pedido e os usos a que se destinam, tais como divulgação do movimento, mobilização, atos, caravanas e participação em comandos de greve. 6. Fica autorizada a diretoria do ANDES-SN a ordenar despesas destinadas a cobrir necessidades previstas no item 5.2.5.2., no período compreendido entre março de 2013 a janeiro de 2014, até o limite de R\$ 500 mil reais; 7. Está autorizada a

aplicação de recursos do Fundo de Mobilização durante o período e o valor estabelecidos no item 6, na jornada de lutas do mês de abril de 2013 e na marcha do dia 24 de abril, convocadas e organizadas pelo espaço de unidade de ação, devendo o 58º CONAD apreciar e deliberar sobre o custeio de outras mobilizações para o segundo semestre. 8. A reprodução de cartazes relativos a campanhas nacionais (campanha salarial, campanha de sindicalização, congresso nacional etc), e envio para seções sindicais com até 300 sindicalizados e para grupos que estão ainda se organizando para fundar a seção sindical. 9. Autorizar, durante o ano de 2013, seções sindicais de IEES/IMES, que entrarem em greve, a suspender a contribuição ao Fundo Único, enquanto permanecerem em greve, para uso desse montante na mobilização. 10. O funcionamento do Fundo Único (Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN) será avaliado no 58º CONAD e que a Diretoria do ANDES-SN, para subsidiar esta avaliação, encaminhará às seções sindicais as seguintes informações: 1. Saldo do fundo único; 2. Fluxo mensal do novo fundo; 3. Extrato do Fundo de Solidariedade e do Fundo Nacional de Mobilização relativo aos últimos anos; 4. Lista dos pedidos de recursos encaminhados nos últimos anos ao FS e ao FNM com indicação de quais foram acolhidos e quais recusados, com as respectivas justificativas. 11. Fica recomendada a diretoria do Andes-SN a utilizar até 30% do valor do FS para contratar/manter assessorias jurídicas regionais exclusivas para apoio ao conjunto de seções sindicais com dificuldades financeiras; 12. Solicita levantamento do andamento das ações na Justiça envolvendo docentes que receberam apoio do FS, para que possa ser enviado ao próximo CONAD. A seguir, passou-se à apreciação do TR – 23 - *MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA* Diretoria do ANDES-SN, O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Autorizar o ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais para a Associação Auditoria Cidadã da Dívida; 2. Recomendar que os dados da Associação Auditoria Cidadã da Dívida sejam constantemente publicados no sítio do ANDES-SN e das seções sindicais. Os grupos 1 (unanimidade), 5 (19F, 2C e 1A), 6 (14F, 2C e 1A) e 10 (unanimidade) aprovaram-na integralmente, e o grupo 11 aprovou com modificações (15F, 2C e 3A) o TR 23. Os grupos 2, 8 e 9 remeteram para plenária. O grupo 11 aprovou incluir, após autorizar, a expressão “a diretoria do”. Não havendo inscrições, o TR foi submetido à votação, aprovando-se o TR sem prejuízo de modificações. Colocado em votação o texto original com a modificação proposta pelo grupo 11, esta foi aprovado por ampla maioria com algumas abstenções, ficando a seguinte redação: **TR – 23 - MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA** O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais para a Associação Auditoria Cidadã da Dívida; 2. Recomendar que os dados da Associação Auditoria Cidadã da Dívida sejam constantemente publicados no sítio do ANDES-SN e das seções sindicais. Na apreciação da **TR – 24 - MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES (ENFF)** Diretoria do ANDES-SN, O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Autorizar o ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, com a quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais para a ENFF; 2. Recomendar que as seções sindicais do ANDES-SN também participem com uma contribuição mensal para a ENFF, conforme as suas possibilidades financeiras. A situação nos grupos foi: os grupos 6 (15F, 0C e 2A) e 10 (18F, 0C e 0A) aprovaram-na integralmente; os grupos 1 (23F, 1C e 0A), 5 (20F, 0C e 0A) e 11 (19F, 1C e 0A) aprovaram-na com modificações, e grupos 2, 8 e 9 a remeteram para plenária. O grupo 1 aprovou a inclusão, ao final do item 1, da expressão “a ser reavaliada no 58º CONAD, objetivando sua elevação”; o grupo 11 aprovou a inclusão no item 1, após autorizar da expressão “a diretoria do” e, ainda, a substituição, no início do item 2., de “Recomendar” por “Indicar”. Em relação à inclusão de novos itens: o grupo 5 (19F, 1C e 0A) aprovou incluir como item 3. Que o ANDES-SN divulgue a campanha de solidariedade da ENFF “Amigos da ENFF” em seu site e oriente que as seções sindicais também a divulguem; e como item 4. Que se realize estudo sobre a viabilidade de aumento do valor da contribuição mensal do ANDES-SN à ENFF. Após alguns esclarecimentos e defesas sobre a importância da ENFF e a necessidade de contribuição do ANDES-SN para manter a sua existência, o TR foi

colocado em votação e aprovado sem prejuízo de modificações, por ampla maioria, com algumas abstenções. Em seguida, passou-se à deliberação sobre as modificações propostas. Foi aprovada por ampla maioria com algumas abstenções, a inclusão do grupo 1, no item 1, as modificações propostas pelo grupo 11, e foi aprovada por ampla maioria, com algumas abstenções, a inclusão do item 3, sendo retirado o item 2, uma vez que estaria contemplado no texto do item 3. O item 4 foi considerado como superado pela aprovação de modificação do item 1. Finalmente, foi aprovado o texto integralmente, prevalecendo a seguinte redação. **TR – 24 - MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES (ENFF) Diretoria a do ANDES-SN, O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:** 1. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, com a quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais para a ENFF, a ser reavaliada no 58º CONAD, objetivando sua elevação; 2. Que o ANDES-SN divulgue a campanha de solidariedade da ENFF “Amigos da ENFF” em seu site e oriente que as seções sindicais também a divulguem. No **TR – 25 - HOMOLOGAÇÕES: NOVAS SEÇÕES SINDICAIS, ALTERAÇÕES REGIMENTAIS, TRANSFORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE DOCENTE EM SEÇÃO SINDICAL Diretoria do ANDES-SN I - CONSTITUIÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL 1.1** Em consonância com art. 15, inciso VI do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Roraima – Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – **SINDUERR-Seção Sindical do ANDES-SN. 1.2** Em consonância com art. 15, inciso VI do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, campus de São João da Boa Vista e Região - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – **IFSP-SBV Seção Sindical do ANDES-SN 1.3** Em consonância com art. 15, inciso VI do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado do Amapá - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – **SINDUEAP Seção Sindical do ANDES-SN. 1.4** Em consonância com art. 15, inciso VI do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal da Fronteira Sul - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – **SINDUFFS Seção Sindical do ANDES-SN. 1.5** - Em consonância com art. 15, inciso VI do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos docentes da Universidade Estadual do Paraná - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – **SINDUNESPAR Seção Sindical do ANDES-SN**, uma vez cumpridos os ajustes necessários no seu regimento, consoante parecer da secretaria do ANDES-SN. **II - RATIFICAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL 2.1** O 32º CONGRESSO, ratifica a transformação da ADUFF em Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal Fluminense – ADUFF Seção Sindical, realizada no X Congresso, Curitiba, 18 a 23 de fevereiro de 1991, que, por um lapso, foi omitida da ata do Tema IV – Questões Organizativas e Financeira, bem como, todos os atos praticados pela **ADUFF Seção Sindical** desde 23 de fevereiro de 1991, em decorrência da sua condição de seção sindical. **2.2** O 32º CONGRESSO ratifica a transformação da ADUEPB em Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba – ADUEPB S.Sind, realizada no X Congresso, Curitiba, 18 a 23 de fevereiro de 1991, que, por um lapso, foi omitida da ata do Tema IV – Questões Organizativas e Financeira, bem como, todos os atos praticados pela **ADUEPB Seção Sindical** desde 23 de

fevereiro de 1991, em decorrência da sua condição de seção sindical. **III - RATIFICAÇÃO DE CRIAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL** **3.1** Em consonância com art. 15, inciso VI do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL ratifica a constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Pará Campus Marabá – **SINDUFPA-MAR-SSIND do ANDES-SN**, após cumprir os ajustes necessários no seu regimento. **3.2** Em consonância com art. 15, inciso VI do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL ratifica a constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Laranjal do Jarí – **SINDIFAP-SSIND do ANDES-SN**, após cumprir aos ajustes necessários no seu regimento. **IV – ALTERAÇÕES REGIMENTAIS** **4.1** Em consonância com o art. 15, inciso IX do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente às alterações no regimento da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – **APESJF-Seção Sindical do ANDES-SN**. **4.2** Em consonância com o art. 15, inciso IX do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente às alterações no regimento da SINDEFAFEID, que passa a denominar-se Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus Diamantina do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – **ADUFVJM-Campus Diamantina-Seção Sindical do ANDES-SN**. **4.3** Em consonância com o art. 15, inciso IX do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à mudança no regimento da ASDESAM no que se refere à sua nomenclatura, que passa a ser ADUFERSA – Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – **ADUFERSA-Seção Sindical do ANDES-SN**. **4.4** Em consonância com o art. 15, inciso IX do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à mudança no regimento da APUG - Associação dos Professores Universitários de Gurupi - **TO - Seção Sindical do ANDES-SN**, uma vez cumpridos os ajustes necessários no seu regimento, consoante parecer da secretaria do ANDES-SN. **4.5** Em consonância com o art. 15, inciso IX do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à mudança no regimento da **Seção Sindical do ANDES-SN na Universidade Federal de Santa Catarina - Seção Sindical do ANDES-SN**, uma vez cumpridos os ajustes necessários no seu regimento, consoante parecer da secretaria do ANDES-SN. Os grupos 1, 5, 6, 10 e 11 aprovaram integralmente as homologações das seções sindicais. **O TR 25 foi aprovado por ampla maioria, com a retificação do nome de “Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual do Paraná” por “Seção Sindical dos Docentes Universitários de Paranaguá -SINDUNESPAR.** **TR 25 - HOMOLOGAÇÕES: NOVAS SEÇÕES SINDICAIS, ALTERAÇÕES REGIMENTAIS, TRANSFORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE DOCENTE EM SEÇÃO SINDICAL I - CONSTITUIÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL** **1.1** Em consonância com art. 15, inciso VI do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Roraima – Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – **SINDUERR-Seção Sindical do ANDES-SN**. **1.2** Em consonância com art. 15, inciso VI do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º

CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, campus de São João da Boa Vista e Região - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – IFSP-SBV Seção Sindical do ANDES-SN. 1.3 Em consonância com art. 15, inciso VI do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado do Amapá - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – SINDUEAP Seção Sindical do ANDES-SN. 1.4 - Em consonância com art. 15, inciso VI do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal da Fronteira Sul - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – SINDUFFS Seção Sindical do ANDES-SN. 1.5 - Em consonância com art. 15, inciso VI do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes Universitários de Paranaguá - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – SINDUNESPAR Seção Sindical do ANDES-SN, uma vez cumpridos os ajustes necessários no seu regimento, consoante parecer da secretaria do ANDES-SN. II - **RATIFICAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL.** 2.1 O 32º CONGRESSO ratifica a transformação da ADUFF em Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal Fluminense – ADUFF Seção Sindical, realizada no X Congresso, Curitiba, 18 a 23 de fevereiro de 1991, que, por um lapso, foi omitida da ata do Tema IV – Questões Organizativas e Financeira, bem como, todos os atos praticados pela ADUFF Seção Sindical desde 23 de fevereiro de 1991, em decorrência da sua condição de seção sindical. 2.2 O 32º CONGRESSO ratifica a transformação da ADUEPB em Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba – ADUEPB S.Sind, realizada no X Congresso, Curitiba, 18 a 23 de fevereiro de 1991, que, por um lapso, foi omitida da ata do Tema IV – Questões Organizativas e Financeira, bem como, todos os atos praticados pela ADUEPB Seção Sindical desde 23 de fevereiro de 1991, em decorrência da sua condição de seção sindical. III - **RATIFICAÇÃO DE CRIAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL.** 3.1 Em consonância com art. 15, inciso VI do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL ratifica a constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Pará Campus Marabá – SINDUFPA-MAR-SSIND do ANDES-SN, após cumprir os ajustes necessários no seu regimento. 3.2 Em consonância com art. 15, inciso VI do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL ratifica a constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Laranjal do Jarí – SINDIFAP-SSIND do ANDES-SN, após cumprir aos ajustes necessários no seu regimento. IV – **ALTERAÇÕES REGIMENTAIS.** 4.1 Em consonância com o art. 15, inciso IX do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente às alterações no regimento da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – APESJF-Seção Sindical do ANDES-SN. 4.2 Em consonância com o art. 15, inciso IX do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente às alterações no regimento da SINDEFAFEID, que passa a denominar-se Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal dos Vales do

Jequitinhonha e Mucuri – Campus Diamantina do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ADUFVJM - Campus Diamantina - Seção Sindical do ANDES-SN. 4.3 Em consonância com o art. 15, inciso IX do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à mudança no regimento da ASDESAM no que se refere à sua nomenclatura, que passa a ser ADUFERSA – Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ADUFERSA - Seção Sindical do ANDES-SN 4.4 Em consonância com o art. 15, inciso IX do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à mudança no regimento da APUG - Associação dos Professores Universitários de Gurupi - TO - Seção Sindical do ANDES-SN, uma vez cumpridos os ajustes necessários no seu regimento, consoante parecer da secretaria do ANDES-SN. 4.5 Em consonância com o art. 15, inciso IX do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à mudança no regimento da Seção Sindical do ANDES-SN na Universidade Federal de Santa Catarina - Seção Sindical do ANDES-SN, uma vez cumpridos os ajustes necessários no seu regimento, consoante parecer da secretaria do ANDES-SN. Na sequência passou-se à apreciação do TR 26 - *PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 57º CONAD Diretoria do ANDES-SN O 32º CONGRESSO do ANDES-SN aprova a prestação de contas do 57º CONAD.* Os grupos 1, 5, 6, 10 e 11 o aprovaram integralmente, por unanimidade. O TR 26 foi aprovado na plenária por unanimidade, prevalecendo o texto: **TR 26 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 57º CONAD, Diretoria do ANDES-SN. O 32º CONGRESSO do ANDES-SN aprova a prestação de contas do 57º CONAD.** A seguir, foi apreciado o TR – 69 - *AUMENTANDO AINDA MAIS A TRANSPARÊNCIA PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANDES-SN, contribuição da Assembleia Geral da ADUFPA-SSind e dos sindicalizados Aloizio Soares Ferreira (ASPUV-SSind), Ana Lucia Barbosa de Faria (SINDCEFET-MG-SSind), Ana Maria Marques Santos (ADUR-RJ-SSind), Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV-SSind.), Célia R. Otranto (ADUR-RJ-SSind), Elaine Judite de Amorim Carvalho (ADUFEPE-SSind), Dilenio Dustan Lucas de Souza (APES-JF-SSind), Edmundo Fernandes Dias (ADUNICAMP-SSind), Graciela Bonassa Garcia (ADUR-RJ-SSind), Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind), José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind), Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind), Luís Mauro S. Magalhães (ADUR-RJ-SSind), Marília Washington (ADUFSCAR-SSind) e Oneize Araujo (ADUFS-SSind).* O 32º Congresso do ANDES-SN decide que, a partir do 58º CONAD, na prestação de contas apresentada pela diretoria, para apreciação pelos CONAD, sejam elencados os valores de gastos com passagens e diárias, relativos às atividades de cada membro da diretoria nacional. Os grupos 1 (17F, 3C e 2A), 5 (16F, 1C e 2A) e 10 (13F, 1C e 3A) o rejeitaram integralmente, enquanto os outros grupos o remeteram para a plenária e o grupo 12 não apresentou informações. Após deliberação, o TR 69 foi rejeitado por ampla maioria, com algumas abstenções. Passou-se a apreciar o **TR – 27 - SEDE DO 33º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL, Diretoria do ANDES-SN. O 33º CONGRESSO do ANDES - SINDICATO NACIONAL realizar-se-á na cidade de, sob a organização da Seção Sindical,** que foi remetido para a plenária pelos grupos. Os diretores da APRUMA-SSind apresentaram na plenária a proposta para sediar o 33º Congresso, com vídeo sobre as atrações culturais da cidade de São Luiz e a colocação de diversos motivos políticos para a realização do Congresso, para reforçar a luta local. Em processo de votação, a proposta foi aprovada por unanimidade e ovacionada pela plenária, prevalecendo a seguinte redação: **O 33º CONGRESSO do ANDES - SINDICATO NACIONAL realizar-se-á na cidade de São Luiz - MA, sob a organização da Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão - Seção Sindical (APRUMA-SSind).** Passou-se a apreciar o **TR – 28 - DESCONTO CONSIGNADO NO SIAPE, contribuição do professor Luis Allan Künzle – sindicalizado da APUFPR Seção Sindical: Que o ANDES-SN, na estrutura administrativa da sede em Brasília, sistematize todos os**

conhecimentos e procedimentos necessários para que as seções sindicais das IFES efetuem corretamente suas rotinas operacionais de acesso ao SIAPE. Os grupos 5 (unanimidade), 6 (18F, 0C e 1A) e 10 (13F, 0C e 4A) o aprovaram integralmente, e o grupo 11 aprovou com modificações; os grupos 1, 2, 8 e 9 o remeteram para plenária. O grupo 11 aprovou substituir a expressão “Que o ANDES-SN, na estrutura administrativa da sede em Brasília” por “O 32º Congresso do ANDES-SN recomenda que a diretoria do ANDES-SN”. Inicialmente, a presidente colocou em votação a aprovação da TR, sem prejuízo de modificações, sendo aprovada por ampla maioria, com alguns votos contrários e algumas abstenções. Em seguida, passou-se a votar as modificações propostas. Votaram-se as duas propostas de modificação, uma contra a outra, aprovando-se a segunda proposta, prevalecendo a seguinte redação: **TR – 28 - DESCONTO CONSIGNADO NO SIAPE - O 32º Congresso do ANDES-SN recomenda que a diretoria do ANDES-SN, na estrutura administrativa da sede em Brasília, sistematize todos os conhecimentos e procedimentos necessários para que as seções sindicais das IFES efetuem corretamente suas rotinas operacionais de acesso ao SIAPE.** Passou-se a apreciar o **TR – 29 - AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE TERRENO EM BRASÍLIA/DF PARA CONSTRUÇÃO DA SEDE NACIONAL DO ANDES-SN,** contribuição do professor Ariel Clodoaldo Magalhães Costa – sindicalizado da APRUMA Seção Sindical. O 32º CONGRESSO delibera autorizar a diretoria do ANDES-SN: 1. A comprar um terreno para a construção definitiva da sede do ANDES-SN; Este terreno a ser comprado deve ter alguns perfis imobiliários a serem observados, como: 1.1 Localizado (no máximo a 500 metros) nas proximidades de uma estação de metrô; 1.2 Nas proximidades de alguma cidade-satélite, sem desprezar a procura no Plano Piloto; 1.3 Terreno não acidentado; 1.4 Que além do(s) prédio(s) a ser(em) construído(s), haja espaço para outras demandas; 1.5 Passar para as mãos de profissionais da área imobiliária a busca/compra deste terreno, descrevendo para esses profissionais o perfil desejado para o terreno. Os grupos 5 (13F, 1C e 4A), 6 (17F, 0C e 2A), 10 (unanimidade) e 11 (18F, 0C e 2A) rejeitaram integralmente a proposta. O TR 28 foi rejeitado na plenária com alguns votos contrários e algumas abstenções. Passou-se a apreciar o **TR – 30 - FILIAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DOCENTES AO ANDES-SINDICATO NACIONAL:** Em defesa da liberdade e autonomia sindical e dos direitos humanos, contribuição da Assembleia da Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC. O 32º Congresso, buscando garantir o princípio da liberdade de organização sindical, delibera que as instâncias responsáveis no âmbito do ANDES-SN darão encaminhamento aos pedidos de filiação de associações docentes com estatuto próprio, resguardando os interesses do conjunto de que se compõem o ANDES-SN. Dentre estes pedidos, serão encaminhados os procedimentos necessários à homologação do pedido de filiação da ADESSC, segundo avaliação consubstanciada das condições que permitam resguardar os interesses do ANDES-SN. Os grupos 5 (unanimidade), 9 (unanimidade), 10 (18F, 0C e 1A) e 11 (208F, 0C e 1A) aprovaram o TR com modificações, e o grupo 6 o rejeitou integralmente. A modificação proposta pelos grupos 5, 9, 10 e 11 foi a de substituição da palavra “segundo” pela expressão “condicionado à”. Após o relato dos diretores da ADESSC, com defesa da proposta e algumas argumentações relativas aos cuidados a serem tomados em relação à defesa do registro sindical do ANDES-SN, houve manifestação da diretoria do ANDES no sentido da importância de acolher a situação da ADESSC em relação ao Sindicato. Com manifestações de apoio, a plenária deliberou por ampla maioria, com algumas abstenções e votos contrários, prevalecendo o texto com a modificação proposta. **TR – 30 - FILIAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DOCENTES AO ANDES-SINDICATO NACIONAL: O 32º Congresso, buscando garantir o princípio da liberdade de organização sindical, delibera que as instâncias responsáveis no âmbito do ANDES-SN darão encaminhamento aos pedidos de filiação de associações docentes com estatuto próprio, resguardando os interesses do conjunto de que se compõem o ANDES-SN. Dentre estes pedidos, serão encaminhados os procedimentos necessários à homologação do pedido de filiação da ADESSC, condicionado à avaliação consubstanciada das condições que permitam resguardar os interesses do ANDES-SN.** Passou-se a discutir o **TR – 31 - NOVA ESTRUTURA PARA O FORTALECIMENTO DO ANDES-SN,** contribuição do professor Guilherme C. Varela – sindicalizado da ADUFEPE Seção Sindical. O 32º CONGRESSO do ANDES-SN aprova: criação de uma comissão para estudar e propor alterações na estrutura funcional do ANDES-

SN, com o objetivo de melhorar a condução institucional, em períodos críticos de tensão. Os grupos 5 (unanimidade), 6 (13F, 0C e 5A) e 10 (unanimidade) rejeitaram integralmente a proposta. Submetido à votação, o TR foi rejeitado por ampla maioria, com algumas abstenções. Em seguida, passou-se ao TR – 70 - *FINANCIAMENTO DE DELEGADOS E OBSERVADORES NOS CONGRESSOS DO ANDES-SN*, contribuição do professor Luis Allan Künzle – sindicalizado da APUFPR-SSind. O 32º Congresso do ANDES-SN delibera: 1. Que seja construída uma proposta, a ser deliberada no 33º Congresso, que garanta a participação de todos os delegados(as) eleito(a)s em assembleia da categoria nas seções sindicais e nas secretarias regionais, respeitados os limites estatutários conforme o número de sindicalizados, nos congressos do ANDES-SN. Esta proposta será construída a partir de proposições feitas pelas seções sindicais em reuniões dos diferentes grupos de trabalho do ANDES-SN. Os grupos 6 (13F, 0C e 5A) e 10 (unanimidade) aprovaram o TR com a modificação: substituir o texto original por “O 32º Congresso do ANDES-SN delibera que a diretoria promova, sob coordenação do GTPFS, um amplo debate, com a participação das seções sindicais, sobre as demandas e os desafios organizativos do Sindicato, atendendo os três setores (IFES, IEES/IMES e IPES), resultando no 7º Encontro Intersetorial do ANDES-SN, a ser realizado até 31 de agosto de 2013.” Submetida à votação sem prejuízo de modificação, foi aprovada por ampla maioria. Na votação por contraste entre a proposta original e a modificação proposta pelos grupos 6 e 10, venceu a segunda proposta, prevalecendo o texto **TR 70 - O 32º Congresso do ANDES-SN delibera que a diretoria promova, sob a coordenação do GTPFS, um amplo debate, com a participação das seções sindicais, sobre as demandas e os desafios organizativos do Sindicato, atendendo os três setores (IFES, IEES/IMES e IPES), resultando no 7º Encontro Intersetorial do ANDES-SN, a ser realizado até 31 de agosto de 2013** Passou-se a apreciar o TR – 73 - *POR UMA COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN*, contribuição do prof. Hélio Alexandre Mariano - sindicalizado da Adunicentro-Seção Sindical do Andes-SN. O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Criar a Comissão da Verdade do ANDES-SN para investigar fatos ocorridos na ditadura militar contra docentes universitários entre os anos de 1964 a 1985; 2. Esta comissão terá a duração de 12 meses, podendo ser prorrogada pelo mesmo período; 3. Esta comissão será composta por seis (6) docentes, sendo 2 diretores do Sindicato Nacional e quatro integrantes eleitos no 32º Congresso do ANDES-SN. O Congresso também indicará dois (2) docentes como suplentes, mesmo número indicado pela diretoria do ANDES-SN; 4. O ANDES-SN disponibilizará, pelo período em que a comissão estiver instalada, todos os recursos necessários para o seu funcionamento; 5. A comissão será instalada na sede do ANDES-SN, em Brasília-DF. Apenas o grupo 10 aprovou integralmente a proposta e os outros grupos não votaram ou remeteram para a plenária. Aberta a discussão, houve manifestações a respeito do sofrimento passado por muitos companheiros na época da ditadura militar e o compromisso do ANDES-SN em perseguir a verdade. Encaminhamento feito por Helvio: que se aprove o conteúdo da proposta, excluindo-se os itens 2 a 5 e incluindo-se novos itens, como segue: 2. A diretoria do ANDES-SN apresentará no 58º CONAD uma proposta de funcionamento da Comissão da Verdade, com prazos, número de participantes e recursos financeiros e o papel das seções sindicais; 3. A comissão será instalada do 58º CONAD, onde serão eleitos seus membros titulares e suplentes. Roberto Leher propõe que se inclua o levantamento de professores, estudantes e funcionários das universidades que sofreram perseguições. Roberto Leher propôs a inclusão do item “4. Que as seções sindicais realizem levantamento de seus professores, estudantes e técnico-administrativos cassados, torturados, perseguidos e assassinados pela ditadura empresarial-militar, objetivando acompanhar o trabalho da Comissão de Verdade em conjunto com o movimento Tortura Nunca Mais e exigir a punição dos agentes do Estado responsáveis.”. Foi apresentada ainda na plenária nova inclusão de item, com a seguinte redação: “5. Que o ANDES-SN, via secretarias regionais e seções sindicais: 5.1. Participe do movimento nacional pelo fim da impunidade de que gozam os agentes civis e militares que atuaram criminalmente durante a ditadura civil-militar em nosso país; 5.2. Atue na luta, em conjunto com as demais entidades, pela revisão da Lei da Anistia, construindo ações de iniciativa popular.”. Após, houve discussão e manifestações emocionadas a respeito dos motivos para que o ANDES-SN faça parte do movimento pela verdade em relação ao processo de perseguição política ocorrido no Brasil na época da ditadura militar. Em

seguida, passou-se à deliberação, com aprovação do TR sem prejuízo de modificação, por ampla maioria, com alguns votos contrários e abstenções. As propostas de modificação apresentadas foram acatadas pela plenária, sendo aprovadas por ampla maioria, prevalecendo o texto. **TR – 73 - POR UMA COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN. O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:** 1. Criar a Comissão da Verdade do ANDES-SN para investigar fatos ocorridos na ditadura militar contra docentes universitários entre os anos de 1964 a 1985; 2. A diretoria do ANDES-SN apresentará no 58º CONAD uma proposta de funcionamento da Comissão da Verdade, com prazos, número de participantes e recursos financeiros e o papel das seções sindicais; 3. A Comissão será instalada do 58º CONAD, onde serão eleitos seus membros titulares e suplentes; 4. Que as seções sindicais realizem levantamento de seus professores, estudantes e técnico-administrativos cassados, torturados, perseguidos e assassinados pela ditadura empresarial-militar, objetivando acompanhar o trabalho da Comissão de Verdade em conjunto com o movimento Tortura Nunca Mais e exigir a punição dos agentes do Estado responsáveis; 5. Que o ANDES-SN, via secretarias regionais e seções sindicais: 5.1. Participe do movimento nacional pelo fim da impunidade de que gozam os agentes civis e militares que atuaram criminalmente durante a ditadura civil-militar em nosso país; 5.2. Atue na luta, em conjunto com as demais entidades, pela revisão da Lei da Anistia, construindo ações de iniciativa popular. Os TR do Tema 4 foram, assim, encerrados às 19h30, prosseguindo a plenária com a sequência do Tema 5, do Tema 6 e da Plenária de Encerramento. Rio de Janeiro, 9 de março de 2013.

Maria Suely Soares
2ª Secretária

Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA 5 - Plano de Lutas - Geral, Educação, Direitos e Organização dos Trabalhadores

Às dezenove horas e oito minutos do dia nove de março do ano de dois mil e treze, no Auditório Roxinho, do Centro Cultural - Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) do campus Universidade Federal do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, teve início a plenária do Tema 5 - Plano de Lutas - Geral, Educação, Direitos e Organização dos Trabalhadores. A mesa foi composta por Luiz Henrique Schuch, presidente, Carlos Alberto da Fonseca Pires, vice-presidente, Paulo Marcelo Cambraia da Costa, 1º secretário e Claus Akira H. Matsushigue, 2º secretário. O presidente da mesa iniciou descrevendo a sistemática de andamento dos trabalhos. Foi sugerida a seguinte ordem para a análise dos TRs, agrupando temas correlatos: 1) TR 32 (Espaço de Unidade de Ação); 2) TR 33, TR 74, TR 75, TR 76 e TR 78 (CSP-Conlutas); 3) TR 79 (Plano Geral); 4) TR 34 e TR 90 (Etnia, Gênero e Classe); 5) TR 35, TR 84, TR 62 e TR 8 (C&T, agrária, ambiental e urbana) 6) TR 36, TR 37, TR 38, TR 39, TR 40, TR 41, TR 80, TR 81, TR 82 e TR 83 (Educação); 7) TR 42 (Seguridade); 8) TR 73 e TR 17 (Comissão da Verdade); 8) TR 43 (Comunicação). A plenária se mostrou de acordo com a ordem proposta. A seguir, o presidente relatou como encaminharia a discussão e deliberação da plenária. Em cada TR, apresentaria as deliberações dos grupos mistos e as respectivas alterações e inclusões que constam do relatório consolidado do Tema 5 elaborado pela mesa, com cópia distribuída a cada companheiro da plenária. A seguir, abriria o debate à plenária em blocos de 5 falas de 3 minutos cada e, ato contínuo, proporia um encaminhamento de votação e, caso aceito pela plenária, colocaria os itens em votação. Salientou ainda que, regimentalmente, após iniciada a votação pela sua declaração de “em regime de votação”, não seriam mais aceitas as questões de esclarecimento e de ordem. Membros do grupo 4 informam que todas as votações de TRs que aparecem no relatório consolidado como sendo “sem informação”, na verdade, foram “remetidos ao plenário” através de votação ao final dos trabalhos. Informou ainda que o grupo discutiu os TRs na ordem inversa. Iniciaram-se os trabalhos pelo TR-32 - ESPAÇO DE UNIDADE DE AÇÃO: **O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Prosseguir a atuação no Espaço de Unidade de Ação tendo como referência a proposta de “Plataforma Unitária”, conforme segue: 1.1 contra o Acordo Coletivo Especial – ACE – Direitos Não se Negociam – Contra a Precarização do Trabalho; 1.2 defesa da aposentadoria e da Previdência pública – fim do Fator Previdenciário – anulação da reforma da Previdência de 2003; 1.3 aumento geral de salários – reposição de perdas e aumento real; 1.4 adoção imediata da Convenção 158 da OIT – garantia contra a demissão imotivada; 1.5 redução da jornada de trabalho sem redução salarial; 1.6 em defesa dos(as) servidores(as) públicos(as) – defesa do direito de negociação e contratação coletiva – contra as restrições ao direito de greve; 1.7 em defesa da educação pública – aplicação imediata de no mínimo 10% do PIB na educação pública; 1.8 em defesa da saúde pública – mais verbas para a saúde pública – revogação da lei da Ebserh que privatiza a administração dos hospitais universitários; 1.9 em defesa do direito à moradia digna – terra para quem nela trabalha – Reforma Agrária Já – respeito aos quilombolas e povos indígenas – contra as remoções e despejos agravados com os megaeventos; 1.10 contra as privatizações – defesa de uma política pública efetiva de transporte de qualidade; 1.11 defesa do patrimônio público e dos recursos naturais do Brasil; 1.12 contra o novo Código Florestal – defesa do meio ambiente; 1.13 suspensão do pagamento da dívida externa e interna aos grandes especuladores – auditoria da dívida externa e interna; 1.14 contra a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais; 1.15 contra toda forma de discriminação e opressão.** A posição dos grupos foi a seguinte: os grupos 3 e 8 aprovaram integralmente; os grupos 1, 2, 5, 6, 7, 9, 10, 11 e 12 aprovaram com modificações; e o grupo 4, sem informação de discussão e de votação. Não havia inscrito para o debate. O presidente informou que não havia proposta de rejeição do TR; desse modo, a primeira votação seria manutenção do TR no formato original (não sendo

possível assim nem alterar itens originais, nem incluir novos itens) contra a manutenção do TR sem prejuízo de modificação. Entretanto, o Roberto Leher solicitou questão de ordem em que propôs outro tipo de encaminhamento: manutenção do TR no formato original sem prejuízo de inclusões de novos itens contra manutenção do TR no formato original com modificações (alterações e inclusões). Depois de alguns esclarecimentos, houve acordo na plenária ao novo encaminhamento proposto. Na votação de manutenção do TR-32 no formato original sem prejuízo de inclusões contra manutenção do TR com modificações, venceu a primeira proposta. Desse modo, o presidente informou que estavam superadas todas as alterações e iniciou a análise das inclusões. Votação dos acréscimos propostos pelos grupos 1, 2, 5, 6, 7, 9 11 e 12, com a inclusão do trecho “do dia 24 de abril de 2013” do grupo 5: **2. As seções sindicais devem se integrar ao processo de preparação da jornada de lutas de abril e da marcha a Brasília junto às suas bases, participar dos espaços comuns que estão construindo a jornada nos estados e devem ainda envidar todos os esforços para a viabilização financeira da marcha do dia 24 de abril de 2013.** Submetida à deliberação, o item foi aprovado. Votação do acréscimo proposto pelo grupo 1: **3. Indicar à diretoria do ANDES-SN que ao debater com as demais entidades que compõem o Espaço de Unidade de Ação defenda a adoção para a “Plataforma Unitária”: a) defesa da aposentadoria integral; b) auditoria cidadã da dívida; c) contra a remoção e despejos agravados com os megaempreendimentos.** O presidente considerou este ponto superado, porque trata de mudança na plataforma no Espaço de Unidade de Ação, o que houve acordo com a plenária. Votação de acréscimo proposto pelo grupo 7: **3. Exigência de punição exemplar para mandantes financiadores e executores dos crimes perpetrados contra o povo brasileiro pela ditadura militar.** Submetido à votação, o item foi aprovado. Votação de acréscimo proposto pelo grupo 9: **4. Apoio à Comissão da Verdade.** Aprovado. Votação de novo acréscimo proposto pelo grupo 9: **5. Contra a tortura como política de estado.** Rejeitado. Votação de acréscimo proposto pelo grupo 12: **5. Realizar um dia nacional de paralisação do ANDE-SN no dia 24/04/2013.** Rejeitado. Finalizada esta votação, o presidente disse que os dois próximos TRs tratavam da mesma matéria, por isso, passaria a analisar ambos conjuntamente: TR-33 - AVALIAÇÃO DA CSP-CONLUTAS - O desafio de avançar no enraizamento da Central: **O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Intensificar a atuação do ANDES-SN na CSP-Conlutas, com especial atenção às atividades nos estados; 2. Contribuir nos processos de discussão e elaboração das temáticas tratadas na Central que se entrelaçam com as dos nossos GT; 3. Seguir atuando para que a CSP-Conlutas se fortaleça como polo aglutinador das lutas, na construção da unidade de ação com todos os lutadores que defendem os direitos dos trabalhadores contra os ataques dos patrões e governos federal e estaduais; 4. Desencadear amplo processo de debate no interior da Central, a partir de acúmulo nas organizações filiadas, sobre o aprimoramento do funcionamento da Central, consolidando em especial a democracia e a participação nas suas instâncias e seu enraizamento na classe.** A posição dos grupos foi: os grupos 7 e 8 aprovaram integralmente; os grupos 1, 2, 3, 5, 6, 9, 10, 11 e 12 aprovaram com modificações; e o grupo 4 não apresentou o resultado das discussões. TR-74 - A CSP-CONLUTAS PRECISA SER, DE FATO, UM ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO: **O 32º Congresso do ANDES-SN delibera acrescentar os itens 5 e 6, a seguir, aos itens 1 a 4 do TR 33 (Caderno de Textos, p. 98-99): 5. Avaliar as circunstâncias que culminaram na saída do MTST da CSP-Conlutas explicitadas na carta pública da Coordenação Nacional do MTST de 14 de julho de 2012. 6. Envidar esforços junto à Direção da CSP-Conlutas visando à reintegração do MTST à nossa Central.** A posição dos grupos foi: os grupos 6, 9, 10 e 11 aprovaram com modificações; os grupos 1, 2, 7 e 12 rejeitaram o TR 74; o grupo 3 remeteu para a plenária; o grupo 4 não apresentou o resultado da discussão. Após algumas intervenções, o presidente declarou que não havia proposta de rejeição nos grupos ao TR-33; assim, colocaria em votação a manutenção do TR-33 no formato original sem prejuízo de inclusões contra a manutenção do TR com modificações, vencendo a primeira proposta por ampla maioria. O presidente informou que estavam prejudicadas todas as alterações incluindo o TR-74, passando a analisar apenas inclusões de novos itens ao TR-33. Votação de acréscimo proposto pelos grupos 2, 9 e 12: **5. Propor à CSP-Conlutas que contribua com a articulação de Fóruns Estaduais em Defesa da Escola Pública.** Aprovado. Votação de acréscimo proposto pelos grupos 2, 3, 5 e 9: **6. Que na busca do fortalecimento da**

democracia e da construção de uma central efetivamente sindical e popular, a direção do ANDES-SN propõe à CSP-Conlutas a retomada do processo de interlocução com o MTST. Aprovado. O acréscimo do item proposto pelo grupo 3: 7. *Que, na busca do fortalecimento da democracia na Central Sindical e Popular, a direção do ANDES-SN propõe à CSP-Conlutas e ao MTST a retomada do processo de interlocução.* O item foi considerado superado pela aprovação do item anterior. Votação de acréscimo proposto pelo grupo 5: 7. *Na medida em que o CSP-Conlutas, segundo o texto 33 (diretoria) do caderno de textos, deve empenhar-se na construção de um Fórum que aglutine também todos os setores dos movimentos populares e de luta contra as opressões, a CSP-Conlutas, nesse contexto, deve avançar no estímulo a formação de conselhos comunitários locais e populares, organicamente articulados em torno de princípios democráticos de luta classista e de construção efetiva de um projeto popular.* O acréscimo foi rejeitado. Votação de novo acréscimo de dois itens proposto pelo grupo 5: 7. **Avaliar as circunstâncias que culminaram na saída do MTST da CSP-Conlutas explicitadas na carta pública da coordenação nacional do MTST de 14 de julho de 2012.** Aprovado com alguns votos contrários. Ao final, o presidente lembrou que o TR-74 estava superado. Também colocou em pauta o TR-75 - UMA LINHA CLASSISTA E COMBATIVA PARA O PLANO DE LUTAS: *Entendendo que a linha política adotada nas instâncias do movimento sindical e as políticas das centrais contribuíram para os obstáculos enfrentados durante a greve e seus resultados e impasses, Andes-SN resolve:* 1. *A unidade de ação deve ser uma política construída essencialmente pela base, diretamente no local de trabalho, com a pauta dos reajustes salariais e de condições de trabalho como eixo central, implicando que o ANDES deve promover a construção de comandos de mobilização permanentes unificados nas bases nas universidades que podem e dever evoluir para comandos de greve unificados quando as greves surgirem;* 2. *Esses comandos devem promover reuniões nos locais de trabalho (campi, institutos) para trabalhar uma maior adesão das bases à política do sindicato nacional, realizando não só ações de propaganda, mas envolvendo as bases em ações locais e nacionais;* 3. *Realizar campanha de sindicalização de professores contratados para ampliar a participação da base e campanha de esclarecimento dos direitos sindicais para todos os docentes em condições precarizadas dentro das universidades;* 4. *Investir na unidade de ação nacional das categorias através da (re) criação de um espaço nacional (fórum, coordenação) de articulação que reúna os delegados de base de todas as categorias dos SPF, para unificar as campanhas de luta e ações de forma efetiva na base e aumentar o poder de pressão do movimento. Esse espaço deve reunir delegados de base e não somente dirigentes nacionais;* 5. *As ações da central CSP-Conlutas só serão encaminhadas se tiverem sido aprovadas nas instâncias da própria central, para evitar o que ocorreu na última greve, quando acordos feitos entre dirigentes da CUT e da CSP-Conlutas desrespeitaram as decisões dos fóruns desta e logo das próprias entidades a ela filiadas;* 6. *Levar para as instâncias da CSP-Conlutas as propostas de resoluções de centralidade da luta dos SPF e as propostas de organização e mobilização acima, para que as mesmas sejam debatidas pelas bases.* Posição dos grupos: 1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11 e 12, rejeitado; 6, remetido para a plenária; 4, sem informação. Depois do debate, o presidente lembra que há propostas de rejeição do TR pelos grupos e nenhuma por manutenção. Assim, coloca em votação a manutenção do TR-75 sem prejuízo de modificação contra a sua rejeição, vencendo por ampla margem a segunda proposta. A seguir, o presidente passa a analisar o TR-76 - CONCEPÇÃO SINDICAL: O 32º CONGRESSO do ANDES-SN: 1. *Prezar por incentivar a organização autônoma dos professores e do sindicato em relação aos partidos políticos, ao Estado e aos patrões, a partir dos locais de trabalho;* 2. *contribuir para o fortalecimento, com a organização do movimento docente e sindical, defendendo a autonomia de nosso sindicato para o que os professores sejam incentivados a tomar suas próprias decisões enquanto categoria, a partir de suas instâncias de decisão, tal como as assembleias;* 3. *garantia de espaços de debates e deliberações, com sua dinâmica e com a ampla publicidade e informação;* 4. *necessidade de construir outro tipo de estrutura sindical, calcada no trabalho de base e no enfrentamento classista;* 5. *realização de atividades que promovam o conhecimento das questões que rebatem diretamente nos direitos da categoria docente, tais como os direitos trabalhistas em geral;* 6. *Incentivar um processo de participação dos docentes em atividades sindicais visando à renovação de quadro, o trabalho de base, a*

organização por local de trabalho e a formação; 7. articular as lutas do movimento sindical docente, com estudantes e técnico-administrativos das IES, além de demais categorias dos SPFS, categorias em geral, bem como movimentos sociais; 8. Em relação ao item 7, defendemos respectivamente duas lutas centrais para o próximo período: **a)** lutar contra o projeto de lei antigreve dos servidores públicos federais; **b)** lutar pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Posição dos grupos: 1, 2, 5, 7, 8, 9, 10 e 11, rejeitado; 3, 6 e 12, remetido para plenária; 4, sem informação. Não houve inscrição para debate e, por haver grupos com posição de rejeição do TR e nenhuma pela manutenção, o presidente colocou em votação a manutenção do TR-76 sem prejuízo de modificação contra a sua rejeição, sendo aprovada a segunda proposta. Seguindo, o presidente colocou em pauta o TR-78 - AS LUTAS DO ANDES-SN E A UNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA NA LUTA PELA EMANCIPAÇÃO SOCIAL: O 32º Congresso do ANDES-SN delibera: **1.** Realizar, no ano de 2013, um seminário com o título “A universidade brasileira e a classe trabalhadora: Construindo uma universidade popular”; **2.** Realizar, no ano de 2013, um seminário com o título “Luta dos movimentos sociais no campo e na cidade” que discuta e aprofunde as lutas nacionais por reforma agrária, moradia, saúde e educação no Brasil, assim como a organização da classe trabalhadora contra o capital. A posição dos grupos foi: os grupos 1, 10, 11 e 12 aprovaram com modificações; os grupos 7, 8, 9 e 12 rejeitaram (empate); os grupos 2, 3, 5 e 6 remeteram para a plenária, e o grupo 4 não apresentou o resultado da discussão. Não houve inscrição para debate e, por ter grupo com posição de rejeição do TR, o presidente colocou em votação a manutenção do TR-78 sem prejuízo de modificação contra a sua rejeição, sendo aprovada a segunda proposta. Passou-se a analisar o TR-79 - MOVIMENTO GREVISTA DAS IFES EM 2012: O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: **1.** Definição da Data-Base em 1º de maio; **2.** Política permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações; **3.** Cumprimento por parte do Governo dos acordos e protocolo de intenções firmadas; **4.** Mobilizações e lutas contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores; **5.** Retirada dos PLs, MPs, Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos, supressão do Artigo 76 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que define o prazo até 31/08 para encaminhar projeto de lei que reestrutura carreira e concede qualquer tipo de reajuste aos trabalhadores; **6.** Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; **7.** Que sejam destinados 10% do PIB para a Educação; **8.** Mobilizações e lutas contra a privatização, operada através das parcerias público-privadas; **9.** Mobilizações e lutas contra a privatização do Hospital Universitário; **10.** Mobilizações e lutas pela melhoria e garantia de melhores condições de trabalho e ensino-aprendizagem nas universidades; **11.** Defesa do sistema de cotas nas universidades públicas e universalização do acesso à universidade; **12.** Pela criação de turmas especiais de graduação para os movimentos sociais, a exemplo da criação do curso de direito para beneficiários da Reforma Agrária na Universidade Estadual de Feira de Santana, dentre outros; **13.** Pela ampliação do sistema de assistência estudantil com aumento das bolsas; **14.** Votação direta para reitor da universidade; **15.** A abertura das contas da universidade com prestação de contas transparente e pública; **16.** Realização de plano de desenvolvimento institucional, bem como financeiro, de forma pública, ampla e participativa; **17.** Todo apoio aos movimentos sociais na luta pelas escolas do campo. Fechar escolas é crime! E os professores universitários se solidarizam com a luta dos movimentos sociais do campo. Posição dos grupos: 5, 7, 8 e 10, rejeitado integralmente; 1, 2, 3, 6, 9, 11 e 12, remetido para a plenária; o 4 não apresentou o resultado da discussão. Não houve inscrição para o debate. O presidente informou que só havia posição dos grupos de rejeição ao TR e nenhuma pela manutenção. Colocada em votação a manutenção do TR-79 sem prejuízo de modificação contra a sua rejeição, foi aprovada a segunda proposta. Em seguida, o presidente colocou em pauta o TR-34 - GÊNERO, ETNIA E CLASSE: O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: **1.** Atuar em conjunto com a CSP-Conlutas na elaboração de materiais que subsidiem a luta dos trabalhadores que têm a orientação LGBT, nos casos de agressões simbólicas, demissões por conta da orientação sexual e perseguições no âmbito do trabalho; **2.** Promover discussões e ações no sentido da inclusão de componentes curriculares sobre gênero e sexualidade na formação de professores; **3.** Promover, nos âmbitos local, regional e nacional, audiências públicas para discutir violência homofóbica e propostas para sua superação; **4.** Fortalecer,

no interior da CSP-Conlutas, o debate e as ações referentes às lutas por políticas públicas para a população LGBT; 5. Realizar o “II Seminário Nacional sobre Diversidade Sexual”, precedido de seminários preparatórios em âmbito regional/local; 6. Intensificar a luta unitária com os outros movimentos pela aprovação da Lei que criminaliza a homofobia, o PLC 122/2006, que tramita no Congresso Nacional; 7. Que o ANDES-SN aprofunde a discussão, em articulação com outras entidades sindicais e movimentos sociais, sobre a criação de um Fórum Nacional LGBT, para deliberação no 58º CONAD; 8. Atuar na luta pela despatologização da transexualidade; 9. Que o ANDES-SN lute pela igualdade de direitos, em especial no que se refere ao direito de adoção, de seguridade social e à união civil igualitária, em articulação com outras entidades do movimento social LGBT, sindicais e a CSP-Conlutas.

Posição dos grupos: 4, 5, 7, 8, 9, 10 e 12, aprovada com modificações; 1, 2, 3 e 6, remetida para a plenária; o grupo 11 não apresentou o resultado da discussão. Novamente não houve inscrição para o debate. O presidente salientou que não havia posição dos grupos pela rejeição e colocou em votação a manutenção do TR-34, sem prejuízo de modificação, contra a manutenção, sem sua modificação, sendo aprovada a segunda proposição. Houve questionamento da plenária sobre o encaminhamento da votação, que foi negada pelo presidente dando continuidade aos trabalhos analisando o TR-90 - POVOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS: O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Articular com os movimentos sociais, a ANPOCS, na luta a favor da demarcação das terras e contra desregulamentação da demarcação de terras indígenas e quilombolas e os dispositivos legislativos que tramitam no Congresso Nacional retirando os direitos destes povos; 2. Efetuar um diagnóstico através das ADs e das regionais sobre a situação atual dos povos indígenas e quilombolas nos seus respectivos estados e regiões, realizando encontros macrorregionais no primeiro semestre de 2013 para discussão da temática indígena e quilombola e suas relações com o Estado Brasileiro; 3. Realizar no primeiro semestre de 2013 encontros de GTs para transversalisar uma agenda política, e que na pauta do GTECC há necessidade imediata de cooperação com os GTs, especialmente ligados a Meio Ambiente, Política Agrária, Política Educacional, Ciência e Tecnologia e Seguridade Social; 4. Denunciar para as entidades sindicais, nacionais e internacionais a condição de agressão aos direitos humanos e a violência contra os povos indígenas e quilombolas no Brasil; 5. Realizar no segundo semestre de 2013 o Seminário Nacional sobre Povos Indígenas e Quilombolas no Brasil, com centralidade na invasão e demarcação dos seus territórios; 6. Pautar na agenda de mobilização no Congresso Nacional o acompanhamento das questões Indígenas e Quilombolas.

Posição dos grupos: aprovado com modificações pelos grupos 4, 7, 12; remetido para a plenária pelos grupos 2, 6, 8, 10; e sem informação de discussão nos grupos 1, 5, 9 e 11. Foi aberto o debate e, como não havia nenhum grupo com posição pela rejeição do TR, o presidente colocou em votação a manutenção do TR-90, sem prejuízo de modificação, contra a manutenção sem modificação. Porém, antes, como o prazo de 22h para o encerramento da plenária estava próximo, foi aprovada a sua prorrogação até às 24h. Neste momento, foi colocada uma questão de esclarecimento sobre a votação pelo Roberto Leher. O esclarecimento do presidente foi de que a votação seria pela manutenção do TR-90, sem prejuízo de modificação, contra a manutenção, sem sua modificação e, vencida a segunda posição, estaria aprovado integralmente o texto original do TR, sem possibilidade de alteração nos seus itens e também de inclusão de novos itens, como é usual. Entretanto, a plenária questionou que esta votação não seguiu o padrão que vinha sendo adotado nas votações anteriores, qual seja, manutenção do TR com texto original, sem prejuízo de inclusões, contra a manutenção do TR com modificações, o que levou os delegados a votarem de modo equivocado na votação anterior do TR-34. Neste momento foi solicitado recurso de votação do anterior, TR-34. O presidente acatou e, a título de encaminhamento, indicou que esta votação ocorresse após o término da discussão e de deliberação do TR-90 em andamento, com o que a plenária concordou. Voltando ao TR-90, houve proposta de se utilizar como texto base a nova versão proposta apresentada pelo grupo 7:

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Articular com os movimentos sociais e entidades científicas com atuação na área a luta a favor da demarcação das terras e contra desregulamentação da demarcação de terras indígenas e quilombolas e os dispositivos legislativos que tramitam no Congresso Nacional retirando os direitos destes povos; 2. Pautar

na agenda de mobilização no congresso nacional o acompanhamento das questões indígenas e quilombolas; 3. Denunciar para as entidades sindicais, nacionais e internacionais a condição de agressão aos direitos humanos e a violência contra os povos indígenas e quilombolas no Brasil buscando meios de salvaguardar a integridade territorial, física e cultural das comunidades indígenas e quilombolas; 4. Realizar no segundo semestre de 2013 o seminário nacional sobre povos indígenas e quilombolas no Brasil, com centralidade na invasão e demarcação dos seus territórios. Assim, o presidente colocou em votação o texto original do TR-90 contra o texto do substitutivo do grupo 7, sem modificações, sendo aprovada a segunda posição. Antes de seguir com os trabalhos na ordem inicial, o presidente voltou ao TR-34 - GÊNERO, ETNIA E CLASSE, em conformidade com o recurso de votação apresentado e colocou em votação a manutenção do TR-34 no formato original, sem prejuízo de inclusões, contra a manutenção do TR com modificações, vencendo a primeira proposta. Analisando as inclusões, iniciou-se a votação de acréscimo proposto pelos grupos 4 e 10: **10. Aprofundar no GTGCS e nas seções sindicais a discussão sobre a Lei Federal de cotas (Lei 12.288/2012) e as similares em nível estadual.** Aprovado. Votação de acréscimo proposto pelo grupo 5: **11. Que as seções sindicais do ANDES-SN proponham aos diretórios centrais dos estudantes e os sindicatos dos técnicos a realização conjunta de campanhas contra trotes homofóbicos, racistas, machistas e sexistas.** Aprovado. Votação de acréscimo proposto pelo grupo 12 e com adendo final do grupo 6: **12. Repudiar a suspensão do kit anti-homofobia pelo governo Dilma Rousseff e lutar pela implementação de políticas públicas educacionais que problematizem, discutam e combatam as práticas homofóbicas.** Aprovado. Votação de alguns acréscimos propostos pelo grupo 10: **13. Realizar o II Seminário de Mulheres do ANDES- SN.** Aprovado. **14. Adotar o emprego obrigatório da flexão de gênero em todos os documentos expedidos pelo ANDES-SN recomendando às ADs e seções sindicais que sigam a mesma orientação.** Rejeitado. **14. Que o ANDES-SN promova ações no sentido de denunciar o assédio moral contra mulheres nas IES.** Aprovado. Membros do grupo 7 solicitaram a revisão do relatório consolidado entregue aos delegados por entenderem que faltou a seguinte proposta de inclusão: **15. Realizar o III Seminário de Ações Afirmativas.** Os secretários verificaram o relatório do grupo e confirmaram o equívoco do relatório consolidado. Assim, o presidente colocou em votação a inclusão deste item, que foi aprovado por ampla maioria. Ao término, foi votada a formulação final deste TR, que foi aprovada por unanimidade. Passou-se a analisar o TR-35 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA, AGRÁRIA, AMBIENTAL E URBANA: **O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Estimular a criação, onde não houver, e os trabalhos dos GT locais, bem como a participação no GT nacional; 2. Desenvolver ações unitárias com os demais movimentos da área voltadas à crítica e enfrentamento da Economia Verde, aprovada na Rio+20; 3. Desencadear ações, unitárias com outros movimentos da área, de denúncia do retrocesso do Código Florestal, aprovado no Congresso Nacional; 4. Lutar contra a interferência estrangeira no solo e subsolo e outras riquezas brasileiras; 5. Monitorar o trâmite do Código da Mineração, que já se encontra na Câmara dos Deputados, e denunciar o seu retrocesso; 6. Promover ações de denúncia dos problemas sociais e ambientais da construção da hidroelétrica de Belo Monte no rio Xingu e da transposição do rio São Francisco; 7. Intensificar ações, em unidade com os movimentos sociais da área, em defesa dos direitos dos povos tradicionais, como indígenas, quilombolas, pescadores, etc; 8. Lutar pela democratização das informações referentes às propostas de intervenção ambiental e efetiva participação dos movimentos sociais nos processos decisórios; 9. Promover com os movimentos sociais ações unitárias pela imediata rotulação de produtos que contenham Organismos Geneticamente Modificados, OGM, também nominados de transgênicos, e lutar pela suspensão da legislação que libera os transgênicos; 10. Promover debates nas IES sobre a matriz energética do país, dando destaque a sua intersecção com questões sociais, ambientais e de desenvolvimento; 11. Realizar atividades em conjunto com GT afins, para aprofundar estudos e debates sobre temáticas que subsidiem as ações do Sindicato Nacional, tais como: 11.1 a função social da terra e a necessidade da reforma agrária e urbana voltada ao bem-estar da população menos favorecida; 11.2 a concepção de produção agrícola familiar, camponesa e agroecológica, com o objetivo de subsidiar as deliberações do ANDES-SN referentes à política agrária; 11.3 o problema ambiental, social e de modelo econômico e**

agrário, bem como a superexploração do trabalho e a degradação da saúde dos trabalhadores causada pelo agronegócio; 11.4 os desdobramentos da cúpula dos povos; 11.5 o aproveitamento energético dos recursos hídricos, solares e eólicos, com o ordenamento segundo o mérito social, ambiental e econômico; 11.6 as consequências sociais, ambientais e para a saúde humana impostas pelo agronegócio, mineração e grandes empreendimentos hídricos; 11.7 a questão da biodiversidade e o papel das IES no que se refere à temática dos biomas e do uso das riquezas pelas empresas multinacionais; 11.8 política urbana que enfrente os graves problemas sociais das cidades; 11.9 a mobilidade urbana quanto à organização do sistema de transporte nas cidades; 11.10 a capacidade de suporte ambiental na regulamentação dos Planos Diretores das cidades e nas propostas de expansão dos espaços urbanos; 11.11 danos dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM) e dos agrotóxicos (biocidas); 12. Estimular a criação, onde não houver, de GTC&T locais, bem como a participação no GT nacional; 13. Realizar atividades em conjunto com GT afins, para aprofundar estudos e debates sobre temáticas que subsidiem as ações políticas do Sindicato Nacional, tais como: 13.1 a política científica promovida pelas agências de fomento, CNPq, CAPES, FINEP, FAPs, etc, (centradas atualmente na produção de conhecimento utilitarista e imediatista), na perspectiva de propor políticas alternativas de financiamento à Pesquisa e Extensão; 13.2 a avaliação em Ciência e Tecnologia nas IES e nas agências de fomento: produtivismo x qualidade; 13.3 a valorização acadêmica da extensão universitária, pela sua importância social; 14. Desenvolver ações internas que fortaleçam a atuação dos docentes das áreas de Ciências Humanas e da Saúde no GTC&T; 15. Realizar reuniões conjuntas do GTC&T com o GTPE, para analisar a proposta do projeto governamental de unificar disciplinas de mesma área de conhecimento no ensino médio, e as repercussões deste para a formação dos professores de Ciências (Humanas e da Natureza); 16. Realizar atividade do GTC&T em conjunto com o GTPE, para debater a formação dos professores de Ciências (Humanas e da Natureza), frente ao projeto governamental de unificar disciplinas de mesma área de conhecimento no ensino médio; 17. Intensificar a luta pela anulação da Lei de Inovação Tecnológica; 18. Lutar para que o governo elabore e divulgue inventário detalhado dos aproveitamentos hidráulicos e eólicos, com o ordenamento segundo o mérito social, ambiental e econômico; 19. Intensificar ações, em conjunto com os movimentos sociais, no sentido de mobilizar a categoria na luta em defesa da Reforma Agrária, sob o controle dos trabalhadores; 20. Atuar na luta pelo espaço urbano como promotor da qualidade de vida, em conjunto com os movimentos de sem-teto e por moradia digna. A posição dos grupos foi: aprovado com modificações pelos grupos 4, 10; remetido à plenária pelos grupos 1, 5, 6, 7, 8, 9, 12; sem informação da discussão nos grupos 2 e 11. Não houve inscrição para o debate. O presidente salientou que novamente não havia posição dos grupos pela rejeição e colocou em votação a manutenção do TR-35 no formato original (com a troca de IFES por IES) sem prejuízo de inclusões contra a manutenção do TR com modificações, vencendo a primeira proposta. A única proposta de inclusão foi do grupo 4: **21. Lutar contra o uso indiscriminado de agrotóxicos no território nacional.** Aprovado. Ao término, votou-se o TR na versão final, que foi aprovado. Em seguida, o presidente colocou em pauta o TR-84 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA: O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera que: **1. O GTC&T deverá desenvolver uma análise do quadro atual do Brasil em C&T, focalizando os aspectos do financiamento e dos objetivos gerais do sistema; 2. O ANDES-SN deverá tomar a iniciativa de criar, em conjunto com outras entidades e movimentos sociais, as condições organizacionais para a formulação de um Plano Nacional de Ciência e Tecnologia desvinculado das demandas do capital e voltado para os interesses da classe trabalhadora, a ser discutido com o conjunto da sociedade e apresentado, ao fim do processo, como projeto de Lei.** A posição dos grupos foi: rejeitado pelo grupo 4; remetido para plenária pelos grupos 2, 5, 6, 7, 8, 10 e 12; sem informação da discussão nos grupos 1, 3, 9 e 11. Não houve inscrição para debate e, por ter grupo com posição de rejeição do TR, o presidente colocou em votação a manutenção do TR-84, sem prejuízo de modificação, contra a sua rejeição, sendo aprovada a rejeição. A professora Lisboa solicitou uma questão de ordem e sugeriu que os dois próximos TRs encaminhados do Tema 3: TR-62 - POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, PÓS-GRADUAÇÃO E O TRABALHO SUPERIOR (remetido pela Plenária do Tema 3): O 32º CONGRESSO do

ANDES-SN delibera: **1.** que o GTCeT estabeleça um calendário no primeiro semestre de 2013, para a discussão, aprofundamento e atualização das políticas de Ciência e Tecnologia do ANDES-SN e os desafios que estão colocados para o movimento docente a respeito deste tema, abordando: 1- Políticas de CeT e orçamentos da União e dos estados para a produção científica e tecnológica; 2- Critérios e mecanismos de distribuição de recursos para o sistema de CeT, em especial para as IES; 3- A questão da pesquisa, da pós-graduação, as políticas produtivistas e o trabalho docente; **2.** que o GTCeT elabore uma proposta de atualização da política do ANDES-SN para CeT, a partir das reuniões no primeiro semestre de 2013, para apreciação no 57º CONAD.; e o TR-8 - POR UMA ÉTICA DE PESQUISA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS (também remetido pela Plenária do Tema 3): **O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1.** Realizar um Seminário Nacional sobre Ética na Pesquisa em Ciências Sociais e/ou Humanas; **2.** Articular, em conjunto com entidades científicas e associações de área, a construção de um documento público endereçado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, explicitando a urgência da criação de sistemas de regulação ética que atenda as especificidades teóricas, metodológicas das ciências Humanas e Sociais; **3.** Defesa da suspensão temporária do cadastramento de projetos de pesquisas ligados a ciências humanas e sociais na Plataforma Brasil., estariam prejudicados por entender que tratavam do mesmo assunto que o TR-84 e este foi rejeitado, excluindo assim a possibilidade de acréscimos a este. O presidente concordou com o encaminhamento, apesar de algumas manifestações contrárias. Seguiu-se ao TR-36 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE: **O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1.** Rearticular o Comitê Executivo Nacional da “Campanha pelos 10% do PIB para a Educação Pública Já”; **2.** Manter a luta pela garantia para que os recursos públicos sejam aplicados na Educação Pública; **3.** Intensificar a participação das seções sindicais nos Fóruns Estaduais em Defesa da Escola Pública, laica, gratuita com padrão unitário de qualidade; **4.** Reafirmar o PNE da Sociedade Brasileira como mote da luta do ANDES-SN. A posição dos grupos foi: aprovado pelo grupo 10; aprovado com modificações pelos grupos 4 e 12; remetido para plenária pelos grupos 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9 e 11. Este TR foi largamente debatido. O presidente verificou que não havia posição dos grupos pela rejeição e colocou em votação a manutenção do TR-36, no formato original, sem prejuízo de inclusões, contra a manutenção do TR com modificações, vencendo a primeira proposta. Assim, foi analisada a única inclusão proposta, que é do grupo 4: **5. Construir, a partir da articulação entre entidades e movimentos sociais, Fóruns Estaduais de militantes pela Educação Pública com vistas a organizar um encontro de lutadores em defesa da educação pública para o segundo semestre de 2013.** Aprovado. O presidente colocou em pauta o TR-37 - É NECESSÁRIO COMBATER A DIVISÃO DA EDUCAÇÃO: **O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1.** Acompanhar a tramitação do projeto de Lei do Senado nº 518/2009, que trata da criação do Ministério da Educação de Base e o Ensino Superior passando para o Ministério de Ciência e Tecnologia, agendando audiências com a Comissão de Educação do Senado, onde se encontra aguardando relatoria. A posição dos grupos foi: aprovado pelos grupos 4 e 10; aprovado com modificações pelo grupo 12; remetido para plenária pelos grupos 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9 e 11. Não houve inscrição para o debate e o presidente informou que não havia posição dos grupos pela rejeição, colocando em votação a manutenção do TR-37, sem prejuízo de inclusão, contra a manutenção com modificação. Foi aprovada a primeira posição sem inclusões a serem analisadas. Passou-se a analisar o TR-38 - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC: **O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1.** Combater o PRONATEC como política educacional que promove processos de subordinação do público sobre o privado, de precarização do trabalho e de transferência de recursos públicos para o setor privado. A posição dos grupos foi: aprovado pelos grupos 4 e 10; remetido para plenária pelos grupos 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11 e 12. Não havendo inscrição para o debate, o presidente colocou em votação a manutenção do TR-38, sem prejuízo de inclusão, contra a manutenção com modificação, sendo aprovada a primeira proposição, porém, não havia inclusão a ser analisada. O presidente sugeriu que fossem analisados conjuntamente o TR-39 - AS COMUNITÁRIAS NÃO ATENDEM OS INTERESSES DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: **O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1.** Agendar audiências com as Comissões de Educação da Câmara e do Senado e com o autor do

PL 7.639/2010 para apresentar o posicionamento do sindicato com relação às comunitárias; 2. **Acompanhar a tramitação do projeto de Lei do Senado nº 7.639/2010, que teve aprovação de texto na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal em 18/12/2012;** 3. **Incentivar as seções sindicais a realizarem debates sobre o projeto, com ampla divulgação.** A posição dos grupos sobre o TR 39 foi: aprovado pelo grupo 10; aprovado com modificações pelo grupo 4; remetido para plenária pelos grupos 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 11 e 12; e o TR-40 - A LUTA CONTRA A LEI DAS COMUNITÁRIAS: O 32º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se frontalmente contra a aprovação do projeto de Lei 7639/2010, conhecido como Lei das “Comunitárias” e delibera que o ANDES-SN: 1. Buscará, em conjunto com suas seções sindicais e sindicatos aliados, audiências e contatos com os senadores para manifestar sua posição contrária ao PL 7639 e lutar contra sua aprovação; 2. Difundirá junto às suas seções sindicais a luta contra o PL 7639, utilizando-se de seus meios de comunicação para divulgar materiais que analisem criticamente o assunto e contribuam para a luta docente em prol da educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. A posição dos grupos sobre o TR 40 foi: rejeitado pelos grupos 4 e 10, e remetido para plenária pelos grupos 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11 e 12. O professor Lisboa argumentou que o TR 40 estava superado pela votação do TR 39. Após debate e, não havendo posição dos grupos pela rejeição, o presidente colocou em votação a manutenção do TR-39, sem prejuízo de inclusão, contra a manutenção com modificação, sendo aprovada a segunda proposição. A seguir, votou-se a proposta do grupo 4 que considera o item 1 do TR-39 superado, que foi aprovado. Discutiu-se então a possibilidade de se construir um texto para o item 2 do TR-39 que consolide diversas preocupações. Assim, solicitou-se que a sua votação fosse adiada e o presidente colocou em votação o adiamento deste tema, que foi aprovado. O presidente colocou em pauta o TR-41 - SEMINÁRIO ESTADO E EDUCAÇÃO: O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. **Realizar o III Seminário Estado e Educação no 2º semestre de 2013;** 2. **Organizar o Seminário tendo como eixos o Financiamento da Educação e a Formação Docente no contexto da Educação Superior Brasileira.** A posição dos grupos foi: aprovado com modificações pelos grupos 4 e 10, e remetido para plenária pelos grupos 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11 e 12. Não havia inscritos para o debate e o presidente colocou em votação a manutenção do TR-37, sem prejuízo de inclusão, contra a manutenção com modificação, sendo aprovada a segunda posição. Assim, o presidente colocou em votação conjuntamente a troca do caput por **O 32º CONGRESSO do ANDES-SN recomenda:** e as propostas dos grupos 4 e 10 que substituem o item 2 por: 2. **Organizar o III Seminário Estado e Educação tendo os seguintes eixos: i) o financiamento da educação, ii) o trabalho docente, iii) a formação docente no contexto da educação superior brasileira, em especial nos colégios de aplicação, iv) avaliação da política de ensino a distância, v) avaliação do uso de novas tecnologias de ensino,** que foi aprovado. Voltando à análise da inclusão do novo item do TR-39, o presidente colocou em votação o texto consolidado: 4. **Denunciar a expansão via comunitárias, que subjaz o PL 7.639/2010, consolidando a parceria público-privada,** sendo aprovada. Voltando à pauta, passou-se à discussão do TR-80 - PELA REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS NACIONAIS PARA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DA SESu/MEC: O 32º Congresso do ANDES-SN defende que: 1. O MEC realize avaliações de seus programas, sempre com a ampla participação da comunidade acadêmica em todas as etapas; 2. Seminários Nacionais de periodicidade anual sejam realizados para a publicização, análise e debate acerca de cada um dos programas vigentes nas Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, com ampla divulgação e disponibilização de material para consulta pública, com dados e indicadores inerentes a cada programa, democratizando o acesso à informação e aos processos de reformulação e aperfeiçoamento dessas intervenções públicas. A posição dos grupos foi: aprovado com modificações pelo grupo 4; rejeitado pelo grupo 10; remetido para plenária pelos grupos 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11 e 12. O presidente verificou que havia proposta de rejeição do TR pelos grupos; assim, colocou em votação a manutenção do TR-80, sem prejuízo de modificação, contra a sua rejeição, vencendo a segunda proposta. Em seguida, o presidente encaminhou a discussão conjunta do TR-81 - ENCONTRO NACIONAL DE TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO: O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. **Que o ANDES-SN proponha ao SINASEFE, à FASUBRA e aos setores independentes do movimento estudantil a unificação das lutas do setor da educação federal e a criação de instâncias orgânicas para elaborar as**

propostas e dirigir as ações no primeiro momento; 2. Convocar um encontro nacional do setor da educação para o primeiro semestre de 2013, cujo objetivo maior é, além de fazer um balanço político da greve da educação federal, das greves e enfrentamentos no âmbito dos estados e municípios, da conjuntura nacional e da situação do setor da educação federal, fazer convergir as pautas, as políticas e as campanhas dos três sindicatos da educação: ANDES-SN, SINASEFE e FASUBRA, e do movimento estudantil. A posição dos grupos foi: aprovado com modificações pelo grupo 10; rejeitado pelos grupos 4 e 12; remetido para plenária pelos grupos 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9 e 11; com o TR-82 - POR UM ENCONTRO NACIONAL SINDICAL, ESTUDANTIL E DE MOVIMENTOS SOCIAIS EM PROL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: **O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: Um novo ponto de partida para as lutas em prol da educação pública: 1. Em articulação prévia com as entidades nomeadas a seguir, realizar um encontro unificado Andes-SN, Fasubra, Sinasefe, objetivando elaborar balanços, diagnósticos, táticas e estratégias articuladas de luta e uma metodologia de discussão de propostas dos trabalhadores para a educação federal (junho/julho 2013); 2. O Andes-SN, CSP-Conlutas, Fasubra, Sinasefe, articulados com entidades que vêm construindo as lutas em prol dos 10% do PIB para a educação pública, os sindicatos irmanados pelas lutas, os movimentos sociais e estudantis, elaborarão uma convocatória para: 2.1 Realizar um encontro nacional de trabalhadores e estudantes, reunindo sindicatos, movimentos sociais, movimento estudantil e entidades acadêmicas e científicas que subscrevam a convocatória (a ser elaborada pelos convocantes), objetivando: a) um diagnóstico comum da correlação de forças nas lutas educacionais, identificando as iniciativas contra reformistas mais importantes e seus sujeitos e o estado de organização das lutas dos trabalhadores; b) elaborar diagnósticos, táticas e estratégias de luta, enfatizando aspectos organizativos, e c) construir uma metodologia de discussão de propostas educacionais dos trabalhadores, abrangendo o conjunto da educação brasileira (envolvendo um cronograma de encontros temáticos e regionais no período setembro 2013- maio 2014). Proposta de período: agosto/setembro 2013; 2.2 Promover encontro nacional objetivando sistematizar uma agenda para a educação da classe trabalhadora em junho de 2014, contando com convidados internacionais, especialmente latino-americanos, objetivando fortalecer as lutas internacionalistas em prol da educação pública.** A posição dos grupos foi: aprovado pelo grupo 10; aprovado com modificações pelos grupos 4 e 12; remetido para plenária pelos grupos 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9 e 11. Após algumas falas, foi solicitado o adiamento da discussão e votação para se tentar uma consolidação dos dois TRs. Alguns entendiam que não seria necessário, mas o presidente, por fim, acatou a solicitação. Seguindo a pauta, TR-83 - PRIVATIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO UNIVERSITÁRIO: **O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. Promover debates nas Seções Sindicais sobre a importância de repensar e reocupar o espaço universitário; 2. Construir formas de mobilização em torno da importância de construção de novos edifícios que possuam uma espacialidade adequada às novas demandas da universidade pública (e que sejam realizados exclusivamente com verbas públicas); 3. Reforçar a luta pela melhoria dos espaços de GRADUAÇÃO e ENSINO BÁSICO e TECNOLÓGICO, incluindo salas de aula, espaços de estar, alimentação, locais de trabalho de professores e técnicos, alojamentos, bibliotecas e transporte público.** A posição dos grupos foi: aprovado pelo grupo 4, e remetido para plenária pelos grupos 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12. Não houve inscrição para o debate. A plenária sugeriu que fosse acrescido o termo “técnico e” no item 3 antes da palavra “tecnológico” e também que as palavras “universitário” e “universidade” fossem trocadas nos itens 1 e 2. Assim, o presidente informou que seguiria os trabalhos para que a nova formulação deste TR fosse feita. O presidente anunciou que não havia chegado à mesa a consolidação dos TR-81 e TR-82 e colocou ambos em votação. Como havia proposta de rejeição do TR-81 pelos grupos, o presidente colocou em votação a manutenção do TR-81, sem prejuízo de modificação, contra a sua rejeição, vencendo a segunda proposta. Como não havia posição dos grupos pela rejeição do TR-82, colocou em votação a manutenção do TR-82 no formato original, sem prejuízo de inclusões, contra a manutenção do TR com modificações, vencendo a primeira proposta. Não havendo proposta de inclusão neste TR, seguiram-se os trabalhos. Passou-se a analisar o TR-42 - SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA: **O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1. DIREITOS DE**

APOSENTADORIA DOS DOCENTES: 1.1. Continuar atuando no Espaço de Unidade e Ação, dando destaque à construção de uma agenda que contemple as questões de aposentadoria; 1.2. Elaborar material de discussão e mobilização (vídeos e textos) sobre o FUNPRESP para subsidiar as seções sindicais no debate sobre as ações do governo e esclarecimentos sobre as consequências da adesão ao FUNPRESP; 1.3. Articular conjuntamente com outras entidades de servidores públicos a luta pela aprovação da PEC 555/06 (revoga o artigo 4º da Emenda Constitucional 41, para eliminar a cobrança de contribuição dos aposentados e pensionistas do serviço público), propondo uma semana de esforço concentrado no Congresso Nacional. 2. **EBSERH:** 2.1. Dar continuidade, em conjunto com as outras categorias, ao debate com a comunidade universitária sobre: a) a ameaça à autonomia universitária e de privatização da saúde pública; b) o fato de que a indústria de medicamentos e de equipamentos terá livre trânsito nos hospitais; c) o risco do atendimento preferencial a usuários de planos de saúde conveniados, em detrimento do atendimento 100% SUS; d) repercussão para as funções de hospital-escola; 2.2. Mobilizar e dar continuidade à luta de resistência contra a EBSERH no interior das IFES e com os movimentos sociais propondo o dia 9 de abril (Dia Nacional da Saúde) como “Dia Nacional de Luta contra a EBSERH”; 2.3. Intensificar a luta política contra a EBSERH, de forma a: 2.4. Denunciar ao MPF nos estados as microilegalidades de natureza administrativa (editais de concurso, editais de licitação, etc.); 2.5. Ampliar as ações de luta pela não adesão à EBSERH; 2.6. Fortalecer a luta no interior das instâncias universitárias envolvendo em especial os conselhos universitários, para avançar na não adesão a EBSERH. 3. **SAÚDE DOCENTE:** 3.1. Realizar, no 1º semestre de 2013, o 7º Encontro Nacional sobre Saúde do Trabalhador do ANDES-SN. A posição dos grupos foi: aprovado com modificações pelos grupos 4 e 10, e remetido para a plenária pelos grupos 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11 e 12. Como não havia posição dos grupos pela rejeição do TR, o presidente colocou em votação a manutenção do TR-42 no formato original (com a troca de data 07/05 para 09/05) sem prejuízo de inclusões, contra a manutenção do TR com modificações, vencendo a segunda proposta. Passou-se a analisar as alterações, iniciando pela proposta do grupo 3 de trocar os itens de 2.3 a 2.6 por: 2.3. Intensificar a luta política contra a EBSERH, de forma a: 2.3.1. Denunciar ao MPF nos estados as ilegalidades de natureza administrativa (editais de concurso, editais de licitação, etc.); 2.3.2. Ampliar as ações de luta pela não adesão à EBSERH; 2.3.3. Fortalecer a luta no interior das instâncias universitárias envolvendo em especial os conselhos universitários, para avançar na não adesão a EBSERH; 2.3.4. Construir com a FASUBRA, FENASPS, Frente Nacional contra a Privatização da Saúde e outras entidades e movimentos sociais um plebiscito nacional sobre a entrega dos HUs à EBSERH. Aprovado. O grupo 3 aprovou também a proposta de incluir mais 4 itens: 2.4. Luta pelo concurso público RJU para adequado funcionamento e substituição da mão de obra terceirizada; Aprovado. 2.5. Intensificar pressão sobre os ministros do STF com vistas ao julgamento da ADIN pela inconstitucionalidade da lei que criou a EBSERH; Aprovado. 2.6. Elaboração de ação judicial contra a portaria MEC 442 que delega funções da direção de hospitais universitários para a EBSERH; Aprovado. 2.7. Aprofundar debate no interior do ANDES-SN e suas seções sindicais visando mudanças nos mecanismos atuais de gestão pública e participação democrática que promova o caráter público estatal eficiente e democrático dos hospitais. Aprovado. A alteração da palavra “microilegalidades” por “ilegalidades” proposta pelo grupo 10 foi superada pela modificação proposta pelo grupo 4, que já incorporava esta alteração. Foi solicitada a inclusão de dois novos itens e, como o TR foi remetido à plenária por vários grupos, o presidente acatou a solicitação. Inclusão proposta pelo Tomaz: 1.4. Encaminhar com urgência as decisões concretas já tomadas pelo ANDES-SN em suas instâncias concernentes aos docentes aposentados, em especial, o ferimento dos seus direitos perpetrados pela lei 11.344/2006; Aprovado. O Roberto Leher propõe incluir: 2.8. Promover Encontro Nacional ANDES-SN, FASUBRA e Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, objetivando elaborar proposições com bases para o financiamento público dos HUs pelo MEC. Aprovado. O presidente colocou em votação a formulação final do TR, que foi aprovada por unanimidade. O presidente informou que tinha chegado à mesa a proposta substitutiva do TR-83, composto por vários companheiros, que segue: **O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: 1.**

Promover debates nas seções sindicais sobre a importância de repensar e reocupar o espaço das IFE e IEES/IMES; 2. Construir formas de mobilização em torno da importância de construção de novos edifícios que possuam espacialidade adequada às novas demandas das IFE e IEES/IMES; 3. Reforçar a luta pela melhoria dos espaços de graduação e Ensino Básico/Técnico e Tecnológico, incluindo salas de aula, espaços de trabalho, espaço de estar, alimentação, locais de trabalho de professores e técnicos, alojamentos, bibliotecas e transporte público. O presidente informou que não havia posição dos grupos pela rejeição do TR-83 e colocou em votação a manutenção do TR-83 no formato original, sem prejuízo de inclusões contra a manutenção do TR com modificações, vencendo a segunda proposta. A seguir, colocou em votação o texto original contra o texto consolidado, vencendo a segunda proposta. O presidente informou que estavam superados os TR-73 e TR-17, que foram deliberados em outros temas e remetidos ao tema 5. Colocado para análise o TR-43 - PLANO GERAL DE COMUNICAÇÃO DO ANDES-SN: ***O 32º Congresso do ANDES-SN delibera: 1. Realizar em 2013 o III Encontro de Comunicação do ANDES-SN precedido de Encontros Regionais preparatórios.*** A posição dos grupos foi: aprovado pelos grupos 4 e 10, e remetido para a plenária pelos grupos 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11 e 12. O presidente informou que não havia posição dos grupos pela rejeição do TR e colocou em votação a manutenção do TR-43 no formato original, sem prejuízo de inclusões, contra a manutenção do TR com modificações, vencendo a primeira proposta. Como não havia proposta de inclusão, o TR foi concluído. Ao final, o presidente colocou em votação o tema 5 na sua integralidade, que foi aprovado por ampla maioria. O Presidente informou que os trabalhos do tema 5 estavam encerrados e, às 23h26min, eu Claus, Akira Horodyski-Matsushigue, 2º secretário da mesa, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelo presidente.

Claus Akira Horodyski-Matsushigue
2º Secretário

Luiz Henrique Schuch
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA 6– PLANO DE LUTAS – SETORES DO 32º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Às vinte e três horas e cinquenta minutos do dia nove de março do ano de dois mil e treze, no Auditório Rouxinho do CCMN da Universidade Federal do Rio de Janeiro, deu-se início à plenária do Tema 6 – Plano de Lutas dos Setores – do 32º Congresso do ANDES-SN. A mesa coordenadora dos trabalhos esteve composta pelo professor Paulo Rizzo, presidente; João Negrão, vice-presidente; José Queiroz Carneiro, 1º secretário e José Valter Alves da Silva, 2º secretário. O presidente iniciou os trabalhos apresentando os componentes da mesa, informou que haveria necessidade de algum reajuste no relatório consolidado e apresentou o conjunto de texto de resolução - TRs a serem apreciados e votados pela plenária: Setor das IEES/IMES TRs 44, 45, 86; Setor das IFE- TRs 46, 47, 48, 49, 50 e 85; Setor das IPES - TRs 51 e 87, em seguida, apresentou a ordem de apreciação dos mesmos: 1º - TR 51; 2º -TR 44, 3º -TRs 45 e 86. 4º TR 46; 5º TRs 47, 48, 49, 50, 85 e 87. Iniciaram-se os trabalhos pelo **TR 51, PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IPES** - Diretoria do ANDES-SN. 1. *Lutar pelo fortalecimento do setor das IPES enquanto parte do ANDES-SN*; 2 - *Atualizar o levantamento de dados sobre os docentes das IPES feito pela subseção do DIEESE do ANDES-SN*; 3 -*Intensificar a denúncia da situação dos docentes das IPES, em relação à precariedade das condições de trabalho, à perda de direitos trabalhistas e à exacerbação de demissões injustificadas*; 4 - *Realizar, no segundo semestre de 2013, o Encontro do Setor das IPES com o tema “Ensino Superior no Brasil e Condições de Trabalho Docente nas IPES”*. Situação dos grupos: os grupos 6 e 10 aprovaram integralmente; os grupos 5 e 12 aprovaram com modificação; os grupos 1, 2, 7 e 11 remeteram à plenária, e os grupos 3, 8 e 9 sem informações. Em seguida, discutiu a inclusão do item 5- Desenvolver ações políticas e jurídicas que possibilitem a representação sindical dos docentes das IPES, proposta dos grupos 4 e 12, que foi aprovada com algumas abstenções. Posto em votação o TR com a inclusão, foi APROVADO INTEGRALMENTE. Texto aprovado: **1- Lutar pelo fortalecimento do setor das IPES enquanto parte do ANDES-SN; 2 -Atualizar o levantamento de dados sobre os docentes das IPES feito pela subseção do DIEESE do ANDES-SN; 3 -Intensificar a denúncia da situação dos docentes das IPES, em relação à precariedade das condições de trabalho, à perda de direitos trabalhistas e à exacerbação de demissões injustificadas; 4 -Realizar, no segundo semestre de 2013, o Encontro do Setor das IPES com o tema “Ensino Superior no Brasil e Condições de Trabalho Docente nas IPES”; 5 - Desenvolver ações políticas e jurídicas que possibilitem a representação sindical dos docentes das IPES.** A seguir, iniciou-se a discussão do TR 44 – PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES, da Diretoria do ANDES-SN: **O 32º Congresso do ANDES-SN delibera: 1 - Organizar as lutas que buscam a aprovação de percentual específico do orçamento dos estados e municípios para os sistemas estadual e municipal de ensino superior, na forma de subvinculação orçamentária, além de lutar pela implementação de leis que definem subvinculação orçamentária nos estados que já possuem a referida legislação. 2 - Fomentar, a partir das regionais do ANDES-SN, a criação dos fóruns estaduais dos três segmentos: técnicos, docentes e estudantes. 3 - Intensificar o trabalho político para a criação de fóruns estaduais das seções sindicais. 4 - Aprofundar, por intermédio da coordenação do setor, conjuntamente com as seções sindicais das IEES/IMES, o debate sobre: autonomia, democracia, financiamento, carreira e contrarreforma da previdência. 5. Integrar, nas pautas específicas das seções sindicais em 2013, o tratamento isonômico na carreira para os docentes em estágio probatório. 6 - Aprofundar a luta contra a privatização das IEES/IMES, incluindo as lutas contras as fundações de apoio, PPPs, bem como contra outros modelos de privatização interna. 7 - Realizar, no dia 29 de maio de 2013, por ocasião da definição da LDO, um dia nacional em defesa do financiamento e da autonomia das IEES/IMES. 8 - Incluir na pauta das reuniões das secretarias regionais a temática do XI Encontro do Setor das IEES/IMES. 9 - Realizar, no 2º semestre de 2013, o XI Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES, conforme planilha a seguir (Apenso 1).** Situação nos grupos mistos: os grupos 2, 3, 4, 5, 7, 9 e 10 aprovaram o texto na íntegra e os grupos 1 e 6 aprovaram com modificações. O

grupo 6 propôs acrescentar ao final do item 4 “e expansão”; o grupos 11 propôs substituir no item 6 “bem como contra” por “e outros”; o grupo 7 propôs acrescentar no item 7, após “financiamento” “público”; o grupo 11 propôs substituir a redação do item 7 por “Realizar um dia nacional de paralisação no dia 15/05 com o objetivo de unificar a luta nacional das estaduais e municipais por: aumento real dos salários; data base 1º de maio”; o grupo 12 propôs substituir no item 7 “das universidades” por “das IEES/IMES”; o grupo 8 propôs suprimir no item 8 “secretarias”; o grupo 11 propôs o acréscimo de um novo item “Discutir no seminário em 2013 a elaboração de uma proposta de piso nacional das estaduais e municipais”. Foi aberta a discussão do TR 44; em seguida, foi colocado em votação, o qual foi aprovado integralmente. Depois, analisou-se a proposta de acréscimo proposta pelo grupo 11. Após discussão, foi posta em votação, e a proposta foi rejeitada. Em seguida, foram discutidos os TRs 45 e 86, que versam sobre federalização. **TR 45 - FEDERALIZAÇÃO DA FURB: UMA NECESSIDADE HISTÓRICA, UMA POSSIBILIDADE OBJETIVA.** *Contribuição da Assembleia da Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC. 1 - Envide esforços no apoio à luta pela federalização da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB); 2 - Promova o debate sobre a federalização da FURB no próximo encontro IEES/IMES a ser realizado em 2013;* **TR 86 - SOBRE A FEDERALIZAÇÃO DE IES** - *Contribuição do professor Claudio Antônio Tonegutti - Sindicalizado da APUFPR-SSind. O 32º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN: aprofunde o debate sobre a expansão do ensino superior nas várias instâncias do sindicato, incluindo a discussão sobre movimentos populares que lutam pela federalização de IES. Situação nos grupos: os grupos 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11 e 12 rejeitaram o TR 45; o grupo 2 aprovou com modificações, e o grupo 9 remeteu à plenária. O grupo 2 aprovou proposta de compatibilização dos TR 45 e 86 “O 32º Congresso delibera que o ANDES-SN aprofunde o debate sobre expansão do ensino superior nas várias instâncias do sindicato incluindo a discussão sobre movimentos populares que lutam pela federalização de IES, começando a discussão no próximo encontro das IES/IMES a ser realizado em 2013, setor que já vem discutindo o assunto”. Em relação ao TR 86, os grupos 1, 5, 10 e 12 aprovaram integralmente; os grupos 3, 4, 6, 7, 8 e 9 aprovaram com modificação, e os grupos 2 e 11 remeteram à plenária. Após discussão, a mesa fez o seguinte encaminhamento: votação dos TRs 45 e 85, sem prejuízo de modificação. O TR 45 foi rejeitado. O TR 86, com um voto contrário, foi aprovado com modificação. A mesa leu as modificações propostas pelos grupos 3, 4, 7 e 8, respectivamente: aprofundar o debate nas seções sindicais, pautar no XI Encontro das IEES/IMES e GTPE, a expansão do ensino superior, incluindo a discussão sobre movimentos populares que lutam pela federalização de IES; aprofunde o debate sobre a expansão do ensino superior nas várias instâncias do sindicato, incluindo a discussão sobre movimentos populares que lutam pela federalização de IES, devendo o GPTE sistematizar este debate para posterior posicionamento do ANDES-SN; aprofunde o debate/discussão sobre a federalização de IES. Além disso, tivemos duas propostas para inclusão de itens dos grupos 6 e 7, respectivamente: promover o debate sobre a federalização de IEES no encontro do setor das IEES-IMES; incluir na pauta do encontro de Setor IEES/IMES a ser realizado em 2013. A plenária entendeu que a proposta do grupo 3 é de compatibilização e consolidação. Posto em votação, a proposta do grupo 3 foi aprovada. Com isso, as outras propostas foram superadas. O texto aprovado ficou com a seguinte redação: **Aprofundar o debate nas seções sindicais, pautar no XI Encontro das IEES/IMES e GTPE a expansão do ensino superior, incluindo a discussão sobre movimentos populares que lutam pela federalização de IES.** Em seguida, passou-se a discutir sobre o Setor das IFE, **TR 46 - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFE** - *Diretoria do ANDES-SN. A – NO ÂMBITO DO ESPAÇO DE UNIDADE DE AÇÃO. Mobilizar os docentes e inserir as seções sindicais do Setor das IFE nas atividades que comporão a jornada de lutas classistas pelos direitos dos trabalhadores, articulada no âmbito do Espaço de Unidade de Ação para o ano de 2013. B - NO ÂMBITO DOS SPF: 1.1- Intensificar a ação na CNESF (Coordenação Nacional de Entidades dos Servidores Federais) para fortalecê-la como espaço organizativo de luta dos SPF. 1.2 - Indicar para as seções sindicais do ANDES-SN a articulação em âmbito local com as demais entidades dos SPF. 1.3 - Contribuir para a criação e ou rearticulação dos Fóruns/Coletivos Estatutais de Servidores Públicos. 2. Propor a implementação da Campanha 2013 dos SPF, a partir de eixos e calendário construídos na**

CNESF, de forma articulada com outras entidades dos servidores públicos federais que se disponham a lutar, integrando e consolidando a unidade política de ação dos servidores públicos federais. 3 - **Propor para as demais entidades os seguintes eixos para a Campanha 2013:** 3.1 - **Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores.** 3.2 - **Implementação de negociação coletiva no setor público e direito de greve irrestrito. Exigir a efetivação de processo de negociação, a partir da CNESF, para colocar em prática as determinações da Convenção 151 da OIT. Atuar contrariamente a qualquer projeto legislativo que restrinja o direito de greve no serviço público.** 3.3 - **Exclusão de dispositivos antidemocráticos da PPA/LDO/LOA, como o artigo 76 da LDO/2011, que visam obstruir a negociação com os servidores públicos sobre os seus direitos.** 3.4 - **Retirada de qualquer proposta de Emenda Constitucional (PEC), projetos de Lei (PL), Medidas Provisórias (MP) e Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos, tais como: PL 549/09 – congelamento dos salários por dez anos, PL 248/98 – demissão dos servidores públicos por “insuficiência de desempenho”, PL 92/07 – cria as fundações estatais de direito privado, PL 1992/07 – transfere a aposentadoria dos servidores públicos para os fundos de pensão, PEC 369 – restringe o direito à organização dos trabalhadores e o direito de greve, entre outros.** 3.5 - **Cumprimento, por parte do governo, dos acordos firmados e não cumpridos.** 3.6 - **Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas e aprovação da PEC 555.** 3.7 - **Definição de data-base (1º de maio).** 3.8 - **Política salarial permanente, com reposição inflacionária, valorização do salário-base e incorporação das gratificações.** 3.9 **Lutar contra a flexibilização dos direitos dos trabalhadores, em especial o ACE, articulando as entidades representativas dos servidores públicos em unidade de ação com as demais organizações dos trabalhadores.** 4. **Dar prosseguimento às ações unitárias de servidores públicos com outras organizações, entidades e movimentos sociais, ampliando a experiência da jornada de lutas articulada no âmbito do Espaço de Unidade de Ação e realizada em 2012;** 5 - **Estabelecer calendário unificado de lutas, de comum acordo com as demais entidades de servidores públicos federais.** C – **QUANTO À PAUTA ESPECÍFICA DO SETOR:** 1 - **Retomar e intensificar a luta pela reestruturação da carreira docente, por valorização salarial, e por melhoria das condições de trabalho, tendo como referência a pauta do Setor e o projeto de carreira aprovado pelo movimento docente e exigindo que seja atendido imediatamente o patamar da contraproposta aprovada pelo CNG, protocolada no MEC e no MPOG em agosto de 2012;** 1.1 - **Atualizar a estratégia de negociação e as iniciativas políticas para conquistar a reestruturação da carreira docente a partir do balanço da greve de 2012 das IFE;** 1.2 - **Delegar à diretoria do ANDES-SN a condução do processo de negociação, bem como as deliberações pertinentes, de acordo com o posicionamento do Setor das IFES, tendo como referência a proposta de Carreira de Professor Federal aprovada no 30º Congresso e a contraproposta de carreira aprovada pelo Comando Nacional de Greve - CNG, em agosto de 2012.** 1.3. **Definir as atividades de mobilização e ações de luta – articuladas com o SINASEFE - para conquistar a reestruturação da carreira docente.** 1.3.1 - **Recepcionar os docentes no início do primeiro semestre letivo de 2013 com materiais específicos a respeito da situação sobre a carreira docente considerando a vigência da Lei 12.772/12 e conclamando para intensificar a luta pela sua reestruturação.** 1.3.2. **Atualizar uma agenda de discussão sobre a Carreira de Professor Federal com os professores e nos conselhos superiores das IFE, com o objetivo de retomar a força do movimento de apoio à nossa proposta.** 1.3.3 - **Buscar interlocução com a ANDIFES, CONIF, CONDCAP e CODETUF, com objetivo de obter apoio à reestruturação da carreira do ANDES-SN.** 1.3.4 - **Pressionar os parlamentares federais, em seus estados, buscando apoio para o movimento pela reestruturação da carreira docente.** 1.3.5 - **Pressionar as lideranças partidárias e presidentes das Comissões de Educação e de Serviço Público, na Câmara e no Senado, tendo como referência a retomada da luta pela reestruturação da carreira docente.** 2. **Desencadear a campanha específica do Setor das IFES em 2013, nos seguintes termos:** 2.1. **Desenvolver ações nacionalmente articuladas, tendo como referência a Pauta de Reivindicações aprovada neste 32º Congresso e a atualização das pautas locais pelas seções sindicais para estabelecer negociações concomitantes em todas as IFE.** 2.1.1. **Planejar o ritmo, a ênfase temática e a intensidade das ações, ampliando a mobilização da base em torno da Campanha 2013, a partir de balanços periódicos realizados**

nas reuniões do Setor, tendo como referência o Plano de Lutas aprovado no 32º Congresso.

2.1.2. Coordenar as ações de enfrentamento e a troca de informação sobre as diversas lutas empreendidas pelas seções sindicais, dando visibilidade nacional, sob o eixo geral: LUTA PELA QUALIDADE ACADÊMICA, POR CONDIÇÕES DE TRABALHO E VALORIZAÇÃO SALARIAL;

2.1.3. Ampliar a produção dos dossiês que registrem os problemas vivenciados pelas IFE, com descrições de fatos, mobilizações, fotos, vídeos etc. Elaborar matérias e boletins a partir dos fatos expressos nesses registros, para dialogar com a sociedade e mobilizar a categoria.

2.2. Dar continuidade à luta em defesa dos Colégios de Aplicação - CAP e das Escolas Vinculadas às IFE, priorizando:

2.2.1. Denunciar que o ataque aos CAP é também um ataque à autonomia das IES onde eles são instituídos.

2.2.2 - Mobilizar a categoria para reverter os ataques que têm sido perpetrados contra os CAP, utilizando para isso a divulgação de análises críticas, políticas e jurídicas que demonstrem os movimentos do governo no sentido do desmonte dos Colégios, restringindo vagas de pessoal, condições de trabalho e tratamento dado em relação à carreira docente;

2.2.3 - Intensificar a luta contra a discriminação entre professores do magistério superior e professores da Educação Básica Técnica e Tecnológica – EBTT;

2.2.4 - Lutar pela garantia da natureza própria dos CAP no contexto das universidades públicas, a responsabilidade pela sua manutenção e desenvolvimento, além das condições de trabalho adequadas a essa natureza, dando continuidade ao debate interno no sindicato para aperfeiçoar a elaboração e ajustar as ações nesse mesmo sentido;

2.2.5 - Pautar discussão conjunta com o GTPE sobre a natureza dos CAP;

2.2.6 - Desenvolver trabalho político para suspender a edição de regulamentação da progressão na carreira EBTT com o conteúdo pretendido pelo governo, enfatizando a discussão da carreira única em curso, e lutando para que seja garantido o direito à progressão dos docentes com base na legislação existente.

2.2.7 - Que as seções sindicais promovam seminários e debates em cada IFES sobre a situação das escolas vinculadas, casas de cultura e outras realidades, recolhendo informações detalhadas sobre essas unidades universitárias, a serem encaminhadas para a secretaria do ANDES-SN com o objetivo de compor uma radiografia nacional.

2.2.8 - As seções sindicais deverão realizar campanhas pela garantia da vinculação dos CAP à estrutura acadêmica das IFES.

2.3 - Aprovar o cronograma da Campanha Específica do Setor em 2013:

2.3.1 - Protocolar nas instâncias governamentais e divulgar a Pauta da Campanha nos meses de março e abril.

2.3.2 - Atualizar as pautas locais em todas as seções sindicais e estabelecer negociação com as reitorias nos meses de abril e maio, tendo como referência a PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS DOCENTES DAS IFE aprovada neste 32º Congresso.

2.3.3 - Ajustar o cronograma de lutas da Campanha 2013 nas reuniões do Setor das IFES até o final do mês de março.

2.3.4 -Intensificar a luta contra as fundações de apoio e colaborar com o Ministério Público Federal para apuração das irregularidades em suas relações com as IFES.

2.3.5 - Intensificar a denúncia dos cursos pagos como violação do princípio da gratuidade de ensino e lutar pelo fim da cobrança de quaisquer valores nos cursos das universidades.

2.4 - Atualizar a pauta para 2013, conforme segue: PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS DOCENTES DAS IFES – CAMPANHA 2013:

1. UNIVERSIDADE PÚBLICA E O TRABALHO DOCENTE (demandas gerais):

a) garantia de que o caráter público da universidade, sua autonomia constitucional e a função social da atividade docente sejam os elementos definidores das políticas de financiamento e do regramento das relações de trabalho;

b) garantia de financiamento público estável e suficiente para as IFES, assegurando incrementos compatíveis para a expansão com qualidade, tal como apresentado no PNE da Sociedade Brasileira;

c) garantia das condições adequadas para que o exercício do trabalho docente se desenvolva fundamentado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, em busca do padrão unitário de qualidade;

d) garantia de carreira única para todos os docentes das IFE;

e) garantia de aposentadoria integral, de forma a assegurar a paridade entre ativos e aposentados, resguardando o poder aquisitivo dos proventos, além de todos os direitos e vantagens percebidos quando da aposentadoria;

f) garantia das condições para que as IFES cumpram a sua responsabilidade de oferecer educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade para todos, como direito social e dever do Estado, combatendo todas as formas de precarização decorrentes das iniciativas que vêm sendo impostas a título de reforma

universitária; g) garantia de que a contratação do corpo docente se dê unicamente pelo Regime Jurídico Único; h) manutenção da estabilidade no emprego como regra nas IFES e nos serviços públicos; i) garantia do princípio da isonomia salarial entre cargos públicos com funções, titulação e regime de trabalho equivalentes; j) garantia do caráter público e da função social das IFES, assim como sua desprivatização; k) garantia de estatuto jurídico público para as IFES e seus órgãos complementares, preferencialmente como autarquias de regime especial, assegurando a responsabilidade do Estado e a autonomia universitária constitucional; l) garantia de um sistema de avaliação institucional das IFES de caráter autônomo e democrático, tendo como referência o projeto político acadêmico de cada instituição, resguardando-se o integral financiamento público do sistema; m) garantia de condições estruturais e acadêmicas que propiciem a universalização do acesso dos estudantes às universidades públicas do país; n) garantia da gratuidade, integralidade e universalidade das ações dos hospitais universitários (HUs), com adoção de medidas contra sua mercantilização e privatização.

2. AUTONOMIA, FINANCIAMENTO E VAGAS DOCENTES: a) cumprimento do preceito constitucional que dispõe recursos à manutenção e desenvolvimento do ensino público, aplicando o índice nunca inferior a 18% previsto sobre a arrecadação líquida de impostos, somando-se a arrecadação das contribuições, excluídas apenas as contribuições relativas à previdência social e ao salário educação, e destinando no mínimo 75% desses recursos às IFES; b) preenchimento dos cargos atualmente vagos e a criação de novos cargos, pelo RJU/PUCRCE, em dedicação exclusiva, para suprir as necessidades da política de expansão das IFES, com a realização imediata de concursos públicos; b.1) autorizar a imediata realização de concursos públicos que preencham, com professores efetivos, preferencialmente em regime de dedicação exclusiva, todas as vagas abertas pela Lei nº 12.677/2012, e imediata contratação dos concursados; b.2) assegurar a distribuição transparente dos cargos respeitando as necessidades definidas autonomamente por cada IFE; b.3) recompor o quadro docente das IFE considerando o déficit historicamente acumulado nas últimas três décadas; ou seja, além do número de vagas não repostas decorrentes de aposentadoria, de invalidez, de morte e de demissões, considerar o crescimento proporcional do número de vagas e cursos criados a partir do REUNI e o que está previsto para a sua respectiva consolidação; c) contratação de professores substitutos, limitada às situações eventuais de excepcionalidade para suprir a falta de professor na carreira, por prazo determinado, decorrente de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para qualificação docente, licenças e afastamentos previstos na Lei 8.112 – RJU; c.1) assegurar que a ampliação do número de matrículas e a criação de cursos sejam condicionadas à ampliação do número de cargos docentes, conforme projeção de necessidades definida de forma autônoma em cada unidade acadêmica, com autorização de concursos efetivos, preferencialmente em regime de dedicação exclusiva; d) retirada do PLP nº 92/07, que autoriza o Poder Público a instituir, em várias áreas do serviço público, as chamadas Fundações Estatais de Direito Privado, autorizando a venda de serviços que hoje se constituem em direitos de cidadania sob responsabilidade do Estado; e) manutenção da natureza jurídica dos HUs em autarquias públicas vinculadas ao MEC e às universidades públicas, com financiamento viabilizado por meio de recursos públicos oriundos da seguridade social, da ciência e tecnologia e da educação, de modo a garantir condições adequadas de funcionamento, preservando as finalidades concomitantes de integrar-se à rede do SUS e suas atividades de ensino, pesquisa e extensão; e.1) intensificar a luta pela não adesão ao EBSERH; f) autonomia de nomeação, pelas IFES, de seus procuradores jurídicos, com garantia de atuação igualmente autônoma, sem subordinação administrativa à AGU; g) prioridade do financiamento da educação pública em relação ao pagamento dos encargos da dívida pública; h) instituição de uma mesa de negociação para discutir o orçamento das IFES na perspectiva de estabelecer os quantitativos de suplementações necessárias ao orçamento de 2013, além das diretrizes e montantes para a LDO e LOA de 2014, tendo como referência a garantia de orçamento global, mantendo-se separadas as rubricas de Pessoal e OCC, de forma a que os recursos para OCC sejam de, no mínimo, 28% dos recursos destinados à despesa de pessoal e encargos em cada IFES, e mais 3% da soma dos recursos de Pessoal e OCC para assistência estudantil, além dos recursos destinados à expansão e

fomento; i) referência mínima de crescimento dos recursos destinados à expansão e fomento, tomando por base o percentual de aumento pregresso e planejado das matrículas; i.1) conclusão, no prazo de 6 meses, das obras já iniciadas nas IFE, com prazo de conclusão vencido; i.2) construção de salas de aula respeitando o limite de vagas ofertadas para o ingresso dos alunos em cada curso; i.3) construção, no prazo de 1 ano, dos laboratórios, clínicas, ambulatórios e demais espaços previstos nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, atendendo às normas de biossegurança; i.4) adequação, em 1 ano, dos laboratórios, clínicas e ambulatórios já existentes às normas de biossegurança, bem como adequação dos demais espaços previstos nos projetos políticos pedagógicos; i.5) criação de restaurantes universitários que atendam à demanda da comunidade universitária, definida em cada IFE e ligada às suas estruturas de gestão autônoma e democrática; i.6) adequação de todas as estruturas físicas das IFE (já existentes, em construção, e a serem construídas) às normas de acessibilidade vigentes no país; i.7) realizar auditoria sobre o REUNI, avaliando as metas impostas de expansão de matrículas e a contrapartida governamental no que concerne à ampliação de recursos humanos e instalações físicas; i.8) condicionar a continuidade do processo de expansão em curso à avaliação das metas do REUNI e ao atendimento de todas as demandas de pessoal e infraestrutura; j) afastar qualquer possibilidade de medidas que possam levar a contingenciamentos ou retenções de verbas orçadas, exigindo regularidade no fluxo de liberação financeira; k) manutenção dos saldos de exercício financeiro na instituição para execução no ano seguinte; l) aplicação imediata de recursos públicos, da ordem de 1,5% do PIB, em ciência e tecnologia; m) fixação de recursos, nos orçamentos das IFES, para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão, com a definição democrática desses valores; n) políticas de incentivo à pesquisa dos órgãos financiadores direcionadas às instituições públicas federais de educação básica, técnica e tecnológica; o) autonomia das universidades no que diz respeito aos instrumentos centralizados de gestão administrativa e financeira do governo; p) revogação da cobrança de taxas, a qualquer título, nas IFES; q) desvinculação das IFES com as fundações privadas ditas de apoio, impedindo o estabelecimento de convênios e ajustes para implementação de suas atividades fins, devendo para isso recuperar as suas instâncias administrativas de infraestrutura e pessoal competente para tais tarefas; r) remoção, respeitadas as regras de controle e transparência do uso do dinheiro público, das dificuldades legais e entraves administrativos que dificultam o bom andamento do trabalho acadêmico e administrativo das IFES, em especial a execução de projetos e convênios de interesse acadêmico da instituição; s) exigir, junto ao MEC, a realização de concursos para as vagas já existentes e a criação de novas vagas para atender às demandas atuais dos Colégios de Aplicação; t) exigir, junto ao MEC, à SESu e à ANDIFES que assumam a responsabilidade pelos Colégios de Aplicação, respeitando a autonomia universitária; u) exclusão de dispositivos antidemocráticos do PPA/LDO/LOA 2014, como o artigo 76 da LDO/2013, que visam obstruir a negociação com os servidores públicos sobre os seus direitos.

3. DEMOCRATIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO: a) escolha dos dirigentes pela comunidade universitária em eleições diretas, no mínimo paritárias; b) respeito aos resultados dos processos eleitorais em que a comunidade universitária escolhe os dirigentes das IFES, garantindo a sua homologação no âmbito da própria instituição; c) definição democrática de critérios públicos para a distribuição interna de recursos e de cargos, além de outras medidas de transparência na gestão; d) condições equânimes de participação na vida acadêmico-institucional a todos os docentes, inclusive os substitutos, os em estágio probatório e os dos campi descentralizados; d.1) combater e exigir a punição das práticas de assédio moral crescentes nas IFE, em especial aos docentes em estágio probatório; e) lutar para que seja respeitada a decisão contrária à adesão EBSEERH, dos conselhos universitários, sem prejuízos de destinação orçamentária; f) assegurar o direito à livre manifestação política nos campi; g) garantia de liberação para o exercício de mandato classista, sem perda da remuneração e demais direitos, mediante alteração do artigo 92 da Lei nº 8112/90 (RJU); h) contra a cobrança de qualquer contribuição sindical compulsória; i) lutar para que sejam definidas/revisadas, com urgência, as normas institucionais das IFE (estatuto, regimento e outras) por meio de processos democráticos, dos quais participe toda a comunidade envolvida; j) processos de

democratização e revalorização dos órgãos colegiados; k) revogação imediata da Lei nº 9192/95, do Decreto nº 1916/96, que a regulamenta, e do parágrafo único do artigo 59 da LDB – 9394/96, que ferem os preceitos constitucionais da democracia e da autonomia universitária na escolha de dirigentes; l) democratização das agências de fomento à pesquisa como CAPES, CNPq e FINEP.

4. CONDIÇÕES DE TRABALHO, CAPACITAÇÃO E SEGURIDADE: a) eliminação de todas as formas de precarização do trabalho docente, tais como: aumento da relação professor/aluno e de horas em sala de aula, vinculação de parcela do salário ao cumprimento de metas quantitativas, posto que descaracterizam a carreira docente e prejudicam a qualidade do trabalho docente; b) impedimento de qualquer tipo de contrato precário de trabalho, assim como dos mecanismos que impliquem a transferência de responsabilidades docentes para estudantes de pós-graduação, estagiários ou técnico-administrativos; c) condições adequadas de funcionamento dos novos cursos, especialmente nos campi descentralizados, para que a comunidade acadêmica possa desenvolver, com qualidade, seu trabalho, que, em relação aos docentes, implica o respeito ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; d) ampliação da infraestrutura necessária à pesquisa nas IFES, incluindo laboratórios, equipamentos, logística, pessoal e setores administrativos da própria instituição com capacidade de gerenciamento eficiente de projetos e convênios; e) recuperação do preceito constitucional original de paridade e integralidade da aposentadoria; f) eliminação do padrão do produtivismo científico que, além de reforçar uma competição individualista, tem contribuído para a redução na qualidade da produção acadêmica; g) eliminação, no sistema de avaliação acadêmica, de qualquer exigência do cumprimento de metas burocrático-gerenciais; h) reversão da crescente criminalização do direito de divergir, bem como combate à perseguição àqueles que lutam em defesa da universidade pública; i) combate ao assédio moral, causa crescente de doenças físicas e psíquicas dos docentes, denunciando-o ao Ministério Público e às Delegacias do Trabalho; j) controle dos fatores determinantes das condições de insalubridade, periculosidade, penosidade e que representem qualquer tipo de risco à saúde dos docentes em suas atividades acadêmicas; k) condições de funcionamento para as atividades acadêmicas noturnas idênticas àquelas oferecidas durante os expedientes diurnos; l) apoio oficial adequado à capacitação docente, tanto dos órgãos de fomento como da própria IFE, o que envolve atualização do valor das bolsas de estudo e dos seus prazos de cobertura, repudiando a precariedade contida no ProDoutoral/PLANFOR.

5. CARREIRA ÚNICA: a) exigir do governo a imediata abertura de negociações para reestruturação da Carreira do Magistério Federal; b) retirada da PEC nº 306/08, bem como qualquer outra iniciativa que proponha a extinção do RJU e a contratação via CLT nos serviços públicos; c) restauração dos direitos dos servidores públicos suprimidos do texto original da Lei nº 8112/90 (RJU); d) extinção do mecanismo de gestão da força de trabalho docente através do banco de professor-equivalente, dado seu caráter precarizador e fragmentador da categoria, a fim de garantir que todos os professores efetivos nas IFES tenham direito ao regime de dedicação exclusiva.

6. POLÍTICA SALARIAL: Estabelecimento de pontos comuns com os SPF: a) revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos, como preceitua a Constituição, em índice no mínimo igual à desvalorização monetária, de acordo com o ICV DIEESE; b) estabelecimento de política salarial que recupere as perdas históricas; c) reivindicar do governo a retomada do processo de discussão, a fim de definir as Diretrizes Gerais para Planos de Carreira dos Servidores Públicos (DPC); d) reconhecimento da data-base em 1º de maio; e) restabelecimento dos anuênios; f) pagamento imediato de todos os precatórios pendentes. Pontos da política salarial dos docentes das IFES; g) piso salarial para os docentes das IFES nos termos do artigo 7º, inciso 5º, combinado com o artigo 206, incisos 5º e 8º da Constituição Federal, no valor do salário-mínimo do DIEESE em 1º de janeiro de 2013, para docente graduado em Regime de Trabalho de 20h; h) equivalência da remuneração e condições de trabalho dos professores substitutos com a dos docentes efetivos com a mesma titulação e regime de trabalho; i) manutenção dos valores destinados a cobrir as despesas de pessoal e encargos dos aposentados e pensionistas com recursos do Tesouro Nacional, no orçamento e na folha de pagamentos da IFE de origem. Esse pagamento não será incluído a título de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; j) reversão do confisco nos proventos de

aposentadoria e pensão decorrentes da exigência de contribuição dos aposentados e pensionistas à Previdência, bem como dos impactos decorrentes da Lei nº 11.784/08. 7. PROPOSTA SALARIAL: a) incorporação de todas as gratificações ao vencimento, assegurando isonomia salarial pela remuneração integral e uniforme do trabalho prestado pelo professor do mesmo nível da carreira, mesmo regime de trabalho e mesma titulação; b) piso remuneratório no valor de R\$ 2.561,47, correspondente ao salário-mínimo do DIEESE em 1º de janeiro de 2013 para docente graduado, em Regime de Trabalho de 20h; c) interstício emergencial uniforme de 4% como passo inicial com vistas a alcançar 5% entre os níveis da carreira; d) remuneração integral e isonômica dos integrantes de mesmo nível da carreira, que unifique em uma linha só no contracheque os percentuais correspondentes à titulação e regime de trabalho. Os percentuais de acréscimos relativos à titulação serão: de 75% para doutor ou livre-docente; de 37,5% para mestre; de 18% para especialização, e de 7,5% para aperfeiçoamento. Tendo por base o regime de 20 horas semanais, os percentuais de acréscimo relativo ao regime de trabalho serão: 100% para o regime de 40 horas; 210% para o regime de DE; e) paridade e integralidade para os aposentados; f) reposicionamento de forma a resguardar a posição do docente em relação ao topo da carreira na data da aposentadoria, e garantia dos direitos decorrentes da aplicação do artigo 192, da Lei nº 8.112/90 (RJU), aos docentes que se aposentaram até 1997 e aos seus pensionistas. Dando início às discussões, foi solicitada uma questão de ordem sobre o tratamento da sigla IFES e foi destacado que deve ser padronizado por IFE, que abrange também os institutos e os Colégios de Aplicação. Situação nos grupos: os grupos 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 aprovaram com modificação, os grupos 1 e 3 remeteram à plenária. Ponto A (No âmbito do espaço de unidade de ação) - foi apresentada a proposta minoritária do grupo 7; *Mobilizar os docentes e fazer esforços para inserir as seções sindicais do Setor das IFE nas atividades que comporão a jornada de lutas classistas pelos direitos dos trabalhadores, articulada no âmbito do Espaço de Unidade de Ação para o ano de 2013.* Posto em votação, o texto original foi aprovado. Texto aprovado: *Mobilizar e inserir as seções sindicais do Setor das IFE nas atividades que comporão a jornada de lutas classistas pelos direitos dos trabalhadores, articulada no âmbito do Espaço de Unidade de Ação para o ano de 2013.* No ponto B (No âmbito dos SPF)- proposta de modificação do grupo 5. Item 3.2 - Implementação de negociação coletiva no setor público e direito de greve irrestrito. Exigir a efetivação de processo de negociação, a partir da CNESF, para colocar em prática as determinações da Convenção 151 da OIT. Atuar contrariamente a qualquer projeto que restrinja o direito de greve no serviço público. Proposta de modificação do grupo 9 - 3.9) No âmbito da luta contra a flexibilização dos direitos dos trabalhadores, fortalecer a articulação das entidades representativas dos servidores públicos em unidade de ação com as demais organizações dos trabalhadores, nas ações contra o Acordo Coletivo Especial – ACE. Abriu-se a discussão sobre o item 3.2. Posto em votação, foi aprovado a sua manutenção sem prejuízo de modificação. Em seguida, foi discutido o Item 3.9 do texto original contra a proposta de modificação do grupo 9 – 3.9) No âmbito da luta contra a flexibilização dos direitos dos trabalhadores, fortalecer a articulação das entidades representativas dos servidores públicos em unidade de ação com as demais organizações dos trabalhadores, nas ações contra o Acordo Coletivo Especial – ACE. Feita a discussão, foi aprovada a supressão da palavra legislativo no texto original. Na sequência, o texto substitutivo do grupo 9 foi aprovado. Em seguida, foi apresentada ao plenário uma proposta de inclusão de item: *Articular, em conjunto com a CNESF e Fórum das Entidades dos SPF, ações de esclarecimento e denúncia sobre o FUNPRESP, com destaque para a irreversibilidade da adesão.* A proposta foi aprovada. Texto aprovado no ponto B: **3.2) Implementação de negociação coletiva no setor público e direito de greve irrestrito. Exigir a efetivação de processo de negociação, a partir da CNESF, para colocar em prática as determinações da Convenção 151 da OIT. Atuar contrariamente a qualquer iniciativa que restrinja o direito de greve no serviço público; 3.9) No âmbito da luta contra a flexibilização dos direitos dos trabalhadores, fortalecer a articulação das entidades representativas dos servidores públicos em unidade de ação com as demais organizações dos trabalhadores, nas ações contra o Acordo Coletivo Especial – ACE; (Inclusão) Articular, em conjunto com a CNESF e Fórum das Entidades dos SPF, ações de esclarecimento e denúncia sobre o FUNPRESP, com**

destaque para a irreversibilidade da adesão. No ponto C (Quanto à pauta específica do Setor). Item 1 – Situação dos grupos: grupos 1, 3 e 11 apresentaram proposta de modificação: *Retomar e intensificar a luta pela reestruturação da carreira docente, por valorização salarial, e por melhoria das condições de trabalho, tendo como referência a pauta do Setor e o projeto de carreira aprovado pelo movimento docente.* Proposta minoritária aprovada pelo grupo 1: *Retomar e intensificar a luta pela reestruturação da carreira de professor federal aprovada pelo movimento docente, aprovada no 30º Congresso.* Propostas aprovadas pelo grupo 6: *Retomar e intensificar a luta pela reestruturação da carreira docente, por valorização salarial e por melhoria das condições de trabalho, tendo como referência a pauta do Setor e o projeto de carreira única aprovado pelo movimento docente e exigindo que seja atendido imediatamente o patamar da contraproposta aprovada pelo CNG, protocolada no MEC e no MPOG em agosto de 2012.* Proposta minoritária do grupo 6: *Retomar e intensificar a luta pela reestruturação da carreira docente, por valorização salarial e por melhoria das condições de trabalho, tendo como referência a pauta do Setor e o projeto de carreira única do ANDES-SN.* À 1h50min, o presidente submeteu à votação a prorrogação da plenária por mais duas horas, o que foi aprovado. Em seguida, a mesa propôs o seguinte encaminhamento: primeira votação, aprovada a inclusão da palavra única, após carreira. Segunda votação, inclusão da expressão no 30º Congresso, ambas aprovadas. Colocado em votação, foi aprovado o seguinte texto: 1. ***Retomar e intensificar a luta pela reestruturação da carreira docente, por valorização salarial e por melhoria das condições de trabalho, tendo como referência a pauta do Setor e o projeto de carreira única aprovado no 30º Congresso.*** Em seguida, foi discutido o Item 1.2, que foi aprovado sem prejuízo de modificação. Proposta de modificação: *Delegar à diretoria do ANDES-SN a condução do processo de negociação, bem como as deliberações pertinentes, de acordo com o posicionamento do Setor das IFE, tendo como referência a proposta de carreira de professor Federal aprovada no 30º Congresso.* Proposta de encaminhamento de votação: texto original contra o texto substitutivo. Aprovado o texto substitutivo. Texto aprovado: ***1.2 Delegar à diretoria do ANDES-SN a condução do processo de negociação, bem como as deliberações pertinentes, de acordo com o posicionamento do Setor das IFE, tendo como referência a proposta de carreira de professor Federal aprovada no 30º Congresso.*** Item 1.3.1, aprovado o texto substitutivo do grupo 9 - ***Recepcionar os docentes em 2013, em cada período letivo, com materiais específicos a respeito da situação sobre a carreira docente considerando a vigência da Lei 12.772/12 e conclamando para intensificar a luta pela sua reestruturação.*** Item 1.3.2, aprovado o texto substitutivo do grupo 9 - ***Aprofundar a discussão sobre a Carreira de Professor Federal com os professores e nos conselhos superiores das IFE, com o objetivo de retomar a força do movimento de apoio à nossa proposta.*** Item 1.3.3, aprovado o substitutivo do grupo 9 - ***Buscar interlocução com a ANDIFES, CONIF, CONDCAP e CODETUF, com o objetivo de obter apoio à reestruturação da carreira docente única, proposta pelo ANDES-SN.*** Item 1.3.4, aprovado o substitutivo do grupo 9 - ***Atuar no âmbito do Congresso Nacional no sentido de buscar apoio na luta pela reestruturação da carreira docente única, proposta pelo ANDES-SN.*** Item 1.3.5 – considerada superada pelas votações anteriores. Proposta do grupo 11 de inclusão de item - *Realizar um dia nacional de paralisação das IFES no dia 2 de abril, exigindo do governo federal alteração na lei 12.772/2012, que trata da carreira docente.* A proposta foi rejeitada. Item 2.1.1, aprovado o substitutivo do grupo 9 - ***Ampliar a mobilização da base em torno da Campanha 2013, a partir de balanços periódicos realizados nas reuniões do Setor, tendo como referência o Plano de Lutas aprovado no 32º Congresso.*** Item 2.1.2, aprovado o texto original - ***Coordenar as ações de enfrentamento e a troca de informação sobre as diversas lutas empreendidas pelas seções sindicais, dando visibilidade nacional, sob o eixo geral: LUTA PELA QUALIDADE ACADÊMICA, POR CONDIÇÕES DE TRABALHO E VALORIZAÇÃO SALARIAL.*** Item 2.2.2, não houve votação, apenas adequar a redação. Texto aprovado - ***Mobilizar a categoria para reverter os ataques que têm sido perpetrados contra os CAP, utilizando para isso a divulgação de análises críticas, políticas e jurídicas que demonstrem os movimentos do governo no sentido do desmonte dos CAP, restringindo vagas de pessoal, condições de trabalho e tratamento dado em relação à carreira docente.*** Item 2.2.3, proposta aprovada com modificação. Texto aprovado: ***Intensificar a luta contra a diferenciação entre professores do magistério superior***

e professores da Educação Básica Técnica e Tecnológica – EBTT, em direção a uma carreira única. Item 2.2.4, aprovado o texto substitutivo do grupo 1 – **Lutar pela garantia da autonomia acadêmico-política dos CAP no contexto das universidades públicas, a responsabilidade pela sua manutenção e desenvolvimento, além das condições de trabalho adequadas a essa natureza, dando continuidade ao debate interno no sindicato para aperfeiçoar a elaboração e ajustar as ações nesse mesmo sentido.** Item 2.2.5, votação, supressão ou manutenção sem prejuízo de modificação. Aprovada a manutenção sem prejuízo de modificação. Proposta modificada pelo grupo 1 – **Pautar discussão conjunta no GTPE sobre atividades acadêmico-políticas dos CAP.** Item 2.2.6, votação: supressão ou manutenção sem prejuízo de modificação. Aprovada a modificação sem prejuízo de modificação. Proposta modificada pelo grupo 8 – **Desenvolver trabalho para discutir a regulamentação da progressão na carreira EBTT, editada pelo governo em 2012, enfatizando a discussão da carreira única em curso, e lutando para que seja garantido o direito à progressão dos docentes numa perspectiva de afirmação e ampliação de direitos.** Item 2.2.7, aprovada a modificação proposta pelo grupo 9 – **Que as seções sindicais promovam seminários e debates em cada IFE sobre a situação das escolas vinculadas, casas de cultura e outras realidades, recolhendo informações detalhadas sobre essas unidades universitárias, a serem encaminhadas para a secretaria do ANDES-SN com o objetivo de compor um diagnóstico nacional.** Itens 2.3.1 e 2.3.2, votação em conjunto – proposta original contra a substituição proposta pelo grupo 9. Posto em votação, foi aprovado o texto substitutivo do grupo 9, respectivamente – **Protocolar nas instâncias governamentais e divulgar a Pauta da Campanha a partir de março; Atualizar as pautas locais em todas as seções sindicais e estabelecer negociação com as reitorias, tendo como referência a pauta de reivindicações dos docentes das IFE aprovada neste 32º Congresso.** Sobre a Pauta de reivindicações dos docentes das IFE – Campanha 2013. Ponto 2 – Autonomia, Financiamento e Vagas Docentes. Item 2 b), proposta de modificação do grupo 2. Posto em votação, foi aprovado o texto original – **Preenchimento dos cargos atualmente vagos e a criação de novos cargos, pelo RJU/PUCRCE, em dedicação exclusiva, para suprir as necessidades da política de expansão das IFE, com a realização imediata de concursos públicos.** b1) autorizar a imediata realização de concursos públicos que preencham, com professores efetivos, preferencialmente em regime de dedicação exclusiva, todas as vagas abertas pela Lei nº 12.677/2012, e imediata contratação dos concursados; b2) assegurar a distribuição transparente dos cargos respeitando as necessidades definidas autonomamente por cada IFE; b3) recompor o quadro docente das IFE considerando o déficit historicamente acumulado nas últimas três décadas; ou seja, além do número de vagas não repostas decorrentes de aposentadoria, de invalidez, de morte e de demissões, considerar o crescimento proporcional do número de vagas e cursos criados a partir do REUNI e o que está previsto para a sua respectiva consolidação. Item c1) – Aprovado com modificação dos grupos 2, 4 e 5. Texto aprovado – **Assegurar que a ampliação do número de matrículas e criação de cursos sejam condicionadas à ampliação do número de cargos docentes, preferencialmente, em Regime de Dedicação Exclusiva, e técnico-administrativos, conforme projeção de necessidades definida de forma autônoma em cada unidade acadêmica, com autorização de concursos efetivos e espaço físico e equipamento adequados.** Aprovada a proposta de inclusão de item no índice (i) do grupo 8 – **Conclusão imediata das obras e reformas de infraestrutura para atender a expansão precarizada promovida pelo REUNI garantindo plenamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão.** Itens em discussão i1), i3) e i4) como proposta substitutiva do grupo 8. Proposta substitutiva aprovada, texto aprovado – **i1) conclusão das obras com prazo de conclusão vencido já iniciadas nas IFE; i3) construção dos laboratórios, clínicas, ambulatórios e demais espaços previstos nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, atendendo às normas de biossegurança; i4) adequação dos laboratórios, clínicas e ambulatórios já existentes às normas de biossegurança, bem como adequação dos demais espaços previstos nos projetos políticos pedagógicos.** Item i5), aprovado o texto original. Item 4 – **Condições de trabalho, Capacitação e Seguridade.** Proposta do grupo 4 para a inclusão de item – **As coordenações do setor, com apoio da AJN, realizarão um estudo sobre os diferentes tipos de auxílios concedidos a outras categorias dos SPF e a pertinência de se estender esses auxílios aos docentes das IFE. O resultado desse estudo deve ser apresentado no próximo encontro intersetorial.** Posta em

votação, a proposta foi REJEITADA. Ponto 5 – *Carreira Única*. Proposta de modificação dos grupos 8 e 11, respectivamente – a) exigir do governo a imediata abertura de negociações para reestruturação da Carreira do Magistério Federal e a substituição dos artigos que aprofundam a desestruturação da mesma; Persistir na luta pela reestruturação da carreira docente do magistério federal exigindo do governo a imediata abertura de negociação, tendo como referência a proposta aprovada pelo ANDES-SN no 30º Congresso. Posto em votação, foi aprovada a manutenção do texto original. Ponto 6 - *Política Salarial*. Propostas de inclusão de item dos grupos 5 e 6, respectivamente, *Estabelecimento da Gratificação Especial de Localidade (GEL) aos docentes lotados em zona de fronteira e municípios de difícil acesso; Que na próxima reunião setorial das IFE seja pautada a GEL, de acordo com o Decreto presidencial 493/92, de 10 de abril, e que a AJN tome as providências necessárias sobre a implementação do decreto*. Posta em votação, a proposta do grupo 5 foi rejeitada e a proposta do grupo 6 foi aprovada. **Texto aprovado - Que na próxima reunião setorial das IFE seja pautada a GEL, de acordo com o Decreto 493/92 presidencial, de 10 de abril, e que a AJN tome as providências necessárias sobre a implementação do decreto.** Ponto 7 - *Proposta Salarial*. Proposta original - *Interstício emergencial uniforme de 4% como passo inicial com vistas a alcançar 5% entre os níveis da carreira*; Proposta do grupo 11 - **Interstício de 5% entre os níveis da carreira**. Não houve votação pois o plenário entendeu que pela proposta de carreira do ANDES-SN a está de acordo com a proposta do grupo 11 as propostas foram consideradas superadas. **TR 47 - TRANSPOSIÇÃO DOS DOCENTES APOSENTADOS.** Contribuição dos professores Guilherme Varela, Audisio Costa e Jarbas Souza – sindicalizados da ADUFEPE Seção Sindical. Que o ANDES-SN reitere o compromisso de luta pelo reenquadramento dos aposentados através de projeto de Lei, com seguinte teor. O projeto de Lei em destaque deve considerar a transposição dos professores aposentados, com qualquer titulação acadêmica, ocupantes da Classe de Professor Adjunto, e os beneficiários de pensão cujo instituidor se encontrava nessa classe no momento do ato da aposentadoria, passando estes a perceber as vantagens, benefícios e vencimentos relativos à Classe de Professor Associado, nos níveis correspondentes, desde que tiverem ingressado na carreira de Magistério Superior até a data de publicação da Lei 11.344, de 8 de setembro de 2006, e possuírem o mínimo de quinze anos de efetivo exercício de Magistério Superior em Instituição Federal de Ensino Superior até a data de passagem para a inatividade. Situação nos grupos: grupo 10, aprovou integralmente. Grupo 6, aprovado com modificação. Grupos 4 e 5, rejeitaram. Os grupos 1, 2, 7, 11 e 12 remeteram à plenária, e os grupos 3, 4 e 9, sem informação. Proposta de modificação do grupo 6 - *O ANDES-SN reitere o compromisso de luta pelo reenquadramento dos aposentados através do envio de projeto de Lei que considere a transposição dos professores aposentados, ocupantes da Classe de Professor Adjunto, para Associado, desde que ingressantes na carreira do magistério superior até a data de publicação da Lei 11.344, de 8 de setembro de 2006, e possuírem o mínimo de quinze anos de efetivo exercício de Magistério Superior em Instituição Federal de Ensino Superior até a data de passagem para a inatividade*. Após ampla discussão, foi posto em votação. A proposta foi REJEITADA. Às três horas e quarenta e oito minutos, o presidente submeteu à votação a prorrogação da plenária por mais duas horas, o que foi aprovado. **TR – 48 - FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DOS APOSENTADOS NO ANDES-SN E NAS SEÇÕES SINDICAIS.** Contribuição dos professores Guilherme Varela, Audisio Costa e Jarbas Souza – sindicalizados da ADUFEPE Seção Sindical. O 32º CONGRESSO do ANDES-SN aprova: **1.** O fortalecimento dos GT(s) de Aposentados nas Seções Sindicais visando ampliar a representatividade dos aposentados nas atividades sindicais e no ANDES-SN. **2.** O desenvolvimento de uma rede de comunicação, via internet, para facilitar a comunicação entre os docentes aposentados e ativos, objetivando a troca de experiências locais, a montagem conjunta de linhas de ação de interesse dos docentes aposentados e a sua articulação com os demais servidores aposentados do serviço público federal; **3.** A realização de encontros específicos nacionais, regionais e locais para discutir temas de interesse imediato dos docentes aposentados e ativos. Situação nos grupos: grupo 10, aprovado com modificação. Grupos 4, 5 e 12, rejeitaram o TR. Grupos 1, 2, 7, 8 e 11, remeteram à plenária. Grupos 3, 6 e 9, sem informações. Proposta de modificação do grupo 10 no item 1 - *O fortalecimento do GTSS/A nas Seções Sindicais visando ampliar a representatividade dos aposentados nas atividades*

sindicais e no ANDES-SN. Proposta de acréscimo do grupo 10 para o item 1 - *Que o ANDES-SN discuta a possibilidade da criação de um “GT de Assuntos de Aposentadoria”, a ser deliberado no 58º CONAD.* E houve proposta do grupo 5 para remeter o TR 48 para o Tema 4 – Questões Organizativas e Financeiras. Após uma ampla discussão e posto em votação, o TR 48 foi REJEITADO. **TR – 49 - PERICULOSIDADE E INSALUBRIDADE.** Contribuição dos professores Luis Allan Künzle e Astrid Baecker Avila – sindicalizados da APUFPR Seção Sindical. **O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:** **1 -** *Que as seções sindicais e o GTSS/A discutam as questões referentes à monetarização do risco e necessidade de regulamentação adicional às questões de insalubridade e periculosidade, para posterior posicionamento do ANDES-SN.* **2 -** *Que as seções sindicais, em conjunto com a representação sindical local dos servidores técnico-administrativos, construam normativas locais a respeito de insalubridade, periculosidade e penosidade, a serem submetidas ao conselho superior da instituição, substituindo a ON2.* **3 -** *Que a luta pela aprovação dessas normativas locais passe a constituir um dos itens da pauta local de reivindicações.* **4 -** *Encaminhamento ao jurídico nacional a análise sobre a autonomia dos conselhos universitários em regulamentarem localmente as questões de insalubridade e periculosidade.* **5 -** *Aprofundamento do debate sobre a necessidade da construção de uma política de saúde para os professores.* **6 -** *Estabelecimento de espaços de diálogo com os docentes acerca do tema de insalubridade e periculosidade, ressignificando essa demanda sob a ótica da saúde do trabalhador.* Situação nos grupos: grupos 4, 5, 10 e 12 aprovaram com modificação. Os grupos 1, 2, 7 e 11 remeteram à plenária, e os grupos 3, 6, 8 e 9, sem informação. Propostas de modificação para o item 1 e supressão dos itens 2, 3, 4 e 5: **1 -** *Que as seções sindicais e o GTSS/A discutam as questões referentes à monetarização do risco e necessidade de regulamentação adicional às questões de insalubridade e periculosidade, para posterior posicionamento do ANDES-SN;* **2 -** *Que as seções sindicais aprofundem o debate sobre a necessidade da construção de uma política de saúde para os professores e as questões referentes à monetarização do risco e necessidade de regulamentação adicional às questões de insalubridade e periculosidade, visando uma ação nacional válida;* **3 -** *Que as seções sindicais aprofundem o debate sobre a necessidade da construção de uma política de saúde para os professores e as questões referentes à monetarização do risco e necessidade de regulamentação adicional às questões de insalubridade e periculosidade. Utilizando para tal levantamento da situação aprofundar análise jurídica e avaliação com demais segmentos dos trabalhadores sobre a questão.* **4 -** *Que as seções sindicais aprofundem o debate sobre as questões referentes à monetarização do risco e necessidade de regulamentação adicional sobre insalubridade e periculosidade, com base no aprofundamento da análise jurídica e da discussão com os demais segmentos de trabalhadores, objetivando uma ação nacional válida para toda a categoria.* **5 -** *Que as seções sindicais e o GTSS/A discutam as questões referentes à monetarização do risco e necessidade de regulamentação adicional às questões de insalubridade, periculosidade e penosidade, para posterior posicionamento do ANDES-SN.* Após ampla discussão, foi aprovado apenas o item 1 da proposta de modificação dos grupos 4, 5, 10 e 12, que substitui todo o TR 49, texto final - **Que as seções sindicais e o GTSS/A discutam as questões referentes à monetarização do risco e necessidade de regulamentação adicional às questões de insalubridade e periculosidade, para posterior posicionamento do ANDES-SN.** Em seguida, o presidente iniciou a discussão sobre o **TR 50 - COMISSÃO DE RELAÇÕES INTERPESSOAIS DE TRABALHO: POSSIBILIDADES PARA O COMBATE À VIOLÊNCIA MORAL A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA APUFPR-SSIND.** Contribuição dos professores Luis Allan Künzle e Astrid Baecker Avila - sindicalizados da APUFPR Seção Sindical. **O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:** **1 -** *Acionar o Conselho Federal de Medicina para obrigar as IFES e IEES de notificarem as Seções Sindicais em casos de adoecimento docente.* **2 -** *Discutir, nas Seções Sindicais e no GTSS/A, a constituição de Comissões de Relações Interpessoais de Trabalho em cada Universidade, com a participação das representações sindicais dos trabalhadores.* **3 -** *Incluir esta demanda nas pautas locais de greve.* Situação dos grupos: grupo 4, aprovado integralmente. Grupos 5 e 12, aprovado com modificação. Grupo 10, rejeitado. Grupos 1, 2, 7 e 11 remeteram à plenária. Grupo 4 aprovou a remessa para o Plano Geral de Lutas. Grupos 3, 6 e 8, sem informações. Proposta de modificação dos grupos 5 e 12 para o item 1, respectivamente, *Acionar o Conselho Federal de*

Medicina para instar as instituições de ensino de notificarem as Seções Sindicais em casos de adoecimento docente; Que as seções sindicais exijam das IFE e IEES o cumprimento da Resolução 1488/98 do Conselho Federal de Medicina. Proposta de supressão do grupo 12 para o item 3. Após ampla discussão, o TR 50 foi REJEITADO. **TR – 85 - AUMENTO DO VALOR DO BENEFÍCIO PER CAPITA SAÚDE SUPLEMENTAR.** Contribuição dos professores Guilherme Varela, Irani Júnior e Jarbas Souza – Sindicalizados da ADUFEPE Seção Sindical. O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: AUMENTO DO VALOR DO BENEFÍCIO PER CAPITA SAÚDE SUPLEMENTAR: 1 - O Congresso Nacional do ANDES-SN aprova a incorporação ao plano de lutas, o aumento do valor do benefício “Per capita Saúde Suplementar”, assumindo também o papel central na articulação com os demais sindicatos nacionais e associação de servidores públicos federais visando à abertura de negociação com o governo federal para o aumento do valor do referido benefício; 2 - Proposta de aumento deve ser elaborada pela assessoria jurídica do ANDES-SN e demais sindicatos nacionais, sobre o valor da nova tabela constante da Portaria Nº 625, de 21 de dezembro de 2012; 3 - Como sugestão, propomos que os encargos com pagamento de Planos de Saúde, para os servidores nas maiores faixas, etária e de remuneração, sejam divididos na proporção de 60% para o servidor e pelo menos 40% para o governo federal, autarquias e fundações. Estes percentuais são extremamente pertinentes considerando-se que “A assistência à saúde do servidor ativo ou inativo e de sua família, é de responsabilidade do Poder Executivo da União, de suas autarquias e fundações”, como explicitado na lei acima citada. Situação dos grupos: grupos 5, 10 e 12 rejeitaram o TR 85. Os grupos 1, 2, 7 e 11 remeteram à plenária. Os grupos 3, 4, 6, 8 e 9, sem informação. Após ampla discussão, foi colocado em votação, e o TR 85 foi REJEITADO. Passou-se, então, a discutir o **TR – 87 - A LUTA POLÍTICA DA CLASSE TRABALHADORA CONTRA O NOVO SINDICALISMO DE ESTADO – O TRABALHO DE BASE DO ANDES-SN NAS IFES COM ORGANIZAÇÃO SINDICAL QUE COMBATE O PRÓPRIO ANDES-SN.** Contribuição dos professores Alexandre Aguiar dos Santos (ADUFG), Fernando Lacerda (ADUFG), Lucinéia Scremin Martins (ADUFG), Luís Augusto Vieira (ADUFG), Erlando da Silva Reses (ADUNB), Liliane Maria Macedo Machado (ADUNB), Luiz Carlos Galetti (ADUFMAT) e Ricardo T. Neder (ADUNB). O 32º Congresso do ANDES-SN delibera: 1 - Realizar um encontro temático, antes do próximo CONAD, que debaterá a tarefa de construção do ANDES-SN; 1.1 - Sugestão de título: “A luta do ANDES-SN contra o novo sindicalismo de Estado que atua na sua base: Trabalho de base e fortalecimento do Sindicato Nacional”; 1.2 - O ANDES-SN garantirá a participação e o custeio de despesas de representantes de ADs que desrespeitam o Estatuto e as deliberações do ANDES-SN e se negarem a enviar representantes ao encontro; 2 - Debater mecanismos e possíveis alterações do Estatuto de forma a garantir que: 2.1 - todos os informes e publicações do Sindicato Nacional sejam repassados por e-mails e distribuídos nos escaninhos dos docentes sindicalizados ao ANDES-SN; 2.2 - seja garantida a efetiva participação, incluindo custeio de despesas, dos sindicalizados ao ANDES-SN nos espaços de debate e de deliberação do Sindicato Nacional, como CONADs e congressos, em particular, dos sindicalizados nas ADs que combatem o Sindicato Nacional e desrespeitam o Estatuto e as deliberações do ANDES-SN; 2.3 - seja garantido o repasse correto das ADs ao Sindicato Nacional de 0,2% dos rendimentos de todos os sindicalizados do ANDES-SN. Situação dos grupos: grupos 10 e 12 rejeitaram o TR. Os grupos 1, 2, 5, 6, 7 e 11 remeteram à plenária. Grupos 3, 4, 8 e 9, sem informações. Posto em votação, o TR 87 foi REJEITADO. Logo em seguida, o presidente leu a seguinte recomendação – “Que os temas do Plano de Lutas Geral e Plano de Luta dos Setores sejam deliberados logo após a Plenária da Centralidade da Luta”, subscrita pelos professores Natália Barros e José Luiz Sena, da ADUFEPE, e Celeste Pereira e Henrique, da ADUFPEL. Nada mais havendo a tratar, às cinco horas e seis minutos, o presidente deu por encerrados os trabalhos, e eu, José Valter Alves da Silva, 2º secretário, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelo presidente.

José Valter Alves da Silva
2º Secretário

Paulo Marcos Borges Rizzo
Presidente

(Apenso 1)
Planilha de despesas do IX Encontro Nacional das IEES/IMES
Segundo semestre de 2013 – Brasília/DF

<i>SEÇÃO SINDICAL</i>	Trechos	Despesa com Deslocamento - BSB	Despesa com Hospedagem	Despesa com Diárias
<i>Regional Norte 1</i>				
<i>SIND-UEA</i>	<i>MAO/BSB/MAO</i>	<i>R\$ 642,00</i>	<i>R\$ 450,00</i>	<i>R\$ 300,00</i>
<i>1 convidado da UERR</i>	<i>BVB/BSB/BVB</i>	<i>R\$ 819,00</i>	<i>R\$ 450,00</i>	<i>R\$ 300,00</i>
<i>Regional Norte 2</i>				
<i>SINDUEPA</i>	<i>BEL/BSB/BSB</i>	<i>R\$ 700,00</i>	<i>R\$ 450,00</i>	<i>R\$ 300,00</i>
<i>1 convidado da UEAP</i>	<i>MCP/BSB/MCP</i>	<i>R\$ 1.200,00</i>	<i>R\$ 450,00</i>	<i>R\$ 300,00</i>
<i>Regional Nordeste 1</i>				
<i>1 convidado da UEMA</i>	<i>SLZ/BSB/SLZ</i>	<i>R\$ 572,00</i>	<i>R\$ 450,00</i>	<i>R\$ 300,00</i>
<i>SINDCENTEC-JN</i>	<i>FOR/BSB/FOR</i>	<i>R\$ 700,00</i>	<i>R\$ 450,00</i>	<i>R\$ 300,00</i>
<i>ADCESP</i>	<i>THE/BSB/THE</i>	<i>R\$ 1.110,00</i>	<i>R\$ 450,00</i>	<i>R\$ 300,00</i>
<i>UEMA</i>	<i>SLZ/BSB/SLZ</i>	<i>R\$ 500,00</i>	<i>R\$ 450,00</i>	<i>R\$ 300,00</i>
<i>Regional Nordeste 2</i>				
<i>ADESA-PE</i>	<i>REC/BSB/REC</i>	<i>R\$ 618,00</i>	<i>R\$ 450,00</i>	<i>R\$ 300,00</i>
<i>1 Convidado das Autarquias Municipais do Interior de Pernambuco</i>	<i>REC/BSB/REC</i>	<i>R\$ 618,00</i>	<i>R\$ 450,00</i>	<i>R\$ 300,00</i>
<i>Regional Rio de Janeiro</i>				
<i>ADUEZO</i>	<i>RIO/BSBRIO</i>	<i>R\$ 342,00</i>	<i>R\$ 450,00</i>	<i>R\$ 300,00</i>
<i>Regional Leste</i>				
<i>SINDUEMG</i>	<i>BHZ/BSB/BHZ</i>	<i>R\$ 220,00</i>	<i>R\$ 450,00</i>	<i>R\$ 300,00</i>
<i>Regional Planalto</i>				
<i>1 convidado da Unitins</i>	<i>PMW/BSB/PMW</i>	<i>R\$ 292,00</i>	<i>R\$ 450,00</i>	<i>R\$ 300,00</i>
<i>ADUEG</i>	<i>GYN/BSB/GYN</i>	<i>R\$ 275,00</i>	<i>R\$ 450,00</i>	<i>R\$ 300,00</i>
<i>Fecipar – TO</i>	<i>Paraíso-TO</i>	<i>R\$ 482,00</i>	<i>R\$ 450,00</i>	<i>R\$ 300,00</i>
<i>Fecolinas – TO</i>	<i>Colinas-TO</i>	<i>R\$ 482,00</i>	<i>R\$ 450,00</i>	<i>R\$ 300,00</i>
<i>SESDFESG</i>	<i>Goiatuba-Go</i>	<i>R\$ 375,00</i>	<i>R\$ 450,00</i>	<i>R\$ 300,00</i>
<i>Regional Sul</i>				
<i>Aprudesc</i>	<i>FLN/BSB/FLN</i>	<i>R\$ 586,00</i>	<i>R\$ 450,00</i>	<i>R\$ 300,00</i>
<i>Adunicentro</i>	<i>CWB/BSB/CWB</i>	<i>R\$ 500,00</i>	<i>R\$ 450,00</i>	<i>R\$ 300,00</i>
<i>Regional Rio Grande do Sul</i>				

<i>1 convidado da UERGS</i>				
	<i>POA/BSB/POA</i>	<i>R\$ 568,00</i>	<i>R\$ 450,00</i>	<i>R\$ 300,00</i>
<i>Total</i>		<i>R\$ 11.601,00</i>	<i>R\$ 9.000,00</i>	<i>R\$ 6.000,00</i>
<i>Total Geral</i>		<i>R\$ 26.601,00</i>		

HOTEL BSB =ST. PAUL R\$ 150,00 (3 diárias final de semana)
PEÇOS SUJEITOS A ALTERAÇÃO E DISPONIBILIDADE
PEÇOS SUJEITOS A ALTERAÇÃO E DISPONIBILIDADE

ATA DA PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO

Às cinco horas e dez minutos do dia dez de março de dois mil e treze, no Auditório Roxinho, do Centro Cultural - Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) do campus Universidade Federal do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, iniciaram-se os trabalhos da Plenária de Encerramento do 32º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta pelos seguintes diretores do ANDES-SN: professora Marinalva Silva de Oliveira (presidente), professora Marina Barbosa Pinto (1ª secretária), professor Fausto de Camargo Júnior (1º tesoureiro), professor Walcyr de Oliveira Barros (1º vice-presidente da Regional Rio de Janeiro) e pelo professor Luiz Acosta representando o presidente da ADUFRJ. A professora Marinalva abriu os trabalhos passando a palavra para o Walcyr, que fez suas saudações e agradecimentos à equipe organizadora do Congresso, bem como aos delegados e demais participantes. Marinalva passou a palavra para o Luiz, que ressaltou a importância deste evento ter sido realizado dentro da UFRJ e agradeceu toda a equipe de apoio e suporte. Dando prosseguimento aos trabalhos, Marina passou a ler as 30 moções encaminhadas à secretaria, conforme segue: **Moção 1** – de repúdio aos assassinatos dos indígenas em seus territórios; **Moção 2** – de apoio à luta e resistência na ocupação do patrimônio material e imaterial dos povos indígenas da Aldeia Maracanã; **Moção 3** – de repúdio à política energética brasileira, em especial à de concessões para instalações hidrelétricas nos rios brasileiros; **Moção 4** – de apoio à luta dos trabalhadores das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, em Rondônia; Belo Monte, na Volta Grande do rio Xingu, no Pará; Ferreira Gomes, no Amapá; no rio Teles Pires, no Mato Grosso; **Moção 5** – de apoio às greves por tempo indeterminado na Universidade Estadual da Paraíba e na Universidade do Estado do Amapá; **Moção 6** – de repúdio à denúncia impetrada pelo Ministério Público Estadual contra 72 estudantes, funcionários e manifestantes que participaram do movimento político que ocupou o prédio da reitoria da USP em novembro de 2011; **Moção 7** – de repúdio à ação violenta protagonizada pela Polícia Militar do Estado do Mato Grosso contra um grupo de estudantes que se manifestava contra o fechamento de 50 vagas nas casas dos estudantes da UFMT; **Moção 8** – de repúdio à eleição do deputado Marco Feliciano como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados; **Moção 9** – de repúdio ao atentado à bomba sofrido pela OAB-RJ no dia 7 de março; **Moção 10** – de solidariedade à luta do povo Guarani-Kaiowá; **Moção 11** – de repúdio à assunção do deputado Marco Feliciano na presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados; **Moção 12** – de solidariedade ao povo venezuelano frente ao falecimento do seu presidente Hugo Chávez; **Moção 13** – de repúdio ao corte do pagamento dos salários dos professores substitutos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro por ocasião da greve em 2012; **Moção 14** – de defesa ao direito de greve e à isonomia entre servidores públicos, independentemente do tempo de serviço e de repúdio à postura da reitoria da Universidade Federal de Alagoas que prorrogou o estágio probatório na IES por 118 dias; **Moção 15** – contra as medidas ditatoriais da justiça burguesa que enquadraram estudantes e funcionários da USP na categoria de formação de quadrilha; **Moção 16** – de repúdio à demissão arbitrária do professor da UFMA, Wildoberto Batista Gurgel; **Moção 17** – de repúdio pelo assassinato brutal pela polícia de Rondônia de um integrante da Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia; **Moção 18** – de repúdio pela prisão e o desaparecimento de trabalhadores na construção da Usina Hidrelétrica de Jirau; **Moção 19** – de repúdio à prática do governo do Rio de Janeiro quanto às internações compulsórias aos usuários de crack; **Moção 20** – de repúdio ao assassinato de dois companheiros do MST em Campos de Goytacazes e às ameaças de morte contra 15 companheiros do movimento na região. **Moção 21** – de repúdio contra a privatização do Estádio do Maracanã e seu entorno; **Moção 22** – de repúdio à ameaça de remoção dos índios do antigo Museu do Índio e à luta travada com o apoio da sociedade para sua permanência na aldeia Maracanã; **Moção 23** – de repúdio contra a privatização do Estádio do Maracanã e do seu entorno e da proposta de demolição da Escola Friedrich; **Moção 24** – de solidariedade com o povo e em especial com os trabalhadores venezuelanos pelo falecimento do presidente Hugo Chávez; **Moção 25** – de apoio e solidariedade às mobilizações e lutas empreendidas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-

Teto – MTST; **Moção 26** – de repúdio aos diversos ataques à autonomia das universidades; **Moção 27** – de repúdio ao atentado de ameaças anônimas à Comissão Estadual da Verdade; **Moção 28** – de homenagem a todas as mulheres; **Moção 29** – de repúdio ao ato da administração pública da UFAL que, para efeito do tempo de conclusão do estágio probatório, desconsidera os dias da greve; **Moção 30** – de repúdio à atitude antidemocrática e autoritária do reitor da UFAL, que, em ato discricionário, às vésperas do recesso acadêmico, aderiu à EBSEH. Na sequência, foi à mesa solicitada a inclusão das seguintes moções: **Moção 31** – solidariedade à sociedade santa-mariense, de forma geral, e à UFSM pela trágica perda de 241 jovens estudantes na Boate Kiss; **Moção 32** – de repúdio à distribuição de material didático às escolas da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, que reproduz nominalmente o resultado das eleições municipais para prefeito e vereador em 2012; **Moção 33** – de repúdio à violência ocorrida contra companheiros militantes da CSP-Conlutas, intersindical e dos partidos: FUR, PSTU e PSOL; **Moção 34** – de repúdio à forma antidemocrática como foi conduzida a escolha da lista triplíce de candidatos a reitor da Universidade Estadual do Vale do Acaraú; Moção 35 – de solidariedade ao DCE e entidades estudantis da UFMT que foram agredidos pela Polícia Militar de Mato Grosso; **Moção 36** - de repúdio à atuação do governo brasileiro da presidente Dilma Rousseff, dos presidentes da Câmara Federal e do Senado, da bancada ruralista na escalada genocida contra a demarcação das terras indígenas e quilombolas, na estratégia da sua desregulamentação no Congresso Nacional; **Moção 37** – de protesto contra as ações da Prefeitura do Rio de Janeiro e das grandes empresas internacionais no projeto “Porto Maravilha”. O professor Paulo Rizzo apresentou destaque para as moções 9, 10 e 11, esclarecendo que a moção deve ser de solidariedade ao povo da Venezuela e não ao governo da Venezuela; a professora Sandra apresentou destaque na moção 15, de substituir “perseguições” por “perseguidos”. Outros delegados manifestaram-se para fazer considerações sobre algumas moções. Ao final, a professora Marinalva informou que as moções que apresentassem textos comuns seriam compatibilizadas. Colocadas em votação, as propostas de moções foram aprovadas por unanimidade. Na sequência, a professora Marina passou então à leitura da Carta do Rio de Janeiro. Marinalva fez suas declarações finais e agradecimentos, e, às cinco horas e cinquenta e cinco minutos, declarou encerrado o 32º Congresso do Andes-SN, e eu, Fausto de Camargo Junior, 1º tesoureiro, lavei a presente ata, que será assinada por mim e pela presidente.

Prof. Fausto de Camargo Júnior
1º Tesoureiro

Profª Marinalva Silva Oliveira
Presidente

CARTA DO RIO DE JANEIRO

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN, convocado pela diretoria e sediado pela ADUFRJ-S. Sind., contando com a participação de 356 delegados, 111 observadores de 71 seções sindicais e 3 convidados, foi realizado na cidade do Rio de Janeiro - RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013. Cidade que nos encanta, beleza cantada em prosa e verso. Maravilhosa, especialmente por suas lutas pelo direito ao trabalho, à saúde e à educação pública, à moradia, ao transporte e contra todas as formas de opressão, violência e criminalização dos trabalhadores.

Neste cenário, o 32º CONGRESSO do ANDES-SN reafirma a história de luta deste sindicato e avança na consolidação de sua legitimidade junto à categoria. Legitimidade que se expressa no número de congressistas, na qualidade e na quantidade de textos apresentados para a discussão, nas homologações de novas seções sindicais e na chegada de novos militantes, que optaram por este sindicato. Docentes que reconhecem o ANDES-SN como o espaço de organização e de defesa de seus direitos, o que se confunde com o projeto de universidade pública e de qualidade.

Projeto que só virá a ser concretizado havendo união com os demais trabalhadores e tendo como horizonte a possibilidade de construção de uma sociedade capaz de superar todas as formas de opressão e exploração.

Este Congresso realiza-se após um ano de intensas lutas da classe trabalhadora e de grandes mobilizações protagonizadas pelos docentes das IES. O ano de 2013 será de forte ofensiva patronal e governista contra nossas conquistas, entre elas o contrato de trabalho, o direito à greve, à saúde e à educação pública e à aposentadoria.

Para isso, definimos que nosso eixo de ação seja pautado pela luta em defesa do caráter público e gratuito da educação, condições de trabalho, salários dignos e de carreira para os docentes, ampliando a organização da categoria no ANDES Sindicato Nacional e a unidade classista dos trabalhadores.

Decisão esta que nos dará o parâmetro para atuarmos nas diferentes frentes de ação do Sindicato Nacional, assim como no enfrentamento à opressão e discriminação frente ao machismo e preconceito quanto aos diferentes e às diferentes orientações sexuais, como parte da nossa luta contra a sociabilidade imposta pelo capital.

O Congresso decidiu manifestar sua posição ao projeto governista do Código Nacional de Ciência e Tecnologia, que aprofunda a transferência de recursos públicos para o setor privado, bem como reafirma seu compromisso com a valorização da sócio-biodiversidade e das populações tradicionais dos biomas ameaçados.

Com relação à política educacional, definimos manter nossa posição contrária às políticas governamentais expressas em programas que precarizam as condições de trabalho dos professores, aligeiram a formação docente, tornando os professores meros produtores do conhecimento, mantivemos também nossa posição contrária à criação de mecanismos de avaliação que escapam ao controle social e que ferem a autonomia das instituições de ensino e pesquisa. Para atuarmos na luta em defesa da educação pública, investiremos na rearticulação do comitê executivo da campanha dos 10% do PIB para a educação já!, bem como na articulação com o setor da educação federal.

Avançamos na área de política de comunicação definindo uma plataforma para intervir na disputa pela democratização da comunicação no Brasil.

Na luta em defesa dos direitos de aposentadoria e seguridade social, mantivemos nossas estratégias que, impulsionadas pela unidade com demais segmentos, a exemplo da luta travada neste momento contra a EBSEH, nos permitirão resistir e vencer às investidas para retirar nossos direitos e conquistas.

Na organização interna do Sindicato Nacional, aprovamos alterações estatutárias que aprimoram nossa estrutura e funcionamento reforçando nossa concepção e prática sindical.

No sentido de concretizar as demandas e indicações das mobilizações do último encontro intersetorial, aprovamos o Fundo Único de Solidariedade Mobilização e Greve do ANDES-SN.

Homologamos 5 seções sindicais, o que confirma a legitimidade do Sindicato Nacional na categoria.

O Congresso também deliberou pela atuação na luta nacional pela apuração dos crimes da ditadura civil-militar e se posiciona contra a impunidade. Aprovamos a Comissão da Verdade do ANDES-SN concretizando este compromisso.

No plano de lutas geral, reafirmamos nossa ação no interior da CSP-Conlutas para ampliar sua ação junto aos trabalhadores e demais movimentos, bem como defender na Central sua atuação nos fóruns estaduais em defesa da escola pública.

Para municiar nossas ações, aprovamos seminários e encontros que nos permitirão elaborar nossas análises e definir estratégias de lutas.

Na luta dos setores, o Congresso definiu pela atuação no setor das particulares priorizando o fortalecimento de nossas ações e estratégias para intensificar a mobilização. Nas estaduais, enfrentaremos as questões ligadas ao financiamento com definição de um dia nacional de luta unificado.

Nas federais, definimos ações pela luta unificada no âmbito do espaço de unidade de ação e fórum das entidades dos SPF para a campanha de 2013. A luta pela carreira única do professor federal segue tendo centralidade nas ações.

Em ambos os setores enfrentaremos os ataques aos direitos de aposentadoria.

É justo afirmar que, para chegarmos a essas definições, foram fundamentais o trabalho das seções sindicais junto à base da categoria e a democracia interna deste sindicato, que assegura o direito à expressão de posições e garante o respeito às deliberações da maioria.

Por fim, reafirmamos nosso compromisso coletivo com a luta em defesa da categoria e dos interesses de nossa classe priorizando o trabalho de base pautado nos princípios da liberdade, autonomia e democracia, que norteiam nossa concepção sindical.

As políticas e o plano de luta aprovados no 32º Congresso nos fortalecem para o embate articulado com os demais movimentos sociais, sindicais e estudantis que enfrentam as ações do patronato e dos governos para avançar nas conquistas da classe trabalhadora e consolidar a presença do Sindicato Nacional na vida de cada professor das IES deste país.

Rio de Janeiro-RJ, 10 de março de 2013

MOÇÕES

Moção 1 compatibilizada com a Moção 36

Proponente(s): Diretoria do ANDES-SN e Delegação da ADUFMAT

Destinatário(s): FUNBI, CIMI, APIB, OPAN, Ministério da Justiça, Governos Estaduais, Assembleia Legislativa, Secretaria Nacional de Direitos Humanos e Congresso Nacional.

Endereço(s) do(s) destinatário(s):

MINISTERIO DA JUSTIÇA; FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO-FUNAI; SECRETARIA DE JUSTIÇA DOS ESTADOS; GOVERNADORES DE ESTADO QUE TÊM EM SEUS TERRITÓRIOS POVOS INDÍGENAS.

Fato motivador da Moção: desregulamentação e não demarcação das terras indígenas e quilombolas.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Considerando a gravidade de situações vividas pelos povos indígenas no Brasil, vítimas de preconceito etnorracial, exclusão social, invasão de seus territórios demarcados ou não e principalmente a intensificação de assassinatos que configuram verdadeiras ações de extermínio, os delegados ao 32º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, repudiam a atuação do governo brasileiro, da presidente Dilma Rousseff, dos presidentes da Câmara Federal e do Senado, da bancada ruralista na escalada genocida contra a demarcação das terras indígenas e quilombolas, na estratégia da sua desregulamentação no Congresso Nacional através das PECs, nº 215, 237,38, PL1610 e Portaria nº 302 da AGU, perpetrando interesses anti-indígenas e antiquilombola, vetando seus direitos e a retomada e demarcação das suas terras e criminalizando suas lideranças.

Moção 2

Proponente(s): Diretoria do ANDES-SN

Destinatário(s): Ministério da Cultura; IPHAN; FUNAI, Governo do Estado do Rio de Janeiro, OAB-Nacional e OAB Estaduais

Endereço(s) do(s) destinatário(s):

Fato motivador da Moção:

Luta e resistência na ocupação do patrimônio material e imaterial dos povos indígenas no espaço da Aldeia Maracanã.

MOÇÃO DE APOIO

Os delegados ao 32º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, manifestam **seu irrestrito apoio à manutenção do espaço e do prédio da Aldeia Maracanã** – casarão de 150 anos que pertenceu ao Duque de Saxe, doado ao governo federal com a exigência de que se transformasse em Centro de Pesquisa sobre a cultura indígena. Considerado histórico e sagrado pelos povos indígenas, no ano de 2006, um grupo de indígenas, de diversas etnias, resolveu assumir o espaço que lhes era de direito e ocuparam o prédio com o propósito de fazer dali um Centro de Referência da Cultura Indígena, além de

abrigo para os “parentes” de diversas etnias que chegam à cidade – **como espaço de trabalho e preservação da cultura indígena na cidade e estado do Rio de Janeiro, e repudiando qualquer proposição contrária a esta finalidade.**

Moção 3

Proponente: Diretoria ANDES-SN

Destinatários: Presidente da República Federativa do Brasil; Ministro de Minas e Energia; Diretor-Presidente da Empresa de Pesquisa Energética; Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica; Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

Fato Motivador da Moção: impactos socioambientais nos sítios de construção de hidrelétricas produzidos pela política energética brasileira – especialmente – de concessões dos potenciais hidráulicos, sobre as populações indígenas, ribeirinhas, camponesas e trabalhadores que constroem e operam esses empreendimentos.

MOÇÃO DE REPÚDIO À POLÍTICA ENERGÉTICA BRASILEIRA, ESPECIALMENTE, A DE CONCESSÕES PARA INSTALAÇÕES HIDRELÉTRICAS NOS RIOS BRASILEIROS.

Os delegados ao 32º Congresso do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, repudiam a política energética brasileira de concessões de hidrelétricas desenvolvida pelo governo federal materializada na privatização dos rios brasileiros para grupos capitalistas industriais e financeiros, que fazem do patrimônio natural e sociocultural das bacias, exclusivamente, fonte de produção de eletricidade, matéria prima para a elevada lucratividade, em detrimento das populações atingidas e trabalhadores que constroem e operam esses empreendimentos.

Esta política tem sido regulada, planejada, fiscalizada e apoiada financeiramente pelo Estado, através de suas instituições, como o MME, a EPE, a ANEEL, o IBAMA e o BNDES, entre outras, com consequências terríveis a populações indígenas, ribeirinhas e camponesas que habitam nas bacias dos rios onde estão sendo construídas as hidrelétricas.

Repudiam, também, a transformação dos canteiros de construção em cativeiros, palco de abusos contra os trabalhadores que realizam a construção das hidrelétricas.

Moção 4

Proponente: Diretoria ANDES-SN

Destinatários: todas as centrais sindicais e Comissão de Direitos Humanos

Endereços:

- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil do Estado de Rondônia (STICCERO)

sticcero@gmail.com

Presidente: Raimundo Soares Costa (Toco)

- Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira (Conticom)

donizetesticcero@hotmail.com

Representante Rondônia: Altair Donizete

c/c para: cazufloresta@yahoo.com.br

Fato Motivador da Moção: criminalização dos trabalhadores das hidrelétricas no Brasil que lutam contra as jornadas extenuantes, péssimas condições de alojamento e alimentação nos canteiros de construção, condições degradantes de trabalho e baixos salários.

MOÇÃO DE APOIO À LUTA DOS TRABALHADORES DAS HIDRELÉTRICAS DE JIRAU E SANTO ANTONIO, NO RIO MADEIRA, EM RONDÔNIA; BELO MONTE, NA VOLTA GRANDE DO RIO XINGU, NO PARÁ; FERREIRA GOMES, NO AMAPÁ, E COLIDER, NO RIO TELES PIRES, NO MATO GROSSO

Os delegados ao 32º Congresso do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, cientes do movimento grevista de trabalhadores das hidrelétricas no Brasil que lutam contra as jornadas extenuantes, péssimas condições de alojamento e alimentação nos canteiros de construção, condições degradantes de trabalho e baixos salários, torna público o apoio aos trabalhadores das hidrelétricas **de Jirau e Santo Antonio, no rio Madeira, em Rondônia; Belo Monte, na Volta Grande do rio Xingu, no Pará; Ferreira Gomes, no Amapá, e Colider, no rio Teles Pires, no Mato Grosso**, e exigem:

1. o imediato fim das arbitrariedades, o cancelamento do julgamento e arquivamento dos processos contra os trabalhadores que participaram dos movimentos grevistas, assim como a absolvição de todos eles;

2. a imediata localização e a responsabilização pela vida e integridade dos trabalhadores desaparecidos durante os movimentos grevistas nas hidrelétricas de Jirau, em Porto Velho, e Colider, em Mato Grosso;

3. o pagamento dos direitos trabalhistas, a devida indenização pelos danos morais e materiais causados aos trabalhadores arbitrariamente demitidos; e

4. o respeito ao direito de greve.

Nosso apoio à luta contra a intimidação, desqualificação e criminalização dos trabalhadores grevistas nos sítios de construção de hidrelétricas no Brasil.

Moção 5

Proponente: Diretoria do ANDES - SN

Destinatário(s): ADUEPB, SINDUEAP e Governos do Estado da Paraíba e do Amapá

Endereço(s) do(s) destinatário(s):

Fato motivador da Moção:

Greve por tempo indeterminado na Universidade Estadual da Paraíba e na Universidade do Estado do Amapá.

MOÇÃO DE APOIO

Os delegados ao 32º CONGRESSO do ANDES–SN, realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, manifestam seu apoio às greves das universidades estaduais da Paraíba e do Amapá. Na Universidade Estadual da Paraíba, docentes interromperam as atividades por tempo indeterminado, até que a Reitoria negocie o reajuste de 17,7% com a categoria, além de melhores condições de trabalho. A decisão foi tomada durante a assembleia realizada no dia 26 de fevereiro de 2013, no campus de Bodocongó, em Campina Grande. A

categoria defende ainda uma política justa e digna de assistência estudantil e o respeito à autonomia departamental.

Na Universidade do Estado do Amapá, desde o dia 25 de fevereiro, a categoria docente deflagrou, também, uma greve por tempo indeterminado em razão do não encaminhamento do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR, por parte do Governo do Estado, para a Assembleia Legislativa. O retardamento do processo, que se arrasta desde agosto de 2012, faz parte de uma política de arrocho salarial e da precarização das condições de trabalho.

Moção 6

Proponente: Delegados da Adusp

Destinatários: Reitor da USP, Ministério Público Estadual de SP, Promotora Eliana Passarelli

Endereço dos destinatários: Prof. Dr. João Grandino Rodas, Reitor da USP

gr@usp.br (Rua da Reitoria, 351 - São Paulo – SP - CEP 05508-900)

Ministério Público Estadual de São Paulo (Rua Riachuelo, 115 - São Paulo – SP - CEP 01007-904)

2º Promotor de Justiça Criminal Eliana Passarelli (Foro Regional de Pinheiros - 1ª Vara Criminal - Rua Jerico, s/n, Sala 202, Vila Madalena - São Paulo – SP CEP 05435-040)

Fato motivador da Moção: denúncia do MP Estadual de SP contra 72 estudantes e funcionários que participaram da ocupação da Reitoria em 2011.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os Delegados ao 32º Congresso do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro -RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, manifestam seu total repúdio à denúncia impetrada pelo Ministério Público Estadual (MPE) contra 72 estudantes, funcionários e manifestantes que participaram do movimento político que ocupou o prédio da reitoria em novembro de 2011, em protesto contra a presença da PM no Campus Butantã da USP. Poucos dias após a conclusão dos processos administrativos que resultaram na aplicação das punições previstas no Regimento Disciplinar da USP, estudantes e funcionários foram acusados de crimes como formação de quadrilha, posse de explosivos, danos ao patrimônio público, desobediência e crime ambiental por pichação, que preveem penas de até 9 anos de prisão.

Os delegados entendem que a denúncia transforma um ato político, parte de um conflito interno da Universidade, em um ato criminal, e se manifestam pelo não prosseguimento dessa ação penal e pela imediata retomada do debate político.

Moção 7

Proponente: Delegação da ADUFMAT

Destinatários: Governo do Estado de Mato Grosso, Reitora da UFMT, DCE/UFMT, Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso e Política Militar de Mato Grosso.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 32º Congresso do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro, no período de 4 a 9 março de 2013, repudiam veementemente a ação violenta protagonizada pela Polícia Militar do Estado do Mato Grosso, na tarde da última quarta-feira, 6 de março. A polícia, por meio da Ronda Ostensiva Tática Móvel (ROTAM), agrediu e disparou tiros de borracha em um grupo de estudantes que se manifestavam contra o fechamento de 50 vagas nas Casas do

Estudante (CEUs) e pela ampliação da Assistência Estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

O saldo da repressão foi de quatro estudantes detidos e pelo menos 10 feridos, sendo que um deles terá que fazer cirurgia na mão para reparar os danos da lesão. A truculência da polícia não terminou aí e, já na delegacia, a advogada da Associação dos Docentes da UFMT (ADUFMAT) foi agredida e presa, ao tentar acompanhar o depoimento dos estudantes.

Repudiamos este episódio lamentável, que é um ataque ao Estado Democrático de Direito, à liberdade e aos direitos civis.

Exigimos investigação e punição rigorosa dos envolvidos nesta ação violenta contra os discentes.

Moção 8 compatibilizada com a Moção 11

Proponente(s): Antônio Francisco Cruz Arapiraca – sindicalizado do SINDCEFET-MG, Nair Casagrande – sindicalizada da APUB, Antônio Eduardo Alves de Oliveira- APUR e Fátima Moreira – ADUFPA, Dilenio Dustan - APESJF

Seções sindicais: SINDCEFET-MG, APUB e APUR e APESJF

Destinatário(s): Comissão de Direitos Humanos e Minoria da Câmara dos Deputados, Presidência da Câmara dos Deputados, aos partidos políticos

Endereço(s) do(s) destinatário(s): Brasília – DF

MOÇÃO DE REPÚDIO À ASSUNÇÃO DO DEPUTADO MARCO FELICIANO (PSC-SP) NA PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em respeito aos princípios democráticos que devem reger este país, em respeito aos direitos civis, políticos e sociais de todas as minorias e grupos historicamente apartados desses mesmos direitos e os quais, no processo de amadurecimento da democracia, vêm lutando contra a exclusão e a violação de todos os seus direitos, o 32º CONGRESSO DO ANDES-SN repudia a eleição, na manhã do dia 07 de março de 2013, do deputado Marco Feliciano (PSC-SP) para presidir a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Essa é uma expressão política coletiva de contestação à postura antidemocrática do deputado, cujos princípios conservadores, racistas e homofóbicos afrontam o curso de alargamento da conquista, respeito e cumprimento dos direitos humanos neste país. Mostra disso foram suas próprias declarações, em 2011, na sua página pública de rede social sobre africanos e homossexuais, em que expressa: “Sobre o continente africano repousa a maldição do paganismo, ocultismo, misérias, doenças oriundas de lá: ebola, Aids, fome...”, assim como “a podridão dos sentimentos dos homo afetivos leva ao ódio, ao crime e à rejeição”.

Moção 9

Proponente: Diretoria do ANDES-SN

Destinatários: Presidente da OAB-RJ

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 32º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, repudiam veementemente o atentado à bomba sofrido pela OAB-RJ no dia 7/3. Essa ação remonta ao período mais sombrio de repressão no país e tenta calar os que estão na linha de ação pela apuração dos crimes da Ditadura Militar no país, como é o caso da OAB-RJ, cujo ex-presidente, Wadih Damous, preside a Comissão da Verdade do

Estado do Rio de Janeiro, que será responsável por investigar as ações de repressão ocorrida neste Estado durante a Ditadura Militar.

Solidarizam-se, neste momento, com a OAB-RJ e reafirmam sua disposição de cerrar fileiras na luta pela apuração dos crimes e atrocidades cometidas pelos governos militares e seus órgãos repressores.

Moção 10

Proponente(s): Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus

Seção Sindical: ADUFS/SERGIPE

Destinatário(s): GOVERNO FEDERAL/CASA CIVIL/ FUNAI/
VALDELICE VERON (FILHA DO CACIQUE MARCO VERON-ASSASSINADO), Terras Indígenas, Quilombolas/Kaiowá e para a Prelazia de São Felix do Araguaia (Bispo Emérito de São Félix do Araguaia – Dom Pedro Casaldáglia) e para a ACPT

Endereço(s) do(s) destinatário(s): Presidência da República, Palácio do Planalto, Praça dos Três Poderes, 4º andar. CEP 70150-900 / Brasília - DF Tel: (61) 3411-1221.

Fato motivador da moção: Falta de atitude do governo federal para garantir a retomada das terras indígenas, desde quando essa é uma questão federal. Omissão do governo federal em relação aos assassinatos de indígenas.

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE

Os delegados ao 32º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, manifestam SOLIDARIEDADE À LUTA DO POVO GUARANI-KAIOWÁ

Os professores, por meio desta nota, somam forças à luta incansável dos povos indígenas do Brasil, em especial, a nação Guarani-Kaiowá, localizada no território do Mato Grosso do Sul.

Recentemente, diversas informações e denúncias sobre a situação dos indígenas tiveram grande repercussão no país, porém a situação dos Kaiowá Guarani continua a mesma. Assassinatos, ameaças de morte, destruição das matas e contaminação das águas, confinamento. Enquanto isso, o governo Lula/Dilma não fez nenhuma demarcação e homologação de terras efetivas no Mato Grosso do Sul. O índice de assassinato atingiu o maior número em 2007. O governo do PT foi um dos que menos homologou terras indígenas, perdendo para FHC, Sarney e até Collor

O número de assassinatos é alarmante. Mais 273 lideranças assassinadas em nove anos. Além das crianças e indígenas que morrem de desnutrição ou contaminação por agrotóxico.

Nas últimas semanas, o jovem indígena de 15 anos, Denilson Barbosa, da aldeia Tey'ikue, foi brutalmente assassinado com três tiros na cabeça. O fazendeiro, Orladino, assumiu o crime e está solto. Até agora ninguém foi punido. E assim está sendo a justiça no MS contra os povos indígenas.

Somamos forças aos parentes dos Guarani Kaiowá na luta em defesa de seus territórios tradicionais, na demarcação e homologação das terras, na denúncia e exigência da punição dos assassinos.

Reforçamos o nosso apoio na organização social dos Guarani Kaiowá apoiando todas as retomadas das terras indígenas como forma de acelerar o processo de reconhecimento das áreas e proteção dos territórios tradicionais indígenas.

Moção 12 compatibilizada com a Moção 24

Proponente(s): Antônio Francisco Cruz Arapiraca – Sindicalizado do SINDCEFET-MG, Nair Casagrande – Sindicalizada da APUB e Antônio Eduardo Alves de Oliveira- APUR e Diretoria da ADUFRJ

Seções sindicais: SINDCEFET-MG, APUB e APUR e ADUFRJ

Destinatário(s): Embaixada da Venezuela no Brasil

End: Avenida das Nações Brasília-DF – 70451-900 – Fone: 61 – 3321-0871 - Email: bem@embvenezuela.org.br

Fato motivador da Moção: Falecimento do presidente da República Bolivariana da Venezuela

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE

Os delegados ao 32º Congresso do Andes-SN, realizado no Rio de Janeiro-RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, se solidarizam com o povo e em especial com os trabalhadores venezuelanos pelo falecimento do presidente Hugo Chaves; reafirmam sua solidariedade internacionalista, especialmente frente às investidas imperialistas contra os trabalhadores venezuelanos, e sua firme defesa em prol da luta pela autodeterminação dos povos latino-americanos.

Moção 13

Proponente(s): Guilherme Lúcio Abelha Mota

Seções sindicais: ASDUERJ

Destinatário(s): Reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Ricardo Vieiralves de Castro

Fato motivador da Moção: corte no salário dos professores substitutos da UERJ durante a greve de 2012.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 32º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, manifestam seu repúdio ao corte do pagamento dos salários dos professores substitutos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro por ocasião da greve docente, estudantil e de técnicos administrativos realizada no ano de 2012.

Moção 14 compatibilizada com a Moção 29

Proponente(s): Delegados da ADUFPEL Seção Sindical.

Seções sindicais: ADUFPEL

Destinatário(s): Reitoria da UFAL – Universidade Federal de Alagoas – Campus A.C. Simões – Av. Lourival Melo Mota, s/n, Tabuleiro dos Martins – Maceió - AL – 57072-900.

Fato motivador da Moção: prorrogação do estágio probatório na UFAL

Proponente(s): professores da Universidade Federal de Alagoas e associados da ADUFAL - Associação dos Professores da Universidade Federal de Alagoas; Antônio Passo – presidente da AD; Joelma Albuquerque; Ailton Galvão, Márcio Barbosa, Osvaldo Maciel, Adriano Cícero, Tiago Leandro

Seção Sindical: ADUFAL

Destinatário(s): reitor da Universidade Federal de Alagoas, professor Eurico Lobo; Conselho Universitário (CONSUNI – UFAL) – Secretaria dos Conselhos.

Endereço(s) do(s) destinatário(s):

Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Campus A. C. Simões - Av. Lourival Melo Mota, s/n, Tabuleiro do Martins - Maceió - AL, CEP: 57072-970 BR 104 - KM 14 (Gabinete do Reitor e Secretaria dos Conselhos)

E-mail consuni@ufal.br

Fato motivador da Moção: Circular N° 01/2013 - CDRH/PROGEP/UFAL, baseada no parecer 538/2012 da Procuradoria Geral da UFAL, que informa que o estágio probatório será prorrogado por 118 dias. Alega-se que a prorrogação deve-se ao período de greve da categoria na UFAL (17 de maio a 12 de setembro de 2012).

MOÇÃO EM DEFESA DO DIREITO DE GREVE E DE REPÚDIO À REITORIA DA UFAL

Os delegados ao 32º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, manifestam, em defesa ao direito de greve e à isonomia entre servidores públicos, independente do tempo de serviço, repúdio à postura da Reitoria da Universidade Federal de Alagoas que prorrogou o estágio probatório na IES por 118 dias, referente ao período do movimento grevista da categoria, que teve início em 17/5/12 e se estendeu até 12/9/12.

Moção 15

Proponente(s): Sandra Marinho Siqueira e Antônio Eduardo Alves de Oliveira

Seções sindicais: Sindicalizado da APUB e APUR

Destinatário(s): Fórum dos processados da USP

Fato motivador da Moção: medidas ditatoriais da justiça burguesa e criminalização dos estudantes e funcionários da USP.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 32º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, manifestam-se contrários às medidas ditatoriais da justiça burguesa enquadrando estudantes e funcionários na categoria de formação de quadrilha.

A repressão é um instrumento para impor a vontade da minoria autoritária contra as necessidades dos que estudam e trabalham. É preciso colocar de pé uma ampla campanha e

defesa dos perseguidos políticos do movimento estudantil e dos demais trabalhadores pelo fortalecimento do Fórum dos processados na USP.

Moção 16

Proponente(s): Delegados e Delegadas da APRUMA presentes no 32º Congresso

Seções sindicais: APRUMA

Destinatário(s): Reitor da Universidade Federal do Maranhão

Fato motivador da Moção: demissão do professor Wildoberto Batista Gurgel

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 32º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, manifestam seu repúdio à demissão arbitrária do professor Wildoberto Batista Gurgel pelo reitor da UFMA, Natalino Salgado, devido a denúncias públicas que realizou sobre a fragilidade da segurança do Sistema de Controle Acadêmico, com alterações ilegais de notas. Manifestam, ainda, solidariedade ao docente e exigem a sua imediata reintegração ao quadro das IFE.

Moção 17

Proponente(s): Diretoria do ANDES-SN

Destinatário(s): Ministério Público Federal e Ministério Público de Rondônia.

Fato motivador da Moção: assassinato brutal pela polícia de Rondônia de um integrante da Liga dos Camponeses Pobres – Rondônia.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 32º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, manifestam seu repúdio e pedem providências pelo assassinato brutal, pela Polícia de Rondônia, do professor e integrante da Liga dos Camponeses Pobres, Renato Natã Gonçalves e denunciam os extermínios às lideranças dos movimentos sociais que lutam pelo direito à terra.

Moção 18

Proponente(s): Diretoria do ANDES-SN

Destinatário(s): Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual de Rondônia.

Fato motivador da Moção: Prisão e desaparecimento de trabalhadores na construção da Usina Hidrelétrica de Jirau

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 32º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, manifestam seu repúdio e pedem providências quanto ao julgamento dos trabalhadores da Usina Hidrelétrica de Jirau presos e processados após a greve de 2012, porque lutavam por melhores condições de salário e trabalho, e investigação do desaparecimento de 13 trabalhadores durante o período de greve.

Moção 19

Proponente(s): Diretoria do ANDES-SN

Destinatário(s): Prefeito do Município do Rio de Janeiro e Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Fato motivador da Moção: internações compulsórias que estão ocorrendo no Município do Rio de Janeiro em função do uso de crack

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 32º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, manifestam seu repúdio à prática do governo do Rio de Janeiro quanto às internações compulsórias dos usuários de crack sem a garantia de tratamento efetivo, gerando uma prática de higienização nas ruas da cidade do Rio de Janeiro.

Moção 20

Proponente(s): Diretoria do ANDES-SN

Destinatário(s): Delegado de Polícia de Campos dos Goytacazes e Procurador-Geral da República de Campos de Goytacazes

Fato motivador da Moção: assassinato de 2 companheiros do MST em Campos de Goytacazes e as ameaças de morte contra 15 companheiros do movimento na Região.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 32º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, manifestam seu repúdio e pedido de providências quanto às mortes de companheiros no Município de Campos dos Goytacazes que lutavam pela garantia do acampamento na Usina. Cambayba e pela garantia de segurança e de vida dos companheiros que estão sofrendo ameaças por lutarem pela reforma agrária e justiça social.

Moção 21

Proponente(s): Maria Luiza Testa Tambellini, Guilherme Abelha Cleir Marconsin, Maria de Fátima L. B. de Paiva Almeida, José Carlos e Bruno Deusdará

Seções Sindicais: ASDUERJ

Destinatário(s): Presidente da República, Ministério dos Esportes, Governador Sérgio Cabral, Prefeito Eduardo Paes, Secretaria Estadual e Municipal de Esportes do Estado do Rio de Janeiro, FIFA, COB, COI

Fato motivador da Moção: demolição dos aparatos esportivos Célio de Barros – Atletismo e Julio Delamares – Natação.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 32º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, manifestam seu repúdio contra a privatização do Estádio do Maracanã e seu entorno e a proposta de demolição dos aparatos de uso esportivo Célio de Barros e o Júlio Delamares, que estão em ótimas condições de uso e contribuem para o desenvolvimento do esporte para a comunidade no entorno e também na preparação dos nossos atletas de alto rendimento em atletismo e natação.

Tal proposta visa apenas e tão somente à exploração comercial e imobiliária daquela área.

Moção 22

Proponente(s): Maria Luiza Testa Tambellini, Guilherme Abelha Cleir Marconsin, Maria de Fátima L. B. de Paiva Almeida, José Carlos e Bruno Deusdará

Seções Sindicais: ASDUERJ

Destinatário(s): Presidente da República, Marta Suplicy, Ministério da Cultura, Governador Sérgio Cabral, Prefeito Eduardo Paes, Secretaria Estadual de Direitos Humanos, FIFA, COB, COI.

Fato motivador da Moção: ameaça de remoção dos índios do antigo Museu do Índio e a luta travada com muito apoio da sociedade, para sua permanência na aldeia Maracanã.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 32º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, manifestam seu repúdio contra a privatização do Estádio do Maracanã no Rio de Janeiro, e do seu entorno, o que inclui o Museu do Índio, chamada de Aldeia Maracanã, onde se encontram residindo representantes de várias etnias indígenas desde o ano de 2006. Eles reivindicam aquela área, desde então, com todas as suas benfeitorias, onde pretendem construir o Centro de Referência das Culturas Indígenas e o Conselho Estadual Indígena. Ressaltam, ainda, a importância histórica daquele local para eles, uma vez que isto já está consagrado desde o século dezenove, quando da doação pelo Duque de Sarxe, para tal uso. Posteriormente, o Marechal Rondon e o antropólogo Darcy Ribeiro desenvolveram no local seus trabalhos pró-indígenas.

Moção 23

Proponente(s): Maria Luiza Testa Tambellini, Guilherme Abelha Cleir Marconsin, Maria de Fátima L. B. de Paiva Almeida, José Carlos e Bruno Deusdará

Seções Sindicais: ASDUERJ

Destinatário(s): Presidente da República, Ministério dos Esportes, Governador Sérgio Cabral, Prefeito Eduardo Paes, Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Secretaria Estadual de Esportes, FIFA, COB, COI.

Fato motivador da Moção: demolição da Escola Friedreich, que oferece ensino de alta qualidade

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 32º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, manifestam seu repúdio contra a privatização do Estádio do Maracanã no Rio de Janeiro e do seu entorno e da proposta de demolição da Escola Friedreich, considerada entre as melhores do Brasil, que atende a toda a população daquela área, em especial, à de maior necessidade de se utilizar das escolas públicas. Tal procedimento, se realizado, servirá apenas à especulação imobiliária e aos negócios privados e lucrativos.

Moção 24 compatibilizada com a Moção 12

Moção 25

Proponente(s): Diretoria do ANDES-SN

Destinatário(s): Ministério das Cidades, Casa Civil da Presidência da República, Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e Câmara Diretora do Senado Federal.

Cópia para:
MTST, CSP-Conlutas

Fato motivador da Moção: ações de reintegração de posse de prédios e ou mobiliários ocupados pelo MTST, ameaça de morte e violência contra militantes e dirigentes do Movimento.

MOÇÃO DE APOIO

Os delegados ao 32º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), realizado no Rio de Janeiro-RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, manifestam seu apoio e solidariedade às mobilizações e lutas empreendidas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

Ao mesmo tempo, manifestam seu repúdio às várias formas de violência, coerção e criminalização perpetradas por agentes do Estado e do capital imobiliário contra militantes, dirigentes e iniciativas de luta do Movimento.

Moção 26

Proponente(s): Delegação da ADUFRJ ao 32º Congresso e Diretoria da ADUFRJ

Seção Sindical: ADUFRJ

Destinatário(s): CGU, PGR, ANDIFES, Reitores das IFES, Diretores de HUs, Advocacia-Geral da União.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 32º Congresso do Andes-SN, realizado no Rio de Janeiro-RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, reafirmando o princípio da autonomia universitária assegurado no art. 207 da Constituição Federal, expressam seu repúdio aos diversos ataques à autonomia das universidades, tais como:

1. A criação da EBSERH e as pressões do Governo Federal sobre as IFES, por meio da extinção da Secretaria de Hospitais Universitários do MEC, para que as universidades federais contratualizem sua adesão a essa empresa, abrindo mão da gestão dos hospitais universitários, espaços essenciais e estratégicos de formação de alunos, que estão sob ameaça de privatização;

2. A atuação direta da Corregedoria-Geral da União (CGU) em processos de responsabilização administrativa de docentes de universidades federais, inclusive com aplicação de pena máxima de exoneração, desrespeitando a autonomia das universidades na utilização de seus mecanismos internos previstos em lei para apuração de conduta de qualquer professor, o que abre precedente inadmissível;

3. A criação, por meio de decreto presidencial, do cargo de “Corregedor Seccional” diretamente vinculado à CGU, com o objetivo de impor controle externo sobre o corpo social da universidade, a revelia dos conselhos superiores das IFES, tal como ocorreu na UFRJ, em que um delegado de polícia federal foi nomeado pelo reitor para o cargo;

4. A entrada em vigor do novo Plano de Carreira do Magistério Federal e do Ensino Básico - EBTT - (Lei 12.772/12), que restringe direitos e impõe perdas irreparáveis aos docentes federais (ativos e aposentados), fruto da intransigência do governo, impondo interferência excessiva e ilegal nas esferas universitárias de seleção de pessoal e de avaliação docente;

5. A subordinação da Procuradoria das Universidades Federais à Advocacia-Geral da União;

6. A proposta de criação do Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior – INSAES, na forma do PL 4372, em tramitação no Congresso Nacional.

Moção 27

Proponente(s): Diretoria da ADUFRJ

Seção Sindical: ADUFRJ

Destinatários: OAB Federal e OAB/RJ, Comissão Nacional da Verdade, Comissão Estadual da Verdade do RJ

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 32º Congresso do Andes-SN, realizado no Rio de Janeiro-RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, expressam seu veemente repúdio ao atentado ocorrido no dia 07 de março de 2013 à sede da OAB/RJ, acompanhado de ameaças anônimas, consideradas como tentativa de intimidação ao trabalho da Comissão Estadual da Verdade, a ser instalada no Rio de Janeiro, o que reforça a necessidade de total apuração desse atentado, bem como a punição dos crimes cometidos pelos agentes do Estado durante a ditadura civil-militar (1964-1985).

Moção 28

Proponente(s): Diretoria da ADUFRJ

Seção Sindical: ADUFRJ

Destinatário: não se aplica

Fato motivador da Moção: comemorações do Dia Internacional da Mulher

MOÇÃO

Os delegados ao 32º Congresso do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro, no período de 4 a 9 de março de 2013, manifestam a sua homenagem a todas as mulheres que lutam por um mundo mais justo, dentro do espírito da criação da data do dia 8 de março como Dia Internacional da Mulher, que saúda a combatividade e a luta pela sua emancipação de todas as formas de opressão.

Moção 29 compatibilizada com a Moção 14

Moção 30

Proponente(s): professores da Universidade Federal de Alagoas e associados da ADUFAL (Associação dos Professores da Universidade Federal de Alagoas; Antônio Passo – presidente da AD; Joelma Albuquerque; Ailton Galvão, Marcio Albuquerque, Osvaldo Maciel, Adriano Cícero, Tiago Leandro

Seção Sindical: ADUFAL

Destinatário(s):

Reitor da Universidade Federal de Alagoas, professor Eurico Lobo;
Conselho Universitário (CONSUNI – UFAL) – Secretaria dos Conselhos;

Endereço(s) do(s) destinatário(s):

Universidade Federal de Alagoas– UFAL, Campus A. C. Simões - Av. Lourival Melo Mota, s/n, Tabuleiro do Martins - Maceió - AL, CEP: 57072-970 BR 104 - KM 14 (Gabinete do Reitor e Secretaria dos Conselhos)

E-mail consuni@ufal.br

Fato motivador da Moção: no dia 20 de dezembro de 2012, o reitor da Universidade Federal de Alagoas, professor Eurico Lobo, através de ato discricionário, aderiu à EBSEERH, desconsiderando o CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSUNI, órgão máximo de deliberação da UFAL.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 32º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, manifestam repúdio à atitude antidemocrática e autoritária do reitor da Universidade Federal de Alagoas, professor Eurico Lobo, que, em ato discricionário, às vésperas do recesso acadêmico, no dia 20 de dezembro de 2012, aderiu à EBSEERH. Esse ato impediu o debate e a deliberação democrática de base nas unidades acadêmicas que vinha sendo realizada pelo Fórum em defesa do SUS, em Alagoas. Ainda, na seção marcada, que deveria deliberar sobre a EBSEERH e encerrada autoritariamente pelo reitor, excluiu docentes, discentes, técnicos, usuários do HU e membros da sociedade civil organizada de participarem democraticamente da seção do CONSUNI-UFAL e desconsiderou o órgão máximo de deliberação da UFAL, o Conselho Universitário.

Moção 31

Proponente(s): Luiz Carlos Rosa, Maria Beatriz Carnelotti, Ester Nogueira, Marcelo Postilnik, Jerônimo Tybusch, Humberto Gabbi Zanatta, Abel Lopes e Suse Scalcon

Seção Sindical: SEDUFISM

Destinatário(s): Associação dos pais das vítimas da Boate Kiss

Endereço(s) do(s) destinatário(s): SEDUFISM

Fato motivador da Moção: Tragédia na Boate Kiss, na noite de 27/1/13

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE

Os delegados ao 32º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, manifestam solidariedade à sociedade santamariense de forma geral e à UFSM de forma particular ao seu estado de perplexidade, melancolia e luto pela trágica perda de 241 jovens estudantes em estado pleno de vida, alegria, projetos e sonhos.

A vida desses jovens foi ceifada pelo egoísmo da vida humana sob o manto do capital. A ganância e a desvairada busca do lucro dos capitalistas com a aquiescência de governos cooptados pelo poder do capital irresponsavelmente não deram garantia de segurança ao espaço de lazer e diversão de nossos jovens.

Nosso luto vai se transformar em vontade de luta para conquistar uma sociedade em que o egoísmo seja apenas um elemento histórico do passado.

Moção 32

Proponente(s): Delegada Claudia L. Piccinini

Seção Sindical: ADUFRJ

Destinatário(s): Prefeito da cidade do Rio de Janeiro – Eduardo Paes Secretária Municipal de Educação – Claudia Costin

Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do RJ – SEPE

Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública (FEDEP)

E-mail: clpiccinini@gmail.com

Fato motivador da Moção: Deliberação da Assembleia da ADUFRJ do dia 22 de fevereiro.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 32º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, manifestam repúdio à distribuição de material didático às escolas da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro que reproduz, nominalmente, o resultado das eleições municipais de 2012 para prefeito e vereador. Tal conteúdo encontra-se no Caderno Pedagógico de Matemática do 6º ano, especificamente, nas páginas 22 e 23. Esse tipo de propaganda já ocorreu em 2012, na prova bimestral de matemática, do 3º bimestre, do 6º ano; portanto, antes das eleições municipais, quando, na 3ª questão, era mencionado, explicitamente e com fotos, o sistema de ônibus BRT, um projeto da atual administração municipal. A distribuição do jogo “Banco Imobiliário Cidade Olímpica” para as escolas municipais aponta o mau uso de dinheiro público com propaganda política da atual gestão em materiais que deveriam ter caráter educativo.

No entendimento da ADUFRJ e ADUFF, entidades que compõem o FEDEP, a propaganda política em material pedagógico fere gravemente o princípio da ética e as normas que regem o direito público, constituindo inaceitável e abominável abuso de poder da atual administração pública municipal.

Solicitamos o imediato recolhimento deste material e apuração da responsabilidade por esse ato que afronta abertamente os princípios que devem nortear a escola pública, gratuita, laica, universal e de qualidade social.

Aguardamos o pronto pronunciamento do refeito e da Secretaria Municipal de Educação.

Moção 33

Proponente(s): Gilson Costa

Seção Sindical: ADUFPA

Destinatário(s): CUT- Nacional, CUT- DF, PT Nacional e PT-DF

Fato motivador da Moção:

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 32º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, descrevem a violência física ocorrida contra militantes da CSP- CONLUTAS, Intersindical e dos partidos FUR, PSTU e PSOL durante as eleições de bancários do Distrito Federal em 8 de março de 2013.

Repudiamos a violência contra companheiros e companheiras que, inclusive, foram jurados de morte, por parte dos integrantes da CUT e do PT.

No movimento dos trabalhadores e trabalhadoras, não admitimos nenhum tipo de violência.

Moção 34

Proponente(s): Emerson Ferreira de Almeida

Seção Sindical: SINDIUVA

Destinatário(s): Reitoria da Universidade Estadual Vale de Acaraú, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Ceará, Governo do Estado do Ceará e Gabinete do Governador.

Endereço(s) do(s) destinatário(s):

Fato motivador da Moção: escolha de uma chapa, com três nomes, para reitor em uma sessão conjunta dos conselhos superiores da Universidade Estadual do Vale do Acaraú, seguindo as normas de um estatuto da época do regime militar, em uma sessão realizada com a universidade fechada, por orientação da reitoria.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 32º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, manifesta repúdio à forma antidemocrática como foi conduzida a escolha da lista tríplice de candidatos a reitor da Universidade Estadual do Vale do Acaraú, seguindo os ritos de um estatuto da época do regime militar e alterando o calendário

desta instituição, pois a fechou durante dois dias (14 e 15 de fevereiro) para a realização deste processo de escolha, prejudicando o trabalho de docentes e discentes e enfatizando o caráter obscurantista deste processo.

Moção 35

Proponente(s): delegação da ADUFMAT

Destinatário(s): DCEUFMAT, Reitoria UFMT.

Fato motivador da Moção: violência policial contra os estudantes da UFMT

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE

Os docentes participantes do 32º Congresso do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro, solidarizam-se com o DCE e entidades estudantis autônomas da UFMT que, em livre manifestação pacífica pelo direito de assistência estudantil à moradia, foram brutalmente agredidos pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, a pedido do gabinete da Reitoria da UFMT.

Moção 36 – Compatibilizada com a Moção 1

Moção 37

Proponente(s): Maria Luiza Testa Tambellini, Cleide Marcosini, Guilherme Abelha Mota.

Seção Sindical: ASDUERJ

Destinatário(s): Eduardo Paes, Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal e Estadual, Pastoral das Favelas, FIFA, COB, COI, Ministério das Cidades, Ministério Público Federal e Estadual.

Fato motivador da Moção: Remoção de famílias de ocupação do Quilombo das Guerreiras

MOÇÃO DE PROTESTO

Os delegados ao 32º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, manifestam seu protesto contra as ações da Prefeitura do Rio de Janeiro e das grandes empresas internacionais no projeto “Porto Maravilha”, que vem privilegiando os grandes negócios imobiliários e financeiros na área portuária. Neste sentido, denuncia-se as arbitrariedades cometidas contra os moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras, localizada na região da Avenida Francisco Bicalho, onde agora se pretende construir os blocos do empreendimento da Trump Towers Rio de Janeiro, com mais de 50 andares. Essa empresa já ocupa espaços da Ocupação com máquinas e material de construção, que são guardados dentro do terreno da Quilombo. Denuncia-se, também, que as políticas de remoção e despejo, como o que se vem anunciando neste caso, tornam-se cada vez mais frequentes na cidade do Rio de Janeiro, justificadas, falsamente, pela necessidade de reconstruir a cidade para os navegantes esportivos.

É importante assinalar que desde 2006 essas 50 famílias ocupam o antigo prédio da Companhia das Docas, abandonado há mais de 20 anos. Embora tenha sido elaborado há 3 anos um projeto para a realocação da Quilombo e de outras famílias para o nomeado Quilombo da Gamboa, ele não saiu do papel. Exigimos, também, que sejam tomadas as devidas providências pela prefeitura no sentido de prover essas pessoas de moradias dignas e o direito à cidade.

RESOLUÇÕES

RELATÓRIO DO TEMA 2 – CENTRALIDADE DA LUTA 32º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

CENTRALIDADE DA LUTA

Defesa do caráter público e gratuito da educação, condições de trabalho, salários DIGNOS e carreira para os docentes, ampliando a organização da categoria no ANDES-SINDICATO NACIONAL e a unidade classista dos trabalhadores.

RELATÓRIO PLENÁRIA TEMA 3
POLÍTICAS SOCIAIS – POLÍTICA EDUCACIONAL, GERAIS E DIREITO DE
ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES
32º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

I - Política de Gênero, Etnia e Classe

1. A luta contra a homofobia, lesbofobia, a transfobia, a xenofobia, o machismo e o racismo deve ser compreendida como parte de uma ampla luta contra o capital, suas consequências nefastas para a classe trabalhadora e na defesa dos direitos humanos.
2. Denúncia contra a cultura homofóbica expressa em vários espaços e materiais da sociedade, principalmente no contexto escolar.

II - Política de Ciência e Tecnologia, Agrária, Ambiental e Urbana

1. Intensificar ações em defesa da sociobiodiversidade e nos ecossistemas, passando a abarcar todos os biomas ameaçados no país;
2. Intensificar ações objetivando a ampliação e a descentralização da distribuição equitativa dos recursos para pesquisa e extensão nas IES públicas, levando principalmente para os novos campi e universidades;
3. Lutar contra o Projeto de Lei do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PL 2177/2011) elaborado pelo governo, que permite a transferência de recursos para o setor privado. Este Projeto amplia a possibilidade de as instituições públicas compartilharem seus recursos humanos e materiais com as instituições privadas, inclusive transnacionais, permitindo sem autorização prévia, o acesso destas ao patrimônio genético e de conhecimento tradicional para fins de comercialização visando lucro;
4. Denunciar a política de água e mineração, em vias de modificação (DL 0277), que favorece a exploração privada de recursos aquíferos e minerais em áreas de reserva indígena e de proteção ambiental.
5. Ampliar a luta junto às comunidades tradicionais pela preservação e reconstrução de seu conhecimento tradicional e seu território.
6. Ampliar a ação contra a desigualdade e injustiça ambiental e da saúde no Brasil.

III - Insaes – Agência Reguladora da Educação

1. Posicionar-se contra a criação do INSAES, pelo seu caráter de agência reguladora da educação superior, a serviço do capital;

IV - Política de Comunicação

- 1 retomar as iniciativas políticas do ANDES-SN no campo de disputa pela democratização das comunicações, avançando na unidade com segmentos da classe trabalhadora que se encontram na mesma luta;

2. Aprovar os seguintes direcionamentos no âmbito da luta geral pela democratização da comunicação no Brasil.

2.1 fortalecimento dos meios de comunicação sindicais;

2.2 fortalecimento dos meios de comunicação comunitários, entendidos como aqueles com finalidade sociocultural, geridos pela própria comunidade e sem fins lucrativos;

2.3 lutar contra a apropriação dos meios de comunicação por monopólios, a propriedade cruzada desses meios, bem como o monopólio para a abertura de eventos de interesse público;

2.4 Lutar para que o dispositivo constitucional (artigo 222) seja cumprido, impedindo a apropriação dos meios de comunicação por monopólios a propriedade cruzada desses meios, bem como o monopólio para a cobertura de eventos de interesse público.

2.5 Lutar pela universalização dos serviços essenciais nos meios de comunicação, tratando como serviços públicos aqueles relacionados à concretização dos direitos individuais e coletivos;

2.6 Separação do conteúdo e infraestrutura para as atividades de comunicação social: a operação da infraestrutura necessária ao transporte do sinal, qualquer que seja o meio, plataforma ou tecnologia, deve ser independente das atividades de programação do conteúdo, com licenças diferenciadas e serviços tratados de forma separada;

2.7 Defesa da utilização de software livre e de código aberto: adoção de padrões abertos e interoperáveis em todos os serviços, tecnologias de rede e terminais de comunicação;

2.8 Estabelecimento de mecanismos de transparência para a publicidade oficial e para o gasto de verbas públicas diretas ou indiretas;

2.9 Lutar pelo estabelecimento de mecanismo de controle social e responsabilização quanto a violações de direitos humanos, de proteção às crianças e aos adolescentes, e publicidade abusiva no que diz respeito a alimentos, bebidas, medicamentos e tabaco;

2.10 Defender a democratização dos sistemas de transmissão, da utilização da infraestrutura de redes, que deve estar sujeita a regras de desagregação, interconexão e operação isonômica com garantia de veiculação sem qualquer tipo de discriminação

2.11 Defender mecanismos democráticos na comunicação que assegurem a diversidade étnica, racial, de gênero, orientação sexual, pessoas com deficiência, de classes sociais, religiosa e regional;

2.12 defender iniciativas que estimulem a formação para a leitura e a prática crítica da mídia em todas as etapas da escolarização

2.13 Propor a inclusão de componentes curriculares para a educação básica e superior que propicie uma reflexão crítica sobre a mídia;

V - Participação do ANDES-SN no FNDC é um desafio na democratização na mídia no Brasil

1. Atuar, de forma orgânica e efetiva, nos espaços de debate da sociedade sobre a democratização da comunicação, inclusive no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), indicando um representante do ANDES-SN, disputando a plataforma aprovada por esse congresso;

2. Manter, no horizonte de ações e análises estratégicas, a demarcação de intervenções para colocar na pauta dos movimentos sociais e sindicais do País a importância da

democratização da mídia para fortalecer a luta popular por melhores condições de vida e trabalho.

VI - Campanha de Denúncia da Injustiça Tributária no Brasil

1. O GT Verbas do ANDES-SN deverá acompanhar e analisar a Lei de Diretrizes orçamentárias e a Lei Orçamentária, bem como a execução do orçamento no que diz respeito em especial à aplicação de recursos em educação e nos gastos com pagamento dos servidores públicos. Acompanhar os recursos arrecadados trimestralmente, bem como a evolução inflacionária nos respectivos períodos.

VII - Aposentados e inclusão no Ambiente Acadêmico

1. Que o GT de Seguridade Social, de Política e Formação Sindical e de Políticas Educacionais discutam e que remetam para o conjunto do Sindicato o debate sobre a atuação de docentes aposentados(as) nas IES.

VIII - Por uma Política de bem-estar animal nas Instituições de Ensino Superior

1. O ANDES-SN defende que políticas de proteção e bem-estar animal sejam praticadas nas instituições de ensino superior.

**RELATÓRIO DA PLENÁRIA DO TEMA 4 – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E
FINANCEIRAS
32º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL**

I - ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO ANDES-SN

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN aprova as alterações no Estatuto do ANDES-SN

Nova redação para o inciso I do Artigo 9º

I - votar e ser votado para qualquer cargo de representação na Entidade, ressalvado o disposto nos artigos 32 e 53;

Inclusão de um novo parágrafo 1º no Artigo 21, renumerando os demais; e a supressão do inciso I renumerando os demais.

§ 1º As deliberações referentes a alterações do Estatuto (inciso V do art. 15) devem ser aprovadas por mais de 50% (cinquenta por cento) dos delegados inscritos no CONGRESSO.

§ 2º As deliberações referentes aos itens seguintes exigem a aprovação de pelo menos dois terços (2/3) dos delegados inscritos no CONGRESSO:

I – apreciação e deliberação, em grau de recurso, da penalidade de exclusão de sindicalizado decididas pelas S.SINDs ou ADs-S.SINDs (inciso II do art. 15);

II - destituição de membros da DIRETORIA de acordo com o disposto no art. 42;

III - dissolução do ANDES-SINDICATO NACIONAL de acordo com o disposto no art. 66;

IV - revogação da homologação de S.SIND ou AD-S.SIND.

§ 3º É vedado o voto por procuração nas deliberações do CONGRESSO.

Inclusão de um novo parágrafo após o parágrafo 1º do Artigo 32 renumerando os demais

Novo § - Os cargos previstos nos incisos IV e V deste artigo serão ocupados exclusivamente por sindicalizados da área geográfica de abrangência da respectiva Secretaria Regional.

Nova redação para o Artigo 70 e seu parágrafo único

Art. 70. O ANDES-SINDICATO NACIONAL reconhece e dá prerrogativa de seções sindicais (AD-Seções Sindicais) a todas as Associações de Docentes (AD) filiadas, até o trigésimo terceiro (33º) Congresso, ressalvados os direitos daquelas que, em assembleia geral, decidirem o contrário.

Parágrafo único. As AD às quais se refere o caput deste artigo deverão, para se constituírem em AD-Seções Sindicais, até o 33º CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à Diretoria as atas das assembleias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com a comprovação de ampla divulgação

prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência (art. 45), para homologação no CONAD, ad referendum do congresso (art. 23, XI), ou no Congresso (art. 15 VI).

Art. 71. revogado

Nova redação para o parágrafo 2º do Artigo 72

§ 2º O 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o 33º CONGRESSO como prazo final para a implantação da política de contribuição dos sindicalizados do ANDES - Sindicato Nacional, nos termos do estabelecido no § 1º, para o caso das seções sindicais que ainda estejam arrecadando percentual inferior ao reconhecido no caput.

II - HOMOLOGAÇÕES: NOVAS SEÇÕES SINDICAIS, ALTERAÇÕES REGIMENTAIS, TRANSFORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE DOCENTE EM SEÇÃO SINDICAL

1 - CONSTITUIÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

1.1 Em consonância com art. 15, inciso VI do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Roraima – Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – SINDUERR - Seção Sindical do ANDES-SN.

1.2 Em consonância com art. 15, inciso VI do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, campus de São João da Boa Vista e Região - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – IFSP-SBV Seção Sindical do ANDES-SN

1.3 Em consonância com art. 15, inciso VI do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado do Amapá - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – SINDUEAP Seção Sindical do ANDES-SN

1.4 Em consonância com art. 15, inciso VI do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal da Fronteira Sul - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – SINDUFFS Seção Sindical do ANDES-SN

1.5 Em consonância com art. 15, inciso VI do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes Universitários de Paranaguá - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – SINDUNESPAR Seção Sindical do ANDES-SN, uma vez cumpridos os ajustes necessários no seu regimento, consoante parecer da secretaria do ANDES-SN

2 - RATIFICAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

2.1 O 32º CONGRESSO ratifica a transformação da ADUFF em Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal Fluminense – ADUFF Seção Sindical, realizada no X Congresso, Curitiba, 18 a 23 de fevereiro de 1991, que, por um lapso, foi omitida da ata do Tema IV – Questões Organizativas e Financeira, bem como, todos os atos praticados pela ADUFF Seção Sindical desde 23 de fevereiro de 1991, em decorrência da sua condição de seção sindical.

2.2 O 32º CONGRESSO ratifica a transformação da ADUEPB em Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba – ADUEPB S.Sind, realizada no X Congresso, Curitiba, 18 a 23 de fevereiro de 1991, que, por um lapso, foi omitida da ata do Tema IV – Questões Organizativas e Financeira, bem como, todos os atos praticados pela ADUEPB Seção Sindical desde 23 de fevereiro de 1991, em decorrência da sua condição de seção sindical.

3 - RATIFICAÇÃO DE CRIAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

3.1 Em consonância com art. 15, inciso VI do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL ratifica a constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Pará Campus Marabá – SINDUFPA-MAR-SSIND do ANDES-SN, após cumprir os ajustes necessários no seu regimento.

3.2 Em consonância com art. 15, inciso VI do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL ratifica a constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Laranjal do Jari – SINDIFAP-SSIND do ANDES-SN, após cumprir aos ajustes necessários no seu regimento.

4 – ALTERAÇÕES REGIMENTAIS

4.1 Em consonância com o art. 15, inciso IX do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente às alterações no regimento da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – APESJF - Seção Sindical do ANDES-SN.

4.2 Em consonância com o art. 15, inciso IX do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior e de acordo com a documentação

apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, manifesta-se favoravelmente às alterações no regimento da SINDEFAFEID que passa a denominar-se Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus Diamantina do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ADUFVJM-Campus Diamantina - Seção Sindical do ANDES-SN.

4.3 Em consonância com o art. 15, inciso IX do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à mudança no regimento da ASDESAM no que se refere à sua nomenclatura, que passa a ser ADUFERSA – Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ADUFERSA - Seção Sindical do ANDES-SN

4.4 Em consonância com o art. 15, inciso IX do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à mudança no regimento da APUG - Associação dos Professores Universitários de Gurupi - TO - Seção Sindical do ANDES-SN, uma vez cumpridos os ajustes necessários no seu regimento, consoante parecer da secretaria do ANDES-SN.

4.5 Em consonância com o art. 15, inciso IX do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à mudança no regimento da Seção Sindical do ANDES-SN na Universidade Federal de Santa Catarina - Seção Sindical do ANDES-SN, uma vez cumpridos os ajustes necessários no seu regimento, consoante parecer da secretaria do ANDES-SN.

III - FILIAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DOCENTES AO ANDES-SINDICATO NACIONAL

O 32º Congresso, buscando garantir o princípio da liberdade de organização sindical, delibera que as instâncias responsáveis no âmbito do ANDES-SN darão encaminhamento aos pedidos de filiação de associações docentes com estatuto próprio, resguardando os interesses do conjunto de que se compõem o ANDES-SN. Dentre estes pedidos, serão encaminhados os procedimentos necessários à homologação do pedido de filiação da ADESSC, condicionado a avaliação consubstanciada das condições que permitam resguardar os interesses do ANDES-SN.

IV - FINANCIAMENTO DE DELEGADOS E OBSERVADORES NOS CONGRESSOS DO ANDES-SN

O 32º Congresso do ANDES-SN delibera que a diretoria promova, sob a coordenação do GTPFS, um amplo debate, com a participação das seções sindicais, sobre as demandas e os desafios organizativos do Sindicato, atendendo os três setores (IFES, IEES/IMES e IPES), resultando no 7º Encontro Intersetorial do ANDES-SN, a ser realizado até 31 de agosto de 2013.

V - MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais para a Associação Auditoria Cidadã da Dívida;
2. Recomendar que os dados da Associação Auditoria Cidadã da Dívida sejam constantemente publicados no sítio do ANDES-SN e das seções sindicais.

VI - MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES (ENFF)

O 32º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, com a quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais para a ENFF, a ser reavaliada no 58º CONAD, objetivando sua elevação;
2. Que o ANDES-SN divulgue a campanha de solidariedade da ENFF “Amigos da ENFF” em seu site e oriente que as seções sindicais também a divulguem.

VII - FUNDO ÚNICO: FUNDO NACIONAL DE SOLIDARIEDADE, MOBILIZAÇÃO E GREVE DO ANDES-SN

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Criar um FUNDO ÚNICO, denominado Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN, a ser mantido pela destinação de 2% (dois por cento) da receita integral das contribuições mensais dos sindicalizados, relativamente às parcelas correspondentes a cada seção sindical e a tesouraria nacional, devendo, então, cada seção sindical destinar 2% de suas arrecadações líquidas mensais (arrecadação total menos repasse à tesouraria nacional) ao fundo, e a tesouraria nacional destinar 2% de sua receita mensal de contribuições ao fundo, ambas na mesma conta, a partir das contribuições de março de 2013.
2. Extinguir os Fundos de Solidariedade e Mobilização, transferindo os valores existentes nesses fundos para o novo fundo.
3. Os recursos do FUNDO ÚNICO serão distribuídos nos seguintes montantes: 25% para a Solidariedade, 35% para a Mobilização e 40% para a Greve, a serem definidos relativamente ao saldo de 1º de março de 2012 e recalculados anualmente tendo como referência o saldo total do fundo no dia 1º de janeiro de cada ano.
4. O 33º Congresso avaliará a experiência do novo fundo e fará os ajustes que julgar necessários.
5. A utilização do Fundo Único observará as determinações abaixo relacionadas.
 - 5.1. Solidariedade:
 - 5.1.1. Será destinado ao atendimento a professores com mandato de diretores sindicais –

da diretoria nacional e das seções sindicais já constituídas, ou daquelas em processo de constituição, reconhecidas pelo ANDES-SN, por intermédio da respectiva secretaria regional – que estejam em atividades relacionadas com o exercício sindical e nas seguintes situações: a) demissão arbitrária; b) demissão sem justa causa; c) salários total ou parcialmente retidos; d) descontos de dias.

5.1.2. O dirigente sindical terá direito a recorrer ao Fundo de Solidariedade, para pleitear auxílio monetário no menor valor, considerando-se o salário líquido percebido à época da demissão e o salário mínimo calculado pelo DIEESE no momento da entrada no Fundo de Solidariedade;

5.1.3. O auxílio financeiro não poderá ultrapassar o período de 12 meses após o término do mandato sindical, originário da demissão.

5.1.4. No caso de o Sindicato ou o(a) professor(a) perder a ação judicial, o reembolso será facultativo.

5.1.5. No caso de o Sindicato ou professor(a) ganhar a ação judicial, o Fundo deverá ser reembolsado pelo(a) professor(a), nos valores desembolsados, ou pelo valor da indenização recebida, se ela for menor.

5.1.6. O(a) professor(a) que conseguir outro emprego, com o salário líquido igual ou maior que o anterior, terá suspenso o uso do Fundo. Caso o salário líquido recebido no novo emprego seja menor que o anterior, o valor do auxílio será a diferença, respeitado o limite do salário mínimo calculado pelo DIEESE, no momento da entrada no Fundo de Solidariedade.

5.1.7. O Fundo garantirá o auxílio até o limite de seu caixa. Se os recursos forem insuficientes para atender a todos os casos, o atendimento será feito mantendo-se a proporcionalidade, segundo o valor do auxílio recebido pelo(a) professor(a).

5.1.8. Para a utilização do Fundo, o(a) professor(a) deve informar, com comprovação (contracheque, declaração etc.), o valor de seu salário líquido.

5.1.9 O depósito mensal do auxílio será efetuado pelo ANDES-SN, mediante comunicado do(a) professor(a) (carta ou e-mail) endereçado à tesouraria, todo início de mês, esclarecendo sobre a permanência da situação que originou o pedido de auxílio.

5.2. Mobilização:

5.2.1. A Diretoria do ANDES-SN convocará a Comissão Nacional de Mobilização (CNM), sempre que for necessário, com antecedência mínima de doze dias, admitindo-se a convocação em prazo menor somente em situações excepcionais;

5.2.2. A circular de convocação da CNM deverá explicitar:

5.2.2.1. O prazo limite, nunca inferior a 24h, para manifestação das seções sindicais, por fax ou correio eletrônico dirigido à secretaria do ANDES-SN;

5.2.2.2. O período de permanência do docente nos trabalhos da comissão;

5.2.2.3. O número de docentes convocados para o período;

5.2.3. A composição da CNM de cada período será definida a partir das indicações das seções sindicais, observando-se a seguinte ordem de prioridades:

5.2.3.1. A representação dos três setores, salvo quando esteja em evidência questão pertinente a um setor;

5.2.3.2. As seções sindicais com menor número de participações nos últimos 12 meses;

5.2.3.3. as seções sindicais com menor número de docentes sindicalizados;

5.2.3.4. A ordem de chegada das indicações das seções sindicais;

5.2.4. Os membros da CNM que participarem de atividades que constem da agenda do ANDES-SN, imediatamente antes ou após o período de convocação da CNM, terão suas despesas com diárias e hospedagens, referentes a essa participação, custeadas por suas respectivas seções sindicais e as despesas decorrentes de passagens (ida e volta) serão custeadas pela CNM, assim como as diárias e hospedagens no período da convocação.

5.2.5. O uso do Fundo para Mobilização será utilizado para os seguintes fins:

5.2.5.1. Despesas com transporte, diárias e hospedagens da Comissão Nacional de Mobilização;

5.2.5.2. Apoio a mobilizações, campanhas, marchas, manifestações e eventos, definidos como centrais nas lutas do Sindicato, cuja destinação tenha sido definida em congresso ou CONAD;

5.3. Greve:

5.3.1. Os recursos do Fundo destinados às greves não substituem fundos de greves de seções sindicais e dos setores e serão utilizados especificamente para ajudar movimentos de greves organizados por seções sindicais que apresentem dificuldades financeiras.

5.3.2. As solicitações de apoio financeiro às greves devem ser feitas, por escrito, a Tesouraria do ANDES-SN, justificando os motivos do pedido e os usos a que se destinam, tais como divulgação do movimento, mobilização, atos, caravanas e participação em comandos de greve.

6. Fica autorizada a diretoria do ANDES-SN a ordenar despesas destinadas a cobrir necessidades previstas no item 5.2.5.2., no período compreendido entre março de 2013 a janeiro de 2014, até o limite de R\$ 500 mil reais;

7. Está autorizada a aplicação de recursos do Fundo de Mobilização durante o período e o valor estabelecidos no item 6, na jornada de lutas do mês de abril de 2013 e na marcha do dia 24 de abril, convocadas e organizadas pelo espaço de unidade de ação, devendo o 58º CONAD apreciar e deliberar sobre o custeio de outras mobilizações para o segundo semestre.

8. A reprodução de cartazes relativos a campanhas nacionais (campanha salarial, campanha de sindicalização, congresso nacional etc), e envio para seções sindicais com até 300 sindicalizados e para grupos que estão ainda se organizando para fundar a seção sindical.

9. Autorizar, durante o ano de 2013, seções sindicais de IEES/IMES, que entrarem em greve, a suspender a contribuição ao Fundo Único, enquanto permanecerem em greve, para uso desse montante na mobilização.

10. O funcionamento do Fundo Único (Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN) será avaliado no 58º CONAD e que a Diretoria do ANDES-SN, para subsidiar esta avaliação, encaminhará às seções sindicais as seguintes informações:

10.1 Saldo do fundo único;

10.2 Fluxo mensal do novo fundo;

10.3 Extrato do Fundo de Solidariedade e do Fundo Nacional de Mobilização relativo aos últimos anos;

10.4 Lista dos pedidos de recursos encaminhados nos últimos anos ao FS e ao FNM com indicação de quais foram acolhidos e quais recusados, com as respectivas

justificativas.

11. Fica recomendada a diretoria do Andes-SN a utilizar até 30% do valor do FS para contratar/manter assessorias jurídicas regionais exclusivas para apoio ao conjunto de seções sindicais com dificuldades financeiras.

12. Solicita levantamento do andamento das ações na Justiça envolvendo docentes que receberam apoio do FS, para que possa ser enviado ao próximo Conad.

VIII - SEDE DO 33º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

O 33º CONGRESSO do ANDES - SINDICATO NACIONAL realizar-se-á na cidade de São Luiz-MA, sob a organização da Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão Seção Sindical (APRUMA-SSind).

IX - DESCONTO CONSIGNADO NO SIAPE

O 32º Congresso do ANDES-SN recomenda que a Diretoria do ANDES-SN, na estrutura administrativa da sede em Brasília, sistematize todos os conhecimentos e procedimentos necessários para que as seções sindicais das IFES efetuem corretamente suas rotinas operacionais de acesso ao SIAPE.

X - MUDANÇA DE NOMES DE GRUPOS DE TRABALHO – GT

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. O GT Política Agrária e Meio Ambiente (GTPAMA) passa a denominar-se GT Política Agrária, Urbana e Ambiental (GTPAUA).

2. O GT Etnia, Gênero e Classe (GTEGC) passar a denominar-se Grupo de Trabalho Política de Classe para as questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS).

XI - ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO DO ANDES-SN

O 32º Congresso do ANDES-SN delibera que a Diretoria deverá apresentar no 33º Congresso uma proposta de reestruturação dos Grupos de Trabalho e do funcionamento dos mesmos, que leve em conta a agenda, a atualização permanente da página web da produção gerada e os procedimentos de avaliação periódica de cada grupo de trabalho.

XII - INSCRIÇÕES NOS GRUPOS DE TRABALHO DO ANDES-SN

1 – ADUNEB

- GT-Carreira - Daniela Santos, Crispiniano Oliveira, Naira Souza, Cosme Wilson Carvalho, Lilian Aquino
- GTC&T - Joselito de Jesus
- GTCA - Joselito de Jesus
- GTHMD - Lilian Ruas e Marcelo Neves
- GTPAUA - Ivan Costa e Zózina Maria Rocha
- GTPE - Zózina Maria Rocha e Sinóelia Pessoa

- GTPFS - Lilian Ruas, Maria do Socorro Ferreira, Sinóelia Pessoa, Euclides Bittencourt, Daniela Batista, Marcelo Neves e Zózina Maria Rocha
- GTSS/A - Daniela Batista e Zózina Maria Rocha
- GT-Verbas - Naira Moura e Crispiniano Oliveira
- GTPCEGDS - Luciana Cristina Souza, Maria do Socorro Ferreira, Joselito Bispo, Euclides Bittencourt e Lilian Aquino
- GT Fundações - Náira Moura

2 – SESDUF-RR

- GTPE - Edison Riutiro Oyama e Ana Lúcia de Sousa
- GT-Carreira - Avery Milton Veríssimo de Carvalho e Vânia Graciele Lezan Kowalczyk
- GTSS/A - Roseanie de Lyra Santiago e Sandra Maria Rabelo Huzek

3 – ADUFS

- GT-Carreira - David Soares Pinto Junior, Brancilene Santos de Araujo, Jailton de Jesus Costa, Augusto Cesar V. dos Santos, Pedro Leite de Santana
- GTSS/A - Airton Paula Souza, Luiz Alberto dos Santos, Elyson Adan Nunes Carvalho, Noêmia Lima Silva (DSS), Maria das Dores Costa Cabral Garcia Moreno.
- GTPCEGDS - Neilson Santos Menezes, Elza Francisca Correa Cunha, Hippolyte Brice Sogbossi, Catarina Nascimento de Oliveira, Genésio José dos Santos, Jussara Maria Moreno Jacintho, Adélia Moreira Pessoa
- GTCA - Maria Aparecida Silva Ribeiro, Sérgio Queiroz de Medeiros, Augusto Cesar Vieira dos Santos
- GTPFS: Oneize Amoras de Araújo, Maria Aparecida Silva Ribeiro, Elyson Adan Nunes Carvalho
- GTPE - Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus, Saulo Henrique Souza Silva, Benedito Carlos Libório Caires Araújo, David Soares Pinto Junior, Solange Lacks, Jailton de Jesus Costa, Bartira Telles Pereira Santos

4 – ADUA

- GTPE - Ana Cristina Fernandes Martins, José Belizario Neto, Ediracy Guedes Barroso da Silva.
- GT&CT - Ana Lúcia Gomes, Ana Cristina Belarmino, Marcelo Seráfico, José Alcimar de Oliveira, Antônio Pereira de Oliveira
- GTPCEGDS - Elciclei Faria dos Santos, Elizandra Garcia da Silva, Adailton da Silva
- GTPFS - Rafael Bellan Rodrigues de Souza, Francisco Jacob de Paiva, Raimundo Nonato Pinheiro.
- GT-Carreira - Marcelo Mário Valdina, José Humberto Michilis

5 – ADUFERPE

- GTPE - Antônio Marcos Alves de Oliveira, Cícero Monteiro de Souza, Jadson Almeida, Sandra Helena de Melo.
- GT-Carreira - Jaqueline Bianque de Oliveira, Déa Tenório.
- GTC&T - Jaqueline Bianque de Oliveira, Claudio Augusto da Câmara.
- GTPAUA - José Nunes da Silva, Cauê Guion de Almeida.
- GTCA - Laurileide Barbosa da Silva e Ivana Borges
- GTHMD - José Nunes da Silva, Argus Vasconcelos de Almeida.
- GTPFS - Argus Vasconcelos de Almeida, Levy Paes Barreto, Hélio Cabral

- GTPCEGDS - Maria de Fátima Massena, Aderaldo Alexandrino de Freitas, Jadson Almeida, Denise Botelho.
- GT-Fundações - Hélio Cabral
- GTSS/A - Olimpia Nazaré de Souza, José Clodoaldo da Anunciação Filho, Raimundo Luiz da Silva
- GT-Verbas - Jadson Almeida

6 – ADUFS-BA

- GTPPAUA - Antônio Rosevaldo da Silva, Adroaldo dos Santos e Sarah Patrícia Rios.
- GTPFS - Edson do Espírito Santo, Emmanuel Oguri Freitas, Maslowa Freitas e Elson Moura Dai Jr.
- GTPCEGDS - Sandra Nívea Soares, Acácia Batista Dias, Otto Agra, Edna Maria de Araújo, Jucelho Dantas da Cruz

7 – ASPUV

- GTSS/A - José Maria e Eduardo de Almeida Marques da Silva
- GTC&T - José Maria Alves da Silva, Bruno Tavares, Renato Neves Feio, Célia Lucia Ferreira, José Carlos da Costa Campos, Rodrigo Gava, Mônica Pirozzi
- GT-Carreira - Márcia Cristina Fontes de Almeida, Kleos Magalhães Lenz César Junior, Marcelo Leles Romarco, Aloízio Soares Ferreira, Marisa Dibbern Lopes Correia, Juliana Silva Rocha, Allan de Oliveira Moura
- GTPE - Renata Rena Rodrigues, Cezar Luis de Mari, Geraldo Adriano Emery Pereira, Maria Alba Pereira de Deus e Raquel Maria Amaral Araújo

8 - ADUnB

- GTPFS - Adriana de Fátima Barbosa Araújo, Rodrigo de Souza Dantas M. Pinto
- GTPE - Adriana de Fátima Barbosa Araújo, Cristina Azra Barrenechea, Simone Aparecida Lisnigowski, Ana Maria Moreira, Erlando Reses Catarina de Almeida Santos e Girlene Ribeiro de Jesus
- GTPCEGDS - Liliane Maria Macedo Machado e Valdenízia Bento Peixoto

9 – ADUFCG

- GTPE - Elisângela Silva Ponto, Antônio Lisboa Leitão de Souza, André Antunes Martins e Sônia Maria Lira Ferreira
- GTPFS - Gonzalo Adrian Rojas, Flávio Carvalho, Sônia Maria Lira Ferreira, Antônio Lisboa leitão de Souza, Ângela Maria Metri Tejo, Tiago Iwasawa Neves, Danielle Andrade de Souza.
- GT-Carreira - Sérgio Murilo Santos de Araújo, Marinalva Vilar de Lima, José Irelanio Leite de Ataíde
- GTPCEGDS - Luciano Mendonça Lima, Antônio Berto Machado, Sheila Milena Pessoa dos Santos, Thiago Romeu de Souza
- GTSSA - José Bezerra Araújo
- GTCA - Raija Almeida, Fabrício Cordeiro, Danielle Andrade de Souza, Nata Moraes de Oliveira e Rosildo R. Brito.

10 - ADUFF

- GTPCEGDS - Elza Dely Macedo Veloso, Sérgio Ricardo Aboud Dutra e Eblin Joseph Farage

- GTSSA - Claudia March Frota de Souza, Liliana Hochman Weller, Marilene Affonso Romualdo Verthein, Sonia Maria da Silva, Teresinha Monteiro, Verônica Silva Fernandez, Cristina Mendonça e Dora Henrique da Costa
- GTPE - Angela Carvalho de Siqueira, Eblin Joseph Farage, Elza Dely Macedo Veloso, Gelta Terezinha Ramos Xavier, Kátia Regina de Souza Lima, Francine Helfreich Coutinho dos Santos, Cristina Mendonça e Dora Henrique da Costa.
- GTC&T - Wanderson Fábio de Melo
- GTCA - Eblin Joseph Farage, Wanderson Fábio de Melo, Verônica Fernandes e Paulo Gorganijo
- GTPAUA - Eblin Joseph Farage, Suenya Santos da Cruz, Edson Teixeira, Sônia Lúcio e Felipe Brito.
- GT-Carreira - Cláudia March Frota de Souza
- GTHMD - Wanderson Fábio de Melo
- GTPFS - Claudia March Frota de Souza, Eblin Joseph Farage, Francine Helfreich Coutinho dos Santos, Gelta Terezinha Ramos Xavier, Juarez Torres Duayer, Edson Teixeira, Sônia Lúcio, Felipe Brito.
- GT-Verbas - José Raphael Bokehi

11 – ASDUERJ

- GTPCEGDS

12 – ADUFAL

- GTPE - Tiago Leandro da Cruz Neto
- GTPFS - Tiago Leandro da Cruz Neto
- GT-Carreira - Antônio Passo Lima Filho e Márcio Barboza

13 – ADUFES

- GTCA - Mariane Lima de Souza, Thiago Drumond, Rafael Gomes
- GT-Carreira - Bernadete Gomes Mian, Francisco Mauri Carvalho Freitas, Allan Kardec de Lima, Cenira Andrade de Oliveira, Cristina Helena Bruno Terruggi, José Antônio da Rocha Pinto e Marison Luis Soares.
- GTC&T - Lenir Cardoso Porfírio, Donato de Oliveira, Cristina Helena Bruno Terruggi, Mariane Lima de Souza e Fábio Corrêa de Castro.
- GTPCEGDS - Antônio Carlos Moraes, Edinete Maria Rosa e Rachel Cristina Melo Guimarães.
- GTHMD - Valter Pires Pereira, Temístocles de Souza Luz, André Mechelato, João Assis Rodrigues e Aureo Banhos
- GTPAUA - Paulo Cesar Scarin, Odilea Dessaune de Almeida e Renata Couto Moreira.
- GTPE - Francisco Mauri de Carvalho Freitas, Donato de Oliveira, Geraldo Rossoni Sisquini, Temístocles de Souza Luz, Odilea Dessaune de Almeida, Edna Castro de Oliveira, Márcia Helena Siervi Manso e Fábio Corrêa de Castro.
- GTPFS - Francisco Mauri de Carvalho Freitas, Valter Pires Pereira, Josemar Machado de Oliveira, Rafael Vieira Teixeira, Helder Gomes e Rafael Goés Furtado
- GT-Fundações - Geraldo Rossini Sisquini e José Antônio da Rocha
- GTSS/A - Lenir Cardoso Porfírio, Bernadete Gomes Mian, Dulcinéia Sarmento Rosenberg, Cenira Andrade de Oliveira, Jeane Andréa Ferraz Silva, Ana Targina Ferraz e Arlete Corrêa de Oliveira.
- GT-Verbas - José Antônio da Rocha Pinto, Rogério Neto Suave e Cláudio Simões Salim

XIII - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 57º CONAD

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN aprova a prestação de contas do 57º CONAD:

Nº	ITEM	Rateio ANDES	Rateio ADUFPI	Despesas ANDES	Despesas ADUFPI
1	Pessoal				
1.1	ANDES-SN				
	Horas Extras	10.500,00	0,00	14.039,80	0,00
	Diárias	4.200,00	0,00	4.200,00	0,00
	Passagem Aérea	4.203,11	0,00	4.203,11	0,00
	Passagem Terrestre	270,00	0,00	270,00	0,00
	Hospedagem	4.520,00	0,00	4.520,00	0,00
	SUBTOTAL	23.693,11	0,00	27.232,91	0,00
1.2	Apoio				
	Serviço de Apoio	0,00	3.370,00	0,00	2.950,00
	Transporte/carro	800,00	250,00	800,00	280,00
	Táxi	0,00	78,00	0,00	78,00
	Apresentação Cultural	0,00	300,00	0,00	300,00
	Serviço de Enfermagem	0,00	480,00	0,00	480,00
	Material Médico	0,00	109,78	0,00	109,78
	Transporte/ônibus	8.140,00	0,00	11.440,00	0,00
	Combustível	300,00	450,00	100,00	740,43
	SUBTOTAL	9.240,00	5.037,78	12.340,00	4.938,21
2	Imprensa e Divulgação				
	Cartaz (impressão e despacho via correios)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Crachás	2.100,00	0,00	2.100,00	0,00
	Banner	0,00	205,00	0,00	420,00
	Filmagem	0,00	2.000,00	0,00	1.415,25
	Transportadora	2.915,00	0,00	2.915,00	0,00
	Informandes	0,00	2.000,00	0,00	3.010,00
	Faixas	120,00	330,00	120,00	445,00
	SUBTOTAL	5.135,00	4.535,00	5.135,00	5.290,25
3	Infraestrutura				
	Material de Escritório	325,27	157,10	325,27	157,10
	Material de Copa	0,00	130,00	0,00	130,00
	Material de Limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00
	Papel A4	347,00	125,00	347,00	125,00
	Computador/ Notebook	0,00	2.200,00	0,00	2.000,00
	Aluguel Copiadora/ Impressora	0,00	2.700,00	0,00	2.700,00
	Correios	45,00	0,00	45,00	0,00
	Coffe Break	0,00	9.000,00	0,00	12.800,00
	Ornamentação	0,00	405,00	0,00	405,00
	Água Mineral	0,00	960,00	0,00	960,00
	Provedor de Internet	0,00	2.400,00	0,00	1.778,00
	Locação Kit Multimídia	0,00	3.600,00	0,00	3.600,00
	SUBTOTAL	717,27	21.677,10	717,27	24.655,10
4	Material Distribuído para				

	Delegados e Observadores				
	Bolsas	1.875,00	0,00	1.875,00	0,00
	Camisetas	2.225,00	0,00	2.225,00	0,00
	Tonner	616,00	167,00	616,00	167,00
	Canetas	250,00	0,00	250,00	0,00
	Bloco de anotações	1.750,00	0,00	1.750,00	0,00
	SUBTOTAL	6.716,00	167,00	6.716,00	167,00
5	Gastos com Comissão Organizadora				
	Diárias	500,00	2.000,00	500,00	2.407,20
	Hospedagem	452,00	0,00	452,00	0,00
	Passagens Aéreas	1.526,00	0,00	1.526,00	0,00
	Pedágios, Combustíveis, Passagens Terrestres	1.320,00	0,00	1.320,00	0,00
	SUBTOTAL	3.798,00	2.000,00	3.798,00	2.407,20
	TOTAL	49.299,38	33.416,88	55.939,18	37.457,76
	Total de Despesas Previstas	82.716,26			
	Total de Despesas Realizadas	93.396,94			

Porcentagem da diferença: 12.9%

Valor pago a maior: 10.680,68

**RESOLUÇÕES DO TEMA 5 – PLANO DE LUTAS – GERAL, EDUCAÇÃO,
DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES
32º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL**

I - ESPAÇO DE UNIDADE DE AÇÃO

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Prosseguir a atuação no Espaço de Unidade de Ação tendo como referência a proposta de “Plataforma Unitária”, conforme segue:

1.1 contra o Acordo Coletivo Especial – ACE – Direitos Não se Negociam – Contra a Precarização do Trabalho;

1.2 defesa da aposentadoria e da Previdência pública – fim do Fator Previdenciário – anulação da reforma da Previdência de 2003;

1.3 aumento geral de salários – reposição de perdas e aumento real;

1.4 adoção imediata da Convenção 158 da OIT – garantia contra a demissão imotivada;

1.5 redução da jornada de trabalho sem redução salarial;

1.6 em defesa dos(as) servidores(as) públicos(as) – defesa do direito de negociação e contratação coletiva – contra as restrições ao direito de greve;

1.7 em defesa da educação pública – aplicação imediata de no mínimo 10% do PIB na educação pública;

1.8 em defesa da saúde pública – mais verbas para a saúde pública – revogação da lei da Ebserh que privatiza a administração dos hospitais universitários;

1.9 em defesa do direito à moradia digna – terra para quem nela trabalha – Reforma Agrária Já – respeito aos quilombolas e povos indígenas – contra as remoções e despejos agravados com os mega eventos;

1.10 contra as privatizações – defesa de uma política pública efetiva de transporte de qualidade;

1.11 defesa do patrimônio público e dos recursos naturais do Brasil;

1.12 contra o novo Código Florestal – defesa do meio ambiente;

1.13 suspensão do pagamento da dívida externa e interna aos grandes especuladores – auditoria da dívida externa e interna;

1.14 contra a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais;

1.15 contra toda forma de discriminação e opressão;

2. Que as seções sindicais devem se integrar ao processo de preparação da jornada de lutas de abril e da marcha a Brasília junto às suas bases, participar dos espaços comuns que estão construindo a jornada nos estados e devem ainda envidar todos os esforços para a viabilização financeira da marcha do dia 24 de abril de 2013;

3. Exigir punição exemplar para mandantes financiadores e executores dos crimes perpetrados contra o povo brasileiro pela ditadura militar.

4. Apoiar a Comissão da Verdade.

II – COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Criar a Comissão da Verdade do ANDES-SN para investigar fatos ocorridos na ditadura militar contra docentes universitários entre os anos de 1964 a 1985;
2. A diretoria do ANDES-SN apresentará no 58º CONAD, uma proposta de funcionamento da Comissão da Verdade, com prazos, número de participantes e recursos financeiros e o papel das seções sindicais;
3. A Comissão será instalada do 58º CONAD, onde serão eleitos seus membros titulares e suplentes;
4. Que as seções sindicais realizem levantamento de seus professores, estudantes e técnico-administrativos cassados, torturados, perseguidos e assassinados pela ditadura empresarial-militar, objetivando acompanhar o trabalho da Comissão de Verdade em conjunto com o movimento Tortura Nunca Mais e exigir a punição dos agentes do Estado responsáveis;
5. Que o ANDES-SN, via secretarias regionais e seções sindicais:
 - 5.1. Participem do movimento nacional pelo fim da impunidade de que gozam os agentes civis e militares que atuaram criminalmente durante a ditadura civil-militar em nosso país;
 - 5.2. Atuem na luta, em conjunto com as demais entidades, pela revisão da Lei de Anistia, construindo ações de iniciativa popular.
6. Posicionar-se favoravelmente:
 - 6.1 Ao movimento nacional pelo fim da impunidade que gozam os agentes civis e militares que usaram a autoridade e o poder estatais para torturar, assassinar e desaparecer com militantes, democratas e cidadãos considerados suspeitos que atuaram em oposição à ditadura civil-militar (1964-1985), além de outros cidadãos comuns;
 - 6.2 A luta pela revisão da Lei da Anistia (6683/79);
 - 6.3 Ação conjunta com os movimentos sociais pela construção de iniciativas populares sobre o tema;
 - 6.4 Pela constituição de tribunais populares para julgar os torturadores dos crimes da ditadura militar

III - AVALIAÇÃO DA CSP-CONLUTAS

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Intensificar a atuação do ANDES-SN na CSP-Conlutas, com especial atenção às atividades nos estados;
2. Contribuir nos processos de discussão e elaboração das temáticas tratadas na Central que se entrelaçam com as dos nossos GT;
3. Seguir atuando para que a CSP-Conlutas se fortaleça como polo aglutinador das lutas, na construção da unidade de ação com todos os lutadores que defendem os direitos dos trabalhadores contra os ataques dos patrões e governos federal e estaduais;
4. Desencadear amplo processo de debate no interior da Central, a partir de acúmulo nas organizações filiadas, sobre o aprimoramento do funcionamento da Central,

consolidando em especial a democracia e a participação nas suas instâncias e seu enraizamento na classe;

5. Propor à CSP-Conlutas que contribua com a articulação de Fóruns Estaduais em Defesa da Escola Pública;

6. Que na busca do fortalecimento da democracia e da construção de uma central efetivamente sindical e popular, a direção do ANDES-SN proponha à CSP-Conlutas a retomada do processo de interlocução com o MTST;

7. Avaliar as circunstâncias que culminaram na saída do MTST da CSP-Conlutas explicitadas na carta pública da coordenação nacional do MTST de 14 de julho de 2012.

IV - GÊNERO, ETNIA E CLASSE

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Atuar em conjunto com a CSP-Conlutas na elaboração de materiais que subsidiem a luta dos trabalhadores que têm a orientação LGBT, nos casos de agressões simbólicas, demissões por conta da orientação sexual e perseguições no âmbito do trabalho;

2. Promover discussões e ações no sentido da inclusão de componentes curriculares sobre gênero e sexualidade na formação de professores;

3. Promover, nos âmbitos local, regional e nacional, audiências públicas para discutir violência homofóbica e propostas para sua superação;

4. Fortalecer, no interior da CSP-Conlutas, o debate e as ações referentes às lutas por políticas públicas para a população LGBT;

5. Realizar o “II Seminário Nacional sobre Diversidade Sexual”, precedido de seminários preparatórios em âmbito regional/local;

6. Intensificar a luta unitária com os outros movimentos pela aprovação da Lei que criminaliza a homofobia, o PLC 122/2006, que tramita no Congresso Nacional;

7. Que o ANDES-SN aprofunde a discussão, em articulação com outras entidades sindicais e movimentos sociais, sobre a criação de um Fórum Nacional LGBT, para deliberação no 58º CONAD;

8. Atuar na luta pela despatologização da transexualidade;

9. Que o ANDES-SN lute pela igualdade de direitos, em especial no que se refere ao direito de adoção, de seguridade social e a união civil igualitária, em articulação com outras entidades do movimento social LGBT, sindicais e a CSP-Conlutas;

10. Aprofundar no GTGCS e nas seções sindicais a discussão sobre a Lei Federal de cotas (Lei 12.288/2012) e as similares em nível estadual;

11. Que as seções sindicais do ANDES-SN proponham aos diretórios centrais dos estudantes e os sindicatos dos técnicos a realização conjunta de campanhas contra trotes homofóbicos, racistas, machistas e sexistas;

12. Repudiar a suspensão do kit anti-homofobia pelo governo Dilma Rousseff e lutar pela implementação de políticas públicas educacionais que problematizem, discutam e combatam as práticas homofóbicas;

13. Realizar o II Seminário de Mulheres do ANDES- SN;

14. Que o ANDES-SN promova ações no sentido de denunciar o assédio moral contra mulheres nas IES;

15. Realizar o III Seminário de Ações Afirmativas.
16. Desenvolver atividades, ações e iniciativas voltadas para o combate do trote homofóbico, machista, racista e sexista em conjunto com os diretórios centrais dos estudantes, os sindicatos dos técnicos e demais entidades educacionais;
17. Desenvolver atividades, ações e iniciativas (junto com os movimentos sociais) voltadas para a aprovação do PL 122 que criminaliza a homofobia e a violência contra crianças, idosos e PNEs

V - CIÊNCIA E TECNOLOGIA, AGRÁRIA, AMBIENTAL E URBANA

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Estimular a criação, onde não houver, e os trabalhos dos GT locais, bem como a participação no GT nacional;
2. Desenvolver ações unitárias com os demais movimentos da área voltadas à crítica e enfrentamento da Economia Verde, aprovada na Rio+20;
3. Desencadear ações, unitárias com outros movimentos da área, de denúncia do retrocesso do Código Florestal, aprovado no Congresso Nacional;
4. Lutar contra a interferência estrangeira no solo e subsolo e outras riquezas brasileiras;
5. Monitorar o trâmite do Código da Mineração, que já se encontra na Câmara dos Deputados, e denunciar o seu retrocesso;
6. Promover ações de denúncia dos problemas sociais e ambientais da construção da hidroelétrica de Belo Monte no rio Xingu e da transposição do rio São Francisco;
7. Intensificar ações, em unidade com os movimentos sociais da área, em defesa dos direitos dos povos tradicionais, como indígenas, quilombolas, pescadores, etc;
8. Lutar pela democratização das informações referentes às propostas de intervenção ambiental e efetiva participação dos movimentos sociais nos processos decisórios;
9. Promover com os movimentos sociais ações unitárias pela imediata rotulação de produtos que contenham Organismos Geneticamente Modificados, OGM, também nominados de transgênicos, e lutar pela suspensão da legislação que libera os transgênicos;
10. Promover debates nas IES sobre a matriz energética do país, dando destaque a sua intersecção com questões sociais, ambientais e de desenvolvimento;
11. Realizar atividades em conjunto com GT afins, para aprofundar estudos e debates sobre temáticas que subsidiem as ações do Sindicato Nacional, tais como:
 - 11.1 a função social da terra e a necessidade da reforma agrária e urbana voltadas ao bem-estar da população menos favorecida;
 - 11.2 a concepção de produção agrícola familiar, camponesa e agroecológica, com o objetivo de subsidiar as deliberações do ANDES-SN referentes à política agrária;
 - 11.3 o problema ambiental, social e de modelo econômico e agrário, bem como a superexploração do trabalho e a degradação da saúde dos trabalhadores causada pelo agronegócio;
 - 11.4 os desdobramentos da cúpula dos povos;
 - 11.5 o aproveitamento energético dos recursos hídricos, solares e eólicos, com o ordenamento segundo o mérito social, ambiental e econômico;

- 11.6** as consequências sociais, ambientais e para a saúde humana impostas pelo agronegócio, mineração e grandes empreendimentos hídricos;
- 11.7** a questão da biodiversidade e o papel das IES no que se refere à temática dos biomas e do uso das riquezas pelas empresas multinacionais;
- 11.8** política urbana que enfrente os graves problemas sociais das cidades;
- 11.9** a mobilidade urbana quanto à organização do sistema de transporte nas cidades;
- 11.10** a capacidade de suporte ambiental na regulamentação dos Planos Diretores das cidades e nas propostas de expansão dos espaços urbanos;
- 11.11** danos dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM) e dos agrotóxicos (biocidas);
- 12.** Estimular a criação, onde não houver, de GTC&T locais, bem como a participação no GT nacional;
- 13.** Realizar atividades em conjunto com GT afins, para aprofundar estudos e debates sobre temáticas que subsidiem as ações políticas do Sindicato Nacional, tais como:
- 13.1** a política científica promovida pelas agências de fomento, CNPq, CAPES, FINEP, FAPs, etc, (centradas atualmente na produção de conhecimento utilitarista e imediatista), na perspectiva de propor políticas alternativas de financiamento à Pesquisa e Extensão;
- 13.2** a avaliação em Ciência e Tecnologia nas IES e nas agências de fomento: produtivismo x qualidade;
- 13.3** a valorização acadêmica da extensão universitária, pela sua importância social;
- 14.** Desenvolver ações internas que fortaleçam a atuação dos docentes das áreas de Ciências Humanas e da Saúde no GTC&T;
- 15.** Realizar reuniões conjuntas do GTC&T com o GTPE, para analisar a proposta do projeto governamental de unificar disciplinas de mesma área de conhecimento no ensino médio, e as repercussões deste para a formação dos professores de Ciências (Humanas e da Natureza);
- 16.** Realizar atividade do GTC&T em conjunto com o GTPE, para debater a formação dos professores de Ciências (Humanas e da Natureza), frente ao projeto governamental de unificar disciplinas de mesma área de conhecimento no ensino médio;
- 17.** Intensificar a luta pela anulação da Lei de Inovação Tecnológica;
- 18.** Lutar para que o governo elabore e divulgue inventário detalhado dos aproveitamentos hidráulicos e eólicos, com o ordenamento segundo o mérito social, ambiental e econômico;
- 19.** Intensificar ações, em conjunto com os movimentos sociais, no sentido de mobilizar a categoria na luta em defesa da Reforma Agrária, sob o controle dos trabalhadores;
- 20.** Atuar na luta pelo espaço urbano como promotor da qualidade de vida, em conjunto com os movimentos de sem-teto e por moradia digna;
- 21.** Lutar contra o uso indiscriminado de agrotóxicos no território nacional.
- 22.** Articular com os movimentos sociais e entidades científicas com atuação na área a luta a favor da demarcação das terras e contra desregulamentação da demarcação de terras indígenas e quilombolas e os dispositivos legislativos que tramitam no Congresso Nacional retirando os direitos destes povos;

23. Pautar na agenda de mobilização no congresso nacional o acompanhamento das questões indígenas e quilombolas;
24. Denunciar para as entidades sindicais, nacionais e internacionais a condição de agressão aos direitos humanos e a violência contra os povos indígenas e quilombolas no Brasil buscando meios de salvaguardar a integridade territorial, física e cultural das comunidades indígenas e quilombolas;
25. Realizar no segundo semestre de 2013 o seminário nacional sobre povos indígenas e quilombolas no Brasil, com centralidade na invasão e demarcação dos seus territórios.

VI - EDUCAÇÃO

6.1 - Plano Nacional de Educação – PNE

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Rearticular o Comitê Executivo Nacional da “Campanha pelos 10% do PIB para a Educação Pública Já”;
2. Manter a luta pela garantia para que os recursos públicos sejam aplicados na Educação Pública;
3. Intensificar a participação das seções sindicais nos Fóruns Estaduais em Defesa da Escola Pública, laica, gratuita com padrão unitário de qualidade;
4. Reafirmar o PNE da Sociedade Brasileira como mote da luta do ANDES-SN;
5. Construir, a partir da articulação entre entidades e movimentos sociais, Fóruns Estaduais de militantes pela Educação Pública com vistas a organizar um encontro de lutadores em defesa da educação pública para o segundo semestre de 2013.

6.2 - Projeto de Lei do Senado nº 518/2009

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Acompanhar a tramitação do projeto de Lei do Senado nº 518/2009, que trata da criação do Ministério da Educação de Base e o Ensino Superior passando para o Ministério de Ciência e Tecnologia, agendando audiências com a Comissão de Educação do Senado, onde se encontra aguardando relatoria.

6.3 - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Combater o PRONATEC como política educacional que promove processos de subordinação do público sobre o privado, de precarização do trabalho e de transferência de recursos públicos para o setor privado.

6.4 - As Comunitárias não atendem os interesses da Educação Pública

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Acompanhar a tramitação do projeto de Lei do Senado nº 7.639/2010, que teve aprovação de texto na Comissão de Constituição e Justiça Câmara Federal em 18/12/2012;

2. Incentivar as seções sindicais a realizarem debates sobre o projeto, com ampla divulgação;
3. Denunciar a expansão via comunitárias, que subjaz o PL 7.639/2010, consolidando a parceria público-privada.

6.5 - Seminário Estado e Educação

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN recomenda:

1. Realizar o III Seminário Estado e Educação no 2º semestre de 2013;
2. Organizar o III Seminário Estado e Educação tendo os seguintes eixos: i) o financiamento da educação, ii) o trabalho docente, iii) a formação docente no contexto da educação superior brasileira, em especial nos colégios de aplicação, iv) avaliação da política de ensino à distância, v) avaliação do uso de novas tecnologias de ensino.

6.6 - Por um encontro nacional sindical, estudantil e de movimentos sociais em prol da educação pública

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

Um novo ponto de partida para as lutas em prol da educação pública:

1. Em articulação prévia com as entidades nomeadas a seguir, realizar um encontro unificado Andes-SN, Fasubra, Sinasefe, objetivando elaborar balanços, diagnósticos, táticas e estratégias articuladas de luta e uma metodologia de discussão de propostas dos trabalhadores para a educação federal (junho/julho 2013);

2. O Andes-SN, CSP-Conlutas, Fasubra, Sinasefe, articulados com entidades que vêm construindo as lutas em prol dos 10% do PIB para a educação pública, os sindicatos irmanados pelas lutas, os movimentos sociais e estudantis, elaborarão uma convocatória para:

2.1 Realizar um encontro nacional de trabalhadores e estudantes, reunindo sindicatos, movimentos sociais, movimento estudantil e entidades acadêmicas e científicas que subscrevam a convocatória (a ser elaborada pelos convocantes), objetivando:

a) um diagnóstico comum da correlação de forças nas lutas educacionais, identificando as iniciativas contra reformistas mais importantes e seus sujeitos e o estado de organização das lutas dos trabalhadores;

b) elaborar diagnósticos, táticas e estratégias de luta, enfatizando aspectos organizativos, e

c) construir uma metodologia de discussão de propostas educacionais dos trabalhadores, abrangendo o conjunto da educação brasileira (envolvendo um cronograma de encontros temáticos e regionais no período setembro 2013- maio 2014). Proposta de período: agosto/setembro 2013;

2.2 Promover encontro nacional objetivando sistematizar uma agenda para a educação da classe trabalhadora em junho de 2014, contando com convidados internacionais, especialmente latino-americanos, objetivando fortalecer as lutas internacionalistas em prol da educação pública.

6.7 - Privatização e precarização do espaço público universitário

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Promover debates nas seções sindicais sobre a importância de repensar e reocupar o espaço das IFE e IEES/IMES;
2. Construir formas de mobilização em torno da importância de construção de novos edifícios que possuam espacialidade adequada às novas demandas das IFE e IEES/IMES;
3. Reforçar a luta pela melhoria dos espaços de graduação e Ensino Básico/Técnico e Tecnológico, incluindo salas de aula, espaços de trabalho, espaço de estar, alimentação, locais de trabalho de professores e técnicos, alojamentos, bibliotecas e transporte público.

6.8 – INSAES

1. Atuar no Congresso Nacional no sentido de apresentar a posição do ANDES-SN sobre a Avaliação Institucional, para que os parlamentares posicionem-se contrários ao INSAES;
2. Discutir nas bases as consequências da instalação dessa agência reguladora.
3. Realizar mobilização nacional contra a criação do INSAES, dentro das universidades, promovendo atos, seminários, distribuição de panfletos, entre outras ações.
4. Mobilizar as seções sindicais para que entrem em contato com as bancadas estaduais, exigindo dos parlamentares se posicionarem contra o INSAES.

VII - SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. DIREITOS DE APOSENTADORIA DOS DOCENTES:

- 1.1. Continuar atuando no Espaço de Unidade e Ação, dando destaque à construção de uma agenda que contemple as questões de aposentadoria;
- 1.2 Elaborar material de discussão e mobilização (vídeos e textos) sobre o FUNPRESP para subsidiar as seções sindicais no debate sobre as ações do governo e esclarecimentos sobre as consequências da adesão ao FUNPRESP;
- 1.3 Articular conjuntamente com outras entidades de servidores públicos a luta pela aprovação da PEC 555/06 (revoga o artigo 4º da Emenda Constitucional 41, para eliminar a cobrança de contribuição dos aposentados e pensionistas do serviço público), propondo uma semana de esforço concentrado no Congresso Nacional;
- 1.4 Encaminhar com urgência as decisões concretas já tomadas pelo ANDES-SN em suas instâncias concernentes aos docentes aposentados, em especial, o ferimento dos seus direitos perpetrados pela lei 11.344/2006;

2. EBSEH:

- 2.1. Dar continuidade, em conjunto com as outras categorias, ao debate com a comunidade universitária sobre:
 - a) a ameaça à autonomia universitária e de privatização da saúde pública;

b) o fato de que a indústria de medicamentos e de equipamentos terá livre trânsito nos hospitais;

c) o risco do atendimento preferencial a usuários de planos de saúde conveniados, em detrimento do atendimento 100% SUS;

d) repercussão para as funções de hospital-escola;

2.2 Mobilizar e dar continuidade à luta de resistência contra a EBSEH no interior das IFES e com os movimentos sociais propondo o dia 9 de abril (Dia Nacional da Saúde) como “Dia Nacional de Luta contra a EBSEH”;

2.3 Intensificar a luta política contra a EBSEH, de forma a:

2.3.1 denunciar ao MPF nos estados, as ilegalidades de natureza administrativa (editais de concurso, editais de licitação, etc.);

2.3.2 ampliar as ações de luta pela não adesão à EBSEH;

2.3.3 fortalecer a luta no interior das instâncias universitárias envolvendo em especial os conselhos universitários, para avançar na não adesão à EBSEH;

2.3.4. Construir com a FASUBRA, FENASPS, Frente Nacional contra a Privatização da Saúde e outras entidades e movimentos sociais um plebiscito nacional sobre a entrega dos HUs à EBSEH;

2.4 Luta pelo concurso público RJU para adequado funcionamento e substituição da mão de obra terceirizada;

2.5 Intensificar pressão sobre os ministros do STF com vistas ao julgamento da ADIN pela inconstitucionalidade da lei que criou a EBSEH;

2.6 Elaborar ação judicial contra a portaria MEC 442 que delega funções da direção de hospitais universitários para a EBSEH;

2.7 Aprofundar debate no interior do ANDES-SN e suas seções sindicais visando mudanças nos mecanismos atuais de gestão pública e participação democrática que promova o caráter público estatal eficiente e democrático dos hospitais;

2.8 Promover Encontro Nacional ANDES-SN, FASUBRA e Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, objetivando elaborar proposições com bases para o financiamento público dos HUs pelo MEC;

3. SAÚDE DOCENTE:

3.1 Realizar, no 1º semestre de 2013, o 7º Encontro Nacional sobre Saúde do Trabalhador do ANDES-SN.

VIII - PLANO GERAL DE COMUNICAÇÃO DO ANDES-SN

O 32º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Realizar em 2013 o III Encontro de Comunicação do ANDES-SN precedido de Encontros Regionais preparatórios.

2. Orientar as seções sindicais para que pautem, no interior de suas ações estratégicas e cotidianas, a urgência de ações públicas pela construção de uma legítima democratização da mídia brasileira;

3. Sistematizar um retrato das atuais condições de mídia das seções sindicais, buscando apontar diretrizes para uma política pública de comunicação, em sintonia com as atuais demandas dos diversos setores da sociedade civil do País;

RELATÓRIO DO TEMA 6 – PLANO DE LUTAS - SETORES

I – PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IPES

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Lutar pelo fortalecimento do setor das IPES enquanto parte do ANDES-SN;
2. Atualizar o levantamento de dados sobre os docentes das IPES feito pela subseção do DIEESE do ANDES-SN;
3. Intensificar a denúncia da situação dos docentes das IPES, em relação à precariedade das condições de trabalho, à perda de direitos trabalhistas e à exacerbação de demissões injustificadas;
4. Realizar, no segundo semestre de 2013, o Encontro do Setor das IPES com o tema “Ensino Superior no Brasil e Condições de Trabalho Docente nas IPES”.
5. Desenvolver ações políticas e jurídicas que possibilitem a representação sindical dos docentes das IPES.

II – PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Organizar as lutas que buscam a aprovação de percentual específico do orçamento dos estados e municípios para os sistemas estadual e municipal de ensino superior, na forma de subvinculação orçamentária, além de lutar pela implementação de leis que definem subvinculação orçamentária nos estados que já possuem a referida legislação.
2. Fomentar, a partir das regionais do ANDES-SN, a criação dos fóruns estaduais dos três segmentos: técnicos, docentes e estudantes.
3. Intensificar o trabalho político para a criação de fóruns estaduais das seções sindicais.
4. Aprofundar, por intermédio da coordenação do setor, conjuntamente com as seções sindicais das IEES/IMES, o debate sobre: autonomia, democracia, financiamento, carreira e contrarreforma da previdência.
5. Integrar, nas pautas específicas das seções sindicais em 2013, o tratamento isonômico na carreira para os docentes em estágio probatório.
6. Aprofundar a luta contra a privatização das IEES/IMES, incluindo as lutas contras as fundações de apoio, PPPs, bem como contra outros modelos de privatização interna.

7. Realizar, no dia 29 de maio de 2013, por ocasião da definição da LDO, um dia nacional em defesa do financiamento e da autonomia das universidades estaduais e municipais.

8. Aprofundar o debate nas seções sindicais, pautar no XI Encontro das IEES/IMES e GTPE a expansão do ensino superior incluindo a discussão sobre movimentos populares que lutam pela federalização de IES.

9. Incluir na pauta das reuniões das secretarias regionais a temática do XI Encontro do Setor das IEES/IMES.

10. Realizar, no 2º semestre de 2013, o XI Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES, conforme planilha a seguir.

Planilha de despesas do XI Encontro Nacional das IEES/IMES
Segundo semestre de 2013 – Brasília/DF

SEÇÃO SINDICAL	Trechos	Despesa com Deslocamento - BSB	Despesa com Hospedagem	Despesa com Diárias
<i>Regional Norte 1</i>				
SIND-UEA	MAO/BSB/MAO	R\$ 642,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
1 convidado da UERR	BVB/BSB/BVB	R\$ 819,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
<i>Regional Norte 2</i>				
SINDUEPA	BEL/BSB/BSB	R\$ 700,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
1 convidado da UEAP	MCP/BSB/MCP	R\$ 1.200,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
<i>Regional Nordeste 1</i>				
1 convidado da UEMA	SLZ/BSB/SLZ	R\$ 572,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
SINDCENTEC-JN	FOR/BSB/FOR	R\$ 700,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
ADCESP	THE/BSB/THE	R\$ 1.110,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
UEMA	SLZ/BSB/SLZ	R\$ 500,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
<i>Regional Nordeste 2</i>				
ADESA-PE	REC/BSB/REC	R\$ 618,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
1 Convidado das Autarquias Municipais do Interior de Pernambuco	REC/BSB/REC	R\$ 618,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
<i>Regional Rio de Janeiro</i>				
ADUEZO	RIO/BSBRIO	R\$ 342,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
<i>Regional Leste</i>				
SINDUEMG	BHZ/BSB/BHZ	R\$ 220,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
<i>Regional Planalto</i>				

1 convidado da Unitins	PMW/BSB/PMW	R\$ 292,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
ADUEG	GYN/BSB/GYN	R\$ 275,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
Fecipar –TO	Paraíso-TO	R\$ 482,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
Fecolinas – TO	Colinas-TO	R\$ 482,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
SESDFESG	Goiatuba-Go	R\$ 375,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
<i>Regional Sul</i>				
Aprudesc	FLN/BSB/FLN	R\$ 586,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
Adunicentro	CWB/BSB/CWB	R\$ 500,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
<i>Regional Rio Grande do Sul</i>				
1 convidado da UERGS				
	POA/BSB/POA	R\$ 568,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
Total		R\$ 11.601,00	R\$ 9.000,00	R\$ 6.000,00
Total Geral		R\$ 26.601,00		

HOTEL BSB =ST. PAUL R\$ 150,00 (3 diárias final de semana)
PEÇOS SUJEITOS A ALTERAÇÃO E DISPONIBILIDADE
PEÇOS SUJEITOS A ALTERAÇÃO E DISPONIBILIDADE

III – PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFE

O 32º Congresso do ANDES-SN delibera:

A – NO ÂMBITO DO ESPAÇO DE UNIDADE DE AÇÃO

Mobilizar os docentes para inserir as seções sindicais do Setor das IFE nas atividades que comporão a jornada de lutas classistas pelos direitos dos trabalhadores, articulada no âmbito do Espaço de Unidade de Ação para o ano de 2013.

B- NO ÂMBITO DOS SPF

1.1. Intensificar a ação na CNESF (Coordenação Nacional de Entidades dos Servidores Federais) para fortalecê-la como espaço organizativo de luta dos SPF.

1.2. Indicar para as seções sindicais do ANDES-SN a articulação em âmbito local com as demais entidades dos SPF.

1.3. Contribuir para a criação e ou rearticulação dos Fóruns/Coletivos Estatuais de Servidores Públicos.

2. Propor a implementação da Campanha 2013 dos SPF, a partir de eixos e calendário construídos na CNESF, de forma articulada com outras entidades dos servidores públicos federais que se disponham a lutar, integrando e consolidando a unidade política de ação dos servidores públicos federais.

3. Propor para as demais entidades os seguintes eixos para a Campanha 2013:

3.1 Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores.

3.2 Implementação de negociação coletiva no setor público e direito de greve irrestrito. Exigir a efetivação de processo de negociação, a partir da CNESF, para colocar em prática as determinações da Convenção 151 da OIT. Atuar contrariamente a qualquer iniciativa que restrinja o direito de greve no serviço público.

3.3 Exclusão de dispositivos antidemocráticos da PPA/LDO/LOA, como o artigo 76 da LDO/2011, que visam obstruir a negociação com os servidores públicos sobre os seus direitos.

3.4 Retirada de qualquer proposta de Emenda Constitucional (PEC), projetos de Lei (PL), Medidas Provisórias (MP) e Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos, tais como: PL 549/09 – congelamento dos salários por dez anos, PL 248/98 – demissão dos servidores públicos por “insuficiência de desempenho”, PL 92/07 – cria as fundações estatais de direito privado, PL 1992/07 – transfere a aposentadoria dos servidores públicos para os fundos de pensão, PEC 369 – restringe o direito à organização dos trabalhadores e o direito de greve, entre outros.

3.5 Cumprimento, por parte do governo, dos acordos firmados e não cumpridos.

3.6 Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas e aprovação da PEC 555.

3.7 Definição de data-base (1º de maio).

3.8 Política salarial permanente, com reposição inflacionária, valorização do salário-base e incorporação das gratificações.

3.9 No âmbito da luta contra a flexibilização dos direitos dos trabalhadores, fortalecer a articulação das entidades representativas dos servidores públicos em unidade de ação

com as demais organizações dos trabalhadores, nas ações contra o Acordo Coletivo Especial – ACE;

4. Dar prosseguimento às ações unitárias de servidores públicos com outras organizações, entidades e movimentos sociais, ampliando a experiência da jornada de lutas articulada no âmbito do Espaço de Unidade de Ação e realizada em 2012;

5. Estabelecer calendário unificado de lutas, de comum acordo com as demais entidades de servidores públicos federais.

6. Articular, em conjunto com a CNESF e o Fórum das entidades dos SPF, ações de esclarecimento e denúncia sobre o FUNPRESP, com destaque para a irreversibilidade da adesão.

C – QUANTO À PAUTA ESPECÍFICA DO SETOR

1. Retomar e intensificar a luta pela reestruturação da carreira docente, por valorização salarial e por melhoria das condições de trabalho, tendo como referência a pauta do Setor e o projeto de carreira única aprovado no 30º Congresso;

1.1. Atualizar a estratégia de negociação e as iniciativas políticas para conquistar a reestruturação da carreira docente a partir do balanço da greve de 2012 das IFE;

1.2. Delegar à diretoria do ANDES-SN a condução do processo de negociação, bem como as deliberações pertinentes, de acordo com o posicionamento do Setor das IFE, tendo como referência a proposta de Carreira de Professor Federal aprovada no 30º Congresso.

1.3 Definir as atividades de mobilização e ações de luta – articuladas com o Sinasefe - para conquistar a reestruturação da carreira docente.

1.3.1 Recepcionar os docentes em 2013, em cada período letivo, com materiais específicos a respeito da situação sobre a carreira docente considerando a vigência da Lei 12.772/12 e conclamando para intensificar a luta pela sua reestruturação.

1.3.2 Aprofundar a discussão sobre a Carreira de Professor Federal com os professores e nos conselhos superiores das IFE, com o objetivo de retomar a força do movimento de apoio à nossa proposta.

1.3.3 Buscar interlocução com a ANDIFES, CONIF, CONDCAP e CODETUF, com o objetivo de obter apoio à reestruturação da carreira docente, conforme proposta pelo ANDES-SN

1.3.4 Atuar no âmbito do Congresso Nacional no sentido de buscar apoio na luta pela reestruturação da carreira docente, conforme proposta pelo ANDES-SN.

1.3.5 Pressionar as lideranças partidárias e presidentes das Comissões de Educação e de Serviço Público, na Câmara e no Senado, tendo como referência a retomada da luta pela reestruturação da carreira docente.

2. Desencadear a campanha específica do Setor das IFE em 2013, nos seguintes termos:

2.1 Desenvolver ações nacionalmente articuladas, tendo como referência a Pauta de Reivindicações aprovada neste 32º Congresso e a atualização das pautas locais pelas seções sindicais para estabelecer negociações concomitantes em todas as IFE.

2.1.1 Ampliar a mobilização da base em torno da Campanha 2013, a partir de balanços periódicos realizados nas reuniões do Setor, tendo como referência o Plano de Lutas aprovado no 32º Congresso.

2.1.2 Coordenar as ações de enfrentamento e a troca de informação sobre as diversas lutas empreendidas pelas seções sindicais, dando visibilidade nacional, sob o eixo geral: LUTA PELA QUALIDADE ACADÊMICA, POR CONDIÇÕES DE TRABALHO E VALORIZAÇÃO SALARIAL.

2.1.3 Ampliar a produção dos dossiês que registrem os problemas vivenciados pelas IFE, com descrições de fatos, mobilizações, fotos, vídeos etc. Elaborar matérias e boletins a partir dos fatos expressos nesses registros, para dialogar com a sociedade e mobilizar a categoria.

2.2 Dar continuidade à luta em defesa dos Colégios de Aplicação – CAp e das Escolas Vinculadas às IFE, priorizando:

2.2.1 Denunciar que o ataque aos CAp é também um ataque à autonomia das IES onde eles são instituídos.

2.2.2 Mobilizar a categoria para reverter os ataques que têm sido perpetrados contra os CAp, utilizando para isso a divulgação de análises críticas, políticas e jurídicas que demonstrem os movimentos do governo no sentido do desmonte dos CAp, restringindo vagas de pessoal, condições de trabalho e tratamento dado em relação à carreira docente.

2.2.3 Intensificar a luta contra a diferenciação entre professores do magistério superior e professores da Educação Básica Técnica e Tecnológica – EBTT, em direção a uma carreira única;

2.2.4 Lutar pela garantia da autonomia acadêmico-política dos CAp no contexto das universidades públicas, a responsabilidade pela sua manutenção e desenvolvimento, além das condições de trabalho adequadas a essa natureza, dando continuidade ao debate interno no sindicato para aperfeiçoar a elaboração e ajustar as ações nesse mesmo sentido;

2.2.5 Pautar discussão conjunta no GTPE sobre atividades acadêmico-políticas dos CAp.

2.2.6 Desenvolver trabalho para discutir a regulamentação da progressão na carreira EBTT, editada pelo governo em 2012, enfatizando a discussão da carreira única em curso, e lutando para que seja garantido o direito à progressão dos docentes numa perspectiva de afirmação e ampliação de direitos;

2.2.7 Que as seções sindicais promovam seminários e debates em cada IFE sobre a situação das escolas vinculadas, casas de cultura e outras realidades, recolhendo informações detalhadas sobre essas unidades universitárias, a serem encaminhadas para a secretaria do ANDES-SN com o objetivo de compor um diagnóstico nacional.

2.2.8 As seções sindicais deverão realizar campanhas pela garantia da vinculação dos CAp à estrutura acadêmica das IFE.

2.3 Aprovar o cronograma da Campanha Específica do Setor em 2013:

2.3.1 Protocolar nas instâncias governamentais e divulgar a Pauta da Campanha a partir de março.

2.3.2 Atualizar as pautas locais em todas as seções sindicais e estabelecer negociação com as reitorias tendo como referência a PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS DOCENTES DAS IFE aprovada neste 32º Congresso.

2.3.3 Ajustar o cronograma de lutas da Campanha 2013 nas reuniões do Setor das IFE até o final do mês de março.

2.3.4 Intensificar a luta contra as fundações de apoio e colaborar com o Ministério Público Federal para apuração das irregularidades em suas relações com as IFE.

2.3.5 Intensificar a denúncia dos cursos pagos como violação do princípio da gratuidade de ensino e lutar pelo fim da cobrança de quaisquer valores nos cursos das universidades.

2.4 Atualizar a pauta para 2013, conforme segue:

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS DOCENTES DAS IFE – CAMPANHA 2013

1. UNIVERSIDADE PÚBLICA E O TRABALHO DOCENTE (demandas gerais)

a) garantia de que o caráter público da universidade, sua autonomia constitucional e a função social da atividade docente sejam os elementos definidores das políticas de financiamento e do regramento das relações de trabalho;

b) garantia de financiamento público estável e suficiente para as IFE, assegurando incrementos compatíveis para a expansão com qualidade, tal como apresentado no PNE da Sociedade Brasileira;

c) garantia das condições adequadas para que o exercício do trabalho docente se desenvolva fundamentado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, em busca do padrão unitário de qualidade;

d) garantia de carreira única para todos os docentes das IFE;

e) garantia de aposentadoria integral, de forma a assegurar a paridade entre ativos e aposentados, resguardando o poder aquisitivo dos proventos, além de todos os direitos e vantagens percebidos quando da aposentadoria;

f) garantia das condições para que as IFE cumpram a sua responsabilidade de oferecer educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade para todos, como direito social e dever do Estado, combatendo todas as formas de precarização decorrentes das iniciativas que vêm sendo impostas a título de reforma universitária;

g) garantia de que a contratação do corpo docente se dê unicamente pelo Regime Jurídico Único;

h) manutenção da estabilidade no emprego como regra nas IFE e nos serviços públicos;

i) garantia do princípio da isonomia salarial entre cargos públicos com funções, titulação e regime de trabalho equivalentes;

j) garantia do caráter público e da função social das IFE, assim como sua desprivatização;

k) garantia de estatuto jurídico público para as IFE e seus órgãos complementares, preferencialmente como autarquias de regime especial, assegurando a responsabilidade do Estado e a autonomia universitária constitucional;

l) garantia de um sistema de avaliação institucional das IFE de caráter autônomo e democrático, tendo como referência o projeto político acadêmico de cada instituição, resguardando-se o integral financiamento público do sistema;

m) garantia de condições estruturais e acadêmicas que propiciem a universalização do acesso dos estudantes às universidades públicas do país;

n) garantia da gratuidade, integralidade e universalidade das ações dos hospitais universitários (HUs), com adoção de medidas contra sua mercantilização e privatização.

2. AUTONOMIA, FINANCIAMENTO E VAGAS DOCENTES –

- a)** cumprimento do preceito constitucional que dispõe recursos à manutenção e desenvolvimento do ensino público, aplicando o índice nunca inferior a 18% previsto sobre a arrecadação líquida de impostos, somando-se a arrecadação das contribuições, excluídas apenas as contribuições relativas à previdência social e ao salário educação, e destinando no mínimo 75% desses recursos às IFE;
- b)** preenchimento dos cargos atualmente vagos e a criação de novos cargos, pelo RJU/PUCRCE, em dedicação exclusiva, para suprir as necessidades da política de expansão das IFE, com a realização imediata de concursos públicos;
- b.1)** Autorizar a imediata realização de concursos públicos que preencham, com professores efetivos, preferencialmente em regime de dedicação exclusiva, todas as vagas abertas pela Lei nº 12.677/2012, e imediata contratação dos concursados;
- b.2)** assegurar a distribuição transparente dos cargos respeitando as necessidades definidas autonomamente por cada IFE;
- b.3)** recompor o quadro docente das IFE considerando o déficit historicamente acumulado nas últimas três décadas; ou seja, além do número de vagas não repostas decorrentes de aposentadoria, de invalidez, de morte e de demissões, considerar o crescimento proporcional do número de vagas e cursos criados a partir do REUNI e o que está previsto para a sua respectiva consolidação;
- c)** contratação de professores substitutos, limitada às situações eventuais de excepcionalidade para suprir a falta de professor na carreira, por prazo determinado, decorrente de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para qualificação docente, licenças e afastamentos previstos na Lei 8.112 – RJU;
- c.1)** assegurar que a ampliação do número de matrículas e criação de cursos sejam condicionadas à ampliação do número de cargos docentes preferencialmente em regime de dedicação exclusiva, e técnico-administrativo, conforme projeção de necessidades definida de forma autônoma em cada unidade acadêmica, com autorização de concursos efetivos, espaço físico e equipamentos adequados.
- d)** retirada do PLP nº 92/07, que autoriza o Poder Público a instituir, em várias áreas do serviço público, as chamadas Fundações Estatais de Direito Privado, autorizando a venda de serviços que hoje se constituem em direitos de cidadania sob responsabilidade do Estado;
- e)** manutenção da natureza jurídica dos HUs em autarquias públicas vinculadas ao MEC e às universidades públicas, com financiamento viabilizado por meio de recursos públicos oriundos da seguridade social, da ciência e tecnologia e da educação, de modo a garantir condições adequadas de funcionamento, preservando as finalidades concomitantes de integrar-se à rede do SUS e suas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- e.1)** intensificar a luta pela não adesão ao EBSEH
- f)** autonomia de nomeação, pelas IFE, de seus procuradores jurídicos, com garantia de atuação igualmente autônoma, sem subordinação administrativa à AGU;
- g)** prioridade do financiamento da educação pública em relação ao pagamento dos encargos da dívida pública;

h) instituição de uma mesa de negociação para discutir o orçamento das IFE na perspectiva de estabelecer os quantitativos de suplementações necessárias ao orçamento de 2013, além das diretrizes e montantes para a LDO e LOA de 2014, tendo como referência a garantia de orçamento global, mantendo-se separadas as rubricas de Pessoal e OCC, de forma a que os recursos para OCC sejam de, no mínimo, 28% dos recursos destinados à despesa de pessoal e encargos em cada IFE, e mais 3% da soma dos recursos de Pessoal e OCC para assistência estudantil, além dos recursos destinados à expansão e fomento;

i) Conclusão imediata das obras e reforma de infraestrutura para atender a expansão precarizada promovida pelo REUNI garantindo plenamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

i.1) conclusão das obras com prazo de conclusão vencido já iniciadas nas IFE;

i.2) construção de salas de aula respeitando o limite de vagas ofertadas para o ingresso dos alunos em cada curso;

i.3) construção dos laboratórios, clínicas, ambulatorios e demais espaços previstos nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, atendendo às normas de biossegurança;

Grupo 8 (13F, 01C, 04A)

i.4) adequação dos laboratórios, clínicas e ambulatorios já existentes às normas de biossegurança, bem como adequação dos demais espaços previstos nos projetos políticos pedagógicos;

i.5) criação de restaurantes universitários que atendam à demanda da comunidade universitária, definida em cada IFE e ligada às suas estruturas de gestão autônoma e democrática;

i.6) adequação de todas as estruturas físicas das IFE (já existentes, em construção, e a serem construídas) às normas de acessibilidade vigentes no país;

i.7) realizar auditoria sobre o REUNI, avaliando as metas impostas de expansão de matrículas e a contrapartida governamental no que concerne à ampliação de recursos humanos e instalações físicas;

i.8) condicionar a continuidade do processo de expansão em curso à avaliação das metas do REUNI e ao atendimento de todas as demandas de pessoal e infraestrutura;

j) afastar qualquer possibilidade de medidas que possam levar a contingenciamentos ou retenções de verbas orçadas, exigindo regularidade no fluxo de liberação financeira;

k) manutenção dos saldos de exercício financeiro na instituição para execução no ano seguinte;

l) aplicação imediata de recursos públicos, da ordem de 1,5% do PIB, em ciência e tecnologia;

m) fixação de recursos, nos orçamentos das IFE, para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão, com a definição democrática desses valores;

n) políticas de incentivo à pesquisa dos órgãos financiadores direcionadas às instituições públicas federais de educação básica, técnica e tecnológica;

o) autonomia das universidades no que diz respeito aos instrumentos centralizados de gestão administrativa e financeira do governo;

p) revogação da cobrança de taxas, a qualquer título, nas IFE;

- q)** desvinculação das IFE com as fundações privadas ditas de apoio, impedindo o estabelecimento de convênios e ajustes para implementação de suas atividades fins, devendo para isso recuperar as suas instâncias administrativas de infraestrutura e pessoal competente para tais tarefas;
- r)** remoção, respeitadas as regras de controle e transparência do uso do dinheiro público, das dificuldades legais e entraves administrativos que dificultam o bom andamento do trabalho acadêmico e administrativo das IFE, em especial a execução de projetos e convênios de interesse acadêmico da instituição;
- s)** exigir, junto ao MEC, a realização de concursos para as vagas já existentes e a criação de novas vagas para atender às demandas atuais dos Colégios de Aplicação;
- t)** exigir, junto ao MEC, à SESu e à ANDIFES que assumam a responsabilidade pelos Colégios de Aplicação, respeitando a autonomia universitária
- u)** exclusão de dispositivos antidemocráticos do PPA/LDO/LOA 2014, como o artigo 76 da LDO/2013, que visam obstruir a negociação com os servidores públicos sobre os seus direitos.

3. DEMOCRATIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

- a)** escolha dos dirigentes pela comunidade universitária em eleições diretas, no mínimo paritárias;
- b)** respeito aos resultados dos processos eleitorais em que a comunidade universitária escolhe os dirigentes das IFE, garantindo a sua homologação no âmbito da própria instituição;
- c)** definição democrática de critérios públicos para a distribuição interna de recursos e de cargos, além de outras medidas de transparência na gestão;
- d)** condições equânimes de participação na vida acadêmico-institucional a todos os docentes, inclusive os substitutos, os em estágio probatório e os dos *campi* descentralizados;
- d.1)** combater e exigir a punição das práticas de assédio moral crescentes nas IFE, em especial aos docentes em estágio probatório;
- e)** lutar para que seja respeitada a decisão contrária à adesão EBSEERH, dos conselhos universitários, sem prejuízos de destinação orçamentária;
- f)** assegurar o direito à livre manifestação política nos *campi*.
- g)** garantia de liberação para o exercício de mandato classista, sem perda da remuneração e demais direitos, mediante alteração do artigo 92 da Lei nº 8112/90 (RJU);
- h)** contra a cobrança de qualquer contribuição sindical compulsória;
- i)** lutar para que sejam definidas/revisadas, com urgência, as normas institucionais das IFE (estatuto, regimento e outras) por meio de processos democráticos, dos quais participe toda a comunidade envolvida;
- j)** processos de democratização e revalorização dos órgãos colegiados;
- k)** revogação imediata da Lei nº 9192/95, do Decreto nº 1916/96, que a regulamenta, e do parágrafo único do artigo 59 da LDB – 9394/96, que ferem os preceitos constitucionais da democracia e da autonomia universitária na escolha de dirigentes;

l) democratização das agências de fomento à pesquisa como CAPES, CNPq e FINEP.

4. CONDIÇÕES DE TRABALHO, CAPACITAÇÃO E SEGURIDADE

a) eliminação de todas as formas de precarização do trabalho docente, tais como: aumento da relação professor/aluno e de horas em sala de aula, vinculação de parcela do salário ao cumprimento de metas quantitativas, posto que descaracterizam a carreira docente e prejudicam a qualidade do trabalho docente;

b) impedimento de qualquer tipo de contrato precário de trabalho, assim como dos mecanismos que impliquem a transferência de responsabilidades docentes para estudantes de pós-graduação, estagiários ou técnico-administrativos;

c) condições adequadas de funcionamento dos novos cursos, especialmente nos *campi* descentralizados, para que a comunidade acadêmica possa desenvolver, com qualidade, seu trabalho, que, em relação aos docentes, implica o respeito ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

d) ampliação da infraestrutura necessária à pesquisa nas IFE, incluindo laboratórios, equipamentos, logística, pessoal e setores administrativos da própria instituição com capacidade de gerenciamento eficiente de projetos e convênios;

e) recuperação do preceito constitucional original de paridade e integralidade da aposentadoria;

f) eliminação do padrão do produtivismo científico que, além de reforçar uma competição individualista, tem contribuído para a redução na qualidade da produção acadêmica;

g) eliminação, no sistema de avaliação acadêmica, de qualquer exigência do cumprimento de metas burocrático-gerenciais;

h) reversão da crescente criminalização do direito de divergir, bem como combate à perseguição àqueles que lutam em defesa da universidade pública;

i) combate ao assédio moral, causa crescente de doenças físicas e psíquicas dos docentes, denunciando-o ao Ministério Público e às Delegacias do Trabalho;

j) controle dos fatores determinantes das condições de insalubridade, periculosidade, penosidade e que representem qualquer tipo de risco à saúde dos docentes em suas atividades acadêmicas;

k) condições de funcionamento para as atividades acadêmicas noturnas idênticas às aquelas oferecidas durante os expedientes diurnos;

l) apoio oficial adequado à capacitação docente, tanto dos órgãos de fomento como da própria IFE, o que envolve atualização do valor das bolsas de estudo e dos seus prazos de cobertura, repudiando a precariedade contida no ProDoutoral/PLANFOR.

5. CARREIRA ÚNICA

a) exigir do governo a imediata abertura de negociações para reestruturação da Carreira do Magistério Federal;

b) retirada da PEC nº 306/08, bem como qualquer outra iniciativa que proponha a extinção do RJU e a contratação via CLT nos serviços públicos;

c) restauração dos direitos dos servidores públicos suprimidos do texto original da Lei nº 8112/90 (RJU);

d) extinção do mecanismo de gestão da força de trabalho docente através do banco de professor-equivalente, dado seu caráter precarizador e fragmentador da categoria, a fim de garantir que todos os professores efetivos nas IFE tenham direito ao regime de dedicação exclusiva.

6. POLÍTICA SALARIAL

Estabelecimento de pontos comuns com os SPF:

a) revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos, como preceitua a Constituição, em índice no mínimo igual à desvalorização monetária, de acordo com o ICV DIEESE;

b) estabelecimento de política salarial que recupere as perdas históricas;

c) reivindicar do governo a retomada do processo de discussão, a fim de definir as Diretrizes Gerais para Planos de Carreira dos Servidores Públicos (DPC);

d) reconhecimento da data-base em 1º de maio;

e) restabelecimento dos anuênios;

f) pagamento imediato de todos os precatórios pendentes. Pontos da política salarial dos docentes das IFE;

g) piso salarial para os docentes das IFE nos termos do artigo 7º, inciso 5º, combinado com o artigo 206, incisos 5º e 8º da Constituição Federal, no valor do salário-mínimo do DIEESE em 1º de janeiro de 2013, para docente graduado em Regime de Trabalho de 20 h;

h) equivalência da remuneração e condições de trabalho dos professores substitutos com a dos docentes efetivos com a mesma titulação e regime de trabalho;

i) manutenção dos valores destinados a cobrir as despesas de pessoal e encargos dos aposentados e pensionistas com recursos do Tesouro Nacional, no orçamento e na folha de pagamentos da IFE de origem. Esse pagamento não será incluído a título de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

j) reversão do confisco nos proventos de aposentadoria e pensão decorrentes da exigência de contribuição dos aposentados e pensionistas à Previdência, bem como dos impactos decorrentes da Lei nº 11.784/08.

7. PROPOSTA SALARIAL

a) incorporação de todas as gratificações ao vencimento, assegurando isonomia salarial pela remuneração integral e uniforme do trabalho prestado pelo professor do mesmo nível da carreira, mesmo regime de trabalho e mesma titulação;

b) piso remuneratório no valor de R\$ 2.561,47, correspondente ao salário-mínimo do DIEESE em 1º de janeiro de 2013 para docente graduado, em Regime de Trabalho de 20 h;

c) interstício de 5% entre os níveis da carreira;

d) remuneração integral e isonômica dos integrantes de mesmo nível da carreira, que unifique em uma linha só no contracheque os percentuais correspondentes à titulação e

regime de trabalho. Os percentuais de acréscimos relativos à titulação serão: de 75% para doutor ou livre-docente; de 37,5% para mestre; de 18% para especialização; de 7,5% para aperfeiçoamento. Tendo por base o regime 20 horas semanais, os percentuais de acréscimo relativo ao regime de trabalho serão: 100% para o regime de 40 horas; 210% para o regime de DE;

e) paridade e integralidade para os aposentados;

f) reposicionamento, de forma a resguardar a posição do docente em relação ao topo da carreira na data da aposentadoria, e garantia dos direitos decorrentes da aplicação do artigo 192, da Lei nº 8.112/90 (RJU), aos docentes que se aposentaram até 1997 e aos seus pensionistas.

3 – OUTROS ENCAMINHAMENTOS

1. Que as seções sindicais e o GTSS/A discutam as questões referentes a monetarização do risco e necessidade de regulamentação adicional às questões de insalubridade e periculosidade, para posterior posicionamento do ANDES-SN.

2. que na próxima reunião setorial das IFE seja pautada a GEL, de acordo com o Decreto 493/92 presidencial, de 10 de abril, e que a AJN tome as providências necessárias sobre a implementação do decreto.

RATEIO DO 32º CONGRESSO

Nº	SSIND	Nº Filiados	Nº Deleg Permitido	Nº Deleg Presentes	Fator	Cota	Taxa Obs	Passagem Aérea/ Terres	Pagar Receber (-)
1	ADUA	856	8	7	7	9.609,64	0,00	10.596,18	-986,54
2	SESDUF-RR	280	4	4	4	4.594,00	0,00	6.837,36	-2.243,36
3	ADUFAC	504	7	1	1	3.010,36	0,00	1.709,34	1.301,02
4	ADUFPA	1.627	10	10	10	15.461,83	80,00	10.637,40	4.904,43
5	SINDUFPA-MAR	70	2	2	2	1.996,70	0,00	5.971,20	-3.974,50
6	SINDUFAP	182	3	3	3	3.325,38	120,00	5.671,62	-2.226,24
7	APRUMA	1.049	9	5	5	8.741,21	0,00	10.545,00	-1.803,79
8	ADCESP	358	5	3	3	4.080,42	0,00	7.768,80	-3.688,38
9	ADUFPI	1.293	9	9	9	13.180,77	120,00	23.306,40	-10.005,63
10	SINDUECE	262	4	4	4	4.516,78	0,00	2.762,16	1.754,62
11	SINDURCA	170	3	2	2	2.425,70	0,00	1.496,28	929,42
12	ADUFRN/ADUERN	948	8	6	6	9.156,12	0,00	10.951,92	-1.795,80
13	ADUFCG	745	7	7	7	9.133,45	80,00	7.861,48	1.351,97
14	SINDUNIVASF	71	2	2	2	2.000,99	0,00	3.355,08	-1.354,09
15	ADUFEPE	2.158	11	11	11	18.588,02	80,00	17.660,94	1.007,08
16	ADUFERSA	220	4	1	1	1.792,00	0,00	1.825,32	-33,32
17	ADUFERPE	694	7	7	7	8.914,66	240,00	11.238,78	-2.084,12
18	ADUFPB	2.403	11	11	11	19.639,07	80,00	12.017,94	7.701,13
19	ADUNEB	879	8	8	8	10.556,51	120,00	5.020,32	5.656,19
20	ADUFS-BA	553	7	7	7	8.309,77	80,00	4.501,14	3.888,63
21	APUR	169	3	2	2	2.421,41	0,00	1.281,96	1.139,45
22	ADUFS	1.063	9	9	9	12.194,07	0,00	8.469,90	3.724,17
23	ADUFAL	1.300	9	7	7	11.514,40	0,00	7.777,98	3.736,42
24	ADUSB	734	7	7	7	9.086,26	40,00	5.025,30	4.100,96
25	ADUSC	474	6	4	4	5.426,26	0,00	2.884,92	2.541,34
26	ADFUNREI	455	6	6	6	7.041,15	0,00	2.799,00	4.242,15
27	ADUFES	1.563	10	10	10	15.187,27	0,00	5.520,00	9.667,27
28	ADUFOP	538	7	3	3	4.852,62	0,00	1.360,08	3.492,54

2						13.034,9			
9	ADUFU	1.259	9	9	9	1	0,00	4.795,58	8.239,33
3						11.418,8			
0	APES-JF	1.080	9	8	8	0	0,00	249,84	11.168,96
3									
1	SINDFAFEID	150	3	3	3		40,00	1.447,56	1.780,54
3									
2	ADUFLA	550	6	3	3		0,00	1.421,01	3.483,09
3						11.970,9			
3	ASPUV	1.011	9	9	9	9	80,00	4.306,50	7.744,49
3									
4	SINDCEFET - MG	497	6	6	6		0,00	2.631,24	4.590,09
3						17.384,9			
5	ADUNB	2.273	11	9	9	7	0,00	4.330,26	13.054,71
3									
6	APUG	227	4	3	3		0,00	3.147,68	370,75
3						12.366,8			
6	ADUFMAT	1.301	9	8	8	9	0,00	7.156,32	5.210,57
3									
8	ADUFDOURDOS	195	3	3	3		0,00	1.396,53	1.984,62
3									
9	ADUEMS	329	5	4	4		0,00	1.862,04	2.942,17
4						12.846,1			
0	ASDUERJ	1.215	9	9	9	5	40,00	0,00	12.886,15
4						25.136,4	1.760,0		
1	ADUFRJ	3.289	13	13	13	1	0	0,00	26.896,41
4									
2	ADCEFET-RJ	500	6	6	6		0,00	0,00	7.234,20
4									
3	SESDUENF	189	3	3	3		0,00	189,13	3.166,28
4									
4	ADUNI-RIO	725	7	7	7		80,00	0,00	9.127,65
4						20.929,1			
5	ADUFF	2.506	12	12	12	4	480,00	54,00	21.355,14
4						10.316,2			
6	ADUR-RJ	823	8	8	8	7	200,00	31,20	10.485,07
4									
7	ADUNESP	1.344	9	2	2		0,00	2.091,42	5.370,74
4						11.647,9			
8	ADUNICAMP	2.122	11	3	3	8	0,00	1.441,80	10.206,18
4						22.297,6		10.519,2	
9	ADUSP	2.825	12	12	12	5	0,00	0	11.778,45
5									
0	ADUNIFESP	648	7	6	6		0,00	5.259,60	2.609,52
5						22.482,1			
1	APUFPR	2.868	12	12	12	2	200,00	6.724,08	15.958,04
5									
2	ADUNIOESTE	244	4	2	2		0,00	1.358,56	1.384,60
5									
3	SINDUTF-PR	896	8	7	7		0,00	3.922,38	5.858,86
5									
4	ADUNICENTRO	140	3	3	3		0,00	1.787,76	1.357,44
5									
5	SINDUEPG	233	4	2	2		0,00	1.152,72	1.543,25
5									
6	SESDUEM	282	4	1	1		0,00	660,68	1.397,30
5									
7	S.SIND. Da UFSC	203	4	4	4		0,00	4.572,00	-308,33
5	APROFURG	796	7	4	4		0,00	6.385,56	422,08

8									
5						11.312,7		11.042,0	
9	ADUFPEL	1.253	9	7	7	7	0,00	1	270,76
6						13.288,0		14.320,2	
0	SEDUFMS	1.318	9	9	9	2	0,00	6	-1.032,24
		54.909	421	355	355,	536.670,	3.920,0	301.110,	235.829,6
					0	61	0	71	4

PREVISÃO DE DESPESAS 32º CONGRESSO						ANDES-SN RATEIO		ADUFRJ RATEIO	
Especificação									
1-PESSOAL									
ANDES-SN (Secretaria, Tesouraria e Imprensa)									
Passagens Aéreas/ Terrestre/ Hospedagem						2.952,67		0,00	
Diárias						6.000,00		0,00	
Horas extras						18.500,00		6.000,00	
Subtotal						27.452,67		6.000,00	
2 - IMPRENSA E DIVULGAÇÃO									
Arte do Folder						0,00		22.800,00	
Caderno Textos (papel, transporte, toner)						1.078,80		0,00	
Cartazes Gráfica						0,00		2.070,00	
Encadernação						0,00		60,00	
Faixas						0,00		0,00	
Convites (impressão)						0,00		600,00	
Folder						0,00		0,00	
Banner						0,00		1.143,65	
Serviço de Impressão/Informativo do Congresso						9.000,00		0,00	
Impressora para imprensa						0,00		2.300,00	
						<u>0,00</u>		<u>0,00</u>	
Subtotal						10.078,80		28.973,65	
3 – INFRAESTRUTURA									
Estrutura Física									
Combustível						0,00		0,00	
Correio						0,00		4.972,90	
Técnico de Informática						0,00		2.000,00	
Transportadora						4.763,81		160,00	
Aluguel de rádios						0,00		2.570,00	
Aluguel de cadeiras e mesas						0,00		8.615,00	
Aluguel Balcão e Armário						0,00		2.460,00	
Aluguel de Notebooks						0,00		14.800,00	
Suporte Técnico de Informática						0,00		4.007,40	
Apresentação Cultural						0,00		3.000,00	
Projetor Multimidia						0,00		0,00	
Cópias e Impressões						0,00		5.400,00	

Roteador	0,00	230,00
Lixeiras	0,00	340,00
	4.763,81	48.555,30
Prestação de Serviços		
Encargos sociais	0,00	0,00
Táxi	385,00	400,00
Som e Filmagem	0,00	750,00
Enfermeiro/ Ambulância	0,00	13.200,00
Manutenção de equipamentos	0,00	400,00
Pessoal de Apoio (Acadêmicos)	0,00	16.000,00
Água/ Bebedouro	0,00	2.355,00
Coffe Break	0,00	22.000,00
	385,00	55.105,00
Material de Consumo		
Medicamentos farmácia	0,00	133,00
Material de Escritório e expediente	83,31	3.049,75
Material de Consumo	0,00	934,91
Tonner e Cartucho de Tinta	1.124,00	0,00
	1.207,31	4.117,66
Material distribuído aos delegados e observadores		
Marcador de Texto/ Dia da Mulher	680,00	0,00
Pastas/ Bolsas	0,00	0,00
Camisetas	0,00	8.330,00
Crachá	0,00	1.760,00
Guia do Congressista	0,00	3.127,50
Canetas Ecológica	0,00	1.100,00
Blocos	0,00	2.080,00
Brindes/Caneca	0,00	0,00
Subtotal	680,00	16.397,50
4 - COMISSÃO ORGANIZADORA		
Diárias	2.200,00	0,00
Passagens Aéreas	5.062,50	0,00
Hospedagem	3.326,93	0,00
Subtotal	10.589,43	0,00
5- Despesa c/ transporte de um delegado das S.Sindicais c/ menos de 101 filiados.	25.000,00	0,00
	0,00	0,00
Subtotal	25.000,00	0,00
TOTAL	80.157,02	159.149,11

239.306,13

CADERNO DE TEXTOS

32º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional

Rio de Janeiro/RJ, 4 a 9 de março de 2013

Tema Central: Sindicato Nacional na luta pelo projeto de educação pública e condições de trabalho

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

Fax: (61) 3224-9716

Gestão 2012/2014

Presidente: Marinalva Silva Oliveira

Secretário Geral: Márcio Antônio de Oliveira

1º Tesoureiro: Fausto de Camargo Junior

Diretor responsável por Imprensa e Divulgação: Luiz Henrique Schuch

Revisor responsável pelos textos da Diretoria: Davi Leonart

Secretária Administrativa: Maria de Fátima Alves da Silva

home page: <http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

SUMÁRIO

Apresentação	
Metodologia de Trabalho	
Proposta de Cronograma e Pauta do 32º CONGRESSO	
Proposta de Regimento do 32º CONGRESSO	
TEMA 1 – MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA	
Texto 1 - Conjuntura e Movimento Docente - <i>Diretoria do ANDES-SN.</i>	
Texto 2 - Governo Dilma - <i>Contribuição dos professores José Glauco Ribeiro Tostes e Luis Passoni - sindicalizados da ADUENF/ SESDUENF</i>	
Texto 3 - Independência sindical, luta pelas reivindicações, e a unidade de classe na CUT: ações necessárias para lutas que virão - <i>Contribuição da Diretoria da APUR Seção Sindical</i>	
Texto 4 - As lições da greve docente: lutar pelas reivindicações e construir a unidade da classe na CUT - <i>Contribuição dos professores Eudes Baima – SINDUECE; Domingos Sávio – ADUNEMAT; Fernando Cunha – ADUFPB; Paulo Riela – ADUFS; Joelma Albuquerque – ADUFAL; David Romão – APUR; Juanito Vieira – APESJF; Cláudio Félix – ADUSB; Tiago Lavoura – ADUSC; Marco Aurélio – ADUFU; Fernanda – ADCAC/UFG Catalão; Celi Taffarel - UFBA</i>	
TEMA 2 – CENTRALIDADE DA LUTA	
Texto 5 - Centralidade da Luta - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
TEMA 3 – POLÍTICAS SOCIAIS – POLÍTICA EDUCACIONAL, GERAIS E DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
Texto 6 - Política de Gênero, Etnia e Classe - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 7 - Política de Ciência e Tecnologia, Agrária, Ambiental e Urbana- <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 8 - Por uma ética de pesquisa das ciências sociais - <i>Contribuição da Assembleia Geral da SINDUEPG</i>	
Texto 9 - Política Educacional – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 10 - INSAES – Agência reguladora da educação - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 11 - Continuidade da luta por mais recursos para a educação pública - <i>Contribuição da Diretoria da Adusp-S. Sind.</i>	
Texto 12 - Interferir na formulação de políticas educacionais em âmbito nacional - <i>Contribuição da Diretoria da Adusp-S. Sind.</i>	
Texto 13 - Política de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 14 - Política de Comunicação - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 15 - Participação do ANDES-SN no FNDC é um desafio na democratização da mídia no Brasil - <i>Contribuição da Assembleia Geral da SINDUEPG</i>	
Texto 16 - Campanha de denúncia de injustiça tributária no Brasil - <i>Contribuição da Assembleia Geral da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS</i>	

Texto 17 - Pelo fim da impunidade aos torturadores - <i>Contribuição da Assembleia Geral da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS</i>	
TEMA 4 – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
Texto 18 - Alterações no Estatuto do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 19 - Fundo Único: Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 20 - Mudança de nomes de Grupos de Trabalho - GT - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 21 - Grupos de Trabalho (GT) do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 22 - Organização dos Grupos de Trabalho do ANDES-SN - <i>Contribuição do professor Luis Allan Künzle – Sindicalizado da APUFPR Seção Sindical.</i>	
Texto 23 - Manutenção do apoio financeiro à Auditoria Cidadã da Dívida - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 24 - Manutenção do apoio financeiro à Escola Nacional Florestan Fernandes - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 25 - Homologações: novas seções sindicais, alterações regimentais, transformação de associação de docente em seção sindical - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 26 - Prestação de Contas do 57º CONAD - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 27 - Sede do 33º CONGRESSO do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 28 - Desconto consignado no SIAPE - <i>Contribuição do professor Luis Allan Künzle – Sindicalizado da APUFPR Seção Sindical</i>	
Texto 29 - Autorização para aquisição de terreno em Brasília/DF para construção da sede nacional do ANDES-SN - <i>Contribuição do professor Ariel Clodoaldo Magalhães Costa – Sindicalizado da APRUMA Seção Sindical</i>	
Texto 30 - Filiação das associações docentes ao ANDES-Sindicato Nacional: em defesa da liberdade e autonomia sindical e dos direitos humanos - <i>Contribuição da Assembleia da Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC</i>	
Texto 31 - Nova estrutura para o fortalecimento do ANDES-SN - <i>Contribuição do professor Guilherme C. Varela – Sindicalizado da ADUFEPE Seção Sindical</i>	
TEMA 5 – PLANO DE LUTAS – GERAL, EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
Texto 32 - Espaço de Unidade de Ação - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 33 - Avaliação da CSP-Conlutas – O desafio de avançar no enraizamento da Central - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 34 - Gênero, Etnia e Classe - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 35 -Ciência e Tecnologia, Agrária, Ambiental e Urbana- <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 36 - Plano Nacional de Educação - PNE - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 37 - É necessário combater a divisão da educação - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 38 - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 39 - As comunitárias não atendem os interesses da educação pública - <i>Diretoria do</i>	

<i>ANDES-SN</i>	
Texto 40 - A luta contra a lei das comunitárias - <i>Contribuição da Assembleia da Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC</i>	
Texto 41 - Seminário Estado e Educação - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 42 - Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 43 - Plano Geral de Comunicação do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
TEMA 6 – PLANO DE LUTAS - SETORES	
Texto 44 - Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 45 - Federalização da FURB: uma necessidade histórica, uma possibilidade objetiva - <i>Contribuição da Assembleia da Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC</i>	
Texto 46 - Plano de Lutas do Setor das IFES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 47 - Transposição dos docentes aposentados - <i>Contribuição dos professores Guilherme Varela, Audisio Costa e Jarbas Souza – Sindicalizados da ADUFEPE Seção Sindical</i>	
Texto 48 - Fortalecimento da participação dos aposentados no ANDES-SN e nas seções sindicais - <i>Contribuição dos professores Guilherme Varela, Audisio Costa e Jarbas Souza – Sindicalizados da ADUFEPE Seção Sindical</i>	
Texto 49 - Periculosidade e insalubridade - <i>Contribuição dos professores Luis Allan Künzle e Astrid Baecker Avila – sindicalizados da APUFPR Seção Sindical</i>	
Texto 50 - “Comissão de relações interpessoais de trabalho”: possibilidades para o combate à violência moral a partir da experiência da APUFPR-SSIND - <i>Contribuição dos professores Luis Allan Künzle e Astrid Baecker Avila – sindicalizados da APUFPR Seção Sindical</i>	
Texto 51 - Plano de Lutas do Setor das IPES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Siglas	

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto de Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado em proposta de Resolução apresentada durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA 2 – CENTRALIDADE DA LUTA	
TR 5 - Centralidade da Luta - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
TEMA 3 – POLÍTICAS SOCIAIS – POLÍTICA EDUCACIONAL, GERAIS E DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
TR 6 - Política de Gênero, Etnia e Classe	
TR 7 - Política de Ciência e Tecnologia, Agrária, Ambiental e Urbana	
TR 8 - Por uma ética de pesquisa das ciências sociais	
TR 10 - INSAES – Agência reguladora da educação	
TR 11 - Continuidade da luta por mais recursos para a educação pública	
TR 12 - Interferir na formulação de políticas educacionais em âmbito	
TR 14 - Política de Comunicação	
TR 15 - Participação do ANDES-SN no FNDC é um desafio na democratização da mídia no Brasil	
TR 16 - Campanha de denúncia de injustiça tributária no Brasil	
TR 17 - Pelo fim da impunidade aos torturadores	
TEMA 4 – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 18 - Alterações no Estatuto do ANDES-SN	
TR 19 - Fundo Único: Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN	
TR 20 - Mudança de nomes de Grupos de Trabalho - GT	
TR 22 - Organização dos Grupos de Trabalho do ANDES-SN	
TR 23 - Manutenção do apoio financeiro à Auditoria Cidadã da Dívida	
TR 24 - Manutenção do apoio financeiro à Escola Nacional Florestan Fernandes	
TR 25 - Homologações: novas seções sindicais, alterações regimentais, transformação de associação de docente em seção sindical	
TR 26 - Prestação de Contas do 57º CONAD	
TR 27 - Sede do 33º CONGRESSO do ANDES-SN	
TR 28 - Desconto consignado no SIAPE	
TR 29 - Autorização para aquisição de terreno em Brasília/DF para construção da sede nacional do ANDES-SN	
TR 30 - Filiação das associações docentes ao ANDES-Sindicato Nacional: em defesa da liberdade e autonomia sindical e dos direitos humanos	
TR 31 - Nova estrutura para o fortalecimento do ANDES-SN	

TEMA 5 – PLANO DE LUTAS – GERAL, EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
TR 32 - Espaço de Unidade de Ação	
TR 33 - Avaliação da CSP-Conlutas	
TR 34 - Gênero, Etnia e Classe	
TR 35 -Ciência e Tecnologia, Agrária, Ambiental e Urbana	
TR 36 - Plano Nacional de Educação - PNE	
TR 37 - É necessário combater a divisão da educação	
TR 38 - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC	
TR 39 - As comunitárias não atendem os interesses da educação pública	
TR 40 - A luta contra a lei das comunitárias	
TR 41 - Seminário Estado e Educação	
TR 42 - Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria	
TR 43 - Plano Geral de Comunicação do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
TEMA 6 – PLANO DE LUTAS - SETORES	
TR 44 - Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES	
TR 45 - Federalização da FURB: uma necessidade histórica, uma possibilidade objetiva	
TR 46 - Plano de Lutas do Setor das IFES	
TR 47 - Transposição dos docentes aposentados	
TR 48 - Fortalecimento da participação dos aposentados no ANDES-SN e nas seções sindicais	
TR 49 - Periculosidade e insalubridade	
TR 50 - “Comissão de relações interpessoais de trabalho”: possibilidades para o combate à violência moral a partir da experiência da APUFPR-SSIND	
TR 51 - Plano de Lutas do Setor das IPES	

Apresentação

O 32º Congresso do ANDES-SN, convocado pela diretoria e organizado pela ADUFRJ-SSind, será realizado no Rio de Janeiro, no período de 4 a 9 de março de 2013, tendo como tema: “Sindicato Nacional na Luta pelo Projeto de Educação Pública e condições de Trabalho”.

O 32º Congresso realizar-se-á sob o impacto da retomada das mobilizações de amplos setores da sociedade. Em 2012, os trabalhadores do serviço público realizaram poderoso movimento de greve de diversas categorias, tanto nos estados quanto em âmbito federal, ano em que a marca das lutas pendeu para a unidade de ação, componente indispensável para as vitórias.

Nos estados, tem sido notória a coragem dos professores na luta pelos seus direitos e chama a atenção a resistência às ações truculentas patrocinadas por governadores, o que possibilitou ganhos que atendem a reivindicações históricas e se somam aos avanços do movimento docente em todo o país.

No plano federal, após uma greve emblemática de mais de quatro meses, os professores continuam a cobrar uma carreira de acordo com as reivindicações da categoria, melhoria das condições de trabalho e uma expansão democrática e sob condição de atendimentos do ensino, da pesquisa e da extensão, que correspondam à universidade pública, gratuita, autônoma, democrática e socialmente referenciada.

O que tem feito o governo, no entanto, é investir no seu plano de poder sustentado pelas esferas do capital, que o mantém para garantir os seus próprios interesses: investe na imposição da EBSEH e do Funpresp, modelar exemplo dos negócios de capital, à custa dos trabalhadores, deixando-os à mercê de injunções futuras, certamente com todos os ônus e nenhum bônus.

O 32º Congresso estará avaliando a conjuntura e preparando-se para o enfrentamento das lutas de 2013, tanto no que diz respeito à sua pauta específica quanto em relação à pauta geral, articuladamente com o conjunto dos trabalhadores.

Nesse conjunto, abordaremos os temas educação, organização e fortalecimento da categoria dos trabalhadores em geral; ciência e tecnologia; seguridade social; política agrária; etnia, gênero e classe, sempre na perspectiva de fortalecer e defender o ANDES-SN.

Nesse momento, de ampla discussão, debates e apresentação de divergências, mas sobretudo de reafirmação de nossa estrutura sindical democrática, iremos mais um vez demonstrar que é necessário continuar a construção de um projeto de sociedade exclusivamente comprometido com a luta dos trabalhadores, seus direitos e a solidariedade da classe no Brasil e no mundo.

Até o Rio de Janeiro,

A Diretoria

Metodologia de trabalho

O Congresso do ANDES-SN tem como tarefa maior definir posicionamentos políticos estratégicos e aprovar o Plano de Lutas anual do Sindicato, a partir das discussões e decisões das assembleias gerais dos docentes frente a temas que estão relacionados diretamente ao trabalho docente e suas reivindicações.

Os eventos nacionais deliberativos do ANDES-SN (Congressos e CONAD) constituem espaços democráticos de debate, de participação da base da categoria e de definições que norteiam as ações do Sindicato. Todo o trabalho é subsidiado por Cadernos de Texto que disponibilizam, previamente, o conjunto de propostas em debate, dentro do temário proposto.

A estrutura de funcionamento desses eventos deliberativos baseia-se na sucessão de três tipos de espaços: grupos mistos, preparação e realização das plenárias.

Os **grupos mistos** têm como objetivo fazer com que todos os participantes, reunidos em pequenos agrupamentos, discutam os temas pautados no evento, de forma a facilitar o amadurecimento das posições trazidas das assembleias gerais de cada Seção Sindical, e apontar as propostas que serão submetidas à deliberação nas plenárias. O resultado dos encaminhamentos dos grupos deve ser consolidado, uma vez que todos os grupos debatem todos os temas.

A **preparação das plenárias** tem como tarefa fundamental essa consolidação, para que a dinâmica de deliberações tome por base o que já foi apreciado e indicado nos grupos mistos. O trabalho nessa fase é exaustivo, exige muitas horas de dedicação e é realizado pelos diretores, que serão responsáveis pela condução da mesa dirigente da plenária, com o apoio dos relatores dos grupos.

A **realização das plenárias** tem revelado dinâmicas variáveis segundo o temário, mas também segundo a clareza e a pertinência das propostas encaminhadas para deliberação, abrindo espaço ao contraditório em relação às grandes polêmicas, e cumprindo a sua função primordial, que é a de deliberar, pelo voto da maioria dos delegados, sobre as propostas vindas dos grupos mistos.

O **Caderno de Textos** está organizado de modo a contemplar os seguintes aspectos:

1) o claro **ordenamento dos temas** do Congresso: conjuntura, centralidade, políticas (contendo proposições de princípios e posicionamentos estratégicos) e depois os planos de luta (contendo proposições de ações e agenda para sua implementação);

2) Os **Textos de Apoio (TA)**, de modo a cumprirem sua função pedagógica e de registro histórico para o movimento, enquanto os **Textos Resolução (TR)** apresentam o que é novo de fato, em termos de propostas.

O desafio será definir as prioridades e ações para o ano de 2013, na forma de uma agenda de lutas a ser apresentada à categoria e que se traduza em um chamamento forte à mobilização, que é o caminho para as conquistas.

CRONOGRAMA E PAUTA DO 32º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Rio de Janeiro/RJ, 4 a 9 de março de 2013

Tema Central: Sindicato Nacional na luta pelo projeto de educação pública e condições de trabalho.

4 de março (2ª feira)	5 de março (3ª feira)	6 de março (4ª feira)	7 de março (5ª feira)	8 de março (6ª feira)	9 de março (Sábado)
9h às 12h 14h às 21h Credenciamento 10h às 12h Plenária de Abertura	9h às 12h Grupo Misto Tema 2	9h às 12h Plenária do Tema 2	9h às 13h Grupo Misto Tema 4	9h às 13h Grupo Misto Tema 6	9h às 12h Plenária do Tema 6
14h às 16h Plenária de Instalação	14h às 18h Grupo Misto Tema 3	14h às 17h Plenária do Tema 3	15h às 18h Grupo Misto Tema 5	15h às 18h Plenária do Tema 4	14h às 16h Plenária de Encerramento
18h às 21h Plenária do Tema 1	Livre	18h30 às 21h30 Grupo Misto Tema 4	Livre	19h às 22h Plenária do Tema 5	

Pauta

Tema 1 – Movimento Docente e Conjuntura

Tema 2 – Centralidade da Luta

Tema 3 – Políticas Sociais – Política Educacional, Gerais e Direitos e Organização dos Trabalhadores

Tema 4 – Questões Organizativas e Financeiras

Tema 5 – Plano de Lutas – Geral, Educação, Direitos e Organização dos Trabalhadores

Tema 6 – Plano de Lutas – Setores

REGIMENTO DO 32º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Capítulo I Do CONGRESSO

Art. 1º O 32º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SINDICATO NACIONAL, previsto no inciso I do Art. 13 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII do Art. 30 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL, reunir-se-á de 4 a 9 de março de 2013, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, organizado pela ADUFRJ Seção Sindical.

Art. 2º O 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL tem como finalidade deliberar sobre a pauta aprovada em sua Plenária de Instalação, de acordo com o disposto no Art. 19 de seu Estatuto.

Capítulo II Das Atribuições

Art. 3º São atribuições do 32º CONGRESSO, conforme dispõem os incisos I a X do Art. 15 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL:

“Art. 15. São atribuições do CONGRESSO:

I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º;

II - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões de exclusão de sindicalizados tomadas pelas S.SINDs ou ADs-S.SINDs;

III - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da DIRETORIA, que constarão obrigatoriamente de sua pauta;

IV - estabelecer a contribuição financeira dos sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

V - alterar, no todo ou em parte, o presente Estatuto;

VI - referendar ou homologar a constituição de S.SINDs, ou revogar sua homologação, observado o disposto no art. 45;

VII - elaborar o regimento das eleições da DIRETORIA, conforme o disposto no art. 52;

VIII - decidir sobre a filiação do ANDES-SINDICATO NACIONAL a organizações nacionais e internacionais conforme o disposto no art. 65;

IX - referendar as alterações verificadas nos regimentos das S.SINDs ou ADs-S.SINDs, observado o disposto no art. 45;

X – criar, indicando seus componentes, ou extinguir comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões.”

Capítulo III Dos(as) Participantes

Art. 4º São participantes do 32º CONGRESSO:

I - delegados(as) devidamente credenciados(as), com direito à voz e a voto:

a) um(a) delegado(a) de cada diretoria de seção sindical (S.SIND.) ou AD-Seção Sindical (AD-S.SIND.) (Art. 16, inciso I do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

b) delegados de base de cada S.SIND. ou AD-S.SIND. (Art. 16, inciso II do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, indicados em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do Art. 17 do Estatuto;

c) representantes dos(as) sindicalizados(as) via Secretarias Regionais (Art. 16, inciso III do Estatuto);

d) representantes dos(as) sindicalizados(as), nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto.

II - os membros da Comissão Organizadora e da Comissão Diretora do 32º CONGRESSO, com direito à voz;

III - os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, devidamente credenciados(as) como observadores(as) pela sua respectiva S.SIND. ou AD-S.SIND. e Secretarias Regionais, com direito à voz;

IV - os(as) convidados(as) pela Comissão Organizadora e Comissão Diretora, com direito à voz.

§1º Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL não poderão participar como convidados(as) do 32º CONGRESSO, salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos.

§2º Os(as) delegados(as), devidamente credenciados(as), só podem ser substituídos(as), durante a realização do 32º CONGRESSO, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar, junto à Comissão Diretora, a necessidade de ausentar-se definitivamente do 32º CONGRESSO;

b) haver suplentes de delegados(as) indicados(as) pelas assembleias das S.SIND. ou AD-S.SIND., e pelas assembleias dos(as) sindicalizados(as), via Secretarias Regionais, credenciados(as) como observadores(as) no 32º CONGRESSO;

c) quando o(a) delegado(a) de S. SIND. ou AD-S.SIND. ou o representante dos sindicalizados via Secretarias Regionais comprovadamente se ausentar definitivamente, sem providenciar a substituição, a Comissão Diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 5º A Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL preside o 32º CONGRESSO, com direito à voz e a voto em suas sessões, e os demais membros em exercício da Diretoria (Art.32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua Regional (Art.32, V), participam com direito a voz.

Capítulo IV Do Credenciamento

Art. 6º O prazo de credenciamento dos(as) delegados(as) e observadores(as) das S. SIND. ou AD-S.SIND. do ANDES-SINDICATO NACIONAL e dos(as) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), via Secretarias Regionais, ao 32º CONGRESSO encerrar-se-á às 21h do dia 4 de março de 2013, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela Plenária de Instalação.

§ 1º Para o credenciamento dos(as) delegados(as), será exigida ata (ou extrato) da assembleia geral que deliberou sobre sua escolha, com a respectiva lista de presença.

§ 2º Para o credenciamento dos(as) observadores(as), será exigida ata (ou extrato) e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.SIND. ou AD-S.SIND. que os indicou.

§ 3º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade de documentos que credenciam os(as) delegados(as) e observadores(as) de qualquer S.SIND., mediante requerimento à Comissão Diretora.

§ 4º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados até início da Plenária de Instalação que deverá deliberar sobre estes até o seu final.

§ 5º Cada delegado(a) ou observador(a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e/ou votação, em cores diferentes.

§ 6º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído, salvo por autorização expressa da plenária.

Capítulo V
Do Funcionamento
Seção I
Dos órgãos

Art. 7º São órgãos do 32º CONGRESSO:

I - As Comissões:

a) Organizadora;

b) Diretora;

II - Os Grupos Mistos;

III - As Plenárias.

§ 1º A Comissão Organizadora e a Diretora são criadas a partir da convocação do 32º CONGRESSO.

§ 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de realização do 32º CONGRESSO.

§ 3º O quórum mínimo de funcionamento de cada órgão do 32º CONGRESSO é de mais de cinquenta por cento dos membros desse órgão com direito a voto.

§ 4º Passados 15 minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos órgãos, o quórum de funcionamento reduz-se para 30% dos seus membros com direito a voto, só podendo ocorrer deliberação depois de verificado o quórum previsto no § 3º deste artigo.

Seção II
Da Comissão Organizadora

Art. 8º A Comissão Organizadora é constituída por 3 (três) representantes da ADUFRJ Seção Sindical e por 3 (três) diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL

Art. 9º É de competência da Comissão Organizadora:

I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 32º CONGRESSO;

II - organizar a sessão de abertura do 32º CONGRESSO;

III - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do 32º CONGRESSO, organizando o rateio entre as seções sindicais;

IV - realizar, junto com a Comissão Diretora, o credenciamento dos(as) participantes do 32º CONGRESSO.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão Organizadora cabe recurso à Comissão Diretora.

Seção III
Da Comissão Diretora

Art. 10 A Comissão Diretora do 32º CONGRESSO é composta pelos(as) Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL e pelos membros da Comissão Organizadora.

Art. 11 É de competência da Comissão Diretora:

I - responsabilizar-se pelo credenciamento dos(as) participantes do 32º CONGRESSO;

II - decidir e efetivar a substituição de delegados(as) de acordo com o disposto no § 2º, alíneas “a” e “c” do Art. 4º deste Regimento e anunciar a substituição do(a) delegado(a) ao CONGRESSO;

III - elaborar a prestação de contas do 32º CONGRESSO para apreciação no próximo CONAD;

IV - organizar e compor as Mesas Diretoras das Plenárias do 32º CONGRESSO;

V - organizar a composição dos Grupos Mistos do 32º CONGRESSO em consonância com o disposto neste Regimento.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão Diretora cabe recurso às Plenárias.

Seção IV Dos Grupos Mistos

Art. 12 Os Grupos Mistos são compostos por:

I - Delegados(as), devidamente credenciados(as), de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via Secretarias Regionais, e pela Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL, todos(as) com direito à voz e a voto;

II - Observadores(as) devidamente credenciados(as), de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via Secretaria Regional, com direito à voz;

III - Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, com direito à voz;

IV - Convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito à voz.

Art. 13 Cada Grupo Misto é composto por, no máximo, 35 delegados(as) e igual número de observadores(as).

Parágrafo único. Só poderá haver, no mesmo grupo, mais de um delegado(a) de uma mesma Seção Sindical ou AD-S.Sindical ou mais de um delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) de uma mesma Secretaria Regional, caso o respectivo número de delegados(as) seja superior ao número de Grupos Mistos. Esta mesma regra se aplica aos(as) observadores(as).

Art. 14 Os Grupos Mistos são dirigidos por uma Mesa Coordenadora, composta por 1 (um/uma) Coordenador(a), 1 (um/uma) Relator(a) e 1 (um/uma) Secretário(a).

§ 1º Os membros da Mesa Coordenadora são eleitos(as) pelos(as) delegados(as) componentes dos grupos.

§ 2º O(a) coordenador(a) e o(a) Secretário(a) da Mesa Coordenadora serão eleitos(as) entre os(as) delegados(as) componentes dos grupos e o(a) relator(a) poderá ser um(a) observador(a) credenciado(a).

§ 3º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo podem deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora, salvaguardando o disposto no parágrafo anterior.

Art. 15. As reuniões dos Grupos Mistos iniciar-se-ão nos horários previstos no Cronograma do 32º CONGRESSO, observado o quórum de mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quórum mínimo será de 30% (trinta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, iniciar-se-ão os trabalhos com qualquer número de delegados(as) presentes, recolhida a 1ª (primeira) lista de frequência e aberta uma nova lista.

§ 3º As deliberações só serão tomadas com a presença de mais de cinquenta por cento dos(as) delegados(as).

Art.16. Compete ao(à) Coordenador(a) dirigir os trabalhos do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Art. 17 É de competência do(a) Relator(a):

I - elaborar o relatório dos trabalhos do grupo de acordo com as normas deste Regimento e demais instruções da Comissão Diretora e

II - fazer constar do relatório o número de votos de cada proposta submetida à deliberação.

Art. 18 Compete ao(à) Secretário(a) auxiliar o(a) Coordenador(a) e o(a) Relator(a) em suas atividades.

Art. 19 Os(as) Relatores(as) dos Grupos Mistos dispõem de um prazo máximo de 1 (uma) hora, após o encerramento da reunião dos referidos grupos, para entregar à Comissão Diretora, o Relatório de seu grupo, digitado, garantidas as condições pela Comissão Organizadora.

Art. 20 A consolidação dos Relatórios dos Grupos Mistos será feita em conjunto pelos membros da Comissão Diretora para tal designados e os(as) Relatores(as) dos diversos Grupos Mistos. Parágrafo único. A reunião prevista no parágrafo anterior será amplamente divulgada pela Comissão Diretora.

Art. 21 Dos Relatórios Consolidados que serão apresentados às Plenárias do 32º CONGRESSO constam, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos delegados(as) presentes em pelo menos um dos Grupos Mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela Comissão Diretora e Relatores(as).

§ 1º Na consolidação dos Relatórios dos Grupos Mistos, a serem apreciados nas Plenárias, não serão consideradas as propostas de acréscimo ou alteração que impliquem redação pela Comissão Diretora.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às propostas das Plenárias dos diversos temas do 32º CONGRESSO.

§ 3º A Comissão Diretora poderá redigir e incluir no Relatório sugestões de propostas decorrentes de sistematização das propostas oriundas dos Grupos Mistos.

Art. 22 O início das reuniões dos Grupos Mistos obedecerá, rigorosamente, aos horários previstos no Cronograma do 32º CONGRESSO.

Art. 23 Os Grupos Mistos terão duração de:

a) Grupo Misto Tema 2: 3 (três) horas;

b) Grupo Misto Tema 3: 4 (quatro) horas;

c) Grupo Misto Tema 4: 7 (sete) horas em dois turnos;

d) Grupo Misto Tema 5: 3 (três) horas;

e) Grupo Misto Tema 6: 4 (quatro) horas.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput deste artigo poderá, por deliberação do grupo, ser prorrogado por, no máximo, 1 (uma) hora, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do 32º CONGRESSO.

Seção V Das Plenárias

Art. 24 As Plenárias são compostas por:

I - Delegados(as) de S.SIND., AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via Secretarias Regionais, devidamente credenciados(as), e pelo Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL, todos com direito à voz e a voto;

II - Observadores(as) de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via Secretarias Regionais, devidamente credenciados(as), com direito à voz;

III - Membros da Comissão Organizadora e da Diretora com direito à voz;

IV - Convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da Comissão Diretora, com direito à voz.

Art. 25 Os trabalhos das Plenárias do 32º CONGRESSO serão dirigidos por uma Mesa Coordenadora composta por 1 (um/uma) Presidente, 1 (um/uma) Vice-Presidente, 1 (um/uma) 1º (1ª) Secretário(a) e 1 (um/uma) 2º (2ª) Secretário(a).

§ 1º A Comissão Diretora indica entre seus membros os(as) componentes da Mesa Coordenadora das Plenárias.

§ 2º A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da Mesa Coordenadora, devendo os membros não pertencentes à Comissão Diretora do 32º CONGRESSO ser eleitos(as) pelos(as) delegados(as) presentes à Plenária.

§ 3º As deliberações observam a maioria simples dos(as) delegados(as) presentes a cada sessão, ressalvado o disposto no Art. 21 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 26 Compete ao(a) Presidente da Mesa Coordenadora:

- I - preparar junto com o(a) 1º (1ª) Secretário(a) a ordem dos trabalhos da Plenária e
- II - dirigir a Plenária, orientando os debates e promovendo a votação de acordo com este Regimento.

Art. 27 Compete ao(à) Vice-Presidente da Mesa Coordenadora:

- I - auxiliar o(a) Presidente em suas atividades;
- II - substituir o(a) Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28 Compete ao(à) 1º (1ª) Secretário(a):

- I - preparar junto com o(a) Presidente a ordem dos trabalhos da Plenária;
- II - elaborar o Relatório Final das deliberações da Plenária;
- III - o Relatório deverá ser entregue à Comissão Organizadora, digitado e na forma definitiva, até 3 (três) dias após a conclusão da Plenária.

Art. 29 Compete ao(à) 2º (2ª) Secretário(a):

- I - auxiliar o(a) 1º (1ª) Secretário(a) em suas atividades;
- II - elaborar a ata da Sessão Plenária;
- III - a ata deverá ser entregue à Comissão Organizadora, digitada e na forma definitiva, até 3 (três) dias após a conclusão da Plenária.

Art. 30 A duração de cada Plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

- a) Plenária de Abertura - 2 (duas) horas;
- b) Plenária de Instalação - 2 (duas) horas;
- c) Plenária do Tema 1 - Movimento Docente e Conjuntura - 3 (três) horas;
- d) Plenária do Tema 2 - Centralidade da Luta - 3 (três) horas;
- e) Plenária do Tema 3 - Políticas Sociais - Política educacional, gerais e direitos e organização dos trabalhadores - 3 (três) horas;
- f) Plenária do Tema 4 - Questões Organizativas e financeiras - 3 (três) horas;
- g) Plenária do Tema 5 - Plano de lutas - Setores - 3 (três) horas;
- h) Plenária do Tema 6 - Plano de lutas - Geral, Educação, Direitos e organização dos trabalhadores - 3 (três) horas;
- i) Plenária de Encerramento - 2 (duas) horas;

§ 1º Compete à Plenária de Instalação:

- a) aprovar o Regimento, o temário e o Cronograma do 32º CONGRESSO;

b) deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do 32º CONGRESSO, de textos encaminhados após a publicação do Anexo ao Caderno de Textos deste evento;

c) deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao 32º CONGRESSO.

§ 2º Cada plenária poderá ser prorrogada por até 1(uma) hora;

§ 3º; As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no *caput* deste artigo terão seu encaminhamento decidido pela Plenária.

§ 4º As plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da Plenária anterior.

§ 5º A Plenária de Encerramento poderá ser prorrogada a critério do Plenário.

Art. 31 A verificação do quórum, no início das Plenárias do 32º CONGRESSO, será feita por meio de lista de presença da qual constará o nome do(a) delegado(a), o nome da S.SIND., AD-S.SIND. ou Secretaria Regional, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura.

§ 1º Passados 30 minutos do horário previsto para o início das Plenárias, será recolhida a 1ª (primeira) lista de frequência e iniciada/aberta uma nova lista;

§ 2º A verificação de quórum, em qualquer momento do andamento da Plenária, será feita pela contagem dos(as) Delegados(as) mediante cartão de voto.

Capítulo VI Das Discussões e Votações

Art. 32 Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões (Grupos Mistos e Plenárias), a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever na Mesa Coordenadora, respeitada a ordem cronológica de solicitações.

Art. 33 Para discussão de cada matéria, será estabelecido um período de tempo compatível com o atendimento da discussão de todas as matérias e o prazo de duração para o funcionamento do Grupo Misto ou da Plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º O Grupo Misto ou a Plenária poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 34 As discussões e votações têm o seguinte procedimento:

I - fase de discussão: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de votação de cada proposta: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrito(a) em encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número, com prévio conhecimento por parte da Plenária e dos(as) inscritos(as);

III - fase de votação: por meio de levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela Mesa Coordenadora, com aprovação do Grupo Misto ou da Plenária.

§ 1º Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor.

§ 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas Plenárias as seguintes propostas:

a) aprovadas nos Grupos Mistos;

b) minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos Grupos Mistos;

c) oriundas dos Grupos Mistos e que resultem em sistematização no Plenário;

d) sugeridas pela Comissão Diretora, conforme o § 3º do Art. 21.

Art. 35 As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela Mesa Coordenadora, cabendo recurso à Plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, de encaminhamento e esclarecimento.

Art. 36 As deliberações que impliquem alterações do Estatuto do ANDES - Sindicato Nacional terão de ser aprovadas por mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) inscritos(as) no 32º CONGRESSO, conforme dispõe o Art. 71 do seu Estatuto.

Capítulo VII Das Disposições Gerais e Finais

Art. 37 As propostas de moções devem ser entregues, por escrito, na Secretaria do 32º CONGRESSO, até as 14 (quatorze) horas do dia 8 de março de 2013, endereçadas à Comissão Diretora, sendo especificados(as) os(as) responsáveis e os(as) destinatários(as) com endereço completo.

§ 1º A Comissão Diretora deve divulgar aos participantes do 32º CONGRESSO uma cópia das moções propostas até às 19 (dezenove) horas do dia 8 de março de 2013.

§ 2º A critério da Plenária podem ser acrescentadas e apreciadas outras moções, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto.

Art. 38 As contagens de votos nas Plenárias serão efetuadas pelos integrantes da Comissão Diretora.

Art. 39 Nos Grupos Mistos e nas Plenárias, só serão aceitas declarações de voto de delegado(a) que se abster no momento da votação.

§ 1º As declarações de voto feitas nas Plenárias só constarão da Ata do Relatório Final aquelas apresentadas por escrito à Mesa.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento.

Art. 40 A Diretoria terá como prazo máximo até o dia 28 de março de 2013 para divulgar o Relatório Final do 32º CONGRESSO.

Art. 41 Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso ao Plenário.

Art. 42 Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do 32º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional.

Rio de Janeiro/RJ, 4 de março de 2013

Atendendo ao disposto no Art. 37 deste Regimento, a Comissão Diretora sugere que as moções apresentadas ao 32º CONGRESSO obedeçam ao seguinte formulário:

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponente(s) _____

Seção Sindical: _____

Destinatário(s)

Endereço(s) do(s) destinatário(s):

_____ **Cidade** _____ **Cep.:** _____

Fax: _____ **e-mail** _____

Fato motivador da Moção:

TEXTO DA MOÇÃO

Os delegados ao 32º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro/RJ, no período de 4 a 9 de março de 2013, manifestam

TEMA 1 - MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

CONJUNTURA E MOVIMENTO DOCENTE

1. A crise mundial

As crises político-econômicas e as convulsões sociais que atravessam o cenário mundial são manifestações inequívocas da atual crise, aprofundada, do sistema social capitalista. Passadas duas décadas da queda da União Soviética, da restauração capitalista e da intensa integração da China ao mercado mundial, a ameaça de dissolução da União Europeia e a crise norte-americana põem em questão o destino do regime capitalista em escala mundial. As insurreições, em vários países árabes e a ameaça de maiores guerras em toda a região, configuram uma situação histórica diferenciada.

O desdobramento da crise em numerosos países, as lutas e rebeliões populares puseram fim à especulação de que a crise mundial em curso se reduziria a um episódio econômico de características financeiras limitadas. A crise política na Grécia se manifestou na queda de três governos em sequência e deixou colocada a reivindicação política de um “governo de esquerda”, em oposição a uma coalizão dos partidos capitalistas.

A crise capitalista apresenta, na Europa, um princípio de dissolução dos regimes políticos que emergiram da Segunda Guerra Mundial. Isto se manifesta na aparição de “governos técnicos”, impostos pela Comissão Europeia e pelo FMI, e na tendência à dissolução dos regimes estatais, como no caso das comunidades autônomas do Estado espanhol, ou na reivindicação pela independência da Escócia. Destaca-se a velocidade que adquiriu esta reviravolta política na Espanha, bem como as manifestações que ocorrem na Itália, em Portugal e na França. Os Estados Unidos, coração do capitalismo mundial que continua mantendo seu poderio político-econômico, sufocado pelo peso de uma dívida pública de 140% do PIB, por uma enorme dívida externa e pela quebra financeira dos estados da federação, enfrentam retrocesso social histórico, ainda que com uma recuperação econômica lenta, no último período, em função da exportação da crise.

O caráter sistêmico da crise do capitalismo se manifesta também no ingresso da China no circuito da crise econômica mundial, com sinais fortes de desaceleração econômica. Isto repercute em todos os países dependentes do crescimento chinês, Brasil incluído. A crise sistêmica do capitalismo mundial abarca todos os países e atividades econômicas, em que pese as diferentes intensidades e particularidades.

2. América Latina

A América Latina não ficou à margem da crise mundial, como o evidenciaram as recessões de 2008 e 2009; seus governos (México, Brasil e Peru) tiveram que ser resgatados por créditos de emergência do Federal Reserve Bank dos EUA, ou pelo Banco Central da China (no caso da Argentina). A crise acentuou o regime de produção primária e o retrocesso relativo da industrialização dependente do capital internacional, tanto financeira como tecnológica. Produziu-se uma “abertura” unilateral ao mercado mundial, baseada em exportações de minérios e cereais, e um retrocesso relativo do mercado interno, em que pesem os numerosos planos de assistência social. A crise mundial fez o MERCOSUL retroceder; a política monetária ficou condicionada pela ação da Federal Reserve Bank, US.

Os altos preços das commodities primárias dos últimos anos, e a renda que se auferia das mesmas, foram usados para encobrir a miséria social com planos de assistencialismo, e para a acumulação parasitária de reservas internacionais, funcionais à especulação internacional. O que se tem é um conjunto de medidas apresentadas como política de assistência social, as quais na prática se traduzem em ações de caráter assistencialista. A assistência social é apresentada como um método de distribuição de renda, quando, na realidade, consolida um exército de

desempregados crônicos, sem perspectivas, que pressiona, simultaneamente, para uma baixa dos salários reais e provoca uma maior diferenciação social no seio das massas populares. Os governos nacionalistas e “de esquerda” têm se valido destes planos assistenciais para opor a massa sem trabalho à classe operária. O operário da indústria é apresentado como uma “aristocracia”, justificando a “redistribuição de renda” do operário industrial para a massa sem emprego, mediante impostos ao consumo e confisco da previdência social pública. Esta “nívelação por baixo” tem sido largamente promovida pelo Banco Mundial, as ONGs e os capitalistas de um modo geral. Também é um método de controle social pelos Estados e suas agências sobre as massas mais golpeadas pela crise capitalista.

Em vez de uma acumulação de recursos produtivos, as nações latino-americanas estão experimentando enorme fuga de capitais. No caso da Venezuela, cuja atividade produtiva fundamental, o petróleo, encontra-se nacionalizada, registra-se uma crise de custos e de endividamento sem antecedentes da PDVSA, que depende cada vez mais dos acordos de participação com os monopólios internacionais na exploração da Bacia do Orinoco.

O golpe que depôs o presidente Fernando Lugo no Paraguai deixou lições cruéis, porque ele foi derrubado do governo por seus próprios aliados políticos. A aliança com os grandes capitais locais e com a velha política acabou gerando um revés para as intenções reformistas. Dilma Rousseff e Cristina Kirchner não podiam fazer mais do que fizeram para reagir ao golpe contra o presidente Lugo, porque protegem em seus países os mesmos interesses do capital latifundiário da soja que esteve, junto com o capital imperialista (Rio Tinto, empresa canadense de mineração), por trás do golpe. Brasil e Argentina submetem o Paraguai a uma exploração semicolonial, em primeiro lugar pelo saque energético que impõem à nação guarani e, por outro lado, pelo monopólio comercial que exercem sobre a exportação de soja paraguaia, em benefício de monopólios internacionais e nacionais com sede no Brasil e na Argentina. A renda produzida pela energia elétrica de Itaipu e Yaciretá, determinada pelo preço do mercado mundial, é apropriada pelo Brasil e Argentina, em detrimento do Paraguai. A tentativa do presidente Fernando Lugo de elevar a cota dessa renda para o Paraguai foi rechaçada sem contemplações por seus vizinhos “integracionistas” (Brasil e Argentina). Os grandes grupos econômicos atuam para controlar os recursos energéticos da área da mineração, com instalação de multinacionais na região e acordos econômicos espúrios.

A Argentina, afetada por uma séria crise fiscal que restringe a capacidade de arbitragem de Cristina Kirchner, assiste a um princípio de ruptura da classe trabalhadora com o governo, e também a um princípio de ascensão da esquerda. As medidas intervencionistas parciais estão conduzindo a uma crise da economia, agravando a fuga de capitais e provocando uma recessão que atinge setores fundamentais da classe operária. A burocracia sindical enfrenta essa crise desacreditada e questionada por um novo ativismo sindical que busca recuperar os sindicatos para uma política independente.

Na América Latina, as grandes mobilizações dos estudantes chilenos questionaram o conjunto do sistema político. A retomada em 2012 dos protestos dos estudantes chilenos se converteu no eixo de mobilização dos oprimidos do país, enfrentando o governo de Piñera. O Chile é o exemplo extremo da destruição da educação pública, pelo estabelecimento dos planos do Banco Mundial, impostos a sangue e fogo por Pinochet. Esses planos foram mantidos ou aprofundados pelos governos posteriores, o que deflagrou a grande mobilização educacional. A mobilização mais vasta e radicalizada da juventude, como o demonstra o Chile, é um fator fundamental da situação política latino-americana. A rebelião contra o “ajuste” da educação tem características internacionais, como testemunham as lutas que ocorrem do Chile até o Canadá, passando pela Colômbia e a Europa. São resultado da privatização do ensino e da enorme carga financeira assumida pelas famílias para custear os estudos. A bancarrota financeira tem colocado em crise este sistema, inclusive nos países ricos; nos países mais pobres, leva à ruína dos municípios, que têm a responsabilidade pelo ensino fundamental. A crise mundial reforça, por opção dos governos, a asfixia orçamentária na educação pública e o subsídio à capacidade econômica da educação privada.

No México, o regresso do PRI ao poder, longe de representar uma recomposição da autoridade de um Estado que se encontra em processo de desintegração crônica, foi precedido pelo surgimento de um grande movimento de juventude, o *Yosoy132*. O governo de Peña Nieto, pró-imperialista, e seus acordos com EUA e Canadá, que originam uma ampla agenda antipopular, deve enfrentar uma juventude “indignada” que ocupa as ruas.

No Peru, a pressão interna e do grande capital internacional converteu a presidência de Ollanta Humala, vitorioso graças ao voto popular, em uma agência do capital internacional da área da mineração e das construtoras brasileiras. Já se evidencia uma forte resistência dos trabalhadores, nas minas de Conga, contra as mineradoras chinesas e seus métodos escravocratas de disciplinamento do trabalho.

O início das negociações de paz entre o governo da Colômbia e as Farc pode considerar-se como um reconhecimento do caráter de força beligerante da guerrilha, por parte do Estado e das forças armadas da Colômbia, e como um passo para a saída humanitária do conflito. Porém, não podemos desconhecer que o objetivo estratégico desta negociação é elaborar uma saída capitalista para a grande expropriação dos camponeses que ocorreu na Colômbia durante a guerra sustentada pelos EUA, incorporar milhões de hectares ao mercado internacional da soja, desenvolver a penetração do capital financeiro no petróleo colombiano e resolver a questão da integração dos paramilitares colombianos ao regime político.

A presença militar norte-americana na nossa região não se debilitou. Continua presente na Colômbia e Panamá; os EUA negociam a instalação de bases militares no Chaco argentino e paraguaio. O apoio dos EUA à ocupação militar britânica nas Malvinas é funcional a essa estratégia. A ocupação do Haiti por tropas brasileiras e argentinas continua como uma chaga aberta no Caribe. Está colocada, portanto, a necessidade premente de uma vasta luta anti-imperialista. Ela se desenvolve na luta dos povos latino-americanos contra os monopólios imperialistas de todo tipo (energia, sementes, financeiros, etc.), assim como na rejeição à intromissão política dos EUA nos países do continente. No último período, alguns episódios, ainda que com contradições, marcam a reação das massas frente a situações locais, com um caráter anti-imperialista como a recente manifestação pela posse de Chávez, a luta da população no Chile e dos indígenas na Colômbia, como exemplos.

3. O Brasil

Na América do Sul, o governo do Brasil está se colocando na linha de frente da tentativa de descarregar a crise sobre as costas dos trabalhadores. Ao anunciado novo ciclo de privatizações dos portos, rodovias e aeroportos, com generosos subsídios para o grande capital, se acrescenta um programa que aponta para a destruição da legislação trabalhista. A estratégia é proceder a um gigantesco confisco de recursos, sejam eles advindos dos cofres públicos ou da superexploração do trabalho para maior retirada da mais valia do salário, ou ainda da privatização dos serviços públicos, tudo com o objetivo de subsidiar as empresas privadas e mitigar a queda da taxa de lucro.

A reação dos trabalhadores e da juventude começou a transformar um cenário político obstruído durante quase uma década por um governo de colaboração de classes e de submissão dos sindicatos através das burocracias sindicais. A burocracia sindical vive uma crise, dentro da própria CUT. São muitas as lutas que escapam ao controle e ao boicote das burocracias, a exemplo do que ocorreu em Belo Monte. O fortalecimento e consolidação da CSP-Conlutas, sem dar lugar a autoproclamações sectárias, deve ser visto neste quadro geral. Frente às greves nacionais de ao menos 35 categorias de funcionários públicos, Dilma Rousseff apelou para todos os recursos legais e ilegais para enfrentar os grevistas. Criminalização das lutas, não pagamento dos dias parados e decretos inconstitucionais contra o direito de greve, foram armas do governo Dilma contra as lutas dos trabalhadores, além do aumento da violência contra os pobres.

Em tempos de preparação do país para a ação do grande capital nacional e internacional e da especulação imobiliária, tendo como mote os megaeventos, a higienização social e a

criminalização da pobreza, é o quadro que se está vivendo no presente momento e que atinge os trabalhadores, grupos sociais tradicionais (quilombolas, comunidades indígenas, pescadores artesanais), comunidades urbanas (sofrendo com incêndios e desapropriações), dependentes químicos (principalmente os usuários de crack, independente de como chegaram ao vício) e população de rua. Grandes cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Recife, dentre outras, têm sofrido um acentuado processo de limpeza urbana, seja pelo pretexto de combate ao poderio do tráfico (UPP - ‘policização’ das relações e contradições sociais), seja pelo discurso de reorganização e modernização urbana.

O processo eleitoral municipal evidenciou, mais uma vez, que não há diferenciação entre as proposições do partido do governo e as da principal “oposição” do campo da burguesia, incluindo as dos aliados de cada um destes lados; a não diferenciação está na opção pelo mesmo projeto estratégico econômico e social para o país. O que se verifica é uma disputa pelo lugar de gerenciamento da condução deste projeto, para ter o controle do que é público, a fim de servir ao privado. Há como desdobramentos do processo eleitoral rearranjos no campo da burguesia (novo partido anunciado), afirmação de partidos como oposicionistas, que até então comungavam da cartilha do governo (PSB), crescimento de setores representativos de segmentos dos trabalhadores em cidades importantes (PSTU, PSOL), ampliação dos números de cidades sob a direção do PT. O quadro confirma as análises que indicam que o processo de acordos e benevolências seguirá como parte da estratégia de disputa e controle do aparato estatal, com repercussões para as eleições presidenciais, bem como indica que o processo de reação da classe tem dificuldades para emergir como alternativa política.

O resultado do PIB do ano passado derrubou todas as esperanças de Dilma e seus aliados de terminar o ano de 2012 com números minimamente apresentáveis. Isto depois de um ano em que as concessões às empresas privadas alcançaram dimensão sem precedentes. A desaceleração do PIB se deveu à queda no setor de serviços, em particular da intermediação financeira, como consequência da redução das taxas de juros. Isto evidencia o caráter parasitário do boom econômico precedente. A partir de agosto de 2011, o Banco Central vem reduzindo de 12,5 a 7,25% a taxa básica de juros, com a pretensão de estimular o consumo e facilitar a renegociação das dívidas empresariais. O crescimento do PIB, ainda assim, caiu de 4,5% a 1% anual.

O Tesouro Nacional injetou R\$ 390,1 bilhões nos três bancos controlados pelo governo federal - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal - entre o fim de 2006 e outubro de 2012. A participação das instituições financeiras públicas no crédito total da economia saltou de 36,8% para 46,6%. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou a liberação de R\$ 100 bilhões para o BNDES em 2013. Desse valor, R\$ 45 bilhões tem como fonte o Tesouro Nacional. A maior parte é destinada a subsídios ao grande capital. Os financiamentos populares (desde os planos populares de habitação até o financiamento das universidades privadas com as bolsas do Prouni) são, eles próprios, subsídios ao capital, pois beneficiam os monopólios da construção civil ou da educação privada e não estão a serviço de solucionar as demandas da população trabalhadora. Apesar disso, a taxa de investimentos caiu nos últimos cinco trimestres (em 2012, 4%), acumulando uma queda da produção industrial de 2,9%. A produção de automóveis teve em 2012 sua primeira queda em dez anos.

Para os porta-vozes da grande indústria, “o modelo econômico brasileiro baseado no consumo está esgotado”; eles pretendem uma redução dos “custos do trabalho” por meio de uma desvalorização monetária e um ataque às conquistas trabalhistas. *The Economist*, porta-voz histórico do capital internacional, qualificou a economia brasileira de “moribunda” e reivindicou a montagem de uma nova equipe econômica. Mas os problemas do governo de Dilma não acabam na frente econômica.

Os juízes do Supremo Tribunal Federal (STF) declararam culpados e condenados os réus do mensalão, o esquema de compra de votos parlamentares que foi denunciado em 2005 por um deputado “aliado” do governo petista. Os acusados foram somente os agentes do suborno, e não os subornados, que aceitaram o dinheiro para votar diversas leis reacionárias do governo do PT (a reforma previdenciária, em primeiro lugar). A reaparição da questão do mensalão mineiro, o

esquema de financiamento ilegal da campanha eleitoral do PSDB ao governo de Minas Gerais em 1998, evidencia que o “financiador” em ambos os casos é a mesma raposa dos paraísos fiscais, pondo em evidência a corrupção em que se assenta o sistema político brasileiro, que só funciona através dela.

Sem haver sido encerrado o mensalão, veio a público mais um escândalo, desta vez envolvendo a coordenadora do escritório da Presidência da República em São Paulo, Rosemary Noronha, com evidências da montagem de um esquema milionário de negócios vendendo informes técnicos fraudulentos para favorecer empresas privadas em contratos públicos. São 23 implicados, vários presos, diretores de agências reguladoras nomeados por Lula da Silva, então presidente.

A LOA (orçamento federal) prevê um total de despesas próximo a R\$ 2,14 trilhões para o exercício de 2013. Esse valor representa a soma dos três orçamentos integrantes do Orçamento Geral da União. Mais de 50% do orçamento vai para pagar a usurária dívida pública (55% em mãos de bancos “nacionais e estrangeiros”, 16% em mãos dos fundos de pensão). Agregam-se os sinais de crise da economia com a permanente queda do PIB.

O capital financeiro internacional reclama mais subsídios ao grande capital e mais privatizações. O governo Dilma atua, em grandes linhas, no sentido solicitado: já anunciou a privatização dos aeroportos, com fortes subsídios estatais, às vésperas da Copa 2014 e das Olimpíadas de 2016; ou seja, deu de bandeja ao grande capital a próxima galinha dos ovos de ouro. Transferiu-se à iniciativa privada a manutenção, construção e exploração de 7,5 mil quilômetros de rodovias e 10 mil quilômetros de ferrovias, sem contar com a incorporação de aeroportos e portos, em processo de efetivação. “Concessão” - o termo usado - é um eufemismo para privatização. Os investimentos são da ordem de R\$ 133 bilhões para um período de 25 anos, sendo que R\$ 79,5 bilhões serão investidos nos primeiros cinco anos. O BNDES financiará 80% dos projetos. Para acompanhar a privatização foi criada uma agência reguladora: a Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

A redução das tarifas de energia elétrica não leva em conta que, desde 1995 até 2011, o custo da energia elétrica ao consumidor subiu nada menos que 455%, bem acima da inflação, que acumulou 234% no mesmo período. Portanto, ainda que haja a redução de 16,2%, o resultado será um grande aumento da tarifa da energia nos últimos 16 anos. Devemos considerar ainda que os grandes consumidores, ou seja, as grandes empresas, recebem subsídios; 30% da energia é consumida pelos seis setores “intensivos em energia”: o cimento, a produção de aço, a produção de ferro-ligas (ligas a base de ferro), a produção dos metais não-ferrosos (principalmente, o alumínio primário), a produção de química, e o setor de papel e celulose.

Dilma já reduziu os salários dos servidores públicos e os gastos sociais ao seu percentual mais baixo (do PIB e da receita líquida do Estado) em duas décadas, abaixo inclusive do que o dos governos “neoliberais” anteriores ao PT. E continua a política de desoneração da folha de pagamentos das empresas. O fim da cobrança da contribuição previdenciária patronal compromete o equilíbrio futuro do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Sob o argumento da necessidade de redução do “custo Brasil”, o governo federal abdicou “unilateral e espontaneamente” da receita previdenciária oriunda de 20% sobre a folha salarial e ficou com uma promessa de contribuição de alíquotas sobre o faturamento das empresas, componente que pode ser alvo de manipulação dos resultados.

Os investimentos externos, que equilibram as contas do país através da conta capital (contra o monumental e crescente déficit comercial) e mantêm artificialmente valor do real, são para especulação financeira de curto prazo, ou para a compra de ativos, não para crescimento. A multinacional norte-americana da saúde United Health adquiriu a empresa líder do mercado brasileiro (Amil) pelo valor de R\$ 10 bilhões. A negociação implicou a transferência de um conjunto de mais de 20 hospitais. Mas a grande aposta do novo controlador é mesmo o segmento de planos privados de saúde. Surpresas vêm aí nas prestações a serem pagas e na assistência à saúde privatizada, e ainda, com repercussões na formação dos profissionais da saúde.

A este contexto há que se acrescentar o fato de que o Brasil hoje é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, gerando graves problemas para a saúde da população e danos ambientais. A subserviência do governo ao capital do campo/agronegócios impacta também as populações tradicionais e a agricultura familiar, onde o modelo econômico adotado favorece a superexploração do solo, florestas, recursos naturais não renováveis e os biomas, degradando a saúde do povo e do ambiente, sendo que os mais pobres são os mais prejudicados pela escolha deste modelo econômico.

4. As lutas dos trabalhadores

A condição política subserviente do Brasil à dinâmica do mercado internacional traz um conjunto de implicações para a classe trabalhadora, que pode ser resumido num aprofundamento da perda de direitos e um processo crescente de pauperização. As medidas adotadas pelo governo federal, que em sua totalidade são assumidas e muitas vezes antecipadas pelos governos estaduais, bem como pelo patronato do setor privado, são caracterizadas por desoneração dos custos do capital com o trabalho, o que se traduz em perda salarial, demissões, isenções fiscais, retirada de direitos trabalhistas, que repercutem na condição de vida da população. Uma das medidas preponderantes é a transferência de recursos públicos para o setor privado com repercussão direta para o fundo público que deveria servir de base para a efetivação dos serviços públicos. O que está na centralidade das ações governamentais é a redução do caráter público do estado, a privatização das políticas e a descaracterização dos direitos sociais, que estão na base da atual degradação da saúde, educação e demais esferas sociais. A EBSERH, que privatiza os Hospitais Universitários e põe em cheque seu caráter de hospital escola, é o exemplo mais cruel da investida do capital sobre as políticas sociais, em especial, na área da saúde e educação. A regulamentação do FUNPRESP coroa o processo de privatização da previdência pública e submete o direito de aposentadoria do trabalhador ao mercado de capitais. As lutas de resistência a estes ataques foram inúmeras, com fortes ações unitárias de mobilização, tendo como importante aliado a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde.

Associado a tudo isso existe uma brutal investida contra os direitos de liberdade e organização sindical. Expressos de modo mais acabado no projeto de Reforma Sindical e do Acordo Coletivo Especial (ACE), elaborado em conjunto com as burocracias sindicais, com o objetivo de exercer maior controle sobre a ação da classe e subordinar suas demandas aos interesses do capital, além de alimentar os burocratas de plantão. A estas investidas os governos tanto em âmbito federal como nos estados optam por ações antissindicais, que estão a serviço de, ao mesmo tempo, dar sequência ao seu projeto e dar vida a entidades que pretendem representar os trabalhadores, mesmo sendo estas renegadas pelas categorias.

Na área da educação, é rápido o avanço do projeto de subordinação do ensino básico à gestão empresarial. No ensino superior, a lógica da expansão precarizada no setor público continua, tanto no âmbito federal como no estadual. No setor privado, permanece a benevolente doação de recursos públicos, via subsídios, ao empresariado da educação. Na Ciência e Tecnologia (C&T), os poucos recursos do Estado são destinados para a inovação nas áreas selecionadas pela divisão internacional da produção/assimilação do conhecimento, sem autonomia para as instituições de ensino/pesquisa definirem suas próprias linhas de pesquisa, e atrelando pesquisadores a uma hierarquia dominada por um pequeno mandarinato de supostos (e autoproclamados) “excelentes”.

Essas políticas alteram o fazer profissional docente e as relações de trabalho, para viabilizar um projeto educacional que necessita de outro tipo de trabalho docente e de outro tipo de professor, carente de independência de critério e de iniciativa própria. Além de um brutal aviltamento das condições de trabalho, ainda mais exacerbado no setor privado, o que é gritante na base da categoria.

O controle social é buscado com medidas cada vez mais autoritárias e antidemocráticas, que viabilizam a institucionalização do sindicalismo passivo. O projeto de reforma sindical, o ACE (um projeto originado no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista) e a lei antigreve do

serviço público, são as expressões mais refinadas deste processo, que o governo leva a cabo com a “solidariedade ativa” dos colaboracionistas (pelegos) no interior dos movimentos sociais, em especial no movimento sindical. O ano de 2012, ainda assim, foi marcado pela atuação da classe trabalhadora, dos movimentos sociais e estudantil no enfrentamento a um governo federal que se encontrava com uma blindagem que parecia ser quase intransponível. Estes enfrentamentos também ocorreram em quase a totalidade dos estados brasileiros.

Em diversas universidades estaduais os docentes fizeram movimentos paredistas que resultaram em conquistas importantes para a categoria, como: Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Alagoas e Pará. Em outros Estados, mesmo não entrando em greve, as seções sindicais fizeram diversas mobilizações, como foi o caso do Amapá, Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraíba, Roraima, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Nas lutas ocorridas, em especial nas greves, destacam-se a truculência e autoritarismo exercido pelos governadores, como no Piauí, Rio Grande do Norte e do Rio de Janeiro. Foram corte de ponto dos grevistas, encerramento unilateral de negociações, perseguições a dirigentes, interdito proibitório. Estas ações estas se coadunam com a postura antissindical e antidemocrática do governo federal e caminha para as alterações propostas nas reformas em curso, no que concerne à luta sindical e popular no país, nas quais voltamos à pré-história da organização com a tutela e controle estatal, mas com requinte de modernidade conferido por legislação própria. Mas a força do movimento fez governadores recuarem e alcançou conquistas importantes para a categoria assegurando revisão salarial, recuo nas medidas repressivas e aceite de direitos como de retorno à ação sindical, bem como cronograma de negociações que desdobram os enfrentamentos. Nestas lutas se evidenciam as investidas dos governos para sucatear as IEES e aprofundar a precarização das condições e, por outro, a força do movimento docente em defesa de um projeto de universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Reafirmamos, mais uma vez, o legítimo instrumento de luta dos trabalhadores, que é a greve, e afirmamos que a unidade na luta, mesmo em tempo e espaços distintos, nos levará a conquistas.

Os recorrentes ataques aos direitos dos trabalhadores fizeram com que houvesse grandes movimentos em 2012, com manifestações nos estados, marchas a Brasília, e greves por todo o Brasil. O governo Dilma foi obrigado a sair de sua zona de conforto e, apesar de não mudar sua postura intransigente e autoritária, teve que atuar alterando posições iniciais, para tentar fazer com que os movimentos recuassem. As greves da educação federal e do serviço público impuseram desgastes políticos ao governo, que utilizou medidas repressivas, combinando endurecimento (judicialização das lutas, corte de ponto, encerramento das negociações com os docentes) com apresentações de propostas e sinais de atendimento parcial de reivindicações de alguns segmentos do serviço público (setores da base da CONDSEF e técnico-administrativos das IFE). As ofensivas do governo foram respondidas firmemente pelo movimento, com atos em Brasília e mobilizações nos estados.

Assim, o governo teve que abrir mão de sua postura de não negociar com servidores em greve, e de seu objetivo de manter os servidores públicos com reajuste zero, e apresentou propostas, mesmo que insuficientes, para tentar conter as mobilizações. As propostas traziam acordos com vigência até 2015, na tentativa de fazer com que os movimentos não lutassem neste período, para que seu projeto de poder pudesse continuar sendo implementado. Entretanto, muitas das propostas não foram aceitas por algumas categorias e as que assinaram já anunciaram sua disposição para a luta neste período, o que está confirmado no âmbito dos SPF com o início da campanha salarial unificada de 2013. Isto desnuda as contradições do processo de luta desencadeado até aqui e colocará na pauta do governo as exigências de respostas às ações de luta que os trabalhadores do serviço público levarão a cabo neste ano de 2013.

As mobilizações ocorridas no último ano obtiveram apoio da sociedade e foram cruciais para desnudar o discurso do governo sobre a prioridade para a educação. Os ataques aos direitos dos docentes, com a precarização do trabalho, o produtivismo e o assédio moral, foram denunciados à sociedade e aos estudantes. Junto a estudantes e técnico-administrativos, o movimento docente tornou evidente para a sociedade a disputa por projetos divergentes de educação, ao mesmo tempo em que obrigou o governo a responder às mobilizações. O governo manteve seu objetivo

central de fortalecer o projeto de contrarreforma do Estado e de privatizar a educação, inclusive através da subordinação das instituições públicas às necessidades do grande capital (fundações, políticas de avaliação elitistas e antidemocráticas, etc.).

A política do “fazer mais com menos”, que se materializa em “mais quantidade e menos qualidade”, foi constatada em nível internacional. Uma pesquisa da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), na França, publicada em 11 de setembro de 2012, mostrou que, ao mesmo tempo em que foram ampliadas as vagas no ensino superior, o governo reduziu os gastos: de 2000 a 2009 o investimento brasileiro em universidades caiu 2% e não acompanhou o crescimento de 67% do número de alunos. O estudo mostra que foi investido 0,8% do PIB no ensino superior e coloca o Brasil como o quarto pior da lista. O resultado demonstra que o investimento é ainda mais precário em pesquisa e desenvolvimento (C&T), área em que o Brasil é o pior em uma listagem de 36 países, com 0,4% do PIB investido.

A greve do movimento docente, no âmbito federal, marcou o retorno da utilização desse instrumento de luta após quase sete anos no setor das federais. O movimento docente fortaleceu-se, como também os outros movimentos do serviço público; o movimento estudantil se reergue num patamar superior organizativo e político e a interlocução na sociedade possibilitou tornar evidente a dissonância entre o discurso e a prática do governo para com a educação pública e os profissionais da educação. A intensificação das lutas nos estados, sob a direção do Andes-SN, demonstra que a categoria compreende a extensão do projeto de reforma do Estado, e a disposição de desenvolver lutas que enfrentam os desmandos, a truculência e autoritarismo dos governadores é a marca da nossa reação em âmbito estadual em defesa do nosso projeto de educação e dos interesses dos docentes da IEES. Hoje, nem as categorias dos trabalhadores, nem os estudantes e nem mesmo a sociedade estão no mesmo patamar de desinformação do passado recente, e contam com outra disposição para a ação.

O momento que se abre é importante para iniciativas de ação para unificar a luta dos trabalhadores frente aos ataques aos seus direitos, a precarização de suas condições de trabalho e a implementação da contrarreforma do Estado com as privatizações em curso. É necessário fortalecer os fóruns que reúnam lutadores classistas investindo na unidade de ação. O debate e a construção da unificação classista da luta dos trabalhadores e da juventude estão na ordem do dia, e é o elemento que pode potencializar as lutas de 2013, que serão produto das diversas e grandiosas mobilizações e greves que a classe protagonizou no ano de 2012 envolvendo ações no campo, na área industrial, na construção civil, área de serviços e financeiro, como os bancários, nos movimentos sociais de diferentes seguimentos, como os sem teto e os sem terra, a juventude e os profissionais da educação das três esferas, bem como distintas categorias do serviço público. É dessa experiência que impulsionaremos o campo classista na organização dos trabalhadores brasileiros. O movimento docente tem que assumir todas as suas responsabilidades sociais perante o Estado, a universidade e, sobretudo, a sociedade. Responsabilidade de reforçar, no cotidiano das lutas dos docentes e também na sua participação nas lutas unitárias, o embate de projetos para a sociedade e a educação, e reforçar a independência e autonomia das lutas e organizações dos trabalhadores para enfrentar o Estado e as políticas governamentais, as quais não respondem aos interesses dos docentes e dos trabalhadores em geral.

Diretoria do Andes-SN, janeiro de 2013

TEXTO 2

Contribuição dos professores José Glauco Ribeiro Tostes e Luis Passoni - sindicalizados da ADUENF/ SESDUENF

GOVERNO DILMA

Em textos de 1850 e de 1858, Marx: a) afirma que a verdadeira tarefa da sociedade burguesa é a constituição do mercado mundial; b) sintetiza de modo notável o início do processo de deslocamento do comércio e da política mundiais da Bacia do Atlântico para a Bacia do Pacífico, que, acrescentamos, está-se *completando* ultimamente com a emergência do imperialismo chinês; c) coloca claramente, com a simples expressão “como o mundo é redondo”, um *limite geofísico absoluto* para a vital expansão do sistema capitalista com esse último e “globalizante” grande deslocamento oceânico, que porá fim, acrescentamos, à exploração extremamente “barata” de trabalho pela grande indústria a partir da urbanização dos últimos grandes “exército de reserva” camponeses da China (cada vez menos) e da Índia; d) argumenta que uma revolução socialista dificilmente se sustentará até mesmo se for disseminada por um continente ou “pequeno canto do mundo” *apenas*, ainda que seja o continente europeu. cremos que aí temos uma moldura político-econômica mundial simples e atual para iniciarmos uma avaliação da conjuntura do “canto de mundo” Brasil, restrita ao governo Dilma (ou de modo mais ampliado, para fins de comparação, ao “governo Lula-Dilma” considerado como uma unidade ou totalidade que o distingue dos governos pós-ditadura militar do ciclo de 17 anos Sarney-FHC).

Com uma grande polarização das esquerdas do país a partir do primeiro governo Lula (uma esquerda de apoio total ao governo e outra de oposição radical, com algumas pequenas frações “intermediárias”), tende-se para dois blocos opostos de avaliação do governo Lula-Dilma nesses dez últimos anos: a) um governo com um projeto de esquerda socialista de longo prazo, que começaria por uma saída do neoliberalismo para uma forma de capitalismo de Estado; b) um governo que meramente daria continuidade ao projeto neoliberal de FHC. É claro que dentro e fora do nosso movimento docente temos muitas avaliações intermediárias que escapam a esses extremos da “escala”. Por exemplo, uma avaliação que toma apenas a segunda parte de (a) acima: um governo que teria desenhado até agora apenas uma teoria de saída do neoliberalismo para um capitalismo de Estado. Nossa presente avaliação é também “intermediária”. Escapemos da tese (a): a partir do 1º parágrafo acima, podemos chegar a revoluções socialistas até mesmo continentais, mas não a Estados socialistas isolados, estáveis, dentro da matriz universal capitalista. Escapemos da tese (b) acima: o governo Lula-Dilma tem gerado, principalmente a partir do segundo mandato de Lula, um sem número de contradições dentro do atual pacto brasileiro capital-trabalho e em termos de relações internacionais, que certamente não existiram, ou existiram de forma muito mais atenuada, no governo neoliberal FHC, sem esquecermos, é claro, de vários elementos de continuidade com este último governo. Começando pelo quadro nacional, o governo Lula-Dilma repete, até certo ponto, políticas sutis de Vargas: “uma no cravo do capital, outra na ferradura do trabalho”. Particularmente, do lado do trabalho, temos desde políticas assistencialistas da Bolsa Família até aumento real de renda que ampliou fortemente a chamada “Classe C” ou “nova classe média”, passando por rígidas políticas de contenção do desemprego (favorecendo o capital produtivo) mesmo no período crucial do início da “crise financeira” em 2008 ou no atual momento de novo ciclo da crise na UE, agora, diferente de 2008, com crescimento certamente pequeno do PIB brasileiro para 2012. Tomando o fenômeno da “nova classe média”, críticos severos do governo como Ruy Braga reconhecem a justeza da crítica complexa que um quadro emanado do governo, Márcio Pochmann, faz a essa política: “[Pochmann] demonstrou que a hegemonia lulista apoia-se sobre um consistente alargamento da base salarial da pirâmide ocupacional brasileira. Ao mesmo tempo ele adverte-nos a respeito dos riscos inerentes a um modelo de desenvolvimento que apresenta sérias dificuldades em promover um ciclo de ascensão social consistente com mais e melhores salários”. Continuando a cadeia de contradições do lado do fator trabalho, o governo Lula, em política educacional de

nível superior abriu várias universidades e IFs (ensino superior técnico) e ampliou outros tantos campi, com grande número de concursos. Abriu de forma muitas vezes aligeirada, com condições de trabalho muitas vezes precárias, mas em contraste com praticamente todos os governos brasileiros depois de Juscelino. Ironicamente, o governo Lula-Dilma está aumentando (de forma certamente consciente) fortemente o “estoque” de docentes universitários potencialmente insatisfeitos e que engrossaram essa recente greve vitoriosa e engrossarão outras futuras greves nacionais do ANDES e dos Institutos técnicos. Na área do ensino em geral, registre-se a primeira mensagem de Dilma ao Congresso, em novembro, na questão dos royalties do petróleo propondo aplicação de tais recursos na educação. Passemos agora às relações do governo Lula-Dilma com o capital. Aqui também as contradições emergem. Em termos do sistema geopolítico dos Estados dentro da grande matriz capitalista planetária, o Brasil está emitindo sinais, mais claramente a partir do segundo mandato de Lula, de que tem um duplo projeto articulado: a) tornar-se potência *energética mundial* (particularmente devido às reservas potenciais de petróleo na costa brasileira); b) assumir papel de *liderança na América do Sul* – com o declínio da hegemonia norte-americana durante a década passada aqui no nosso continente – como credencial para atuação no cenário geopolítico global, ultimado pelo assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Tal liderança emergente vem, no entanto, enviando sinais contraditórios. Vêm se acumulando diversas evidências de participação de capital brasileiro via BNDES em empreitadas de *exploração de trabalho* em vários países vizinhos (Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru e Equador), seja no setor agroindustrial (soja, por exemplo), seja em grandes obras de engenharia (por exemplo, rodovias/ferrovias ligando o Oeste agrícola brasileiro com o Pacífico). Outro indicador importante: enquanto a despesa militar mundial cresceu 1,3% em 2010, o Brasil elevou seus gastos em 9,3% e foi responsável por 80% da alta registrada na América do Sul. Mais especificamente, o Brasil parece estar “passando na prova” dos famosos *cinco indicadores de Lênin* que caracterizam um país imperialista. Além dos dados que acabamos de fornecer, no indicador leninista “exportação de capitais” o Brasil já exporta mais capitais do que em todo o seu comércio com o exterior. Por outro lado, coloca-se uma nova política internacional brasileira, com intervenções como a do governo Lula junto com a Turquia em colisão com decisão – comandada por potências imperialistas – do Conselho de Segurança da ONU sobre o Irã, ao lado da ação firme que evitou que o levante contra Evo evoluísse para golpe de Estado e da ação, via MERCOSUL e UNASUL, para condenar o golpe de Estado e isolar o Paraguai. Essa questão da hegemonia brasileira na América do Sul levanta outra questão articulada: quais as frações do capitalismo “nacional” apoiam o governo Lula-Dilma? A pergunta procede, porque é impossível em um país capitalista (mesmo em alguma forma de *capitalismo de Estado*, como parece praticar tal governo) não existir tais frações de apoio. No setor do capital produtivo, particularmente, o governo tem apoio: a) no setor agroindustrial; b) no setor petrolífero; c) em grandes obras, como barragens e complexos portuários, etc.

Passando para o quadro político interno, já começou a corrida eleitoral de 2014. Setores opostos ao governo Dilma estão se movimentando desenhando no ataque a tal governo, particularmente o “partido da mídia”. Grupos de esquerda que apoiam – às vezes irrestritamente, às vezes criticamente – o governo têm insistido no caráter potencialmente “golpista” desses ataques, que são rotulados de “direita” e que também estariam ocorrendo em outros países da América Latina. Dentre esses grupos podemos destacar aquele que recentemente lançou um Manifesto e que tem como signatários nomes como Niemeyer (falecido), Pinguelli Rosa, Stedile, Samuel Guimarães, Moniz Bandeira, Pedro Casaldáliga. O grupo é “desenvolvimentista” no sentido econômico, concentra suas baterias no imperialismo norte-americano e defende consolidação da política de unidade com a América do Sul, essencial, segundo eles, para a preservação dos “governos progressistas da região”, aí incluído o governo brasileiro. Mas nem todos seriam igualmente progressistas. Os signatários afirmam que “na Venezuela, Bolívia e Equador, a ascensão em bairros proletários de associações de moradores que se articulam em torno de conselhos comunitários e, ao mesmo tempo, defendem os interesses imediatos da população local, têm presença ativa na resistência ao golpismo e pressionam em favor do aprofundamento da democracia. No Brasil, movimentos sociais organizados são ainda débeis [certamente em

comparação ao nível relativo de organização popular alcançado naqueles três países; isto mostra incidentalmente o atual fracasso do PT e da CUT nessa direção central da luta de classes]. O governo do presidente Lula *refletiu essa debilidade* [grifos nossos]. Manteve uma política econômica em que ainda havia espaço para o *neoliberalismo* [grifo nosso], mas adotou medidas de favorecimento ao poder aquisitivo da população pobre e desenvolveu uma política externa de autonomia em relação ao imperialismo estadunidense e defesa da paz. A presidente Dilma mantém nas linhas gerais essa diretriz". Em síntese, embora defendendo a "soberania dos Estados", vê-se aqui *uma abordagem política sistêmica da América do Sul como uma nova unidade maior integrada em construção*. Porém: a) O Manifesto se "esquece" da geopolítica complexa do capitalismo planetário que não se resume ao imperialismo ianque; o caso mais patente neste tabuleiro é o imperialismo chinês, emergindo como parte do último grande desvio comercial capitalista, do Atlântico para o Pacífico, como Marx já antevira; b) O Manifesto é idílico ao admitir uma integração sul-americana como uma "ilha de solidariedade" livre de qualquer desvio imperialista interno, dentro de um *mesmo e único* sistema capitalista mundial. Esta expectativa é uma variante do sonho – já devidamente criticado por Marx – de um continente *socialista* dentro daquele mesmo sistema mundial. Já as manobras em curso de direitas golpistas denunciadas pelo Manifesto parecem - com as devidas diferenças contextuais no tempo e no espaço - com aquelas velhas manobras que levaram o PCB através de Prestes a apoiar Vargas a partir de 1945 contra a direita golpista udenista, então claramente identificada com interesses do imperialismo norte-americano. Com que táticas atua especificamente esta direita golpista? Para Sun Tzu o bom general é aquele que ganha a guerra sem o recurso da batalha, isto é, o recurso às armas só deve ser usado quando falhar o *soft power*. Neste contexto podemos mirar três dimensões articuladas da "guerra" em um sentido mais amplo desta palavra: *cultural, econômica e militar*. Aqui no Brasil tivemos a conhecida "guerra cultural" da direita golpista udenista contra Vargas na primeira metade dos anos 50. "Motivos" não faltaram: Vargas em outubro de 1953 sancionou a lei do monopólio estatal do petróleo; em dezembro atacou a farra das remessas de lucros do capital estrangeiro; no início de 1954 decretou em 10% o limite para as remessas de lucros e dividendos; em seguida, criou a Eletrobrás e aumentou em 100% o salário mínimo. Ironicamente, o mesmo PCB que nele "apostara" em 45, assim se expressou em dezembro de 1953: "O governo Vargas tudo faz para facilitar a penetração do capital americano em nossa terra, a crescente dominação dos imperialistas norte-americanos e a completa colonização do Brasil pelos Estados Unidos". No presente caso brasileiro daquela direita golpista, a sua mídia (hegemônica) vem promovendo, via "*guerra cultural*", já desde 2012 uma série de ataques sistemáticos ao governo procurando desacreditá-lo junto a sua base popular/eleitoral, ao mesmo tempo em que prepara terreno para seu (ainda incerto) candidato em 2014, pelo menos como das duas vezes anteriores, levando-o ao segundo turno. Estão se agrupando em torno de organizações como o "Instituto Millenium", muito semelhante ao "Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), um dos fomentadores do golpe de 1964. Essa direita, porém, não vem tendo a mesma eficiência na "*guerra econômica*", apesar de uma recente e poderosa "ajuda" do "The Economist", que disparou contra o "excessivo intervencionismo de Dilma" no mercado. Infelizmente, para essa direita, existem testemunhos insuspeitos de qualquer simpatia pelas nossas esquerdas, como o ex-secretário de Covas e prof. da FGV, I. Nakano, que em meados de dezembro afirmou: "os especuladores financeiros, que tinham lucros fantásticos com simples arbitragem dos juros, perderam 5,25 pontos da sua remuneração. Perderam mais, pois com o Banco Central administrando a taxa de câmbio e a Fazenda buscando a equalização da taxa de juros interna com a internacional por meio do IOF, a possibilidade de apreciação da taxa de câmbio, pela simples ação dos especuladores, desapareceu e, com isso, o ganho acima dos juros". Mas a maré econômica internacional pode estar vindo em "socorro" dessa direita "hard", criando cada vez mais entraves a sustentação da atual política de empregos do governo. Aí a "*guerra cultural*" pode ser realimentada com maior força, escondendo-se que o governo ainda consegue sustentar políticas empregatícias *apesar* do forte peso da crise externa (particularmente europeia) e das antipopulares políticas recessivas praticadas em grandes potências ocidentais, políticas essas que, como nos velhos tempos, ainda nos recomendam! Em conclusão, não se deve esperar que nossos movimentos sindicais classistas fiquem simplesmente indiferentes à tais manobras, ou seja, *aqui é lugar e hora de se*

*tomar posição **contra** elas, mesmo se - implícita e taticamente - isso signifique **apoiar** um governo com o qual temos forte e sistematicamente conflitado no terreno sindical. Aqui é hora e lugar da **construção** de organizações populares locais dentro do contexto brasileiro. A classe trabalhadora, se necessário for, deve ir às **ruas** para barrar qualquer resquício, ainda que requentado, de volta a um passado de golpismos!*

TEXTO 3

Contribuição da Diretoria da APUR Seção Sindical

INDEPENDÊNCIA SINDICAL, LUTA PELAS REIVINDICAÇÕES, E A UNIDADE DE CLASSE NA CUT: AÇÕES NECESSÁRIAS PARA LUTAS QUE VIRÃO.

Greve de estudantes universitários no Canadá, manifestação estudantil no Chile, Espanha, Grécia, Itália, Portugal exigindo maior participação dos governos no financiamento das universidades públicas, que já não são gratuitas, combinado com a crise dos financiamentos estudantis norte-americanos demonstram que o modelo brasileiro público e gratuito está sob risco. Esses últimos acontecimentos internacionais confirmam a importância do ressurgimento do movimento docente e da greve das IFE de 2012. A greve demonstrou que os docentes criaram estratégias de luta contra o sucateamento e a expansão da privatização do ensino superior brasileiro.

Lutar a partir das reivindicações da categoria - Reivindicando melhores condições de trabalho e de ensino, plano de carreira digno e melhores salários, os docentes federais exigiram a presidente Dilma outra política. A força desta greve fez o governo federal mudar a sua posição de não negociar com grevistas, forçando-o dar mais do que queria, ainda que longe do que necessitamos. Para este enfrentamento os docentes federais não tiveram dúvidas em se organizar nas suas referências históricas de luta. A diretoria do ANDES-SN pressionada pelas suas seções, tomou uma postura diferente em relação aos últimos anos. Sua base impulsionou que o sindicato retomasse a luta pelas reivindicações da categoria. Assim, fizemos o ANDES-SN retomar a sua combatividade sindical orientada pelas bases, constituindo o Comando Nacional de Greve (CNG) responsável pela condução da nossa maior greve. Este movimento de luta expôs diretamente a Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino (PROIFES), que colocada mais uma vez em teste, demonstrou no enfrentamento direto com o governo federal que seu verdadeiro objetivo não é organizar e representar democraticamente os docentes das IFES. **Nesse sentido que reconhecemos com fundamental que o ANDES-SN organize a luta a partir das reivindicações da categoria.**

Lutar organizados com a maioria da classe trabalhadora brasileira – em 2012 os docentes das IFE durante a greve deram um passo importante para a reaproximação da luta dos demais trabalhadores brasileiros, especificamente do conjunto dos servidores públicos federais, que organizados na CONDSEF e na CUT, marcharam, organizaram atos/manifestações conjuntas, enfrentaram e denunciaram o governo federal. A CUT teve um papel importante neste processo da unificação dos servidores em greve e na pressão sobre o governo federal, inclusive denunciando-o na Organização Internacional do Trabalho (OIT) por atitudes antissindicais, em referência ao Decreto “antigreve” nº 7.777 / 2012. **A experiência do último período reforça a importância da filiação do ANDES-SN a CUT, para que os docentes do ensino superior se organizem com a maioria da classe trabalhadora brasileira.**

Democracia sindical - nesta greve aprendemos uma lição respeito a democracia é representar a decisão da maioria da assembleia, nossa força é maior quando estamos organizados em conjunto

com a maioria dos docentes, e estes deixaram claro que o seu sindicato é o ANDES e não a PROIFES, e que seu lugar de luta é com a maioria da classe organizada, que hoje está na CUT. Foi essa força, com todos os percalços, que possibilitou a retomada do movimento docente do ANDES para lutar pela categoria e pela construção da unidade dos servidores públicos federais em luta, sua maioria em sindicatos filiados a CUT. É nesta via que compreendemos que devemos seguir lutando pelo ANDES e pela CUT independente e de luta. É preciso que o **ANDES-SN continue prezando pela democracia sindical, respeitando as assembleias como espaços máximos de deliberação da categoria.**

Ampliação da pauta sindical do movimento docente – o sindicalismo independente no Brasil nasceu na construção cotidiana das estratégias de afirmação dos direitos trabalhistas (mas não só estes) e do desmanche das ciladas patronais para ampliação do lucro, portanto, alterando um curso naturalizado de produção de riquezas. Nasce também da recusa ao atrelamento às práticas tuteladas pelo estado e do enfrentamento ao corporativismo que vigora a contratação social no capitalismo.

O sindicalismo que amplia fóruns para legitimação de novas pautas de direitos e de alianças com movimentos de classe, de gênero, de etnia, dentre outros caminha paradoxalmente à ordem, recusando o destino e as decisões hegemônicas. Queremos uma pauta de defesa dos nossos direitos e a ampliação do espaço público na universidade, com a multiplicidade de grupos e comunidades, muitas vezes daqui excluídos. Para isso, **a pauta do ANDES-SN deve ser construída na ação conjunta com as organizações dos trabalhadores nacionais e internacionais, prezando pela ampliação da mesma, no intuito de aproximar os docentes da luta do conjunto da classe trabalhadora.**

Defesa da independência sindical – o sindicato independente está longe de ser neutro, de cercar o direito às escolhas políticas, e, muito menos, ser sectário. Está bem distante da pureza asséptica daqueles que não querem participar, aprender com a prática política e tomar decisões. Pelo contrário, a independência, em sua historicidade, tem se caracterizado pela construção de estratégias junto às bases dos trabalhadores, junto aos movimentos pela democracia.

O ANDES-SN deve consagra-se o direito de escolher estar do lado das decisões democráticas de base, de negociar a partir da mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras, de buscar formas diversas de comunicação, de construir companheiros e companheiras na caminhada. Desejamos a mobilidade de poder político entre nós, entre homens, mulheres e todas as outras identidades sexuais, nomináveis ou não para a tessitura de posições diante das conjunturas. Queremos discutir com estudantes, servidores técnicos, terceirizados e a comunidade a necessidade da garantia da educação pública, gratuita e de qualidade.

TEXTO 4

Contribuição dos professores Eudes Baima – SINDUECE; Domingos Sávio – ADUNEMAT; Fernando Cunha – ADUFPB; Paulo Riela – ADUFS; Joelma Albuquerque – ADUFAL; David Romão – APUR; Juanito Vieira – APESJF; Cláudio Félix – ADUSB; Tiago Lavoura – ADUSC; Marco Aurélio – ADUFU; Fernanda – ADCAC/UFG Catalão; Celi Taffarel - UFBA

AS LIÇÕES DA GREVE DOCENTE: LUTAR PELAS REIVINDICAÇÕES E CONSTRUIR A UNIDADE DA CLASSE NA CUT

EM MEIO A CRISE NA EUROPA, AS DENÚNCIAS DO MENSALÃO E A AMEAÇA DE RETIRADA DE DIREITOS, O QUE FAZER?

As notícias que vem da Europa não são animadoras, lá, a chamada Troika (FMI, Banco Mundial e Banco Central Europeu), é quem governa, por cima dos interesses das nações. A fim de salvar os banqueiros, milhares de servidores públicos são demitidos, outros têm salários reduzidos. O desemprego se espalha em toda a região, em Portugal são 15%, na Espanha e Grécia, cerca de 25%.

Corte após corte, plano após plano, a situação somente se agrava. Todos os direitos que os trabalhadores europeus conquistaram estão em jogo, até mesmo a democracia está questionada, pois hoje na Europa quem governa é a Troika, todos os gastos públicos estão subordinados a capacidade dos Estados em pagar a dívida em primeiro lugar, a chamada “Regra de Ouro”.

Com a crise o governo Dilma decidiu reduzir e isentar impostos, congelar os salários dos servidores e agora apresenta um amplo programa de concessão dos serviços públicos através da PPPs (Parcerias Público-Privadas), uma espécie de privatização um pouco mais disfarçada. Não bastasse isso, acena com a possibilidade de flexibilizar a CLT a partir da lógica do “negociado sobre o legislado” com o chamado Acordo Coletivo Especial (ACE), infelizmente com o acordo de alguns dirigentes sindicais.

TEMOS LADO, SOMOS TRABALHADORES!

Há aqueles que pensam que nos últimos anos, nada mudou no Brasil. Se enganam: o aumento do salário mínimo colocou bilhões na economia e gerou outros milhões de empregos. O número de concursos públicos aumentou assim como diversas carreiras tiveram reajustes acima da inflação, inclusive a nossa.

Em nossa opinião, estas conquistas só foram possíveis porque o povo brasileiro decidiu que não era mais possível continuar sob a batuta das privatizações dos tucanos. Entretanto, isso não significa que os problemas do Brasil estão resolvidos.

A subordinação de Dilma à lógica do superávit primário e da política de austeridade, não defende a nação nem protege os trabalhadores da crise capitalista do ponto de vista dos seus interesses, mas ao contrário os ataca, entre eles, os serviços públicos e os servidores, para atender os interesses dos banqueiros e das multinacionais, serve apenas para frustrar o povo brasileiro e contrariar sua base social, entre eles os próprios servidores. É por isso que cobramos de Dilma outra política, pois queremos que o governo tome medidas que realmente protejam o país e os trabalhadores da crise.

Queremos, por exemplo, que se invista no serviço público, se retome com força os concursos e que se crie uma verdadeira data-base para os servidores. Queremos que o governo interrompa a sangria do pagamento da dívida, que consome hoje mais de 40% do orçamento da União. Queremos uma outra política, a começar pela centralização do câmbio, revisão das privatizações realizadas por FHC, e que faça a reforma agrária.

É por isso que defendemos a unidade dos trabalhadores, do campo e da cidade, do setor privado e público, que somente com nossa unidade e a independência de nossas organizações será capaz de evitar, exigindo do governo Dilma Outra Política, que a crise que se alastra pela Europa se instale no Brasil. Não aceitamos nem a retirada de direitos e muito menos a flexibilização de conquistas. Este é o combate que levamos dentro da CUT.

A GREVE DOS DOCENTES

A greve dos docentes durou 120 dias e modificou a dinâmica do movimento docente. Em conjunto com os servidores federais nos chocamos com a política do governo Dilma, impondo a negociação e arrancando pontos da pauta, mesmo que insuficientes. Na prática, os docentes, que em 2010 votaram em peso na Dilma, não aceitaram a aplicação de uma política contrária ao mandato dado pelo povo trabalhador e exigiram Outra Política, que se traduz em aumento de salários e serviços públicos de qualidades ao invés de atender ao mercado com desonerações e pagamento do superávit.

Em busca da unidade, desde a base, os docentes questionaram a política realizada pelo ANDES que, após filiar-se à CONLUTAS, privilegiou a política do denunciismo do governo e não organizou a luta docente para conquistar as reivindicações, o que desmobilizou a categoria, de outro lado vimos que a política do PROIFES-Federação, que ficou abertamente ao lado do governo desrespeitando as decisões da maioria, inclusive nas suas bases. Essa mobilização foi possível, pois as condições de vida e de trabalho dos docentes foram precarizadas, assim a maioria docente nesta greve buscou a unidade nacional por condições de trabalho e carreira, não ficando no mero denunciismo ao governo ou o adesismo ao mesmo. Buscou agir de forma que as reivindicações estivessem em primeiro lugar.

Prosseguir essa luta é necessário para garantir uma educação pública e de qualidade e desde já preparar a campanha salarial de 2013. Campanha esta que deve colocar no centro da pauta o aumento real de salário

dos docentes, a melhoria das condições de trabalho nas IFE, ampliação de concurso público, aumento das verbas para educação pública e uma reestruturação da carreira que atendam as reivindicações da nossa categoria, o que requer construir a unidade em torno das reivindicações e com o conjunto da classe trabalhadora no Brasil.

É necessário, portanto exigirmos da presidenta Dilma alterações no PL 12.772 sancionado em 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal e que não corresponde aos nossos anseios, tendo sido aprovado na Câmara Federal e no Senado em regime de urgência por solicitação do governo. Esse PL, resultado de um acordo entre o governo e o PROIFES, não representa a decisão dos docentes, pois a maioria da base da categoria não foi contemplada.

REVOGAR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA, RECONQUISTAR OS DIREITOS RETIRADOS

Aprovada a criação do Funpresp (fundo complementar de previdência) se multiplica a pressão nos sindicatos de participar na administração dos fundos de pensão. Não aceitamos a lógica do “mal menor”, dos que realmente estão dispostos a transformar os sindicatos em “*players*” do sistema financeiro. Nenhum fundo de pensão será capaz de garantir previdência dos trabalhadores.

Quem não se lembra que na crise de 2008, diversos fundos de pensão viraram poeira do dia para noite. Agora, para condenar o PT no “julgamento de exceção”, até o STF argumenta que a reforma foi aprovada através de compra de votos, o que já seria motivo para ele próprio tomar as medidas para a sua revogação, se o seu objetivo fosse fazer justiça. Não podemos cair na armadilha de desviar nossa atenção se dirigindo ao STF para que anule apenas a EC 41 de 2003. A contra reforma da previdência se iniciou em 1998 com FHC, e a única que garante os direitos é a volta da paridade e integralidade para todos servidores.

Somos pela revogação da reforma da previdência iniciada em 1998 com FHC que retirou direitos, e exigimos do governo Dilma a sua revogação.

"INDEPENDÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO" NO CASO DO MENSALÃO, MAS O QUE SE TEM A COMEMORAR?

O Juiz Gabriel Wedy, presidente da Associação dos Juizes Federais (AJUFE), publicou artigo nos jornais no início do ano comemorando, segundo ele o papel do STF, para ele *"nos últimos anos o Poder Executivo e o Poder Legislativo, pressionados pela opinião pública, omitiram-se em questões de altíssima relevância social que necessitavam de regulamentação. Por sua vez, o STF exerceu importante papel de ativismo judicial ocupando espaço que o Estado brasileiro precisava ocupar por exigência da sociedade."*

Foi dessa "independência" que nasceu a restrição ao direito de greve dos servidores, foi dali que os Tribunais se apoiaram para descontar salários de grevistas em todo o Brasil. Ainda segundo ele, *"é leviano afirmar, cogitar ou supor, que o STF poderia ser pautado pelo processo do mensalão: que envolve como réus alguns dos maiores próceres e apoiadores do governo do ex-presidente Lula em escândalo de corrupção."*

Ora, não dá para esconder que o que aconteceu no Supremo, no caso da Ação Penal 470 (“mensalão”), foi um julgamento político, foi condenada a exceção para não julgar a regra que se perpetua governo após governo. O que precisa mudar é o presidencialismo de coalizão, ainda mais num congresso que é um verdadeiro balcão de negócios, que empurra ao aliancismo via trafico de influencia, cargos, caixa dois, etc. Impossível não ver que se trata de um ataque ao PT para logo chegar à CUT, aos sindicatos, aos movimentos populares, quem realmente está na alça de mira são as conquistas do povo brasileiro e suas organizações.

Para por fim a política da compra de deputados é preciso uma verdadeira reforma política, uma Assembleia Constituinte que estabeleça uma verdadeira democracia, onde a compra de votos, a barganha de ministérios e as negociatas dos partidos não sejam regra nos governos.

ANDES: UM BALANÇO NECESSÁRIO

Desde a filiação à CONLUTAS (2006) a política da direção do ANDES (grupo ANDES-AD) foi protagonista do engessamento e desmobilização da categoria numa linha denunciante do governo, abandonou a luta pelas reivindicações afastando-se da base e contribuindo na divisão da classe. Levando essa política ao extremo, retirou o ANDES da mesa de negociações em 2007 (abrindo caminho para o PROIFES assinar acordo) e em 2011 desrespeitou a decisão majoritária da base pela greve e assinou, com o PROIFES, um termo de acordo com o governo.

GREVE 2012: UM MARCO NA CATEGORIA

Desde a base os docentes buscaram unificar a luta nacional em torno de reivindicações. Ao retomar o ANDES como seu sindicato empurrou a recém eleita direção a constituir um Comando Nacional Unificado que foi o negociador do movimento, forçando o governo a negociar. Não encontraram eco os paladinos da divisão e os denuncistas da CONLUTAS, tampouco a tentativa de esvaziar, desrespeitar assembleias ou se proclamar representante dos docentes como fez o PROIFES-Federação. O eixo da luta foi a pauta.

UNIDADE DA CLASSE

A força da greve docente espalhou-se por todo funcionalismo na maior greve em 19 anos, levando a CUT a assumir um importante papel, junto com a CONDSEF, encabeçando mobilizações e combatendo os ataques do governo denunciando-o na OIT contra o decreto nº 7.777 e exigindo regulamentação da Convenção 151 da OIT. Consideramos que esse é o lugar da CUT por isso prosseguiremos na luta para manter e ampliar seções e sindicatos docentes filiados à CUT na via do reagrupamento cutista dos docentes para contribuir com a luta dos trabalhadores.

Caros colegas,

Não seria a hora de fazermos um balanço do que significa a política de divisão da CONLUTAS? No momento que se agrava a crise do capitalismo não se faz necessário retomarmos as lutas do ANDES conjuntamente com a maioria da classe no Brasil, organizada no seio da CUT, para construirmos a unidade da classe do campo e cidade, setor público e privado?

Consideramos que este é um debate necessário principalmente no momento que se desenvolvem assembleias de base de tiragem de delegados ao 32º Congresso do ANDES. Consideramos que este congresso pode e deve abarcar a pluralidade do movimento docente permitindo participação de qualquer seção ou sindicato que deseje contribuir nesta discussão.

Sem pretender deter a verdade, nós que estivemos ombro a ombro nesta greve em 2012 convidamos a todos os docentes, a todos os delegados a somarem-se a estas posições.

TEMA 2 – CENTRALIDADE DA LUTA



Diretoria do ANDES-SN

CENTRALIDADE DA LUTA

TEXTO DE APOIO

A partir da análise do tema do Movimento Docente e Conjuntura, o 32º Congresso delibera que a Centralidade da Luta do ANDES-SN para 2013 seja:

TR – 5

Defesa do caráter público da educação, condições de trabalho, salário e carreira para os docentes, ampliando a organização da categoria no ANDES-SINDICATO NACIONAL e a unidade classista dos trabalhadores.

TEMA 3 – POLÍTICAS SOCIAIS – POLÍTICA EDUCACIONAL, GERAIS E DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

TEXTO 6

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE GÊNERO, ETNIA E CLASSE

TEXTO DE APOIO

Em outubro 2012, foi realizado o I Seminário do ANDES-SN sobre Diversidade Sexual na cidade de Crato, Ceará, reunindo diversos representantes das seções sindicais, militantes dos movimentos de mulheres, negros e estudantil da cidade, da região e de outros estados, além de pesquisadores e militantes atuantes na luta contra o preconceito às pessoas LGBT e que participaram das diversas mesas do Seminário. Esse evento inaugura um novo momento do ANDES-SN e se constituiu no primeiro espaço de socialização dos LGBT do Sindicato Nacional, contando com a participação de vários companheiros e companheiras, que mesmo não sendo LGBT, entendem e compreendem a importância da luta no combate à homofobia e congêneres, situados na pauta de direitos sociais e humanos.

Além de ser o primeiro espaço de socialização para os LGBT do ANDES-SN, o Seminário possibilitou um profícuo debate acerca da homofobia, lesbofobia, transfobia, suas especificidades e desafios para sua superação, numa luta que deve ser construída e travada com outros setores da classe.

Vários indicativos para o plano de lutas do Sindicato Nacional foram apontados pelo Seminário que, ao final, aprovou uma moção de repúdio à violência lesbofóbica destacando o descaso dos governos estaduais, municipais e federal no combate à homofobia por meio de uma política efetiva. Por outro lado, a construção desta política exige que o enfrentamento à ausência de política do Estado para o combate à homofobia; bem como, enfrentar o processo de cooptação de vários dirigentes e movimentos, feito pelo governo, originando fragilidades na luta contra a homofobia e a criminalização das opções sexual e a situação étnica em estrita relação com o caráter de classe. Registra-se que a luta envolve a exigência de política de Estado para o combate ao preconceito às pessoas LGBT, visto que, a omissão do Estado tem como consequência direta os vários assassinatos, além das várias formas de violência física e simbólica que atingem as lésbicas, gays, travestis, transexuais, dentre outros e outras.

Neste contexto, reafirmamos que só a pressão e luta organizada do movimento pode reverter este quadro. Em nossa compreensão, uma política de Estado e/ou governo não pode ficar circunscrita a campanhas midiáticas, mas dar corpo a medidas que de fato respondam à situação estabelecida em termos de educação e enfrentamento da criminalização.

O seminário cumpriu o importante papel de promover o acúmulo do debate sobre o tema no interior do Sindicato Nacional. O desafio é, compreendendo a importância dessa luta, enraizá-la na base do sindicato. Um passo importante é realizar um levantamento dos diversos tipos de violências físicas, psíquicas e mortes decorrentes da homofobia que atinge os professores das IES, a fim de termos o diagnóstico mais preciso deste processo no âmbito da categoria, em conjunto com o encaminhamento do plano de luta, para que possamos consolidar esse novo momento inaugurado no ANDES-SN.

Além deste Seminário, foi realizado em maio de 2012 o “II Seminário sobre Ações Afirmativas”, em São Paulo, com a presença de militantes do movimento negro, diversos representantes das seções sindicais e pesquisadores da temática, que deram importantes contribuições no avanço das discussões no âmbito do sindicato. No final de novembro, foi realizada uma reunião do GTEGC que contou com participação do professor José Jorge de Carvalho, da UNB, que fez um balanço das ações afirmativas e uma avaliação da Lei de Cotas sancionada pela presidente Dilma Rousseff. Em sua avaliação, a Lei de Cotas se constitui em um retrocesso ao que já tínhamos avançado através das várias lutas travadas pelos movimentos negros, movimentos sociais e sindicatos, como o ANDES-SN, que tem como resolução congressual a defesa da cota étnico-racial como política transitória, que definiu como posição do movimento: “Posicionar-se favoravelmente ao sistema de cotas, como política transitória para a universalização do acesso e permanência à educação superior (29º Congresso, Belém/PA, 26/1 a 1º/2/2010)”. É necessário, em relação à referida Lei de Cotas (Lei nº 12.711/12), aprofundar a análise, nas fileiras do Sindicato Nacional, para municiar a nossa luta, desvendando as contradições e limites que ela possa apresentar. Como componente de nossa luta, um ponto importante é realização do II Seminário de Mulheres do ANDES-SN.

Afirmamos que o sindicato avançou em alguns debates já iniciados anteriormente, como a política de ações afirmativas e seus desafios, inseriu dentro do sindicato o tema LGBT de forma profícuo, mas reconhecemos que precisamos avançar mais ainda diante dos desafios postos

cotidianamente para nós, e isso só será possível com a participação e envolvimento das seções sindicais no fortalecimento do trabalho sobre o tema, a partir dos GT, tanto local como nacionalmente. Para dar sequência a esta luta, é necessário, no próximo período, aprofundar discussões sobre temáticas fundamentais, das quais se destacam: direito e saúde da população LGBT.

TR - 6

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. a luta contra a homofobia deve ser compreendida como parte de uma ampla luta contra o capital e suas consequências nefasta para a classe.
2. repúdio à suspensão do kit anti-homofobia pelo governo Dilma Rousseff.



Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, AGRÁRIA, AMBIENTAL E URBANA.

TEXTO DE APOIO

As recorrentes agressões e os prejuízos ambientais e sociais impostos pelo projeto de desenvolvimento econômico, resultado da capitulação dos últimos governos ao projeto de neocolonização a serviço do grande capital nacional e internacional, assim como a contínua criminalização dos movimentos sociais engajados na defesa das questões socioambientais, têm pautado debates organizados pelo ANDES-SN e deve compor a agenda de lutas da entidade para o próximo ano. Um dos espaços que fomentou essa discussão foi o seminário “Desdobramentos da Rio+20 e Código Florestal” (8 e 9/12/2012 – Brasília), organizado pelos Grupos de Trabalho de Política Agrária e Meio Ambiente (GTPAMA) e de Ciência e Tecnologia (GTC&T) do ANDES-SN. Como resultado das discussões, apontou-se para o desenvolvimento de trabalho junto às seções sindicais, no sentido de envolver a política universitária com as temáticas socioambientais e de ciência e tecnologia, bem como de ações específicas em locais de conflito, de forma integrada com os movimentos sociais.

A notoriedade internacional alcançada pelo Brasil como o maior consumidor de agrotóxicos do mundo necessita de uma análise aprofundada para que se percebam as graves circunstâncias com que foi levado a isto, assim como as terríveis consequências². Os transgênicos³, por sua vez, têm sido apresentados com bastante alarde pelas "empresas agronegociais" como sendo a solução para acabar com a fome no mundo⁴.

2 Segundo dados literários, as lavouras brasileiras alcançam uma área de plantio de organismos geneticamente modificados (OGM) da ordem de 21,4 milhões de hectares (soja, milho, algodão), enquanto que nos USA abarca 64 milhões (soja, milho, algodão, canola, abóbora, papaia, alfafa, beterraba). Note-se que, com uma abrangência de 1/3 daquela estadunidense, consumimos mais venenos agrícolas que eles.

3 Transgênicos são plantas alteradas geneticamente com diferentes propósitos: ou para torná-las resistentes a um agrotóxico específico (o mais conhecido é o Glifosato, da gigante Monsanto, que mata apenas "plantas daninhas", mas não o OGM), ou para que as próprias plantas produzam o veneno que atacará o seu predador (como o milho Bt, engenheirado a partir do *Bacillus thuringiensis*, e que mata a chamada lagarta do cartucho), ou, no seu principal propósito, enriquecer as empresas.

4 É importante apontar que, segundo a FAO (Food and Agriculture Organizations of the United Nations), hoje se produz alimento para saciar a fome de 12 bilhões de pessoas, num orbe com sete bilhões. Ou seja, os males da

Os segredos da formulação de transgênicos e suas reais implicações sobre a saúde humana são guardados em segredo ferozmente pelas empresas, tendo, inclusive, apoio do governo de alguns países. Muitos docentes pesquisadores ao redor do mundo que comprovaram alguns dos danos orgânicos dos transgênicos têm sido atacados e difamados, por vezes, inclusive, pelos próprios colegas comprometidos com estas empresas.

Compondo uma dupla comercial importante com organismos geneticamente modificados (OGM), os agrotóxicos apresentam-se como compostos químicos artificiais, originalmente pensados e produzidos como artefato bélico, assumindo maior ou menor destaque ao longo da história. Durante o confronto armado do Vietnã, foram pulverizados durante cinco anos 42 milhões de litros do famoso "Agente Laranja", um potente desfolhante empregado para dizimar as copas das árvores, tornando os soldados vietnamitas visíveis e alvos fáceis de serem abatidos. Esta tática de guerra ocasionou consequências terríveis pelas doenças e mortes entre soldados de ambos os lados. Entretanto, o mais desumano e cruel foram os danos genéticos gerados em gestantes, comprometendo de forma trágica aqueles fetos, assim como as futuras gerações: abortos, má-formações fetais, doenças incuráveis, destruição de famílias, esperanças, entre tantos outros. A quantidade residual do agente continua prejudicando a população.

A realidade brasileira pode ser entendida mediante a verificação de que a mesma atitude política que o torna o maior consumidor de venenos do mundo, também propicia a aquisição de terras por estrangeiros, fundamenta as alterações do Código Florestal Brasileiro (a mesma atuação sobre a atual discussão do Código de Mineração), energiza Belo Monte, alardeia falsos benefícios para os OGM, constrói estradas, determina as políticas (inclusive financeira) do país. Nesse mesmo tom, em atendimento às incursões do capital financeiro e os grandes oligopólios, obras faraônicas, desnecessárias, mal pensadas e sem o propósito de atender as necessidades da população, como é o caso de Belo Monte⁵, da transposição do rio São Francisco, emblemáticas quanto à aplicação de verbas públicas numa obra que já teve a sua construção interrompida.

Ao focar esta forma de atuar do agronegócio, na busca do lucro e a posse de bens, o setor tem alcançado patamar diferenciado, não só pela sua forma predatória de atuar. Consta-se ainda a intensidade, voracidade desenfreada e desrespeito ao homem e natureza, desconsiderando por absoluto questões éticas, morais, de saúde pública, sociais, entre outras.

Midiaticamente, o assunto tem sua importância desviada e rebaixada, apresentado como um debate entre "desenvolvimentistas" e "ambientalistas", sempre com um invariável e enfadonho "empate": os argumentos dos dois lados se anulariam, enquanto a população segue desinformada e desinteressada.

Uma das formas de "produzir" do agronegócio é através de suas "lavouras oceânicas", onde grandes extensões de terra são preparadas sem qualquer atenção ou cuidado com o meio ambiente ou com as pessoas. Bosques, florestas ciliares (as próximas às margens de rios), afloramentos rochosos, desníveis naturais do solo e outros habitats são desconsiderados na implantação de lavouras. Eis um dos motivos da necessidade de alteração do Código Florestal Brasileiro imposto pela "bancada ruralista" e seus apoiadores, que necessitavam "flexibilizar" as leis com o propósito de aumentar sua abrangência de destruição.

Tal tipo de produção faz uso de técnicas agrícolas que seguem a mesma linha predatória e que visam o produzir rápido, mas não seguro ou sequer duradouro. O equilíbrio ecológico local da

fome não surgem da pouca produção, mas da não distribuição e que parcela dos grãos produzidos compõem rações de animais.

5 Obras de Belo Monte desviarão 80% do fluxo do rio Xingu através de canais artificiais, inundando mais de 600 quilômetros quadrados de floresta na região de 'Volta Grande do Xingu' (trecho de 100 quilômetros do rio), que terá seu volume de água severamente comprometido, privando centenas de famílias indígenas e ribeirinhas do seu recurso mais precioso: a água do Xingu. Ademais, imporá fortes prejuízos ao circuito ambiental e seus biomas, assim como às comunidades ribeirinhas. A Norte Energia negou presença de impactos sobre o setor e sobre a ictiofauna, e silenciou sobre a denúncia de um pescador que trabalhou 17 dias para a empresa Biota (uma das empresas do Consórcio Construtor Belo Monte) onde presenciou a morte de mais de 500 quilos de peixe em apenas uma enchente, sem sequer haver qualquer comunicação feita ao IBAMA.

lavoura é dizimado e, sem vida orgânica no solo, faz-se necessária a introdução de "fertilizantes", mais químicos para as indústrias lucrarem.

Entretanto, destruições de tal monta criam um novo nicho ecológico, onde um simples inseto já não tem mais o controle do predador desaparecido. O mesmo princípio ocorre com plantas, as quais tinham seu desenvolvimento limitado por outras que, por exemplo, lhes faziam sombreamento. O resultado de tal desequilíbrio é o surgimento de "pragas", combatidas com a aplicação de venenos agrícolas - agrotóxicos. Entretanto, insetos e plantas rapidamente têm desenvolvido resistência contra aos princípios ativos elaborados sinteticamente e, sempre visando o lucro, as empresas lançam mão de venenos novos e/ou mais potentes.

Esta descrição acima relata com precisão o que vem ocorrendo com o veneno comercialmente denominado de "Glifosato", da empresa Monsanto. Embora sua dose de aplicação tenha sido quintuplicada, ele já é mais ineficaz no combate às "plantas daninhas" endógenas, que são, na realidade, as plantas nativas da região.

O grau de intoxicação da espécie humana já é tão expressivo, que foi noticiado no estado do Mato Grosso que, algumas mães continham resquícios de glifosato⁶ no leite com que amamentavam seus filhos. Inclusive, as "empresas agronegociais" estão incrementando no mercado brasileiro este Agente Laranja, o qual, inacreditavelmente, já é aspergido em diversas lavouras brasileiras. E mais preocupante e escandaloso é que há algum tempo já foi feito pedido à CTNBio, e esta autorizou que sejam desenvolvidas pesquisas visando à aplicação no Brasil de sementes transgênicas resistentes concomitantemente ao Glifosato e ao Agente Laranja, ambos comprovadamente indutores de más-formações fetais. Destacando-se que a situação é muito mais crítica do que ela realmente se apresenta, tendo em vista a existência de um quadro de contaminação presente que é omitido: relação solo/subsolo, contaminação já verificada a 150 metros de profundidade; em evidências de exames laboratoriais da população atingida (sangue, urina), o mesmo quadro se faz presente.

O modo com que tal ciclo vicioso se acelera e amplia é vertiginoso e, descontrolado, insere o Brasil como o maior consumidor de venenos agrícolas do mundo.

Em 2008, o mercado brasileiro consumiu 673.862 toneladas destes químicos sintéticos, gerando um lucro estimado de US\$ 40 bi para as principais empresas: Syngenta, Bayer, Monsanto, Basf, Dow AgroSciences, Du Pont, Mofar.

Hoje, a carga de venenos agrícolas aspergidas sobre o Brasil é da ordem de 5,5 litros/habitante/ano. Importante: estes são dados oficiais e que não levam em conta contrabandos através da imensa fronteira brasileira com a Argentina, o Paraguai e outros países. Também foi nesta linha fronteira que ocorreu o contrabando de soja transgênica proibida no Rio Grande do Sul, crime apoiado por "entidades agronegociais".

Desta forma, a soma de agrotóxicos com transgênicos leva as "empresas agronegociais" a alcançar um faturamento extraoficial mundial da ordem de US\$ 300 bi anualmente. E, como uma forma de política agrícola, tem a concordância e apoio governamental via liberações da CTNBio de transgênicos e venenos a eles associados, assim como do financiamento bilionário que o agronegócio recebe de verbas públicas.

Ademais, ficam claros os motivos pelos quais a reforma agrária ainda está no mesmo patamar considerado insuficiente durante o governo FHC⁷. O modelo político que marca a questão agrária é aquele que está ligado ao grande capital e às oligarquias, reforçado nos governos Lula e Dilma. Com efeito, além disso, há de se considerar que foi justamente a partir do governo Lula que o agronegócio ganhou maior espaço, inclusive no que diz respeito à liberação dos transgênicos. Ignorando a sociedade civil e as comunidades tradicionais e se conduzindo apenas pelas bulas do grande capital.

5. Não só o Glifosato atua como desregulador químico orgânico. Também os transgênicos isoladamente são danosos, fato comprovado através de várias pesquisas, como a que demonstrou que o milho transgênico é potencial causador de câncer de mama, entre outras doenças.

⁷ FHC é apenas uma referência de corte, posto a questão atravessa a história brasileira até os tempos atuais, fazendo-se presente em tantos outros governos anteriores.

Contudo, o problema não se limita ao espaço rural, e quanto ao processo produtivo. Um quadro contínuo de violências e descaso dos governos da Federação tem feito parte da agenda nacional:

- 1) Nos últimos 15 anos, o Estado do Pará tem apresentado a péssima estatística de líder em assassinatos no meio rural, com 231 mortes entre 1996 e 2010, dentre as 555 que ocorreram no país, segundo relatórios da CPT (Comissão Pastoral da Terra). No ano de 2011, segundo a mesma fonte, pelo menos 30 camponeses estavam “marcados para morrer”. Em 2012, três desses camponeses ameaçados, ativistas que denunciavam a ação ilegal de madeireiros, foram assassinados em Nova Ipituxa, e em Abunã (Porto Velho – Roraima) a liderança do Movimento Camponês Corumbiara, sobrevivente do massacre de Corumbiara (08/1995), foi assassinada.
- 2) Após um quadro de poluição causada pelo transbordo de uma das bacias de contenção de resíduos do trato da bauxita da mineradora Alunorte Ataque, os moradores da Vila Bujaruba (PA) enfrentaram um processo de desapropriação. Processo 2008.39.00.011127-7. Nova numeração 0011098-73.2008.4.01.3900. Classe – 183 – Cautelar inominada. Autuação – 21/11/08. Assunto – Proteção Possessória. PROCED.ADM.1.23.000.002086/2008-11 REF. MANUTENÇÃO DOS MORADORES DA VILA BUJARUBA - CABECEIRA DO RIO MURUCUPI - BARCARENA/PA (CODEBAR).
- 3) Atentados contra líderes camponeses em Rondônia (Acampamento Paulo Freire III), nos municípios de Seringueiras e região de Buritis.
- 4) A Prefeitura de Iporanga (SP), região de Lageado, Vale do Ribeira, vem desapropriando, em contínuo movimento, vastas extensões de terras e promovendo a expulsão de comunidades tradicionais, para transformá-las em Parques Naturais a serem transacionados no mercado de carbono.
- 5) Ataques às comunidades indígenas das Aldeias Castanheira, Kassiriki, Maripué e Jagunço, situadas no município de Pauini (AM), e na terra indígena Camicuã, em Boca do Acre (AM), frente à omissão do IBAMA quanto a invasão de terras para plantio e tráfico de drogas.
- 6) Extração ilegal de ouro em trecho de território indígena Munduruku – da Cachoeira da Rasteira – localizada no Rio Teles Pires, dentro da Terra Indígena Kayabi, entre os municípios de Apiacás (MT) e Jacareacanga (PA) – até o Porto Ramal, que fica à margem esquerda do Rio Tapajós, no município de Maués (AM).
- 7) Programa Prodoeste, que prevê a construção de barragens no Rio Formoso, ignorando o impacto ambiental sobre as terras indígenas Krahô-Canela (TO).
- 8) Obras de Belo Monte desviarão 80% do fluxo do rio Xingu através de canais artificiais, inundando mais de 600 quilômetros quadrados de floresta na região de ‘Volta Grande do Xingu’ (trecho de 100 quilômetros do rio), que terá seu volume de água severamente comprometido, privando centenas de famílias indígenas e ribeirinhas do seu recurso mais precioso: a água do Xingu. Ademais, imporá fortes prejuízos ao circuito ambiental e seus biomas, assim como às comunidades ribeirinhas. A Norte Energia negou presença de impactos sobre o setor e sobre a ictiofauna e silenciou sobre a denúncia de um pescador que trabalhou 17 dias para a empresa Biota (uma das empresas do Consórcio Construtor Belo Monte), onde presenciou a morte de mais de 500 kilos de peixe em apenas uma enseadeira, sem sequer haver qualquer comunicação feita ao IBAMA.
- 9) A transposição das águas do rio S. Francisco que, além de mais uma vez os governos não ouvirem todas as partes envolvidas, segue se arrastando a um custo de 8,2 bilhões, sem qualquer perspectiva de conclusão.
- 10) Acidentes registrados em 07/11/11 e 13/03/12 – campo do Frade – bacia de Campos, com graves resultados de destruição ambiental.

- 11) Responsável por 70% da produção de pescado no país e pela defesa dos biomas nacionais, as comunidades de pesca artesanal vêm sofrendo contínuas investidas com perda de espaço (de moradia e trabalho), com redução da área de pesca, criminalização e assassinatos de suas lideranças. No espaço fluminense⁸, o enfrentamento é dirigido à associação de projetos governamentais a grandes empreendimentos privados, como a ampliação do parque industrial de Sepetiba-Itaguaí, implementação do Superporto do Sudeste, Porto Açu, COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro), Terminal de Gás na Baía de Guanabara, ampliação da REDUC (Refinaria Duque de Caxias), e ampliação do capital imobiliário e do capital voltado para o Turismo.
- 12) Em 2 de maio de 2012, o STF considerou nulos os títulos de terra localizados em área indígena no sul do Estado da Bahia. O plenário julgou parcialmente procedente a ACO 312 e anulou os títulos de propriedades localizadas dentro da Reserva Indígena Caramuru-Catarina Paraguassu, ocupada desde tempos remotos pelos índios Pataxó-hã-hã-hãe. O julgamento teve grande repercussão na Bahia.
- 13) Ações e ameaças empreendidas pela Marinha Brasileira e Governo do Estado da Bahia à Comunidade Quilombola do Rio dos Macacos (BA), como a destruição de terreiros religiosos e repressão à pesca artesanal. Para agravar a situação, não apenas da comunidade do Rio dos Macacos, mas a outras em nível nacional, entra no cenário político o ajuizamento pelo DEM da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239 contra o Decreto 4.887/2003, que estabelece a regulamentação e titulação dos territórios Quilombolas.
- 14) Em Pirapemas (MA), o Quilombo Pontes, com 45 famílias e reconhecida oficialmente como comunidade quilombola em dezembro de 2011, vem sofrendo ameaças por homens armados, seus cultivos foram destruídos e suas terras ocupadas por gado, em uma tentativa articulada de fazendeiros para expulsá-los.
- 15) Na comunidade Arame (MA), cerca de 200 famílias camponesas vêm denunciando o envenenamento de roças, em sugestiva ação criminoso de latifundiários e oligarquias regionais.
- 16) Em São Luiz Gonzaga, o quilombo São Pedro foi invadido pela PM e casas foram destruídas; homens, mulheres, idosos e crianças foram ameaçados.
- 17) As comunidades indígenas no Maranhão (os Tenetehara ou Guajajara, Awá-Guajá, Ka'apor, Ramkokamekra-Canela e Apaniekrá-Canela, Krikati, Pukobyê-Gavião, KrepumKatejê e Krenjê.) vivem sob ameaças dos fazendeiros e madeireiros. Recentemente, foi assassinada a líder indígena Ana Amélia Guajajara, executada por pistoleiros no dia 28 de abril de 2012.
- 18) Condicionado à Lei Geral da Copa, o governo brasileiro abdica do seu direito de decisão de quem entra no território nacional, e entrega à iniciativa privada o direito de emitir vistos de entrada no país, bastando apenas a aquisição de ingressos para o megaevento.
- 19) Aprofundamento das desigualdades sociais, resultante das remoções de comunidades para dar passagem a obras vinculadas aos megaeventos, com a expulsão de populações pobres e a captura de terrenos pelo capital depois de valorizados pelos investimentos públicos.

⁸ A AHOMAR representa pescadores artesanais de sete municípios da Baía de Guanabara e possui 1870 associados. Desde 2007 vem denunciando sistematicamente as violações e crimes ocorridos na construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) um dos maiores investimentos da história da Petrobrás. No final de 2011 e início de 2012, pescadores da AHOMAR retomam a mobilização contra os impactos ambientais desinentes das obras do COMPERJ, em vista da aceleração das obras, pela Petrobrás, de transformação do rio Guaxindiba (área de proteção ambiental de Guapimirim) em uma hidrovia para transporte de equipamentos do COMPERJ. O saldo final dessa situação foi o assassinato de quatro lideranças do movimento, e duas vivendo sob contínua proteção de escolta policial.

20) Na cidade de São Paulo, em 2012, aconteceram 34 incêndios em suas favelas. Um estudo realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) indica que nove dos incêndios recentes ocorridos na cidade de São Paulo aconteceram em locais de grande valorização imobiliária.

21) Na tônica dos megaeventos e da remodelação da cidade do RJ para o grande capital, uma série de desapropriações e ataque a construções históricas tomou a agenda na cidade.

22) O Código florestal aprovado em maio de 2012, após uma pesada investida da bancada ruralista e do agronegócio, além de não atender aos aclamos dos movimentos sociais de preservação, manteve a anistia aos que desmataram sem autorização até o ano de 2008.

A Diretoria do ANDES-SN apresenta o conjunto de resoluções sobre Política de Ciência e Tecnologia, Agrária, Ambiental e Urbana, já aprovadas nos últimos eventos, lembrando que todas as posições, bandeiras e orientações mantêm-se em vigor, desde que não tenham sido expressamente revogadas ou superadas por novas deliberações a respeito do mesmo tema.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA, AGRÁRIA, AMBIENTAL E URBANA

1. lutar pela ampliação de recursos para o fomento da pesquisa básica e tecnológica em nível Federal, Estadual e do Distrito Federal, estritamente vinculada ao desenvolvimento de instituições públicas de pesquisa e tecnologia (Universidades, Centros e Unidades Públicas de Pesquisa, IF, CEFET e outros).

2. envidar esforços para construir com entidades científicas, sindicais, movimentos sociais e estudantis, um percentual mínimo do PIB, constituído exclusivamente por recursos públicos, a ser aplicado anualmente em Ciência e Tecnologia;

3. lutar contra os cortes no orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia para o ano de 2011.

4. organizar, no interior do ANDES-SN, em articulação com os setores acadêmicos e sociais envolvidos, o debate acerca dos critérios para aplicação dos recursos das agências federais e estaduais de fomento no financiamento dos diversos tipos de bolsas dos editais de projetos e na distribuição de seus recursos entre as diversas áreas do conhecimento;

5. reivindicar a completa transparência nos atuais procedimentos das agências de fomento, incluindo:

5.1 envidar esforços políticos e jurídicos para tornar transparentes e acessíveis os critérios aplicados pelas Comissões de Área do CNPq, que definem a distribuição das Bolsas Produtividade em Pesquisa;

5.2 requerer ao CNPq, política e juridicamente, que os candidatos a tais bolsas recebam a avaliação detalhada de seu currículo, e que este seja examinado pela respectiva Comissão de área;

5.3 propor ao MEC e a CAPES o aumento de recursos para investimento imediato na criação de bolsas para mestrado e doutorado, de modo a atender todos os programas na mesma proporção;

5.4 pautar e discutir nos GTs de Política Educacional e Ciência e Tecnologia os atuais critérios de avaliação dos periódicos científicos nacionais e estrangeiros;

5.5 reivindicar que 10% dos recursos federais destinados a Ciência e Tecnologia sejam distribuídos para as instituições públicas de ensino superior e tecnológica com o objetivo de serem utilizados no apoio a projetos de pesquisas de docentes;

5.6 remeter ao GT de Ciência e Tecnologia a discussão sobre a disponibilização para consultas públicas dos relatórios de pesquisas financiados pelo CNPq (projetos e bolsas de produtividade em pesquisa).

6. lutar pela retirada do PL 405/2010 ALEP, que “estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em ambiente produtivo, visando a alcançar a capacitação e autonomia tecnológicas e o desenvolvimento econômico e social paranaenses, nos termos dos artigos 200 a 205 da constituição do Estado do Paraná”;

7.- realizar amplo debate, envolvendo o conjunto da comunidade acadêmica e de C&T paranaenses, antecedendo qualquer encaminhamento de propostas de natureza similar ao do PL 405/2010 ALEP;

8. Fomentar a rearticulação ou a criação de GTs de C&T nas seções sindicais;
9. Produzir, até o 57º CONAD, por meio de reuniões do GTC&T nacional e GTs das seções sindicais, matérias com análises sobre os temas conjunturais de Ciência e Tecnologia, destacando as questões de financiamento, orçamentos alocados e executados de Ciência e Tecnologia no Brasil, do interesse público e privado, patentes, trabalho docente e produção de conhecimento na perspectiva da proposta do ANDES-SN para Ciência e Tecnologia;
10. Realizar, por meio do GT C&T, o levantamento e análise de dados a respeito dos orçamentos executados de C&T e Inovação no Brasil, com o objetivo de verificar a forma de financiamento e o destino dos recursos;
11. Articular, com outras entidades sindicais e científicas e movimentos sociais organizados, estratégias de intervenção nas políticas de Ciência e Tecnologia, combatendo o deslocamento de Ciência e Tecnologia como 'inovação'.
12. Fomentar o diálogo entre as seções sindicais pela divulgação dos resultados de seu trabalho, encaminhados ao GT C&T nacional através do Setor de Comunicação do ANDES-SN.
13. Realizar por meio do GT C&T, GTSSA e assessoria jurídica nacional um estudo sobre o impacto da EBSEH no que tange à produção de C&T na área de saúde, em particular as consequências da cessão de bens e direitos das instituições federais de ensino e instituições congêneres à EBSEH.
14. Produzir documento de análise do modelo de avaliação da produção acadêmica docente praticada pelas IES e órgãos superiores da universidade brasileira, bem como aqueles adotados pela CAPES e CNPq, realizando debate nas seções sindicais sobre o tema;
15. Estudar o significado da política de editais que induz a produção de conhecimento utilitarista, defendendo políticas de financiamento, com ampliação e democratização na distribuição de recursos, que assegurem a autonomia universitária, a pluralidade de áreas de conhecimento e as particularidades regionais.
16. Atue junto aos movimentos sociais contra o processo de remoção e violação dos direitos humanos em curso nas cidades que vão receber os megaeventos.
17. Intensifique e apoie as ações realizadas pelos movimentos sociais voltadas à reforma urbana e contrárias ao processo em curso de legitimação da cidade-empresa, que reforça a segregação espacial, social e econômica da classe trabalhadora.
18. Intensificar a denúncia sobre o uso de mecanismos de segregação socioespacial, a exemplo das Unidades da Polícia Pacificadora – UPP, no Rio de Janeiro, como estratégia de “limpeza etnosocial”, com destaque para a ação de coibir as reações populares contra a expropriação de direitos promovida com a finalidade de especulação imobiliária e para assegurar a realização dos megaeventos e de grandes empreendimentos.
19. Intensificar a denúncia contra os grandes empreendimentos energéticos na bacia amazônica, as condições de exploração a que estão submetidos os trabalhadores na construção de hidroelétricas, bem como suas consequências no modo de organização econômica e social da região, com remoção de populações tradicionais, indígenas e quilombolas, e implementando a degradação ambiental que aumenta as injustiças sociais na região amazônica.
20. Fortalecer a articulação do ANDES-SN com os movimentos sociais em luta contra os projetos e empreendimentos da IIRSA/PAC (Iniciativa para Integração e Infraestrutura Regional para América do Sul), que aprofundam as expropriações das riquezas energéticas no Brasil e na América do Sul, a superexploração do trabalho, com as hidrelétricas, rodovias, agrocombustível, produção de celulose, garantindo os direitos dos povos tradicionais ribeirinhos, quilombolas e indígenas das regiões afetadas.
21. Apoio à luta dos trabalhadores envolvidos no sistema de gestão ambiental público e a democratização dos processos decisórios.

TR - 7

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera pela:

1. Ampliação da ação do ANDES-SN sobre a conservação da biodiversidade, passando a abarcar todos os biomas ameaçados no país, como Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pampa, entre

outros.

2. Ampliação e descentralização da distribuição dos recursos de pesquisa e extensão.

TEXTO 8

Contribuição da Assembleia Geral da SINDUEPG

POR UMA ÉTICA DE PESQUISA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS.

TEXTO DE APOIO

Os pesquisadores das ciências sociais e humanas têm se deparado, nos últimos anos, com uma situação que requer maiores debates no movimento docente: a submissão da pesquisa produzida, principalmente àquelas de caráter etnográfico, à lógica das ciências da saúde e/ou biomédicas.

Tal situação já se materializava na existência dos Comitês de Ética dentro das Universidades e, a partir de determinado momento transformaram-se em instâncias obrigatórias de tramitação e avaliação das pesquisas envolvendo “seres humanos”.

Mas agora a obrigatoriedade do cadastramento do pesquisador e de seus projetos na chamada **Plataforma Brasil**, lotada o Ministério da Saúde e que subordinada a provação dos projetos de pesquisa às exigências à CNS 196/, têm inviabilizado, ou pelo menos dificultado e muito, o trabalho de docentes que têm a trajetória de formação e trabalho nas universidades ligadas aos procedimentos de pesquisa das ciências humanas e sociais. Embora o trabalho destes pesquisadores envolvam seres humanos, há uma especificidade cuja dinâmica de produção e desenvolvimento não pode ser submetida aos critérios vigentes nas ciências da saúde.

Dentro desse escopo, ou seja, das pesquisas envolvendo “seres humanos”, passaram a ser inseridos todos os trabalhos que envolvem a investigação das mais diferentes atividades humanas e que tem sido foco de estudos das ciências sociais e humanas desde sua constituição. Investigações que abrangem: mecanismo de produção, disputa e circulação de memórias, identidades, subjetividades, modos de vida, trabalho, educação. Segundo Diniz (2007), a matriz de avaliação da ética em pesquisa com seres humanos no Brasil é predominantemente biomédica. Conceitos como riscos e benefícios, devolução dos resultados da pesquisa, benéficos compartilhados, termo de consentimento livre e esclarecido ou reparação por danos compõem o vocabulário compartilhado pelos comitês de ética. Certamente algumas dessas questões estão presentes nos projetos de pesquisa em ciências humanas e sociais, mas seu conteúdo não é idêntico. Diante dessa situação, observa-se uma resistência, embora em graus diferenciados, em reconhecer o modelo biomédico de regulação da ética em pesquisa com seres humanos como válido para as pesquisas em ciências humanas e sociais, principalmente aquelas que utilizam entrevistas, observações, questionários ou registros etnográficos.

“Assim como em outros países, a matriz disciplinar para a regulação da ética em pesquisa no Brasil foram as Ciências Biomédicas. Muito embora a CNS 196/1996 tenha a pretensão de ser válido para todas as áreas disciplinares, sua inspiração normativa e metodológica foram pesquisas no campo médico, o que imprime características disciplinares muito específicas e até mesmo estranhas “a prática investigativa das Ciências Humanas” (DINIZ, 2007, p.418).

A matriz desse debate não passa por uma recusa à regulamentação ética, seja nas ciências biomédicas, seja nas humanas e/ou sociais. O debate a ser enfrentado é a exigência da criação ou adequação de um sistema de avaliação ética capaz de dialogar com os pressupostos metodológicos e disciplinares das ciências sociais e humanas, o que não parece ser o caso da estrutura vigente no país com a Resolução CNC196/1996e muito menos com os Comitês de Ética/Plataforma Brasil, pois as tentativas de submissão dos projetos aos critérios exigidos na mesma têm gerado experiências frustrantes e narrativas indignadas e desalentadoras por parte

dos pesquisadores. Portanto, alertamos que o tema da ética em pesquisa nas ciências humanas/sociais no Brasil tem se constituído em um campo de intensas disputas dentro da universidades, por atingir diretamente o exercício da pesquisa de uma parte expressiva da comunidade acadêmica, pois:

“O principal desafio de uma avaliação ética de um projeto de pesquisa em ciências humanas não deve ser o de enquadrá-lo na matriz de análise já existente, mas o de entender que cada desenho metodológico pressupõe uma nova sensibilidade ética. É preciso reconhecer que não há fórmula da ética em pesquisa que seja meta disciplinar.”.⁹

TR - 8

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera

1. Realizar um Seminário Nacional sobre Ética na Pesquisa em Ciências Sociais e/ou Humanas.
2. Articular, em conjunto com entidades científicas e associações de área, a construção de um documento público endereçado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, explicitando a urgência da criação de sistemas de regulação ética que atenda as especificidades teóricas, metodológicas das ciências Humanas e Sociais.
3. Defesa da suspensão temporária do cadastramento de projetos de pesquisas ligados a ciências humanas e sociais na Plataforma Brasil



Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA EDUCACIONAL

TEXTO DE APOIO

A Diretoria do ANDES-SN apresenta o conjunto de resoluções sobre Política Educacional, já aprovadas nos últimos eventos, lembrando que todas as posições, bandeiras e orientações mantêm-se em vigor, desde que não tenham sido expressamente revogadas ou superadas por novas deliberações a respeito do mesmo tema.

POLÍTICA EDUCACIONAL

A – Princípios gerais e posicionamentos

I – quanto à Educação como um todo

1. *defender intransigentemente a educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade social em todos os níveis e modalidades como direito de todos e dever do Estado, bem como a universalização, combatendo todas as formas de sua privatização e mercantilização, dentre as quais a sua inclusão no Acordo Geral de Comércio e Serviços da OMC;*
2. *atuar, em conjunto com as entidades do setor da educação e demais movimentos sociais e populares organizados, em defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade, socialmente referenciada, buscando o apoio de todos aqueles que têm compromisso com a defesa deste princípio;*
3. *defender a criação de um sistema nacional de educação tendo como referência as diretrizes previstas no Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira;*
4. *lutar pela implementação de mecanismos que assegurem o financiamento público necessário ao funcionamento pleno de todos os níveis da educação pública, denunciando as políticas de fundos;*
5. *defender a política de formação e valorização do magistério que contemple a formação inicial e continuada, condições de trabalho nas escolas públicas, salário digno e carreira, contida no PNE: Proposta da Sociedade Brasileira;*

9 DINIZ, D. Ética na Pesquisa e Saúde em ciências Humanas: novos desafios. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. Março-abril, vol.13, n.002, 2008. PP 417-426.

6. apoiar a luta dos sindicatos dos trabalhadores da educação básica em defesa de um piso salarial nacional digno, de um plano de carreira e de qualificação profissional e valorização do magistério, bem como por melhores condições de ensino;
7. lutar contra ações “educativas” baseadas na competição, tanto entre estudantes quanto entre docentes, postura essa incompatível com a atividade acadêmica e profissional de qualidade que demanda solidariedade, cooperação e troca de experiências e informações;
8. combater a utilização do ensino a distância (EAD) como estratégia de certificação, em nível técnico e tecnológico, e de diplomação na graduação e pós-graduação, por entender que essa modalidade de ensino não tem propiciado formação humana e profissional, nos termos defendidos historicamente pelo Movimento Docente, e que compromete o direito ao trabalho, quando elimina postos de trabalho; neste sentido, buscar que seja negado o reconhecimento de diplomas estrangeiros de cursos oferecidos na modalidade de ensino à distância;

II – quanto à Educação Superior

9. lutar intransigentemente em defesa: da universidade pública brasileira e de sua autonomia, nos termos do Art. 207 da Constituição Federal, autoaplicável; dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; do direito de todos ao acesso e à permanência, com gratuidade plena; do padrão unitário de qualidade, tendo a ampliação do financiamento público estatal e o autogoverno democrático como pilares da expansão e do desenvolvimento das IES públicas, nos marcos referenciais políticos, conceituais e metodológicos da “Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira” (Cadernos ANDES, nº 2) e nas diretrizes e metas do “PNE: Proposta da Sociedade Brasileira”;
10. lutar por uma reforma universitária que tenha como referência o conjunto de propostas do ANDES-SN para a universidade brasileira, a partir de amplo, participativo e representativo processo de discussão com o conjunto da sociedade; denunciar qualquer tentativa que vise adequar a educação superior brasileira às políticas de inserção subalterna do país na atual globalização mercantil, que indica para esse nível de ensino uma diferenciação entre “centros de excelência”, a serem mantidos quase exclusivamente nas nações dominantes, e “centros de ensino”, com caráter mais instrumental, destinados a formar técnicos capazes de servir à reprodução ampliada do capital;
11. combater todas as formas de financiamento que impliquem o comprometimento da autonomia didático-científica, pedagógica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades, em especial as políticas de gestão por contrato, que caracterizam explícita intervenção na autonomia das universidades, afrontando o Artigo 207 da Constituição Federal;
12. defender a desvinculação das IES públicas de Fundações Privadas ditas de apoio, uma vez que são desnecessárias e se constituem em canal de negócios e de defesa de interesses mercadológicos, sendo instrumentos de privatização interna, bem como porta de entrada para a corrupção nestas instituições;
13. defender que a reformulação de estatutos e regimentos das IES ocorra por meio de processos democráticos, definidos no âmbito de cada instituição, e que nela se esgotem, tomando como referência o projeto do ANDES-SN que dispõe sobre a gestão democrática nas IES, indicando a paridade como princípio mínimo de representação e de escolha de dirigentes;
14. defender a ampliação do financiamento público para as pesquisas em ciência e tecnologia não condicionadas às demandas de mercado, assim como o controle social e a gestão democrática dos órgãos públicos de fomento;
15. defender a expansão da educação superior brasileira no setor público, tendo como referência o financiamento nos termos do PNE: Proposta da Sociedade Brasileira, combatendo as políticas de expansão precarizada das IES públicas que impliquem aligeiramento da formação e que não estejam lastreadas por recursos orçamentários condizentes com a manutenção e expansão com qualidade das instituições públicas de ensino superior;
16. defender a democratização do acesso à educação superior como direito de todos que concluíram a educação básica e como dever do Estado e lutar pela implantação de políticas afirmativas, como as políticas de cotas, entendidas como parte de políticas universalistas de acesso à educação, em seus diferentes níveis e modalidades, com garantia de permanência, bem como o acesso à pesquisa e ao mercado de trabalho;
17. lutar pela valorização do trabalho docente, pela implementação da Carreira Única, bem como pela formulação de políticas permanentes de reposição salarial, na perspectiva de sua implementação nas instituições de ensino superior públicas e privadas, atendendo, também, aos professores do ensino básico das IES públicas;
18. combater todas as formas de precarização do trabalho docente, em especial nas IES: sobrecarga de trabalho ocasionada pela falta de nomeação por concurso de servidores; aumento de contratações por tempo determinado em detrimento de concursos; utilização indevida de bolsistas; aproveitamento de técnicos-administrativos na docência; prestação de serviços via convênios que descaracterizam a

carreira docente; redução do número de posições docentes no quadro permanente (servidores efetivos) e diversas modalidades de trabalho informal e voluntário;

19. combater as atuais políticas de Ensino a Distância (EAD) e a utilização da UAB como estratégia política de formação superior/diplomação, que se inserem no conjunto das propostas de contrarreforma do ensino superior e de mercantilização da educação;

20. lutar por um projeto nacional de avaliação institucional de caráter autônomo e democrático, baseado em critérios não produtivistas – desenvolvidos interna e externamente à Instituição –, tomando como referência o projeto político-acadêmico da IES, que respeite as especificidades nacionais e regionais e esteja alicerçado em um projeto global para a educação superior brasileira, e este, em um projeto político para o país, como indicado na “Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira”; combater a prática deletéria da utilização de serviços de empresas privadas no processo de avaliação das instituições públicas de educação;

21. denunciar o caráter produtivista do modelo de avaliação atualmente em curso no ensino público, incluindo a pós-graduação e o fomento à Ciência e Tecnologia e sua relação com o financiamento atrelado a acordos de metas e gestão por resultados;

22. defender a formação inicial de professores de forma presencial e a ampliação de cursos superiores de licenciatura plena, com garantia de qualidade, contando com verbas públicas para as IES públicas;

23. denunciar que exames nacionais padronizados (ENADE, ENEM, SAEB e Prova Brasil) não são instrumentos adequados de avaliação da Educação Básica e Superior, entre outras razões por não terem a dimensão diagnóstica e serem, acima de tudo, ferramentas úteis ao setor mercantil e que o financiamento da educação não pode ser, pois, atrelado aos resultados aferidos por este tipo de instrumento;

24. fazer a defesa intransigente da contratação de docentes das IES em Regime de Dedicção Exclusiva (DE), como forma de preservar o caráter público e a função social da universidade, expresso no conceito da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

B – Indicativos de ação

I – quanto à Educação como um todo

25. intensificar o debate com a sociedade sobre a educação brasileira, a partir do “PNE: Proposta da sociedade Brasileira” e da proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira (Cadernos ANDES, nº 2);

26. desenvolver e incentivar ações que visem articular as IES com as instituições de educação básica pública de modo a contribuir efetivamente para a melhoria da educação nesse nível e para a formação de professores, favorecendo assim o ingresso dos estudantes das escolas públicas nas IES públicas;

27. atuar, frente ao Poder Público, em seus diversos níveis e esferas, por meio da interlocução, quando possível, e do embate, sempre que necessário, no campo do financiamento da educação pública, buscando intervir no processo de formulação das peças de planejamento governamental (PPA, LDO e LOA);

28. defender o financiamento público/estatal da educação técnica e profissional e exigir auditoria do PROEP nas fundações de apoio, nas cooperativas e nas Organizações Sociais;

29. alertar para o fato de que os governos federal, estaduais e municipais vêm utilizando a questão de carreira para, a título de atender demandas legítimas dos servidores, subtrair-lhes direitos historicamente conquistados;

30. empreender ações político-organizativas de denúncia dos intentos recentes do CNE, destinados a consolidar as medidas contrarreformistas no campo da educação, medidas essas efetuadas ao longo dos governos FHC e Lula, através de uma revisão da LDB 9.394/96. Tais ações devem reforçar a articulação entre sindicatos da educação, movimentos sociais, movimentos estudantis, entidades acadêmicas e partidos comprometidos com as lutas pela educação pública, a fim de retomar as lutas unitárias contra a LDB Darcy Ribeiro. No bojo desse movimento, atualizar e revisar o Projeto de LDB, construído no âmbito do Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública – FNDEP, objetivando erigir um projeto de educação nacional sintonizado com os interesses sociais e da classe trabalhadora;

31. denunciar que as orientações do Conselho Nacional de Educação – CNE, referentes aos Parâmetros, Referenciais e Diretrizes Curriculares Nacionais, não contemplam o debate democrático com a sociedade, comprometem a qualidade da educação básica e superior, promovem o aligeiramento dos cursos e o rebaixamento da qualidade dos processos formativos;

32. lutar pela revogação dos decretos governamentais e das resoluções do CNE que permitem que a formação dos docentes ocorra fora das universidades e denunciar que a Política Nacional Pública de Formação de Profissionais do Magistério, que prevê a formação inicial de professores por meio do EAD;

33. Atuar frente ao PNE 2011-2020:

33.1 assumir como prioridade imediata, em unidade com as entidades do FNDEP, movimentos sociais e entidades sindicais e estudantis, o enfrentamento ao PNE do governo, tendo como referência o PNE da

Sociedade Brasileira;

33.2 ter como eixo político a identificação, crítica e propositiva dos instrumentos e meios para estruturação e expansão da educação pública de qualidade, em especial, na questão do financiamento;

33.3 envia esforços para a reconstrução do FNDEP, buscando aglutiná-lo às demais entidades que defendem o PNE da Sociedade Brasileira.

II – quanto à Educação Superior

34. empenhar-se ativamente na organização de um movimento amplo de solidariedade política em torno do eixo: “Nenhuma punição ou criminalização dos que lutam em defesa da universidade pública”;

35. exigir respeito à autonomia universitária, em todas as esferas da federação, rechaçando, com a construção de movimentos unitários da comunidade universitária, qualquer tentativa de diminuição das prerrogativas que a materializam nas IES;

36. lutar pela revogação de normas, resoluções, regimentos, estatutos, decretos e leis que restrinjam o exercício da plena autonomia universitária como, por exemplo, as que definem e regulamentam a avaliação das IES, a escolha de dirigentes e a nomeação de procuradores nas IES;

37. denunciar as políticas de financiamento da educação pública, implementadas em nível federal e também nos estados e municípios, que não garantem um padrão mínimo de qualidade, o que só será possível mediante a garantia de um percentual de 10% do PIB como o mínimo necessário para implementar no Brasil um Sistema Nacional de Educação que abarque todo os níveis da Educação, nas três esferas de governo, com o padrão de qualidade, socialmente referenciada;

38. denunciar amplamente para a sociedade as consequências da falta de independência, do caráter antidemocrático e não representativo de colegiados superiores, na forma em que estão atualmente constituídos, estimulando o debate, nacionalmente e em cada IES, sobre esta questão, uma vez que os colegiados superiores têm, majoritariamente, demonstrado submissão às demandas do Poder Executivo;

39. lutar, em conjunto com as entidades do movimento estudantil, por uma política de assistência e incentivo ao estudante (alimentação, moradia, transporte, material didático, monitoria, iniciação científica, entre outras), com orçamento definido, revogando as normas que impeçam a alocação de verbas para tal fim;

40. intensificar a divulgação das análises do ANDES-SN sobre as possíveis consequências da aprovação da reforma universitária em tramitação no Congresso Nacional;

41. exigir do MEC que estabeleça como critérios, para aprovação e renovação das licenças de funcionamento das instituições e dos cursos superiores, o respeito aos direitos dos trabalhadores e que a ocorrência de fatos que precarizem o trabalho docente seja impeditiva de reconhecimento e de licença de funcionamento, e considere o desrespeito às leis trabalhistas e ao direito de livre associação sindical faltas graves na autorização de cursos superiores;

42. apoiar as atividades acadêmicas e a formação dos docentes das IPES nos termos do Caderno 2 do ANDES-SN;

43. lutar pelo preenchimento dos cargos de docentes, vagos nas IES públicas, via concurso público, e pela criação de novos cargos para viabilizar a expansão das universidades públicas, pela instalação de novos campi e criação de novas universidades;

44. lutar pela ampliação do financiamento federal, estadual e municipal das IES públicas visando ao aumento de vagas, cursos noturnos, criação de IES públicas e a garantia de assistência estudantil (bolsas de permanência, alimentação, moradia e apoio pedagógico e psicológico);

45. construir, de forma democrática, juntamente com a comunidade universitária, no interior de cada IES pública, um Plano de Ampliação da Educação Superior que resgate as propostas contidas no PNE: Proposta da Sociedade Brasileira e nos Planos Estaduais de Educação que foram construídos de modo democrático, como contraponto à lógica de expansão da educação superior do atual governo;

46. acompanhar e interferir nas diretrizes para a formação docente destinada aos diferentes níveis de ensino e, em especial, denunciar amplamente a substituição paulatina e crescente dos cursos presenciais de instituições públicas e privadas por cursos a distância, como permite a Política Nacional Pública de Formação de Profissionais do Magistério, que é utilizada como estratégia de redução de custos e dispensa de professores, estando, portanto, a serviço da precarização do trabalho docente e da formação;

47. denunciar e combater as consequências de um ciclo básico ranqueador, no contexto da realidade educacional brasileira, com o objetivo de barrar toda iniciativa que resulte na exclusão das camadas mais pobres da população do acesso à educação superior profissionalizante e de qualidade;

48. denunciar o REUNI como parte do processo de conversão da educação superior pública em ensino pós-médio, nos moldes propostos pelo Banco Mundial, compondo, no Brasil, a transformação das IES em Community Colleges, no bojo do processo de Bolonha adaptado ao Brasil;

49. denunciar e alertar a sociedade brasileira, em especial a comunidade universitária, quanto às consequências para a educação superior, advindas da implantação do REUNI, em especial no que se refere à precarização das condições de trabalho e ao rebaixamento da qualidade da formação universitária, sendo parte da contrarreforma universitária do atual governo, cuja lógica poderá resultar no surgimento de “centros de excelência” de um lado e, de outro, de “universidades de ensino”;

50. alertar que os projetos de reestruturação e expansão universitária implantados em IEES e IPES, que seguem a mesma lógica do REUNI, ou seja, a expansão sem os recursos condizentes, podem resultar no rebaixamento do ensino e na precarização das condições de trabalho e de formação;

51. acompanhar os desdobramentos e as consequências de projetos de expansão e reestruturação irresponsáveis do ensino superior, do tipo daquele contido no REUNI, em IEES e IPES, disponibilizando tais análises amplamente para a sociedade, por intermédio de campanhas;

52. intensificar o processo de denúncia contra a ação do governo, expressa na Lei nº 11.892/08 e outros dispositivos, no sentido de transformar os IFET em uma alternativa de aligeiramento na formação de profissionais para a indústria brasileira para atender às demandas imediatas do empresariado capitalista, bem como contribuir na luta para que sejam garantidos aos IFET meios para a promoção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e de condições de trabalho na luta histórica dos CEFET e Escolas Técnicas, que foi sendo construída ao longo do tempo pelos trabalhadores da educação;

53. lutar pela revogação da Lei nº 10.861, de 14/4/04, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, por violar a autonomia universitária (Art. 207 da Constituição Federal); por ser eixo estruturante da contrarreforma da educação superior; por introduzir, sem definir, os conceitos privatizantes de “responsabilidade social” e “sustentabilidade financeira”; por ter composição majoritária indicada pelo MEC na Comissão Nacional de Avaliação Superior – CONAES; por dar amplos poderes às Comissões Próprias de Avaliação – CPA, no âmbito das IES; e por centralizar as decisões finais na figura onipresente do Ministro da Educação;

54. lutar pela democratização da CAPES com vista a: combater todas as formas de uso indevido de seus recursos para outras finalidades que não o fomento à qualificação de pessoal e à pesquisa, defendendo a proposta de capacitação presente no Caderno 2 do ANDES-SN; e fortalecer o apoio aos Programas de Pós-Graduação – PPG ainda não consolidados das IES públicas;

55. denunciar que os critérios de avaliação dos Programas de Pós-Graduação aplicados pela CAPES, hoje marcadamente produtivistas, são prejudiciais ao desenvolvimento da Ciência e do Conhecimento no país;

56. lutar pela ampliação do número de bolsas da CAPES, CNPq e das Fundações de Amparo à Pesquisa nos estados, na mesma proporção da expansão da Pós-Graduação e pelo reajuste de seus valores conforme os índices de inflação do DIEESE.

57. Intensificar a luta contra a implantação do “pacote da autonomia” (Lei nº 12.349 de 15/12/2010; Decretos 7232, 7233, 7234, todos de 19/07/2010; a MP 525 de 14/02/2011 e seus congêneres em níveis estadual e municipal) e qualquer tentativa de ataque à autonomia das IES nas suas diversas formas, que agredem a autonomia universitária, fortalece e amplia o funcionamento das fundações privadas, ditas “de apoio”, que inclusive interferem de forma danosa na graduação, adota critérios que estimulam o ranqueamento das universidades com base em princípios de produtividade quantitativa, de acordo com uma lógica de atendimento à demandas mais afeitas ao mercado, que distorcem a função social da universidade e o exercício do magistério, precarizando e intensificando o trabalho docente.

58. Construir, em conjunto com entidades e movimentos sociais, incluindo as entidades do FNDEP e congêneres, nos estados e municípios, um diagnóstico da ampliação da privatização da educação pública nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), a exemplo das OS, OSCIPS, Fundações Estatais de Direito Privado e congêneres, assim como estratégias e táticas de enfrentamento da privatização em curso.

TEXTO 10

Diretoria do ANDES-SN

INSAES – AGÊNCIA REGULADORA DA EDUCAÇÃO

TEXTO DE APOIO

Em 31 de agosto de 2012, o Governo apresentou (na área da educação) a proposta de criação do INSAES (Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior), através do PL nº 4372/2012.

Este terá como competência “formular, desenvolver e executar as ações de supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos de educação superior no sistema federal de ensino, de acordo com as diretrizes propostas pelo Ministério da Educação, e em consonância com o Plano Nacional de Educação”, além das competências decorrentes.

A principal crítica que se pode fazer ao INSAES é que apresenta características de mais uma agência reguladora de políticas sociais de Estado, no caso educação, ferindo a autonomia universitária por determinar os parâmetros - indicadores - de avaliação e de supervisão, desrespeitando o trabalho já realizado pelos órgãos colegiados de representação da comunidade acadêmica.

Outra questão é o fato de o PL criar um mecanismo financiado pelo Estado, conforme especificado no art. 1º “autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério da Educação”, que se apresenta com características de setor público não estatal, desprovido de regulação tanto da parte do Estado quanto da sociedade.

Outro aspecto a ser considerado é a total ausência do controle social, pois, ao perder a conexão com critérios estabelecidos pelas instituições públicas da área da educação a tendência é assimilação de critérios produtivistas provenientes do setor mercantil-empresarial.

“Na concepção do ANDES-SN, a avaliação deve ser geradora de um projeto de desenvolvimento institucional e acadêmico, artístico-cultural e científico voltado para a solução dos graves problemas sociais, políticos e econômicos aos quais tem sido submetida a maioria da população brasileira. Para tanto, é preciso que este processo seja realizado nas diversas instâncias onde se realiza o trabalho institucional e acadêmico, tendo caráter público e democrático, levando-se em conta as condições concretas sob as quais o trabalho é realizado.

Nas IES privadas, uma vez que são concessionárias de um serviço público, a avaliação externa deverá ser concebida como um controle sobre o exercício da concessão. Para tanto, o processo de avaliação externa deverá ser coordenado pelo Ministério da Educação, tendo em vista os fins da Educação Nacional”.

TR – 10

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Posicionar-se contra a criação do INSAES pelo seu caráter de agência reguladora da educação;
2. Atuar no Congresso Nacional, por meio de visitas e audiências, no sentido de apresentar a posição do ANDES-SN sobre Avaliação Institucional, para que os parlamentares posicionem-se contrários ao INSAES;
3. Mobilizar as seções sindicais para que entrem em contato com as bancadas estaduais, exigindo dos parlamentares que se posicionem contra o INSAES.

TEXTO 11

Contribuição da Diretoria da Adusp-S. Sind.

CONTINUIDADE DA LUTA POR MAIS RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA

TEXTO DE APOIO

A aprovação do PNE 2011/2020 pela Câmara dos Deputados foi uma vitória importante das entidades educacionais que se envolveram na luta pelos 10% do PIB para a educação pública, o que inclui, obviamente, o ANDES-SN, muito embora grande parte das estratégias definidas para o alcance de suas metas estejam distantes de nossas propostas históricas.

Agora a luta deve ser travada no Senado Federal, onde poderemos ter inúmeros cenários: desde um acordo de liderança, como ocorreu na Câmara, até a votação rápida no plenário. Assim, provavelmente os meses de março e abril serão vitais para que o movimento das entidades educacionais conquiste uma vitória semelhante no Senado.

Vale lembrar que o próximo PNE já deveria ter sido aprovado há mais de dois anos. Assim, caso o Senado o aprove rapidamente e sem alterações, teremos consolidado algumas das nossas vitórias e não corremos o risco de ter um atraso ainda maior, fato este que poderá ocorrer se o projeto de PNE aprovado na Câmara for modificado no Senado e tiver que voltar a ser examinado pela Câmara, onde, inclusive, poderá sofrer novas alterações em desacordo com as necessidades, possibilidades e anseios da população brasileira (observação: por ocasião do 32º Congresso, na hipótese de o Senado já ter aprovado o projeto de PNE com modificações, evidentemente, este TR precisará ser adaptado à nova realidade).

Pelos motivos aqui arrolados, a Adusp apresenta para discussão e deliberação no 32º Congresso do ANDES-SN, o Texto de Resolução (TR) a seguir.

TR - 11

O 32º CONGRESSO recomenda que as seções sindicais do ANDES-SN façam gestões junto aos senadores, no âmbito de seus estados e municípios, visando à votação favorável ao texto do PNE que tenha em sua meta 20 a indicação de 10% do PIB para a educação pública, incluindo a previsão de meta intermediária, conforme o projeto de PNE aprovado pela Câmara dos Deputados.

TEXTO 12

Contribuição da Diretoria da Adusp-S. Sind.

INTERFERIR NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM ÂMBITO NACIONAL

TEXTO DE APOIO

O ANDES-SN, seguindo estritamente deliberações aprovadas em Congresso e Conad, não participou da Conferência Nacional de Educação ocorrida em 2010 (Conae-2010), sobretudo por entender que sua preparação e organização não seguiam as regras democráticas sempre defendidas pelo Sindicato Nacional.

O país vive, desde a segunda metade do ano passado, uma conjuntura política muito diferente daquela vivida em 2010, tanto é assim que a Câmara dos Deputados foi instada a aprovar um PNE contemplando os 10% do PIB para a educação pública. Por outro lado, a longa e

parcialmente vitoriosa recente greve das universidades federais tornou mais evidente a correção das críticas que o Sindicato Nacional fazia à expansão universitária ocorrida sob os auspícios do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Em função desse cenário, a Adusp elaborou o seguinte Texto de Resolução (TR) com vistas à continuidade da luta por um PNE que signifique, de fato, um planejamento estratégico democrático, com desdobramentos nos planos estaduais e municipais de educação (PEE e PME, respectivamente). Essa iniciativa tem o objetivo de divulgar, junto às entidades educacionais do país, as propostas do ANDES-SN para a educação pública brasileira, bem como as críticas ao Reuni, ao Programa Universidade para Todos (ProUni), à formação aligeirada de professores para a educação básica, ao uso indiscriminado do ensino à distância (EaD), entre outras.

TR - 12

O 32º CONGRESSO recomenda que as seções sindicais do ANDES-SN:

1. elaborem estratégias para interferir nos processos de elaboração dos respectivos planos municipais (PME) e estaduais (PEE) de Educação;
2. avaliem a pertinência política de sua participação nas reuniões preparatórias regionais para a organização da próxima Conferência Nacional de Educação (Conae-2014). Caso considerem pertinente tal participação, que o façam visando a: 1) partilhar com outras entidades educacionais as propostas do ANDES-SN para a educação pública brasileira; e 2) buscar influir efetivamente na organização da Conae-2014, de modo a aumentar a chance dessas propostas serem contempladas nas políticas educacionais em âmbito nacional.



Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

TEXTO DE APOIO

A Diretoria do ANDES-SN apresenta o conjunto de resoluções sobre Política de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria, já aprovadas nos últimos eventos, lembrando que todas as posições, bandeiras e orientações mantêm-se em vigor, desde que não tenham sido expressamente revogadas ou superadas por novas deliberações a respeito do mesmo tema.

SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

1. *avançar a discussão e os estudos sobre elementos necessários à definição de uma política para os docentes aposentados, que expresse de forma sistematizada e fundamentada o conjunto de posicionamentos e reivindicações em defesa desse segmento da categoria;*
2. *intensificar esforços a fim de constituir fóruns, e articular-se a outros já existentes, de defesa da seguridade social, estabelecendo interlocução com parlamentares, no âmbito dos estados e no Congresso Nacional, com o propósito de impedir a aprovação de medidas que se contraponham ao caráter público, visando um sistema integrado de proteção social nas áreas de previdência, saúde e assistência social de responsabilidade do Estado e de direito de todos, impedindo o avanço dos interesses privatistas nessas áreas;*

3. lutar pela criação e/ou reativação de fóruns nacionais e locais de defesa da seguridade social, envolvendo trabalhadores do setor público e do privado, levando para debate nesses espaços as posições sobre as políticas de saúde, assistência e previdência social, em especial:

3.1. a defesa da integralidade da seguridade social;

3.2 a convocação da 1ª Conferência Nacional de Seguridade Social;

3.3 as lutas contra:

a. a transformação dos hospitais públicos em fundações estatais de direito privado;

b. a regulamentação do fundo de pensão dos servidores federais; e

c. a contrarreforma da Previdência;

4. lutar contra a aprovação de leis que viabilizam a criação das fundações estatais de direito privado nos estados e municípios, assim como sua revogação onde já houver legislação aprovada;

5. lutar contra a aprovação da proposta de reforma tributária do governo federal (PEC 233/08), que aprofunda o desmonte do financiamento das políticas sociais, especialmente pelo fim do salário-educação e da diversidade da base de financiamento da seguridade social, além de manter a regressividade do sistema tributário;

6. indicar às seções sindicais e às secretarias regionais que se empenhem na construção dos grupos de trabalho regionais de seguridade social da CSP-CONLUTAS, tomando como tarefa central a constituição dos fóruns locais de defesa da seguridade social;

7.indicar às secretarias regionais e às seções sindicais que realizem debates e seminários para discussão dos mecanismos de controle social das políticas de seguridade social, em especial quanto às formas de participação dos representantes dos trabalhadores nos conselhos de saúde e assistência social;

8. propor à CNESF que as reuniões do GT/SS se realizem com periodicidade definida e que se organize um plano de trabalho para dar conta da pauta de luta aprovada em Plenária Nacional dos SPF;

9. Publicizar a crítica às políticas assistencialistas das três esferas de governo feitas a partir da sistematização da reflexão já produzida pelo ANDES-SN, por docentes, especialistas, instituições da área e movimentos sociais

PREVIDÊNCIA SOCIAL

10.intensificar a luta contra todo modelo previdenciário de caráter privado nos âmbitos federal, estadual e municipal, lutando também pela revogação da EC-20/98, 41/03 e pela não regulamentação desta em qualquer esfera do Estado;

11. denunciar as consequências das propostas emanadas do Fórum Nacional da Previdência Social que, anunciadas como consensuais, esvaziam princípios e destroem direitos sociais, tais como: a) aumento das contribuições dos trabalhadores; b) desoneração dos empregadores; c) aumento do tempo de serviço necessário para a aposentadoria; d) ampliação da idade para concessão do Benefício de Prestação Continuada; e) igualação dos critérios para homens e mulheres; f) ampliação da focalização das políticas de assistência social; e g) flexibilização dos direitos previdenciários referentes à incapacidade laboral;

12. lutar pela reativação e pela participação das entidades sindicais dos servidores públicos (federais, estaduais e municipais) nos comitês e fóruns estaduais em defesa da previdência pública, desenvolvendo, nesta perspectiva, ações unificadas;

13. lutar contra a regulamentação dos fundos de pensão dos servidores, denunciando o seu caráter deletério para toda a sociedade e articulando-se com os demais trabalhadores do setor público e do privado, por meio da criação e/ou reativação de fóruns nacionais e locais de defesa da seguridade social;

14.lutar pela aprovação, na Câmara dos Deputados, do PL nº 3.299/2008 (PLS 296/2003, aprovado no Senado), que extingue o fator previdenciário e restaura o cálculo do valor da aposentadoria pela média dos salários dos últimos três anos de atividade, no Regime Geral da Previdência Social (RGPS);

15.lutar pela retirada do PLP 1992/2007, que institui a previdência complementar para os servidores públicos;

16. lutar contra a alteração do cálculo da renda mensal do auxílio-doença proposta no PLS nº 261/2005, denunciando que a medida não combate fraude alguma e serve apenas para reduzir as despesas do governo à custa dos trabalhadores;

17. lutar por mecanismos efetivos de controle dos fatores determinantes das condições de insalubridade, periculosidade que representem qualquer tipo de risco à saúde dos docentes em suas atividades acadêmicas;

18. Promover ações para que a luta pelos direitos previdenciários seja assumida pelo conjunto dos trabalhadores(as) da ativa, aposentados(as) e pensionistas;

19. Destacar, em sua agenda de comunicação, a denúncia do caráter e das consequências das reformas da Previdência Social, tanto as já implementadas como as anunciadas;

FINANCIAMENTO DA SAÚDE

20. articular, em conjunto com movimentos sociais, entidades sindicais, científicas, profissionais e estudantis a defesa do SUS como política de seguridade social:

20.1 realizando ações em defesa do SUS e do seu suficiente financiamento público para o atendimento das necessidades de saúde da população, conforme o disposto no art. 196 da Constituição Federal;

20.2 realizando ações pelo cumprimento do disposto na Lei nº 8142/90;

21. articular-se com o Movimento de Luta em Defesa do Financiamento da Saúde, posicionando-se favoravelmente à recomposição da integralidade do Orçamento da Seguridade Social;

22. manifestar-se formalmente contra toda medida governamental, no âmbito federal, no estadual e no municipal, que implique supressão ou desvirtuamento da aplicação de recursos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, aliando à intervenção política o emprego de medidas no campo jurídico, quando se tornarem necessárias;

23. combater a mercantilização dos serviços de saúde como flagrante violação do art. 196 da Constituição Federal, no qual está determinado que a saúde é um direito de todos e dever do Estado e que tem caráter universal e igualitário;

24. Lutar pela universalização do acesso à saúde pública de qualidade e contra todas as formas de privatização dos serviços públicos de saúde, tais como: parcerias público-privadas, OS, OSCIPS, Fundações Estatais de Direito Privado, o PL 79/2011 e congêneres.

HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

25. empenhar-se, por intermédio das secretarias regionais e as seções sindicais, em caráter urgente, na realização da coleta de dados solicitados, em formulário, e anteriormente enviado, para levantamento dos HUE; (Circular 010/07).

APOSENTADORIA

26. reivindicar que os proventos de aposentadoria ou as pensões dos docentes pertencentes ao Nível IV da classe de professor adjunto – que, na ativa, tenham alcançado os requisitos necessários à progressão para a classe de professor associado, instituída pela Lei Federal nº 11.244/06 –, devem corresponder à remuneração do professor titular, exceto nos casos sob a égide do art. 192, da Lei nº 8.112/90;

27. lutar para que os atuais professores aposentados da Carreira do Magistério Superior e os Pensionistas sejam enquadrados no Nível e Classe correspondentes àqueles que lhes assegurem o mesmo número de níveis que faltavam para alcançar o topo da carreira, isto é, o enquadramento dar-se-á na Classe e no Nível correspondente (n+4);

28. lutar para que os antigos integrantes da Carreira de 1º e 2º graus, que ocupavam a Classe E4 ou Titular, sejam enquadrados na Classe e Nível correspondentes àqueles que lhes assegurem o mesmo número de níveis que faltavam para alcançar o topo da carreira;

29. lutar para que o enquadramento objeto dos itens 23 e 24 seja retroativo à implantação da alteração do plano de carreira e extensivo a possíveis novas alterações;

30. defender a previdência social pública que contemple a existência do regime geral e do regime próprio de previdência, e garanta os princípios da paridade e integralidade, em ambos os regimes;

31. Intensificar a organização da luta em defesa dos direitos de aposentadoria, incluindo a garantia de direitos em situação de reestruturação da carreira docente. Essa ação deve ser estendida às três esferas de governo.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

32. realizar, em todas as suas instâncias de organização, esforços na perspectiva de estabelecer e aprofundar a articulação com entidades e fóruns que defendem a assistência social como direito e responsabilidade do Estado, participando de atividades e lutas que se desenvolvam com o objetivo de assegurar plenamente esse princípio;

33. denunciar o assistencialismo presente nas ações focalizadas, fragmentadas e pontuais que mitificam a política de Assistência Social e procuram desresponsabilizar o Estado quanto a suas reais funções sociais;

34. retomar a discussão do tema da assistência social, atualizando nossa crítica, à luz das condições concretas que caracterizam a implementação dessas políticas em todos os níveis de governo.

TEXTO 14

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

TEXTO DE APOIO

A intensificação da crise é proporcional à dos ataques que estão sendo desferidos pelo neoliberalismo aos trabalhadores, à universidade pública e ao movimento sindical. Ao mesmo tempo, no último período, vimos o aumento da necessidade de atuar sindicalmente na disputa que se dá entre interesses classistas antagônicos no Brasil e em vários países latino-americanos, para atualizar - com urgência - as regras que norteiam as áreas de comunicação social (que data da década de 60) e telecomunicações (da década de 90) nos órgãos, fóruns e entidades onde militamos.

É certo que, mantida a situação atual, o processo de democratização das comunicações estará comprometido e, pior, as forças conservadoras presentes na sociedade (representantes dos monopólios e da elite no país) poderão impor as mais reacionárias regras de gestão da comunicação, aprofundando as regras do monopólio das concessões de empresas de comunicação.

No Brasil, o desafio é enorme, desde a realidade que se pôs, na ausência da renovação do marco regulatório, que deixa como herança um intenso conflito conceitual e regulatório. Sabemos ser do Estado a obrigação e a responsabilidade social de regular o conteúdo de mídia transmitida, garantindo - dentro do princípio do acesso de comunicação como direito humano - a representatividade e a liberdade de imprensa, comunicação e expressão. Priorizamos inicialmente a organização interna da comunicação. Por ausência de uma política adequada à questão da comunicação, nossa intervenção nos fóruns externos ao ANDES-SN ficou a desejar, pois nos afastamos temporariamente dessa frente.

Nesse debate (e embate), o ANDES-SN tem aprofundado sua atuação, desde as discussões em GTs das seções sindicais até o nacional, desenvolvendo o aporte teórico e o acúmulo de conhecimento necessário para - significativamente - ressaltarmos a necessidade de retomarmos com urgência o protagonismo do ANDES-SN na articulação com várias entidades que estão nessa luta em vários fóruns e espaços externos de debate, organização e deliberação.

Foi exitosa a iniciativa da elaboração do Plano Geral de Comunicação, aprovada no 30º Congresso do ANDES-SN, realizado em Uberlândia, em 2001, feito através de intensas discussões desenvolvidas no interior do GTC&A (Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes), encontros regionais e nacionais de comunicação, ressaltada no 55º CONAD.

Estamos em condições de incluir na nossa agenda a presença forte pela comunicação social. Graças ao Plano Geral de Comunicação, satisfizemos - em parte - a necessidade de sistematizar a atuação de nosso sindicato e de apresentar propostas claras para a área de comunicação no país, em contraposição ao sistema de comunicação vigente, injusto e discriminatório.

Temos claro o enorme trabalho que ainda nos espera, dado a acirramento das relações classistas (tanto no Brasil como no mundo), além do panorama de recessão que se avizinha e que terá

repercussões impactantes na comunicação, tomando ainda a existência da governança da internet (e seu controle) e seus limites no combate aos crimes e à neutralidade da rede.

É necessário discutirmos a convergência tecnológica no Brasil e considerarmos como essencial a participação democrática de todos os setores envolvidos. É essa nossa responsabilidade como sindicato. É isso que nos é imposto nesse momento.

TR - 14

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1.** retomar as iniciativas políticas do ANDES-SN no campo de disputa pela democratização das comunicações, avançando na unidade com segmentos que se encontram na luta;
- 2.** aprovar o direcionamento seguinte:
 - 2.1.** fortalecimento dos meios de comunicação sindicais;
 - 2.2.** fortalecimento dos meios de comunicação comunitários, entendidos como aqueles com finalidade sociocultural, geridos pela própria comunidade e sem fins lucrativos;
 - 2.3.** lutar contra a apropriação dos meios de comunicação por monopólios, a propriedade cruzada desses meios, bem como o monopólio para a abertura de eventos de interesse público;
 - 2.4.** universalização dos serviços essenciais nos meios de comunicação, tratando como serviços públicos aqueles relacionados à concretização dos direitos individuais e coletivos;
 - 2.5.** separação do conteúdo e infraestrutura para as atividades de comunicação social: a operação da infraestrutura necessária ao transporte do sinal, qualquer que seja o meio, plataforma ou tecnologia, deve ser independente das atividades de programação do conteúdo, com licenças diferenciadas e serviços tratados de forma separada;
 - 2.6.** defesa da utilização de software livre e de código aberto: adoção de padrões abertos e interoperáveis em todos os serviços, tecnologias de rede e terminais de comunicação;
 - 2.7.** estabelecimento de mecanismos de transparência para a publicidade oficial e verbas públicas diretas ou indiretas;
 - 2.8.** estabelecimento de mecanismo de controle social e responsabilização quanto a violações de direitos humanos, de proteção às crianças e aos adolescentes, e publicidade abusiva no que diz respeito a alimentos, bebidas, medicamentos e tabaco;
 - 2.9.** democratização dos sistemas de transmissão, da utilização da infraestrutura de redes, que deve estar sujeita a regras de desagregação, interconexão e operação isonômica com garantia de veiculação sem qualquer tipo de discriminação;
 - 2.10.** defender mecanismos democráticos na comunicação que assegurem a diversidade étnica, racial, de gênero, orientação sexual, pessoas com deficiência, de classes sociais, religiosa e regional;
 - 2.11.** defender iniciativas que estimulem a formação para a leitura e a prática crítica da mídia.

TEXTO 15

Contribuição da Assembleia Geral da SINDUEPG

PARTICIPAÇÃO DO ANDES-SN NO FNDC É UM DESAFIO NA DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA NO BRASIL

TEXTO APOIO

Ao longo das últimas décadas, a propriedade, o controle e regulamentação da atividade dos meios de comunicação não garantem condições de acesso a produção e difusão às expressões (plurais) dos diversos setores sociais e, pois, sequer discutem a urgência de uma ampla liberdade democrática para a sociedade civil organizada. Diante da necessidade secular de defender que o serviço (concessão e gestão) seja tratada, de fato e de direito, como um bem público, assegurando condições mínimas de acesso aos meios de produção e difusão para consolidar garantias de manifestações sociais, conforme artigo 220 da Constituição Federal, é fundamental que as entidades e movimentos sociais que estão à margem deste processo cobrem maior pluralidade nestes espaços midiáticos.

Embora a Constituição Federal, no artigo 220, não permita o oligopólio e o monopólio da propriedade dos meios de comunicação social, tais práticas são facilmente identificadas nas empresas de mídia em praticamente todos os estados da União. Ressalte-se que, embora o artigo 221 da Constituição Federal determina que as emissoras de rádio e televisão estimulem a produção regional e independente de conteúdos, tal atividade ainda é pouco explorada na mídia brasileira.

Diante deste cenário, grupos, movimentos e entidades organizadas em prol de uma comunicação democrática, plural e cidadã se reúne em torno de um fórum nacional para lutar por garantias e defender uma participação coletiva na produção e circulação de conteúdo midiático. O Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC), criado em 1991, realiza o debate na defesa de políticas públicas para a área da comunicação. E o ANDES-SN já integra o FNDC desde os primeiros anos da referida luta organizada.

Por ser um sindicato que se caracteriza pela defesa dos movimentos sociais, que se organiza politicamente para além das defesas corporativas, o ANDES-SN deve manter e aprofundar sua intervenção no FNDC. O Sindicato realiza discussões que se transformam em planos de conduta sobre as políticas sociais em diversos níveis, desde a propriedade da terra, passando pelas demandas ambientais e econômicas, dentre outras iniciativas. Por isso mesmo, o ANDES-SN participar, de forma mais efetiva e atuante, dos debates sobre as questões que envolvem a comunicação e a urgência de iniciativas populares por democratização das condições de expressão pública.

O Sindicato Nacional está filiado ao Fórum Nacional de Democratização da Comunicação desde 1996, e mesmo antes da formalização de um processo de filiação, o ANDES-SN tem orientado sistematicamente, nos congressos e eventos setorializados, para a necessidade de sua participação e das seções sindicais no FNDC, bem como demais espaços que apontam para o fortalecimento da luta por uma mídia democrática, plural e em sintonia com os movimentos sociais.

As resoluções de congressos e Conads confirmam a necessidade de que o sindicato sistematize uma política de comunicação e que esta mesma iniciativa seja entendida como instrumento e diretriz unificada para a luta. Afinal, como já defender o texto do XV Congresso do ANDES/1996, “só assim a ANDES-SN poderá dar conta de um projeto de comunicação. Politizar esta questão é transformar a comunicação em mais um grande instrumento de luta”.

TR - 15

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN decide:

1. Atuar, de forma orgânica e efetiva os espaços de debate e ação do Fórum Nacional de Pela Democratização da Comunicação (FNDC), indicando um representante do ANDES-SN;
2. Orientar as seções sindicais para que pautem, no interior de suas ações estratégicas e cotidianas, a urgência de ações públicas pela construção de uma legítima democratização da mídia brasileira;
3. Sistematizar um retrato das atuais condições de mídia das seções sindicais, buscando apontar diretrizes para uma política pública de comunicação, em sintonia com as atuais demandas dos diversos setores da sociedade civil do País;
4. Manter, no horizonte de ações e análises estratégicas, a demarcação de intervenções para colocar na pauta dos movimentos sociais e sindicais do País a importância da democratização da mídia para fortalecer a luta popular por melhores condições de vida e trabalho.

TEXTO 16

Contribuição da Assembleia Geral da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS

CAMPANHA DE DENÚNCIA DA INJUSTIÇA TRIBUTÁRIA NO BRASIL

TEXTO DE APOIO

No livro III do “Capital”, Marx trata da distribuição, através da qual a riqueza criada na esfera produtiva é distribuída entre as classes e frações de classe. Lá vamos ver que o excedente (a mais-valia) é apropriado não só pelo capitalista detentor dos meios de produção, mas também pelos capitalistas comerciais, pelos proprietários de terra e pelos detentores de ativos financeiros (e também os que prestam serviços nessa área, como os bancos).

No modelo apresentado por Marx no “Capital”, não se inclui o Estado, porque este não era importante na economia da época. No entanto, isso mudou muito nos dias de hoje, mesmo porque o Estado não se reduziu, mesmo no período neoliberal. Passou a atuar de forma diferente.

Na realidade, o Estado capta uma parte a riqueza (no Brasil é cerca de 37%), e a redireciona para as necessidades/interesses das diferentes classes ou frações de classe da sociedade.

Quando financia a saúde e a educação, está garantindo elementos da reprodução da força de trabalho. Por outro lado, quando transfere recursos para os rentistas, está favorecendo um setor detentor de títulos públicos.

Da mesma forma, quando aumenta a taxa de juros, está majorando a parte dos recursos que capta em benefício dos rentistas, que no Brasil é um grupo social de renda extremamente concentrada (90% dos ativos em títulos públicos estão na mão de 20.000 famílias).

Portanto, existe uma luta de classes pela disputa dos recursos públicos. No Brasil os trabalhadores estão perdendo de goleada.

Outro aspecto da circulação de recursos do Estado é sua origem, isto é, os impostos, taxas e contribuições.

O imposto sobre o consumo (IPI, ICMS) atinge por igual os consumidores das diferentes mercadorias, independente do seu nível de renda. Se porventura estes impostos aumentam, equivale a diminuir a capacidade de consumo da população na mesma proporção.

No Brasil o sistema tributário é profundamente injusto. A campanha dos empresários “Chega de imposto” é hipócrita e diversionista, pois tira a atenção do foco que é a injusta distribuição da carga tributária. Os trabalhadores de todos níveis deveriam dizer: “menos impostos para os pobres e para os setores médios e mais impostos para os ricos”.

O economista Odilon Guedes, em excelente artigo no “Le Monde Diplomatique” de agosto de 2008, traz elementos que confirmam o que foi dito acima:

- O peso dos tributos para as famílias de renda até dois mínimos (SM) é de 48,9% e para as que têm renda superior a 30 salários mínimos é de 26,3%.

- O imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR) arrecadado em todo Brasil, nos 12 meses de 2007, foi de R\$ 379 milhões de reais, valor menor que dois meses de recolhimento do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) só na cidade de São Paulo. Portanto, um grande presente para o latifúndio.

Em muitos países o imposto de renda é realmente progressivo, na França a taxa máxima chega, na margem, a 57%, permitindo alíquotas menores para rendas mais baixas. No Brasil existem 5 faixas, e o maior percentual é de 27,5%; quem tem renda mensal superior a 1 milhão, tem a carga (percentual) de imposto sobre a renda igual à de alguém que tem renda mensal de R\$ 4.000,00 (na margem). Certamente, o que é descontado da pessoa que ganha R\$ 4.000,00 fará mais falta para ela do que para aquela que ganha 1 milhão de reais mensais, sem precisar abrir mão de seu barco e carro de luxo.

O pior de tudo isso é que o Brasil regrediu em relação ao passado. Entre 1983 e 1985 (em plena ditadura militar), havia 13 de faixas com alíquotas entre 0% e 60%.

No governo FHC houve uma grande contrarreforma tributária que favoreceu os ricos, especuladores e grandes empresas, o que foi mantido pela atual administração.

O mais escandaloso é a não regulamentação dos impostos sobre as grandes fortunas. A riqueza no Brasil é muito mais concentrada que a renda. Márcio Pochmann em pesquisa (“O Atlas da Exclusão Social – os ricos no Brasil” – 2004), calculou que 5.000 famílias têm ativos no valor de 40% do PIB, o que representaria hoje 1,3 trilhão de reais. Isso dá em média 240 milhões para cada família.

Se fosse cobrado 5% (conforme proposta que tramita no congresso) deste seletivo grupo, teríamos uma arrecadação de 60 bilhões de reais. Certamente, não seriam os únicos contribuintes.

Portanto, fontes para financiar os gastos sociais existem e não são aquelas apontadas pelo governo que recairiam sobre o conjunto da população.

Uma reforma tributária republicana teria, conforme Odilon Guedes, de:

- reduzir os impostos sobre o consumo, com exceção daqueles itens consumidos pelas altas rendas, ou que são nocivos de alguma forma (cigarro) e zerar a tributação sobre a cesta básica;
- aumentar o imposto sobre a renda, riqueza, propriedade e herança para os ricos.

O que se discute no congresso, neste assunto, não aponta para a justiça tributária.

Os sindicatos lutam por salários e é necessário fazê-lo, mas silenciam sobre a questão tributária.

Nós professores universitários, a cada reajuste ou progressão funcional que conquistamos, temos cerca de 40% do reajuste amputado (27,5% de IR e 12% de seguridade).

Por outro lado, pela posição simbólica que temos na sociedade, teríamos condições de tomar a iniciativa junto com outros parceiros de desenvolver uma grande campanha sobre este tema.

TR - 16

O GT Verbas do ANDES deverá propor uma campanha associada a outros movimentos e sindicatos com o objetivo de mostrar para a população a dimensão da injustiça tributária no Brasil, contrarrestando a hipócrita campanha da burguesia e da mídia corporativa, assim como organizar um movimento pela mudança desta situação, com mobilizações e propostas concretas.

PELO FIM DA IMPUNIDADE AOS TORTURADORES

TEXTO DE APOIO

Na Argentina e no Uruguai, estão sendo processados os agentes públicos que, durante a ditadura, torturaram, assassinaram, fizeram desaparecer em nome do Estado; também estão sendo julgados os seus mandantes e superiores.

Por sua vez, no Brasil, continuam gozando de impunidade aqueles que usaram a autoridade e o poder do Estado para – ao arrepio da própria legislação então vigente – torturar, assassinar, desaparecer com os militantes, os democratas e todo cidadão suspeito de se articular politicamente em oposição ao regime ditatorial.

Periodicamente vêm à tona fatos que escancaram essa impunidade, como, por exemplo, a confissão do militar inativo Claudio Antônio Guerra que, no programa *Observatório da Imprensa*, da TV Brasil, declarou ter ele, sozinho, matado mais de cem militantes de esquerda; ou, ainda, a documentação encontrada, após seu falecimento em Porto Alegre, no arquivo pessoal do coronel aposentado Júlio Miguel Molinas Dias (ex-chefe do DOI-CODI/RJ), documentação que, entre outros fatos, comprova a morte sob tortura do deputado Rubens Paiva.

Tal impunidade se deve à interpretação de certas disposições da lei dita de anistia (Lei nº 6683 de 28 de agosto de 1979), interpretação que encontrou guarida no Acórdão nº 153 do STF (29 de abril de 2010). Ora, como foi competentemente arguido à época pelo Conselho Federal da OAB, tal interpretação da Anistia violou tanto o sistema internacional de direitos humanos como o artigo 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, a qual determina, promptoriamente, que o crime de tortura é inafiançável e não suscetível de graça ou anistia. Inclusive, em 24 de novembro de 2010, portanto, posteriormente ao Acórdão do STF, a Corte Interamericana de Direitos Humanos se pronunciou sobre a questão definindo que “as disposições da Lei de Anistia brasileira, que impedem a investigação e sanção de graves violações de direitos humanos, são incompatíveis com a Convenção Americana, carecem de efeitos jurídicos e não podem seguir representando um obstáculo para a investigação [...], nem para a identificação e punição dos responsáveis [...]” (XII – Pontos Resolutivos, parágrafo 325, 3; ver também parágrafo 325, 9, e XI – Reparações, parágrafo 256 b).

Em reação ao citado Acórdão do STF e procurando agir para impedir que tamanha impunidade continue vigorando, a deputada Luiza Erundina (PSB/SP), com a competente assessoria do jurista Fabio Konder Comparato, tomou a excelente iniciativa de apresentar o Projeto de Lei 573/2011 que objetivava a revisão da Lei de Anistia, abrindo a possibilidade de julgamento dos crimes cometidos pelos agentes do Estado. Depois de ficar engavetado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, o projeto da deputada Erundina foi recentemente rejeitado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara Federal. Os representantes da bancada governista justificaram seu voto pela rejeição argumentando que, com a existência da Comissão da Verdade, não seria mais necessário rever a Lei de Anistia. Só que a Comissão da Verdade não prevê o julgamento dos agentes do Estado responsáveis pelos referidos crimes!

A decisão tomada pelo STF e a rejeição pela Câmara Federal do PL da deputada Erundina, entre outros elementos, deixam claro que a Lei de Anistia e sua interpretação vigente não sofrerão alterações sem a existência de um amplo movimento de opinião pública pressionando no sentido de sua revisão/alteração.

A multiplicação, no país, de diversos comitês e comissões cobrando a apuração e punição dos crimes cometidos pelos agentes da ditadura é prova de que um movimento (ainda disperso, fragmentado, mas de sentido e vocação nacional) está nascendo e se desenvolvendo (a este respeito, ver, por exemplo, a matéria na página 16 do caderno *InformANDES* nº 16). Neste sentido, em Porto Alegre, ex-presos políticos, personalidades, democratas, representantes de entidades sindicais (Sindsprev/RS, Sindsepe/RS, Sindicaixa/RS, Sinasefe/MetroPOA, ANDES-SN/UFRGS) vêm se reunindo para debater a questão; propõem que se envie esforços, nacionalmente, para a concretização de um movimento de mobilização pelo fim da referida impunidade, objetivo a ser efetivado pela “revisão” ou “alteração” (através de emenda) da Lei de Anistia. Além de seminários, debates, manifestações, propõem que o movimento impulse um abaixo-assinado almejando o referido objetivo (petição pública ou coleta de assinaturas para Projeto de Lei de Iniciativa Popular – podendo, para este fim, ser retomada a emenda proposta pela deputada Erundina ou usada uma variante da mesma).

TR - 17

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN vem, de público, se posicionar:

1. pela necessidade de um movimento nacional pelo fim da impunidade de que gozam os agentes civis e militares que usaram a autoridade e o poder estatais para – ao arrepio da própria legislação então vigente – torturar, assassinar, desaparecer com os militantes, os democratas e todo cidadão suspeito de se articular politicamente em oposição ao regime ditatorial; deve também ser dado um fim à impunidade que gozam os seus mandantes, bem como os superiores que toleraram ou acobertaram tais atividades.
2. pela conquista do fim da referida impunidade por meio da revisão ou alteração da Lei de Anistia (através de emenda), devendo ser discutida a possibilidade de se alcançar este fim através da mobilização em apoio a Projeto de Lei de Iniciativa Popular.

TEMA 4 – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

A Diretoria do ANDES-SN buscando aperfeiçoar a redação do Estatuto do ANDES-SN deixa agora expressa a necessidade de que os sindicalizados candidatos aos cargos da Secretarias Regionais do ANDES-SN (Primeiro-Vice-Presidente Regional, Segundo-Vice-Presidente Regional, Primeiro-Secretário Regional, Segundo-Secretário Regional, Primeiro-Tesoureiro Regional e Segundo-Tesoureiro Regional) pertençam às respectivas bases regionais. Ressalte-se que essa condição de elegibilidade, já existente no Estatuto, provém da própria noção de organização do ANDES-SN.

Considerando ainda que os artigos 70, 71 e o parágrafo 2º do artigo 72 precisam ser atualizados, a diretoria do ANDES-SN gestão 2012/2014 propõe:

TR – 18

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN aprova as alterações no Estatuto do ANDES-SN

1 - O inciso I do artigo 9º (I - votar e ser votado para qualquer cargo de representação na Entidade, ressalvado o disposto no art. 53;) passe a ter a seguinte redação:

I - votar e ser votado para qualquer cargo de representação na Entidade, ressalvado o disposto nos artigos 32 e 53;

2 – Incluir um novo parágrafo 2º no Art. 32 renumerando os demais, com a seguinte redação:

§ 2º. Os cargos previstos nos incisos IV e V deste artigo serão ocupados exclusivamente por sindicalizados da área geográfica de abrangência da respectiva Secretaria Regional.

3 – O artigo 70 e seu parágrafo único. O artigo 71 e o parágrafo 2º do artigo 72 passam a ter a seguinte redação:

Art. 70. O ANDES-SINDICATO NACIONAL reconhece e dá prerrogativa de seções sindicais (AD-Seções Sindicais) a todas as Associações de Docentes (AD) filiadas, até o trigésimo terceiro (33º) Congresso, ressalvados os direitos daquelas que, em assembleia geral, decidirem o contrário.

Parágrafo único. As AD às quais se refere o caput deste artigo deverão, para se constituírem em AD-Seções Sindicais, até o 33º CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à Diretoria as atas das assembleias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com a comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência (art. 45), para homologação no CONAD, ad referendum do congresso (art. 23, XI), ou no congresso (art. 15 VI).

Art. 71. Fica prorrogada até o 33º CONGRESSO a possibilidade de alteração dos Estatutos do ANDES - SINDICATO NACIONAL, desde que a alteração seja aprovada por mais de 50% (cinquenta por cento) dos delegados nele inscritos, suspensa, até então, a vigência do inciso I do parágrafo único do art. 21.

Art. 72.

§ 2º. O 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o 33º CONGRESSO como prazo final para a implantação da política de contribuição dos sindicalizados do ANDES - Sindicato Nacional, nos termos do estabelecido no § 1º, para o caso das seções sindicais que ainda estejam arrecadando percentual inferior ao reconhecido no caput.

TEXTO 19

Diretoria do ANDES-SN

FUNDO ÚNICO: FUNDO NACIONAL DE SOLIDARIEDADE, MOBILIZAÇÃO E GREVE DO ANDES-SN.**TEXTO DE APOIO**

O 31º Congresso (janeiro de 2012) aprovou discutir, *“no ano de 2012, no GTPFS e nos setores das IFES, IEES/IMES e IPES, a criação de um Fundo de Greve do ANDES-SN, a ser apreciado e aprovado no 32º Congresso do ANDES-SN”*.

A necessidade de apoio financeiro às greves já era sentida e o mesmo Congresso aprovou, ainda, autorizar *“durante o ano de 2012, o uso de até 30 % do FNM para auxílio às greves que se desenvolvam no Setor das Estaduais e Municipais, e que sejam de interesse não estritamente local, se considerado o âmbito das IEES em luta”*.

Já o 57º CONAD (junho de 2012), realizado em meio à greve das IFE, aprovou autorizar, *“durante a greve das IFE, que a diretoria do Andes-SN, em havendo necessidade, a utilizar até 30% do FNM para auxiliar a greve”*.

De fato, recursos do FNM (Fundo Nacional de Mobilização) foram empregados nas greves, conforme as deliberações acima mencionadas, através dos repasses as diversas Seções Sindicais, que solicitaram ajuda devidamente justificada. O Fundo de Greve do Comando Nacional de Greve do ANDES-SN (CNG/ANDES-SN), mantido por contribuições das Seções Sindicais do setor das federais foi, por decisão do próprio CNG/ANDES-SN, também utilizado para ajudar Seções Sindicais a participar do Comando de Greve. Enfim, de diversas formas, foi praticada a solidariedade na sustentação das greves, mas que precisa, conforme definido pelo 31º Congresso, ter uma existência regulamentada, por meio de um Fundo Nacional de Greve.

A criação de mais um fundo exige a revisão dos fundos atualmente existentes. O ANDES-SN conta atualmente com dois fundos: o Fundo Nacional de Solidariedade - FNS e o de Mobilização – FNM, que são sustentados por contribuições das Seções Sindicais. A contribuição ao FNS corresponde a 1% da Receita Líquida - que é o equivalente a arrecadação da Seção Sindical menos o que é repassado à Tesouraria Nacional, referente à contribuição dos Sindicalizados ao ANDES-SN - de cada Seção Sindical. Enquanto que a contribuição ao FNM corresponde a R\$ 0,25 por sindicalizado.

Como a contribuição para o FNS é percentual da arrecadação, essa contribuição vem sendo atualizada; enquanto a segunda contribuição manteve-se constante. Isso faz com que a arrecadação mensal do FNS corresponda atualmente a mais que o dobro da do FNM. Por outro lado, enquanto as despesas do FNM foram crescendo, devido às incorporações de novos usos, ao longo dos últimos anos, as despesas do FNS foram decaindo, pois não tem havido demandas recentes de auxílio para casos de demissões motivadas por atividade sindical.

Ao invés de se criar um terceiro fundo, o Fundo de Greve, propõe-se que se passe a ter um FUNDO ÚNICO (Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN), sendo que os saldos dos dois fundos atuais serão repassados para este e a contribuição de cada Seção Sindical para o novo fundo passará a ser de 2% (dois por cento), a partir do 32º Congresso, para dar conta das finalidades e atribuições estabelecidas para o Fundo Único.

TR - 19

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Criação do FUNDO ÚNICO, denominado de Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN, a ser mantido pela contribuição de 2% (dois por cento) da Receita Líquida de cada Seção Sindical.
2. Extinguir os Fundos de Solidariedade e Mobilização, transferindo os valores existentes nesses fundos para o novo fundo.
3. Os recursos do FUNDO ÚNICO serão distribuídos nos seguintes montantes: 25% para a Solidariedade, 35% para a Mobilização e 40% para a Greve.
4. Como regulamentação do uso propõe-se o que já está estabelecido para os fundos existentes, acrescentando-se definições em relação ao uso para greves, conforme exposto abaixo:
 - 4.1 Os recursos do Fundo destinados às greves não substituem fundos de greves de Seções Sindicais e dos Setores e serão utilizados especificamente para ajudar movimentos de greves protagonizados por Seções Sindicais que apresentem dificuldades financeiras.
 - 4.2 As solicitações de apoio financeiro às greves devem ser feitas, por escrito, a Tesouraria do ANDES-SN, justificando os motivos do pedido e os usos a que se destinam, tais como divulgação do movimento, mobilização, atos, caravanas e participação em comandos de greve.



Diretoria do ANDES-SN

MUDANÇA DE NOMES DE GRUPOS DE TRABALHO - GT

TEXTO DE APOIO

Considerando a ampliação das temáticas discutidas no GT PAMA e no GT EGC, que consolidam novas frentes de ação, a diretoria do ANDES-SN propõe a mudança dos nomes desses GTs.

TR - 20

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1 Mudar o nome do *GT Política Agrária e Meio Ambiente* (GTPAMA) para **GT Política Agrária, Urbana e Ambiental (GTPAUA)**.
2. Mudar o nome do GT Etnia, Gênero e Classe (GTEGC) para **Grupo de Trabalho Étnico-racial, de Gênero, Classe e Diversidade Sexual (GTEGCDS)**

TEXTO 21

Diretoria do ANDES-SN

GRUPOS DE TRABALHO (GT) DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O ANDES-SN tem em funcionamento os seguintes Grupos de Trabalho: GTPE, GTC&T, GTCA, GTPA&MA, GT-Carreira, GT-Verbas, GTHMD, GTPFS, GTEGC, GT-Fundações e GTSS/A. As seções sindicais que desejarem se integrar aos Grupos de Trabalho ou modificar a sua participação deverão preencher o formulário abaixo e encaminhá-lo com suas propostas de participação nos GTs à Secretaria do ANDES-SN, para homologação no 32º CONGRESSO.

Seção Sindical:
Grupo de Trabalho:
Componentes:

TEXTO 22

Contribuição do professor Luis Allan Künzle – Sindicalizado da APUFPR Seção Sindical10.

ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

De acordo com o Estatuto do ANDES-SN, os Grupos de Trabalho (GTs) têm como função subsidiar a Diretoria do Sindicato em temas considerados relevantes por esta na luta política da entidade, sem vínculo a nenhum dos setores (federais, estaduais ou particulares). Os GTs podem ser criados ou extintos nos Congressos e nos CONADs (Art. 15 e 31 do Estatuto), bem como podem ter caráter permanente ou temporário. Atualmente o ANDES-SN conta com 11 GTs, cuja dinâmica de funcionamento se difere em: periodicidade das reuniões, número de encontros realizados, materiais produzidos, número de seções sindicais participantes e etc.

Dentre os GTs existentes alguns estão fortemente estruturados e se constituem como verdadeiros fóruns de análise de conjuntura e de proposição de encaminhamento, a ponto do ANDES-SN depender fortemente da produção destes GTs no que diz respeito ao estabelecimento de suas políticas e de suas ações de luta. Pode-se citar como exemplo, o GT de Política Educacional, o GT de Seguridade Social e de Assuntos de Aposentadoria e, durante um período recente, o GT Fundações.

Entretanto, alguns dos GTs atualmente estão estruturados de tal forma que sua composição reflete mais em interesses pessoais dos militantes, em geral pesquisadores na área vinculada ao

Grupo de Trabalho, que a uma agenda efetiva do Sindicato no tema. Em parte, esta situação pode ser comprovada ao verificar que algumas proposições aprovadas em congressos não são encaminhadas, mesmo pelas seções sindicais das quais os membros propuseram tais encaminhamentos nos GTs. Frente a tal situação, pode-se pensar na possibilidade de que a cada CONAD, instância responsável pelas questões organizativas do Sindicato, fosse apresentado à categoria, um balanço de todas as reuniões dos GTs realizadas no período, para que assim fosse possível analisar a pertinência da continuidade ou da reestruturação ou da extinção de cada um dos Grupos de Trabalho.

Pode-se apontar também que a maior parte dos Grupos de Trabalho reúne-se de forma irregular, com pouca participação das seções sindicais e, mesmo alguns GTs estruturados, chegam a ter intervalos superiores há um ano na realização de reuniões em situações de greve em apenas um dos setores do Sindicato. As irregularidades prejudicam a organização e participação das seções sindicais. Neste sentido, propõe-se que a agenda de reuniões de cada Grupo de Trabalho seja apresentada e aprovada nos eventos nacionais do Sindicato – fato que não impede a convocação de reuniões extraordinárias conforme a necessidade e pertinência impostas pela conjuntura.

As questões apresentadas acima, tanto no que se refere à organização dos GTs, quanto à produção de materiais, também demandam a atualização constante de informações na página web do Sindicato. De tal forma, os membros e a categoria poderiam melhor acompanhar o andamento dos Grupos de Trabalho.

Quanto à organização dos GTs, pode-se perceber também que alguns destes poderiam ser extintos ou fundidos, enquanto outros poderiam ser divididos. Nesta última situação, exemplifica-se o caso da discussão sobre a Saúde do Trabalhador, hoje realizada dentro do GT de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria. Devido à pertinência dos assuntos tratados por este grupo e à conjuntura política atual, o número de reuniões e os diversos encontros temáticos, a agenda encontra-se sobrecarregada. Fato este que dificulta a sua coordenação e a participação das seções sindicais.

O cenário apontado indica a necessidade do ANDES-SN repensar seus GTs e a forma de funcionamento destes.

TR - 22

O 32º Congresso do ANDES-SN delibera que a Diretoria deverá apresentar no próximo CONAD uma proposta de reestruturação dos Grupos de Trabalho e do funcionamento dos mesmos, que leve em conta a agenda, a atualização permanente da página web da produção gerada e os procedimentos de avaliação periódica de cada Grupo de Trabalho.

TEXTO 23

Diretoria do ANDES-SN

MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

TEXTO DE APOIO

A Auditoria Cidadã da Dívida é uma organização que teve origem a partir do resultado do Plebiscito da Dívida Externa – promovido em setembro de 2000 pela Rede Jubileu Sul Brasil, com a participação de 6 milhões de pessoas quando mais de 95% delas votaram NÃO à manutenção do acordo com o FMI; à continuidade do pagamento da dívida externa sem a realização da auditoria prevista na Constituição Federal e à destinação de grande parte dos recursos orçamentários aos especuladores.

Essa organização tem por objetivo fazer uma análise do processo de endividamento do país, apontando suas causas, a partir de documentos e estudos que resgatem o processo histórico. Novos contratos de endividamento externo, assinados pelo Executivo e autorizados pelo Senado Federal, são também alvo de acompanhamento, assim como a correta destinação dos recursos financiados. Em sua página na internet, <http://www.auditoriacidada.org.br>, podem ser encontrados os trabalhos realizados pela Auditoria Cidadã, sejam eles na forma de boletins, cartilhas, vídeo ou livro.

Em 2012, foi lançado o livro *Divida Pública em Debate*, com objetivo de explicar de uma maneira bem simples todo o processo de endividamento do país e a perda de direitos sociais em função do pagamento dos juros da dívida. Exemplares deste livro foram distribuídos para todas as seções sindicais.

Para empreender essa luta, é fundamental que se continue a apoiar os trabalhos realizados pela Auditoria Cidadã da Dívida.

TR – 23

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Autorizar o ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais para a Associação Auditoria Cidadã da Dívida;
2. Recomendar que os dados da Associação Auditoria Cidadã da Dívida sejam constantemente publicados no sítio do ANDES-SN e das seções sindicais.

TEXTO 24

Diretoria do ANDES-SN

MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES (ENFF)

TEXTO DE APOIO

A Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF, situada em Guararema/SP (a 70 km de São Paulo/SP) e inaugurada em 23 de janeiro de 2005, foi construída entre os anos de 2000 e 2005 graças ao trabalho voluntário de pelo menos mil trabalhadores sem-terra e simpatizantes.

Atualmente, a ENFF conta com o apoio de mais de 700 professores voluntários – do Brasil, da América Latina e de outras regiões – e oferece cursos de nível superior nas áreas de Filosofia Política, Serviço Social, Pedagogia, Teoria do Conhecimento, Sociologia Rural, Economia Política da Agricultura, História Social do Brasil, Conjuntura Internacional, Administração e Gestão Social, Educação do Campo e Estudos Latino-americanos, além dos cursos de especialização, em convênio com outras universidades (por exemplo, Direito e Comunicação no campo). Possui uma biblioteca com mais de 40 mil volumes impressos, formada em base de doações. Para garantir o acesso às mulheres, foram construídas creches para as crianças nelas permanecerem enquanto as mães estudam. Estes dados foram obtidos do sítio dos Amigos da Escola Florestan Fernandes: <http://amigosenff.org.br>.

A ENFF recebeu contribuições de diversas seções sindicais do ANDES-SN, de forma contínua, ajudando a suprir as necessidades inerentes à formação de militantes de movimentos sociais e organizações que lutam por um mundo mais justo.

TR - 24

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Autorizar o ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, com a quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais para a ENFF;
2. Recomendar que as seções sindicais do ANDES-SN também participem com uma contribuição mensal para a ENFF, conforme as suas possibilidades financeiras.

TEXTO 25

Diretoria do ANDES-SN

HOMOLOGAÇÕES: NOVAS SEÇÕES SINDICAIS, ALTERAÇÕES REGIMENTAIS, TRANSFORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE DOCENTE EM SEÇÃO SINDICAL

TEXTO DE APOIO

A Diretoria do ANDES-SN apresenta ao 32º CONGRESSO a homologação de seções sindicais

TR – 25

I - CONSTITUIÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

1.1 Em consonância com art. 15, inciso VI do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Roraima – Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – **SINDUERR-Seção Sindical do ANDES-SN**.

1.2 Em consonância com art. 15, inciso VI do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, campus de São João da Boa Vista e Região - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – **IFSP-SBV Seção Sindical do ANDES-SN**

II - RATIFICAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

2.1 O 32º CONGRESSO, ratifica a transformação da ADUFF em Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal Fluminense – ADUFF Seção Sindical, realizada no X Congresso, Curitiba, 18 a 23 de fevereiro de 1991, que, por um lapso, foi omitida da ata do Tema IV – Questões Organizativas e Financeira, bem como, todos os atos praticados pela **ADUFF Seção Sindical** desde 23 de fevereiro de 1991, em decorrência da sua condição de seção sindical.

2.2 O 32º CONGRESSO, ratifica a transformação da ADUEPB em Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba – ADUEPB S.Sind, realizada no X Congresso, Curitiba, 18 a 23 de fevereiro de 1991, que, por um lapso, foi omitida da ata do Tema IV – Questões Organizativas e Financeira, bem como, todos os atos praticados pela **ADUEPB Seção Sindical** desde 23 de fevereiro de 1991, em decorrência da sua condição de seção sindical.

III - RATIFICAÇÃO DE CRIAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

3.1 Em consonância com art. 15, inciso VI do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL ratifica a constituição da Seção Sindical

dos Docentes da Universidade Federal do Pará Campus Marabá – **SINDUFPA-MAR-SSIND do ANDES-SN**, após cumprir os ajustes necessários no seu regimento.

3.2 Em consonância com art. 15, inciso VI do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL ratifica a constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Laranjal do Jarí – **SINDIFAP-SSIND do ANDES-SN**, após cumprir aos ajustes necessários no seu regimento.

IV – ALTERAÇÕES REGIMENTAIS

4.1 Em consonância com o art. 15, inciso IX do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, manifesta-se favoravelmente às alterações no regimento da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – **APESJF-Seção Sindical do ANDES-SN**.

4.2 Em consonância com o art. 15, inciso IX do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, manifesta-se favoravelmente às alterações no regimento da SINDFAFEID que passa a denominar-se Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus Diamantina do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – **ADUFVJM-Campus Diamantina-Seção Sindical do ANDES-SN**.

TEXTO 26

Diretoria do ANDES-SN

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 57º CONAD

TR 26

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN aprova a prestação de contas do 57º CONAD:

Nº	ITEM	Rateio ANDES	Rateio ADUFPI	Despesas ANDES	Despesas ADUFPI
1	Pessoal				
1.1	ANDES-SN				
	Horas Extras	10.500,00	0,00	14.039,80	0,00
	Diárias	4.200,00	0,00	4.200,00	0,00
	Passagem Aérea	4.203,11	0,00	4.203,11	0,00
	Passagem Terrestre	270,00	0,00	270,00	0,00
	Hospedagem	4.520,00	0,00	4.520,00	0,00
	SUBTOTAL	23.693,11	0,00	27.232,91	0,00
1.2	Apoio				
	Serviço de Apoio	0,00	3.370,00	0,00	2.950,00
	Transporte/carro	800,00	250,00	800,00	280,00
	Táxi	0,00	78,00	0,00	78,00
	Apresentação Cultural	0,00	300,00	0,00	300,00
	Serviço de Enfermagem	0,00	480,00	0,00	480,00

	Material Médico	0,00	109,78	0,00	109,78
	Transporte/ônibus	8.140,00	0,00	11.440,00	0,00
	Combustível	300,00	450,00	100,00	740,43
	SUBTOTAL	9.240,00	5.037,78	12.340,00	4.938,21
2	Imprensa e Divulgação				
	Cartaz (impressão e despacho via correios)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Crachás	2.100,00	0,00	2.100,00	0,00
	Banner	0,00	205,00	0,00	420,00
	Filmagem	0,00	2.000,00	0,00	1.415,25
	Transportadora	2.915,00	0,00	2.915,00	0,00
	Informandes	0,00	2.000,00	0,00	3.010,00
	Faixas	120,00	330,00	120,00	445,00
	SUBTOTAL	5.135,00	4.535,00	5.135,00	5.290,25
3	Infraestrutura				
	Material de Escritório	325,27	157,10	325,27	157,10
	Material de Copa	0,00	130,00	0,00	130,00
	Material de Limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00
	Papel A4	347,00	125,00	347,00	125,00
	Computador/ Notebook	0,00	2.200,00	0,00	2.000,00
	Aluguel Copiadora/ mpressora	0,00	2.700,00	0,00	2.700,00
	Correios	45,00	0,00	45,00	0,00
	Coffe Break	0,00	9.000,00	0,00	12.800,00
	Ornamentação	0,00	405,00	0,00	405,00
	Água Mineral	0,00	960,00	0,00	960,00
	Provedor de Internet	0,00	2.400,00	0,00	1.778,00
	Locação Kit Multimídia	0,00	3.600,00	0,00	3.600,00
	SUBTOTAL	717,27	21.677,10	717,27	24.655,10
4	Material Distribuído para Delegados e Observadores				
	Bolsas	1.875,00	0,00	1.875,00	0,00
	Camisetas	2.225,00	0,00	2.225,00	0,00
	Tonner	616,00	167,00	616,00	167,00
	Canetas	250,00	0,00	250,00	0,00
	Bloco de anotações	1.750,00	0,00	1.750,00	0,00
	SUBTOTAL	6.716,00	167,00	6.716,00	167,00
5	Gastos com Comissão Organizadora				
	Diárias	500,00	2.000,00	500,00	2.407,20
	Hospedagem	452,00	0,00	452,00	0,00
	Passagens Aéreas	1.526,00	0,00	1.526,00	0,00
	Pedágios, Combustíveis, Passagens Terrestres	1.320,00	0,00	1.320,00	0,00
	SUBTOTAL	3.798,00	2.000,00	3.798,00	2.407,20
	TOTAL	49.299,38	33.416,88	55.939,18	37.457,76
	Total de Despesas Previstas	82.716,26			
	Total de Despesas Realizadas	93.396,94			

Porcentagem da diferença: 12.9%

Valor pago a maior: 10.680,68

TEXTO 27

Diretoria do ANDES-SN

SEDE DO 33º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

TEXTO DE APOIO

As seções sindicais que se dispuserem a sediar o 33º CONGRESSO do ANDES-SN deverão apresentar proposta, por escrito, até às 14h do dia 6/03/13, para garantir a sua discussão nos grupos mistos do Tema 4 - Questões Organizativas e Financeiras.

TR - 27

O 33º CONGRESSO do ANDES - SINDICATO NACIONAL realizar-se-á na cidade de ..., sob a organização da ... Seção Sindical.

TEXTO 28

Contribuição do professor Luis Allan Künzle – sindicalizado da APUFPR Seção Sindical

DESCONTO CONSIGNADO NO SIAPE

TEXTO DE APOIO

As Seções Sindicais das IFES têm enfrentado diversos problemas relativos ao desconto em folha da contribuição sindical de seus sindicalizados, no sistema SIAPE, que controla a folha de pagamento, centralizada no MPOG. Há problemas de natureza política e de natureza administrativa, operacional. No campo político, a exigência do reconhecimento, por parte do Ministério, do ANDES-SN como um sindicato nacional composto por seções sindicais em cada local de trabalho, tem sido muito bem conduzida pela Direção. A última ação neste sentido foi a reunião realizada com representantes do MPOG no dia 19/12/2010 que está relatada na seção de Notícias, do dia 20/12/2012, no Portal do ANDES-SN na internet.

A solução no campo político, no entanto, não resolve por si só as questões operacionais referentes à consignação. Desde que o SIAPE ficou sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Manutenção de Cadastros, sua operação foi terceirizada. A empresa prestadora do serviço oferece diversos “pacotes” de acesso ao SIAPE cujos valores mensais são altos mesmo para as seções sindicais com boa arrecadação mensal. A geração dos procedimentos de desconto mensal têm sido buscadas de forma isolada por cada seção sindical, de diferentes formas, sendo que algumas não têm conseguido resolver de forma satisfatória esta questão, enquanto já há seções que abandonaram completamente o SIAPE. Considera-se, no entanto, que o desconto em folha da contribuição sindical e seu encaminhamento à sua representação sindical é um direito dos trabalhadores. É necessário, por sua vez, que estes dominem os procedimentos operacionais para que isto seja realizado corretamente.

A proposta desta resolução é de que a estrutura administrativa da Sede do ANDES-SN, envolvendo Tesouraria e Informática, aproprie-se de todos os procedimentos operacionais e administrativos referentes ao desconto do SIAPE e apoie as seções sindicais na estruturação de seus procedimentos. Não se trata de desenvolver soluções computacionais para cada seção sindical, mas de auxiliá-las na compreensão dos procedimentos, arquivos e estruturas de dados necessários para que o desconto seja efetuado corretamente e de que os dados estejam atualizados. Acredita-se que isto deve inclusive melhorar a arrecadação das seções sindicais, em função da correção e atualização de suas rotinas operacionais.

TR - 28

Que o ANDES-SN, na estrutura administrativa da sede em Brasília, sistematize todos os conhecimentos e procedimentos necessários para que as seções sindicais das IFES efetuem corretamente suas rotinas operacionais de acesso ao SIAPE.

TEXTO 29

*Contribuição do professor Ariel Clodoaldo Magalhães Costa – Sindicalizado da APRUMA
Seção Sindical*

AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE TERRENO EM BRASÍLIA/DF PARA CONSTRUÇÃO DA SEDE NACIONAL DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O 31º Congresso do Congresso do ANDES-SN, realizado em Manaus-AM, autorizou a Diretoria do ANDES-SN a adquirir imóvel, para a ampliação do espaço físico da SEDE NACIONAL, até o limite de R\$ 1.650.000,00 (um milhão e seiscentos e cinquenta mil reais), utilizando recursos próprios do Caixa Nacional do Sindicato.

Sabendo da dificuldade encontrada pela Diretoria do ANDES-SN em localizar um imóvel que possa satisfazer as necessidades existentes no atual momento, pois pelo valor autorizado é difícil de encontrar um imóvel em Brasília-DF para cobrir as demandas necessárias de: espaço, localização e outros benefícios, e isso devido aos altos valores que os imóveis de Brasília-DF conseguem alcançar, venho através deste Texto de Resolução, buscar aprovar o que se segue abaixo:

Visto que é necessária a ampliação da sede do ANDES-SN, em virtude dos espaços atuais estarem defasados para a demanda existente, proponho que o ANDES-SN seja autorizado a comprar um terreno para a construção de uma sede definitiva para a sua instalação.

Este terreno seria a base para o início da construção de uma sede que viesse a atender todas as demandas de espaço, incluindo as demandas de: salas de apoio, salas administrativas, salas de reuniões, salão de convenções, espaço de hospedagem para a Diretoria e filiados, entre outros.

Este terreno a ser comprado deveria ter alguns perfis imobiliários a serem observados, como:

- Localizado (no máximo 500 metros) nas proximidades de uma estação de metrô;
- Nas proximidades de alguma cidade-satélite, sem desprezar a procura no plano piloto;
- Terreno não acidentado;
- Que além do(s) prédio(s) a ser(em) construído(s), haja espaço para outras demandas;
- Passar para as mãos de profissionais da área imobiliária, a busca/compra deste terreno, descrevendo para esses profissionais o perfil desejado para o terreno.

A definição dos projetos que seriam necessários para a construção da obra (temos sindicalizados capacitados para isso), pode ser concretizada após a realização da compra, assim como seriam definidos a viabilização financeira para a construção da futura sede nacional do ANDES-SN.

TR - 29

O 32º CONGRESSO delibera autorizar a Diretoria do ANDES-SN:

1. A comprar um terreno para a construção definitiva da sede do ANDES-SN;

Este terreno a ser comprado deve ter alguns perfis imobiliários a serem observados, como:

- 1.1 Localizado (no máximo 500 metros) nas proximidades de uma estação de metrô;
- 1.2 Nas proximidades de alguma cidade-satélite, sem desprezar a procura no plano piloto;
- 1.3 Terreno não acidentado;

- 1.4 Que além do(s) prédio(s) a ser(em) construído(s), haja espaço para outras demandas;
- 1.5 Passar para as mãos de profissionais da área imobiliária, a busca/compra deste terreno, descrevendo para esses profissionais o perfil desejado para o terreno.

TEXTO 30

Contribuição da Assembleia da Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC

FILIAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DOCENTES AO ANDES-SINDICATO NACIONAL: Em defesa da liberdade e autonomia sindical e dos direitos humanos

TEXTO DE APOIO

I - INTRODUÇÃO.

O 30º. Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN -, realizado em Uberlândia, de 14 a 20 de fevereiro, aprovou alterações estatutárias com o objetivo de “reforçar a aproximação com a base” (InformAndes, março de 2011: 12).

A proposta da diretoria de permitir a filiação de associações docentes das instituições docentes de ensino superior, com estatuto próprio, cuja finalidade seja a promoção e a defesa da qualidade de vida, de trabalho, dos interesses sociais e culturais de seus associados, foi aprovada com 176 votos a favor, 13 contrários e 17 abstenções, após muitos debates (Ibid.).

Pela proposta os pedidos de filiação serão avaliados pela diretoria e encaminhados ao Congresso que decidirá sobre a homologação. Os associados terão os mesmos direitos e deveres das seções sindicais, repassando 20% de suas contribuições para o ANDES-SN.

A proposta aprovada permite ao Sindicato Nacional manter vínculos políticos com setores docentes que não estão adequadamente representados sindicalmente. No caso das particulares, onde há uma disputa intensa com os SINPROs (Sindicatos de Professores das instituições de ensino particulares), a perspectiva da filiação de associações docentes ao ANDES-SN é uma forma de avançar para conquistar na prática a liberdade sindical e autonomia, historicamente tolhida no Brasil por toda a estrutura de sindicalismo de Estado (implantada no Estado Novo e reciclada na Constituinte de 1988) e pelo fato de que o País não ratificou a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que dispõe sobre a liberdade sindical.

Em Santa Catarina, temos o caso da ADESSC (Associação dos Docentes de Ensino Superior de Santa Catarina) que foi criada como seção sindical multiinstitucional do ANDES, em 2005. A ADESSC foi inicialmente dirigida por uma Diretoria provisória, eleita em Assembleia Geral Estadual; e teve sua primeira diretoria eleita em eleição direta nos dias 13 e 14 de maio de 2008, juntamente com as eleições da Diretoria do ANDES-SN (para o biênio 2008-2010). No mês de junho de 2008, em um momento de importantes mobilizações e avanço de organização da ADESSC, ocorreu decisão judicial do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, que acatando solicitação do Sindicato dos Professores do Estado de Santa Catarina (SINPROESC) suspendeu a criação da seção sindical do ANDES-SN em Santa Catarina. Em julho de 2008, por ocasião do 53º CONAD realizado em Palmas, os presidentes do ANDES-SC (professor Paulo Rizzo) e da ADESSC (Geraldo Barbosa) publicaram editais suspendendo a filiação da ADESSC ao ANDES-SN, para evitar multas. Em face desta situação, em agosto do mesmo ano a ADESSC realizou Assembleia Estadual em que se desligou do ANDES-SN e promoveu uma alteração estatutária, transformando-se em associação profissional livre e autônoma conforme os princípios da Constituição Federal do Brasil, e desde então, vem dando continuidade a organização dos trabalhadores docentes de Santa Catarina.

II - A ESTRUTURA DO SINDICALISMO DE ESTADO E SUA RECICLAGEM.

A estrutura sindical brasileira é uma instituição integrada ao Estado capitalista graças a alguns mecanismos legais e organizativos. A estrutura de Sindicalismo de Estado (implantado no Brasil

nos anos 30, inspirado na *Carta del Lavoro* de Mussolini) é o sistema de relações que assegura a subordinação dos sindicatos (oficiais) às cúpulas do aparelho de Estado (Executivo, Judiciário ou Legislativo) tendo como base a necessidade do **reconhecimento oficial-legal do sindicato pelo Estado**, para que ele possa exercer suas funções elementares (negociar condições de trabalho e salário com o empregador). Deste fundamento – a “**investidura sindical**” por um ramo do aparelho do Estado – dependem todos os demais elementos que compõem a estrutura: **unicidade sindical obrigatória** (o Estado reconhece um sindicato único e outorga a representação dos trabalhadores sob a forma de monopólio por força de lei), a **tutela do Estado sobre a atividade reivindicativa do sindicato** (particularmente da Justiça do Trabalho, que emite sentenças aplicadas não só aos associados do sindicato, mas ao conjunto da categoria), as **contribuições sindicais compulsórias** (imposto sindical e outros, a “carta sindical” define a entidade que exerce legalmente esse poder tributário delegado pelo Estado).

Uma estrutura sindical cuja representatividade e recursos materiais são uma outorga do Estado por força de lei (reproduzido por uma ideologia que estimula um tipo extremo “fetichismo do Estado” tutelar) gera um aparelho sindical integrado ao Estado e separado dos trabalhadores. Se é o Estado burguês quem diz qual é o “único sindicato” que representa uma determinada categoria numa determinada base territorial, é claro que tal capacidade já lhe confere o poder de definir todos os marcos legais do usufruto deste “monopólio”; desde a utilização dos impostos até a dissolução de sindicatos e destituição de diretorias, isto é, nomear interventores em momentos de crise. Em períodos em que o poder do grande capital assume formas ditatoriais abertas (ou de aumento da repressão), os governos utilizam esses recursos de maneira massiva e ostensiva; nos períodos de “normalidade”, esse recurso é usado molecularmente e, muitas vezes, por solicitação dos próprios dirigentes sindicais que pretendem ocupar o lugar dos dirigentes rivais (mesmo dirigentes que se dizem contra a estrutura sindical também têm apelado para esse tipo de prática).

A função do sindicalismo de Estado é sempre (a despeito de suas variantes em vários países e metamorfoses conjunturais) manter a hegemonia burguesa sobre o movimento sindical inviabilizando um sindicalismo classista. No caso brasileiro esteve funcionalmente vinculado ao que Florestan Fernandes caracterizou como “via autocrática de transformação capitalista”, que hoje se reproduz como capitalismo monopolista permanentemente dependente: 1) Ao contrário dos movimentos sindicais autônomos, onde o corporativismo é apenas uma possibilidade, a estrutura sindical tutelada mantém de modo inevitável a separação entre a luta sindical e a luta pela transformação social orientada para o socialismo. 2) Submete o movimento sindical aos interesses que tem hegemonia no bloco de poder (o próprio “sindicalismo oficial de oposição” fica dependente das fissuras entre os interesses de fração dos diversos setores burgueses, sem sair do terreno do interesse geral do bloco dominante). 3) Debilita a ação sindical reivindicativa, que fica aquém do “tradeunionismo tradicional” organizativamente independente (um sindicalismo sob hegemonia burguesa, mas com maior eficácia na luta reivindicatória).

O sindicalismo integrado ao aparelho de Estado implica uma profunda **desorganização da luta reivindicativa dos trabalhadores** por melhores salários e melhores condições de trabalho. Esta estrutura sindical desestimula a participação ativa do trabalhador e pode, no limite, viver e se reproduzir sem associados. Há muitos exemplos de sindicatos no Brasil que se encontram próximos dessa situação. A tutela política está intimamente ligada ao domínio ideológico que gera uma concepção mistificada do Estado, como entidade promotora e protetora da organização dos trabalhadores. Esconde o fato de que os trabalhadores devem contar com a sua própria força, com sua organização desde o local de trabalho até sua centralização nacional e sua ativa solidariedade internacional. Isto não significa abrir mão dos direitos trabalhistas e da participação do Estado nas relações de trabalho. Os trabalhadores lutam por reformas que devem ser consagradas em lei universal; lutam pela conquista de uma legislação que imponha limites à exploração capitalista e uma fiscalização de proteção da vigência efetiva dos direitos trabalhista e, inclusive, de defesa da organização dos trabalhadores contra práticas antissindicais do patronato e do próprio Estado. Já o “sindicalismo de Estado” é um fenômeno autocrático, totalmente distinto: trata-se de um sistema que intervém para manter os trabalhadores dispersos e desorganizados, seleciona dirigentes sindicais governistas e aburguesados e torna a luta

sindical “moderada”, impotente para enfrentar as políticas abrangentes do grande capital; gerando um sindicalismo frágil mesmo para os padrões latino-americanos.

O sindicalismo de Estado original foi destruído com a derrota do nazi-fascismo e depois com o fim das ditaduras de Franco e Salazar. Seu equivalente na América Latina, implantado por governos chamados “populistas”, tornou-se ferramentas das ditaduras e foram sendo eliminadas com o seu refluxo. No Brasil, a supressão pela Constituinte de 1988 do *modelo ditatorial de gestão e controle governamental sobre os sindicatos oficiais* (com seu repressivo e pormenorizado estatuto padrão) não eliminou, mas ao contrário (devido à ação da direita radical reunida no “Centrão”, com a lamentável colaboração de Roberto Freire e do PCdoB) **preservou (ainda que reformada) a velha estrutura do sindicalismo de Estado e seus elementos centrais**. O Brasil não ratificou Convenção 87 da OIT (que trata a plena liberdade sindical como direito humano fundamental e determina a proteção contra práticas antissindiais) e a Constituinte manteve (art. 8º) a necessidade de reconhecimento do Sindicato pelo Estado e os “impostos sindicais”; preservou (art. 111 a 114) a estrutura da Justiça do Trabalho e sua tutela sobre o movimento sindical. Florestan Fernandes, então deputado constituinte, fez uma análise precisa da questão: “O § 3º do art. 9º do novo projeto de constituição restringe a liberdade sindical proclamada (...) a unicidade sindical corre pelo leito de uma conciliação arraigada (...) o empresariado logrou um triunfo enquanto a CUT perdia sua maior batalha na Constituinte. O ‘novo sindicalismo’ e a revolução democrática sofreram um revés; as correntes que vêm do passado venceram”. Contra este projeto Florestan propôs: “Dê-se nova redação ao art. 9º da Constituição: ‘É livre a associação profissional ou sindical em todos os níveis; a aquisição da personalidade jurídica de direito privado se dará mediante registro em cartório; §1º a lei não poderá exigir a autorização do Estado para a fundação de sindicato; § 2º é vedada ao Poder Público qualquer interferência na organização sindical (...)’” (Fernandes, F. – “*Sindicato Único e Pluralidade Sindical*”, In: *Jornal do Brasil*, 02/11/1987).

III - A LUTA PELA LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL NO BRASIL NA CONJUNTURA ATUAL E O MOVIMENTO DOCENTE.

Hoje, qualquer análise realista há de reconhecer que, permaneceram em vigor as grandes diretrizes da política neoconservadora e pró-imperialista herdadas dos governos de FHC. Foram mantidas as privatizações do governo anterior e promovidas novas privatizações do patrimônio público e dos serviços. Não foram restaurados os direitos retirados pelo governo FHC e foram promovidos novos ataques aos direitos dos trabalhadores, com destaque para a contrarreforma da previdência no primeiro governo Lula. Os Fundos de Pensão permanecem privatizados e o dinheiro dos trabalhadores torna-se uma das principais fontes de financiamento do capital monopolista. Foram mantidos os acordos firmados na OMC e os conluíus do “Consenso de Washington”, pelos quais o país se compromete a não impor regras ao capital estrangeiro; como transferência de tecnologia, diversificação de exportação, reinvestimentos e insumos locais, controle de capitais, impostos sobre exportações, limites nas remessas de lucros, etc. O Banco Central permanece subordinado ao sistema financeiro internacional, o que na prática significa a renúncia a uma política financeira própria. O país continua se desindustrializando e regredindo à condição de economia exportadora de produtos primários. Em agosto de 2012 o governo Dilma divulgou um pacote de medidas que se constitui numa colossal doação de dinheiro público para os investidores privados. Saudado pela imprensa conservadora como “choque de capitalismo” e aclamado por Eike Batista (o mais rico especulador do Brasil) como um “kit felicidade”. Inicialmente foram estabelecidos recursos no valor de R\$ 133 bilhões para obras de infraestrutura; dando continuidade ao processo de privatização, sob o disfarce semântico de “concessões”, ou “parcerias público-privadas” (PPPs). O BNDES financiará cerca de 80% dos projetos e o governo não descarta “aportes do Tesouro Nacional”. Consolida-se a linha já em curso com a privatização no governo Dilma de aeroportos e rodovias. Se o Estado financia a quase totalidade dos custos das obras: por que entregar a exploração econômica destes equipamentos aos monopólios privados?

Enquanto o governo Dilma destina 52% do Orçamento da União para pagar os agiotas internacionais e nacionais (R\$ 566 bilhões), nega reajuste de salários e reestruturação de carreira

para mais de 400 mil funcionários públicos de mais de 40 setores que entraram em greve no ano de 2012. Já se tornaram rotineiras as intervenções antissindicais do judiciário; mas a “judicialização” das greves dos servidores públicos de 2012 e o projeto de “regulamentação” da Lei de Greve encaminhado pelo executivo são tentativas de revogar os direitos conquistados na Constituinte de 1988. O Estado recorreu à velha artimanha de impor que os trabalhadores mobilizados por suas justas reivindicações voltem ao trabalho se quiserem seguir com as negociações. Além de romper unilateralmente as negociações com o ANDES-SN, legítimo representante dos docentes universitários em greve, o governo Dilma encenou uma farsa com o sindicato chapa-branca de origem palaciana; assinando um simulacro de acordo com um ente fantasma nutrido pelo próprio governo, mesmo que todos saibam que ele não representa a categoria (a greve, é claro, continuou).

Um dos mais graves ataques em curso contra os trabalhadores brasileiros é o anteprojeto de Lei do “Acordo Coletivo Especial”; a **nova versão de contrarreforma da legislação trabalhista**, articulada em conjunto pelo Governo Dilma e a CUT, que visa “flexibilizar” os direitos dos trabalhadores. Trata-se de uma retomada, em “nova roupagem”, da tentativa de mudar o artigo 618 da CLT (para que “*prevaleça o negociado sobre o legislado*”), que o governo FHC tentou aprovar. Os pelegos ganharão a “liberdade de abrir mão de direitos”; pois a legislação atual não proíbe acordos coletivos com condições mais favoráveis para os trabalhadores; o que ela proíbe são acordos piores do que os previstos na legislação. Será necessário preparar uma **luta muito bem organizada nacionalmente dos sindicatos combativos** para barrar esta criminoso tentativa de retirada de direitos “no atacado”.

Nossa defesa de todos os direitos de proteção ao trabalho contidas na CLT, que foram conquistados com muita luta, não significa abrir mão de criticar o *direito sindical brasileiro*. Os trabalhadores devem combater a legislação repressiva e manipuladora que impõe limites à liberdade de organização dos trabalhadores e esse direito sindical, que está consagrado *numa das partes da CLT*. Devemos lutar para eliminar, o mais rápido possível o sindicalismo de Estado: a investidura sindical, a tutela dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho e seu controle pelo poder judiciário, o imposto sindical e a unicidade sindical imposta pelo Estado. A luta do “novo sindicalismo”, da qual é parte integrante o movimento que formou e construiu o ANDES-SN deve ser retomado e revitalizado nas condições atuais. Há muito tempo os trabalhadores brasileiros lutam por uma nova organização sindical efetivamente independente do Estado, dos patrões e dos clerics. Parte deste combate será a imposição aos de cima, queiram eles ou não, de uma legislação que garanta a efetiva liberdade e autonomia sindical, bem como penalize as autoridades públicas ou grupos organizados privados que tentem restringir, reprimir ou suprimir suas atividades. Não basta proteger os dirigentes contra práticas antissindicais; é necessário adotar e transformar em lei a Convenção 158 da OIT que proíbe demissão imotivada, proteger legalmente a organização no local de trabalho, etc. Na realidade, em médio prazo, trata-se de substituir a atual CLT (uma legislação arcaica e incoerente) por um **novo Código Nacional do Trabalho**; cujo projeto deverá ser elaborado pelos próprios trabalhadores, assim que se consolidar o processo de reunificação nacional do movimento sindical combativo e classista, efetivamente representativa do movimento proletário brasileiro (ou, se for possível, ainda através de uma “frente” das Centrais e movimentos nacionais combativos existentes).

Este debate é, no entanto, mais amplo. Queremos centrar aqui nas ações práticas da luta que o movimento docente organizado no ANDES-SN pode e deve realizar imediatamente. **Existem formas, seguras e eficazes, de avançar na construção prática da autonomia e liberdade sindical sem expor nosso sindicato nacional à repressão e às multas impostas pelo Estado.** É certo que a “segurança” de toda luta autêntica dos trabalhadores nunca é garantida “a priori”; mas só através da luta, sábia e corajosa, os direitos e garantias dos trabalhadores são conquistados e efetivados: os aeroplanos são mais seguros no chão, mas são feitos para voar.

A argumentação dos juízes do trabalho ocorreu em violação ao princípio da liberdade sindical preconizada pela Organização Internacional do Trabalho – OIT e pela Constituição Federal do Brasil, no artigo 8º que diz: “É livre a associação profissional ou sindical, **observado o seguinte**”. Os interesses contraditórios entre as correntes sindicais presentes na elaboração da

Constituição Federal em 1988, fez com que a liberdade sindical fosse mitigada (e parcialmente neutralizada) pelas restrições que seguem a expressão “**observado o seguinte**”; entre elas a expressa no inciso II do mesmo artigo, onde a CF/1988 estabelece a unicidade sindical imposta pelo Estado. É com base no princípio da unicidade sindical que os juízes do trabalho de Santa Catarina definiram que o ANDES-SN não poderia atuar no setor das particulares em Santa Catarina. Porém, mesmo dentro dos limites da unicidade sindical, se os juízes tivessem um mínimo de apreço pela liberdade sindical eles não obstaculizariam a atuação do ANDES-SN, pois este é um Sindicato Nacional representativo da categoria profissional dos docentes universitários de todas as esferas de governo, e também das instituições privadas de ensino.

Como categoria profissional diferenciada em relação aos professores dos demais níveis de ensino, portanto, é tranquila a margem legal para a concessão de registro sindical a sindicatos de professores universitários, bem como o respaldo à constituição das seções sindicais do Sindicato Nacional dos Docentes Universitários em todas as IES. Em Curitiba, por exemplo, existe um Sindicato de Professores Universitários que atua há vários anos. Ocorre que a posição conservadora dos juízes do trabalho estava alinhada com o patronato privado que tem por objetivo impedir a constituição de um sindicalismo combativo no interior de suas fronteiras.

A mesma Justiça do Trabalho que impediu a criação de uma seção sindical do ANDES-SN entre os professores do sistema fundacional (públicas) e particulares em Santa Catarina, defendendo a unicidade sindical, não hesitaram um segundo em reconhecer o Sindicato dos Professores de Instituições Federais de Santa Catarina (APUFSC-SINDICAL) também vinculado aos setores mais conservadores do sindicalismo docente da Universidade Federal de Santa Catarina.

Além de impedirem a liberdade sindical através da interferência do Estado na organização dos trabalhadores, a Justiça do Trabalho catarinense negou a reintegração de vários dirigentes sindicais da ADESSC perseguidos por sua atuação em prol da melhoria das condições de trabalho e democratização das IES catarinenses. Além de perderem seu trabalho os dirigentes sindicais ficaram conhecidos em todo o Estado diminuindo enormemente suas chances de reemprego. As sentenças judiciais tiveram por base a interpretação restritiva da estabilidade sindical, ferindo direitos humanos como veremos a seguir.

Apesar de a CF 1988 dispor que os dirigentes sindicais sejam estáveis, a Justiça do Trabalho vem prejudicando a organização sindical através de uma interpretação com base na recepção da CLT como regulamentadora da Constituição em face da inoperância do poder legislativo em fazê-lo.

Esta decisão da Justiça do Trabalho deve ser confrontada com base na interpretação da totalidade dos artigos do TÍTULO V, que trata da ORGANIZAÇÃO SINDICAL, da CLT, a luz da Constituição Federal de 1988; e de tratados Internacionais, principalmente o contido nas Convenções 87 e 98 da OIT. Além disto, deve ser também discutido que a mesma fere **DIREITOS HUMANOS**.

Isto porque, antes da CF de 1988 havia afrontas aos direitos humanos, assim entendido que havia afrontas ao direito do trabalhador, por não ter estes os direitos assegurados à liberdade e à autonomia sindical. Os direitos humanos,¹¹ apresentam, dentre outras, as seguintes características: fundam-se na liberdade; valem erga omnes; são universais, alcançando pessoas de todas as nacionalidades e classes econômicas ou sociais. Como não existia esta liberdade, sendo as entidades sindicais completamente determinados pelo Estado, então, havia afrontas aos direitos Humanos, que possui como uma das características a liberdade.

Se, antes da CF de 1988, havia afrontas aos direitos humanos, pela não liberdade de organização, após a mesma, esta recepcionou a liberdade sindical e autonomia, mas continuou mantendo a questão da UNICIDADE SINDICAL. Com isto, ela recepcionou os princípios das Convenções 87 e 98 da OIT. Mas, para que pudesse haver coerência com o princípio da Unicidade sindical, o Brasil ratificou somente a convenção 98, e a convenção 87 não foi ratificada. No entanto, apesar de não haver a ratificação pelo Brasil, da convenção 87, o

¹¹Texto elaborado tendo como base o texto denominado de: *Efetividade dos Direitos Humanos do Trabalhador*, de Arnaldo Süssekind, in *memoriam*

entendimento predominante é que a mesma encontra-se ratificada. Isto porque, a partir de 1988, da 86ª conferência da OIT, todos os países, pelo simples fato de serem membros da OIT, estão obrigados a seguirem os princípios de Direitos Fundamentais, que estão nas convenções. Desta forma, como o Brasil é membro da OIT, e de conformidade com a 86ª conferência desta, temos que o país está obrigado a seguir os princípios de DIREITOS FUNDAMENTAIS. E, a liberdade é um princípio de Direito Fundamental.

E, ademais, temos que, em reunião da mais alta hierarquia, que reuniu chefes de Estado e de Governo, a Cúpula Mundial do Desenvolvimento Social (Copenhague, março de 1995), **considerou as seguintes Convenções da OIT como direitos humanos fundamentais dos trabalhadores:** 87 (liberdade sindical e proteção aos direitos sindicais); 98 (direito de sindicalização e de negociação coletiva); 29 e 105 (abolição do trabalho forçado); 100 (salário igual para trabalho igual entre o homem e a mulher); 111 (não-discriminação no emprego ou ocupação) e a de número 138 (idade mínima para o trabalho). Desta forma, resta claro que o preceituado nas convenções 87 e 98 da OIT, foram erigidos a status de direitos Humanos.

Assim, o Brasil, quando aprova a CF de 1988, “a luz de liberdade plena de organização sindical”, está de conformidade com o preceituado pelas convenções da OIT, de número 87 e 98. Oras, se temos liberdade e autonomia sindical, haverá duas situações a serem discutidas em relação ao capítulo V da CLT, que trata DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL. A primeira diz respeito que, com a entrada em vigor da CF de 05 de outubro de 1988, o Estado não mais podia interferir na Organização Sindical, e assim, todo este capítulo da CLT foi revogado. A segunda é que, caso não seja este o entendimento das Cortes Superiores de Justiça, é INCONSTITUCIONAL o artigo 522, que limita ao máximo de sete os membros da diretoria, e de três os membros do Conselho Fiscal, interpretado em conjunto com o artigo 543, parágrafo terceiro, que entende ser somente estes - e seus respectivos suplentes - detentores de estabilidade sindical. Isto porque, tanto em uma hipótese, quanto em outra, há afronta a direitos internacionais, principalmente as convenções da OIT, de números 87 e 98, afrontando assim **DIREITOS HUMANOS**, visto que estas duas convenções foram erigidas, em março de 1995, a fazerem parte dos **DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS DOS TRABALHADORES**. E, deve ser analisado que direitos humanos são *erga omnes*, não havendo necessidade de ratificação. Além disto, os enunciados em uma ou outra hipótese são INCONSTITUCIONAIS por afrontarem diretamente o artigo 8ª da CF, que prevê a estabilidade do dirigente sindical, e liberdade e autonomia sindical.

Independente dessa questão ter sido ou não agasalhada por decisão do Superior Tribunal Federal – STF- , pois a constituição é superior ao STF, e assim, não poderia ter recepcionado referido capítulo, e legislado em relação há quantos dirigentes sindicais tem direito a estabilidade (Cf. Decisão do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO No. 193.345/SC. RELATOR: Min. Carlos Velloso. 2ª turma. DJ: 28.5.1999, p. 21). Esta questão afronta a liberdade sindical, prevista na Constituição e em normas internacionais. Não pode o STF dizer qual o número de dirigente sindical é estável, pois a Convenção 87, diz que o Estado não pode intervir nos Sindicatos. O princípio é de que é o Estatuto Social da entidade quem determina o número de dirigentes sindicais da diretoria.

Por todo o exposto os sindicatos devem requerer que seja declarada a INCONSTITUCIONALIDADE do Título V da CLT, ou em não sendo este o entendimento do artigo 522 da mesma, na interpretação dada pela súmula 369 do TST, que limita ao número de sete os dirigentes com estabilidade sindical, por afrontarem a Constituição Federal, em seu artigo 8º, afrontarem convenções da OIT, 87 e 98, e por afrontarem os DIREITOS HUMANOS, que são *erga omnes*.

Além disto, para plena eficácia da liberdade sindical, requer-se o reconhecimento da estabilidade dos dirigentes sindicais das seções sindicais do ANDES, pois, assim se manifesta a Organização Internacional do Trabalho - OIT, na apresentação da Recopilação de Decisões e Princípios do Comitê de Liberdade Sindical do seu Conselho de Administração: ***"Ao tornar possível a constituição de organizações de trabalhadores e de empregadores e ao dotá-las dos***

meios que lhes permitem promover e defender os interesses de seus membros, a liberdade sindical se revela elemento gerador de justiça social e um dos principais fundamentos para conquista de uma paz duradoura". (1ª ed., Brasília, 1997, p. 1).

Com este pensamento, foram promulgadas duas convenções versando sobre liberdade sindical, a de nº 87, mais específica, e a de nº 98, que cuida do direito de sindicalização e de negociação coletiva.

Reza o princípio 273 da citada compilação que ***"o direito dos trabalhadores, de constituir as organizações que julguem convenientes, significa especialmente a possibilidade efetiva de criar, num clima de plena segurança, organizações independentes tanto das que já existem como de todo partido político"***.

Veja-se, pois, que qualquer restrição das administrações universitárias, do Estado e da justiça do trabalho à livre iniciativa das classes, entre elas, a organização de suas entidades sindicais e a eleição de seus dirigentes, é veementemente repudiada pela ordem jurídica trabalhista internacional emitida pela OIT.

Como se vê a luta pela liberdade sindical no Brasil está na ordem do dia, e a proposta de alteração estatutária promovida pelo ANDES-SN, no Congresso de Uberlândia, é de fundamental importância para se efetivá-la.

Com efeito, a Constituição Federal do Brasil consagrou a liberdade de organização profissional, tanto no Título II, Dos direitos e garantias fundamentais, no seu Capítulo I, Dos direitos e deveres individuais e coletivos, estabelecendo no art. 5º que diz no seu inciso XVIII: ***"a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento"***, como no art. 8º que estabelece a ***"liberdade de organização profissional"***.

E mais, o pedido de filiação das associações preserva a total autonomia jurídica das associações em relação ao ANDES, e, integra-se ao esforço político nacional de superar o sindicalismo de Estado – herança do corporativismo de Vargas -, contribuindo politicamente para a construção do movimento docente nacional.

TR – 30

O 32º Congresso, buscando garantir o princípio da liberdade de organização sindical, delibera que as instâncias responsáveis no âmbito do ANDES-SN darão encaminhamento aos pedidos de filiação de associações docentes com estatuto próprio, resguardando os interesses do conjunto de que se compõem o ANDES-SN. Dentre estes pedidos, serão encaminhados os procedimentos necessários à homologação do pedido de filiação da ADESSC, segundo avaliação consubstanciada das condições que permitam resguardar os interesses do ANDES-SN.

TEXTO 31

Contribuição do professor Guilherme C. Varela – Sindicalizado da ADUFEPE Seção Sindical

NOVA ESTRUTURA PARA O FORTALECIMENTO DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O processo de negociação do governo com categoria dos professores federais nos anos de 2011 e 2012 deixou evidente a necessidade de mudanças na estrutura de gestão do ANDES SN, bem como nas sessões sindicais. Ficaram evidentes durante todo o processo as dificuldades enfrentadas pela direção nacional do ANDES SN, em conduzir o processo de negociação, em

função da estrutura arcaica de condução das ações institucionais definidas na estrutura funcional do ANDES para os momentos de discussão e embate com o governo.

Os conflitos sistematicamente observados nas assembleias e Comandos Locais Greve e principalmente nas reuniões do Comando Nacional deixam clara a impossibilidade de uma condução mais coerente do processo e a fragilidade operacional mecanismos de gestão institucional. A transferência das informações e decisões tomadas em assembleias bastante representativas do conjunto dos docentes ou em assembleias esvaziadas, são consideradas como iguais, e em alguns casos distorcidas em favor de interesse pessoais ou políticas partidários por aqueles encarregados indicados apenas para expressarem os posicionamentos tomados coletivamente.

Depois da tormenta, o ônus dos desencontros de posições, muitas vezes substantiados mais em posicionamentos ideológicos do que em posições opostas sobre questões concretas, recai seguramente sobre o ANDES-SN ou mais especificamente sobre a sua Diretoria eleita para tal finalidade, ou seja, conduzir as negociações de uma categoria específica. Assim, o ANDES-SN ou a sua Diretoria é então apontada como sendo a única responsável por eventuais vitórias e ou fracassos ocorridos durante o processo de negociação.

Desta forma diante da forte pressão que o governo vem impondo ao ANDES-SN e por consequência as suas sessões sindicais, desta forma é imprescindível que o 32º Encontro Nacional do ANDES-SN, discuta e analise a pertinência de criação de um GT para estudar possíveis e futuras alterações na estrutura funcional do ANDES-SN com vistas ao aperfeiçoamento da forma de condução da entidade nos momentos de tensão.

TR - 31

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN aprova:

Criação de uma comissão para estudar e propor alterações na estrutura funcional do ANDES-SN, com o objetivo de melhorar a condução institucional, em períodos críticos de tensão.

**TEMA 5 – PLANO DE LUTAS – GERAL,
EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO
DOS TRABALHADORES**

ESPAÇO DE UNIDADE DE AÇÃO

TEXTO DE APOIO

Para fazer frente à escalada crescente de ataques aos direitos sociais é importante priorizar a intervenção no Espaço de Unidade de Ação, incentivando a categoria e empenhando a capacidade de mobilização de todos os setores do ANDES-SN nas atividades que comporão a jornada de lutas classista pelos direitos dos trabalhadores no ano de 2013. As articulações com vista a construir uma grande frente de lutas começaram em 2012 e já apontam para uma agenda de ações na qual se destaca uma marcha à Brasília no dia 17 de abril.

TR - 32

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Prosseguir a atuação no Espaço de Unidade de Ação tendo como referência a proposta de “Plataforma Unitária”, conforme segue:

1.1 contra o Acordo Coletivo Especial – ACE – Direitos Não se Negociam – Contra a Precarização do Trabalho;

1.2 defesa da aposentadoria e da Previdência pública – fim do Fator Previdenciário – anulação da reforma da Previdência de 2003;

1.3 aumento geral de salários – reposição de perdas e aumento real;

1.4 adoção imediata da Convenção 158 da OIT – garantia contra a demissão imotivada;

1.5 redução da jornada de trabalho sem redução salarial;

1.6 em defesa dos(as) servidores(as) públicos(as) – defesa do direito de negociação e contratação coletiva – contra as restrições ao direito de greve;

1.7 em defesa da educação pública – aplicação imediata de no mínimo 10% do PIV na educação pública;

1.8 em defesa da saúde pública – mais verbas para a saúde pública – revogação da lei da Ebserh que privatiza a administração dos hospitais universitários;

1.9 em defesa do direito à moradia digna – terra para quem nela trabalha – Reforma Agrária Já – respeito aos quilombolas e povos indígenas – contra as remoções e despejos agravados com os mega eventos;

1.10 contra as privatizações – defesa de uma política pública efetiva de transporte de qualidade;

1.11 defesa do patrimônio público e dos recursos naturais do Brasil;

1.12 contra o novo Código Florestal – defesa do meio ambiente;

1.13 suspensão do pagamento da dívida externa e interna aos grandes especuladores – auditoria da dívida externa e interna;

1.14 contra a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais;

1.15 contra toda forma de discriminação e opressão.

AVALIAÇÃO DA CSP CONLUTAS - O DESAFIO DE AVANÇAR NO ENRAIZAMENTO DA CENTRAL**TEXTO DE APOIO**

O ANDES-SN é um sindicato autônomo desde a sua origem como associação nacional e tem resistido aos processos de cooptação e de comprometimento da independência dos sindicatos, mantendo-se na linha de frente dos esforços de reorganização da classe trabalhadora e de reconstrução da unidade no terreno classista, o que se impõe como uma necessidade imperiosa para o enfrentamento às políticas de ajustes neoliberais, que retiram direitos dos professores e da maioria da população, tais como o acesso a uma educação pública de qualidade em todos os níveis, seguridade social ampla e inteiramente pública. A defesa dos direitos dos docentes não é antagônica à defesa de todos os direitos da maioria da população. Ao contrário, trata-se da defesa dos mesmos direitos e as diversas lutas sindicais e populares se combinam e é pela percepção do sentido de complementaridade das diversas lutas sociais em nosso país que o ANDES-SN defende não apenas uma central sindical, mas uma central que possa congregiar movimento sindical e movimentos populares. Este o projeto da CSP-Conlutas.

O 32º Congresso tem como uma de suas tarefas avaliar a participação do ANDES-SN na CSP-Conlutas e todos os processos ocorridos na Central e suas iniciativas, a fim de aprovar resoluções que contribuam para o avanço do processo de reorganização da classe trabalhadora e para a ampliação da base do ANDES-SN, com maior inserção das seções sindicais na construção e aprimoramento da CSP-Conlutas.

No 30º Congresso do ANDES-SN (Uberlândia-MG), onde ocorreu a filiação à CSP-Conlutas, foi deliberado *“Estabelecer prazo de 1 (um) ano para proceder a balanço criterioso do processo de reorganização em relação à Central, tendo como referência as resoluções do ANDES-SN sobre estratégia, natureza e unidade do campo combativo e classista”*. No 57º CONAD, foi deliberado, também, que o ANDES-SN encaminhe às seções sindicais a discussão de avaliação do 1º Congresso da CSP-Conlutas e, a partir dessa avaliação, seja possível avançar, no 32º Congresso do ANDES-SN, nas estratégias de intervenção do nosso sindicato nos diferentes espaços organizativos e deliberativos da CSP-Conlutas, na perspectiva de sua consolidação político-organizativa e efetiva democratização de seus espaços deliberativos. Para fazer essa avaliação, é necessário contextualizar historicamente e politicamente a construção da CSP-Conlutas nesses anos e a participação do ANDES-SN nesse processo.

A CSP-Conlutas é um projeto em construção. O seu surgimento (ainda em 2004, como Conlutas) deu-se em resposta a uma necessidade objetiva de construir uma alternativa de organização nacional para a luta da classe trabalhadora, frente à destruição política vivida pela principal alternativa organizativa construída pela classe no Brasil - a CUT. A este processo objetivo chamamos de processo da reorganização, da busca da reconstrução – para a luta – da unidade da classe perdida com o projeto estratégico de não atuar mais no sentido da ruptura com a ordem no processo de independência organizativa e política da classe e sim, de colaboração de classes. A CSP-Conlutas não foi a única tentativa de construção desta alternativa que houve nos últimos 8 anos. Outras aconteceram, como a tentativa de construir a chamada Assembleia Nacional Popular de Esquerda, que deu origem à Intersindical. Esta se dividiu em duas, antes do Congresso de 2010 (CONCLAT), quando se frustrou a possibilidade de unir boa parte destas alternativas. Depois, o setor que se retirou do Congresso dividiu-se novamente em dois ou três grupos diferentes. Hoje, esta experiência encontra-se fracionada em três ou quatro pequenos grupos com pouca ou nenhuma capacidade de iniciativa política.

Pela direita, houve também movimentações no cenário sindical do país. O surgimento da NCST (Nova Central Sindical dos Trabalhadores), que abriga parte importante da burocracia sindical

tradicional do país, foi seguido depois pela criação da CTB (Central dos Trabalhadores do Brasil) e pela fusão de várias organizações criando a UGT (União geral dos Trabalhadores). Mais recentemente, a CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil) dividiu-se, dando origem à CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros). Todas estas centrais encontram-se hoje na base de sustentação do governo constituindo, junto com a CUT, uma importante base de apoio ao governo e suas políticas no interior do movimento da classe trabalhadora. O que se verifica é que há uma base objetiva para esta mudança de perspectiva, há uma integração aos projetos de governo e ao funcionamento do Estado, envolvendo inclusive recursos públicos.

Assim, as ações da Conlutas, ainda no marco organizativo, foram decisivas em 2005 na organização da luta, entre elas, frente ao projeto da Reforma Sindical, que acabou paralisado naquele momento na Câmara Federal, e na articulação do apoio às greves de bancários, metalúrgicos e outros setores. Foi, durante todo este período, apoio fundamental para a reaglutinação e fortalecimento do movimento popular combativo no país, ainda aquém do que é necessário, àqueles setores que não se dispuseram a se transformar em base de apoio do governo. Da mesma forma, foi polo de aglutinação de parte do movimento estudantil, que hoje tem o seu principal instrumento de aglutinação – a ANEL – filiada à Central. No setor do funcionalismo público, têm sido todos esses anos um contraponto, uma trincheira de resistência contra a desarticulação da organização dos trabalhadores promovida pelo governo, em conjunto com a CUT e CTB.

Em junho de 2010, fruto de mais de um ano de negociações em relação à sua estrutura, princípios e normas de funcionamento e compreendendo a necessidade da aglutinação de diversos setores classistas, populares e estudantil, foi convocado pela Conlutas, Intersindical, Movimento Terra, Luta e Liberdade (MTL), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Unidos para Lutar, Pastoral Operária de São Paulo e oposições sindicais importantes o Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT).

O ANDES-SN participou do Conclat com delegados de base e diretoria. Devido a problemas políticos que surgiram durante a realização do Conclat, a expectativa de organização de todo o polo combativo e classista dos movimentos sindical e popular não se concretizou. Mesmo assim, e na ausência de setores importantes, a Conlutas decidiu dissolver-se, com a perspectiva de construir um instrumento mais avançado de luta da classe trabalhadora que unificasse organicamente o movimento sindical e popular, juntamente com a juventude e os movimentos de luta contra as opressões. Assim, é criada a Central Sindical e Popular – Conlutas (CSP-Conlutas) durante o Congresso da Classe Trabalhadora (Conclat, Santos/SP, 5 e 6 de junho de 2010). Apesar dos graves problemas causados ao potencial de luta dos trabalhadores – por não ter levado a cabo a construção do organismo projetado –, o 55º CONAD reconheceu que havia sido fundada uma nova Central e referendou a participação do ANDES-SN na Secretaria Executiva Nacional Provisória.

O CONCLAT representou uma derrota do projeto inicial da Conlutas e de todos os que defendem a unidade dos setores combativos na construção de uma mesma organização. O Congresso de fundação da CSP-CONLUTAS apresentou diversos problemas que impediram a unificação das diferentes correntes que dele participaram. Surge a CSP-Conlutas, mas sem lograr a unificação com os setores da Intersindical e para além destes, deixando em aberto esta tarefa até hoje. A CSP-Conlutas seguiu o processo de construção da alternativa de organização para a luta da classe trabalhadora, iniciada ainda em 2004 pela Conlutas. Enfrentou o processo de instabilidade causada pela ruptura do Congresso que a fundou e – apesar de derrotas pontuais como a saída do MTST – vem se consolidando como o principal polo de aglutinação de forças à esquerda no país, tendo como marca distinta das burocracias que controlam a maioria do movimento no país a manutenção do horizonte de ruptura com a ordem, como parte das estratégias da luta dos trabalhadores.

Esta constatação não se dá apenas pelo tamanho e representatividade da CSP-Conlutas que, apesar de pequena, minoritária no cenário nacional, aglutina parte significativa das organizações sindicais, dos movimentos populares do campo e da cidade e do movimento estudantil do nosso país. Seu crescimento segue lento, porque este é o limite imposto pela conjuntura, pela situação

política, pois que o governo de colaboração de classe ainda tem muita força política (servindo assim de âncora, de estabilidade para as organizações sindicais e populares que a apoiam).

A importância política que vem adquirindo a CSP-Conlutas é dada também pelo papel concreto que a Central vem assumindo nos processos reais da luta de classes no país. Vemos isso nas lutas dos operários da construção pesada (nas rebeliões de operários das grandes obras de infraestrutura); nas campanhas salariais de metalúrgicos, e na luta contra as demissões; nas mobilizações dos quilombolas, dos povos indígenas, como na luta dos Guaranis Kaiowas; na contribuição à construção da unificação e como protagonista da última greve do funcionalismo federal (2012).

Além disso, a CSP-Conlutas vem cumprindo um papel importante na articulação da unidade de todos os setores dispostos a lutar, para fazer frente aos desafios gerais que estão colocados para a classe trabalhadora: a luta em defesa da previdência pública, contra a flexibilização dos direitos trabalhistas (agora com a campanha contra o ACE), a luta em defesa da educação pública (10% do PIB Já para a educação pública, piso nacional de professores etc.), a luta contra a violência e a criminalização dos movimentos e em defesa dos direitos dos trabalhadores no campo. A jornada de lutas de 2011, na qual a CSP-Conlutas conseguiu atuar para aglutinar outros segmentos e que culminou com a marcha a Brasília em agosto daquele ano, foi uma expressão importante deste processo.

O processo continua em curso e, aglutinando vários setores do movimento sindical e popular, a CSP-Conlutas está à frente da construção da jornada de lutas contra o ACE, pela anulação da reforma da previdência de 2003, em defesa da educação pública e de uma plataforma de demandas que busca responder às necessidades dos diversos setores da classe trabalhadora. O ponto alto dessa jornada será a Marcha Nacional, em Brasília, no dia 17 de abril. É a construção do Espaço de Unidade de Ação impulsionado pela Central e que aglutina setores combativos, contribuindo, na prática, para a construção da unidade na luta.

Este balanço positivo, entretanto, não pode nos levar a desconsiderar os pontos ainda frágeis na construção da Central. É um processo em construção e ainda repleto de lacunas. Há problemas e dificuldades na estrutura de funcionamento da Central. As instâncias de direção constituídas na fundação da Central têm pontos positivos (o fato de todos poderem participar), mas dificuldades (reuniões grandes, com dificuldade de locomoção para entidades das regiões mais distantes em relação ao local onde se realiza a reunião etc.). Ainda, há pouca integração das entidades pela base para disponibilizarem dirigentes que estejam à disposição das tarefas na Central, o que fortaleceria a sua capacidade de ação e sua pluralidade.

A CSP-CONLUTAS tem por objetivo promover a unidade na luta por melhores condições de trabalho e de vida. Nesse sentido, é primordial seguir na construção da Central, mantendo o esforço para unificar os setores que têm participado das lutas neste último período, respondendo às demandas da luta de classes nos limites que nossas forças no momento permitem.

Cumprir destacar o papel do Andes-SN em todo este processo. No 26º CONGRESSO do ANDES-SN, culminando os debates sobre a organização da classe trabalhadora desenvolvidos na base do Sindicato desde o 25º CONGRESSO e, particularmente, intensificados em decorrência do cronograma deliberado pelo 51º CONAD, foi aprovada a filiação do ANDES-SN à Coordenação Nacional de Lutas - CONLUTAS e a centralização de esforços para a constituição de um amplo polo classista, autônomo e combativo de organizações e movimentos sociais do campo e da cidade que potencialize as lutas antineoliberais com vista à unidade dos que estão dispostos a lutar.

No 30º Congresso do ANDES-SN, foi deliberada a filiação à CSP CONLUTAS, por compreendê-la como um importante passo no fortalecimento do processo de construção de uma nova central sindical e popular, com autonomia frente a governos e partidos, além de ampliar a sua representação para além do movimento sindical, abarcando entidades populares e estudantis. Nosso Sindicato entendeu haver necessidade de uma organização maior que aglutine os diferentes segmentos da classe trabalhadora, organizados em sindicatos, oposições, movimentos sociais e estudantis, de minorias e desempregados; enfim, setores que partilhem do objetivo de

enfrentar as condições de exploração e espoliação, a fim de resistir e arrancar vitórias nas lutas em curso e também contribuir para a construção de uma sociedade que supere essas condições.

Para a expansão e consolidação da CSP-Conlutas, além da filiação do ANDES-SN à Central, o Congresso deliberou por *“Aprofundar as discussões sobre as normas estatutárias relacionadas à organização da Central no âmbito estadual/regional; realizar a discussão sobre o aprimoramento do funcionamento e organização da Central; empenhar-se na constituição de um Fórum que reúna todos os setores dos movimentos sindical, popular e de luta contra as opressões, independente de sua filiação a alguma Central, desde que se disponham a organizar a resistência dos trabalhadores e efetivar o calendário de lutas e mobilizações propostos por este Fórum”*.

Por ser ferramenta decisiva da ação dos trabalhadores no Brasil e parte constitutiva do sindicalismo classista, combativo e autônomo, a Central tem como princípio a autossustentação do movimento, sem nenhum tipo de atrelamento financeiro a patrões ou governos. Nesse sentido, a CSP-Conlutas se sustenta com a contribuição voluntária das entidades e movimentos que a compõem, e as definições de receitas e despesas são aprovadas em instâncias deliberativas (congresso e coordenações nacionais).

Nesse tempo de existência, a Central vem ampliando suas bases de intervenção no movimento dos trabalhadores no país. Isso tem se confirmado pelo seu crescimento numérico e sua expressão na sociedade, nos enfrentamentos, lutas e campanhas nacionais em defesa dos direitos da população trabalhadora, da juventude e dos explorados em geral.

No 31º Congresso do ANDES-SN, foram discutidas propostas para atuação no 1º Congresso da CSP-Conlutas, que foi realizado em abril de 2012. A partir das deliberações do 31º Congresso, o ANDES-SN encaminhou proposta para definição de critérios na composição das coordenações estaduais e regionais da CSP-Conlutas e na coordenação central, que foi acatada por ampla maioria no 1º Congresso da CSP Conlutas. Já a contribuição do Sindicato Nacional, deliberada no 31º Congresso do ANDES-SN, referente à alteração do nome da CSP-Conlutas para Central Sindical Popular (CSP), foi debatida e também defendida por outras entidades, mas, na votação acabou sendo rejeitada. Outra proposição do ANDES-SN, aprovada pelo plenário, foi o aumento de 3% para 5% na contribuição das entidades filiadas à Central.

As propostas aprovadas pelo 31º Congresso como contribuições do Andes-SN ao Congresso da CSP-Conlutas são, na verdade, de toda a delegação do Sindicato, uma vez que se tratava de liberação congressual. Alguns delegados, no entanto, votaram diferentemente da resolução do 31º Congresso sobre o nome da Central. A atitude desses delegados representa, independentemente das suas motivações pessoais, desrespeito à democracia e à concepção sindical que define o ANDES como um sindicato nacional e não como uma federação de sindicatos locais. Para defender o ANDES-SN dos ataques que ele sofre é preciso assegurar radicalmente sua concepção sindical.

O 1º Congresso da CSP-Conlutas foi um passo importante para se continuar avançando com a aglutinação de entidades de diferentes setores da luta sindical, popular e estudantil. Outro ponto positivo foi a possibilidade de participação daqueles movimentos que não são filiados à Central, mas que se aproximam na luta. O congresso cumpriu seu papel ao analisar a conjuntura nacional e internacional e definir eixos de intervenção da CSP-Conlutas, que lhe permitem aprofundar a sua presença na luta dos movimentos sindicais, estudantis e populares. O Congresso da CSP-Conlutas foi uma vitória no processo de reorganização da classe trabalhadora brasileira ao aglutinar diversas entidades sindicais e movimentos sociais, demonstrando o caráter sindical e popular que caracteriza a organização da CSP-Conlutas. Além disso, a grande presença de delegações de outros 20 países confirmou o caráter internacionalista da Central.

Mesmo com análise positiva e a constatação que a Central realizou importantes intervenções nas lutas em curso, tanto sindicais quanto dos movimentos populares, avaliamos que é necessário o aprimoramento de questões internas da entidade, no sentido de ampliar e fortalecer a luta da classe trabalhadora.

Quanto às representações do ANDES-SN na CSP-Conlutas, é importante destacar as contribuições do ANDES-SN por compreender que a construção da CSP-Conlutas se constitui em uma rica experiência da classe trabalhadora brasileira, da juventude e de diversos setores de combate às opressões. Nela, trabalhadores e trabalhadoras buscam avançar na sua organização e construção de uma entidade que represente um novo patamar de luta contra a exploração e opressão capitalista, e essa busca tem se dado a partir do acúmulo histórico das suas lutas. Esse projeto tem diversos fundamentos que inovam na forma de organização histórica de centrais sindicais no Brasil. O caráter popular de ampliação pela participação dos estudantes, de setores de combate às opressões, dentre outros, é um bom exemplo dessa inovação. Da mesma forma em que a estrutura organizativa, muito mais horizontal, se comparada à estrutura ainda predominante no sindicalismo e herdada da era Vargas, se constitui em outra inovação. Essas novas formas geram novas perspectivas, por um lado, mas, por outro, geram também desafios que não eram esperados.

Em que pesem as dificuldades políticas, que por ora inviabilizam a constituição da Central Sindical e Popular planejada, a união orgânica dos movimentos sindical e popular de luta contra as opressões e da juventude pode constituir-se em um instrumento de luta de qualidade superior, tanto na defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores quanto no embate de projetos sociais e políticos em curso na sociedade brasileira. A participação ativa e crítica faz-se necessária à construção da CSP-Conlutas, a fim de torná-la um instrumento de defesa das reivindicações gerais e específicas do ANDES-SN, e dos direitos sociais fundamentais de Educação e Saúde Pública para todos.

Apresentamos a seguir, todos os itens do Plano de Lutas, referentes a Direitos e Organização dos Trabalhadores, atualizado até o 57º CONAD, e que são, desta forma, compromisso do Sindicato:

Direitos e Organização dos Trabalhadores

1. Intensificar a mobilização e a realização de atividades no primeiro semestre de 2012, incluindo:

1.1 no âmbito das secretarias regionais, adotar como tema prioritário, no Encontro pós-31º Congresso, a defesa do ANDES-SN e a questão do registro sindical;

1.2 também no âmbito das secretarias regionais, organizar eventos e/ou audiências públicas, juntamente com a CSP-Conlutas estadual, convidando sindicatos locais, movimentos sociais, OAB, ABI e outras entidades civis;

1.3 organizar eventos e/ou audiências públicas, de caráter nacional, em Brasília, sobre os ataques ao ANDES-SN, juntamente com a CSP-Conlutas e convidando sindicatos, movimentos sociais, OAB, ABI e outras entidades civis;

1.4 realizar outras atividades de mobilização, incluindo ato público, que tenham como ponto principal a questão do ataque ao nosso Sindicato, chamando a nossa base, a CSP-Conlutas e outros movimentos e entidades, em defesa do ANDES-SN e da liberdade e autonomia sindical;

2. No caso de contendas no Ministério do Trabalho, ou no Judiciário, com sindicatos locais ou estaduais, o ANDES-SN não poderá realizar qualquer autocomposição que signifique a perda de parte de nossa base ou impedimento legal de atuar plenamente para a sindicalização de docentes em nossa base;

3. Manter o diálogo político com o SINASEFE no que se refere à questão de representação sindical nas IFE.

4. Denunciar a retomada da PEC 369/2005, divulgando, principalmente para nossa base, o significado de sua aprovação para a liberdade e autonomia sindical e participar das ações que visem combater a aprovação dessa proposta;

5. Que as seções sindicais realizem debates sobre a concepção sindical e a estrutura do ANDES-SN.

6. Participar dos fóruns nacionais da CSP-Conlutas, como Congressos e Coordenação Nacional, considerando o número de sindicalizados na base do Sindicato como referência para o cálculo do número de representantes.

7. Sobre a participação dos Diretores Nacionais nas instâncias estaduais da CSP-Conlutas:

7.1. As seções sindicais, em dia com a contribuição estadual e/ou regional, elegerão, em Assembleia, ou em instância de representação coletiva expressamente delegada por Assembleia (e.g., Conselho de Representantes), seus delegados, conforme as normas descritas no Art. 13 do atual Estatuto da Central, não podendo esta indicação ser delegada à diretoria da Seção Sindical;

7.2. Os diretores do ANDES-SN poderão candidatar-se a observadores, e não como delegados de sua S. Sind., para reuniões da respectiva Coordenação Estadual e/ou Regional.

8. Sobre a representação nas executivas estaduais:

8.1 Farão parte das Executivas Estaduais e/ou Regionais as seções sindicais do estado e/ou região, em dia com sua contribuição estadual e/ou regional, que forem eleitas pela respectiva Coordenação Estadual e/ou Regional para a correspondente Executiva; os membros (ou membro) dessas seções sindicais, que comporão a Secretaria Executiva Estadual e/ou Regional, serão eleitos em Assembleia, ou em instância coletiva de representação expressamente delegada por Assembleia (e.g., Conselho de Representantes), não podendo esta indicação ser delegada à diretoria da Seção Sindical;

8.2 Os diretores do ANDES-SN não poderão candidatar-se a representante de sua seção sindical na Secretaria Executiva Estadual e/ou Regional.

9. Os representantes das seções sindicais participarão da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas apenas como observadores.

10. Que o ANDES-SN encaminhe às seções sindicais a discussão de avaliação do I Congresso da CSP-Conlutas e, a partir dessa avaliação, possa aprimorar, no 32º Congresso do ANDES-SN, as estratégias de intervenção do nosso sindicato nos diferentes espaços organizativos e deliberativos da CSP-Conlutas, na perspectiva de sua consolidação político-organizativa e efetiva democratização de seus espaços deliberativos.

11. Que as seções sindicais aprofundem a discussão sobre sua participação na CSP-Conlutas, no sentido de sua consolidação no âmbito estadual e local, fazendo enraizar o processo de organização da classe trabalhadora em âmbito nacional protagonizado pela própria CSP-Conlutas e suas entidades e movimentos filiados.

12 Que o GTPFS discuta estratégias de enraizamento das seções sindicais do ANDES-SN na CSP-Conlutas.

TR - 33

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1.Intensificar a atuação do ANDES-SN na CSP-Conlutas, com especial atenção às atividades nos estados;

2.Contribuir nos processos de discussão e elaboração das temáticas tratadas na Central que se entrelaçam com as dos nossos GT;

3.Seguir atuando para que a CSP-Conlutas se fortaleça como polo aglutinador das lutas, na construção da unidade de ação com todos os lutadores que defendem os direitos dos trabalhadores contra os ataques dos patrões e governos federal e estaduais;

4.Desencadear amplo processo de debate no interior da Central, a partir de acúmulo nas organizações filiadas, sobre o aprimoramento do funcionamento da Central, consolidando em especial a democracia e a participação nas suas instâncias e seu enraizamento na classe.

TEXTO 34

Diretoria do ANDES-SN

GÊNERO, ETNIA E CLASSE

(Vide texto de Apoio no Tema 3, página 40)

Apresentamos a seguir, todos os itens do Plano de Lutas, referentes à Gênero, Etnia E Classe, atualizado até o 57º CONAD, e que são, desta forma, compromisso do Sindicato:

GÊNERO, ETNIA E CLASSE

- 1. Aprofundar as discussões e ações, em conjunto com a CSP-Conlutas e demais movimentos sociais organizados, em torno das campanhas específicas para a saúde da mulher negra, quilombola e indígena atuando nas lutas correlatas;*
- 2. Indicar que as seções sindicais aprofundem a discussão sobre os Conselhos Municipais da Mulher, tendo como referência a luta pela sua autonomia e dotação orçamentária para políticas públicas para as mulheres.*
- 3. Aprofundar as discussões e as ações, em conjunto com a CSP-Conlutas, em torno das campanhas e lutas pela saúde e pelo fim da violência praticada contra as mulheres, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais articulando com o debate de etnia e classe.*
- 4. Fomentar, a partir das seções sindicais, discussões sobre as condições étnicas, de gênero e classe nas IES.*

TR - 34

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Atuar em conjunto com a CSP-CONLUTAS na elaboração de materiais que subsidie a luta dos trabalhadores que têm a orientação LGBT, nos casos de agressões simbólicas, demissões por conta da orientação sexual e perseguições no âmbito do trabalho;
2. Promover discussões e ações no sentido da inclusão de componentes curriculares sobre gênero e sexualidade na formação de professores;
3. Promover, nos âmbitos local, regional e nacional, audiências públicas para discutir violência homofóbica e propostas para sua superação;
4. Fortalecer, no interior da CSP-CONLUTAS, o debate e as ações referentes às lutas por políticas públicas para a população LGBT;
5. Realizar o “II Seminário Nacional sobre Diversidade Sexual”, precedido de seminários preparatórios em âmbito regional/local;
6. Intensificar a luta unitária com os outros movimentos pela aprovação da Lei que criminaliza a homofobia, o PLC 122/2006, que tramita no Congresso Nacional;
7. Que o ANDES-SN aprofunde a discussão, em articulação com outras entidades sindicais e movimentos sociais, sobre a criação de um Fórum Nacional LGBT, para deliberação no 58º CONAD;
8. Atuar na luta pela despatologização da transexualidade;
9. Que o ANDES-SN lute pela igualdade de direitos, em especial no que se refere ao direito de adoção, de seguridade social e a união civil igualitária, em articulação com outras entidades do movimento social LGBT, sindicais e a CSP-Conlutas;

TEXTO 35

Diretoria do ANDES-SN

CIÊNCIA E TECNOLOGIA, AGRÁRIA, AMBIENTAL E URBANA (Vide texto de Apoio no Tema 3, página 41)

Apresentamos a seguir, todos os itens do Plano de Lutas, referentes a ciência e Tecnologia, Agrária, Ambiental e Urbana, atualizado até o 57º CONAD, e que são, desta forma, compromisso do Sindicato.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA, AGRÁRIA, AMBIENTAL E URBANA.

- 1. Intensificar sua participação nas campanhas dos movimentos sociais organizados contra o uso de agrotóxicos e pela vida.*
- 2. Articular com outras entidades científicas, sindicais, estudantis e movimentos sociais, a elaboração de um documento, a ser enviado aos órgãos governamentais, na área das respectivas competências, reivindicando:*
 - 2.1. imediata alteração da legislação que regulamenta a cobrança de impostos dos agrotóxicos classificados como perigosos ao ambiente e à saúde humana, retirando a isenção fiscal e agilizando o processo de banimento desses produtos do país.*
- 3. Lutar pela redução sistemática do uso de agrotóxicos e pela prática do manejo integrado de pragas e doenças, a fim de banir essas substâncias em todo o território Brasileiro.*
- 4. Realizar estudos no GTC&T e GTPAMA com vista a discutir.*
 - 4.1 as políticas que têm gerado e estimulado este tipo de produção agrícola predatória.*
 - 4.2 as implicações orgânicas e ambientais que este sistema exploratório impõe.*
 - 4.3 as políticas de financiamento que não privilegiam pesquisas isentas e descompromissadas.*
 - 4.4 as consequências que os professores/pesquisadores sofrem ao publicar trabalhos isentos sobre o tema.*
- 5. Lutar pela anulação da Lei de Inovação Tecnológica*
- 6. Lutar para que seja realizado inventário detalhado dos aproveitamentos hidráulicos e eólicos, com o ordenamento segundo o mérito social, ambiental e econômico. Este plano, sob controle público, permitiria organizar a sequência das usinas a serem construídas, bem como, o descarte daquelas que apresentarem questões sociais e ambientais insuperáveis.*

TR - 35

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1.** Estimular a criação, onde não houver, e os trabalhos dos GT locais, bem como a participação no GT nacional.
- 2.** Desenvolver ações unitárias com os demais movimentos da área voltadas à crítica e enfrentamento da Economia Verde, aprovada na Rio+20.
- 3.** Desencadear ações, unitárias com outros movimentos da área, de denúncia do retrocesso do Código Florestal, aprovado no Congresso Nacional.
- 4.** Lutar contra a interferência estrangeira no solo e subsolo e outras riquezas brasileiras.
- 5.** Monitorar o trâmite do Código da Mineração, que já se encontra na Câmara dos Deputados, e denunciar o seu retrocesso.

- 6.** Promover ações de denúncia dos problemas sociais e ambientais da construção da hidroelétrica de Belo Monte no rio Xingu e da transposição do rio São Francisco.
- 7.** Intensificar ações, em unidade com os movimentos sociais da área, em defesa dos direitos dos povos tradicionais, como indígenas, quilombolas, pescadores, etc.
- 8.** Lutar pela democratização das informações referentes às propostas de intervenção ambiental e efetiva participação dos movimentos sociais nos processos decisórios.
- 9.** Promover com os movimentos sociais ações unitárias pela imediata rotulação de produtos que contenham Organismos Geneticamente Modificados, OGM, também nominados de transgênicos, e lutar pela suspensão da legislação que libera os transgênicos.
- 10.** Promover debates nas IFES sobre a matriz energética do país, dando destaque a sua intersecção com questões sociais, ambientais e de desenvolvimento.
- 11.** Realizar atividades em conjunto com GT afins, para aprofundar estudos e debates sobre temáticas que subsidiem as ações do Sindicato Nacional, tais como:
 - 11.1** a função social da terra e a necessidade da reforma agrária e urbana voltadas ao bem-estar da população menos favorecida.
 - 11.2** a concepção de produção agrícola familiar, camponesa e agroecológica, com o objetivo de subsidiar as deliberações do ANDES-SN referentes à política agrária.
 - 11.3** o problema ambiental, social e de modelo econômico e agrário, bem como a superexploração do trabalho e a degradação da saúde dos trabalhadores causadas pelo agronegócio.
 - 11.4** os desdobramentos da cúpula dos povos.
 - 11.5** o aproveitamento energético dos recursos hídricos, solares e eólicos, com o ordenamento segundo o mérito social, ambiental e econômico.
 - 11.6** as consequências sociais, ambientais e para a saúde humana impostas pelo agronegócio, mineração e grandes empreendimentos hídricos.
 - 11.7** a questão da biodiversidade e o papel das IFES no que se refere à temática dos biomas e do uso das riquezas pelas empresas multinacionais.
 - 11.8** política urbana que enfrente os graves problemas sociais das cidades.
 - 11.9** a mobilidade urbana quanto à organização do sistema de transporte nas cidades.
 - 11.10** a capacidade de suporte ambiental na regulamentação dos Planos Diretores das cidades e nas propostas de expansão dos espaços urbanos.
 - 11.11** danos dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM) e dos agrotóxicos (biocidas).
- 12.** Estimular a criação, onde não houver, de GTC&T locais, bem como a participação no GT nacional.
- 13.** Realizar atividades em conjunto com GT afins, para aprofundar estudos e debates sobre temáticas que subsidiem as ações políticas do Sindicato Nacional, tais como:
 - 13.1** a política científica promovida pelas agências de fomento, CNPq, CAPES, FINEP, FAPs, etc, (centradas atualmente na produção de conhecimento utilitarista e imediatista), na perspectiva de propor políticas alternativas de financiamento à Pesquisa e Extensão.
 - 13.2** a avaliação em Ciência e Tecnologia nas IFES e nas agências de fomento: produtivismo x qualidade.
 - 13.3** a valorização acadêmica da extensão universitária, pela sua importância social.
- 14.** Desenvolver ações internas que fortaleçam a atuação dos docentes das áreas de Ciências Humanas e da Saúde no GTC&T.

15. Realizar reuniões conjuntas do GTC&T com o GTPE, para analisar a proposta do projeto governamental de unificar disciplinas de mesma área de conhecimento no ensino médio, e as repercussões deste para a formação dos professores de Ciências (Humanas e da Natureza).
16. Realizar atividade do GTC&T em conjunto com o GTPE, para debater a formação dos professores de Ciências (Humanas e da Natureza), frente ao projeto governamental de unificar disciplinas de mesma área de conhecimento no ensino médio.
17. Intensificar a luta pela anulação da Lei de Inovação Tecnológica.
18. Lutar para que o governo elabore e divulgue inventário detalhado dos aproveitamentos hidráulicos e eólicos, com o ordenamento segundo o mérito social, ambiental e econômico.
19. Intensificar ações, em conjunto com os movimentos sociais, no sentido de mobilizar a categoria na luta em defesa da Reforma Agrária, sob o controle dos trabalhadores.
20. Atuar na luta pelo espaço urbano como promotor da qualidade de vida, em conjunto com os movimentos de sem-teto e por moradia digna.



Diretoria do ANDES-SN

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE

TEXTO DE APOIO

O PNE está tramitando no Congresso Nacional há cerca de um ano e meio, gerando polêmicas e embates entre entidades da sociedade civil organizada e governo. Entre as metas contidas no plano, a mais debatida tenha sido a aplicação de 10% do PIB na educação pública, o que tem gerado movimentos, campanhas e manifestações de todos os tipos por parte das entidades. O ANDES-Sindicato Nacional tem sido, ao longo do processo, protagonista importante nessa luta, participando ativamente da Campanha pelos 10% do PIB para a Educação Pública Já!, juntamente com outras entidades sindicais e movimentos sociais, organizando marchas, mobilizando a sociedade e exercendo pressão junto ao Congresso Nacional.

O PNE do governo não reflete os princípios contidos no PNE da Sociedade Brasileira, nem nas suas metas nem na concepção de educação pública. É imperativo continuar a luta e a defesa intransigente dos princípios que propugnam por uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Apresentamos a seguir, os itens referentes ao Plano Nacional de Educação - PNE, atualizado até o 57º CONAD, e que são, desta forma, compromisso do Sindicato.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE

1. *Dar continuidade à sua participação no Comitê Executivo Nacional da “Campanha pelos 10% do PIB para a Educação Pública Já!”;*
2. *Intensificar a participação das seções sindicais na “Campanha pelos 10% do PIB para a Educação Pública Já!”;*
4. *Retomar/fortalecer os fóruns estaduais em defesa da escola pública, com vista ao debate sobre financiamento nos Planos Estaduais de Educação (PEE), buscando a intervenção conjunta com sindicatos, movimentos sociais, movimento estudantil, CSP-Conlutas e Intersindical, representações das entidades científicas da área da Educação e a Campanha pelo Direito à Educação, no âmbito dos estados.*

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Rearticular o Comitê Executivo Nacional da “Campanha pelos 10% do PIB para a Educação Pública Já”;
2. Manter a luta pela garantia para que os recursos públicos sejam aplicados na Educação Pública;
3. Intensificar a participação das seções sindicais nos Fóruns Estaduais em Defesa da Escola Pública, laica, gratuita com padrão unitário de qualidade;
4. Reafirmar o PNE da Sociedade Brasileira como mote da luta do ANDES-SN.



Diretoria do ANDES-SN

É NECESSÁRIO COMBATER A DIVISÃO DA EDUCAÇÃO

TEXTO DE APOIO

O PL 518/2009, de autoria do Senador Cristovam Buarque, transfere a competência relativa à educação superior do MEC para o MCT. Este projeto não traz benefício à sociedade brasileira, seja na pesquisa seja na educação. Ao contrário, ao separar o ensino superior da educação básica em ministérios distintos, proporciona a desorganização e desarticulação do sistema de educação. Além disso, o projeto pode provocar uma profunda e danosa mudança no que se refere ao financiamento da educação e na autonomia das universidades.

Por essas razões, o ANDES-SN deve manter sua luta contra este e todos os projetos que precarizem ainda mais a educação pública.

Apresentamos, ainda, a seguir, todos os itens do Plano de Lutas, referentes à Divisão da Educação, atualizado até o 57º CONAD, e que são, desta forma, compromisso do Sindicato.

DIVISÃO DA EDUCAÇÃO

1. Lutar contra a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 518/2009, que pretende transformar o atual Ministério da Educação (MEC) em Ministério da Educação de Base, transferindo as atribuições do ensino superior para o Ministério da Ciência e Tecnologia, intervindo nas suas instâncias de tramitação no Congresso Nacional, buscando agregar, nessa ação, outras entidades e movimentos que militam em defesa da educação pública.

2. Agendar audiências com as Comissões de Educação da Câmara e do Senado e com o autor do PL para apresentar o posicionamento do Sindicato. 3. Divulgar, amplamente, na base do movimento, o conteúdo do PL a fim de mostrar sua inadequação.

TR - 37

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

Acompanhar a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 518/2009, que trata da criação do Ministério da Educação de Base e o Ensino Superior passando para o Ministério de Ciência e Tecnologia, agendando audiências com a Comissão de Educação do Senado, onde se encontra aguardando relatoria.

TEXTO 38

Diretoria do ANDES-SN

PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC

TEXTO DE APOIO

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, criado em 2011 pelo governo federal, é apresentado como tendo o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, utilizando-se de várias iniciativas que vão desde a expansão do sistema federal de ensino até a oferta de bolsas-formação. Porém, é possível identificar vários pontos que vão de encontro à concepção de educação pública defendida pelo ANDES-SN, entre as quais o repasse de verba pública ao sistema privado de ensino e serviços nacionais de aprendizagem (Sistema S). O FIES Técnico e Empresa introduz duas formas de repasse de dinheiro público para o sistema privado: o primeiro financia o custo de estudantes que cursam escolas técnicas privadas; o segundo financia cursos em empresas para formação inicial e continuada dos trabalhadores. O PRONATEC é mais um exemplo do modelo de gestão do governo que visa a privatização da educação e a desresponsabilização do Estado no que diz respeito ao público e ao interesse coletivo.

Apresentamos a seguir, os itens do Plano de Lutas, referentes ao PRONATEC, atualizado até o 57º CONAD, e que são, desta forma, compromisso do Sindicato.

PRONATEC

1. Posicione-se contra o PRONATEC, especialmente porque envolve:

1.1 A subordinação da formação do ensino médio e tecnológico às entidades sindicais patronais (Sistema S), conferindo aos patrões a direção da educação da juventude trabalhadora.

1.2 parcerias público-privadas (PPP)

1.3 Utilização do fundo público por instituições privadas, inclusive na expansão de vagas e das instalações das instituições do sistema S.

1.4 utilização do EàD para a oferta de ensino técnico e da Escola Técnica Aberta do Brasil (E-Tec);

1.5 financiamento do Pronatec através do FIES, em todas as suas modalidades.

TR - 38

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

Combater o PRONATEC como política educacional que promove processos de subordinação do público sobre o privado, de precarização do trabalho e de transferência de recursos públicos para o setor privado.

AS COMUNITÁRIAS NÃO ATENDEM OS INTERESSES DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

TEXTO DE APOIO

O Projeto de Lei da Câmara 7639/2010, que “Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, apresentado há dois anos na Câmara dos Deputados pela então deputada Maria do Rosário (PT/RS), começou a ser movimentado celeremente, a partir de meados do ano passado, quase concomitante ao trâmite do PNE.

Em maio do corrente ano, após ser aprovado por unanimidade em três comissões (Trabalho, Administração e Serviço Público; Educação e Cultura; Finanças e Tributação) foi encaminhado para apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Se aprovado, o PL será encaminhado diretamente ao Senado Federal, favorecendo a algumas antigas universidades particulares confessionais ameaçadas pela concorrência predatória das instituições privadas de outra natureza, mas também constituir-se-á em porta aberta para uma expansão com dinheiro público de outras que, sem a devida qualidade, aproveitar-se-ão das possibilidades abertas.

Apresentamos, ainda, a seguir, todos os itens do Plano de Lutas, referentes às Comunitárias, atualizado até o 57º CONAD, e que são, desta forma, compromisso do Sindicato.

COMUNITÁRIAS

- 1. Lutar contra a aprovação do Projeto de Lei 7.639/2010, intervindo nas suas instâncias de tramitação no Congresso Nacional, buscando agregar, nessa ação, outras entidades e movimentos que militam em defesa da educação pública.*
- 2. Agendar audiências com as Comissões de Educação da Câmara e do Senado e com o autor do PL para apresentar o posicionamento do Sindicato.*
- 3. Divulgar, amplamente, na base do movimento, o conteúdo do PL a fim de mostrar seu objetivo de destruição do público em prol do privado.*

TR - 39

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1.** Agendar audiências com as Comissões de Educação da Câmara e do Senado e com o autor do PL para apresentar o posicionamento do sindicato com relação às comunitárias.
- 2.** Acompanhar a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 7.639/2010, que teve aprovação de texto na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal em 18/12/2012;
- 3.** Incentivar as seções sindicais a realizarem debates sobre o projeto, com ampla divulgação.

A LUTA CONTRA A LEI DAS COMUNITÁRIAS

TEXTO DE APOIO

O 31º Congresso do ANDES-SN realizado em Manaus aprovou a luta contra a Lei das Comunitárias com base em texto de apoio do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE), porém não houve um movimento suficiente de pressão sobre o Congresso Nacional para barrar o projeto. Faz necessário recolocar o tema em discussão no 32º Congresso do ANDES-SN, atualizando a deliberação anterior e buscando envolver o conjunto do Sindicato nesta luta.

As contrarreformas na área educacional envolvem um leque de projetos de leis e outras medidas legais privatizantes, das quais a Lei das Comunitárias compõe um item do cardápio neoconservador e pseudoliberal que orienta a política do governo federal, que analisamos aqui para propor um TR ao final do texto.

Ocorrerá uma ampliação da privatização do ensino superior brasileiro devido à tramitação no Congresso Nacional do Projeto de Lei 7639/2010, conhecido como Lei das “Comunitárias” que pretende regulamentar o repasse de recursos do poder público federal para as instituições “comunitárias” de ensino superior (ICES), e que transfere as fundações públicas de direito privado, que pela LDB, corretamente são consideradas como instituições públicas, para a categoria de comunitárias que são instituições privadas de ensino.

O PL 7639/2010, apresentado pela então deputada federal Maria do Rosário, atualmente na Secretaria dos Direitos Humanos do governo Dilma Rousseff, dispõe “sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES -, disciplina o termo de parceria e dá outras providências” e que a ICES será considerada comunitária “quando estiver constituída na forma de associação ou fundação com personalidade jurídica de direito privado, ***inclusive aquelas instituídas pelo poder público e quando seu patrimônio for pertencente ao poder público*** ou a entidade da sociedade civil” (UCZAI, Pedro. Relatório sobre o PL 7639 apresentado à Comissão de Educação e Cultura. Brasília, maio de 2012, p.1).¹²

Nos moldes do PRONATEC, o projeto regula a parceria entre o governo federal e estas IES mediante compra de vagas que seriam efetivadas antes da instalação de uma Instituição Federal de Ensino na localidade.

O PL já foi aprovado em caráter terminativo e por consenso nas Comissões de Trabalho e Administração Pública, Educação e Cultura, Finanças e Constituição e Justiça, tendo sido encaminhado para apreciação do Senado Federal.

Ao estender o conceito de instituições comunitárias antes restritas a universidades criadas pela sociedade civil e sem fins lucrativos, para fundações de direito privado, inclusive as instituídas pelo poder público, o Projeto de Lei fere: a) o Código Civil, que separa nitidamente as instituições em públicas e privadas; b) a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais (LDB) que também as dividiu em públicas e privadas.

¹² O projeto da deputada foi apresentado com base em formulação e a pedido das seguintes entidades: Associação Brasileira de Universidades Comunitárias – ABRUC; Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas – COMUNG; Associação Catarinense de Fundações Educacionais – ACAFE; Associação Nacional de Educação Católica do Brasil – ANEC Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas – ABIEE (cf. Portal das Instituições Comunitárias de Ensino Superior, proposta de projeto de lei disponível em www.comunitarias.org.br, acesso em 19 de outubro de 2011; e informações do conteúdo e tramitação do projeto no site www.camara.gov.br/internet/sileg, acessado em 29 de agosto de 2012).

O Projeto é privatizante porque amplia o financiamento estatal para Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, inclusive as vinculadas a organizações empresariais, ao invés de expandir o ensino público e gratuito em todos os níveis como determina a Constituição Federal do Brasil. Fundações privadas como a Fundação Roberto Marinho, da Rede Globo, e a Fundação Bradesco, do Banco Bradesco, que já atuam na educação para obter incentivos fiscais e fazer marketing social, poderão futuramente receber recursos se enquadrando como “comunitárias”. Igualmente, as fundações privadas de apoio que infestam as Instituições Federais de Ensino Superior.

O Projeto atinge o caráter laico do ensino ao prever verbas para instituições de ensino superior confessionais. A separação entre Estado e Igreja, uma conquista da revolução francesa de 1789 e da modernidade é sepultada, pois o fundo público que deveria ser direcionado exclusivamente para instituições públicas passará a ser direcionado a instituições religiosas onde é frequente a repressão às liberdades sindicais e à liberdade de cátedra.

O Projeto de Lei das Comunitárias pode ser considerado inconstitucional pelas Cortes Superiores de Justiça porque incorre em vício de origem. Como ele misturou instituições públicas e privadas, ele regulamenta as instituições do poder público e o patrimônio público. E, isto não poderia ter sido feito pelo Poder Legislativo. Só o Poder Executivo poderia ter mandado o PL, pois em matérias que envolvem o patrimônio público a iniciativa é exclusiva do Poder Executivo (art.61, da CF/1988).

O projeto não estabelece nenhuma garantia de gestão democrática do ensino, respeito à liberdade de organização sindical, mecanismos claros de transparência administrativa com a prestação de contas a todos os órgãos públicos, inclusive o Tribunal de Contas da União e dos Estados, controle da comunidade universitária sobre as verbas, planos de carreira com perspectiva de valorização profissional dos docentes e estabilidade no emprego para os trabalhadores.

Quanto às instituições fundacionais catarinenses que formam o Sistema ACAFE [Associação de direito privado criada em 1974 que é composto por 16 instituições de ensino superior. Destas 15 são mantidas por fundações municipais instituídas pelo poder público municipal e 1 é mantida por fundação estadual instituída pelo poder público estadual para manter a Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, que é pública e gratuita e conta com aporte de 2,4 % do orçamento estadual previsto legalmente para a sua manutenção. As fundações municipais de Palhoça e São José, criadas após a Constituinte de 1988, mantêm o ensino superior público e gratuito. As restantes fundações municipais sobrevivem à custa de mensalidades e de verbas públicas do município, do Estado e da União, o entendimento é de que as instituições universitárias instituídas por lei municipal e estadual (UDESC) são públicas e assim devem continuar, como reconheceu o próprio Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, na Resolução 03/97/CEE/SC, deliberada em seção plenária do dia 25 de fevereiro de 1997, e que ficou redigida desta forma: “O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso XII do artigo 10, do Regimento Interno deste Conselho e o deliberado na Sessão Plenária do dia 25 de fevereiro de 1997, RESOLVE: Art. 1º. Com base na interpretação sistemática do artigo 242 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Conselho Estadual de Educação considera que **as instituições de ensino superior do sistema fundacional catarinense, se enquadram no inciso II do artigo 17 da Lei n. 9394/96.** (grifos nossos)”. Passamos a transcrever o que diz o art. 17, e seu inciso II, da Lei 9394/96, conforme o citado na resolução acima: “Art. 17. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem: I - as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal; **II - as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal;** III - as instituições de ensino fundamental e médio, criadas e mantidas pela iniciativa privada; IV - os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente”. Por raciocínio lógico, tendo em vista que a Constituição admitiu a coexistência do ensino público com o ensino privado, a LDB instituiu no artigo 19 que as instituições de ensino se dividem em públicas e privadas, sendo que o caráter público se define pelo ente que criou, se é o poder público, a

instituição é pública inegavelmente, mesmo que se lhe dê personalidade jurídica de direito privado (*“Públicas são as instituições criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público”*[art.19, LDB]).

Assim, o 32º Congresso do ANDES-SN deve manifestar-se frontalmente contra a aprovação desta lei e a destinação de recursos públicos para as IES privadas, em detrimento da expansão do ensino público e gratuito.

A luta por aportes de recursos públicos para o pleno funcionamento das Instituições de Ensino Superior fundacionais deve ter como meta estratégica a transformação delas em universidades públicas e gratuitas, seja ligadas ao poder público municipal como é hoje, mas com um sistema viável de financiamento, ou transferindo-as para o poder público estadual ou federal que contam com recursos orçamentários que podem viabilizar uma estrutura universitária plena (com ensino, pesquisa e extensão). Para tanto deve se intensificar a luta dos movimentos sociais pela aplicação imediata de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação pública para o próximo Plano Nacional de Educação (PNE) que está em discussão no Senado da República.

Os recursos públicos direcionados ao Sistema ACADE, ou a fundações instituídas pelo poder público municipal ou estadual, devem ser condicionados à efetiva democratização destas instituições, transparência administrativa, garantia de emprego dos funcionários, prestação de contas ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado, e controle da comunidade universitária sobre as verbas.

Uma saída mais adequada para as instituições do Sistema ACADE seria tê-las incluídas no Projeto de Lei 6464/09, do Senado, que assegura a participação da União no financiamento das instituições de educação superior estaduais e municipais que ofereçam cursos gratuitos, com a meta de aumentar a oferta de vagas e melhorar a qualidade do ensino oferecido. O projeto foi aprovado no Senado e rejeitado por unanimidade, em 22/08/2012, na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, acatando o argumento do relator Deputado Newton Lima (PT-SP) de que não era acompanhado da previsão do impacto orçamentário-financeiro e da origem dos recursos para seu custeio (LIMA, Newton. *Relatório sobre o PL 6464/2009 apresentado à Comissão de Educação e Cultura*. Brasília, Câmara dos Deputados, 24/05/2012, disponível em www.camara.gov.br, acesso em 05 de outubro de 2012).

Registramos aqui o comportamento contraditório da Comissão de Educação e Cultura, pois os mesmos deputados que votaram contra alegando que o mesmo feria a Lei de Responsabilidade Fiscal por produzir novas despesas para a União sem apontar as fontes de custeio aprovaram por unanimidade o PL das Comunitárias que de acordo com o argumento do deputado federal Newton Lima padeceria do mesmo vício.

TR - 40

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se frontalmente contra a aprovação do Projeto de Lei 7639/2010, conhecido como Lei das “Comunitárias” e delibera que o ANDES-SN:

1. Buscará, em conjunto com suas seções sindicais e sindicatos aliados, audiências e contatos com os senadores para manifestar sua posição contrária ao PL 7639 e lutará contra sua aprovação.
2. Difundirá junto às suas seções sindicais a luta contra o PL 7639, utilizando-se de seus meios de comunicação para divulgar materiais que analisem criticamente o assunto e contribuam para a luta docente em prol da educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

SEMINÁRIO ESTADO E EDUCAÇÃO

TEXTO DE APOIO

Em outubro de 2012, foi realizado o II Seminário Estado e Educação, em Salvador, composto por três mesas que debateram os seguintes temas: 01- Articulação entre Educação Superior e Educação Básica, Técnica e Tecnológica – a perspectiva da formação docente; 02- Articulação entre Educação Superior e Educação Básica, Técnica e Tecnológica – as políticas de Estado na perspectiva do PNE; e 3- Papel da EAD nas políticas de Estado.

Os debates ocorridos foram substanciais, trazendo dados sobre a situação do ensino básico, técnico e tecnológico e ensino superior, tanto em relação às atuais condições da formação docente quanto em termos das proposições do PNE enviadas pelo Governo ao Congresso Nacional. Acentuou-se a necessidade de construção de lutas articuladas com o movimento social, de modo geral, e com o movimento sindical, em particular, no sentido da formação inicial e continuada de professores de forma integrada a partir de um projeto de nação soberano, numa perspectiva omnilateral e com valorização do trabalho docente, que passa por salários dignos, carreira estruturada e condições de trabalho adequadas para atendimento da população brasileira. No que se refere ao PNE, indicou-se o fortalecimento de propostas que atuem na direção de uma escolarização universalizada, democratizada e de qualidade garantida por investimentos públicos adequados, que não sejam submetidos à lógica e interesse do capital. O debate encerrou-se reforçando posições do ANDES-SN contra as políticas de Estado e de Governo no campo da Educação a Distância, que se articulam com a perspectiva mercadológica, produtivista, individualista de organização do trabalho docente visando interesses empresariais, intensificando a precarização do trabalho e permitindo a transferência de fundos públicos para o setor privado.

Como as discussões referem-se a temas da política educacional que estão em curso, indicou-se a permanência dos debates.

TR - 41

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Realizar o III Seminário Estado e Educação no 2º semestre de 2013;
2. Organizar o Seminário tendo como eixos o Financiamento da Educação e a Formação Docente no contexto da Educação Superior Brasileira.

SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

TEXTO DE APOIO

A política de Seguridade Social, assentada no tripé saúde, previdência e assistência social, ter representado o resultado histórico das lutas sociais no mundo do trabalho. Tais políticas dependem diretamente do nível da socialização da luta política conquistada pelas classes trabalhadoras frente às estratégias do capital na incorporação de suas necessidades de reprodução e acumulação.

Na conjuntura atual, o governo federal e seus aliados nos estados, em continuidade ao governo anterior, têm se destacado pelas recorrentes ações de intensificação da privatização do circuito da seguridade social. A mesma receita usada para conter a crise intensificada desde 2008, na Europa, vem sendo aprofundada no Brasil sob a chancela dos organismos financeiros internacionais, como por exemplo: desregulamentação do trabalho e desoneração da folha de pagamento para as empresas, criminalização dos movimentos sociais e dos sindicatos, ampliação da reforma da Previdência Social, reforma universitária na direção da abertura para o capital privado, organização fiscal onerando a classe trabalhadora, megaeventos e seus desdobramentos sociais (desapropriações, demolição de patrimônios culturais e educacionais), Organização Sociais, criação da EBSEH-Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, e o FUNPRESP-Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público. Assim, há uma ordem política oficial que tem acentuado ainda mais a desigualdade social no país, prejudicando a população assalariada brasileira.

O 31º Congresso do ANDES-SN e o 57º CONAD apontaram, no âmbito da Seguridade Social e diante da intensificação dos ataques contínuos à universidade (plano de carreira, condições de trabalho e saúde do trabalhador docente) e à saúde pública no caminho da privatização, com subordinação do público ao privado, para a intensificação da luta, principalmente contra a efetivação da EBSEH e do FUNPRESP.

A luta contra o FUNPRESP envolve, sobretudo, uma ampla discussão para que os atuais servidores públicos federais conheçam perfeitamente os riscos que a nova entidade oferece a todos os que, desavisadamente, vierem a optar por esse que, na verdade, representa a perda de direitos anteriormente garantidos na Constituição Brasileira, de um sistema solidário de previdência pública por repartição. Com a implantação da previdência complementar, os futuros servidores públicos, bem como os atuais servidores que fizerem esta opção, terão contribuições definidas para o Funpresp em um sistema fechado, submetido ao mercado financeiro, mas não terão garantia de benefícios definidos em relação a valores ou a tempo de duração.

Ainda em relação à aposentadoria, temos não só o descaso com que o governo trata os servidores públicos, mas também as modificações na legislação com o intuito de prejudicar o trabalhador em geral. Um dos casos mais escandalosos teve que ver com a chamada contribuição dos inativos, um dos mais flagrantes arripios à lei de que se tem notícia no Brasil envolvendo os três poderes da República. No sentido de fazer frente a esta situação, foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Emenda Constitucional 555/2006 (revoga o dispositivo da Emenda Constitucional - Reforma da Previdência, acabando com a cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados e pensionistas), cuja votação no plenário da Câmara Federal vem sendo sistematicamente protelada, apesar da luta das entidades.

No caso da saúde, a pedra de toque que faltava ao governo para a entrega do sistema de saúde à iniciativa privada foi a aprovação da Lei 12.550, de 2011, criando a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Trata-se de um instrumento chave para o desmonte do Estado, atingindo a autonomia universitária e concorrendo para a privatização dos hospitais universitários. A EBSEH requer um pacto de adesão por parte das universidades, respaldado por votação nos Conselhos Universitários. A batalha já está posta, com registros de adesões e rejeições. Para a continuidade dessa luta impõe-se a ampliação do diálogo com acúmulo de forças visando assegurar o enfrentamento e estabelecer condições de resistência às adesões. Nesse sentido, a tarefa do ANDES-SN passa pela mobilização crescente não só dos docentes, mas de toda a comunidade universitária. Uma tarefa importante que se coloca é a necessidade de envolver todos os professores, tanto no debate da lógica de privatização e ataque frontal à autonomia universitária quanto à exigência de que sejam obedecidos os trâmites da administração acadêmica, no sentido de que todas as instâncias universitárias sejam devidamente respeitadas.

Neste início de 2013, o movimento organizado dos servidores deu um importante passo na luta contra a EBSEH. Por injunção de vários sindicatos, entre os quais o ANDES-SN, a Procuradoria Geral da República aceitou as justificativas apresentadas formalmente sustentando a legalidade da interposição de uma ADIN – Ação Direta de Inconstitucionalidade – contra a implementação da EBSEH. O ANDES-SN participará desta ação na posição de *amicus curiae*.

Outro tema envolvendo a Seguridade Social e que tem sido amplamente debatido no ANDES-SN é o processo de adoecimento docente relacionado à intensificação do trabalho e à deterioração das condições de trabalho. Sobre este tema o GTSS/A do ANDES-SN elaborou formulário para obtenção de dados sobre a condição de saúde docente relacionada ao trabalho. Inicialmente quatro seções sindicais estão envolvidas na operacionalização desse material, enquanto pesquisa piloto.

Apresentamos a seguir, todos os itens do Plano de Lutas, referentes à Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria, atualizado até o 57º CONAD, e que são, desta forma, compromisso do Sindicato:

SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

1. Indicar a necessidade da continuidade da luta contra a privatização da saúde, em especial as consequências advindas da gestão de hospitais públicos por meio de OS, OSCIP, Fundações Estaduais de Direito Privado, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e organizações congêneres, buscando para isso o envolvimento de entidades parceiras, tais como CNESF, CSP-Conlutas e entidades de servidores públicos estaduais e municipais, e participando da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde e dos Fóruns Contra a Privatização dos Serviços Públicos nos Estados e Municípios”.

3. Que o Movimento Docente aprofunde a discussão sobre o financiamento do Sistema Único de Saúde, sob a coordenação do GTSS/A, no ano de 2012, envolvendo as seções sindicais.

4. Em relação ao trabalho em condições de insalubridade, periculosidade e penosidade:

4.1 dar continuidade às ações em curso, já implementadas pelo Sindicato Nacional, buscando a suspensão imediata da Orientação Normativa (ON) 02/SRH/MPOG, de 19/02/2010;

4.2 dar maior conhecimento aos sindicalizados sobre as consequências nefastas da implementação da ON 02/SRH/MPOG;

4.3 que as seções sindicais pressionem os conselhos superiores de suas instituições a se posicionarem contra a ON 02/SRH/MPOG.

4.4 lutar pela melhoria efetiva das condições de trabalho dos docentes das IES que estão submetidos a condições de insalubridade ou periculosidade e penosidade.

5. Em relação à saúde do trabalhador docente:

5.2 que as seções sindicais iniciem um diagnóstico a partir de orientações comuns em suas Instituições para que se elabore nacionalmente um dossiê sobre a situação de adoecimento de docentes das IES no Brasil, acompanhado e sistematizado pelo GTSS/A.

5.3 que a partir de tal diagnóstico as questões da saúde docente sejam também contempladas nas pautas locais das seções sindicais e culminem em novos elementos a serem articulados na pauta nacional do ANDES-SN, a fim de minimizar os fatores determinantes do adoecimento do docente universitário.

5.4 que as seções sindicais procurem realizar ações conjuntas com os sindicatos de servidores técnico-administrativos e interlocução com profissionais e pesquisadores da área de saúde do trabalhador nas IES, visando a pressão sobre os órgãos da administração.

6. Lutar, em conjunto com o movimento estudantil e a FASUBRA e seus sindicatos:”.

6.1 contra a contratação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares pelas Instituições Públicas de Ensino Superior;

6.2 pela rejeição, nos conselhos universitários, da contratação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares;

7. Empenhar-se, por intermédio das secretarias regionais e seções sindicais, em caráter urgente, em realizar a coleta de dados a partir do formulário já enviado pela Secretaria do ANDES-SN na Circular 010/2007, que deverá ser reformulado, incorporando questões relacionadas a situação de cada IES pública em relação à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

8. Propiciar o compartilhamento de informações e experiências entre seções sindicais, visando ampliar e intensificar as ações de combate ao assédio moral que afetam a saúde do trabalhador docente.

9. Ampliar e intensificar as ações de combate ao assédio moral no âmbito das instituições de ensino superior por todos os meios.

10. Face à crescente utilização de instrumentos de intimidação e perseguições políticas, tais como comissões de ética e de avaliação, o ANDES-SN delibera pela inclusão desse debate e levantamento da existência desses instrumentos nas universidades.

11. Em relação à Lei nº 12.618/2012, que criou o Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público – FUNPRESP:

11.1 indicar às seções sindicais que aprofundem a discussão com o conjunto da categoria sobre as consequências nefastas da implantação do FUNPRESP para os docentes a serem contratados, alertando os atuais docentes no que se refere à opção de adesão a este fundo de previdência, que, uma vez feita, será irretratável e irrevogável;

12. Em relação à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH:

12.1 intensificar a luta pela rejeição, nos Conselhos Universitários, da contratação da EBSEH;

12.2 participar dos Fóruns Contra a Privatização dos Serviços Públicos nos Estados e Municípios, fortalecendo a luta contra a privatização da saúde.

13. Em relação à saúde do docente:

13.1 indicar a realização de atividades, nas seções sindicais, que aprofundem o debate sobre a saúde do trabalhador docente e posterior aplicação de instrumento construído na oficina do GTSS/A, nas seções sindicais que se dispuserem, para a realização de um estudo exploratório piloto sobre a saúde do docente, com o objetivo de definir estratégias de ação e apreensão da temática em relação à categoria, sob a orientação da Coordenação do GTSS/A e Encarregatura de Assuntos de Aposentadoria.

14. Frente parlamentar pela aprovação das PEC(s) 555 e 270

14.1 Fortalecer essa luta em conjunto com a CNESF, a CSP-Conlutas e demais entidades de servidores públicos estaduais;

14.2 Produzir material para subsidiar a intervenção junto aos membros do poder legislativo federal, também em suas bases estaduais.

TR - 42

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera

1 – DIREITOS DE APOSENTADORIA DOS DOCENTES

1.1. Continuar atuando no Espaço de Unidade e Ação, dando destaque à construção de uma agenda que contemple as questões de aposentadoria;

1.2. Elaborar material de discussão e mobilização (vídeos e textos) sobre o FUNPRESP para subsidiar as seções sindicais no debate sobre as ações do governo e esclarecimentos sobre as consequências da adesão ao FUNPRESP;

1.3. Articular conjuntamente com outras entidades de servidores públicos a luta pela aprovação da PEC 555/06 (revoga o artigo 4º da Emenda Constitucional 41, para eliminar a cobrança de contribuição dos aposentados e pensionistas do serviço público), propondo uma semana de esforço concentrado no Congresso Nacional.

2 - EBSEERH

2.1 Dar continuidade, em conjunto com as outras categorias, ao debate com a comunidade universitária sobre: a) a ameaça à autonomia universitária e de privatização da saúde pública; b) o fato de que a indústria de medicamentos e de equipamentos terá livre trânsito nos hospitais; c) o risco do atendimento preferencial a usuários de planos de saúde conveniados, em detrimento do atendimento 100% SUS; d) repercussão para as funções de hospital-escola;

2.2. Mobilizar e dar continuidade à luta de resistência contra a EBSEERH no interior das IFES e com os movimentos sociais propondo o dia 7 de abril (Dia Nacional da Saúde) como “Dia Nacional de Luta contra a EBSEERH”.

2.3. Intensificar a luta política contra a EBSEERH, de forma a:

2.4 Denunciar ao MPF nos estados, as microilegalidades de natureza administrativa (editais de concurso, editais de licitação, etc.);

2.5 Ampliar as ações de luta pela não adesão à EBSEERH;

2.6 Fortalecer a luta no interior das instâncias universitárias envolvendo em especial os conselhos universitários, para avançar na não adesão a EBSEERH.

3. SAÚDE DOCENTE

3. Realizar, no 1º semestre de 2013, o 7º Encontro Nacional sobre Saúde do Trabalhador do ANDES-SN.



Diretoria do ANDES-SN

PLANO GERAL DE COMUNICAÇÃO DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O Plano Geral de Comunicações do ANDES-SN, aprovado unanimemente no 30º Congresso do ANDES e logo em seguida posto em execução, segue em processo de aperfeiçoamento. Como prevê o próprio texto geral do PGC do ANDES, houve o cuidado de deixar aberturas para o aperfeiçoamento eventual de cada item, em função de novas demandas, novas tecnologias e, também, novas mídias. O texto que formata o PGC é abrangente, facilitando a implementação de propostas direcionadas para o atendimento das demandas paulatinamente. Tais propostas têm espaço próprio para debate e discussão, como é o caso do Encontro Nacional em que podem ser agendadas palestras, com debates e encaminhamentos na direção do mencionado aperfeiçoamento. Para esse tipo de atividade, prevê-se a participação de docentes da área (e até fora dela) e de profissionais de comunicação que atuam nas seções sindicais do ANDES ou em entidades parceiras. Com vistas ao maior sucesso do Encontro Nacional, já se tem o encaminhamento da realização de encontros regionais, em locais e datas diferentes ainda a serem programados, segundo o seguinte contexto geopolítico: um encontro regional com a participação das secretarias regionais Norte 1 e 2 e Nordeste 1, 2 e 3; um encontro regional com a participação das secretarias regionais São Paulo, Leste e Rio Grande do Sul e, finalmente, um

encontro com as secretarias regionais Planalto, Pantanal e Rio de Janeiro. É dentro dessa perspectiva que apresentamos o presente TR.

TR - 43

O 32º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Realizar em 2013 o III Encontro de Comunicação do ANDES-SN precedido de Encontros Regionais preparatórios.

TEMA 6 – PLANO DE LUTAS - SETORES

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES

TEXTO DE APOIO

Ao longo do ano de 2012, os docentes das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (IEES/IMES) realizaram um conjunto de mobilizações que culminou em greves por melhores salários e condições de trabalho. Além disso, o Setor das IEES/IMES iniciou a discussão sobre elaboração e execução dos orçamentos nos estados e municípios com vistas a realizar, com qualidade, as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Nas universidades estaduais do Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Alagoas e Pará, os docentes fizeram movimentos paredistas que resultaram em conquistas importantes para a categoria. Em outros estados, mesmo não entrando em greve, as seções sindicais fizeram diversas mobilizações, como foi o caso do Amapá, Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraíba, Roraima, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Vale destacar a repercussão e a importância do movimento grevista dos docentes das IFE e do conjunto dos SPF nas greves estaduais como no Paraná, que forçou o governo apresentar uma proposta ao movimento grevista local na tentativa de sair do impasse e evitar um possível desgaste político em seu governo com repercussão nas eleições municipais, acelerando a tramitação do PL resultante do acordo em tempo recorde para história do movimento local. Os docentes obtiveram aumento real de 31% divididos ao longo de quatro anos, com a primeira parcela tendo sido paga ainda em outubro de 2012.

Nas greves ocorridas, destacam-se a truculência e autoritarismo exercido pelos governadores dos estados do Piauí, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro. No Piauí, o governador cortou o ponto dos grevistas e encerrou de forma unilateral as negociações, mas a força do movimento fez o governo recuar, devolver os salários cortados e reabrir as negociações no pós-greve. Já no Rio de Janeiro, houve perseguições a dirigentes da UERJ, tendo sido os professores grevistas impedidos de entrar no prédio da reitoria devido ao interdito proibitório determinado pela justiça, por solicitação da reitoria da UERJ; também houve corte do ponto dos professores substitutos. Mas a força do movimento fez o governador voltar atrás e apresentar um plano de carreira contemplando a dedicação exclusiva, bandeira histórica, bandeira histórica do ANDES-SN.

No Rio Grande do Norte, o governo descumpriu o acordo firmado com a ADUERN Seção Sindical em setembro de 2011, após uma longa greve de 106 dias. Em 2012, a categoria retomou a luta e, após uma greve de 57 dias, conquistou um novo acordo escalonado nos anos de 2012, 2013 e 2014, culminando em um reajuste de 23,98%.

No Pará, após 41 dias de greve, os docentes conquistaram reajuste de 18,5%, revisão do plano de cargos e salários e a garantia da realização do processo estatuinte na UEPA.

Em Alagoas, a pauta apresentada foi: reposição salarial de 17,38%, progressão horizontal e dedicação exclusiva para os docentes, dentre outras reivindicações. Até o meado de janeiro, os docentes das universidades estaduais de Alagoas permaneciam em greve, que foi iniciada em setembro de 2012.

Em todas essas lutas, observamos, por um lado, as tentativas dos diversos governos estaduais em sucatear as IEES, e por outro, a força do movimento docente em defesa de um projeto de universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Nesse sentido, afirmamos que nossa luta é unificada, apesar de acontecer em tempo e espaços distintos. Observamos e destacamos a utilização da greve, instrumento de luta construída pela classe trabalhadora, para pressionar os diversos governos a atenderem suas pautas de reivindicações.

As conquistas dos docentes só foram possíveis a partir da organização do movimento e da greve.

Destaca-se, ainda, o X Encontro do Setor das IEES/IMES, realizado entre os dias 28 e 29 de setembro de 2012, em Brasília, que contou com 26 seções sindicais e 44 representantes, sendo o Encontro precedido de um minicurso sobre orçamento, promovido pelo DIEESE, o que possibilitou ao Setor reconhecer que eventos como esse precisam acontecer mais vezes para instrumentalizar o movimento para a luta. Em nossa avaliação, mesmo reconhecendo que o setor precisa avançar muito na sua organização e consolidação dentro do sindicato, temos acumulado discussões e avanços importantes.

Pela diretoria, estamos realizando o levantamento da execução orçamentária entre 2002 e 2012 de todas as IEES; atualizaremos o banco de dados referentes à malha salarial dos docentes das IEES/IMES e, recentemente, foi realizada pesquisa pelo DIEESE sobre o perfil docente da base do nosso sindicato e cujos resultados estão sendo analisados. Todas essas informações serão importantes para conhecermos melhor o setor e avançarmos na unificação da luta.

A coordenação do setor deve ainda realizar, em 2013, levantamentos sobre a situação dos docentes em estágio probatório nas IEES/IMES; as pautas prioritárias para o setor, a fim de organizar um calendário; e por fim, junto com o jurídico, sobre os dados referentes aos regimes jurídicos adotados nas diversas IEES/IMES.

Em síntese, os desafios postos para 2013 são: avanço das discussões sobre autonomia, democracia, financiamento, saúde do trabalhador docente e carreira no âmbito dos estados e municípios e suas repercussões nas IEES/IMES, de modo a possibilitar uma melhor compreensão do setor e prosseguir as diversas lutas do movimento docente.

TR - 44

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Organizar as lutas que buscam a aprovação de percentual específico do orçamento dos estados e municípios para o sistema estadual e municipal de ensino superior, na forma de subvinculação orçamentária, além de lutar pela implementação de leis que definem subvinculação orçamentária nos estados que já possuem a referida legislação.
2. Fomentar, a partir das regionais do ANDES-SN, a criação dos fóruns estaduais dos três segmentos: técnicos, docentes e estudantes.
3. Intensificar o trabalho político para a criação de fóruns estaduais das seções sindicais.
4. Aprofundar, por intermédio da coordenação do setor, conjuntamente com as seções sindicais das IEES/IMES o debate sobre: autonomia, democracia, financiamento, carreira e contrarreforma da previdência.
5. Integrar, nas pautas específicas das seções sindicais em 2013, o tratamento isonômico na carreira para os docentes em estágio probatório.
6. Aprofundar a luta contra a privatização das IEES/IMES, incluindo as lutas contras as fundações de apoio, PPPs, bem como contra outros modelos de privatização interna.
7. Realizar, no dia 29 de maio de 2013, por ocasião da definição da LDO, um dia nacional em defesa do financiamento e da autonomia das universidades estaduais e municipais.
8. Incluir na pauta das reuniões das secretarias regionais a temática do XI Encontro do Setor das IEES/IMES.
9. Realizar, no 2º semestre de 2013, o XI Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES, conforme planilha a seguir.

Planilha de despesas do XI Encontro Nacional das IEES/IMES
Segundo semestre de 2013 – Brasília/DF

SEÇÃO SINDICAL	Trechos	Despesa com Deslocamento - BSB	Despesa com Hospedagem	Despesa com Diárias
<i>Regional Norte 1</i>				
SIND-UEA	MAO/BSB/MAO	R\$ 642,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
1 convidado da UERR	BVB/BSB/BVB	R\$ 819,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
<i>Regional Norte 2</i>				
SINDUEPA	BEL/BSB/BSB	R\$ 700,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
1convidado da UEAP	MCP/BSB/MCP	R\$ 1.200,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
<i>Regional Nordeste 1</i>				
1 convidado da UEMA	SLZ/BSB/SLZ	R\$ 572,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
SINDCENTEC-JN	FOR/BSB/FOR	R\$ 700,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
ADCESP	THE/BSB/THE	R\$ 1.110,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
UEMA	SLZ/BSB/SLZ	R\$ 500,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
Regional Nordeste 2				
ADESA-PE	REC/BSB/REC	R\$ 618,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
1 Convidado das Autarquias Municipais do Interior de Pernambuco	REC/BSB/REC	R\$ 618,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
<i>Regional Rio de Janeiro</i>				
ADUEZO	RIO/BSBRIO	R\$ 342,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
<i>Regional Leste</i>				
SINDUEMG	BHZ/BSB/BHZ	R\$ 220,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
<i>Regional Planalto</i>				
1 convidado da Unitins	PMW/BSB/PMW	R\$ 292,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
ADUEG	GYN/BSB/GYN	R\$ 275,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
Fecipar –TO	Paraíso-TO	R\$ 482,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
Fecolinas – TO	Colinas-TO	R\$ 482,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
SESDFESG	Goiatuba-Go	R\$ 375,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
<i>Regional Sul</i>				
Aprudesc	FLN/BSB/FLN	R\$ 586,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
Adunicentro	CWB/BSB/CWB	R\$ 500,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
<i>Regional Rio Grande do Sul</i>				
1 convidado da UERGS				
	POA/BSB/POA	R\$ 568,00	R\$ 450,00	R\$ 300,00
Total		R\$ 11.601,00	R\$ 9.000,00	R\$ 6.000,00
Total Geral		R\$ 26.601,00		

HOTEL BSB =ST. PAUL R\$ 150,00 (3 diárias final de semana)
PEÇOS SUJEITOS A ALTERAÇÃO E DISPONIBILIDADE
PEÇOS SUJEITOS A ALTERAÇÃO E DISPONIBILIDADE

TEXTO 45

Contribuição da Assembleia da Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC

Plano de lutas – Setores (IEES e IMES)

FEDERALIZAÇÃO DA FURB: UMA NECESSIDADE HISTÓRICA, UMA POSSIBILIDADE OBJETIVA.

TEXTO DE APOIO

O debate acerca da federalização da FURB faz parte de sua história, desde a sua gênese: começou com a histórica mobilização popular de 1953, na qual se destacou a União Blumenauense de Estudantes (secundaristas) e pela União Catarinense de Estudantes a partir do seu III Congresso de 1956 (ver exemplares do Jornal “O Lutador”, 1956-1958, órgão oficial da UCE). A luta era desde o início pela formação de Universidades Federais em Santa Catarina. Em 1964 surge a FUB (Fundação Universitária de Blumenau) Instituição de Ensino Superior pública criada pela Lei Municipal 1233. Foi transformada em 1965, pela Lei Municipal 1557, em Fundação Regional de Blumenau (FURB), integrada pelas Faculdades de: Economia; Filosofia, Ciência e Letras; e de Direito. Logo ampliada com a criação das Faculdades de Engenharia (1972) e Educação Física (1974).

A luta pela federalização ficou entre parêntesis durante a ditadura. Com o golpe de 1964, as orientações dos acordos MEC-USAID foram incorporadas ao Plano Estadual de Educação Catarinense (1966). O Relatório de Rudolf Atcon, assessor estadunidense da “Reforma universitária” ditatorial, enfatizava a necessidade de coibir os protestos acadêmicos, reforçar a “autoridade hierárquica” e o caráter “técnico” e privatizante da educação a serviço do “desenvolvimento com segurança” (na verdade a serviço do imperialismo cultural e do grande capital). O projeto de Atcon foi parcialmente derrotado no plano nacional, devido ao protesto estudantil e popular, mas tornou-se realidade em Santa Catarina: a organização do ensino superior em moldes empresariais, mediante o regime jurídico de “Fundações públicas de direito privado”, ensino pago, professores em regime celetista e horista, recursos públicos gotejantes (sem controle democrático). As Faculdades conglomeradas que haviam sido criadas em vários municípios de Santa Catarina como autarquias ou Fundações de direito público, foram transformadas em Fundações de direito privado. As oligarquias catarinenses optaram pela expansão das Fundações Municipais de Ensino Superior de “direito privado” reunidas, junto com a “fundação estadual” UDESC, no Sistema ACAFE (Associação Catarinense de Fundações Educacionais); em contraste com a expansão das Universidades federais e estaduais autárquicas nos estados vizinhos.

A reflexão crítica sobre o Sistema ACAFE foi desenvolvida coletivamente a partir da revitalização do movimento estudantil, reorganizado na UCE em 1980; que retomou a luta pela Universidade pública e gratuita, autônoma e democrática, laica, crítica e criadora, aberta ao acesso do povo trabalhador e voltada para seus interesses.

A Retomada da Luta pela Federalização

Durante as eleições gerais de 1982 a busca de soluções concretas e imediatas para tornar “públicas, autônomas e democráticas” as Instituições do Sistema ACAFE, em geral, e pela federalização da FURB, em particular, se tornou um tema presente na pauta política estadual.

Em 1987, na conjuntura do reconhecimento da FURB como Universidade pelo MEC, atendendo às reivindicações populares, o Projeto de Lei 109/87 (do então deputado federal Renato Vianna) autorizava o poder executivo federal a transformar a Fundação Universidade Regional de Blumenau em uma Universidade Federal. Em 1991, já no contexto da ofensiva privatizante do governo Collor, o projeto foi arquivado após tramitar na Câmara Federal em várias comissões.

Durante o processo que elaborou a Constituição Federal de 1988 foi barrada mais uma possibilidade histórica para garantir a gratuidade do ensino em instituições como a FURB e as demais fundações do Sistema ACAFE. O artigo 206 do texto constitucional prevê a “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”. Os interesses escusos das Oligarquias

Catarinenses, representadas no grupo do “Centrão” da Constituinte, apresentaram uma emenda em favor dos interesses de dirigentes do Sistema ACADE, que inseriu nas “disposições transitórias” da Constituição o seguinte dispositivo: “Art. 242; O princípio do Art. 206, IV, não se aplica às instituições educacionais oficiais criadas por lei estadual ou municipal, existentes na data da promulgação desta Constituição, que não sejam total ou preponderantemente mantidas com recursos públicos”. Assim, IES como a FURB e as demais Fundações Catarinenses, continuaram sob o “Antigo regime”: tornam-se transitoriamente excluídas do princípio constitucional da gratuidade, o poder público permanece desobrigado de financiar-las e os grupos oligárquicos regionais podem continuar administrando a educação superior como “negócio” lucrativo.

Em frontal resistência contra a onda neoconservadora e privatizante, preponderante na década 1990 em nosso país, os trabalhadores (professores e funcionários) e estudantes da FURB avançaram com a criação do *Movimento Universidade Urgente*. Neste período, ele manteve viva a mobilização organizada em torno da federalização e da gratuidade, apesar da crescente expansão do Ensino Superior Privado em escala nacional.

A luta ganhou ampla simpatia, especialmente entre o povo trabalhador da região de Blumenau. A primeira vitória importante foi conquistada em 1995, com a aprovação da Lei Municipal Complementar n. 80: a FURB é legalmente reconhecida como Universidade “autônoma e oficial de Direito Público” (ainda sem garantir a gratuidade do ensino); sendo os seus trabalhadores integrados ao Instituto de Seguridade Social do Servidor de Blumenau (ISSBLU), junto com os demais servidores do município.

Em 2002, o DCE/FURB e o Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau - com amplo apoio, regional e estadual - organizam o Comitê Pró-Federalização. Nos anos seguintes, o Comitê Pró-Federalização da FURB produz fundamentados estudos e vários documentos para esclarecer a população e as autoridades, participa de várias audiências promovidas pelos poderes públicos, promove ativamente espaços de discussão do ensino superior em Santa Catarina e no Brasil. Foi encaminhado no Senado o Projeto de Lei 295/2005, que autoriza o governo federal a transformar a FURB em Universidade Federal.

Em maio de 2008 é realizado o “Plebiscito FURB Federal”, que contou com 27.230 votantes (96% a favor da federalização) e um abaixo-assinado na comunidade regional com 6976 participantes. O amplo apoio popular alcançado pela causa deu um novo impulso à luta. Um novo “Projeto FURB-Federal” foi elaborado pelo movimento, recebeu o apoio da Reitoria e dos Conselhos da Universidade, da prefeitura de Blumenau, de organizações populares e lideranças políticas. Em 2009, o Projeto foi apresentado oficialmente ao Governo Federal, mediante audiência com o Ministro da Educação. Infelizmente a resposta o governo Federal, em agosto de 2012, não contemplou a reivindicação de federalizar a estrutura da FURB; delegando para a UFSC a decisão de criar um “novo campus” (na verdade um “puxadinho”) em Blumenau. O documento “resposta”, assinado por um funcionário de quarto escalão do Ministério da Educação, dirigido ao então reitor da UFSC Álvaro Prata, repassa para a UFSC total autonomia para decidir como se expandir para Blumenau e o que fazer com a FURB, assinalando: “Não se entende necessária a participação direta do Ministério da Educação nessas atividades”. Esta resposta, burocrática e irracional, é inaceitável: ficará na história como um vestígio do potencial de insensibilidade e irresponsabilidade de certas autoridades.

A importância de Federalizar a FURB e a Crise do Sistema ACADE

A luta pela Federalização da FURB avança na medida em que a comunidade estadual e regional toma consciência da importância da Universidade e que a comunidade universitária avança na conscientização de seus deveres diante dos interesses e necessidades populares. As conquistas parciais deste movimento já formam uma **consciência da possibilidade da vitória**, que se torna o estofado de uma força sociomaterial capaz solucionar a crise do Sistema ACADE. A luta pela Federalização da FURB é importante em si e também como trincheira avançada de uma luta mais abrangente pela transformação de todas as Instituições de Ensino Superior do Sistema ACADE em Universidades públicas e gratuitas.

O Projeto de Lei 7639/2010, chamado “projeto de Lei das Comunitárias”, é um arranjo eclético e conservador que não resolve o problema do Sistema ACAFE. Na realidade, se este PL for aprovado será um retrocesso, porque tenta “regulamentar” as Instituições municipais públicas de Santa Catarina concebendo-as como instituições privadas, juntamente com IES confessionais ou simplesmente particulares, que também se reivindicam como “comunitárias”. As pressões para que as IES da ACAFE migrem para o sistema federal de ensino como instituições privadas, para receber abatimento em dívidas tributárias (que chega a um bilhão de reais), cria uma situação de crise terminal. Não devemos nos deixar envolver nesta manobra dos empresários da educação. **As verbas públicas devem ser destinadas apenas para as escolas públicas.** Não tem sentido inventar uma “regulamentação” do sistema ACAFE junto com instituições privadas e confessionais. É necessário partir da realidade concreta atual e buscar avançar na direção de soluções que levem em conta a especificidade do caráter público das Instituições de Ensino Superior (IES) do sistema ACAFE. Elas foram criadas pelo poder público, formaram seu patrimônio com recursos públicos, recebem verbas públicas; não podem, portanto, continuar sendo administradas por grupos oligárquicos que agem como se fossem seus proprietários, como donos de algo privado. É irracional gastar mais com prédios e equipamentos: as IES do sistema ACAFE devem ser integradas em um projeto de expansão da Universidade pública e gratuita no Brasil. Só a luta organizada tornará real esta saída racional e democratizante para a crise do sistema ACAFE.

Devemos avançar desde já na luta para que as atuais IES do Sistema ACAFE, a exemplo da FURB, sejam reconhecidas imediatamente como de “direito público”. Para tanto basta a aprovação de uma lei nas respectivas Câmaras Municipais. Isto deve acontecer juntamente com a luta imediata para conquistar eleições diretas para reitores e dirigentes - por voto universal como na UNESC (ver entrevista com Adelor Lessa, nesta edição do Docente na Luta), ou no mínimo paritário - e a formação de órgãos colegiados efetivamente democráticos. Aí será possível avançar para a contratação de professores e funcionários por concurso público; planejar um sistema de qualificação do atual corpo docente contratado. Com raras exceções (entre as quais destaca-se a FURB) as IES do Sistema ACAFE não possuem nada parecido com um “plano de carreira” dos docentes minimamente republicano. Uma parte significativa dos docentes foram, na prática, impedidos de aperfeiçoar sua formação; porque trabalham como horistas, com cargas horárias desumanas e toda uma situação de instabilidade no emprego. É necessário criar programas institucionais de apoio à qualificação continuada, pública e gratuita, do corpo docente (e demais trabalhadores da educação) hoje contratado pelas IES do Sistema ACAFE. Se avançarmos por aí, quando for a hora de federalizar, o poder público municipal poderá emprestar estes docentes e funcionários técnico-administrativos, já melhor qualificados e concursados, para as Universidades federalizadas (ver documento do Movimento Pró-Federalização da FURB)¹³. Os novos professores serão, é claro, contratados por concurso público federal.

¹³ CARTA ABERTA À COMUNIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)

Prezados membros da comunidade da UFSC, o Comitê Pró-Federalização da FURB é um movimento social que se estruturou no final de 2002 visando lutar por antiga reivindicação do Vale do Itajaí: uma UNIVERSIDADE FEDERAL.

Neste processo histórico, desenvolveu-se o projeto FURB FEDERAL. Sua finalidade é mostrar à sociedade brasileira, e às autoridades que a representam, a viabilidade e os benefícios auridos imediatamente com a criação da nova Universidade Federal, tendo como embrião o que a comunidade regional, entretanto, criou e desenvolveu para atender às suas necessidades: a Universidade Regional de Blumenau (FURB), instituição municipal de direito público.

Várias foram as ações de mobilização realizadas pelo movimento, das quais destacamos o Plebiscito de maio de 2008, que envolveu a cidadania de 18 municípios da mesorregião do Vale do Itajaí. Seu resultado expressou o inequívoco apoio da comunidade regional às premissas do movimento: a) cessão à União do patrimônio físico da FURB; b) cessão temporária dos servidores públicos municipais da Instituição, de modo a continuarem seu trabalho na nova Universidade Federal, e a aposentarem-se como servidores municipais; c) transferência dos estudantes da FURB à nova Universidade Federal. Sublinhamos que, em nenhum momento, cogitamos a transposição de servidores do quadro municipal para o federal. Tais premissas, aprovadas por 95% dos mais de 30 mil cidadãos que participaram do plebiscito, procuram, por um lado, respeitar os direitos dos que nela já trabalham ou estudam; por outro, impulsionar o desenvolvimento da nova Universidade Federal, ao permitir a imediata utilização dos recursos facultados pela FURB, cujos benefícios incluem 44 carreiras de graduação, 10 mestrados e 2 doutorados, que também agregam pesquisas e serviços prestados à população da região.

Ao longo da presente década, diversos documentos foram entregues a representantes políticos, dos âmbitos municipal, estadual e federal. Aqui, destacamos o estudo intitulado Universidade Federal do Vale do Itajaí – Projeto FURB Federal, produzido pela equipe do Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária (INPEAU-UFSC), em parceria com o grupo instituído pela FURB para a finalidade, do qual integraram membros deste Comitê. Igualmente, realizaram-se vários atos públicos, como

Trata-se de construir um movimento universitário catarinense pela base, a partir de cada IES, em todos os *campi* do estado. Estas lutas devem ser compreendidas como parte da reconstrução do movimento universitário e popular brasileiro. Uma luta que deve defender a organização de um efetivo **Sistema Nacional de Educação**, que articule e garanta o cumprimento das responsabilidades educacionais dos diferentes entes federados. Trata-se de defender a aplicação imediata de um montante equivalente a, pelo menos, 10% do PIB na educação pública em todos os níveis. É neste marco, público e democrático, que poderemos construir uma orientação dos conteúdos do ensino e da produção científica e cultural das Universidades em prol dos reais interesses populares.

A luta pela Federalização da FURB está colocada no interior de uma luta nacional do movimento universitário pela expansão do Ensino Superior Federal e de ampliação dos investimentos públicos nas universidades federais. Esta luta só será vitoriosa com o apoio – ativo, consciente, entusiasmado e organizado – do povo trabalhador e da juventude catarinense e, em particular, de todos os trabalhadores da educação de nosso estado.

TR - 45

O 32º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN:

1. Envide esforços no apoio à luta pela federalização da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).
2. Promova o debate sobre a federalização da FURB no próximo encontro IES/IMES a ser realizado em 2013.

audiências na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, na Câmara Municipal de Vereadores de Blumenau, na própria FURB; seminários com a presença de especialistas em gestão pública universitária, debates e passeatas, entre as quais duas Marchas pela Federalização da FURB, em agosto de 2011, com 10 mil manifestantes.

A FURB tem quase 50 anos de história e, neste tempo, constituiu um patrimônio que permite a realização do Ensino, da Pesquisa e da Extensão com qualidade. Entretanto, desejamos ampliar os benefícios da Universidade Pública à sociedade, quer em quantidade, quer em qualidade, para o que é necessário o financiamento estatal. Hoje, a Universidade Regional de Blumenau acolhe aproximadamente 12 mil estudantes. Toda a sua estrutura está fundamentada no direito público. Porém, cerca de 80% das suas receitas provêm das mensalidades pagas pelos estudantes, o que caracteriza uma contradição, cuja superação é a meta das comunidades regional e universitária. Entendemos ser um direito o acesso público à educação de qualidade. Assim, defendemos a criação, no Vale do Itajaí, em Blumenau, da terceira universidade federal em Santa Catarina, a partir da FURB. Para tanto, o poder Executivo Federal, que detém o monopólio da iniciativa legislativa quanto à criação de universidades federais, precisa enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei para atender à reivindicação de nossa comunidade.

Como resposta às reivindicações do Movimento, o governo federal acenou com a criação em Blumenau do quinto campus da UFSC. Embora esta iniciativa seja bem-vinda, não é suficiente para atender às necessidades da comunidade do Vale do Itajaí.

A luta do MOVIMENTO PELA FURB FEDERAL não está dissociada da luta pelos 10% do PIB JÁ. Também queremos ampliar a qualidade e a oferta das vagas nas IES Públicas. Nossa proposta é generosa, com grande economia para o governo federal, em seu processo de ampliação das vagas públicas, uma vez que receberá, no período transitório de implantação da Nova Federal, a qualificada estrutura física e humana de nossa Universidade.

Não queremos apenas um campus da UFSC. Não queremos nos tornar servidores públicos federais. Não queremos somente vagas federais na FURB. QUEREMOS A CRIAÇÃO DA TERCEIRA UNIVERSIDADE FEDERAL EM SANTA CATARINA, EM BLUMENAU, CUJO CAMINHO NECESSARIAMENTE PASSA PELA FURB. Dirigimo-nos à comunidade da Universidade Federal de Santa Catarina para informá-la de nossa luta e também para pedir-lhe o apoio. Um mais um é sempre mais que dois. FAÇAMOS DESTA LUTA A NOSSA LUTA!

Comitê Pró-Federalização da FURB / Florianópolis (SC), 11 de outubro de 2012.

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

TEXTO DE APOIO

INTRODUÇÃO

Desde 2011 as ações do Setor vêm sendo orientadas basicamente no mesmo sentido, seguindo as deliberações do 30º e 31º Congressos do ANDES-SN que aprovaram e aperfeiçoaram a pauta de reivindicações dos docentes das IFES e a proposta para reestruturação da carreira docente, dando ênfase à luta pela melhoria das condições de trabalho.

Em consonância com a trajetória do Sindicato Nacional, o Plano de Lutas do Setor das IFES aprovado procurou combinar ações que, ao responder às demandas da categoria em suas lutas específicas, mantém a articulação com a luta conjunta dos demais SPF e dos espaços mais amplos de aglutinação das forças classistas dando prioridade ao Espaço de Unidade de Ação, à CNESF e aos fóruns de lutas unitários dos servidores públicos no âmbito dos estados.

Tanto na luta mais geral pelos direitos dos servidores públicos federais como na luta específica dos docentes enfrentamos: retração das políticas universais; preponderância do favorecimento do setor privado na ação do Estado; produtivismo como ordenador das carreiras dos diferentes segmentos dos servidores; implantação de modelos diferenciados de gestão (EBSRH/OS/Fundações) com verticalização autoritária de comando; precarização de condições de trabalho; redução dos direitos previdenciários, reordenamento do fazer profissional, novo modelo educacional e novo modelo das relações de trabalho. Estes rebatimentos, que se originam na reforma do Estado brasileiro, são consequências das políticas capitaneadas pelos governos e apoiada pelos setores conservadores, que visam aprofundar a lógica gerencial, de tipo empresarial, como modelo de gestão.

A resistência dos trabalhadores apresentou elementos novos, retomando enfrentamentos de grande porte envolvendo greves com unidades de diversos setores, movimentação de rua e ações radicalizadas. Assim, intensificaram-se as lutas, conferindo a estas um caráter mais politizado na medida em que se explicitaram os projetos em disputa que estão na conformação desses enfrentamentos. Este processo se deu no campo dos servidores públicos, inclusive em vários estados, assim como no setor privado.

Na luta dos SPF, consolidou-se o Fórum das Entidades dos Servidores Públicos Federais, que, enfrentando as contradições organizativas, assegurou a unidade para a campanha salarial de 2012, a partir da definição de uma pauta unificada, de realização de atividades unitárias nacionais e nos estados, bem como de política unificada para negociação. Neste contexto, o investimento na CNESF como polo importante desse fórum foi decisivo para o desenvolvimento do processo.

Essa construção política/organizativa enfrentou a política governamental e, ainda que com limites, fez com que o governo se movimentasse alterando sua posição anunciada, de “zero em 2011, em 2012 e em 2013”, para a negociação de índices com as categorias e discussão dos planos de carreiras com alguns segmentos dos SPF.

A luta específica dos docentes contribuiu para a construção e a potência da luta dos SPF em 2012 e se construiu apoiada na identificação da categoria com a pauta de reivindicações, na reação à precarização das condições de trabalho e no trabalho de base, que se intensificou e avolumou na grande greve de mais de cento e vinte dias. O movimento deu maior unidade à categoria no próprio reconhecimento como docentes lutadores organizados em seu único e legítimo sindicato; desnudou para a sociedade o projeto do governo quebrando o falso consenso

produzido midiaticamente; propiciou a retomada da organização da categoria a partir da maior presença do ANDES-SN em todas as IFE; estabeleceu interlocução com a sociedade e efetivou a unidade com outros setores da educação, em especial, a ação unitária com o movimento estudantil; e, também, conseguiu concretizar a combinação da luta nacional com as lutas locais por meio do estabelecimento de negociação das pautas locais com as administrações de cada instituição.

A resposta da categoria foi forte, uníssona e grandiosa, a que o governo reagiu combinando truculência com postergações, em total desrespeito aos docentes e ao sindicato, com o objetivo de assegurar os fundamentos do seu projeto.

O ano encerrou com o PL do governo sendo aprovado praticamente sem modificações, transformado em lei pela sanção presidencial no dia 28 de dezembro, o que amplia o desafio de que a luta se dê nesse novo cenário, com reorganização e definição de novas ações eficazes para reverter os ataques e superar a precarização das condições de trabalho.

BALANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: a greve dos docentes das IFE

A mais longa e intensa greve da categoria dos docentes das IFE foi unificadamente suspensa em setembro de 2012, após quatro meses de luta pela reestruturação da carreira, valorização salarial e melhoria nas condições de trabalho. Ao deflagrarem a greve deste ano, os docentes mostraram sua insatisfação com uma série de questões que poderiam ser sintetizadas em dois pontos: a ausência de uma carreira estruturada com remuneração digna e as precárias condições de trabalho e de infraestrutura que hoje ocorrem no interior das instituições federais de educação.

A greve vivenciada no setor das federais, para ser compreendida em sua totalidade, exige recuperar o processo ocorrido no último período no qual o Sindicato Nacional fortaleceu o movimento baseando-se em dois eixos centrais: projeto de carreira e pautas locais. A estratégia central para atingir estes eixos foi o deslocamento prioritário para o trabalho de base com reuniões periódicas, debates locais, grupos de trabalho, caravanas e ações de mobilização. Os frutos destas ações foram: aprovação da proposta de carreira do docente federal e o empenho na elaboração e luta pelas pautas locais. Esse processo foi se intensificando numa dialética permanente entre ações e direção política e a resposta de movimentação da base.

No início de agosto de 2010, por determinação do Ministro Paulo Bernardo, a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRH/MP) entregou para o ANDES-SN uma minuta de projeto de lei sobre estruturação da carreira dos docentes federais do magistério superior. Foi a primeira vez, desde a década de 80, que o governo materializava uma posição sobre o tema (em todos os momentos anteriores, surgiam alternativas para aliviar a pressão advinda do congelamento salarial, que incidiam transversalmente em pontos da carreira). Depois de algumas reuniões com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) durante o segundo semestre de 2010 para tratar do tema, dois documentos do ANDES-SN demarcaram as divergências entre as propostas: a carta nº 385/10, com críticas ponto a ponto à proposta do governo e a carta nº 400/10, com proposta de fundamentos para reestruturar a carreira, para ser colocado no memorial de transição para o novo governo.

Em janeiro de 2011 o 30º Congresso do ANDES-SN aprovou, em forma de projeto de lei, a proposta do movimento docente para reestruturação da carreira de docente federal, que logo foi protocolada no Ministério da Educação (MEC) e no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). As tentativas de negociação foram adiadas pelo governo da Mesa de Negociação Conjunta dos servidores públicos federais (SPF). Esta mesa foi encerrada no dia 24 de julho de 2011, com a posição intransigente do governo dizendo que não haveria qualquer índice linear de correção das perdas (zero em 2011 e zero em 2012) e que a margem de recursos disponível daria apenas para corrigir certas distorções em algumas carreiras.

Devido à LDO fixar a data limite de 31 de agosto para projetos de lei com reajustes de servidores públicos e também alterações de carreira, com vigência para o ano seguinte, serem

enviados ao Congresso Nacional, um episódio marca fortemente o curso do processo: a assinatura do acordo em 2011. O acordo recuperava direitos relativos a princípios ordenadores da proposta de carreira do Sindicato Nacional e fazia algumas inflexões rumo à proposta de carreira do ANDES-SN. Foi possível negociar, por exemplo, a incorporação de gratificações de cunho produtivista ao vencimento básico e uma pequena correção geral da tabela, remetendo-se a sequência da negociação sobre a reestruturação da carreira para um Grupo de Trabalho formalmente constituído (Acordo emergencial 04- 2011).

Depois de vencer vários obstáculos impostos pelo governo, foi possível desvendar divergências na oficina realizada no âmbito do trabalho do GT, no dia 8 de dezembro de 2011. O relatório somente foi distribuído no início do mês de abril de 2012 porque o PROIFES não entregou as suas apresentações e posições sobre a oficina.

Nos três meses iniciais de 2012, as reuniões do GT foram canceladas sob a justificativa de que o governo teve problemas políticos para realizar a sucessão do Secretário das Relações do Trabalho (SRT), Sr. Duvanier Paiva (falecido em janeiro de 2012). O governo voltou a se reunir com as entidades às vésperas do final do prazo previsto no Termo de Acordo 04, para o encerramento conclusivo do Grupo de Trabalho (GT). Há bastante custo, comprometeu-se a formalizar a prorrogação do prazo de funcionamento do GT e marcou três reuniões no mês de abril: dias 13, 19 e 25/12. Neste ano repete o discurso para o conjunto dos servidores públicos dizendo que não negociará índice de reposição de perdas e que só tem margem para negociar algumas distorções em determinadas carreiras. Mesmo sobre essas carreiras, negou-se em todos os momentos a discutir ou sequer declinar margem de valores (impacto orçamentário).

Paralelo a esse movimento no GT, a Diretoria do ANDES-SN atuou pelo Brasil a fora para enraizar a pauta de reivindicações do Sindicato Nacional e mobilizar a categoria em torno da ação do sindicato no GT Carreira. A análise da conjuntura nacional e internacional acumulada por este sindicato permitiu afirmar que o inimigo era forte, que a disputa era entre projetos estratégicos para a educação pública no país, e como se tratava do enfrentamento a um novo modelo de relações de trabalho, somente com forte mobilização haveria chance de o nosso projeto avançar. O movimento associado à análise crítica do processo de precarização das condições de trabalho, com acúmulo nas pautas locais, foi desenhando o quadro do processo de mobilização, que foi incentivado e trabalhado politicamente pela direção para a construção da greve nacional.

Desde o ano de 2011, as seções sindicais organizaram e mobilizaram a base. As reuniões nacionais do Setor das Instituições de Ensino Superior (IFES) indicavam a necessidade de ampliar a mobilização com os docentes e o diálogo com a sociedade. A categoria respondeu mostrando disposição para a luta e com a certeza de que para garantir seus direitos deveriam ir às ruas. Estava posta a necessidade de começar uma greve forte e coesa em todas as IFE, para mostrar ao governo o tamanho da indignação da categoria.

A categoria respondeu ao chamado e o sindicato se preparou para a greve nos termos propostos, mesmo com o braço sindical do governo cumprindo seu nefasto papel a serviço do projeto do governo.

A greve, então, começa com força numérica (33 seções sindicais no 1º dia), cresce rapidamente, faz ações de rua, impacta a sociedade, pauta o tema para além dos muros das instituições, aglutina outros setores e inicia e desmascara, pela base, o braço do governo no movimento docente; influencia setores dos SPF; radicaliza em algumas ações importantes, ganha uma nova vanguarda para o sindicato e abre novos desafios.

A categoria docente enfrenta a intransigência do governo, que desmarca reuniões já agendadas, intensificando a greve e as ações de mobilização com atos e marchas unificadas com estudantes e servidores públicos federais a Brasília e nos Estados. A partir dessas ações e diante do desgaste que sofreu diante da sociedade e da categoria, o governo é obrigado a abrir negociações, que ocorreu após 57 dias de greve, e apresenta pela primeira vez proposta de carreira. A categoria avalia que a proposta de carreira desestrutura ainda mais a carreira atual e a rejeita. Por outro lado, a partir das deliberações da base, o Comando Nacional de

Greve/ANDES-SN apresenta ao governo um documento com análise detalhada dos elementos que levaram a rejeitarem a proposta e indica caminhos para as negociações avançarem.

O governo encerra as negociações de forma unilateral, numa atitude antissindical, e a categoria continua em greve mesmo diante da assinatura do simulacro de acordo. Assim, atos em conjunto com os Servidores Públicos Federais (SPF) e estudantes continuam e o segundo momento é marcado fortemente por ações como audiências públicas com parlamentares sobre a pauta de reivindicações direito de greve, e os parlamentares cobram do governo reabertura de negociações.

Nesse ínterim, o Comando Nacional de Greve do ANDES-SN (CNG/ANDES-SN), a partir de deliberações da base, apresenta a sua contraproposta, demonstrando, mais uma vez, a disposição dos docentes em negociar. Uma vez protocolada, o CNG/ANDES-SN solicitou audiência no Ministério da Educação (MEC), Ministério do Planejamento e Orçamento e Gestão (MPOG), também na Secretaria Geral da Presidência da República. Em nenhum desses espaços governamentais o movimento docente obteve resposta mostrando a intransigência e a indisposição em negociar por parte dos representantes do governo federal. Essa mesma contraproposta foi apresentada junto à Comissão de Educação e Cultura da Câmara (CEC). Essa contraproposta demonstrou que seria possível reestruturar a carreira docente mesmo dentro do estreito limite entre piso e teto impostos.

A greve foi forte porque o Sindicato Nacional vive um processo rico de enfrentamento com as políticas governamentais, seja em diferentes estados do país, seja no âmbito do governo federal, em razão do quadro de penúria a que vêm sendo submetidos docentes e instituições. Os enfrentamentos têm pautado a situação dos docentes e explicitado a disputa de projetos em curso, ou seja, o projeto privatista do governo versus o projeto de educação pública defendido pelo ANDES-SN e expresso no Caderno 2.

Infelizmente, o cenário de dificuldades vivenciado pelas IFE e combatido pelos docentes não é um problema expresso tão-somente por falta de investimento momentâneo resultante do REUNI ou da tão propalada crise econômica. Esses elementos não existem apenas como resultante da escolha do atual governo em investir menos na educação pública. Esta opção está intimamente relacionada com fatores estruturais ligados aos interesses do capital que sobrepujam o bem comum e que têm como consequência uma forte resultante a debilitar o sistema de educação pública. A política de desorganizar a infraestrutura do sistema federal de ensino, reduzindo-o a uma função meramente instrumental, e de favorecer o crescimento da iniciativa privada passa pela redução do investimento direto, incentivo às estruturas competitivas no interior das instituições, direcionamento para busca de recursos externos, implementação de política gerencial das atividades docentes, achatamento dos salários, desestruturação das carreiras e implosão da infraestrutura das instituições.

No caso específico, os interesses econômicos do capital, traduzidos em projetos de Estado, são implementados sistematicamente pelos governos, a despeito de seus diferentes matizes políticos. A reconfiguração adotada busca tão-somente adequar o Estado como forma de mantê-lo na defesa do projeto societário hegemônico vigente; por isso, o governo atuou com fortes represálias diretas sobre setores do serviço público com corte de ponto e judicialização da greve. Concomitantemente, ao incidir sobre a pauta geral dos SPF, a SRT/MP deslocou as reivindicações de data base, organização sindical, negociação coletiva e também o direito de greve para a mesa que a SRT pretende instalar a partir de outubro para tratar da institucionalização do processo de negociação coletiva no serviço público. Sobre o direito de greve, a luta está em curso com a investida dos setores mais conservadores da sociedade e do governo de aprovar de imediato o projeto de lei que restringiria radicalmente esse direito.

Apesar da dureza do adversário e do amplo leque de instrumentos que tem à disposição, é necessário compreender os avanços obtidos, tanto nos elementos que dizem respeito ao ANDES-SN quanto àqueles que o extrapolam. Neste último, vale enfatizar que no setor da educação o governo respondeu à força da greve alterando sua posição do ano passado frente aos Técnicos Administrativos da Educação (TAE) e estabelecendo negociação efetiva, atendendo a

pontos importantes da pauta de reivindicações, cuja greve termina com a FASUBRA assinando o acordo no qual constam conquistas em relação à pauta de reivindicações. O Sinasefe considerou que a proposta, apesar de não responder a importantes reivindicações da categoria, em especial no que se refere aos técnicos de nível superior, deliberou em sua Plenária por assinar o acordo. Estas ações em separado findaram por evidenciar a tentativa do governo em isolar e enfraquecer o ANDES-SN.

Quanto à situação dos docentes, a posição do governo de não negociar não foi alterada. As iniciativas tomadas pelo CNG-ANDES-SN para forçar uma reabertura das negociações com o governo não lograram êxito – o governo seguiu inflexível nesta questão.

O governo, entretanto, não foi feliz em seu intento. Embora as reivindicações dos docentes não tenham sido atendidas em seu núcleo central, a despeito dos movimentos buscando uma reabertura das negociações, a greve demonstrou a capacidade de reação da categoria que surge da combinação de dois elementos: 1 – a aviltante situação em que o trabalho docente se desenvolve nas instituições federais de ensino envolve sérios problemas de infraestrutura, uma carreira totalmente desestruturada e a saturação frente a este quadro, com um componente subjetivo de sentir-se brutalmente desrespeitado. Quadro este agravado nos espaços recém-criados pelo Reuni. 2 – o trabalho de base desenvolvido em torno da proposta de carreira docente do ANDES-SN a partir da definição política que a gestão anterior assumiu de priorizar o trabalho na base da categoria.

Elementos importantíssimos ficaram de saldo. A qualidade e a amplitude da greve demonstraram a indignação da categoria, respondendo ao chamado para a luta, paralisando o conjunto das atividades docente, ensino, pesquisa e extensão, inclusive programas que raramente se envolvem em movimentos grevistas. O envolvimento amplo de docentes recém-contratados e o retorno daqueles que outrora atuaram mais intimamente no âmbito sindical, incluindo muitos aposentados. Ampliação das filiações em várias instituições com consequente enraizamento do sindicato na categoria. Consideráveis avanços na inserção do ANDES-SN na base, em contrapartida ao processo de fragilização do Proifes. Avanços e acúmulos de capital político na categoria e junto a outros sindicatos. A explicitação de que o governo defende e implementa um projeto de fragilização do sistema federal de educação e a clara definição de que as ações e movimentações dos docentes, através do ANDES-SN, são o principal polo de resistência a este modelo.

No período seguinte à suspensão unificada da greve, o Sindicato Nacional organizou as ações de acompanhamento da tramitação do PL no Congresso Nacional e atuou junto aos parlamentares, tanto em âmbito nacional como nos estados, visando demonstrar a necessidade e a possibilidade de flexionar no sentido da reestruturação da carreira docente.

Durante toda esta tramitação, as alterações, levadas a toque de caixa, foram mínimas em relação ao PL original enviado pelo Poder Executivo: as únicas diferenças (salvo diferenças em alguns poucos valores internos em tabelas) são as seguintes: 1- na ementa foi incluída a citação das leis que o alteram; 2- no parágrafo 4 do artigo 12, ao final, foi incluído "cabendo aos conselhos competentes no âmbito de cada Instituição de Ensino regulamentar os procedimentos do referido processo." 3- no parágrafo 4 do artigo 14, ao final, a mesma inclusão anterior. 4- Inclusão de novo inciso e novo parágrafo no artigo 21 sobre a DE: "XI- retribuição pecuniária, em caráter eventual, por trabalho prestado no âmbito de projetos institucionais de pesquisa e extensão, na forma da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994". Parágrafo 3º O pagamento da retribuição pecuniária de que trata o inciso XI do caput será divulgado na forma do art. 4º A da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994. 5- no artigo 41, que modifica o parágrafo 4 do artigo 10 da Lei 11.091 (sobre o anexo III do PCCTAE), há retificação da redação para "parágrafo 4º No cumprimento dos critérios estabelecidos no Anexo III, é permitido o somatório de cargas horárias de cursos realizados pelo servidor durante a permanência no nível de capacitação em que se encontra e a carga horária que excedeu à exigência para progressão no interstício do nível anterior, vedado o aproveitamento de cursos com carga horária inferior a vinte horas aula." 6- no artigo 42, desaparece a proposta de nova redação para o parágrafo terceiro da Lei 11.892, que constava no PL; 7- A Lei inclui artigo novo em relação ao PL, que recebeu o número 48 e

altera o parágrafo 3º do artigo 1º da Lei 8.168, sobre possibilidade de nomeação de cargos de direção e FG, não pertencentes aos quadros em até 10%, admitindo nomeação de aposentados.8- no artigo 50 (nova numeração), é revogado o artigo 4 da Lei 12.677, que não constava no PL.

Em síntese, apesar de todas as razões em contrário e toda a luta dos docentes, o texto da Lei 12.772/12 é essencialmente o texto do PL do governo rejeitado por várias vezes nas assembleias gerais dos docentes em todo o país.

PRINCIPAIS DESAFIOS DO PRÓXIMO PERÍODO

O ano de 2013 traz à cena os desafios originados na luta do ano que passou. Os enfrentamentos que deverão ser construídos terão que:

- responder às consequências da Lei 12.772/12, que consolida a desestruturação da carreira docente, incluindo o GT criado pelo governo;
- definir as melhores táticas para manter a luta em defesa da proposta de carreira docente do ANDES-SN levando em consideração os passos dados e as decisões do movimento grevista como, por exemplo, a contraproposta apresentada ao governo;
- assegurar efetiva negociação com o governo sobre a pauta de reivindicação da categoria;
- lutar para reverter a atual realidade de precarização das condições de trabalho nas IFEs;
- fortalecer a unidade de ação com os setores da educação federal articulando com SINASEFE, FASUBRA e movimento estudantil a luta pelo projeto de educação pública e por condições de trabalho e estudo;
- aprimorar o processo organizativo do Sindicato Nacional para viabilizar melhores condições de participação e expressão da categoria em suas instâncias.

TR - 46

O 32º Congresso do ANDES-SN delibera:

A – NO ÂMBITO DO ESPAÇO DE UNIDADE DE AÇÃO

Mobilizar os docentes e inserir as seções sindicais do Setor das IFES nas atividades que comporão a jornada de lutas classistas pelos direitos dos trabalhadores, articulada no âmbito do Espaço de Unidade de Ação para o ano de 2013.

B- NO ÂMBITO DOS SPF

1.1. Intensificar a ação na CNESF (Coordenação Nacional de Entidades dos Servidores Federais) para fortalecê-la como espaço organizativo de luta dos SPF.

1.2. Indicar para as seções sindicais do ANDES-SN a articulação em âmbito local com as demais entidades dos SPF.

1.3. Contribuir para a criação e ou rearticulação dos Fóruns/Coletivos Estatuais de Servidores Públicos.

2. Propor a implementação da Campanha 2013 dos SPF, a partir de eixos e calendário construídos na CNESF, de forma articulada com outras entidades dos servidores públicos federais que se disponham a lutar, integrando e consolidando a unidade política de ação dos servidores públicos federais.

3. Propor para as demais entidades os seguintes eixos para a Campanha 2013*:

***NEGRITO** indica modificação em relação à Campanha 2012

3.1 Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores.

3.2 Implementação de negociação coletiva no setor público e direito de greve irrestrito. Exigir a efetivação de processo de negociação, a partir da CNESF, para colocar em prática as determinações da convenção 151 da OIT. **Atuar contrariamente a qualquer projeto legislativo que restrinja o direito de greve no serviço público.**

3.3 Exclusão de dispositivos antidemocráticos da PPA/LDO/LOA, como o artigo 76 da LDO/2011, que visam obstruir a negociação com os servidores públicos sobre os seus direitos.

3.4 Retirada de qualquer proposta de Emenda Constitucional (PEC), Projetos de Lei (PL), Medidas Provisórias (MP) e Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos tais como: PL 549/09 – congelamento dos salários por dez anos, PL 248/98 – demissão dos servidores públicos por “insuficiência de desempenho”, PL 92/07 – cria as fundações estatais de direito privado, PL 1992/07 – transfere a aposentadoria dos servidores públicos para os fundos de pensão, PEC 369 – restringe o direito à organização dos trabalhadores e o direito de greve, entre outros.

3.5 Cumprimento, por parte do governo, dos acordos firmados e não cumpridos.

3.6 Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas e aprovação da PEC 555.

3.7 Definição de data-base (1º de maio).

3.8 Política salarial permanente, com reposição inflacionária, valorização do salário-base e incorporação das gratificações.

3.9 Lutar contra a flexibilização dos direitos dos trabalhadores, em especial o ACE, articulando as entidades representativas dos servidores públicos em unidade de ação com as demais organizações dos trabalhadores.

4. Dar prosseguimento às ações unitárias de servidores públicos com outras organizações, entidades e movimentos sociais, ampliando a experiência da jornada de lutas articulada no âmbito do Espaço de Unidade de Ação e realizada em 2012;

5. Estabelecer calendário unificado de lutas, de comum acordo com as demais entidades de servidores públicos federais.

C – QUANTO À PAUTA ESPECÍFICA DO SETOR

1. Retomar e intensificar a luta pela reestruturação da carreira docente, por valorização salarial, e por melhoria das condições de trabalho, tendo como referência a pauta do Setor e o projeto de carreira aprovado pelo movimento docente e exigindo que seja atendido imediatamente o patamar da contraproposta aprovada pelo CNG, protocolada no MEC e no MPOG em agosto de 2012;

1.1. Atualizar a estratégia de negociação e as iniciativas políticas para conquistar a reestruturação da carreira docente a partir do balanço da greve de 2012 das IFEs;

1.2. Delegar à diretoria do ANDES-SN a condução do processo de negociação, bem como as deliberações pertinentes, de acordo com o posicionamento do Setor das IFES, tendo como referência a proposta de Carreira de Professor Federal aprovada no 30º Congresso e a contraproposta de carreira aprovada pelo Comando Nacional de Greve-CNG, em agosto de 2012.

1.3. Definir as atividades de mobilização e ações de luta – articuladas com o Sinasefe-para conquistar a reestruturação da carreira docente.

1.3.1. Recepcionar os docentes no início do primeiro semestre letivo de 2013 com materiais específicos a respeito da situação sobre a carreira docente considerando a vigência da Lei 12.772/12 e conclamando para intensificar a luta pela sua reestruturação.

1.3.2. Atualizar uma agenda de discussão sobre a Carreira de Professor Federal com os professores e nos conselhos superiores das IFE, com o objetivo de retomar a força do movimento de apoio à nossa proposta.

1.3.3. Buscar interlocução com a ANDIFES, CONIF, CONDCAP e CODETUF, com objetivo de obter apoio à reestruturação da carreira do ANDES-SN.

1.3.4. Pressionar os parlamentares federais, em seus estados, buscando apoio para o movimento pela reestruturação da carreira docente.

1.3.5. Pressionar as lideranças partidárias e presidentes das Comissões de Educação e de Serviço Público, na Câmara e no Senado, tendo como referência a retomada da luta pela reestruturação da carreira docente.

2. Desencadear a campanha específica do Setor das IFES em 2013, nos seguintes termos:

2.1. Desenvolver ações nacionalmente articuladas, tendo como referência a Pauta de Reivindicações aprovada neste 32º Congresso e a atualização das pautas locais pelas seções sindicais para estabelecer negociações concomitantes em todas as IFE.

2.1.1. Planejar o ritmo, a ênfase temática e a intensidade das ações, ampliando a mobilização da base em torno da Campanha 2013, a partir de balanços periódicos realizados nas reuniões do Setor, tendo como referência o Plano de Lutas aprovado no 32º Congresso.

2.1.2. Coordenar as ações de enfrentamento e a troca de informação sobre as diversas lutas empreendidas pelas seções sindicais, dando visibilidade nacional, sob o eixo geral: LUTA PELA QUALIDADE ACADÊMICA, POR CONDIÇÕES DE TRABALHO E VALORIZAÇÃO SALARIAL;

2.1.3. Ampliar a produção dos dossiês que registrem os problemas vivenciados pelas IFE, com descrições de fatos, mobilizações, fotos, vídeos etc. Elaborar matérias e boletins a partir dos fatos expressos nesses registros, para dialogar com a sociedade e mobilizar a categoria.

2.2. Dar continuidade à luta em defesa dos Colégios de Aplicação – CAp e das Escolas Vinculadas às IFE, priorizando:

2.2.1. Denunciar que o ataque aos CAp é também um ataque à autonomia das IES onde eles são instituídos.

2.2.2. Mobilizar a categoria para reverter os ataques que têm sido perpetrados contra os CAp, utilizando para isso a divulgação de análises críticas, políticas e jurídicas que demonstrem os movimentos do governo no sentido do desmonte dos Colégios, restringindo vagas de pessoal, condições de trabalho e tratamento dado em relação à carreira docente;

2.2.3. Intensificar a luta contra a discriminação entre professores do magistério superior e professores da Educação Básica Técnica e Tecnológica – EBTT

2.2.4. Lutar pela garantia da natureza própria dos CAp no contexto das universidades públicas, a responsabilidade pela sua manutenção e desenvolvimento, além das condições de trabalho adequadas a essa natureza, dando continuidade ao debate interno no sindicato para aperfeiçoar a elaboração e ajustar as ações nesse mesmo sentido;

2.2.5. Pautar discussão conjunta com o GTPE sobre a natureza dos CAp;

2.2.6. Desenvolver trabalho político para suspender a edição de regulamentação da progressão na carreira EBTT com o conteúdo pretendido pelo governo, enfatizando a discussão da carreira única em curso, e lutando para que seja garantido o direito à progressão dos docentes com base na legislação existente.

2.2.7. Que as seções sindicais promovam seminários e debates em cada IFES sobre a situação das escolas vinculadas, casas de cultura e outras realidades, recolhendo informações detalhadas sobre essas unidades universitárias, a serem encaminhadas para a Secretaria do ANDES-SN com o objetivo de compor uma radiografia nacional.

2.2.8. As seções sindicais deverão realizar campanhas pela garantia da vinculação dos CAP à estrutura acadêmica das IFES.

2.3. Aprovar o cronograma da Campanha Específica do Setor em 2013:

2.3.1. Protocolar nas instâncias governamentais e divulgar a Pauta da Campanha nos meses de março e abril.

2.3.2. Atualizar as pautas locais em todas as seções sindicais e estabelecer negociação com as reitorias nos meses de abril e maio, tendo como referência a PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS DOCENTES DAS IFES aprovada neste 32º Congresso.

2.3.3. Ajustar o cronograma de lutas da Campanha 2013 nas reuniões do Setor das IFES até o final do mês de março.

2.3.4. Intensificar a luta contra as fundações de apoio e colaborar com o Ministério Público Federal para apuração das irregularidades em suas relações com as IFES.

2.3.5. Intensificar a denúncia dos cursos pagos como violação do princípio da gratuidade de ensino e lutar pelo fim da cobrança de quaisquer valores nos cursos das universidades.

2.4. Atualizar a pauta para 2013, conforme segue:

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS DOCENTES DAS IFES – CAMPANHA 2013*

***NEGRITO** indica modificação em relação à Campanha 2012

1. UNIVERSIDADE PÚBLICA E O TRABALHO DOCENTE (demandas gerais)

a) Garantia de que o caráter público da universidade, sua autonomia constitucional e a função social da atividade docente sejam os elementos definidores das políticas de financiamento e do regramento das relações de trabalho;

b) garantia de financiamento público estável e suficiente para as IFES, assegurando incrementos compatíveis para a expansão com qualidade, tal como apresentado no PNE da Sociedade Brasileira;

c) garantia das condições adequadas para que o exercício do trabalho docente se desenvolva fundamentado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, em busca do padrão unitário de qualidade;

d) garantia de carreira única para todos os docentes das IFES;

e) garantia de aposentadoria integral, de forma a assegurar a paridade entre ativos e aposentados, resguardando o poder aquisitivo dos proventos, além de todos os direitos e vantagens percebidos quando da aposentadoria;

f) garantia das condições para que as IFES cumpram a sua responsabilidade de oferecer educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade para todos, como direito social e dever do Estado, combatendo todas as formas de precarização decorrentes das iniciativas que vêm sendo impostas a título de reforma universitária;

g) garantia de que a contratação do corpo docente se dê unicamente pelo Regime Jurídico Único;

h) manutenção da estabilidade no emprego como regra nas IFES e nos serviços públicos;

i) garantia do princípio da isonomia salarial entre cargos públicos com funções, titulação e regime de trabalho equivalentes;

j) garantia do caráter público e da função social das IFES, assim como sua desprivatização;

k) garantia de estatuto jurídico público para as IFES e seus órgãos complementares, preferencialmente como autarquias de regime especial, assegurando a responsabilidade do Estado e a autonomia universitária constitucional;

l) garantia de um sistema de avaliação institucional das IFES de caráter autônomo e democrático, tendo como referência o projeto político acadêmico de cada instituição, resguardando-se o integral financiamento público do sistema;

m) garantia de condições estruturais e acadêmicas que propiciem a universalização do acesso dos estudantes às universidades públicas do país;

n) garantia da gratuidade, integralidade e universalidade das ações dos hospitais universitários (HUs), com adoção de medidas contra sua mercantilização e privatização.

2. AUTONOMIA, FINANCIAMENTO E VAGAS DOCENTES –

a) Cumprimento do preceito constitucional que dispõe recursos à manutenção e desenvolvimento do ensino público, aplicando o índice nunca inferior a 18% previsto sobre a arrecadação líquida de impostos, somando-se a arrecadação das contribuições, excluídas apenas as contribuições relativas à previdência social e ao salário educação, e destinando no mínimo 75% desses recursos às IFES;

b) preenchimento dos cargos atualmente vagos e a criação de novos cargos, pelo RJU/PUCRCE, em dedicação exclusiva, para suprir as necessidades da política de expansão das IFES, com a realização imediata de concursos públicos;

b.1) autorizar a imediata realização de concursos públicos que preencham, com professores efetivos, preferencialmente em regime de dedicação exclusiva, todas as vagas abertas pela Lei nº 12.677/2012, e imediata contratação dos concursados;

b.2) assegurar a distribuição transparente dos cargos respeitando as necessidades definidas autonomamente por cada IFE;

b.3) recompor o quadro docente das IFE considerando o déficit historicamente acumulado nas últimas três décadas; ou seja, além do número de vagas não repostas decorrentes de aposentadoria, de invalidez, de morte e de demissões, considerar o crescimento proporcional do número de vagas e cursos criados a partir do REUNI e o que está previsto para a sua respectiva consolidação;

c) contratação de professores substitutos, limitada às situações eventuais de excepcionalidade para suprir a falta de professor na carreira, por prazo determinado, decorrente de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para **qualificação docente**, licenças e afastamentos previstos na Lei 8.112 – RJU;

c.1)assegurar que a ampliação do número de matrículas e criação de cursos sejam condicionadas à ampliação do número de cargos docentes, conforme projeção de necessidades definida de forma autônoma em cada unidade acadêmica, com autorização de concursos efetivos, preferencialmente em regime de dedicação exclusiva;

d) retirada do PLP nº 92/07, que autoriza o Poder Público a instituir, em várias áreas do serviço público, as chamadas Fundações Estatais de Direito Privado, autorizando a venda de serviços que hoje se constituem em direitos de cidadania sob responsabilidade do Estado;

e) manutenção da natureza jurídica dos HUs em autarquias públicas vinculadas ao MEC e às universidades públicas, com financiamento viabilizado por meio de recursos públicos oriundos da seguridade social, da ciência e tecnologia e da educação, de modo a garantir condições adequadas de funcionamento, preservando as finalidades concomitantes de integrar-se à rede do SUS e suas atividades de ensino, pesquisa e extensão;

e.1) intensificar a luta pela não adesão ao EBSEH

f) autonomia de nomeação, pelas IFES, de seus procuradores jurídicos, com garantia de atuação igualmente autônoma, sem subordinação administrativa à AGU;

g) prioridade do financiamento da educação pública em relação ao pagamento dos encargos da dívida pública;

h) instituição de uma mesa de negociação para discutir o orçamento das IFES na perspectiva de estabelecer os quantitativos de suplementações necessárias ao orçamento de 2013, além das

diretrizes e montantes para a LDO e LOA de 2014, tendo como referência a garantia de orçamento global, mantendo-se separadas as rubricas de Pessoal e OCC, de forma a que os recursos para OCC sejam de, no mínimo, 28% dos recursos destinados à despesa de pessoal e encargos em cada IFES, e mais 3% da soma dos recursos de Pessoal e OCC para assistência estudantil, além dos recursos destinados à expansão e fomento;

i) referência mínima de crescimento dos recursos destinados à expansão e fomento, tomando por base o percentual de aumento pregresso e planejado das matrículas;

i.1) conclusão, no prazo de 6 meses, das obras já iniciadas nas IFE, com prazo de conclusão vencido;

i.2) construção de salas de aula respeitando o limite de vagas ofertadas para o ingresso dos alunos em cada curso;

i.3) construção, no prazo de 1 ano, dos laboratórios, clínicas, ambulatorios e demais espaços previstos nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, atendendo às normas de biossegurança;

i.4) adequação, em 1 ano, dos laboratórios, clínicas e ambulatorios já existentes às normas de biossegurança, bem como adequação dos demais espaços previstos nos projetos políticos pedagógicos;

i.5) criação de restaurantes universitários que atendam à demanda da comunidade universitária, definida em cada IFE e ligada às suas estruturas de gestão autônoma e democrática;

i.6) adequação de todas as estruturas físicas das IFE (já existentes, em construção, e a serem construídas) às normas de acessibilidade vigentes no país;

i.7) realizar auditoria sobre o REUNI, avaliando as metas impostas de expansão de matrículas e a contrapartida governamental no que concerne à ampliação de recursos humanos e instalações físicas;

i.8) condicionar a continuidade do processo de expansão em curso à avaliação das metas do REUNI e ao atendimento de todas as demandas de pessoal e infraestrutura;

j) afastar qualquer possibilidade de medidas que possam levar a contingenciamentos ou retenções de verbas orçadas, exigindo regularidade no fluxo de liberação financeira;

k) manutenção dos saldos de exercício financeiro na instituição para execução no ano seguinte;

l) aplicação imediata de recursos públicos, da ordem de 1,5% do PIB, em ciência e tecnologia;

m) fixação de recursos, nos orçamentos das IFES, para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão, com a definição democrática desses valores;

n) políticas de incentivo à pesquisa dos órgãos financiadores direcionadas às instituições públicas federais de educação básica, técnica e tecnológica;

o) autonomia das universidades no que diz respeito aos instrumentos centralizados de gestão administrativa e financeira do governo;

p) revogação da cobrança de taxas, a qualquer título, nas IFES;

q) desvinculação das IFES com as fundações privadas ditas de apoio, impedindo o estabelecimento de convênios e ajustes para implementação de suas atividades fins, devendo para isso recuperar as suas instâncias administrativas de infraestrutura e pessoal competente para tais tarefas;

r) remoção, respeitadas as regras de controle e transparência do uso do dinheiro público, das dificuldades legais e entraves administrativos que dificultam o bom andamento do trabalho acadêmico e administrativo das IFES, em especial a execução de projetos e convênios de interesse acadêmico da instituição;

- s) exigir, junto ao MEC, a realização de concursos para as vagas já existentes e a criação de novas vagas para atender às demandas atuais dos Colégios de Aplicação;
- t) exigir, junto ao MEC, à SESu e à ANDIFES que assumam a responsabilidade pelos Colégios de Aplicação, respeitando a autonomia universitária
- u) exclusão de dispositivos antidemocráticos do PPA/LDO/LOA 2014, como o artigo 76 da LDO/2013, que visam obstruir a negociação com os servidores públicos sobre os seus direitos.

3. DEMOCRATIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

- a) escolha dos dirigentes pela comunidade universitária em eleições diretas, no mínimo paritárias;
- b) respeito aos resultados dos processos eleitorais em que a comunidade universitária escolhe os dirigentes das IFES, garantindo a sua homologação no âmbito da própria instituição;
- c) definição democrática de critérios públicos para a distribuição interna de recursos e de cargos, **além de outras medidas de transparência na gestão;**
- d) condições equânimes de participação na vida acadêmico-institucional a todos os docentes, inclusive os substitutos, os em estágio probatório e os dos *campi* descentralizados;
- d.1) combater e exigir a punição das práticas de assédio moral crescentes nas IFE, em especial aos docentes em estágio probatório;**
- e) lutar para que seja respeitada a decisão contrária à adesão EBSETH, dos conselhos universitários, sem prejuízos de destinação orçamentária;**
- f) assegurar o direito à livre manifestação política nos *campi*.**
- g) garantia de liberação para o exercício de mandato classista, sem perda da remuneração e demais direitos, mediante alteração do artigo 92 da Lei nº 8112/90 (RJU);
- h) contra a cobrança de qualquer contribuição sindical compulsória;
- i) lutar para que sejam definidas/revisadas, com urgência, as normas institucionais das IFE (estatuto, regimento e outras) por meio de processos democráticos, dos quais participe toda a comunidade envolvida;
- j) processos de democratização e revalorização dos órgãos colegiados;
- k) revogação imediata da Lei nº 9192/95, do Decreto nº 1916/96, que a regulamenta, e do parágrafo único do artigo 59 da LDB – 9394/96, que ferem os preceitos constitucionais da democracia e da autonomia universitária na escolha de dirigentes;
- l) democratização das agências de fomento à pesquisa como CAPES, CNPq e FINEP.

4. CONDIÇÕES DE TRABALHO, CAPACITAÇÃO E SEGURIDADE

- a) Eliminação de todas as formas de precarização do trabalho docente, tais como: aumento da relação professor/aluno e de horas em sala de aula, vinculação de parcela do salário ao cumprimento de metas quantitativas, posto que descaracterizam a carreira docente e prejudicam a qualidade do trabalho docente;
- b) impedimento de qualquer tipo de contrato precário de trabalho, assim como dos mecanismos que impliquem a transferência de responsabilidades docentes para estudantes de pós-graduação, estagiários ou técnico-administrativos;
- c) condições adequadas de funcionamento dos novos cursos, especialmente nos *campi* descentralizados, para que a comunidade acadêmica possa desenvolver, com qualidade, seu trabalho, que, em relação aos docentes, implica o respeito ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

- d)** ampliação da infraestrutura necessária à pesquisa nas IFES, incluindo laboratórios, equipamentos, logística, pessoal e setores administrativos da própria instituição com capacidade de gerenciamento eficiente de projetos e convênios;
- e)** recuperação do preceito constitucional original de paridade e integralidade da aposentadoria;
- f)** eliminação do padrão do produtivismo científico que, além de reforçar uma competição individualista, tem contribuído para a redução na qualidade da produção acadêmica;
- g)** eliminação, no sistema de avaliação acadêmica, de qualquer exigência do cumprimento de metas burocrático-gerenciais;
- h)** reversão da crescente criminalização do direito de divergir, bem como combate à perseguição àqueles que lutam em defesa da universidade pública;
- i)** combate ao assédio moral, causa crescente de doenças físicas e psíquicas dos docentes, denunciando-o ao Ministério Público e às Delegacias do Trabalho;
- j)** controle dos fatores determinantes das condições de insalubridade, periculosidade, penosidade e que representem qualquer tipo de risco à saúde dos docentes em suas atividades acadêmicas;
- k)** condições de funcionamento para as atividades acadêmicas noturnas idênticas às aquelas oferecidas durante os expedientes diurnos;
- l)** apoio oficial adequado à capacitação docente, tanto dos órgãos de fomento como da própria IFE, o que envolve atualização do valor das bolsas de estudo e dos seus prazos de cobertura, repudiando a precariedade contida no ProDoutoral/PLANFOR.

5. CARREIRA ÚNICA

- a) exigir do governo a imediata abertura de negociações para reestruturação da Carreira do Magistério Federal;**
- b)** retirada da PEC nº 306/08, bem como qualquer outra iniciativa que proponha a extinção do RJU e a contratação via CLT nos serviços públicos;
- c)** restauração dos direitos dos servidores públicos suprimidos do texto original da Lei nº 8112/90 (RJU);
- d)** extinção do mecanismo de gestão da força de trabalho docente através do banco de professor-equivalente, dado seu caráter precarizador e fragmentador da categoria, a fim de garantir que todos os professores efetivos nas IFES tenham direito ao regime de dedicação exclusiva.

6. POLÍTICA SALARIAL

Estabelecimento de pontos comuns com os SPF:

- a)** revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos, como preceitua a Constituição, em índice no mínimo igual à desvalorização monetária, de acordo com o ICV DIEESE;
- b)** estabelecimento de política salarial que recupere as perdas históricas;
- c)** reivindicar do governo a retomada do processo de discussão, a fim de definir as Diretrizes Gerais para Planos de Carreira dos Servidores Públicos (DPC);
- d)** reconhecimento da data-base em 1º de maio;
- e)** restabelecimento dos anuênios;
- f)** pagamento imediato de todos os precatórios pendentes. Pontos da política salarial dos docentes das IFES;
- g)** piso salarial para os docentes das IFES nos termos do artigo 7º, inciso 5º, combinado com o artigo 206, incisos 5º e 8º da Constituição Federal, no valor do salário-mínimo do DIEESE em 1º de janeiro de 2013, para docente graduado em Regime de Trabalho de 20 h;

h) equivalência da remuneração e condições de trabalho dos professores substitutos com a dos docentes efetivos com a mesma titulação e regime de trabalho;

i) manutenção dos valores destinados a cobrir as despesas de pessoal e encargos dos aposentados e pensionistas com recursos do Tesouro Nacional, no orçamento e na folha de pagamentos da IFE de origem. Esse pagamento não será incluído a título de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

j) reversão do confisco nos proventos de aposentadoria e pensão decorrentes da exigência de contribuição dos aposentados e pensionistas à Previdência, bem como dos impactos decorrentes da Lei nº 11.784/08.

7. PROPOSTA SALARIAL

a) Incorporação de todas as gratificações ao vencimento, assegurando isonomia salarial pela remuneração integral e uniforme do trabalho prestado pelo professor do mesmo nível da carreira, mesmo regime de trabalho e mesma titulação;

b) piso remuneratório no valor de **R\$ 2.561,47**, correspondente ao salário-mínimo do DIEESE em 1º de janeiro de 2013 para docente graduado, em Regime de Trabalho de 20 h;

c) interstício **emergencial uniforme de 4% como passo inicial com vistas a alcançar 5%** entre os níveis da carreira;

d) remuneração integral e isonômica dos integrantes de mesmo nível da carreira, que unifique em uma linha só no contracheque os percentuais correspondentes à titulação e regime de trabalho. Os percentuais de acréscimos relativos à titulação serão: de 75% para doutor ou livre-docente; de 37,5% para mestre; de 18% para especialização; de 7,5% para aperfeiçoamento. Tendo por base o regime 20 horas semanais, os percentuais de acréscimo relativo ao regime de trabalho serão: 100% para o regime de 40 horas; 210% para o regime de DE;

e) paridade e integralidade para os aposentados;

f) reposicionamento, de forma a resguardar a posição do docente em relação ao topo da carreira na data da aposentadoria, e garantia dos direitos decorrentes da aplicação do artigo 192, da Lei nº 8.112/90 (RJU), aos docentes que se aposentaram até 1997 e aos seus pensionistas.

TEXTO 47

Contribuição dos professores Guilherme Varela, Audisio Costa e Jarbas Souza – sindicalizados da ADUFEPE Seção Sindical

TRANSPOSIÇÃO DOS DOCENTES APOSENTADOS

TEXTO DE APOIO

A recém-aprovada Lei 12.772/2012 de 28/12/12, que trata da Reestruturação da Carreira do Magistério Superior, foi aprovada, deixando de fora a questão da transposição dos professores Adjuntos aposentados, embora este tema estivesse contido no acordo assinado pelo PROIFES, penalizando ainda mais os professores aposentados, além dos prejuízos causados pela introdução da classe de professor associado, criada pela Lei 11.344 de 08 de Setembro de 2006. Observe-se ainda que prejuízo maiores terão os professores que agora ingressam nas IFES com a perda da paridade ativo aposentado.

Com a criação classe de Professor Associado com 4 níveis, acima da classe de Professor Adjunto, sem o devido reenquadramento dos docentes já aposentados, o MPOG cometeu uma das maiores as injustiças já realizada contra as Universidades Federais. Agora, os docentes aposentados das universidades federais, com a nova tabela salarial que acompanha a Lei

12.772/2012, amplia de forma desproporcional a diferença salarial, resultado da supervalorização do estepe entre as classes de professor adjunto e associado. Docentes que durante anos a fio trabalharam para construir aquilo que hoje é um dos maiores patrimônios do povo brasileiro “**as universidades federais**”, são exatamente hoje tratados com ironias e desprezo, por funcionários prepotentes do MPOG, que assimilaram a afirmação de FHC que aposentados são vagabundos.

Utilizando a premissa da “necessária reestruturação de carreira” o Governo Federal busca na verdade ampliar diferença salarial entre ativos e aposentados, objetivando reduzir gastos com os servidores público através da redução dos salários dos aposentados e seus beneficiários. Isto já ficando bem claro quando acabou a equiparação salarial ativo aposentado Assim os docentes aposentados que depois de trinta anos de trabalho na carreira do magistério superior são rebaixados para posições de meio de carreira com efeitos negativos substanciais sobre sua remuneração. Isto porque a **tabela salarial de remuneração**, de qualquer categoria, reflete as variações salariais correspondentes à posição do indivíduo na hierarquia da carreira que ocupa. Retrocessos na posição hierárquica da carreira não acontecem com frequência, a não ser nos regimes de exceção. Dentre os servidores públicos temos o exemplo dos militares aposentados cujas posições na hierarquia militar nunca foram ameaçadas por nenhuma das correntes políticas que governaram o Brasil ao longo de sua história evolutiva.

No setor de educação temos o caso dos professores do 1º e 2º Graus que na ultima reestruturação da carreira tiveram tratamento diferenciado. Estimulados pela estratégia de 2006 o Governo Federal reedita os fatos ao apresentar nova proposta de “reestruturação” da carreira do Magistério Superior em 11 de Novembro de 2011, voltando a insistir na criação da classe de “Professor Sênior”, barrada pela consciência de classe trabalhadora que em sua última greve conseguiu barrar esta perniciosa pretensão do Governo Federal.

Considerando a gravidade dos fatos, os docentes hoje aposentados e os que amanhã serão aposentados, precisam intensificar os esforços de mobilização visando restaurar o respeito e a dignidade daqueles que dedicam sua vida a construir as universidades brasileiras e os alicerces que garantem hoje os avanços do Brasil como país desenvolvido.

Os docentes aposentados das universidades federais brasileiras representam hoje grande parte dos filiados as seções sindicais e consequentemente ao ANDES-SN, assim o termo de resolução abaixo enviada ao – 32º CONGRESSO NACIONAL DO ANDES-SN expressa o compromisso desta instituição com a evolução das Universidades Federais e uma posição firme de luta política, para a correção das injustiças cometidas contra os docentes aposentados, em decorrência das ultimas alterações impostas à carreira do magistério superior.

O 32º Congresso do ANDES-SN aprova a seguinte resolução:

TR - 47

O ANDES-SN reitera o compromisso de luta pelo reenquadramento dos aposentados através de através de projeto de Lei, com seguinte teor. O Projeto de Lei em destaque deve, considerar a transposição dos professores aposentados, com qualquer titulação acadêmica, ocupantes da Classe de Professor Adjunto, e os beneficiários de pensão cujo instituidor se encontrava nessa classe no momento do ato da aposentadoria, passando estes a perceber as vantagens, benefícios e vencimentos relativos à Classe de Professor Associado, nos níveis correspondentes, desde que tiverem ingressado na carreira de Magistério Superior, até a data de publicação da Lei 11.344 de 8 de setembro de 2006, e possuírem o mínimo de quinze anos de efetivo exercício de Magistério Superior em Instituição Federal de Ensino Superior, até a data de passagem para a inatividade.

FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DOS APOSENTADOS NO ANDES-SN E NAS SEÇÕES SINDICAIS

TEXTO DE APOIO

Nos últimos anos, as ações governamentais sobre as instituições federais de ensino superior, tiveram como um dos objetivos o desenvolvimento do estado mínimo. Este modelo neoliberal de organização do Estado interfere de forma especial na categoria dos trabalhadores aposentados. No caso das IFES isto resulta em políticas que levam ao fracionamento e consequentemente o enfraquecimento do movimento docente. Um exemplo muito forte desta prática foi a extinção da isonomia ativo e aposentado. Tal ação se expressa de forma efetiva na recém aprovada reestruturação da carreira de magistério superior.

Estamos, portanto diante de um quadro complicado de luta permanente pela manutenção de direitos adquiridos principalmente pelos docentes aposentados, Exclusão de direitos históricos aos que recentemente ingressaram e aos que estão ingressando nas IFES e falsas benesses a estes últimos, com objetivo de maquiar a perdas de direitos trabalhistas e salariais no final da sua carreira quando se aposentarão.

No caso específico dos aposentados a situação é ainda mais grave, na medida em que são estes são vulneráveis as ações intempestivas de um governo utilizam este grupo de trabalhadores para justificar a política neoliberal do estado mínimo, levando a uma redução relativa de seus salários como forma de promover a economia do Estado.

Nesse contexto as políticas salariais vêm sendo no sentido de congelamento dos vencimentos dos aposentados e aumento dos ativos com a garantia de estes **não** se aposentarão com salário integral. A falta de consciência deste processo político tem levado a certa divisão do movimento docente, em especial no que se refere aos interesses ativos – aposentados. Assim, é fundamental o fortalecimento da participação dos docentes aposentados para fazermos frente às ameaças em andamento o que exige o necessário desenvolvimento de trabalho estratégico de mobilização visando integração com os docentes da ativa, no sentido de garantir defesa de direito para todos e fortalecimento do movimento docente.

Portanto deve-se incentivar a mobilização dos docentes aposentados em todas as seções sindicais do ANDE SN, como uma necessidade imediata para o fortalecimento do movimento sindical como um todo.

A visão de fortalecimento da mobilização dos docentes aposentados nas sessões sindicais, bem como no próprio ANDES-SN, não deve ser considerado como um elemento de divisão da categoria, mas como trabalho estratégico de um segmento específico do ANDES SN, a exemplo do que já ocorre com o movimento das mulheres do ANDES, que já realizam seminários específicos.

A proposta expressa na TR abaixo tem o objetivo de contribuir para ampliar a participação dos docentes aposentados no movimento sindical a nível local, regional e nacional e ao mesmo tempo construir uma consciência de classe onde a mudança para a categoria de aposentado não passe a significar que o servidor deixou de ser trabalhador. Assim se fará justiça àqueles que trabalhando na construção das universidades brasileiras e no fortalecimento do nosso movimento sindical não sejam marginalizados ao final de sua carreira ao se aposentarem.

TR - 48

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN aprova:

1. O fortalecimento dos **GT(s) de Aposentados** nas Seções Sindicais visando ampliar a representatividade dos aposentados nas atividades sindicais e no ANDES-SN.
2. O desenvolvimento de uma Rede de Comunicação, via internet, para facilitar a comunicação entre os docentes aposentados e ativos, objetivando a troca de experiências locais, a montagem conjunta de linhas de ação de interesse dos docentes aposentados e a sua articulação com os demais servidores aposentados do serviço público federal;
3. A realização de encontros específicos nacionais, regionais e locais para discutir temas de interesse imediato dos docentes aposentados e ativos.

TEXTO 49

Contribuição dos professores Luis Allan Künzle e Astrid Baecker Avila – sindicalizados da APUFPR Seção Sindical¹⁴

PERICULOSIDADE E INSALUBRIDADE

TEXTO DE APOIO

Questões referentes à insalubridade e à periculosidade afetam o trabalho da comunidade acadêmica das instituições de ensino superior brasileiras. A princípio, todo o trabalho deve ser realizado em condições saudáveis e seguras. Os ambientes que não atendem a condições mínimas de saúde devem sofrer intervenção e o seu uso somente pode ser retomado após garantidas de que os servidores não têm sua saúde colocada em risco no ambiente de trabalho. Nos casos em que situações de risco são inevitáveis, medidas de segurança devem ser adotadas.

Além destas medidas, todo servidor exposto a risco no ambiente de trabalho tem direito a um “adicional de insalubridade e de periculosidade”, garantido pela Lei 8112/90 que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos. Este direito, para ser atendido, depende da realização de laudos técnicos, que devem atestar a exposição do servidor a situações perigosas ou insalubres. Diversas normas regulamentadoras foram editadas com o objetivo de definir critérios, a princípio técnicos, a serem obedecidos para a concessão deste adicional.

Com o objetivo de “uniformizar entendimentos no tocante à concessão de adicionais” a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento (SRH/MPOG) publicou a Orientação Normativa 02 (ON2). Esta orientação normativa tem sido objeto de crítica de entidades de representação sindical, uma vez que ela apresenta vários elementos que são claramente ilegais ou que são inadequados ao trabalho dos servidores, além de ser omissa em situações importantes para instituições de ensino superior e dificultar o trabalho do corpo técnico na sua atuação. É possível citar, de forma não exaustiva alguns exemplos: a necessidade de que sejam respeitadas e usadas como referência normas já estabelecidas para os trabalhadores em geral, sem ferir direitos já adquiridos a estes; a perda ou a não atribuição de adicional de periculosidade ou de insalubridade a servidores com função gratificada ou cargo comissionado; a exigência de pelo menos a metade da jornada de trabalho em exposição a condições perigosas ou insalubres, para percepção de adicional, que claramente não se coaduna ao trabalho acadêmico, seja letivo, de apoio ou em laboratório de pesquisa, incluindo servidores docentes e técnico administrativos; a necessidade da participação das entidades de classe no

¹⁴ Com a contribuição de Fernanda Zanin, da Assessoria Psicológica da APUFPR, a partir do Boletim Informativo APUFPR-SSIND – Edição Especial de Agosto de 2012.

acompanhamento dos laudos técnicos e no estabelecimento de um cronograma de adequação dos ambientes considerados perigosos ou insalubres além do limite aceitável.

Entretanto, apesar de todos os inconvenientes causados pela ON2, ela tem sido aplicada em todo o Serviço Público Federal. Mesmo sendo apenas uma “orientação normativa”, ela tem sido utilizada pelo Ministério do Planejamento como tendo “força de lei”, o que é incorreto. Uma instrução normativa não pode “interpretar” a legislação de forma a retirar direitos que estão garantidos aos trabalhadores. Nesse sentido, a ON2 fere frontalmente artigos da Convenção 155 da Organização Internacional do Trabalho, do qual o Brasil é signatário e que foi regulamentada pelo Decreto 1254/93.

Em função de sua relevância, a temática da insalubridade e periculosidade foi incluída nos debates do IV Encontro Nacional de Saúde do Trabalhador do ANDES-SN, realizado em Curitiba, em maio de 2012. Parte dos itens de resolução propostos neste TR baseiam-se nos encaminhamentos do Encontro.

Insalubridade e Periculosidade: pauta local das greves de 2011 e 2012 na UFPR

Diversos ambientes de trabalho da Universidade Federal do Paraná (UFPR) apresentam riscos à saúde dos servidores, docentes e técnico-administrativos, e estudantes. Em alguns desses ambientes, o risco está intrinsecamente ligado à natureza das atividades neles desenvolvidas. Este é a situação, por exemplo, encontrada em diversos laboratórios de pesquisa e didáticos, no Hospital de Clínicas, entre outros. Um dos casos mais alarmantes, do ponto de vista docente, é a exposição ao formol, atenuada no Laboratório de Anatomia do Setor de Ciências Biológicas, mas ainda excessiva no Laboratório de Anatomia Animal do Campus de Palotina. Até hoje a UFPR não possui um quadro atualizado de laudos técnicos de todos os ambientes acadêmicos. Este quadro é fundamental tanto para a concessão de benefícios (adicionais e aposentadoria) quanto para a garantia de que os servidores não estejam expostos a condições insalubres ou perigosas. Em função disso, nos últimos anos, o número de reclamações apresentadas por servidores às entidades sindicais dos docentes e dos técnico-administrativos, referentes a questões de riscos à saúde, de concessão de adicional, de tempo de aposentaria, têm crescido vertiginosamente.

Por estas razões, este tema integrou a pauta local de reivindicações na greve de 2011. As representações sindicais locais questionam não apenas a ON2, que se constitui uma pauta nacional, mas também a forma como ela é aplicada na UFPR e a realização dos laudos técnicos, como pauta local.

Durante o processo de negociação da pauta de greve de 2011, foi acordado com a Administração da UFPR e aprovado pela Assembleia Geral Docente que o tema da aplicação da ON2 na UFPR seria pautado e deliberado no Fórum de Saúde dos Trabalhadores da UFPR, para em seguida ser encaminhado aos Conselhos Superiores. O Fórum incluiu este tema em suas discussões e durante várias reuniões construiu coletivamente a proposta de Resolução apresentada a seguir e encaminhada ao COUN.

Propostas do Fórum de Saúde do Trabalhador da UFPR para adequação da Orientação Normativa nº 2 da Secretaria de Recursos Humanos (SRH) do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) de 19/02/2010

A UFPR, no exercício da sua autonomia, revoga a Orientação Normativa número 2 (ON2) da SRH/MPOG nos pontos em que esta fere as normas estabelecidas para os trabalhadores em geral ou não se adequa ao trabalho acadêmico. Solicita-se à SRH/MPOG sua substituição por uma resolução que corrija todos os procedimentos relacionados a seguir. A UFPR passa a adotar todos os procedimentos descritos a seguir a partir da data de publicação desta resolução.

(a) A atribuição de função gratificada ou cargo comissionado não deve interferir na percepção de adicional de insalubridade ou periculosidade nos casos de servidores que continuem expostos a atividades de risco à saúde, como por exemplo nos casos de docentes com cargo de chefia ou

coordenação que mantêm atividades acadêmicas consideradas perigosas ou insalubres (alteração baseada no Art. 4º e ponto III do Anexo II).

Justificativa: Atualmente o docente que assume cargo de chefia de departamento ou coordenação de curso perde o adicional, mesmo mantendo atividades acadêmicas em situações de periculosidade ou insalubridade.

(b) A universidade deve manter atualizados, dentro da periodicidade legalmente exigida, todos os laudos técnicos referentes aos espaços acadêmicos. A constatação de ambientes nos quais os riscos à saúde sejam superiores aos limites de tolerância deve ser tratada conforme a legislação estabelecida para os trabalhadores em geral. Ambientes nos quais seja constatado risco grave ou iminente, conforme a legislação estabelecida para os trabalhadores em geral, devem ter seu uso suspenso imediatamente (alteração baseada no Art. 5).

Justificativa: Todos os espaços acadêmicos devem ser avaliados. Nenhum servidor deve ser submetido a riscos graves ou iminentes.

(c) Todo projeto acadêmico (de ensino, pesquisa e extensão ou de contrato de prestação de serviços) que implique geração de risco somente pode ser efetivado com um projeto associado de gerenciamento de risco, aprovado pela Divisão de Gestão Ambiental.

Justificativa: Não faz parte da ON2 e baseia-se no fato de que nenhum docente pode implementar um projeto acadêmico que possa causar riscos à si próprio ou a outros membros da comunidade acadêmica.

(d) As entidades de representação de classe devem possuir uma cópia integral de todos os laudos técnicos, sobretudo a parte que contenha a validade do laudo e as medidas de controle definidas pelos peritos. É obrigatório o estabelecimento de um prazo, inferior a 180 dias, acordado com as entidades de representação de classe, para que as condições de saúde e de risco sejam restabelecidas abaixo dos limites de tolerância. O não cumprimento deste prazo implica suspensão do uso do local de trabalho até que as medidas corretivas sejam efetivadas pela administração superior (alteração baseada no parágrafo 1º do Art. 5º).

Justificativa: É fundamental que seja estabelecido um prazo para que as condições de risco sejam cessadas ou sejam colocadas dentro de padrões aceitáveis.

(e) Todo servidor em exposição indevida, caracterizada por laudo técnico, deve ser imediatamente transferido para um ambiente no qual não haja riscos de periculosidade ou insalubridade. Toda exposição indevida deve ser objeto de processo administrativo e disciplinar ao responsável pela sua ocorrência. Considera-se como exposição indevida e/ou desvio de função toda e qualquer atividade exercida pelo servidor em um ambiente que o exponha a riscos para o qual sua atuação não prevê concessão de adicional de insalubridade ou periculosidade, seja produzida por gerenciamento inadequado ou por problemas organizacionais de outra ordem.

Justificativa: Não faz parte da ON2 e busca garantir a remoção imediata de um servidor em exposição indevida a risco, responsabilizando quem o mantiver nesta condição.

(f) Atividades que envolvem o contato com pacientes em Unidades de Terapia Intensiva, Centros de Terapia Intensiva e unidades de emergência, nas quais não há como configurar a plenitude do risco do isolamento (alteração baseada no Anexo I de modo geral) serão consideradas, a partir de laudo técnico, como atividades habituais que podem caracterizar insalubridade em grau máximo.

Justificativa: É inconcebível que estes espaços não estejam previstos na ON2, uma vez que apresentam riscos evidentes ao servidor.

(g) Atividades que envolvem o contato habitual com carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos, peles, pelos e dejeções de seres humanos portadores de doenças infecto-contagiosas (alteração baseada no Anexo I de modo geral), serão consideradas como atividades habituais que podem caracterizar insalubridade em grau a ser definido a partir de laudo técnico.

Justificativa: A ON2 limitava este direito apenas no contato com animais.

(h) Atividades que impliquem exposição do servidor a riscos, sejam estas letivas, vinculadas a disciplinas regulares de graduação, pós-graduação, vinculadas a projetos de pesquisa e/ou extensão devidamente formalizados na universidade (alteração baseada no parágrafo 3º e 4º do Art. 5º; parágrafo 1º e 2º do Art. 6º; e ponto I do Anexo II) poderão ser consideradas como habituais, a partir de laudo técnico.

Justificativa: A exigência da ON2 de pelo menos metade da jornada de trabalho em situação de risco faria com que os docentes só teriam direito ao adicional de suas atividades letivas, em situação de periculosidade ou insalubridade, fossem superiores a 20h/aula semanais, para jornadas de 40h ou D.E.

(i) Supressão dos §1º e §2º do Art. 6º, uma vez que a caracterização de situações em que não deve haver concessão de adicional será determinada por laudo técnico, não sendo necessário explicitar tais situações.

Justificativa: A ON2 restringe de forma inaceitável as duas situações previstas nos parágrafos.

(j) A constatação de risco estabelecida em um laudo técnico para um dado local de trabalho implica obrigatoriamente em concessão de adicional para todos os que forem enquadrados nas mesmas atividades do grupo de exposição (grupo homogêneo de risco). Todos os servidores que forem enquadrados no mesmo grupo de exposição têm direito ao mesmo adicional (alteração baseada no Anexo II de modo geral).

Justificativa: Atualmente servidores lotados em um mesmo ambiente de trabalho, com as mesmas atividades, podem receber percentuais diferentes.

(k) O laudo técnico deverá considerar o ambiente de trabalho e a situação individual de trabalho do servidor (alteração baseada no §3º do Art. 8º).

Justificativa: O laudo técnico deverá considerar o ambiente de trabalho e a situação individual de trabalho do servidor.

(l) O pagamento dos adicionais e da gratificação de que trata a ON2 é suspenso quando, mediante novo laudo, for constatado que o risco cessou em virtude da melhoria do ambiente de trabalho ou do afastamento do servidor daquela lotação que deu origem ao laudo (alteração do Art. 10º).

Justificativa: A mudança no percentual do adicional ou a cessão do adicional devem ser efetivada somente a partir de novo laudo técnico emitido.

(m) Será desconsiderado o ANEXO II referente a enumeração de “atividades não caracterizadoras para efeito de pagamento de adicionais ocupacionais”, sendo que a caracterização ou não de risco será determinada a partir de laudo técnico (alteração baseada no Anexo II de modo geral).

Justificativa: Os itens 3, 4, 5 e 6 apresentam situações que os tornam ilegais e os itens 1, 2 e 7 são redundantes.

(n) Nos casos de insalubridade e/ou periculosidade não contemplados pela presente resolução, serão respeitadas as normas estabelecidas para os trabalhadores em geral, especialmente as Normas Regulamentadoras pertinentes a cada matéria, inclusive, quanto à incidência dos respectivos adicionais.

Justificativa: A ON2 não pode limitar direitos que já estão assegurados na legislação em vigor.

TR - 49

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Que as seções sindicais e o GTSS/A discutam as questões referentes a monetarização do risco e necessidade de regulamentação adicional às questões de insalubridade e periculosidade, para posterior posicionamento do ANDES-SN.

2. Que as seções sindicais, em conjunto com a representação sindical local dos servidores técnico-administrativos, construam normativas locais a respeito de insalubridade, periculosidade e penosidade, a serem submetidas ao conselho superior da instituição, substituindo a ON2.
3. Que a luta pela aprovação dessas normativas locais passe a constituir um dos itens da pauta local de reivindicações.
4. Encaminhamento ao jurídico nacional a análise sobre a autonomia dos conselhos universitários em regulamentarem localmente as questões de insalubridade e periculosidade.
5. Aprofundamento do debate a necessidade da construção de uma política de saúde para os professores
6. Estabelecimento de espaços de diálogo com os docentes acerca do tema de insalubridade e periculosidade, ressignificando essa demanda sob a ótica da saúde do trabalhador.

TEXTO 50

Contribuição dos professores Luis Allan Künzle e Astrid Baecker Avila – sindicalizados da APUFPR Seção Sindical

“COMISSÃO DE RELAÇÕES INTERPESSOAIS DE TRABALHO”: POSSIBILIDADES PARA O COMBATE À VIOLÊNCIA MORAL A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA APUFPR-SSIND.

TEXTO DE APOIO

Modificações das condições e da organização do trabalho ocorridas nos últimos anos geraram um crescente número de casos de adoecimento físico e mental dos trabalhadores docentes conforme apontam as pesquisas. Esta realidade registrada nas publicações sobre trabalho docente e saúde dos professores também é encontrada no cotidiano das instituições de ensino superior público. Através de ações realizadas pela APUFPR-SSind, no que diz respeito à saúde docente, pôde-se perceber que a grande maioria dos casos de adoecimento de professores da UFPR, apresentados à Universidade e à Seção Sindical, estava relacionada a situações de Violência Moral no Trabalho. Desde 2010, por meio de trabalhos desenvolvidos pela Assessoria Psicológica da APUFPR-SSind, sistematizam-se dados referentes à saúde dos docentes da Universidade e as denúncias de situações de Violência Moral vivenciadas pelos professores, como o Assédio Moral. A partir destes trabalhos foi possível analisar informações que possibilitaram identificar implicações da Universidade na existência dos casos de Violência, o que permitiu a APUFPR-SSind atuar coletivamente. A seguir serão apresentados brevemente alguns dados levantados a partir dos serviços da Assessoria Psicológica e, em seguida, descritas algumas ações sindicais realizadas a partir desse diagnóstico.

Dados referentes aos casos de Violência Moral na UFPR

A partir da sistematização das denúncias de Violência Moral no Trabalho ocorrida na UFPR, pode-se notar que os docentes que passam por tais situações apresentavam diversas características peculiares e em comum, como as descritas abaixo.

Os docentes são de ambos os sexos e de diferentes idades – com prevalência entre 43 e 57 anos. Estes também possuem diferentes formações e são de setores acadêmicos distintos da UFPR, bem como têm ano de ingresso na Instituição variado – desde professores atualmente aposentados até docentes que entraram em 2010 e, entre eles, prevalece uma maioria de

professores com menos de 6 anos de Universidade¹⁵. Salienta-se ainda que todos os docentes enquadram-se no regime de trabalho de 40 horas com dedicação exclusiva e, majoritariamente, assumiram cargos administrativos, como chefia de departamento e coordenação de curso com pouco tempo de ingresso na Universidade. Pode-se sinalizar também que estes professores apresentam carga horária semanal variável entre 8 e 18 horas semanais em sala de aula – com prevalência de 12 a 14 horas.

Destaca-se também que a maioria desses professores menciona encarar o trabalho como projeto de vida e tinha o ingresso em uma universidade pública como um sonho profissional a ser realizado. Desta forma, entre outros motivos, desde o início de suas carreiras nessa universidade, apresentaram-se frente aos seus setores, colegas de trabalho e alunos como profissionais inovadores, ativos e criativos, dispostos a contribuir para a Instituição através de seus trabalhos de ensino, pesquisa e extensão. Esses professores também possuem títulos com reconhecida relevância acadêmica, financiamento para desenvolver pesquisas e boas relações com seus alunos, ou ao menos priorizaram tais elementos e investiram para alcançá-los. Tais características aparentam ter dado destaque a esses professores, porém as mesmas resultaram em ações de discriminação e de perseguição direcionadas a eles, tendo em vista que seu trabalho ameaçou os demais profissionais, o conservadorismo e os grupos de poder presentes na Instituição.

Frequentemente, o impedimento ou a dificuldade em realizar algo novo dentro da Universidade comumente faz parte de todo início de carreira dos docentes – não que tal atitude deva ser vista sem reservas. No entanto, estes professores persistiram na mudança, fato esse que aparenta ter sido entendido pelos demais membros da Instituição como enfrentamento à lógica de funcionamento da mesma. Dito de outra forma, o posicionamento dos docentes de persistir frente à resistência, à mudança e às dificuldades burocráticas da Universidade gerou uma ideia de confronto e, por consequência, a continuidade e o aumento da frequência de situações de perseguição, ameaças (sobretudo durante o período de estágio probatório), discriminação, sobrecarga de trabalho e também exclusão – situações essas que caracterizam o Assédio Moral ou outros tipos de Violência Moral no Trabalho.

Além das características em comum quanto à postura profissional, os professores parecem vivenciar de forma semelhante as medidas tomadas pela UFPR frente às situações enfrentadas pelos mesmos. Estes professores passaram por longos processos burocráticos, acompanhados por frequente falta de comunicação a respeito do andamento desses processos. Inquestionavelmente, o processo burocrático, guiado pela impessoalidade e por regras estabelecidas formalmente, faz parte das atividades executadas na e por uma universidade pública, com o intuito de padronizar e conferir igualdade ao tratamento de todos os casos. No entanto, o posicionamento não conformado desses docentes, os enfrentamentos e os confrontos anteriores, parecem causar disfunção da burocracia. Essas atitudes assumidas pela Universidade frente a esses professores apresentam-se como uma punição, para que o docente se enquadre às regras implícitas. Desta forma, sob um caráter disciplinador, a Instituição também se apresenta como responsável quando age de forma negligente, consentida ou com descaso, ainda que o conflito possa parecer resultante de problemas pessoais.

Referente ainda às consequências do comportamento dos docentes e à estrutura da Universidade, percebe-se que, apesar do início do embate geralmente haver ocorrido entre o professor acolhido e um colega de trabalho, no decorrer do convívio e dos conflitos formam-se ou se fortalecem os grupos que defendem a manutenção da estrutura do poder e a resistência a modificações. Há indícios de que tais grupos são fortalecidos ou criados através da política de troca de favores, do desrespeito às regras da universidade para benefício próprio e também são propiciados pela impunidade em alguns momentos e pelo descaso em outros. As atitudes de grupos com estes têm o intuito de tornar seus interesses objetivos e subjetivos em interesses

15 Tais informações denotam que as denúncias foram feitas por um grupo bastante diversificado de professores e que, embora haja prevalência de professores com menos tempo de Universidade, há também a procura por parte daqueles professores com mais tempo de instituição. É importante destacar que não há um perfil específico de professores que buscam o acolhimento no que diz respeito às informações acima mencionadas, fato que delineia a possibilidade de que os problemas estejam pulverizados por toda a Universidade.

dominantes. Em outras palavras, frente ao cenário apontado acima, frequentemente o docente vivencia dificuldade de relação com seus pares devido: à formação de grupos rivais; à desmobilização do coletivo do qual participa; à disfunção burocrática (na qual quem pertence ao grupo vigente tem vantagens e benefícios não permitidos aos que se opõem e apresentam ideias divergentes); e à manipulação de informação com o intuito de lhe prejudicar.

Frente a essas situações, muitas vezes é necessário que o docente tente por ele mesmo acelerar os seus processos ou ainda recorrer à entidade que o representa enquanto classe. Foi comum observar que os problemas se arrastam por longo tempo até que o docente procure a entidade sindical. Frequentemente, a situação tarda em ser discutida dentro do seu próprio departamento ou setor, pois exatamente aqueles que deveriam fazer a mediação do conflito não agem de acordo com as exigências de impessoalidade do cargo. Segundo o relato dos professores acolhidos, em alguns momentos a quebra de impessoalidade ocorre porque há descaso com o problema apresentado ou porque existe envolvimento direto ou indireto deste mediador com os grupos de poder.

Cabe destacar, novamente, que os docentes também apresentavam quadros de adoecimento desencadeados ou agravados após situações advindas do trabalho como as descritas anteriormente. Chama atenção também a dificuldade dos professores em assumir a condição de adoecimento e/ou sofrimento psíquico, fato que colabora para a busca tardia em auxílio à saúde e acarreta a piora do seu estado.

Ações da APUFPR-Sind frente à Violência Moral no Trabalho

Do ponto de vista da ação sindical, o quadro de adoecimento docente apresentado acima se torna mais complexo em função da forma como a universidade trata esta questão. Apresenta-se a situação específica da UFPR, mas pode ser que ela seja comum a outras universidades públicas, federais ou estaduais. Duas situações merecem ser analisadas com maior cuidado: a passagem do docente pelos Serviços de Saúde da Universidade e os procedimentos que esta estabelece em casos de Violência Moral.

No que se refere à primeira situação, constata-se inicialmente que os docentes das instituições públicas acessam raramente os serviços de saúde, resolvendo as necessidades de afastamento de curto prazo com colegas de departamento ou do curso ao qual estão alocados. Apenas os afastamentos de longa duração são notificados e somente quando implicam contratação de professor substituto. Isto faz com que as instituições disponham de poucos dados referentes ao adoecimento docente. Além disso, os Serviços de Saúde da Universidade restringem-se à concessão da licença de afastamento e pouco ou nada fazem com respeito às causas que geraram esse adoecimento. Outro aspecto fundamental para a ação sindical é que mesmo esses poucos dados não são comunicados à Seção Sindical, ferindo a Resolução 1488/98 do Conselho Federal de Medicina. Isto impede que a representação sindical possa exigir o estabelecimento tanto do nexos causal, entre adoecimento e condições e/ou relações de trabalho, quanto de dados epidemiológicos.

A segunda situação que foi possível verificar na UFPR relaciona-se ao procedimento adotado em casos de denúncia de Violência Moral no trabalho. Estas denúncias são encaminhadas à Comissão de Ética, que não possui nem competência técnica, nem atribuição legal, para avaliar e posicionar-se nestes casos. Em geral as denúncias são arquivadas ou, em função das relações de poder, encaminhadas à Comissão de Processo Administrativo, limitada da mesma forma que a Comissão de Ética para tratar casos de Violência Moral. O desgaste gerado por esses procedimentos, em geral longos e sem nenhum resultado, pioram ainda mais as condições de saúde daqueles que sofreram o processo de Violência Moral. O resultado é a descrença dos docentes em efetuar denúncias referentes à Violência Moral na universidade pública, situação, por sinal, que pode ser extensível a qualquer servidor público.

Para combater as situações acima descritas, a APUFPR-SIND buscou discutir com especialistas formas de ação e conhecer experiências realizadas por outros sindicatos. O que se tem hoje no Brasil são algumas comissões, organizadas internamente nos sindicatos, que acolhem, analisam e encaminham (tanto por especialistas da área de saúde como pela via jurídica) as denúncias

recebidas dos sindicalizados, mas sem envolvimento da instituição. Esta é a situação hoje também vivida pela APUFPR-SIND. Entretanto, é fundamental o envolvimento e o reconhecimento da Instituição dos casos de Violência Moral. Em função disto, na pauta local de greve de 2012¹⁶, foi incluída a criação da “Comissão de Relações de Trabalho da UFPR”, na qual participam os serviços de saúde da Instituição e as representações sindicais dos servidores, docentes e técnico-administrativos.

O acordo de greve assinado com a Administração da Universidade transferiu ao Fórum de Saúde do Trabalhador da UFPR a construção de uma proposta de Regimento da Comissão, a ser submetida aos Conselhos Superiores. Nesta proposta, todas as denúncias de violência moral devem passar pela Comissão e esta deve gerar um parecer sobre cada caso. Na sua construção, por parte das representações sindicais, uma das principais preocupações foi garantir participação efetiva dos sindicatos e de especialistas de diferentes áreas da Saúde. Outra preocupação foi permitir que uma das representações sindicais possa expressar parecer diverso em relação ao aprovado pela Comissão, para garantir sua autonomia em relação a decisões institucionalizadas. Estas e outras questões foram discutidas e a proposta de Regimento está apresentada a seguir.

PROPOSTA DE REGIMENTO PARA A COMISSÃO DE RELAÇÕES INTERPESSOAIS DE TRABALHO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAPÍTULO I

Deste Regimento

Art. 1º – Este Regimento tem como finalidade regulamentar as disposições relativas à Comissão de Relações Interpessoais de Trabalho no âmbito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), no que tange à composição e estrutura organizacional, atribuições, funcionamento, competências, deveres e responsabilidades de seus membros, prazos, parecer e disposições gerais.

CAPÍTULO II

Da Comissão de Relações Interpessoais de Trabalho da UFPR

Art. 2º – A Comissão de Relações Interpessoais de Trabalho da UFPR tem como finalidade, a partir de denúncias referentes a assédio moral e outras violências decorrentes de conflitos nas relações interpessoais de trabalho, elaborar parecer para cada denúncia apresentada. Indicando o(s) respectivo(s) encaminhamento(s) de procedimentos a serem realizados por demais instâncias dentro da Universidade (sindicância, processo disciplinar, comissão de ética, arquivamento, etc.).

§ 1º - São consideradas como relações interpessoais de trabalho na UFPR, para o escopo desta Comissão, aquelas envolvendo servidores integrantes do quadro permanente de pessoal da UFPR, funcionários da Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura (FUNPAR), médicos residentes atuando em órgão vinculado à UFPR, professores substitutos com contrato vigente com a UFPR ou funcionários de empresas terceirizadas atuando na UFPR em função de contrato de prestação de serviços.

§ 2º - Os pareceres serão encaminhados ao Conselho de Planejamento e Administração (COPLAD) da UFPR para conhecimento e à Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE) para providências que deverão ser concluídas dentro dos prazos estabelecidos no parecer.

§ 3º - Cabe à Comissão, a partir dos casos identificados e tratados, levantar dados epidemiológicos referentes às questões de assédio moral e outras violências decorrentes de conflitos nas relações interpessoais de trabalho na UFPR.

Art. 3º – A comissão está subordinada ao COPLAD.

¹⁶ Fruto das discussões do Fórum de Saúde do Trabalhador da UFPR que conta com a participação de membros do Movimento Docente ligados a APUFPR_SSind., do SINDITEST e da PROGEPE.

CAPÍTULO III

Da Composição e Estrutura Organizacional

Art. 4º – A Comissão será constituída, institucionalmente, de forma tripartite e paritária, pelas seguintes entidades: Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFPR (PROGEPE), Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral (SINDITEST) e Associação dos Professores da UFPR (APUFPR-SSind). A Comissão será composta por nove membros titulares e três suplentes, sendo três titulares e um suplente do corpo técnico dos serviços de saúde da Universidade, de especialidades distintas e integrantes do quadro permanente de pessoal da UFPR, designados pela PROGEPE; três titulares e um suplente indicados pelo SINDITEST, aprovados em Assembleia Geral dos Servidores Técnico-Administrativos da UFPR; e três titulares e um suplente indicados pela APUFPR, aprovados em Assembleia Geral dos Docentes da UFPR, com mandato de 2 anos.

§ 1º - A Presidência e a Vice-Presidência da Comissão serão exercidas por dois de seus membros titulares, eleitos pelos membros titulares.

§ 2º - Entre os membros titulares e suplentes vinculados à APUFPR-SSind, pelo menos dois devem ser integrantes do quadro permanente de pessoal da UFPR. Entre os membros titulares e suplentes vinculados ao SINDITEST, pelo menos dois devem ser integrantes do quadro permanente de pessoal da UFPR ou funcionários da FUNPAR.

§ 3º - A vacância de membros titulares e suplentes deverá ser substituída em prazo máximo de 15 dias.

§ 4º - Nenhum dos membros da Comissão pode possuir Cargo Comissionado.

Art. 5º – Os membros da Comissão não perceberão remuneração de qualquer natureza pelo exercício da função.

Art. 6º – A Comissão conta com uma Secretaria-Executiva.

Art. 7º – A Secretaria-Executiva será chefiada por um(a) Secretário(a)-Executivo(a), integrante do Quadro Permanente de Pessoal da UFPR, nomeado(a) pelo Reitor após referendo do COPLAD.

Parágrafo Único. A Secretaria-Executiva contará também com um substituto(a) para as situações em que o(a) Secretário(a)-Executivo(a) estiver impossibilitado de cumprir com suas atribuições, nomeado da mesma maneira que este último.

CAPÍTULO IV

Das Atribuições

Art. 8º – Aos membros da Comissão incumbe:

I – Ao Presidente:

- 1) convocar quinzenalmente as reuniões periódicas, com duração máxima de 3 horas, as reuniões extraordinárias, com pelo menos 48 horas de antecedência, quando necessário e presidir as reuniões da Comissão;
- 2) representar a Comissão;
- 3) dar execução às decisões da Comissão;
- 4) convocar pessoas que, por si ou por entidades que representem, possam contribuir na condução dos trabalhos da Comissão;
- 5) orientar e supervisionar os trabalhos do(a) Secretário(a)-Executivo(a);
- 6) convocar, mediante termo lavrado em Ata, substituto(a) para o(a) Secretário(a)-Executivo(a) em situações de ausência ou impedimento;
- 7) convocar o(a) Vice-presidente(a) da Comissão para substituí-lo na Presidência de reuniões;

- 8) manter sigilo absoluto referente aos casos recebidos e em discussão na Comissão.

II - Aos demais membros titulares:

- 1) examinar as matérias que lhes forem submetidas, emitindo parecer e fundamentado;
- 2) solicitar informações a respeito de matérias sob exame da Comissão;
- 3) representar a Comissão e presidir suas reuniões, a partir de votação de seus membros titulares;
- 4) manter sigilo absoluto referente aos casos recebidos e em discussão na Comissão.

III - Aos membros suplentes da Comissão:

- 1) substituir os membros titulares em suas ausências;
- 2) manter sigilo absoluto referente aos casos recebidos e em discussão na Comissão.

IV - Ao(À) Secretário(a)-Executivo(a):

- 1) organizar a agenda, relacionar os temas a serem incorporados à pauta das reuniões e assegurar o apoio administrativo e logístico à Comissão;
- 2) secretariar as reuniões;
- 3) proceder ao registro das reuniões e à elaboração de suas Atas;
- 4) instruir as matérias submetidas à deliberação;
- 5) providenciar a instrução de matéria para deliberação da Comissão, nos casos em que houver necessidade de parecer sobre a legalidade de ato a ser por ela editado;
- 6) manter a guarda dos processos depositados na secretaria da Comissão;
- 7) submeter anualmente à Comissão um Plano de Trabalho que contemple as principais atividades a serem desenvolvidas, indicadores e dimensionando os recursos necessários;
- 8) elaborar anualmente Relatório das Atividades desenvolvidas pela Comissão e submeter sua aprovação à Comissão;
- 9) manter sigilo absoluto referente aos casos recebidos e em discussão na Comissão.

CAPÍTULO V

Do Funcionamento

Art. 9º – As deliberações da Comissão, excetuados os pareceres referentes às denúncias, serão tomadas pelo voto da maioria simples de seus membros titulares, ou suplentes no exercício da titularidade, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 10 – As reuniões da Comissão ocorrerão, em caráter ordinário, quinzenalmente, e extraordinariamente quando necessário.

§ 1º - O membro titular da Comissão deverá justificar, antecipadamente, a eventual impossibilidade de comparecer às reuniões, de modo a possibilitar a convocação tempestiva do suplente da respectiva entidade.

§ 2º - O membro da Comissão que acumular três faltas consecutivas não justificadas ou cinco faltas mesmo que justificadas será dela excluído.

Art. 11 – O quórum mínimo para a realização de reunião da Comissão será de seis pessoas.

Parágrafo único. A não realização de duas reuniões ordinárias consecutivas deverá ser informada ao COPLAD para as devidas providências e sanções.

Art. 12 – A pauta das reuniões da Comissão será deliberada no início de cada uma delas, a partir da relação elaborada pela Secretaria-Executiva, admitindo-se a inclusão de novos assuntos.

Art. 13 – O processo de análise das denúncias e elaboração de parecer será instaurado a pedido ou de ofício, observado o seguinte:

I - a denúncia deve ser dirigida à Presidência da Comissão de Relações Interpessoais de

Trabalho da UFPR;

II - as denúncias devem ser feitas por escrito em meio físico, entregues na Secretaria Executiva da Comissão, ou eletrônico, no endereço eletrônico ..., com um endereço físico ou eletrônico de retorno, para o qual será enviado posteriormente o número de protocolo da denúncia;

III - as denúncias podem ser encaminhadas por terceiros, inclusive as entidades participantes da Comissão;

IV - O processo de denúncia deve conter:

- a) a identificação do(s) denunciante(s), ao(s) qual(is) deve ser garantido o sigilo absoluto, caso o requeira(m);
- b) a identificação do(s) denunciado(s),
- c) a narrativa dos fatos;
- d) nome de testemunhas com a orientação sobre a forma de localizá-las, documentos e/ou provas da matéria denunciada.

Art. 14 – Para toda denúncia caberá à Comissão:

I - constituir um dossiê, mantido pela Comissão, com garantia de sigilo;

II - analisar a denúncia, com a narrativa dos fatos e as provas documentais fornecidas, avaliando sua pertinência em relação aos objetivos estabelecidos no Artigo 2º;

III - responder as denúncias consideradas não pertinentes, com justificativa pela sua não-aceitação;

IV - estabelecer um procedimento de análise da denúncia aceita, que envolva os seguintes passos:

- 1) oitiva do(s) denunciante(s);
- 2) oitiva obrigatória do(s) denunciado(s);
- 3) oitiva de testemunha(s), quando houver, arroladas pelo(s) denunciante(s) ou pelo(s) denunciado(s);
- 4) realização de perícia, preferencialmente pelo corpo técnico do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), ou indicação da realização de perícia externa à Comissão, por impedimento do corpo técnico indicado pela PROGEPE

ou por necessidade de especialista inexistente na Comissão.

V - produção de prova documental e/ou testemunhal, destacando que:

- a) a produção de prova poderá ser feita pela própria Comissão;
- b) a Comissão poderá indeferir pedido da parte do(s) denunciado(s) referente à produção de provas quando considerado impertinente, meramente protelatório, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos;
- c) a Comissão, quando julgar necessário, poderá ouvir outras testemunhas que não as indicadas.

VI - gerar parecer referente às denúncias, com encaminhamentos.

VII - acompanhar os encaminhamentos de todos os pareceres emitidos até que estes estejam todos concluídos.

Parágrafo único. A Comissão pode indicar, a partir de parecer, em situações de risco grave e iminente à integridade física ou mental de servidor(a) ou funcionário(a), encaminhamentos, com seus respectivos prazos de atendimento, que devem ser executados antes da conclusão do procedimento.

CAPÍTULO VI

Das Competências

Art. 15 – Compete à Comissão:

- I - promover seminários, simpósios e outros eventos correlatos, que propiciem a difusão, a conscientização e o debate a respeito da temática das relações de trabalho;
- II - a partir dos dados epidemiológicos sistematizados sugerir ações à Administração da UFPR;
- III - elaborar o Regimento Interno da Comissão, submetê-lo à aprovação do COPLAD e atualizá-lo sempre que considerar necessário, dando ampla publicidade do mesmo;
- IV - promover ampla divulgação da Comissão e de seu modo de funcionamento.

CAPÍTULO VII

Dos Deveres e Responsabilidades dos Membros da Comissão

Art. 16 – Os trabalhos da Comissão devem ser desenvolvidos com celeridade e observância dos seguintes princípios:

- a) proteção à honra e à imagem da pessoa investigada;
- b) proteção à identidade do denunciante sempre que este explicitar no processo seu desejo nesse sentido;
- c) independência e imparcialidade de seus membros na apuração dos fatos.

Art. 17 – Eventuais conflitos de interesse, efetivos ou potenciais, que possam surgir em função do exercício das atividades profissionais dos membros da Comissão deverão ser informados aos demais integrantes da Comissão.

Parágrafo único. O membro da Comissão estará impedido de participar de procedimento envolvendo servidor ou autoridade com quem tenha relação de parentesco ou que lhe seja direta e hierarquicamente superior ou subordinado.

Art. 18 – As matérias examinadas nas reuniões da Comissão têm caráter sigiloso, ao menos até sua deliberação final, quando será decidida sua forma de encaminhamento.

Parágrafo único. Os membros da Comissão somente poderão manifestar-se sobre os casos dentro da Comissão ou em função desta.

Art. 19 – O não cumprimento dos artigos desta resolução implica sanções administrativas, no caso de servidores públicos, e denúncia do corpo técnico não-servidor aos seus respectivos conselhos profissionais. Os não servidores responderão conforme a legislação em vigor, tanto do ponto de vista cível quanto criminal.

§ 1º - Todo membro da Comissão deverá assinar Termo de Compromisso assumindo ciência do conteúdo desta resolução.

§ 2º - A comprovação do não cumprimento dos artigos desta resolução por um de seus integrantes implica na expulsão imediata do mesmo.

CAPÍTULO VIII

Dos Prazos

Art. 20 – A comissão tem prazo de 30 dias para a coleta de dados (entrevistas, visitas, etc.), com possibilidade de uma única prorrogação de 30 dias, desde que justificada.

Art. 21 – O prazo para elaboração do parecer final referente à denúncia será de 30 dias após a coleta de dados, improrrogável.

CAPÍTULO IX

Do Parecer

Art. 22 – O parecer deve apresentar seu posicionamento sobre a denúncia, incluindo para isso

todos os documentos técnicos sobre os quais esse posicionamento se baseou.

§ 1º - Para a votação do parecer será computado um voto por entidade constitutiva da Comissão.

§ 2º - Caso não haja consenso entre as entidades (PROGEPE, SINDITEST e APUFPR-SSind), todos os posicionamentos discordantes, cada um deles fornecido pela respectiva entidade, devem acompanhar o parecer devidamente justificado.

§ 3º - Em caso de posicionamento discordante entre todas as entidades, a decisão do encaminhamento final cabe ao COPLAD, resguardando nesta instância o sigilo absoluto do caso em questão.

§ 4º - O parecer deve estabelecer prazo para atendimento das demandas.

§ 5º - A toda decisão ou parecer da Comissão caberá recurso em primeira instância, no prazo de **xx** dias da data da decisão ou parecer, à própria Comissão, em segunda instância, no mesmo prazo, ao COPLAD e em terceira instância, no mesmo prazo, ao Conselho Universitário (COUN).

§ 6º - Cumpre à PROGEPE informar mensalmente os encaminhamentos relativos a cada caso até o seu encerramento.

CAPÍTULO X

Das disposições gerais

Art. 23 – Estão sujeitos ao presente Regimento todos os membros desta Comissão.

Art. 24 – No final de cada ano será realizada uma análise do Relatório das atividades desenvolvidas com avaliação da consecução do planejamento adotado por esta Comissão.

§ 1º - Este relatório deve apresentar:

- a) os dados epidemiológicos referentes aos casos analisados;
- b) resultados alcançados (número de atendimentos, tipos de encaminhamentos sugeridos, etc.);
- c) sugestões e encaminhamentos às instâncias da UFPR visando eliminar condições geradoras de assédio moral e outras violências decorrentes de conflitos nas relações interpessoais de trabalho.

§ 2º - Este relatório deve ser encaminhado ao COPLAD e às entidades.

§ 3º - Este relatório deve ter ampla divulgação à comunidade acadêmica da UFPR.

Art. 25 – Caberá à Comissão dirimir as dúvidas e resolver os casos omissos decorrentes da aplicação deste Regimento.

Art. 26 – Este Regimento entra em vigor a partir da data de publicação.

TR – 50

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Acionar o Conselho Federal de Medicina para obrigar as IFES e IEES de notificarem as Seções Sindicais em casos de adoecimento docente.
2. Discutir, nas Seções Sindicais e no GTSS/A a constituição de Comissões de Relações Interpessoais de Trabalho em cada Universidade, com a participação das representações sindicais dos trabalhadores.
3. Incluir esta demanda nas pautas locais de greve.

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IPES**TEXTO DE APOIO**

Os docentes das IPES enfrentam situações extremamente críticas em relação a condições de trabalho, perda de direitos trabalhistas e demissões injustificadas. O levantamento sobre o perfil dos professores das IPES no período de 2008 a 2010, realizado pela subseção do DIEESE no ANDES-SN, mostrou que este setor congrega o maior número de docentes de ensino superior no país, com cerca de 180.000. No mesmo período, a faixa etária da maioria dos professores era de 30 a 64 anos, com aumento do número de contratações de docentes com mais de 50 anos; cerca de 40% dos docentes tinham contratos temporários ou emergenciais e, ainda, aproximadamente 50% dos contratos eram para 12 horas semanais ou menos. Os reajustes salariais eram, em geral, muito aquém da inflação do período, sendo que reajustes maiores só ocorriam em função da titulação dos docentes. Estes dados mostraram grande heterogeneidade no setor, com ausência geral de política salarial para os docentes das IPES.

Atualmente, a maior dificuldade para a atuação do ANDES-SN no setor das IPES é de que ainda permanece a contenda judicial quanto à representação dos docentes das IPES, apesar de todos os esforços neste sentido. A avaliação da Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SN ressalta os riscos da intervenção do ANDES-SN junto aos docentes de instituições em que ainda não há organização sindical ou daquelas nas quais os docentes já se organizaram em torno de sindicatos locais, apontando para a possibilidade concreta da filiação dos docentes ao ANDES-SN intermédio de associações docentes.

O ANDES-SN tem atuado efetivamente em relação ao setor das IPES e buscado atuar politicamente na denúncia aos ataques sofridos por aqueles docentes. No 31º Congresso, aprovaram-se diretrizes para a elaboração de pautas de reivindicações para os docentes das IPES, disponibilizado aos docentes como instrumento de luta.

Em 2012, o objetivo foi o de desenvolver atividades capazes de sensibilizar os docentes das seções sindicais do ANDES-SN e, ao mesmo tempo, desenvolver ações políticas para mobilizar docentes das IPES, oportunizando a ampliação deste setor no sindicato. Permanece a necessidade de ampliar significativamente o trabalho de mobilização no setor das particulares no ANDES-SN e, desta forma, poder atuar mais efetivamente na defesa dos docentes das IPES que, de modo geral, são os mais afetados pela lógica capitalista.

Como uma das estratégias possíveis para a atual situação do sindicato em relação ao setor das IPES, as denúncias da situação de exploração do trabalho e das demissões em massa que vêm ocorrendo, mas, especialmente em instituições pertencentes a grandes grupos econômicos, precisa ser intensificada.

TR - 51

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Lutar pelo fortalecimento do setor das IPES enquanto parte do ANDES-SN;
2. Atualizar o levantamento de dados sobre os docentes das IPES feito pela subseção do DIEESE do ANDES-SN;
3. Intensificar a denúncia da situação dos docentes das IPES, em relação à precariedade das condições de trabalho, à perda de direitos trabalhistas e à exacerbação de demissões injustificadas;
4. Realizar, no segundo semestre de 2013, o Encontro do Setor das IPES com o tema “Ensino Superior no Brasil e Condições de Trabalho Docente nas IPES”.

SIGLAS

ABI: Associação Brasileira de Imprensa
AGU: Advocacia-Geral da União
ANDIFES: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BGA: Bacharelados em Grandes Áreas
C&T: Ciência e Tecnologia
CADIN: Cadastro de Inadimplentes
CAPES/MEC: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior /MEC
CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológica
CLT - Consolidação das Leis de Trabalho
CNE: Conselho Nacional de Educação
CNESP: Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais
CNPQ: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico:
CONAD: Conselho do ANDES Sindicato Nacional
CONED: Congresso Nacional de Educação
CONGRESSO: Congresso do ANDES-SN
CONLUTAS: Coordenação Nacional de Lutas.
CONLUTE: Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes
CPA: Comissões Próprias de Avaliação
CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito
CSS: Contribuição Social para Saúde
DA: Diretórios Acadêmicos
DCE: Diretório Central de Estudantes
DE: Dedicção Exclusiva
DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudo
DPC: Diretrizes Gerais para Planos de Carreira dos Servidores Públicos
DRU: Desvinculação de Recursos da União
EaD: Educação a Distancia
EC: Emenda Constitucional
ETF: Escolas Técnicas Federais
ENADE: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio
ENFF: Escola Nacional Florestan Fernandes
FASUBRA-Sindical: Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras
FIES: Financiamento Estudantil
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC: Fernando Henrique Cardoso
FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos
FNDC: Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
FNDE: Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNDEP: Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GEBTT : Gratificação da Educação Básica, Técnica e Tecnológica
GEMAS: Gratificação de Estímulo ao Magistério Superior
GT: Grupo de Trabalho
GTCA: Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte
GTPFS: Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical
HU: Hospital Universitário
ICV: Índice do Custo de Vida
IEES: Instituições Estaduais de Ensino Superior
IES: Instituições de Ensino Superior
IFE: Instituições Federais de Ensino
IFES: Instituições Federais de Ensino Superior
IFET: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IMES: Instituições Municipais de Ensino Superior

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPES: Instituições Particulares de Ensino Superior
LDB: Lei de Diretrizes e Bases
LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBTTT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero
LOA: Lei Orçamentária Anual
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDE: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC: Ministério do Estado da Educação
MPOG: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTE: Ministério do Trabalho e Emprego
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
OCC: Outros Custeios de Capital
OIT: Organização Internacional do Trabalho
PAC: Programa de Aceleração do Crescimento
PCMSO: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional – Diretrizes para a Educação
PEC: Proposta de Emenda Constitucional
PIB: Produto Interno Bruto
PL: Projeto de Lei
PLANFOR: Plano Nacional de Formação Docente
PLC: Projeto de Lei da Câmara dos Deputados
PLP: Projeto de Lei Complementar
PLS: Projeto de Lei do Senado Federal
PNE: Plano Nacional de Educação
PPA: Plano Plurianual
PPG: Projeto de Pós-Graduação
PPPs: Parcerias Público Privadas
PPRA: Programas de Prevenção de Risco Ambiental
PROEP: Programa de Expansão da Educação Profissional
PROIFES: Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior
PROUNI: Programa Universidade para Todos
REHUF: Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais
PUCRCE: Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos
REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RGPS: Regime Geral da Previdência Social
RJU/PUCRCE:
RJU: Regime Jurídico Único
RT: Retribuição por Titulação
SESu/MEC: Secretaria de Educação Superior / MEC
SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINASEFE: Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional
SISOSP: Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor
SPF: Servidores Públicos Federais
SR: Secretarias Regionais
STF: Supremo Tribunal Federal
STJ: Superior Tribunal de Justiça
SUS: Sistema Único de Saúde
TCU: Tribunal de Contas da União
UAB: Universidade Aberta do Brasil
USAID: United States Agency for International Development

ANEXO AO CADERNO DE TEXTOS

32º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional

Rio de Janeiro/RJ, 4 a 9 de março de 2013

Tema Central: Sindicato Nacional na luta pelo projeto de educação pública e condições de trabalho

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

Fax: (61) 3224-9716

Gestão 2012/2014

Presidente: Marinalva Silva Oliveira

Secretário Geral: Márcio Antônio de Oliveira

1º Tesoureiro: Fausto de Camargo Junior

Diretor responsável por Imprensa e Divulgação: Luiz Henrique Schuch

Revisor responsável pelos textos da Diretoria: Davi Leonart

Secretária Administrativa: Maria de Fátima Alves da Silva

home page: <http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

SUMÁRIO

TEMA 1 – MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA	
Texto 52 - A crise, as greves de 2012 e os desafios do movimento sindical - <i>Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira, Graciela Bonassa Garcia, Ana Maria Marques Santos e Luciano da Silva Alonso – Sindicalizados da ADUR-RJ Seção Sindical</i>	
Texto 53 - Movimento docente e conjuntura - <i>Contribuição dos professores Bruno Teixeira, Claudia March, Cristina Pinheiro Mendonça, Douglas Leite, Eblin Farage, Edson Teixeira, Elza Dely, Felipe Brito, Francine Helfreich, José Rafael Bokehi, Juarez Duayer, Kátia Lima, Rodrigo Lima, Miriam Fátima Reis, Sônia Lúcio, Verônica Fernandez e Wanderson Fábio de Melo – sindicalizados da ADUFF-SSind.</i>	
Texto 54 - Conjuntura - <i>Contribuição dos professores Michelly Ferreira Monteiro Elias (ADOM), Silvana Lúcia da Silva Lima (APUR) e Nair Casagrande (APUB)</i>	
Texto 55 - Greve das universidades 2012 – quando Rosa e Trotski estão com a razão - <i>Contribuição dos professores Agatha Justen (ADUFRJ), Alexandre Mendes (ADURRJ), Catharina Meirelles (ADUFF), Clarisse Gurgel (ADUNI-RIO), Claudio Gurgel (ADUFF), Gelta Xavier (ADUFF), Kátia Maria de Oliveira (ADUFF), Isaque Moura (ADUFF), Jacira Oliveira (ADUFF), Jonas Gurgel (ADUFF), Júlio Figueiredo (ADUFF), Lorene Figueiredo (ADUFF), Paulo Almeida (ADUFF), Waldy Lins (ADUFF), Wallace dos Santos de Moraes (ADUFRJ), Wanise Cabral Silva (ADUFF) e Wilma Pessoa (ADUFF)</i>	
Texto 56 - Avançar na expansão de um sindicato autônomo, combativo e classista – somos ANDES-SN - <i>Contribuição dos sindicalizados Aloizio Soares Ferreira (ASPUV-SSind), Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCEFET-MG-SSind.), Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV-SSind.), Antonio Claudio Moreira Costa (ADUFU-SSind), Antonio Luis de Andrade (ADUNESP-SSind), Célia Regina Otranto (ADUR-RJ-SSind.), Dilenio Dustan Lucas de Souza (APESJF-SSind.), Edmundo Fernandes Dias (ADUNICAMP-SSind.), Elaine Judite de Amorim Carvalho (ADUFEPE-SSind), Emerson Araújo (ADUFEPE-SSind.), Graciela Bonassa Garcia (ADUR-RJ-SSind), Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.), José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind.), Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ-SSind.), Marília Leite Washington (ADUFSCAR-SSind.), Oneize Araujo (ADUFS-SSind) e Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA-SSind.)</i>	
Texto 57 - Avançar na organização da categoria docente, do funcionalismo e na unidade da classe: em defesa da educação pública e dos direitos dos trabalhadores - <i>Contribuição dos professores Cláudia Durans, Catarina Malcher, Diana Diniz, Marcone Dutra, Karla Sousa, Rosenverck Santos, Rosana Éleres, Welbson Madeira, Vilemar Gomes, Raimundo Renato Patrício e Marly Dias – Sindicalizados da APRUMA SSind.</i>	
Texto 58 - Sobre o abaixo-assinado pelo reconhecimento da nulidade da reforma da previdência de 2003 - <i>Contribuição dos professores Eudes Baima – SINDUECE; Domingos Sávio – ADUNEMAT; Fernando Cunha – ADUFPB; Paulo Riela – ADUFS; Joelma Albuquerque – ADUFAL; David Romão – APUR; Juanito Vieira – APESJF; Cláudio Félix – ADUSB; Tiago Lavoura – ADUSC; Marco Aurélio – ADUFU; Fernanda – ADCAC/UFG Catalão; Celi Taffarel - UFBA</i>	
TEMA 2 – CENTRALIDADE DA LUTA	
Texto 59 – Centralidade da luta - <i>Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira, Graciela Bonassa Garcia, Ana Maria Marques Santos e Luciano da Silva Alonso – Sindicalizados da ADUR-RJ Seção Sindical</i>	

TEMA 3 – POLÍTICAS SOCIAIS – POLÍTICA EDUCACIONAL, GERAIS E DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
Texto 60 - Aposentados e inclusão no ambiente acadêmico - <i>Contribuição dos professores Luciano da Silva Alonso e Luis Mauro Sampaio Magalhães – Sindicalizados da ADUR-RJ Seção Sindical</i>	
Texto 61 - Por uma política de bem-estar animal nas instituições de ensino superior - <i>Contribuição dos professores Luciano da Silva Alonso e Maria Cristina Affonso Lorenzon – Sindicalizados da (ADUR-RJ Seção Sindical</i>	
Texto 62 - Política de ciência e tecnologia, pós-graduação e o trabalho docente - <i>Contribuição dos professores Aloizio Soares Ferreira (ASPUV-SSind), Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV-SSind.), Ana Lucia Barbosa de Faria (SINDCEFET-MG-SSind), Antonio Claudio Moreira Costa (ADUFU-SSind), Célia R. Otranto (ADUR-RJ-SSind), Dilenio Dustan Lucas de Souza (APESJF-SSind), Edmundo Fernandes Dias (ADUNICAMP-SSind), Elaine Judite de Amorim Carvalho (ADUFEPE-SSind), Emerson Araujo (ADUFEPE-SSind), Graciela Bonassa Garcia (ADUR-RJ-SSind), Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind), José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind), Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind), Luís Mauro S. Magalhães (ADUR-RJ-SSind), Marilia Washington (ADUFSCAR-SSind), Oneize Araujo (ADUFS- SSind) e Vera Lucia Jacob (ADUFPA-SSind)</i>	
Texto 63 - Construir a unidade da classe na CUT. Reabrir o debate sobre a filiação do ANDES à Conlutas - <i>Contribuição dos professores Eudes Baima – SINDUECE; Domingos Sávio – ADUNEMAT; Fernando Cunha – ADUFPB; Paulo Riela – ADUFS; Joelma Albuquerque – ADUFAL; David Romão – APUR; Juanito Vieira – APESJF; Cláudio Félix – ADUSB; Tiago Lavoura – ADUSC; Marco Aurélio – ADUFU; Fernanda – ADCAC/UFG Catalão; Celi Taffarel - UFBA</i>	
TEMA 4 – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
Texto 25 – Acréscimo ao TR 25 - Homologações: novas seções sindicais, alterações regimentais, transformação de associação de docente em seção sindical - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 64 - Repasses das seções sindicais - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 65 - Necessidade de modificação do estatuto quanto aos critérios para inscrição de chapas para concorrer à diretoria do ANDES-SN - <i>Contribuição Diretoria e Delegados da ADUSP-S. Sind. ao 32º Congresso do ANDES-SN</i>	
Texto 66 - Alteração estatutária – quorum para deliberação - <i>Contribuição do Prof. Claudio Antônio Tonegutti, sindicalizado da APUFPR-SSind.</i>	
Texto 67 - Proposta de modificação do estatuto. Eleição do ANDES-SN - <i>Contribuição do professor Dilenio Dustan Lucas de Souza – Sindicalizado da APESJF Seção Sindical</i>	
Texto 68 - O dispositivo anti-pelego e os mecanismos para evitar o carreirismo sindical - <i>Contribuição da Assembleia Geral da ADUFPA-SSind e dos sindicalizados Aloizio Soares Ferreira (ASPUV-SSind), Ana Maria Marques Santos (ADUR-RJ-SSind), Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV-SSind.), Célia R. Otranto (ADUR-RJ-SSind), Dilenio Dustan Lucas de Souza (APES-JF-SSind), Edmundo Fernandes Dias (ADUNICAMP-SSind), Elaine Judite de Amorim Carvalho (ADUFEPE-SSind), Graciela Bonassa Garcia (ADUR-RJ-SSind), Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind), José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind), Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind), Luís Mauro S. Magalhães (ADUR-RJ-SSind), Marilia Washington (ADUFSCAR-SSind) e Oneize Araujo (ADUFS- SSind)</i>	

Texto 69 - Aumentando ainda mais a transparência para a prestação de contas do ANDES-SN - <i>Contribuição da Assembleia Geral da ADUFPA-SSind e dos sindicalizados Aloizio Soares Ferreira (ASPUV-SSind), Ana Lucia Barbosa de Faria (SINDCEFET-MG-SSind), Ana Maria Marques Santos (ADUR-RJ-SSind), Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV-SSind.), Célia R. Otranto (ADUR-RJ-SSind), Elaine Judite de Amorim Carvalho (ADUFEPE-SSind), Dilenio Dustan Lucas de Souza (APES-JF-SSind), Edmundo Fernandes Dias (ADUNICAMP-SSind), Graciela Bonassa Garcia (ADUR-RJ-SSind), Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind), José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind), Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind), Luís Mauro S. Magalhães (ADUR-RJ-SSind), Marília Washington (ADUFSCAR-SSind) e Oneize Araujo (ADUFS-SSind)</i>	
Texto 70 - Financiamento de delegados e observadores nos congressos do ANDES-SN - <i>Contribuição do professor Luis Allan Künzle – Sindicalizado da APUFPR-SSind</i>	
Texto 71 - Fundo de greve - <i>Contribuição da Diretoria da ASDUERJ</i>	
Texto 72 - Proposta de nova regulamentação do Fundo Nacional de Solidariedade do ANDES-SN - <i>Contribuição da Diretoria da Adunicentro Seção Sindical</i>	
Texto 73 - Por uma comissão da verdade do ANDES-SN - <i>Contribuição do prof. Hêlvio Alexandre Mariano - sindicalizado da Adunicentro-Seção Sindical do Andes-SN</i>	
TEMA 5 – PLANO DE LUTAS – GERAL, EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
Texto 74 - A CSP-CONLUTAS precisa ser, de fato, um espaço de construção - <i>Contribuição da Diretoria e Delegados da Adusp-S. Sind.</i>	
Texto 75 - Uma linha classista e combativa para o plano de lutas - <i>Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira, Graciela Bonassa Garcia, Ana Maria Marques Santos e Luciano da Silva Alonso – Sindicalizados da ADUR-RJ Seção Sindical</i>	
Texto 76 - Concepção sindical - <i>Contribuição dos professores Michelly Ferreira Monteiro Elias (ADOM), Silvana Lúcia da Silva Lima (APUR) e Nair Casagrande (APUB)</i>	
Texto 77 - A opção do estado brasileiro para a educação: “o capital educador” e suas consequências para a luta sindical - <i>Contribuição do Prof. Edison Oyama – Sindicalizado da SESDUFRR</i>	
Texto 78 - As lutas do ANDES-SN e a unidade da classe trabalhadora na luta pela emancipação social - <i>Contribuição dos professores Alexandre Aguiar dos Santos (ADUFG), Fernando Lacerda – (ADUFG), Lucinéia Scremin Martins (ADUFG), Luís Augusto Vieira (ADUFG), Erlando da Silva Reses (ADUNB), Liliane Maria Macedo Machado (ADUNB), Luiz Carlos Galetti (ADUFMAT), Ricardo T. Neder (ADUNB)</i>	
Texto 79 - Movimento grevista das IFES em 2012 - <i>Contribuição dos professores Michelly Ferreira Monteiro Elias (ADOM), Silvana Lúcia da Silva Lima (APUR) e Nair Casagrande (APUB)</i>	
Texto 80 - Pela realização de seminários nacionais para avaliação dos programas da SESu/MEC - <i>Contribuição dos professores Luciano da Silva Alonso, Otair Fernandes de Oliveira, Luis Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ), Luiz Eduardo Rodrigues de Carvalho (ADUFRJ), Marcos César Danhoni Neves (SESDUEM)</i>	
Texto 81 - Encontro nacional de trabalhadores da educação - <i>Contribuição dos professores Antônio Rodrigues Belon (ADLESTE), Gelta Ramos Xavier (ADUFF), Lorene Figueiredo (ADUFF) e Rodrigo Dantas (ADUnB)</i>	
Texto 82 - Por um encontro nacional sindical, estudantil e de movimentos sociais em prol da educação pública - <i>Contribuição da Assembleia da Adufrj-SSind</i>	

Texto 83 - Privatização e precarização do espaço público universitário - <i>Contribuição da Diretoria da Adufrj-SSind a partir de proposta de inclusão de TR do sindicalizado Cláudio Rezende Ribeiro da Faculdade de Arquitetura</i>	
Texto 84 - Ciência e Tecnologia - <i>Contribuição da Diretoria da Adufrj-SSind a partir da proposta de inclusão de TR do sindicalizado Eduardo Serra da Escola Politécnica</i>	
TEMA 6 – PLANO DE LUTAS - SETORES	
Texto 50 – Acréscimo de nota de rodapé ao texto 50 “Comissão de relações interpessoais de trabalho”: possibilidades para o combate à violência moral a partir da experiência da APUFPR-SSIND - <i>Contribuição dos professores Luis Allan Künzle e Astrid Baecker Avila – sindicalizados da APUFPR Seção Sindical</i>	
Texto 85 - Aumento do valor do benefício pre-capita saúde suplementar - <i>Contribuição dos professores Guilherme Varela, Irani Júnior e Jarbas Souza – Sindicalizados da ADUFEPE Seção Sindical</i>	
Texto 86 - Sobre a federalização de IES - <i>Contribuição do Prof. Claudio Antônio Tonegutti - Sindicalizado da APUFPR-SSind.</i>	
Texto 87 - A luta política da classe trabalhadora contra o novo sindicalismo de estado – o trabalho de base do ANDES-SN nas IFES com organização sindical que combate o próprio ANDES-SN - <i>Contribuição dos professores Alexandre Aguiar dos Santos (ADUFG), Fernando Lacerda (ADUFG), Lucinéia Scremin Martins (ADUFG), Luís Augusto Vieira (ADUFG), Erlando da Silva Reses (ADUNB), Liliane Maria Macedo Machado (ADUNB), Luiz Carlos Galetti (ADUFMAT) e Ricardo T. Neder (ADUNB)</i>	
Texto 88 - Breve balanço sobre o PL 4.368/2012: a farsa da negociação no Congresso Nacional - <i>Contribuição do Prof. Edison Oyama – Sindicalizado da SESDUFFRR</i>	

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto de Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado em proposta de Resolução apresentada durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

SUMÁRIO

TEMA 2 – CENTRALIDADE DA LUTA	
TR 59 – Centralidade da luta	
TEMA 3 – POLÍTICAS SOCIAIS – POLÍTICA EDUCACIONAL, GERAIS E DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
TR 60 - Aposentados e inclusão no ambiente acadêmico	
TR 61 - Por uma política de bem-estar animal nas instituições de ensino superior	
TR 62 - Política de ciência e tecnologia, pós-graduação e o trabalho docente	
TR 63 - Construir a unidade da classe na CUT. Reabrir o debate sobre a filiação do ANDES à Conlutas	
TEMA 4 – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 25 – Acréscimo ao TR 25 - Homologações: novas seções sindicais, alterações regimentais, transformação de associação de docente em seção sindical	
TR 65 - Necessidade de modificação do estatuto quanto aos critérios para inscrição de chapas para concorrer à diretoria do ANDES-SN	
TR 66 - Alteração estatutária – quorum para deliberação	
TR 67 - Proposta de modificação do estatuto. Eleição do ANDES-SN	
TR 68 - O dispositivo anti-pelego e os mecanismos para evitar o carreirismo sindical	
TR 69 - Aumentando ainda mais a transparência para a prestação de contas do ANDES-SN	
TR 70 - Financiamento de delegados e observadores nos congressos do ANDES-SN	
TR 71 - Fundo de greve	
TR 72 - Proposta de nova regulamentação do Fundo Nacional de Solidariedade do ANDES-SN	
TR 73 - Por uma comissão da verdade do ANDES-SN	
TEMA 5 – PLANO DE LUTAS – GERAL, EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
TR 74 - A CSP-CONLUTAS precisa ser, de fato, um espaço de construção	
TR 75 - Uma linha classista e combativa para o plano de lutas	
TR 76 - Concepção sindical	
TR 78 - As lutas do ANDES-SN e a unidade da classe trabalhadora na luta pela emancipação social	

TR 79 - Movimento grevista das IFES em 2012	
TR 80 - Pela realização de seminários nacionais para avaliação dos programas da SESu/MEC	
TR 81 - Encontro nacional de trabalhadores da educação	
TR 82 - Por um encontro nacional sindical, estudantil e de movimentos sociais em prol da educação pública	
TR 83 - Privatização e precarização do espaço público universitário	
TR 84 - Ciência e Tecnologia	
TEMA 6 – PLANO DE LUTAS - SETORES	
TR 85 - Aumento do valor do benefício pre-capita saúde suplementar	
TR 86 - Sobre a federalização de IES	
TR 87 - A luta política da classe trabalhadora contra o novo sindicalismo de estado – o trabalho de base do ANDES-SN nas IFES com organização sindical que combate o próprio ANDES-SN	

TEMA 1 - MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

A CRISE, AS GREVES DE 2012 E OS DESAFIOS DO MOVIMENTO SINDICAL

Os resultados das greves de 2012 foram contraditórios. Uma manifestação inesperada de força do movimento sindical, depois de um longo tempo de hibernação. Mas ao mesmo tempo a manifestação de uma dificuldade de superar a linha política que vem emperrando a luta. Podemos então avaliar os efeitos das greves a partir dos possíveis ganhos organizativos e dos ganhos reivindicativos-econômicos, e de duas escalas: a nacional e a local.

Na dimensão organizativa tivemos ensaios de unidade, aproximação de novos ativistas, participação de novas bases. Mas estes ganhos não estão garantidos. Erros de encaminhamento podem anular esses ganhos e trazer prejuízos sérios. Será preciso aprofundar o balanço e as ações locais e nacionais que garantam essa unidade. Um avanço seria sair da unidade tática para unidade estratégica, mas o máximo que se avançou está longe ainda disso. Isso explica em parte a desfavorável correlação de forças.

Por outro lado, a forma de condução das lutas e bandeiras será decisiva para garantir ou anular os ganhos organizativos da greve no próximo período e quanto maiores forem esses ganhos maior será a capacidade de reivindicação. Assim, o movimento de greve expressou um dilema: uma greve forte, talvez uma das mais fortes dos últimos anos não é capaz de alcançar a vitória? Esse dilema é decisivo, pois não dar resposta a ele pode aprofundar a crise de organização dos trabalhadores e sua dispersão. Para superar esse dilema com uma justa linha de ação, é preciso um rápido comentário sobre a conjuntura os problemas estruturais do movimento.

Existiu durante toda a jornada de lutas de 2012 “um não dito”. Um pressuposto que explica certas ações e omissões, que deriva de condições objetivas e subjetivas. O não dito é que o movimento sindical é dirigido por certos setores como uma espécie de “agência controladora” do Estado, como um agente “fiscalizador”. O Governo falhou, então o movimento atua para fiscalizar e “corrigir”. Esse movimento sindical não é reconhecido, a não ser com reticências, como movimento de trabalhadores, especialmente no caso do ANDES. Mas como de uma corporação, no caso dos docentes, privilegiada, que deveria ter um tratamento privilegiado. Isso é um sintoma de uma disposição ideológica que no século passado era atribuída à “aristocracia operária”, quer dizer, aos grupos de operários mais bem pagos, com melhores condições que se viam então como uma espécie de “elite”. Transportando isso para hoje, é como se isso fosse uma síndrome, só que as bases objetivas desse elitismo estão cada vez mais frágeis. Daí os apelos ao MEC, ao MPOG, a esperança de que o governo iria negociar, de que estava “negociando” quando não estava e que cumpriria o acordo do ano de 2011. Esse não dito se expressa na ausência de uma estratégia e uma preparação de ações diretas. Ele não é um elemento secundário, ele mostra a disposição de considerar o Estado burguês como árbitro neutro das classes, de que o conflito de classes não existe e que se trata de um problema de representar a sociedade civil no Estado. Os atos qualificados como “pacíficos” às vezes de “ordeiros” (como pudemos ouvir CNG como uma grande virtude) e as acusações de “vandalismo” contra as ações radicais mais elementares (como a dos estudantes no MEC em Brasília no dia 20 de Julho) mostram esse estado de espírito que podemos chamar de legalista. O Governo é visto como principal sujeito (a questão do Orçamento da União e a consideração do calendário governamental também explicitam essa visão legalista) e, portanto, a resolução dos problemas dos trabalhadores e todas ações se dão como se existisse um árbitro imparcial para intervir nos impasses e conflitos. E por outro lado, quando essa crença se esvai é como se não existisse nada a ser feito. Daí as resistências antes da greve começar para realização da

mesma. Daí depois de começada a greve a resistência de unificar com as demais categorias. Daí depois da unidade de ação de base se configurar, a dificuldade de aceitar que ela evoluísse para unidade estratégica em nível nacional, de Comando, Ações e Negociação. Daí a dificuldade de pensar ações de luta que se prolonguem para além desta greve. *Daí a dificuldade de reconhecer que a greve de categoria é muito atrasada em face de greves unificadas de ramos, e que estas em face das greves gerais.* Existe uma dinâmica (que começou não no início dessa greve, mas na assinatura do acordo em 2011, que remete à história das difíceis relações entre categorias no SPF) e que está ossificada nos métodos de ação e encaminhamento dentro de diversos sindicatos. Na forma como as pessoas naturalizam certas dificuldades. E esse sentimento não está só na categoria docente. No final das contas, é como se o trabalhador-servidor público do Estado acreditasse que ele é Estado e não trabalhador. Mas isso o Estado não esquece e seu autoritarismo fez questão de lembrar a todos esse fato básico de que a contradição de classe permanece central. Essa ilusão ideológica obscurece o real conteúdo da greve, a "raiz" do problema, que é econômico e político.

Aqui é preciso situar as greves de uma ótica classista. Alterar o Orçamento da União não é uma questão técnica. Nem de boa vontade ou má vontade. É um tema central da luta de classes, e quando não se encara isso desse ponto de vista, quando se assume a ideia de que somos "Estado", "Elite", assumimos apenas as ilusões que se desmancham diante dos fatos. Hoje, o orçamento da União e as ações do governo mostram a hegemonia de um grande bloco de poder, que reúne a burguesia agrária, financeira e industrial. O "liberal-desenvolvimentismo" do governo Lula-Dilma não implica em sacrificar necessariamente um setor ou outro da burguesia. O fato é que o pagamento da dívida pública, por exemplo, é interesse de todos esses setores, a relação com o capital financeiro atende a todos e especialmente a produção e exportação de commodities. As reformas do Estado também. A reforma do código florestal, as mudanças nas regras de demarcação de terras indígenas e quilombolas, a construção de Usinas Hidrelétricas, o rolo compressor e violência contra pescadores, entre outros, estão mais relacionados entre si do que colocamos em nossos debates de categoria. A desestruturação das carreiras, a reforma da previdência e o endurecimento do governo no ano de 2012 apenas ajudam a explicitar a política hegemônica do bloco no poder para responder à crise do capital. É uma política de arrocho salarial que diz respeito a apropriação da renda nacional, ou seja, a apropriação pelo bloco de alianças de classe e partidárias do produto nacional. E elas parecem preparar ações futuras. A intransigência atual do governo Dilma não é só falta de habilidade, mas a antecipação da lógica que vai perdurar se e quando os efeitos da crise começarem a se aprofundar (mais quando do que "se" pelo que os dados apontam).

Dessa maneira, as lutas econômicas das categorias não são econômicas "em si". Daí a importância política das nossas reivindicações econômicas. Elas são econômicas em si mesmas quando são dirigidas pela política economicista. E o economicismo é a principal arma das burocracias sindicais e dos corporativistas. Lutar por recursos para educação, por melhores salários pode e deve ser a luta por redistribuir a renda nacional em favor da classe trabalhadora. Daí a pauta das "condições de trabalho" não ser secundária. Daí a necessidade de colocar os investimentos em infraestrutura no mesmo patamar de seriedade.

Aqui chegamos então ao problema decisivo. Os movimentos futuros, para serem vitoriosos, precisam ser de massa e radicalizados, condições interdependentes. Ai está a raiz do problema. Radicalizar é ir atacar a raiz das contradições, mas para atacar a raiz do problema é preciso saber das consequências e das exigências em termos de organização e mobilização. E não se ataca a raiz do problema com ações performáticas com atos de propaganda e educação que vem se impondo nos últimos anos. E se entendemos que existe luta de classes, é a luta de classes que precisa ser feita. Ou seja, selecionar ações que vão diretamente aos problemas estratégicos.

E aqui chegamos ao ponto dos limites do legalismo que emperra a luta dos trabalhadores. Criticar o legalismo não é fazer qualquer tipo de romantização do "ilegalismo", mas é reconhecer que acima de qualquer coisa é da natureza do capital determinar a "legalidade/ilegalidade" e nós não podemos nos pautar por isso. O capital está fazendo o quê? Avançando na criminalização, na repressão e na limitação da legalidade dos movimentos sociais

e anti-sistêmicos. Toda ação que afete seus interesses tende a ser cedo ou tarde colocada na “ilegalidade”. A criminalização existe antes de qualquer crime, ela cria o crime. Os culpados aparecem depois só como parte do processo repressivo. A partir do momento que rompemos com a ilusão do não-dito, o que vemos? Que o Governo, o Estado, todas suas ações acumulam sempre para diminuir a capacidade de resistência de classe. Ou seja, se não presumimos que o Governo ou Estado é um árbitro imparcial, temos de assumir que ele irá operar como representante do bloco no poder, ou de grupos de interesse menores. E aí toda a legalidade é submetida a estes interesses, mesmo que não em toda sua execução, mas sistemicamente. Combater o capital é impedir sua produção e reprodução. Porque greves são declaradas ilegais? Porque chegam nesse nível. Fazer atos de “meia pista” para não atrapalhar o tráfego apenas expressa em termos práticos e visuais essa política. Temos de saber então caracterizar o nosso inimigo estratégico, que não é um Governo, mas um bloco de alianças de classe que conta com a participação de burocracias sindicais amarrados ao “liberal-desenvolvimentismo”. Os interesses desse bloco hoje estão na manutenção do modelo agroindustrial-exportador, com fatias do bolo para capital industrial e financeiro e o imperialismo.

Para lutar contra ele é preciso romper as amarras que esse bloco arquitetou para impedir que a luta seja feita. Isso implica em combater essas ilusões ideológicas e os limites dos métodos e estratégia de ação. Ou seja, precisamos de um debate mais claro sobre contra quem lutamos e como. Lutamos não só contra Dilma, não só contra o Governo, mas contra esses interesses em rede que atravessam esse governo mas vão para além dele. E não dá para lutar apenas com o que lutamos até agora. Em resumo, é preciso aprender com a derrota de 2012 e aproveitar e consolidar os possíveis ganhos organizativos para preparar as lutas do próximo período.

TEXTO 53

Contribuição dos professores Bruno Teixeira, Claudia March, Cristina Pinheiro Mendonça, Douglas Leite, Eblin Farage, Edson Teixeira, Elza Dely, Felipe Brito, Francine Helfreich, José Rafael Bokehi, Juarez Duayer, Kátia Lima, Rodrigo Lima, Miriam Fátima Reis, Sônia Lúcio, Verônica Fernandez e Wanderson Fábio de Melo – sindicalizados da ADUFF-SSind.

MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

O prolongamento, alcance e profundidade da crise do capital demonstra sua dimensão estrutural. No entanto, a resposta de seus agentes – especialmente dos governos e organismos multilaterais como o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) é imediatista e recorrente: retirar direitos dos trabalhadores por meio da aplicação do receituário de medidas de ajuste fiscal.

Em consequência, degradam-se drasticamente as condições de vida da imensa maioria da população. O aumento do desemprego e da precarização do trabalho, a redução dos níveis salariais e dos direitos trabalhistas e previdenciários têm aprofundado a fragmentação da classe trabalhadora que se expressa nas várias formas de exploração do trabalho.

Essa fragmentação repercute na organização da classe trabalhadora, fragilizada pelas condições do mercado de trabalho e pelo enfraquecimento do poder de pressão dos sindicatos. Muitos destes, premidos pela crise, transformam-se em instrumentos de manutenção da ordem.

Entretanto, é importante ressaltar que o enfrentamento a essa voracidade do capitalismo para tentar manter suas taxas de lucro tem encontrado objeções e resistências. Muitos movimentos que se apresentam como resistência ao projeto neoliberal não têm como referência, um modelo social alternativo, alicerçado em princípios e valores humanos antagônicos aos interesses do capital. Cumprem, assim, um papel importante, mas limitado, frente às necessidades e demandas históricas da classe trabalhadora.

No Brasil, o ano de 2013 terá como uma de suas marcas uma forte ofensiva patronal contra as conquistas trabalhistas, como demonstra o envio ao Congresso Nacional do Projeto que cria o Acordo Coletivo Especial – ACE – projeto que prevê que o negociado prevaleça sobre o legislado, a lei antigreve do funcionalismo federal e o conjunto de medidas de ajuste fiscal e de privatização dos serviços e do patrimônio público.

É neste contexto que se inscreve o empenho da burguesia e de seus governos na precarização e empresariamento do sistema educacional brasileiro e no apassivamento dos trabalhadores da educação e estudantes buscando sua adesão às mudanças em curso.

Nas Instituições Federais de Ensino, a contrarreforma da educação avança, incidindo sobre as condições de trabalho e ensino vivenciadas pelos docentes, técnico-administrativos e estudantes.

A reestruturação do trabalho docente operada através das políticas governamentais para a carreira, a pesquisa e o ensino nas duas últimas décadas se intensificou e se consolidou nos três últimos anos.

A política de ciência e tecnologia, em particular a desenvolvida pela CAPES, CNPq e demais agências de fomento, que valoriza o produtivismo quantitativista através dos critérios de avaliação, em especial os dos programas de pós-graduação tem gerado - além da fragmentação entre a inserção docente na pós-graduação, pesquisa, graduação e extensão - a intensificação do trabalho docente.

A expansão precarizada do ensino superior promovida pelo REUNI além do comprometimento da qualidade do ensino, com ênfase no número de alunos e das horas em sala de aula na graduação só fazem aprofundar a cisão entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, a privatização do ensino superior continua avançando, seja a partir das Fundações Privadas ditas de Apoio, seja através do PROUNI que socorre e financia as instituições privadas de ensino superior em detrimento da ampliação dos recursos públicos para as IFE.

Não por mero acaso, a carreira proposta pelo governo federal no ano de 2013, acordada com a entidade não representativa dos docentes (PROIFES) e aprovada no Congresso Nacional, retira a expressão “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” e consolida a reestruturação em curso.

As contínuas desestruturações da carreira docente do ensino federal a partir de alterações na composição remuneratória e na avaliação para progressão afetaram o *ethos* do trabalho acadêmico e da vida universitária e a perspectiva de identidade do professor universitário entre ativos e entre ativos e aposentados.

Tal fragmentação, induzida pelas políticas governamentais nos últimos vinte anos, deve ser pensada em uma conjuntura de aprofundamento da ofensiva do capital contra a classe trabalhadora e, no Brasil particularmente, de cooptação dos movimentos sociais e criminalização dos que resistem e insistem na autonomia dos movimentos dos trabalhadores.

O ano de 2012 foi marcado pela mobilização e pelo enfrentamento. A partir de suas condições concretas de trabalho e ensino nas IFE, os docentes, propositalmente divididos pela contrarreforma universitária entre “novos” e “antigos”, “aposentados” e “ativos”, “vinculados aos programas de pós-graduação” e “professores da graduação”, “professores do interior” e “professores da sede”, premiados em suas condições de trabalho e salariais, se mobilizaram em assembleias gerais, debates, seminários, atos locais e nacionais e protagonizaram o início de um movimento de retomada do processo identitário do trabalhador docente, confrontando a desestruturação da carreira e a deterioração das condições de trabalho presentes na proposta governista com o projeto maior de educação defendido pela pauta da greve do movimento docente. Muito mais do que uma luta meramente econômica ou corporativa, essa greve pautou projetos distintos de educação e sociedade.

Certamente, as inúmeras greves no setor da educação e ocupações estudantis ocorridas nos últimos anos no país demonstram que essa resistência, por ser expressiva das críticas e demandas de boa parcela da população, têm contribuído para ampliar o debate em torno da questão educacional, para conferir legitimidade às reivindicações e estimular a solidariedade em torno da causa da educação pública de qualidade.

Frente a este contexto, compartilhamos da avaliação da diretoria de que a ação central do nosso sindicato deve ser a Defesa do caráter público da educação, condições de trabalho, salário e carreira para os docentes, ampliando a organização da categoria no ANDES-SN e a unidade classista dos trabalhadores.

A materialização dessa ação exige de nós um enorme esforço de debate e de ação organizativa e requer:

. intensificar a aproximação com a categoria por meio da busca permanente de enraizamento do sindicato no cotidiano profissional de forma a articular as questões cotidianas com as lutas políticas defendidas pelo sindicato e a renovar as questões tratadas pelo sindicato a partir das análises e propostas apresentadas pela categoria.

- organizar e/ ou intensificar a organização de fóruns de debate e ação com outros trabalhadores da área da educação e estudantes, para estimular a realização de ações conjuntas em defesa da educação pública.

- fortalecer a CSP-Conlutas. Embora avaliemos que a CSP-Conlutas ainda não possui as condições necessárias para dar as respostas que a classe exige, pelo pequeno número de sindicatos e movimentos sociais que aglutina e pelos problemas de democracia interna que enfrenta, não temos dúvidas que ela se constitui, neste momento, um instrumento importante para a reunião dos lutadores do campo combativo e classista que compartilham a concepção de que a Central deve ter como estratégia a luta pelo socialismo e a intervenção na organização e nas lutas cotidianas do aqui e agora.

Neste sentido, devemos lutar pelo aprofundamento do exercício da democracia no interior na Central e atuar nas suas instâncias de acordo com as deliberações do nosso sindicato. Devemos, também, manter e ampliar a relação do nosso sindicato com os demais setores da classe trabalhadora que não estão na CSP-Conlutas, mas que lutam contra o desmonte do setor público e as demais ofensivas do capital contra a classe trabalhadora.

É nosso papel defender no interior da Central a continuidade do esforço de buscar a unidade de ação com esses setores. Mesmo porque os enfrentamentos que se avizinham irão gerar, com certeza, novos deslocamentos no movimento sindical e popular especialmente nas bases das entidades que contam com a presença de uma nova geração de ativistas e lutadores.

Por sermos um sindicato de trabalhadores da educação, devemos também pautar no interior da Central a questão da análise crítica da política de educação superior implementada pelo governo federal e a necessidade de unir amplos esforços na luta pela educação pública.

Na luta pelo projeto de educação pública e condições trabalho: Ampliar a organização da categoria no Andes, unificar os lutadores da educação pública, fortalecer a CSP-Conlutas e a unidade classista dos trabalhadores.

TEXTO 54

Contribuição dos professores Michelly Ferreira Monteiro Elias (ADOM), Silvana Lúcia da Silva Lima (APUR) e Nair Casagrande (APUB)

CONJUNTURA

1. Conjuntura Internacional

Na conjuntura internacional podemos observar que **o imperialismo estadunidense segue sendo o inimigo principal da humanidade**. As teses que vem buscando sustentar a existência de um “imperialismo brasileiro” têm contribuído para secundarizar este enfrentamento principal, além de lançar confusão sobre as forças populares. A aliança tática formada pelo Reino Unido, a Alemanha e até recentemente a França, além de sócios menores como a Itália, a Espanha, o Canadá e a Austrália, inclusive envolvendo para efeitos militares alguns países da Europa do Leste, não pode obscurecer o papel estratégico, político e militar dos EUA nesta articulação de países.

Mesmo ainda mantendo sua hegemonia, em especial no campo militar, há um declínio do império estadunidense, em especial no terreno político e econômico mesmo que não ocorra em curto prazo. Os EUA não conseguem mais agir em defesa dos interesses do sistema capitalista no seu conjunto, mas utilizam sua posição como maior economia do mundo – e donos do dólar – para favorecer apenas os interesses dos seus próprios capitalistas, e enfrentar a crise da sua economia interna em prejuízo de todos os outros países do mundo.

O mundo entrou com efeito na fase de deslocamento geopolítico mundial e que se traduz, pela multiplicação rápida dos movimentos, das dificuldades econômicas, dos fracassos orçamentais, dos conflitos monetários, premissas de choques políticos maiores e a entrada de novos atores regionais nas negociações.

Os EUA estão aumentando a sua presença militar no Pacífico, no oceano Índico e estão tentando ter o apoio das Filipinas e de outros países no Sudeste Asiático, como o Japão, a Coreia, Singapura, a Malásia (que durante muitos anos esteve reticente a juntar-se a esta aliança). Portanto, Washington está formando uma extensão da OTAN na região da Ásia-Pacífico, direcionada contra a China.

A crise no centro capitalista, Europa, Japão e Estados Unidos segue seu curso e se aprofunda, confirmando a análise de seu caráter prolongado. A atual crise é a mais grave, profunda e abrangente desde 1929. Após a quebra do sistema financeiro seguiu-se a turbulência das dívidas públicas, atingindo especialmente a Grécia, onde o resultado eleitoral traduziu a resistência popular ao pacote de medidas recessivas. Um quarto dos trabalhadores gregos está desempregado. E a bandeira de saída do euro e decretação de moratória ganha força.

Grécia, Itália, Espanha e Portugal se deparam com o crescimento do desemprego, queda de salários, retirada de direitos sociais, gerando uma crise política intensa. Mesmo na França, a eleição de Hollande representa o desgaste da direita e seus pacotes recessivos. O programa do novo presidente francês se apoia em aumento de impostos, especialmente dos ricos e das empresas, para financiar mais gastos com educação, com a criação de mais empregos públicos e para permitir que aqueles que comecem a trabalhar aos 18 anos possam se aposentar aos 60 e não aos 62 como determina a reforma da aposentadoria aprovada por Sarkozy.

A luta central das organizações da classe trabalhadora europeia é contra o chamado-Pacto de Estabilidade, Coordenação e Governo na União Econômica e Monetária e o Tratado revisto que rege o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE). Estes dois tratados transformarão os Estados Membros da “Eurozona” em regimes de permanente austeridade econômica, incluindo cortes cada vez mais profundos na despesa pública, aumentos nos impostos indiretos, reduções dos salários, liberalização continuada dos mercados e privatização das empresas públicas.

O ciclo de expansão da economia mundial puxado especialmente pela China, que já dura mais de uma década, no qual o Brasil se inseriu explicitamente como provedor de “commodities”, dá sinais de esgotamento.

Os EUA trabalham intensamente para abalar os esforços de unidade latino-americana que se comprometam com a perspectiva de soberania. Para tanto, impulsionam articulações alternativas como é o caso da Aliança do Pacífico entre o México, Colômbia, Peru e Chile, com os EUA.

Por outro lado, **a criação da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) é um passo fundamental na integração de nosso continente** e pode contribuir muito para reduzir a ingerência imperialista.

A reeleição de Hugo Chávez na Venezuela foi decisiva para a luta popular. No âmbito da disputa de projetos, unificou amplos setores burguesia continental, especialmente brasileira, em torno da construção da candidatura de Capriles. O imperialismo tem amplos interesses na derrubada do Governo Chávez representando uma grande mobilização continental dos setores de direita para tentar frear o processo revolucionário da República Bolivariana da Venezuela.

A questão da **soberania argentina sobre as Malvinas** é uma bandeira importante que traz à tona a existência de colônias em nosso continente. O projeto de lei apresentado pelo governo de Cristina Kirchner de recuperar 51% das ações da companhia de petróleo Repsol YPF e a nacionalização da distribuidora YPF de gás é uma medida importante no enfrentamento com o neoliberalismo e atende uma reivindicação dos movimentos populares. Da mesma forma, na Bolívia as recentes medidas de nacionalização e estatização devem ser apoiadas.

É fundamental seguir apoiando a resistência hondurenha, articulada em torno da Frente Nacional de Resistência Popular (FNRP). Desenvolvendo a solidariedade e apoiando sua construção.

Igualmente, **devemos denunciar a repressão praticada na Colômbia,** apoiando os movimentos sociais e organizações populares.

Manter e aprofundar nossa solidariedade com o povo haitiano, reafirmando a bandeira da retirada das tropas brasileiras. **Reafirmamos a importância da solidariedade à Revolução Cubana,** em sua luta contra o bloqueio, ressaltando a importância de apoiar a campanha pela libertação dos cinco patriotas presos nos EUA.

2. Análise da conjuntura nacional

Observamos uma tímida mudança na concentração de renda que apresentou uma queda inicial nos últimos dez anos, segundo os dados do IBGE divulgados em novembro de 2012, através da pesquisa

Síntese de indicadores Sociais 2012. Nos anos analisados, entre 2001 e 2011, o rendimento familiar per capita das famílias mais ricas caiu de 63,7% do total da riqueza nacional para 57,7%. Já os 20% mais pobres, no mesmo período, tiveram um crescimento da renda familiar per capita que saiu de 2,6% do total de riquezas do país em 2001 para 3,5% no ano de 2011.

Este ensaio inicial na redução da desigualdade de renda no país vem sendo atribuída às políticas de redistribuição de renda no país que passam pela valorização do salário mínimo, pela expansão da Bolsa Família e pelos ganhos educacionais que possibilitam os trabalhadores galgarem postos mais altos de trabalho.

No Brasil, a caracterização da conjuntura atual não pode ser mesma dos anos de 1990: avanço do neoliberalismo e descenso da luta de massas. Também é verdade que não podemos afirmar que estamos passando por um momento de Ascenso da luta de massas.

Então, qual é a real situação da luta de classes no Brasil atualmente?

Permanece a situação de descenso da luta de massas, mas com a presença de um conjunto de fatos e contradições, uns conjunturais e outros de natureza estrutural, que nos possibilitarão entrar numa nova etapa da luta política no Brasil. Nesse sentido, podemos afirmar que a situação de calma na luta política em nosso país está chegando ao fim.

Por isso **afirmamos que estamos numa conjuntura de transição para um novo período de lutas sociais.** Em resumo, essa conjuntura de transição para uma nova etapa da luta política se expressa na desmoralização internacional do projeto neoliberal, na visível retomada das lutas sindicais, nos novos desafios que se apresentam para a luta dos movimentos camponeses e na possibilidade do protagonismo político da juventude no próximo período.

Nosso ponto de partida é que as forças sociais que podem protagonizar as mudanças na sociedade não surgem do nada, não é algo dado a priori ou produto da melhor teoria. **As forças sociais da transformação são produto das contradições da realidade. São impulsionadas pela convergência de contradições políticas e econômicas que se encontram com a disposição da classe trabalhadora para as lutas.**

Os governos Lula e Dilma consolidaram uma agenda neodesenvolvimentista conservadora, ou seja, descolada de uma agenda de reformas estruturais na sociedade. Trata-se de uma alternativa capitalista em que o Estado concilia o estímulo ao investimento produtivo com o capital financeiro que continua hegemônico no capitalismo internacional. Portanto, o neodesenvolvimentismo não é uma alternativa para as forças populares e não corresponde ao seu projeto estratégico.

Ao mesmo tempo, ele proporciona um conjunto de contradições importantes sobre as quais as forças populares devem incidir e canalizar para potencializar a organização popular. Dentre elas, destacamos a recomposição da classe trabalhadora urbana no Brasil. Sabemos que o protagonismo dos trabalhadores urbanos é parte fundamental da história das lutas por reformas estruturais no Brasil.

Não foram por acaso os ganhos salariais que a classe trabalhadora obteve no último período. **O processo de geração de empregos reduziu o tamanho do exército industrial de reserva no Brasil que favoreceu a disposição dos trabalhadores para as lutas.**

O resultado foi uma pressão salarial favorável ao mundo do trabalho. Outra contradição reside no processo de ampliação da pequena burguesia através do estímulo por parte do Estado dos pequenos negócios. No campo, o neodesenvolvimentismo, em detrimento da reforma agrária, favoreceu o avanço do agronegócio e suas mazelas ambientais referendadas, em parte, pelo Novo Código Florestal. **Destaca-se também um processo de consolidação de políticas sociais do governo que tiveram um impacto considerável na vida de milhões de brasileiros.**

A existência dessas contradições enquanto a economia nacional estava numa rota de crescimento não proporcionava grandes conflitos para os partidos de esquerda e seus aliados que compõem a base do governo Dilma.

No entanto, **as projeções para o próximo período apontam que a economia brasileira vai desacelerar.** Aliás, os números do primeiro trimestre de 2012 confirmam essa tendência imposta pela crise econômica internacional.

A indústria nacional está à deriva por falta de investimentos pesados em educação e inovação tecnológica, além de uma taxa de câmbio adequada aos interesses da produção industrial. A tendência é de diminuição da demanda internacional por commodities e a consequente queda nos seus preços. Potencializar o consumo interno facilitando o crédito terá menor eficácia do que em 2008 e 2009 devido ao endividamento das famílias brasileiras.

A crise econômica vai impactar a economia brasileira de tal forma que facilitar o crédito e reduzir os juros se mostrarão iniciativas insuficientes. Para manter as conquistas do governo Lula, a presidenta terá que acelerar e aprofundar as mudanças na política econômica diminuindo o espaço do capital financeiro na economia nacional.

Serão necessárias mudanças mais profundas na política macroeconômica acompanhada de reformas estruturais na sociedade e aumento considerável da taxa de investimento do Estado no setor produtivo para gerar milhões de empregos. Além disso, o que realmente poderia garantir renda e emprego num momento de crise profunda seria um conjunto de reformas nacionais, democráticas e populares que dependem mais de um amplo movimento de massas do que de um governo de composição que concilia interesses de classes.

Vale lembrar que o aprofundamento da crise também possibilitará o surgimento de uma alternativa pela direita. Isso poderá ocorrer se nos depararmos com o encontro de duas situações. O neodesenvolvimentismo conservador, conciliador de classe e sem ideologia crítica, busca melhorar a vida do povo sem o elemento do conflito. **O neodesenvolvimentismo não pauta as reformas estruturais na sociedade, não educa politicamente as massas, não forma uma base social de massas com um projeto político claro e não gera massa crítica na sociedade abre espaço para o crescimento da direita em determinadas situações.**

Essa constatação aumenta a responsabilidade das forças populares com a educação política desses setores da sociedade. Além disso, se caso as forças populares não conseguirem viabilizar uma alternativa democrática, nacional e popular à crise do capitalismo mundial, aumentam, ainda mais, as possibilidades do triunfo da direita.

Como as reformas estruturais não estão na agenda da composição política que sustenta o governo Dilma, então a presidenta e os partidos de esquerda poderão enfrentar o seguinte dilema: seguir com medidas paliativas no enfrentamento da crise econômica e garantindo a unidade da composição de partidos que sustenta o governo ou optar por mudanças mais profundas na política econômica acompanhadas de reformas estruturais e apostando na formação de um bloco popular que defenda essas medidas.

Quem ganha com a hesitação e timidez do governo Dilma no enfrentamento à crise econômica é a direita brasileira. Isso porque se a economia desacelerar demais e as conquistas dos últimos anos for ameaçada, a popularidade e aprovação do governo poderão cair. Os partidos fisiológicos que fazem parte da coalizão governista poderão se agrupar em torno do PSDB.

Portanto, de uma forma ou de outra essa composição que sustenta o governo Dilma sofrerá dissidências. Além disso, Dilma, corretamente, ao assumir o compromisso com algumas pautas como a Comissão Nacional da Verdade, os vetos às mudanças no novo código florestal e democratização dos meios de comunicação, contribui para desagregar ainda mais sua própria base de sustentação.

A História demonstra que a luta por reformas estruturais politiza as massas, polariza a sociedade e proporciona correlações forças favoráveis ao aprofundamento dos projetos políticos. Apostar na concretização de reformas democráticas, nacionais e populares num momento de cerco e desmoralização do neoliberalismo é o melhor caminho para enfrentar a crise econômica internacional.

Avançar no nível de organização popular, dialogando com uma nova correlação de forças em formação na América Latina é fundamental para podermos consolidar uma força social de massas que apresente um projeto popular que dialogue com o nível de consciência da classe trabalhadora e que resolva seus problemas básicos.

TEXTO 55

Contribuição dos professores Agatha Justen (ADUFRJ), Alexandre Mendes (ADURRJ), Catharina Meirelles (ADUFF), Clarisse Gurgel (ADUNI-RIO), Claudio Gurgel (ADUFF), Gelta Xavier (ADUFF), Kátia Maria de Oliveira (ADUFF), Isaque Moura (ADUFF), Jacira Oliveira (ADUFF), Jonas Gurgel (ADUFF), Júlio Figueiredo (ADUFF), Lorene Figueiredo (ADUFF), Paulo Almeida (ADUFF), Waldy Lins (ADUFF), Wallace dos Santos de Moraes (ADUFRJ), Wanise Cabral Silva (ADUFF) e Wilma Pessoa (ADUFF).

GREVE DAS UNIVERSIDADES 2012 – quando Rosa e Trotski estão com a razão

“A greve de massas melhor organizada pode fracassar miseravelmente no momento em que os dirigentes dão o sinal, diante do primeiro ataque”

Folheto Junius, 1915

“A situação política mundial no seu conjunto caracteriza-se, antes de mais nada, pela crise histórica da direção do proletariado. [...] Massas de milhões de homens lançam-se sem cessar no caminho da revolução. Mas, a cada vez, chocam-se com seus próprios aparelhos burocráticos conservadores.” Programa de Transição, 1938

Este texto tem como pressuposto que a análise de conjuntura não pode dispensar a específica análise do mais relevante acontecimento de 2012, no âmbito do movimento docente e do movimento sindical brasileiro – a greve dos professores das instituições federais de ensino superior do Brasil.

1. Em conjuntura adversa, enfrentando um governo politicamente forte e com a economia ainda sob controle; na contramão da direção do ANDES e de algumas seções sindicais, em maio de 2012, os docentes da Universidade Pública entraram em greve. Impulsionados pela má remuneração e péssimas condições de trabalho, estas últimas agravadas com a expansão desordenada do REUNI, as IFES pararam em quase todo o Brasil. À vontade politicamente, o governo não cumpria o acordo de 2011, que previa a incorporação da GAE e o ajuste de 4%. O desrespeito contribuiu para aumentar a indignação dos docentes. As assembleias cheias estimularam os que se opunham inicialmente ao movimento a se colocarem à frente dele, julgando-o forte o suficiente para ser vitorioso com brevidade. Mas uma assimetria de consequências negativas se instalou: bases radicalizadas e direções tímidas e burocratizadas, em contexto que exigia radicalidade em todos os níveis.

2. De outra parte, aqueles que defenderam e fizeram a greve desde o início, disputando sua condução, conscientes da necessidade de ações mais incisivas, não tiveram força e organização para liderá-la. Em alguns momentos, nos comandos locais (CLGs) e no nacional (CNG), os debates e propostas aprovadas pareciam dar um rumo consistente à greve, mas se diluíam na passagem entre a aprovação coletiva e a execução, esta última sempre muito dependente dos aparelhos sindicais.

3. Configurada a suspensão das negociações, o movimento buscou a radicalização, mas não encontrou na direção nacional e em algumas direções locais o apoio para isto. Antes, o contrário, os principais dirigentes do Sindicato Nacional e de algumas seções sindicais usaram o seu prestígio, experiência e controle do aparelho, para conter a greve em limites moderados, transformando todas as propostas mais radicais em *performances* pouco contundentes, algumas vezes meramente teatrais. Cabe reconhecer que ações radicalizadas ocorreram em algumas localidades, sem entretanto atacar pontos centrais que abalassem a resistência do governo.

4.A isto, alguns dirigentes sindicais acrescentaram movimentos repetitivos de saída, dividindo-se entre a postura de combatividade, que fazia sua imagem antiga, e o comportamento de capitulação e conciliação, que faz sua verdadeira face atual. Sugestões de flexibilização das tabelas, priorização dos aspectos financeiros, em detrimento de graves questões da carreira, e até mesmo a omissão em face de ameaças explícitas ao histórico projeto de Universidade pública do ANDES – tudo isto compunha e revelava um quadro de fragilidade, com evidentes reflexos nas bases. As propostas contraditórias – pela continuidade da greve, mas apontando data de saída – foram as últimas expressões desta debilidade, que preponderou no terço final da greve.

5.A crise de direção tornou-se evidente. O governo, é claro, também a percebeu, e sua intransigência, por isto mesmo, aumentou. O alongamento da greve trouxe os desgastes comuns a essas situações, a eles somando-se pressões externas e internas à Universidade. Pressões de professores, que se sentiam esgotados, de estudantes que temiam perder o semestre, de reitores, de todos os tipos de opositores da greve, da *mídia* e até mesmo do cidadão comum, apreensivo com os filhos, parentes e amigos. No centro dos acontecimentos, a combinação de governantes autoritários e direções sindicais vacilantes. Isto foi minando a capacidade de luta dos docentes e levando à desconstrução da greve, de uma semana para outra, em assembleias lotadas, inclusive por anti-grevistas de primeira hora, com quem essas direções fizeram alianças em falas e votações.

6. A saída da greve se deu com um Projeto de Lei notavelmente negativo para a Universidade pública, enquanto instituição. Não menos danoso enquanto plano de carreira para os docentes, ativos e aposentados, especialmente para os novos. A análise do PL é um capítulo à parte, mas, salvo o PROIFES e a direita do movimento docente, ninguém aprovou o projeto do governo, nem os que queriam permanecer, nem os que queriam sair da greve, nem os que saíram em desabalada carreira, antes mesmo de o PL ser apresentado ao Congresso Nacional.

7. A maior fragmentação interna que virá com o PL do governo e a provável aprovação de uma legislação dura contra as greves nos serviços públicos dificultarão ainda mais nossa capacidade de aglutinação e de enfrentamento. Diante deste quadro, o argumento de preservação do aparato sindical como justificativa para o fim da greve revela uma posição exclusivamente legal e formal que reforçará o burocratismo e a disputa pura e simples do aparelho sindical.

8.Apesar de tudo, a greve quebrou a inércia que o burocratismo cultivava e demonstrou a capacidade dos trabalhadores questionarem a hegemonia de um governo transformista, revelando sua face autoritária e patronal. Além disto, obteve-se um acúmulo extraordinário de militância por parte de um conjunto de professores jovens, que certamente adquiriram muito conhecimento sobre a realidade e sobre como enfrentá-la. Uma nova geração de professores, que se provaram capazes em muitos planos, emergiu da greve e, ao lado de muitos docentes antigos, demonstrou que há energia e consciência transformadora na Universidade.

9. Cabe igualmente registrar a existência de um núcleo de companheiros, presentes em várias seções sindicais, que no decorrer da greve estiveram relativamente alinhados em suas avaliações e posições, fazendo a resistência dos últimos dias de greve. Este núcleo, ainda muito inorgânico, poderá ser base de um processo de revitalização do movimento. Vale dizer que o PROIFES perdeu espaço nas próprias bases, mas isto não representa muito no contexto atual, dado que sua função auxiliar continua válida, enquanto seu usuário, o governo, continuar forte para bancar *factóides*.

10.A tradução deste acúmulo em campo de força, futuros avanços e novas lutas dependerá da capacidade de aglutinação desses companheiros e dessa nova geração de professores, na perspectiva de rompimento com o burocratismo e a conciliação. Sem isto, poderão ser conduzidos para a apatia, o conformismo e atividades compensatórias e diversionistas, internas e externas à Universidade. Um exemplo deste tipo de ação compensatória e diversionista foram os insólitos seminários ocorridos em várias ADs para debater o Projeto de Lei, sem nenhuma consequência prática em que se pudesse colocar alguma esperança de intervenção e mudança. Ou ainda a retomada do velho discurso de *outras formas de luta*, a que alguns dirigentes parecem ter aderido.

Em outros termos, estamos diante da confirmação do que escreveu Rosa Luxemburgo, em 1915, e repetiria Trotski, nos difíceis anos 1930, acerca das crises de direção e seu efeito inibidor dos movimentos transformadores.

O grande desafio que se coloca, e que não depende de qualquer calendário eleitoral ou Congresso, é construir ou reconstruir outras referências, que correspondam a um novo e mais elevado patamar de organização e de luta.

Fevereiro de 2013.

TEXTO 56

Contribuição dos sindicalizados Aloizio Soares Ferreira (ASPUV-SSind), Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCEFET-MG-SSind.), Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV-SSind.), Antonio Claudio Moreira Costa (ADUFU-SSind), Antonio Luis de Andrade (ADUNESP-SSind), Célia Regina Otranto (ADUR-RJ-SSind.), Dilenio Dustan Lucas de Souza (APESJF-SSind.), Edmundo Fernandes Dias (ADUNICAMP-SSind.), Elaine Judite de Amorim Carvalho (ADUFEPE-SSind), Emerson Araújo (ADUFEPE-SSind.), Graciela Bonassa Garcia (ADUR-RJ-SSind), Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.), José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind.), Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ-SSind.), Marília Leite Washington (ADUFSCAR-SSind.), Oneize Araujo (ADUFS-SSind) e Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA-SSind.).

AVANÇAR NA EXPANSÃO DE UM SINDICATO AUTÔNOMO, COMBATIVO E CLASSISTA – SOMOS ANDES-SN

As análises realizadas nos fóruns deliberativos do ANDES-SN, nos últimos anos, têm denunciado, de forma correta, os ataques que o patronato, o governo e seus aliados têm perpetrado à classe trabalhadora.

O capital tenta jogar nas nossas costas os efeitos da grave crise que gerou e que obriga governos, inclusive de países centrais do sistema econômico, a transferir valores imensos de recursos na tentativa de salvar bancos e corporações. As reflexões do Sindicato têm acertado, também, quando lembram que, mesmo com esta crise em andamento, a aplicação do receituário neoliberal de reforma do Estado não só continua, como se torna cada vez mais aguda. Vemos se intensificar, em todo o mundo, a adoção de medidas que visam a apropriação privada das riquezas produzidas pelos trabalhadores, a perda de direitos sociais, o desmonte de serviços públicos essenciais e a precarização das condições de vida e trabalho, com a suspensão de benefícios e o aumento do desemprego em níveis alarmantes em diversos países, incluindo a Europa.

As reações dos trabalhadores a estes ataques também têm sido apontadas nestas avaliações. A resistência dos povos europeus, como na Grécia, em Portugal e na Espanha, a chamada Primavera Árabe – que já levou à derrubada de ditaduras centenárias – e as ações de estudantes e trabalhadores da América Latina, como no Chile e no Brasil, são exemplos dessas lutas. No último triênio, vimos, em nosso país, uma intensificação da mobilização dos sindicatos e movimentos sociais do campo classista, bem como a busca de organização e unidade para este enfrentamento.

Mas esta não tem sido uma busca fácil. As lutas, mesmo que cada vez mais acirradas, na construção civil, no serviço público, no setor de serviços e nas ocupações urbanas e rurais ainda não conseguem ver este ascenso refletido em um patamar de organização que possa fazer frente à força e à truculência que os aliados do capital têm demonstrado. Em 2010, depois de um longo processo de debate e após o acordo entre as principais correntes classistas para a criação de uma Central, grupos ligados à Intersindical, derrotados nas votações das plenárias, decidiram se retirar e causaram um retrocesso nesta construção, fragilizando todo o campo classista. O ANDES-SN participou ativamente do processo de construção da CONLUTAS, iniciado em 2004, e teve todas as suas teses aprovadas no Congresso que transformou esta, em 2010, na Central Sindical e Popular – CONLUTAS, em Santos – SP.

Em 2012, a busca pela unidade ficou ainda mais distante também para o movimento docente. O grupo que tinha o controle hegemônico da Corrente ANDES-AD – Autônoma e Democrática, que atuava no sindicato desde o seu nascimento, decidiu extingui-la, por decisão unilateral dos membros que estavam presentes no 31º Congresso, em Manaus, golpeando de forma antidemocrática as instâncias daquela organização. Talvez este ato, realizado pela militância ligada ao PSOL e PCB, tenha sido o último (e

simbólico) golpe em uma corrente sindical que conseguia ainda resistir, apesar das dificuldades crescentes, ao desmonte do campo da esquerda, patrocinado pelo PT após o seu ingresso no governo. A escolha destes militantes por ocupar, de forma exclusiva e hegemônica, a Direção Nacional do ANDES-SN, certamente aportará maiores dificuldades para a construção da unidade, principalmente se considerarmos os métodos adotados.

Mesmo que, desde o 25º Congresso do ANDES-SN (Cuiabá, 2006), já avaliássemos que a ANDES-AD caminhava a passos largos para uma degeneração irreversível, a opção pelo rompimento unilateral, sem debate, e valendo-se de sua superioridade numérica, foi um duro golpe perpetrado a toda a militância. Método e ação confirmaram o que, ainda no 25º Congresso, já alertávamos: *“Qualquer sufocamento do debate ou qualquer silenciamento de companheiros ou grupos de companheiros, baseado em divergências sobre referenciais políticos (reais ou imaginários), mesmo permitindo, no limite, vitórias parciais e eventuais desse ou daquele grupo, representará sempre um caminho rápido para a burocratização e a perda de representatividade do Sindicato. Liberdade, democracia e autonomia não podem ser palavras jogadas ao vento. Devem ser praticadas cotidianamente, estar sempre incorporadas de forma vigorosa ao referencial político de cada um de nós.”* (Anexo ao Caderno de Textos, 2006, p.29).

Este giro na concepção sindical que embalou o nascimento do ANDES-SN já se faz sentir na dinâmica do sindicato e de suas Seções Sindicais, a partir, principalmente, da inviabilização dos sindicalizados mais críticos na vida sindical, em seus espaços de construção e mobilização. A sucessão de fotos retiradas/apagadas, vídeos com histórias cortadas e de vozes silenciadas, nestes últimos anos, por quem domina o ANDES-SN, por cima, tem sido preocupante.

Entretanto, este quadro de dissensão resultou, também, em uma explicitação maior das diferenças políticas e, principalmente, da prática política de cada grupo e ou corrente que atua no Sindicato. Certamente estas diferenças levarão a uma riqueza maior dos debates, ao surgimento, com maior contundência, das polêmicas e das discussões, abrindo uma possibilidade de maior participação e esclarecimento de toda a base docente.

Neste sentido, já em 2012, a greve abriu espaço para a expressão destas diferenças, e vale a pena olhar como os discursos e as práticas dos diferentes grupos que atuam no sindicato responderam a este momento de radicalidade e de luta.

A greve de 2012 no Setor das Federais

A forte greve das Instituições Federais de Ensino Superior, no ano passado, surpreendeu não só o governo, bem como uma parcela significativa da Direção Nacional do ANDES-SN e de direções de Seções Sindicais, que muitas vezes foram “atropeladas” pela base, o que se deve, em grande parte, à história recente de desmobilização, não só do movimento docente, mas de praticamente todo o setor dos servidores públicos federais.

Esta grata surpresa, uma greve em que a Educação Federal ficou paralisada durante meses, gerada pela luta dos professores por projetos que se contrapunham à hegemonia governamental, mostra a necessidade de se refletir, com mais cuidado, a respeito da base docente e de seu potencial de luta. Por ser um instrumento extremo, no qual todas as concepções e forças políticas são obrigadas a se expor, é um momento importante também para se realizar um balanço que permita explicitar as concepções e principalmente as práticas encaminhadas por estas forças. A História mostra que é com este tipo de balanço que os trabalhadores têm conseguido avançar.

O ANDES-SN é uma entidade plural, na qual diversas correntes políticas atuam – seja de partidos políticos, tendências dentro de partidos políticos, grupos, coletivos de diferentes tamanhos, e mesmo indivíduos –, contribuindo com suas análises e propostas. A base de sindicalizados do ANDES-SN abarca todo um leque de ideias políticas, das mais conservadoras às mais revolucionárias, e uma militância atuando de forma direta. Esta grande diversidade, o seu reconhecimento, e os mecanismos para que todos possam se expressar e atuar no Sindicato, é o que garante a democracia e a representatividade de seus quadros.

Não por acaso, é nos momentos mais difíceis, nos momentos de crise e de ações mais extremas, que a práxis fica clara. A greve é um destes momentos.

Neste sentido, 2012 deve ser contextualizado a partir dos fatos políticos dos últimos anos, em especial da última década, quando um partido tido como da classe trabalhadora assumiu a direção do Estado.

Ao ocupar o governo, em 2003, o Partido dos Trabalhadores (PT) manteve a mesma política de seus antecessores Collor e FHC, com o arrocho salarial, o endurecimento contra os sindicatos mais combativos, e dando seguimento a uma reforma do Estado brasileiro voltada para os interesses mercantis,

que visava desmontar os serviços públicos de saúde e de educação, e precarizar as carreiras dos servidores. Colocou uma reforma sindical em andamento, que tem como objetivo “pacificar” e tornar submissos todos os sindicatos de base, controlados de forma cada vez mais verticalizada pelas Centrais, em especial pela CUT e Força Sindical. Para os que ainda resistiam, recrudescceu, tentou dividir a base, criou sindicatos pelegos e tentou ocupar as direções, por dentro das entidades combativas.

Neste mesmo período, no que se refere às políticas de ensino superior e de seus reflexos sobre o trabalho docente, o governo do PT, na mesma linha, investiu fortemente na transformação das IFES para um projeto em sintonia com as receitas das agências multilaterais, como Banco Mundial e outras. Trabalhou no sentido de quebrar o que ainda subsistia de autonomia nestas instituições, passou a distribuir recursos por meio de editais direcionados para suas políticas, programas, bolsas e um arcabouço de normas que desfigurou cada vez mais o caráter crítico e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio estabelecido na Constituição de 1988 e que, de lá para cá, vinha sendo minado e atacado ininterruptamente. Com a complacência e, muitas vezes, a colaboração ativa da ANDIFES, o ingresso nos cursos de graduação, a autorização de funcionamento de cursos de pós-graduação, a avaliação institucional, a expansão e muitas outras atribuições acadêmicas, passaram para o controle – seja financeiro, seja regulamentar – do MEC, transformando Reitores em gerentes.

As ações do PT e das Centrais Sindicais, em particular da CUT, ao reprimir, cooptar as lideranças e neutralizar os movimentos reivindicatórios de maior expressividade no cenário nacional, se concretizavam também nas IFES e em particular no movimento docente. Passamos anos, diversos Congressos e CONAD avaliando o quadro de refluxo, suas causas e a expectativa de reversão. Estas análises, e como as correntes políticas que atuavam no ANDES-SN entendiam aquele momento, podem ser resgatadas nas leituras dos Cadernos de Textos, e estas tornam ainda mais difícil entender algumas das contradições vistas em parte da direção do sindicato, na greve de 2012.

Os debates nos eventos do Sindicato indicavam a direção correta. No período de 2004 a 2010 tivemos um quadro de desmobilização, gerado pela linha de atuação rígida, por parte do governo, que não permitia qualquer concessão ao projeto de reforma que vinha implementando, inclusive com o aporte de recursos para forçar esta transformação, via “chantagem” administrativa. Nesta, se incluía também um forte investimento ideológico, com a mobilização das forças mais conservadoras presentes nas IFES e uma reformulação institucional que facilitasse a ideia das fundações, dos “empreendedores”, ao mesmo tempo em que reforçava uma formação que fosse cada vez mais voltada para os interesses do capital.

Após a luta contra a Reforma da Previdência, o quadro majoritário, não só na educação federal, mas também em quase todas as categorias dos SPF, foi de desmobilização, com avanço do projeto neoliberal, arrocho salarial e, no caso do nosso sindicato, ataques via registro sindical, perda de Seções Sindicais para uma entidade pelega, criada pelo governo – o Proifes e ataques às finanças do ANDES-SN, por meio de consignações. Tivemos greves parciais, em 2005 e 2006, que não lograram êxito e, nesta última, o governo forçou a presença o Proifes na mesa de negociação, impondo um acordo repudiado pela quase totalidade da base docente, e que trouxe grande prejuízo para o professorado.

Mesmo com tantos reveses, o nosso Sindicato, com base nas deliberações de seus Congressos e CONAD, jamais deixou de chamar para a luta, para a mobilização, e para a unidade nas campanhas salariais, sendo uma das entidades que mais se empenhou pela manutenção da CNESF, num momento em que a ordem do governo e de seus aliados era de esvaziá-la.

Em momento algum, a entidade se abateu, e no período entre 2008 e 2010, conseguiu reverter a tentativa de destruição do ANDES-SN empreendida pelo governo/CUT/Proifes, conquistando o Registro Sindical, numa campanha memorável que foi às ruas, juntamente com a CONLUTAS e diversas outras entidades do campo classista. Neste mesmo período, foi realizado um debate para a atualização da pauta do Setor das IFES, no qual a carreira foi reafirmada como eixo fundamental para o nosso projeto, e passou-se a discutir os encaminhamentos referentes às pautas locais.

Vale destacar que o REUNI, projeto governamental editado em abril de 2007, e que previa uma expansão das IFES de forma acelerada, estipulando metas produtivistas e ferindo ainda mais a autonomia universitária, teve um forte embate por parte do conjunto das entidades representativas dos estudantes, técnico-administrativos e professores naquele mesmo ano, mas, mesmo assim, isto não foi capaz de suspender a sua implementação. No período entre 2008 e 2010, vários *campi* foram construídos; o número de ingressos aumentou significativamente em algumas IFES, mas, conforme todas as previsões feitas pelo movimento docente, esta expansão se deu, não raro, precariamente, com cursos sem professores, sem salas de aula e laboratórios; e alguns locais sem condições mínimas de funcionamento. Em 2011, os sinais de que “algo de errado não estava certo” em muitos *campi*, em particular nas expansões, passaram a surgir com mais evidência.

É possível que este contexto, somado a outros fatores, tenha contribuído com a Campanha Salarial de 2011 e seus desdobramentos. O debate com o governo sobre carreira e salário vinha, por anos a fio, se arrastando, e mostrando o desdém que o governo do PT demonstrava com esta questão. Agora, além deste desrespeito, uma nova demanda, objetiva, de condições de trabalho, aparecia com força. Se as assembleias ainda não lotavam, ao menos registravam o acúmulo da indignação com a maneira com que isto era tratado. A proposta de acordo, oferecida pelo governo, prevendo incorporação parcial de gratificações, ultrajantes 4% de reajuste salarial para o ano seguinte, e ignorando todo o restante da questão da carreira, acabou sendo aceita pela diretoria do ANDES-SN em um processo tumultuado e confuso, que resultou em troca de acusações em assembleias, reuniões, e enxurradas de denúncias pela Internet. O pedido de identificação de voto, mecanismo natural em qualquer fórum democrático, foi recebido como uma afronta e rechaçado pela Diretoria Nacional e por outros integrantes do Setor das IFES, na reunião que aprovou o Acordo. Uma reação desnecessária, antidemocrática, e que só esgarçou mais o sindicato, abalando a confiança da base em seus representantes, naquele momento.

Em janeiro de 2012, durante o 31º Congresso (Manaus), a luta já começou a ser encaminhada. Com o início do semestre acadêmico em março, a mobilização passou a crescer e a ganhar visibilidade. Após três reuniões do Setor das IFES, realizada entre março e abril de 2012, finalmente a diretoria do ANDES-SN foi convencida, pela base, da necessidade da greve. À medida que os relatos das assembleias de base, na reunião do Setor das IFES de 12/05, que deflagrou a paralisação, referendavam a radicalização, os Diretores, com o ar, ora surpreso, ora contrariado, foram mudando o discurso titubeante, recheado de alternativas para continuar o “diálogo” com o governo, para um discurso que apontava a greve. A greve foi deflagrada tendo como pauta central a proposta de carreira docente aprovada em nosso 30º Congresso e por pautas locais, que focavam as condições de trabalho nas universidades, em especial nas expansões recentes. Esta deflagração, que no início, incluía 30 Seções Sindicais, rapidamente passou de 50, e a consistência do movimento surpreendeu o governo e boa parte da Direção do nosso sindicato, que não via (ou não desejava) a condução daquela luta, naquele momento.

É preciso destacar o descompasso, mais uma vez, das diferentes categorias dos SPF, tanto na CNESF quanto no chamado Espaço de Unidade de Ação. Este último, criado a partir do esforço para construir uma luta unitária, possui desde sindicatos na linha governista, CUT, CTB, até a CSP-CONLUTAS e sindicatos com tradição combativa. Em nome da unidade, esta participação foi garantida, apesar do acúmulo que o ANDES-SN tem no sentido de que as entidades governistas acabam sempre fazendo movimentos para beneficiar o governo, e em muitos momentos pretéritos, deixaram as entidades mais combativas a ver navios.

Mesmo com este descompasso, em determinado momento, passamos a ter o ANDES-SN, a FASUBRA, o SINASEFE e grande número de entidades estudantis paralisadas, configurando uma forte greve na educação federal.

O Setor das IFES do ANDES-SN chegou a um patamar histórico, com quase a totalidade dos *campi* federais em greve. Para todos os que acompanharam a luta pelo Registro Sindical nos anos 2008/2010, o avanço sobre a representação das Seções Sindicais dominadas e/ou dirigidas pelo Proifes foi de um significado político enorme. Diretorias foram questionadas, a base docente “virou a mesa” em assembleias lotadas e os relatos eram sempre de disposição de luta e pelo fim do peleguismo.

Este cenário surpreendeu a todos, incluindo as correntes políticas que atuam em nosso sindicato. Algumas delas, que atravessaram os últimos 10 anos lamentando a desmobilização da base, usavam isto para não indicar a luta e, muitas vezes, viam no desinteresse, por parte dos professores, a causa das dificuldades políticas que atravessávamos. Na greve de 2005, a Diretoria lamentava o fato de, ao olhar para trás, não ver a massa de docentes apoiando a luta, hipotecando este quadro à dificuldade de avançar. Em julho de 2012, lá estava a nossa base, pronta para a luta, mas mesmo assim, a opção foi de recuo.

Muitos fatores devem ser considerados no decorrer e no desenrolar e encerramento da greve de 2012. Apesar da radicalidade e da consistência da base docente, exposta em todas as manifestações de assembleias, o governo conseguiu levar o movimento à exaustão, mantendo-se alheio às reivindicações e inflexível em sua proposta. A força do movimento foi capaz de fazer o governo receber os nossos representantes, mas em momento algum, este negociou a nossa pauta. Fomos capazes de impor uma derrota ao braço do peleguismo governamental nas bases, mas isto não refletiu em avanço ou conquista das nossas reivindicações. No balanço final, é inevitável reconhecer que fomos derrotados e que uma das greves mais fortes da história da nossa entidade não foi capaz de dobrar o governo e permitir o avanço, ainda que parcial, de nossas demandas.

Neste ponto é importante que nos debrucemos também sobre as deliberações e encaminhamentos que fomos adotando, as razões que nos levaram a esta situação, o que estava proposto, e que forças políticas fizeram estas propostas, o que irá permitir um maior acúmulo para as nossas futuras ações.

Sabíamos da intransigência do governo, conhecemos bem os seus expedientes para esvaziar movimentos reivindicatórios, mas, mesmo assim, no momento em que a greve era mais forte, em que a mídia se mostrava favorável aos docentes e que algumas propostas apontavam para a radicalização e tensionavam, ainda mais, a opção que se adotou foi de, ao invés disso, remeter para o governo uma contraproposta à nossa própria proposta. Um sinal claro de que a tese da “colaboração” e do “diálogo” continuava prevalecendo em várias correntes políticas do nosso sindicato, mesmo depois de passarmos anos com as famosas “mesas de enrolação” e o desrespeito descarado promovido pelo MPOG e pelo finado Duvanier.

O embate destas ideias em um momento tenso, como no decorrer da greve, acaba demarcando com mais clareza diferenças de concepções e de linhas políticas, defendidas pelas correntes que atuam hoje com mais consistência, no ANDES-SN.

Se, para alguns, as possibilidades de avanços dos trabalhadores se restringem às formas de luta contra o capital, incluindo o Estado, o patronato e seus aliados; para certas correntes, o caminho é o de estabelecer diálogos, participar de câmaras tripartites, investir na via parlamentar e colaborar com os adversários dos trabalhadores no sentido de “melhorar” o sistema. Alguns devem lembrar do debate em 2003, quando parte do Congresso do ANDES-SN defendia que o governo do PT seria um “espaço de disputa”. Depois de quase uma década, as ilusões de conquistas efetivas para a classe trabalhadora se reduziram à sua capacidade de enfrentamento e foram enterradas de vez quaisquer expectativas de avanço através da “colaboração” e do “diálogo”, onde um “Duvanier” fica, anos seguidos, inventando formas de ludibriar o professorado. O Proifes e certas correntes políticas, algumas atuando também no ANDES-SN, agem nesta linha e, de forma coerente, a defendem através de seus discursos.

As correntes políticas alojadas em torno do PSOL e do PCB não poderiam ser acusadas de não querer a greve. Também não poderiam ser acusadas de querer a greve. Durante o processo de deflagração, as idas e vindas dos representantes destas correntes ora mostravam indecisão, ora uma política de preservação para as eleições municipais, que se aproximavam. Suas posições, ao contrário do que se espera de uma Direção, no sentido de indicar a luta, ficavam sempre a reboque. O discurso do “medo de perder a base” para os pelegos, característica destes militantes desde 2005 foi repaginado. O receio de perder o “protagonismo”, o pavor da direção de perder uma proposta em assembleia... O medo paralisa. Mesmo com a greve forte e demonstrando determinação para o embate com o governo, estas correntes passaram a propor uma contraproposta à nossa própria proposta em meados de julho, e se contrapuseram às ações de maior radicalização. Derrotados parcialmente, voltaram à carga até conseguir enviar uma contraproposta ao governo que se mostrou inócua. Em seguida, passaram a defender um “prazo de validade” para a greve (ditado pelo governo) e referente à data de envio da proposta de orçamento ao Congresso, uma espécie de “calendário Maia” da greve, amplamente desmentido categoricamente por diversos assessores jurídicos do sindicato. O comportamento destes grupos, suas políticas, os interesses ligados às campanhas para as eleições municipais, e os expedientes usados nos CLG e no próprio CNG-ANDES, são assunto para a avaliação de cada local. Seus encaminhamentos foram importantes para a adoção de ações que levaram ao enfraquecimento e à inflexão da greve, na segunda quinzena de agosto.

Em 10 de agosto, as correntes favoráveis ao rebaixamento de nossas demandas conseguiram aprovar um Comunicado no CNG, perguntando não se as assembleias achavam correto flexibilizar a nossa pauta, mas o que achavam que deveria ser flexibilizado, como se a primeira pergunta já estivesse deliberada. Na semana de 12 a 18 de agosto, militantes que, em julho já haviam apoiado, ainda de forma velada, a contraproposta à nossa própria proposta, passaram a expressar no CNG e nas Seções Sindicais, uma preocupação pela não discussão do horizonte desta greve e avaliavam que a questão fundamental que se apresentava era a construção de sua saída. Mais uma vez o medo de perder o protagonismo.

Naquele momento, as assembleias de base mantinham a greve. Uma greve que tinha questões de fundo em sua pauta e que, neste sentido, toda a direção do sindicato sabia que o governo não abriria mão facilmente e que certamente desembocaria em algum momento de maior radicalidade e tensionamento, para que pudéssemos arrancar alguma conquista. Esta possibilidade foi minada antes que este embate se colocasse.

O mais triste é ouvir os mesmos argumentos e as velhas cantilenas, típicas dos militantes destas agremiações: conseguimos vitórias parciais (a lei aprovada é um recuo ainda pior na carreira do que o que estava posto quando entramos na greve. Os reajustes salariais não darão conta da inflação projetada e as condições de trabalho continuam sem horizonte de resolução), conseguimos desgastar o governo (esqueceram de incluir isto na pauta...!!!), o governo é muito forte e não irá recuar, etc., etc.

Desta semana em diante, as votações e os discursos no CNG passaram a incitar cada vez mais o recuo. Entretanto, na única votação em que foi pedida a identificação do voto por Seção Sindical *a partir da deliberação de cada Assembleia*, e que se esperava uma maioria favorável ao fim da greve, o resultado foi o inverso.

A centralidade de luta para o ano de 2013

A greve da educação federal, assim como os movimentos dos servidores nos estados e municípios e demais trabalhadores, confirmou a avaliação de que sem mobilização e luta da classe trabalhadora, o governo e seus aliados não abrirão mão de seu projeto de reforma do Estado e de supressão de direitos sociais. Também como já foi avaliado, este governo é capaz de lançar mão do que for preciso para não permitir que seu projeto seja afetado, incluindo força, truculência e práticas antissindicalistas. O ANDES-SN e o conjunto das entidades classistas já possuem acúmulo suficiente para descartar a ilusão dos fóruns tripartites, das audiências e promessas de gabinetes, da esperança e expectativas da via parlamentar e de mesas de “negociação” inócuas e midiáticas.

Desafortunadamente, nem todos reconhecem este acúmulo. O relato da primeira audiência da Diretoria do ANDES-SN com o governo em 2013, não transparece, nem de longe, que se trata do mesmo governo que meses atrás ignorou, trapaceou e desrespeitou as reivindicações da base deste sindicato. A impressão é de que “zeramos” a conta e começamos, fagueiros, uma nova fase de “diálogo” e “negociação”. Uma postura de nossa Diretoria difícil de compreender e impossível de aceitar.

A greve das federais foi derrotada por um governo antidemocrático e truculento (e seu fim precoce gestado e anabolizado por muitos dentro do próprio sindicato). Não conseguimos avançar em nenhum dos dois pontos de pauta pelos quais começamos a paralisação – nosso projeto de carreira e as precárias condições de trabalho. Mesmo entendendo a articulação entre nossas reivindicações específicas e a política maior, nossa base não entrou neste embate para “desgastar ou derrotar o governo”, item elencado como saldo positivo por correntes políticas que disputavam vagas em prefeituras e nos parlamento e que atuam e nossa entidade.

Entretanto, é inegável que, apesar da derrota, tivemos como saldo positivo, este sim, o ressurgimento de uma militância mobilizada em praticamente todas as IFES, a denúncia de diretorias de Seções Sindicais omissas ou que atuavam no polo governista e o avanço no reconhecimento do ANDES-SN como legítimo representante dos professores das IFES.

Os problemas que ainda incidem sobre a nossa organização e estrutura, bem como os ataques que temos sofrido no último quinquênio, ainda se refletem na entidade. Se a greve, por um lado, permitiu ampliar a denúncia e avançar sobre os que querem destruir o ANDES-SN, por outro, somente o trabalho cotidiano irá garantir estas conquistas. Temos ainda Seções Sindicais dirigidas por inimigos do ANDES-SN, temos entidades que continuam desfiladas e que demandam uma ação política contundente para seu retorno ao nosso sindicato. Temos um número significativo de *campi* em expansão, o ingresso de um contingente expressivo de novos concursados. Temos novas configurações institucionais, como nos Institutos Federais e a necessidade de caminhar, de forma solidária com o SINASEFE, na sindicalização destas novas frentes.

Neste sentido, para os desafios que estão colocados, o eixo de luta deste sindicato, para o ano de 2013, deve incluir a retomada dos enfrentamentos que vinham sendo encaminhados nos estados e no âmbito federal, envolvendo a nossa carreira, as condições de trabalho e a questão salarial. Nestes embates, devemos reforçar a aliança com o conjunto dos trabalhadores e buscar contribuir para que cada vez mais as nossas organizações e instrumento de luta se fortaleçam. Devemos buscar a unificação de nossas ações, o enraizamento e uma maior participação do ANDES-SN nas instâncias de debate e de deliberações da CSP-CONLUTAS, nos estados e eventos nacionais.

Em síntese, a centralidade para o ANDES-SN, no ano de 2013, deve ser de “intensificar as lutas pela carreira e condições de trabalho, buscando ampliar a sindicalização docente e a expansão do ANDES-SN nos locais de trabalho, atuando na consolidação da CSP-CONLUTAS e no avanço da unidade classista dos trabalhadores”.

TEXTO 57

Contribuição dos professores Cláudia Durans, Catarina Malcher, Diana Diniz, Marcone Dutra, Karla Sousa, Rosenverck Santos, Rosana Éleres, Welbson Madeira, Vilemar Gomes, Raimundo Renato Patrício e Marly Dias – Sindicalizados da APRUMA

AVANÇAR NA ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA DOCENTE, DO FUNCIONALISMO E NA UNIDADE DA CLASSE: em defesa da Educação Pública e dos direitos dos trabalhadores

2012 foi um ano de muitos embates, ataques por parte do governo e dos patrões aos salários, condições de trabalho e direitos da classe trabalhadora. Mas também foi um ano de avanço no processo de reorganização da classe, da maior greve das Universidades Federais contra o desmonte, a precarização, em defesa da carreira e das condições de trabalho. Isso num contexto de aprofundamento de crise, que atinge o centro do capitalismo.

Em meio a maior crise do capitalismo no pós-guerra, os governos torraram trilhões de dólares para salvar grandes bancos e indústrias e evitar o colapso do sistema financeiro global e uma depressão como a dos anos 1930. Vivemos desde 2008 a maior intervenção estatal da história do capitalismo, que aumentou consideravelmente o financiamento público da acumulação capitalista, o peso do sistema rentista da dívida pública e o déficit fiscal das maiores economias do mundo. Tal medida não evitou que a crise se espraiasse para a Europa, confirmando que as medidas de contratendência, principalmente adotadas nos EUA, não só não conseguem superá-las, como preparam novas e mais fortes crises.

Neste quadro, os sucessivos planos draconianos de cortes sociais e ajustes fiscais que provocam a recessão na zona do euro, conduzidos pela troika (Banco Central Europeu, Comissão Europeia e FMI) como uma verdadeira guerra de classes, jogaram a região num verdadeiro caos social. São as conquistas do Estado de Bem Estar Social europeu que estão sendo “atiradas pelo ralo”, conduzindo a Europa a uma crise econômica, social e política.

Espanha, Portugal, Grécia, Itália e vários países do Leste Europeu vivem a pior crise desde a Segunda Guerra Mundial. Mesmo as economias imperialistas mais fortes, como a Alemanha e a França, que se beneficiam dos planos da troika para a periferia do continente, estão com suas economias em desaceleração. Assim, o desemprego em massa atinge a Europa: 11,7% de novos desempregados. A cada dia 6 mil trabalhadores são demitidos. Quem continua empregado é atingido duramente pelos cortes salariais, retirada de direitos.

A China, considerada o motor da economia mundial e plataforma de investimentos e exportação das multinacionais dos países imperialistas para o todo o mundo, também está em desaceleração, levando consigo as economias que a ela estão atreladas, como a brasileira e a argentina. A economia latinoamericana passou de um crescimento econômico de 4,3% em 2011, para 3,2 em 2012.

O Brasil, como parte da economia mundial, enfrenta um cenário de muitas incertezas. Ocupa atualmente a 7ª posição na economia do mundo, com um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 2,48 trilhões de dólares. Porém, diante do cenário internacional de crise, recessão na Europa, desaceleração na China, tudo indica que neste ano permanecerá a desaceleração na economia brasileira. Os dados são reveladores: em 2010 o crescimento foi de 7,5%, 2011 de 2,7% e 2012 cerca de 1%.

Isso tem a ver com a forma como a economia está organizada, sustentada na exportação de commodities, principalmente para a China. A construção civil pesada, baseada nas grandes obras de infra-estrutura e nos grandes eventos esportivos, segue em crescimento, por serem prioridades do governo. O setor automobilístico também começa a desacelerar, apesar de todo o beneficiamento do governo em facilitar o endividamento das famílias (59% encontram-se endividadas) e a redução do IPI, que garantiu a taxa lucro de 4,9%, mas fechou 2012 com 1,2%.

A política da frente popular é perversa: combina apoio aos bancos, empreiteiras e multinacionais; grande rentabilidade à agiotagem internacional com a dívida pública, pagando 48% do orçamento da união para isso; empréstimo via BNDES para empresários, desonerações fiscais, redução dos “custos do trabalho”, privatização dos aeroportos, rodovias e ferrovias, leilões de petróleo e energia; e programas de renda mínima como o Bolsa Família, que atinge 45 milhões das famílias (1/4 da população brasileira), somado ao apoio da mídia blindando o governo, e da UNE, CUT e MST, evitando as mobilizações necessárias à defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

Mesmo com toda a corrupção e o julgamento do mensalão condenando os principais dirigentes do Partido dos Trabalhadores, a presidente Dilma Rouseff atinge elevados índices de popularidade 77%. Uma contradição, pois sendo a 7ª economia mundial, as condições sociais oferecidas à população nos colocam na posição de 84ª posição em termos de IDH. Isto significa poucos investimentos públicos em saneamento básico, saúde, educação e outras necessidades sociais, como fruto das políticas implementadas pelos sucessivos governos que seguem à risca as orientações neoliberais.

Aproveitando-se dos elevados índices de popularidade que alcançam 77% e ameaçado pelo quadro internacional, o governo prepara o maior ataque à classe trabalhadora, apresentado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, filiado à CUT, através do Acordo Coletivo Especial. O ACE implica um novo padrão de negociação coletiva, facilitando a flexibilização de direitos trabalhistas, possibilitando que o negociado prevaleça sobre o legislado. Uma verdadeira Reforma Trabalhista. A CSP Conlutas tem sido o polo importante de resistência a esse ataque, realizando seminários, atos, denunciando essa política, e buscando unidade, na prática, com setores para além da central, como a corrente CUT Pode Mais, a CNTA/Sul (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação), Articulação de Esquerda Sindical, COBAP, Fórum de Entidades, CPERS-Sindicato, CGTB, FNP, Fenametro, entre outras. E prepara a jornada de lutas logo para o 1º semestre deste ano com um grande ato em Brasília em Abril. Mostrando que, apesar da traição da CUT e da UNE, a situação social objetiva tem conduzido os trabalhadores à luta e à resistência, à unidade com independência de classe e autonomia.

No ano de 2012, os trabalhadores enfrentaram os efeitos perversos da política econômica do governo revelados no aumento da superexploração, intensificação do trabalho, a criminalização e tentativa de esconder a pobreza (nas favelas e chamadas cracolândia) nos grandes centros, numa política de higienização das cidades na qual se destaca o extermínio da juventude negra. O caso Pinheirinho foi simbólico, denunciou para o Brasil e para o mundo a situação habitacional e a violência dos governos do PSDB. No país há um déficit de 11 milhões de moradias e isto faz levantar o movimento por uma reforma urbana que dê melhores condições de vida à população pobre.

Igualmente pressionados pela avalanche que representa a expansão capitalista para as comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas marcam suas presenças como sujeitos políticos de destaque na luta pela terra. O ataque aos Guaranis-Kaiwóas colocou em primeiro plano a unidade de muitos setores da luta social contra latifundiários, usineiros, madeireiros, etc. “Somos Todos Guarani-Kaiwóá”. As greves da construção civil pesada (Saupe, Belo Monte, etc.) também tiveram destaque nas lutas e no cenário nacional. Merece registro a luta dos metalúrgicos da GM contra o fechamento da planta de São José dos Campos e contra a demissão de cerca de 1500 trabalhadores.

Do ponto de vista do funcionalismo público, 2012 foi palco da maior greve dos últimos anos, resistindo aos fortes ataques e desmontes promovidos pelos sucessivos governos neoliberais, inclusive Dilma Rousseff, que seguindo o mesmo modelo, destinou apenas 2,99% para a Educação, por exemplo. Por outro lado, cortou recursos públicos da área social na ordem de 54 bilhões que implicou numa redução de 1,3 bilhão do orçamento das universidades.

A avaliação de desempenho proposta com o objetivo de demitir servidores através do PLC 248/98; a limitação de gastos com a folha de pagamento dos servidores públicos, que na prática congelava salários por 10 anos (PLP 549/09); a criação das fundações estatais de direito privado

para as áreas da saúde e educação, transferindo serviços, que deveriam ser públicos, para a iniciativa privada (PLP 92/07); a instituição da previdência complementar, criando os Fundos de Pensão para regulamentar a previdência privada no setor público; a regulamentação do direito de greve; as condições salariais e de trabalho. Tudo isto esteve na base que motivou a greve.

No âmbito das Universidades, a greve forte e histórica teve a ver com as contradições acumuladas, reivindicações reprimidas e experiências concretas com as políticas neoliberais implementadas no Brasil, particularmente na Educação, a partir dos anos 1990, que solaparam as bases da Universidade Pública Brasileira. Essa universidade que se formou historicamente a partir das exigências do modelo de desenvolvimento econômico, social, político, cultural, das lutas de professores, estudantes e técnicos administrativos e que se consolidou na Constituição de 1988, a partir da concepção da “Educação como direito de todos e dever do Estado”, e da inclusão do Artigo 207, onde ficou estabelecido que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Tais princípios que foram completados com conquistas sindicais e trabalhistas como o Regime de Dedicação Exclusiva (DE), com o Regime Jurídico Único – RJU (Lei 8.112 de 11/12/90) e do Plano Único de Classificação e Retribuição do Emprego - PUCRCE- (Lei 7.596/87) que contemplava muitas das reivindicações docentes, por exemplo, a carreira única e isonomia salarial.

Nos anos 1990, principalmente nos dois mandatos de FHC, assistimos catapultar as políticas de desmonte da Universidade Pública Brasileira: ideias de flexibilização entre ensino/pesquisa e extensão, diversificação das modalidades de ensino (Cursos Sequenciais, Licenciaturas e Bacharelados interdisciplinares, Ensino à Distância, Universidade Aberta do Brasil (UAB), Universidade Nova, reorganização da Rede Federal de Educação Tecnológica, etc). Paralelamente, assistimos favoreceram o crescimento de instituições privadas de ensino, um negócio bastante lucrativo para alguns grupos econômicos pelas renúncias fiscais e linhas de crédito favorecidas pelo governo. Nesse sentido, o governo Lula foi perverso, criou grandes expectativas na população brasileira de maior acesso aos bens e serviços construídos coletivamente, particularmente à Educação, cujas respostas às reivindicações foram completamente ressignificadas. Foi o Governo Lula que promoveu o maior salto na desarticulação da Universidade brasileira, tal como foi conceituada na Constituição Federal de 1988.

Sob o pretexto de atender aos mais pobres, garantiu a estabilidade financeira das faculdades privadas por meio do PROUNI. Com o discurso de expandir as vagas nas universidades públicas, criou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007), que não garantiu o montante adequado de recursos para a expansão do quadro de docentes e técnicos administrativos em educação, assim como não ampliou a infraestrutura necessária ao aumento do corpo discente, portanto, aprofundou a precarização das atividades acadêmicas. Com o argumento de construir um sistema nacional unificado de educação o governo Lula centralizou cada vez mais as decisões, por exemplo, por meio do SINAES, do REUNI e do ENEM, e na prática esvaziou o conteúdo da autonomia universitária expressa na Constituição Federal. Infelizmente, essa quebra da autonomia, de modo geral, se deu com a cumplicidade dos reitores.

A greve de 2012 conseguiu impor recuos importantes ao governo, ainda que não tenha reunido forças suficientes para obrigá-lo a retroceder em sua política de desmonte da universidade pública. A razão disso está, em primeiro lugar, nas dificuldades geradas pela relação geral de forças na sociedade, quando temos de enfrentar um governo com alto índice de aprovação popular, como é ainda o governo Dilma. Este quadro dá forças ao governo para enfrentar o movimento dos trabalhadores. Mas reflete também, por outro lado, a atuação de centrais sindicais como a CUT, que ainda tem muito peso entre os servidores federais e que tudo fez para evitar a greve e, quando ela se tornou inevitável, para que ela gerasse o mínimo desgaste possível no governo.

Mesmo assim a greve obrigou o governo a retroceder e estabeleceu outro parâmetro para as negociações com o setor e com todo o funcionalismo. Ainda que as concessões estejam longe de

serem consideradas satisfatórias, seria um erro enorme não identificar o avanço obtido. A política do governo estava estabelecida era bem clara: congelamento dos salários do funcionalismo por 10 anos (PL 549). É importante também observar que no ano de 2012 o governo gastou apenas R\$ 1,5 bilhões com aumento na folha de pagamento (0,84% sobre o total), porém, fruto da greve, o governo terá que comprometer algo em torno de R\$ 14 bilhões/ano até 2015. Isto não estava nos planos da Frente Popular e só ocorreu devido à greve.

No que concerne à pauta de reivindicações dos docentes: a reestruturação da carreira única com valorização do piso e incorporação das gratificações e melhores condições de trabalho. Não obtivemos ganho real, nem começamos a recuperação do salário, que era nosso objetivo com a reestruturação da carreira. As demais categorias do funcionalismo, fecharam acordo de 15,8% em 3 anos. Em geral foram todas concessões insuficientes, que estão longe de atender de atender as reivindicações dos grevistas.

Dito isso é importante registrar que, a greve não conseguiu obrigar o governo a chegar a uma proposta minimamente aceitável para os professores. Menos pela insuficiência da proposta econômica apresentada, e mais pelo retrocesso na carreira docente embutido na última proposta apresentada pelo governo e aceita pelo Proifes, expresso no PL 4.368/12. Obviamente o ganho econômico, por insuficiente que seja, deve ser incorporado pela categoria e não deixa de ser um ganho. Mas não temos compromisso com o calendário do governo e devemos voltar a lutar por aumento, pela carreira e por melhores condições de trabalho, assim que reunirmos forças para isso.

O ANDES/SN COMO ÚNICO E LEGÍTIMO REPRESENTANTE DOS DOCENTES. UMA DERROTA POLITICA DO PROIFES

É preciso ainda destacar que a greve representou uma importante vitória política, especialmente, ao ANDES-SN. Todos lembramos que o governo e o Proifes intentaram cassar o registro sindical do sindicato e que tivemos que empreender várias ações e mobilizações para pressionar pela sua retomada. Além disso, não podemos ignorar que vivíamos uma situação em que o sindicato chapa branca - Proifes - vinha avançando com força sobre importantes bases do ANDES-SN. O quadro que temos hoje é radicalmente distinto e isto é resultado desta luta da categoria.

Essa greve mostrou também que a Universidade não é mais a mesma e que o sindicato também tem de passar por profundas mudanças. Reconheçamos o protagonismo dos professores recém contratados, reflexo das precárias condições salariais e de trabalho de quem está iniciando a carreira. Agora é hora de integrar toda essa parcela da categoria no cotidiano do sindicato, renovando e fortalecendo suas forças para os embates que teremos pela frente.

Os professores lutaram bravamente, em praticamente todas as universidades, não só enfrentando a intransigência do governo, a campanha espúria da mídia contra o nosso movimento, mas também o sindicato chapa branca (Proifes) que, em jogo combinado, assinou acordo com o governo. Foi um duro golpe ao movimento paredista, que nem por isso se dobrou.

Não podemos permitir nenhum retrocesso. É preciso avançar na unidade com o setor da Educação (FASUBRA, SINASEFE, ANEL), com o funcionalismo através da CNESF, da CSP-CONLUTAS com outros segmentos da classe, possibilitando a reorganização de um movimento sindical classista, autônomo, combativo e democrático, combatendo a praga do burocratismo, do peleguismo e do corporativismo sindical, rumo à construção de uma sociedade socialista.

TEXTO 58

Contribuição dos professores Eudes Baima – SINDUECE; Domingos Sávio – ADUNEMAT; Fernando Cunha – ADUFPB; Paulo Riela – ADUFS; Joelma Albuquerque – ADUFAL; David Romão – APUR; Juanito Vieira – APESJF; Cláudio Félix – ADUSB; Tiago Lavoura – ADUSC; Marco Aurélio – ADUFU; Fernanda – ADCAC/UFG Catalão; Celi Taffarel - UFBA

SOBRE O ABAIXO-ASSINADO PELO RECONHECIMENTO DA NULIDADE DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE 2003

Foi lançado no dia 18/12/2012 na Câmara dos Deputados o Abaixo-Assinado pelo Reconhecimento da Nulidade da Reforma da Previdência de 2003 que considera nula a Reforma da Previdência aprovada no governo Lula em 2003. O abaixo-assinado diz *“Reivindicamos o reconhecimento da NULIDADE DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE 2003 (Emenda Constitucional 41), devido à comprovação de compra de votos que viabilizou sua fraudulenta aprovação, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal. Este ato nulo não pode continuar vigorando e provocando nefastos efeitos contra trabalhadores (as) brasileiros (as).”*

Dirigimo-nos aos delegados e delegadas ao 32º Congresso do ANDES para que não participemos desta iniciativa.

Todos nós combatemos a aprovação da Reforma da Previdência em 2003 no governo Lula, reforma que deu continuidade a contra reforma da previdência iniciada por FHC, afinal o elegemos para que realizasse as aspirações da maioria do povo como garantir uma aposentadoria integral, realizasse reforma agrária, reestatizasse as empresas privatizadas como a Vale, etc. Estivemos com a CUT e sindicatos lutando para que essa reforma não fosse aprovada e, hoje prosseguimos a luta exigindo da presidenta Dilma a sua revogação, exigimos o fim do fator previdenciário, exigimos o fim das desonerações da folha do INSS que atinge milhares de trabalhadores.

Porém, este abaixo-assinado segue por um caminho equivocado ao reconhecer a nulidade da Reforma da Previdência “devido à comprovação de compra de votos que viabilizou sua fraudulenta aprovação, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal”. Ora, se nem o STF provou que houve compra de votos, como é que organizações e entidades, na qual a CONLUTAS é uma delas, coletam adesões a um abaixo-assinado que confirma algo que nem o próprio STF conseguiu provar? Querem que os trabalhadores assinem embaixo o que o STF não conseguiu provar? Esse é o papel de uma entidade sindical?

O SIGNIFICADO DO JULGAMENTO DA AÇÃO PENAL 470

A crise do capitalismo exige a qualquer custo intensificar os ataques aos direitos e conquistas dos trabalhadores. É a própria resistência das massas em todo o mundo um fator de resistência contra os planos de austeridade do imperialismo. Essa resistência, feita pelos trabalhadores através de suas organizações representam uma ameaça ao sistema. Portanto, qualquer possibilidade que estas organizações possam vir a ser utilizadas como ponto de apoio para luta dos próprios trabalhadores deve ser destruído para que o imperialismo possa ter livre caminho para aplicar suas medidas.

Sob esse pano de fundo, numa ação concatenada através de seus agentes no Brasil do PSDB, passando pela mídia e se utilizando do STF, se desenvolve uma escalada reacionária de ataques ao PT através do julgamento da Ação Penal 470 para atacar os direitos democráticos e as organizações dos trabalhadores.

O que se pretende com este julgamento é judicializar a política em favor de forças reacionárias, derrotadas nas urnas pelo povo que aspira à soberania nacional e justiça social. São as organizações sindicais e populares, como a CUT, MST e outras, que estão ameaçadas, é a criminalização dos movimentos sociais.

O STF neste julgamento de “exceção” dispensou provas para condenar José Dirceu e Genoíno, ex-presidentes do PT, feito com base em presunções e denúncias num claro ataque aos direitos democráticos, duramente arrancados, com o empenho do ANDES e diversas organizações. É um Julgamento de exceção porque pretende condenar dirigentes do PT, sem provas, para desse modo atingir o Partido e preservar o sistema político - eleitoral, marcado pela corrupção, pelo caixa dois e o tráfico de influência.

O STF que alegou “falta de provas” para condenar Collor, já derrubado nas ruas, é o mesmo STF que manda soltar banqueiros e especuladores como Daniel Dantas, mas que empunha a Lei da Anistia aprovada por um congresso comprometido com a ditadura militar, para deixar de punir criminosos da ditadura que torturaram e mataram centenas de lideranças sindicais, populares e estudantis que batalhavam pelos direitos democráticos. Esse STF é o tribunal que agora dispensa provas para condenar os acusados e também o PT e que, finalmente, não tem que prestar contas a ninguém (é democrático isso?).

Nessas condições, não há dúvidas. Este ataque do STF é um ataque que prenuncia outros, e todas as organizações populares, além do PT, que podem incomodar as elites como a CUT, a UNE, o MST, o ANDES são um alvo em potencial! Afinal, se não é preciso provas para condenar alguém, que garantia terão as lideranças sindicais, estudantis e populares?

DOIS CASOS DE CRIMINALIZAÇÃO: USP E RONDONIA

Na USP o Ministério Público de São Paulo denunciou 72 estudantes presos durante violenta reintegração de posse da reitoria da USP em 2011. Os estudantes que protestavam contra a Polícia Militar no Campus são acusados de formação de quadrilha, desobediência de ordem, etc. É um ataque ao movimento estudantil, uma tentativa de criminalização dos movimentos sociais, que a justiça quer transformar em rotina, disposta a sempre abrir mão de provas para atacar os movimentos, como realizado na Ação que hoje condena dirigentes do P.

A teoria do “domínio de fato”, utilizada pelo ministro Joaquim Barbosa para condenar José Dirceu, se generalizada ameaça qualquer trabalhador que ocupe posição de direção em organizações populares ou sindicais, como, aliás, já ocorreu com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vilhena, Rondônia, o companheiro Udo Wahlbrink, que ficou preso por 90 dias devido à uma ocupação de terra ocorrida a mil quilômetros da sede de entidade.

Por isso é preciso unidade contra estas tentativas, independente das posições divergentes que possamos ter, é preciso defender os direitos democráticos e as organizações. Tantos os estudantes da USP como o sindicalista em Rondônia, como os dirigentes do PT condenados sem provas demonstram que é preciso unidade para barrar e anular julgamentos e ações judiciais como estas.

DILMA: REVOGUE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

De nossa parte, estamos dispostos a continuar o combate nos dirigindo a presidente Dilma para que esta revogue a reforma da previdência, iniciada em 1998 por FHC e dada sequência com a reforma dos servidores em 2003 e agora com a criação do fundo de previdência complementar. E esse combate que estamos chamados a fazer, desviar o foco para o STF, para quê “assinemos” embaixo que houve “compra de votos” quando nem o STF consegue provar, seria um erro grave de estratégia do movimento sindical, pois com essa decisão qualquer um pode ser alvo dos ministros do STF.

A batalha pela revogação da reforma da previdência é a batalha para reconquistarmos a paridade, a integralidade de nossos salários retirado com essa reforma.

TEMA 2 – CENTRALIDADE DA LUTA

TEXTO 59

Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira, Graciela Bonassa Garcia, Ana Maria Marques Santos e Luciano da Silva Alonso – Sindicalizados da ADUR-RJ Seção Sindical

CENTRALIDADE DA LUTA

TR - 59

Entendendo o atual estágio do desenvolvimento do capitalismo, as contradições internas (objetivas e subjetivas) que emperram a organização e ação dos trabalhadores, o Andes-SN resolve:

- 1)** indicar que a linha política deve reconhecer a indissociabilidade da luta econômica e da luta política, implicando isso que as pautas salariais e de condições de trabalho são elas mesmas políticas e devem ser o centro das bandeiras de luta do ANDES pois implicam a luta pela redistribuição da renda nacional;
- 2)** que a ação direta de classe será o principal meio de realizar essa luta, e consequentemente isso implica em rechaçar ou reificar os fetiches e crenças de que o Governo Dilma ou qualquer agente de Estado irá resolver os problemas da categoria e também implica em ações garantam o combate efetivo ao capital

TEMA 3 – POLÍTICAS SOCIAIS – POLÍTICA EDUCACIONAL, GERAIS E DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

TEXTO 60

Contribuição dos professores Luciano da Silva Alonso e Luis Mauro Sampaio Magalhães – Sindicalizados da ADUR-RJ Seção Sindical

APOSENTADOS E INCLUSÃO NO AMBIENTE ACADÊMICO

TEXTO DE APOIO

Os aposentados constituem grupo com participação expressiva no movimento docente, sendo frequente a composição da militância, nas seções sindicais e também na diretoria do ANDES-SN, com quadros políticos oriundos do segmento dos aposentados. Entretanto, no que se refere à atuação dos professores aposentados no meio acadêmico, há desigualdades e assimetrias entre as instituições de ensino. A política de integração dos aposentados reflete o estágio de maturidade da comunidade acadêmica. Quanto mais progressista é uma comunidade, mais espaço é consolidado para ações que envolvam a participação de aposentados. Estes constituem reserva intelectual importante para as diferentes gerações que formam um coletivo acadêmico, sendo quadros de referência para conselhos, colegiados, programas institucionais, comissões e assessorias em diversas áreas. Em que pese o direito ao descanso e ao lazer, também deve-se reconhecer o direito de opinar e de exercer a livre manifestação do pensamento em questões de interesse acadêmico, político, técnico e científico, comumente requeridos pelo contingente de aposentados das instituições de ensino. A possibilidade de palestras e encontros, mesas redondas, oficinas, atividades artísticas e culturais, com a participação de aposentados deve ser fomentada. Nestas ocasiões, a parceria com docentes jovens e/ou estudantes de graduação e pós-graduação, sinaliza para a convergência rumo à política de valorização e reconhecimento do potencial intelectual dos aposentados, constituindo estratégia de engrandecimento da instituição, nas dimensões de inteligência de grupo, de afetividade e de solidariedade entre gerações. Defendemos que as instituições de ensino desenvolvam valores que contemplem políticas de integração dos aposentados, que voluntariamente busquem por espaço político para o livre exercício do intelecto, em todas as áreas do conhecimento.

TR - 60

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

Que os GT de Seguridade Social, de Política e Formação Sindical e de Políticas Educacionais discutam e que remetam para o conjunto do Sindicato o debate sobre a atuação de docentes aposentados(as) nas IES.

TEXTO 61

Contribuição dos professores Luciano da Silva Alonso e Maria Cristina Affonso Lorenzon – Sindicalizados da (ADUR-RJ Seção Sindical

POR UMA POLÍTICA DE BEM-ESTAR ANIMAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

TEXTO DE APOIO

A presença de animais errantes em instituições de ensino superior pode gerar demandas complexas, quanto maior for a comunidade acadêmica. A presença de alojamentos para estudantes, restaurantes universitários e cantinas de uma maneira geral, e a oportunidade de oferta de alimentos aos animais errantes gera condições para sua reprodução e aglomeração, o que pode ser agravado pela falta de política institucional de prevenção e controle no que se refere ao tema. A presença de cães e de gatos é mais comum em locais próximos aos alojamentos e restaurantes. Sem cuidados devidos e em condição de abandono, é frequente que estes animais desenvolvam doenças diversas, inclusive zoonoses, com

potencial transmissor aos humanos, além de registros frequentes de agressões pelos animais aos transeuntes. A inexistência de política de controle da população animal, que inclua programas de castração e de educação sanitária, e oferta de abrigos temporários para os animais, faz com que um ciclo vicioso se fortaleça, comprometendo o trabalho contínuo realizado por voluntários que atuam nesta causa. Animais errantes comumente estão sujeitos a graus variáveis de sofrimento e tal fato é uma contradição em instituições que se pretendem formadoras de cidadãos e profissionais de alto nível, nas diferentes dimensões que caracterizam a formação em cursos de graduação e de pós-graduação. Mesmo em universidades que não apresentam número expressivo de vagas em alojamentos estudantis, a presença de animais errantes é considerada um problema de saúde pública e seu controle deve ser efetuado. Também é importante enfatizar a condição de animais de experimentos, em biotérios, cuja existência deve atender diretrizes próprias da bioética e do bem-estar para a pesquisa com animais. Assim, na diversidade que caracteriza o ambiente acadêmico, é importante que as universidades, através de seus conselhos superiores, promovam o debate e favoreçam a formação de políticas institucionais que humanizem a relação homem-animal. O Grupo de Trabalho em Política Agrária e Meio Ambiente (GTPAMA) do ANDES-SN, e também os respectivos GTs das seções sindicais, defendem que a militância pela causa do bem-estar animal e do combate à crueldade contra os animais, possa ser realizada em sua plenitude pelos membros da comunidade acadêmica, que voluntariamente se dediquem ao trabalho de auxílio aos animais em condições de abandono. Também defendemos que a atuação destes benfeitores seja realizada com o reconhecimento e apoio dos conselhos superiores das instituições de ensino e com repúdio a toda e qualquer forma de maus tratos aos animais praticados nos *campi* das instituições. Diante disso, defendemos que as instituições de ensino tenham um serviço orgânico de prevenção e controle da população de animais errantes, sem prejuízo para a autonomia dos Comitês de Bioética em cada instituição, que atuam na questão da experimentação animal, em consonância à legislação pertinente ao tema. Quanto à produção animal para consumo, comuns em instituições que agregam cursos da Área de Ciências Agrárias, defendemos que as metodologias humanitárias mais eficientes quanto à eliminação de sofrimento aos animais sejam praticadas e que o controle rigoroso seja realizado por profissionais competentes, em cada etapa da produção, e que as condições para tanto possam ser garantidas, em sua plenitude, pelos gestores das instituições de ensino. Para além dos *campi* nas universidades, a crueldade praticada contra animais na cadeia produtiva da carne deve ser combatida em todos os níveis, priorizando as formas humanitárias por ocasião dos abates de bovinos, suínos, aves, dentre outras espécies de animais utilizadas para consumo da carne.

TR - 61

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

O ANDES-SN defende que políticas de proteção e bem-estar animal sejam praticadas nas instituições de ensino superior e que os Conselhos Superiores das instituições atentem para estas políticas, ouvindo ou tendo entre seus membros representantes dos protetores dos animais.

TEXTO 62

Contribuição dos professores Aloizio Soares Ferreira (ASPUV-SSind), Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV-SSind.), Ana Lucia Barbosa de Faria (SINDCEFET-MG-SSind), Antonio Claudio Moreira Costa (ADUFU-SSind), Célia R. Otranto (ADUR-RJ-SSind), Dilenio Dustan Lucas de Souza (APESJF-SSind), Edmundo Fernandes Dias (ADUNICAMP-SSind), Elaine Judite de Amorim Carvalho (ADUFEPE-SSind), Emerson Araujo (ADUFPE-SSind), Graciela Bonassa Garcia (ADUR-RJ-SSind), Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind), José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind), Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind), Luís Mauro S. Magalhães (ADUR-RJ-SSind), Marília Washington (ADUFSCAR-SSind), Oneize Araujo (ADUFS-SSind) e Vera Lucia Jacob (ADUFPA-SSind).

POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, PÓS-GRADUAÇÃO E O TRABALHO DOCENTE

TEXTO DE APOIO

Na última década, a política de Ciência e Tecnologia no Brasil seguiu aprofundando o receituário ditado pelas agências multilaterais, voltado principalmente para os interesses do mercado e das grandes corporações. Neste período, tivemos profundas modificações na política orçamentária destinada à CeT, tanto na esfera federal quanto nos estados, sendo efetuadas também mudanças nos critérios de distribuição destes recursos, através, por exemplo, do direcionamento e controle de linhas e projetos via

editais. Tivemos reflexos importantes, dentre outros, nos recursos orçamentários para pesquisas controlados pelas IES, no sistema de pós-graduação e no trabalho docente. A articulação entre a política produtivista, as inflexões e distorções do sistema CAPES/CNPq/Fundações de Amparo à Pesquisa, a profusão de fundações de direito privado e a carreira imposta pelo governo federal em 2012 devem ser compreendidas no seu conjunto e devem ser apropriadas pelos docentes, politizando as contradições com que nos defrontamos nas salas de aula e nos laboratórios e tornando mais clara a ligação entre estas políticas e nossos desafios individuais e coletivos.

No 30º Congresso os textos de algumas Seções Sindicais já alertavam para a falta de debate, a desatualização e as lacunas nas políticas do ANDES-SN, a este respeito. O debate naquela oportunidade expôs a demanda urgente para que se buscasse cobrir estas lacunas, através de uma sistematização do tema, de sua atualização e aprofundamento. Em 2011 esta demanda levou a diretoria a Organizar o Seminário Nacional sobre Ciência e Tecnologia, que deveria servir de partida para corrigir esta falta, mas que não teve seus resultados divulgados de forma mais ampla e nem resultou em alguma agenda que pudesse abordar a questão na perspectiva da classe, buscando alternativas de luta e instrumentalização para o movimento docente. Uma leitura das resoluções e proposições deste tema nos últimos eventos do sindicato mostram a necessidade premente de nos debruçarmos sobre esta atualização e aprofundamento.

Em adição a estes fatos, deve-se ponderar que as instituições federais de ensino superior contrataram um contingente de cerca de dois mil professores nos últimos anos, e a projeção é de se contratar muito mais. Certamente, grande parte destes novos concursados não teve ainda a oportunidade de acompanhar o debate sobre este assunto, no âmbito do sindicato, o que reforça ainda mais a necessidade de levar este debate para todo o professorado.

TR - 62

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. que o GTCeT estabeleça um calendário no primeiro semestre de 2013, para a discussão, aprofundamento e atualização das políticas de Ciência e Tecnologia do ANDES-SN e os desafios que estão colocados para o movimento docente a respeito deste tema, abordando: 1- Políticas de CeT e orçamentos da União e dos estados para a produção científica e tecnológica; 2- Critérios e mecanismos de distribuição de recursos para o sistema de CeT, em especial para as IES; 3- A questão da pesquisa, da pós-graduação, as políticas produtivistas e o trabalho docente;
2. que o GTCeT elabore uma proposta de atualização da política do ANDES-SN para CeT, a partir das reuniões no primeiro semestre de 2013, para apreciação no 57º CONAD.

TEXTO 63

Contribuição dos professores Eudes Baima – SINDUECE; Domingos Sávio – ADUNEMAT; Fernando Cunha – ADUFPB; Paulo Riela – ADUFS; Joelma Albuquerque – ADUFAL; David Romão – APUR; Juanito Vieira – APESJF; Cláudio Félix – ADUSB; Tiago Lavoura – ADUSC; Marco Aurélio – ADUFU; Fernanda – ADCAC/UFG Catalão; Celi Taffarel - UFBA

CONSTRUIR A UNIDADE DA CLASSE NA CUT. REABRIR O DEBATE SOBRE A FILIAÇÃO DO ANDES À CONLUTAS

TEXTO DE APOIO

O ANDES desfilou da CUT em 2005 e filiou a CONLUTAS em 2006 afirmando que a CUT “estava morta, não servia aos trabalhadores” e anunciando um “novo período” para a classe. Sob o pretexto desse novo instrumento difundiu-se no movimento docente a política da CONLUTAS (dirigida pelo PSTU) e também pela INTERSINDICAL (dirigida pelo PSOL) que era necessário desfiliar os sindicatos da CUT. A necessária luta pelas reivindicações das categorias e da própria classe foi substituída por uma política de denúncias ao governo e à CUT e divisão dos trabalhadores. No momento que estourou a crise capitalista e a ofensiva contra os direitos e conquistas dos trabalhadores e suas organizações, a CONLUTAS difunde a divisão da classe e suas organizações construídas parar realizar sua luta de classe. Nesta situação, a quem interessa a divisão dos trabalhadores?

Consideramos que é hora de retomarmos essa discussão, por isso propomos ao 32º Congresso do ANDES aprovar esta resolução para que reabramos o debate na categoria sobre a filiação do ANDES a CONLUTAS. Temos que discutir com profundidade o verdadeiro significado da ação divisionista da CONLUTAS num debate amplo e fraterno. Seria um passo importante para que possamos prosseguir retomar nossas lutas ao lado da maioria da classe hoje organizada no seio da CUT.

O SIGNIFICADO DA CSP-CONLUTAS

A CSP-CONLUTAS foi fundada no congresso realizado em Santos (SP), em 5-6 de junho de 2010, para operar a fusão da Conlutas, dirigida pelo PSTU, com um setor da Intersindical (outro se recusou a participar de tal fusão) composto basicamente por militantes do PSOL, que reuniu 3 mil delegados de sindicatos, movimentos populares e entidades estudantis.

A busca de uma relação artificial com a CONCLAT da Praia Grande (1981) realizada durante a ditadura militar, e que esteve na origem da fundação de CUT em 1983, não deixa de ser, uma manipulação da história do movimento sindical.

A CUT, por sua vez, nasceu da ruptura à época com os pelegos, na luta por um sindicalismo independente do Estado, e com uma plataforma combativa de bandeiras de classe e anti-imperialistas.

A CONCLAT convocada pela CONLUTAS e INTERSINDICAL para constituir uma nova entidade “combativa e de esquerda” diante da “morte da CUT”, revelou-se um verdadeiro fiasco.

O evento explodiu depois da votação do nome da entidade, “CONLUTAS-INTER-SINDICAL. Central Sindical e Popular”, por uma maioria de 60-65%. Os delegados ligados à Intersindical abandonaram o plenário, denunciando o hegemonismo da Conlutas!

Terminada essa fracassada CONCLAT, um documento da direção da CONLUTAS afirma que a retirada daqueles delegados provocou uma “derrota”, mas, linhas abaixo, diz que vai aplicar as deliberações do congresso. Vai constituir a tal Central Sindical e Popular, cujo próprio nome confunde o papel dos sindicatos de trabalhadores na luta de classe contra o patronato e o Estado burguês, ao dissolvê-los numa organização comum com entidades estudantis e movimentos populares, ao gosto dos “modernos” revisores do papel da classe trabalhadora, para quem tudo é “sociedade civil”. O racha em torno do nome foi apenas o ponto alto (ou baixo) de um congresso que não adotou nada de concreto para ajudar a luta da classe trabalhadora, foi um torneio verbal sobre quem era mais “combativo”.

Não duvidamos que há companheiros e companheiras, tanto na CONLUTAS como na INTERSINDICAL, que buscam honestamente encontrar o caminho das grandes massas trabalhadoras, de cuja ação vai depender qualquer processo revolucionário no Brasil, como acontece no resto do mundo. Esses companheiros e companheiras, devem se perguntar: como é possível tanta fragmentação e falta de perspectiva entre aqueles que se auto-proclamam “combativos” e “revolucionários”?

Essa política não serve aos trabalhadores, pois funciona contra a unidade da classe, quando o seu objetivo é fracionar, dividir a classe através de uma política apenas de denúncias, sem ações concretas, e bloqueando a classe de utilizar seus instrumentos de luta (sindicatos e central sindical). Assim fazem quando combatem não por reivindicações e pautas e, sim utilizando sindicatos como aparelho político-partidário contra a CUT e o PT. É uma ajuda formidável a governos e ao próprio imperialismo que buscam a todo instante atacar e destruir as organizações dos trabalhadores, como é o exemplo hoje do julgamento da Ação Penal 470. Neste julgamento de exceção, sem qualquer provas, o STF condena dirigentes do PT numa escalada sem precedentes contra o PT e os direitos democráticos, para depois condenar outras organizações e militantes. Num momento que é preciso unidade para reagir contra esse ataque e anular esse julgamento político a CONLUTAS reconhece o julgamento do STF e exige anular a Reforma da Previdência. Somos incondicionais pela revogação da Reforma da Previdência, porém numa luta concreta exigindo de Dilma revoga-la, não se alinhando ao STF que, com esse julgamento, abre um período de ataque a todas as organizações dos trabalhadores no Brasil, começando pelo PT.

DESFILIAÇÃO DO ANDES DA CUT: UM BALANÇO NECESSÁRIO

O ANDES surgiu no final da década de 70, transformado em Sindicato Nacional em 1988 fez parte do movimento realizado pelos trabalhadores fundando sindicatos e, principalmente, a CUT em 83, como Central sindical Independente e de luta. Foi protagonista de grandes lutas nacionais gerais e da categoria. A política do governo Lula (PT) - um governo de coalizão, a estagnação de pautas dos trabalhadores e o atrelamento das direções sindicais foi utilizado pelo PSTU e posteriormente pelo PSOL para desacreditar qualquer mobilização dirigida ao governo. Incapazes de compreender as contradições deste processo e de mobilizar as bases para lutar por reivindicações, ajudando-as a utilizar de seus instrumentos, decidem por uma luta voraz contra a CUT. O ANDES, já dirigido majoritariamente por esta política, leva a categoria para uma aventura. Preterindo de combater pelas reivindicações e exigir do governo, intensifica a cisão, que culmina, no congresso de 2005 com a desfiliação do ANDES da CUT, apartando os docentes da maioria da classe. A aventura prosseguiu em 2006 quando a filiação à CONLUTAS.

As consequências viriam em seguida: as campanhas salariais deram lugar a um denunciismo sem ação, lutas “lutas” ideológicas e fraseologias, ao ponto do ANDES retirar-se da mesa de negociações em 2007. Em nome da unidade dos lutadores, abandonaram a luta pelas reivindicações e transformaram o ANDES em pilar político e financeiro da divisão patrocinada pela CONLUTAS para servir de aparelho político partidário do PSTU e PSOL (via INTERSINDICAL). Confusão, desarticulação, afastamento da base das seções sindicais, esvaziamento de assembleias, redução na participação em eleições e nos congressos (2008 apenas 18% compareceram as urnas, em 2010 apenas 16,48% votaram. 356 delegados participaram do Congresso em 2005, em 2010 foram 292).

A Diretoria atual do ANDES ao dizer que *“A greve do movimento docente, no âmbito federal, marcou o retorno da utilização desse instrumento de luta após quase sete anos no setor das federais.”* (Caderno Textos 32º Congresso ANDES, p. 28) não explica o porque de tantos anos sem uma campanha nacional? O retorno da utilização deste movimento foi através da base que entrou em ação pelas reivindicações e pela falta concreta de condições de trabalho chocando-se com a política divisionista da CONLUTAS de puro denunciismo do governo.

GREVE 2012: UM MARCO NA CATEGORIA

A greve dos docentes em 2012 é um marco na categoria justamente porque recolocou os docentes em movimento novamente pelas suas reivindicações. A greve que durou 120 dias modificou a dinâmica do movimento docente. Desde a base os docentes buscaram unificar a luta nacional em torno de reivindicações. Ao retomar o ANDES como seu sindicato empurrou a recém eleita direção a constituir um Comando Nacional Unificado que foi o negociador do movimento, forçando o governo a negociar. Não encontraram eco os paladinos da divisão e os denunciistas da CONLUTAS, tampouco a tentativa de esvaziar, desrespeitar assembleias ou se proclamar representante dos docentes como fez o PROIFES-Federação. O eixo da luta foi a pauta.

Em conjunto com os servidores federais os docentes chocaram-se com a política do governo Dilma, impondo a negociação e arrancando pontos da pauta, mesmo que insuficientes. Na prática, os docentes, que em 2010 votaram em peso na Dilma, não aceitaram a aplicação de uma política contrária ao mandato dado pelo povo trabalhador e exigiram Outra Política, que se traduz em aumento de salários e serviços públicos de qualidades ao invés de atender ao mercado com desonerações e pagamento do superávit.

Em busca da unidade, desde a base, os docentes questionaram a política realizada pelo ANDES que, após filiar-se à CONLUTAS, privilegiou a política do denunciismo do governo e não organizou a luta docente para conquistar as reivindicações, o que desmobilizou a categoria, de outro lado vimos que a política do PROIFES-Federação, que ficou abertamente ao lado do governo desrespeitando as decisões da maioria, inclusive nas suas bases. Essa mobilização foi possível, pois as condições de vida e de trabalho dos docentes foram precarizadas, assim a maioria docente nesta greve buscou a unidade nacional por condições de trabalho e carreira, não ficando no mero denunciismo ao governo ou o adesismo ao mesmo. Buscou agir de forma que as reivindicações estivessem em primeiro lugar.

A força da greve docente, que se espalhou por todo funcionalismo na maior greve em 19 anos, demonstrou como os trabalhadores lutam para, com suas organizações, reivindicar suas pautas. Foi esse o movimento que fez os docentes retomarem o ANDES para as lutas concretas e é esse o movimento que fez os servidores públicos se utilizarem da CUT que nesta greve cumpriu um importante lugar, junto com a CONDSEF, encabeçando mobilizações e combatendo os ataques do governo denunciando-o na OIT contra o decreto nº 7.777 e exigindo regulamentação da Convenção 151 da OIT.

PELO QUE LUTAMOS

Combatemos no movimento sindical cutista com uma política independente, por considerar a CUT uma conquista da classe trabalhadora brasileira e não propriedade de uma corrente, a explicação de fundo para esse episódio não pode ser encontrada em acusações fáceis de hegemonismo de uns ou de oportunismo de outros.

Com efeito, virar as costas para organizações de massa construídas pela própria classe para sua luta, equivale a abandonar milhões à influência de dirigentes que se pretenderia combater, e isolar-se num gueto de “combativos” que se entredevoram.

A perda da referência no grosso da classe e seu atual estágio de consciência (o que inclui as suas ilusões), acabando por jogar um papel não apenas divisionista e destruidor das organizações sindicais, mas desagregador também dos grupos políticos e correntes sindicais que seguem nessa via.

É isso que, em última instância, explica o impasse permanente de operações como essa de “unificação” da CONLUTAS com a INTERSINDICAL. Ao contrário de abrir uma via para as amplas massas – a classe operária que, depois de 8 anos de governo Lula e 2 anos de governo Dilma, estaria supostamente madura para trocar a CUT por outra coisa “mais combativa” - elas acabam separando companheiros e companheiras valorosos do grosso dos trabalhadores.

Isso não quer dizer que não há problemas na CUT, evidentemente que eles existem.

De nossa parte buscamos através de uma linha de luta pela frente única dos trabalhadores – quer dizer, de diálogo e iniciativas concretas pelas reivindicações mais sentidas da classe, além da disputa política no seu interior -, preservar a CUT como organização independente de qualquer governo, na luta contra as desonerações que atingem a previdência pública, contra as concessões privadas, pela anulação da 11ª rodada de leilões do Petróleo, Petrobrás 100% estatal e, a Retirada das tropas brasileiras do Haiti, entre outras bandeiras adotadas pela central.

E acreditamos que seria de enorme importância que esse combate fosse reforçado por outros companheiros.

CONSTRUIR A UNIDADE DA CLASSE NA CUT

Neste momento os trabalhadores precisam mais do que nunca de uma CUT para lutar pelos seus direitos. Luta esta que só pode ser vitoriosa com organizações independentes que o imperialismo tenta a qualquer custo destruir seja pela via da integração da governança (fóruns, conselhos), seja pela divisão.

Construir a unidade pelas reivindicações significa construir a unidade de ação de todos os sindicatos e centrais – da CTB ao Conlutas passando até pela Força – por certas pautas, assim como forjar a unidade anti-imperialista com movimentos sociais e populares por outras pautas, como a universidade pública e, não apenas, integrando os problemas da desindustrialização, da dívida, da terra, da abertura dos arquivos, etc., desde que seja preservada a independência da CUT com a luta pelo fim do imposto sindical e da unicidade, por liberdade e autonomia sindical. Essa é a melhor forma de contribuirmos para ajudar a maioria dos trabalhadores a abrirem uma saída se utilizando do seu próprio instrumento de luta: a CUT independente e de luta.

Isso não quer dizer que concordemos com tudo que faz a direção da CUT, porém não confundimos a CUT com sua direção. Combatemos qualquer parceira com patrões que, para enfrentar a desindustrialização, buscam consenso na desoneração da folha de contribuição previdenciária, atacando a base da Previdência Pública e Solidária, como combatemos as parcerias com pelegos (Força, CTB, etc.) que defendem imposto sindical para sobreviver, contra a liberdade e autonomia sindical.

Lutas estas que ajudamos os trabalhadores e sindicatos a realizar na Marcha da CUT dia 6 de março erguendo bandeiras dirigidas a Dilma contra as concessões privadas, não as desonerações e ao leilão do Petróleo, pela aplicação do Piso Nacional, Reforma Agrária, fim fator previdenciário, etc.

COMPANHEIROS E COMPANHEIRAS,

É tempo de refletir e tomar decisões. O caminho do auto-isolamento sectário só levará a novas e seguidas divisões, as quais a classe trabalhadora assistirá com uma indiferença cada vez maior. O caminho das massas é a intervenção nas organizações que a classe construiu com sua luta, com suas greves e mobilizações, como é o caso notadamente da CUT.

Consideramos que esse é o lugar do ANDES, no seio da CUT. Prosseguiremos na luta para manter e ampliar seções e sindicatos docentes filiados à CUT na via do reagrupamento cutista dos docentes para contribuir com a luta dos trabalhadores.

Dirigimo-nos a todos os delegados e delegados ao 32º Congresso do ANDES para que aprovem esta proposta de **reabrir o debate sobre a filiação do ANDES à CONLUTAS**.

TR – 63

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1. Reabrir o debate sobre a filiação do ANDES à CONLUTAS.**

TEMA 4 – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS



Diretoria do ANDES-SN

Acréscimo ao TR 25 - HOMOLOGAÇÕES: NOVAS SEÇÕES SINDICAIS, ALTERAÇÕES REGIMENTAIS, TRANSFORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE DOCENTE EM SEÇÃO SINDICAL

TR – 25

IV – ALTERAÇÕES REGIMENTAIS

4.3 Em consonância com o art. 15, inciso IX do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, manifesta-se favoravelmente à mudança no regimento da ASDESAM no que se refere a sua nomenclatura que passa a ser ADUFERSA – Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – **ADUFERSA-Seção Sindical do ANDES-SN**.

TEXTO 64

Diretoria do ANDES-SN

REPASSES DAS SEÇÕES SINDICAIS

TEXTO DE APOIO

De acordo com a deliberação do 52º CONAD, São Luís – MA, 26 a 29/7/07, a Diretoria está apresentando o quadro atualizado até o dia 31/12/12, com o repasse das seções sindicais ao ANDES-SN, acompanhado dos acordos estabelecidos com a tesouraria nacional.

CONTRIBUIÇÃO MENSAL			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Nº	SEÇÃO SINDICAL	sind	R. MENSAL	R. MENSAL	R. MENSAL	R. MENSAL	R. MENSAL	R. MENSAL	R. MENSAL	R. MENSAL	R. MENSAL	R. MENSAL	R. MENSAL	R. MENSAL
	REGIÃO NORTE 1		VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
1	ADUA	856	8.678,30	8.678,30	8.747,70	8.747,70	8.668,70	8.668,10	8.668,10	8.668,10	8.668,10	8.668,10	8.668,10	8.617,10
2	SEDUF-RR	280	3.564,02	4.062,67	4.479,76	4.067,84	4.068,02	4.068,02	acordo	acordo	acordo	acordo	acordo	4.001,33
3	ADUNIR	360	2.161,30	2.161,30										
4	ADUFAC	504	6.742,67	6.671,83	6.667,42	6.664,83	6.963,21	7.925,06	7.197,39	7.176,26	7.242,62	7.346,13	7.336,36	7.628,30
5	SIND-UEA	138	234,40	234,40	234,40	234,40	234,40	234,40	234,40	234,40	234,40	234,40	234,40	
	TOTAIS	2.138	21.380,69	21.808,50	20.129,28	19.949,17	20.168,73	21.129,98	16.334,29	16.313,16	16.145,12	16.483,03	16.238,86	20.246,73
	REGIÃO NORTE 2		VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
6	ADUFRA	90	1.416,30	1.413,58	1.235,70	1.302,55	1.346,34	1.227,54	1.196,43					
7	ADUFPA	1.627	20.694,36	20.657,58	20.685,36	20.908,86	22.150,64	24.803,54	21.881,87	21.969,07	20.078,83	18.393,16	22.926,48	22.926,48
8	SINDUFAP	182	1.396,43	1.396,43	1.395,11	1.396,45	1.836,00	1.741,73	1.744,83	1.771,11	1.852,70			1.888,83
9	SINDUEPA													
	TOTAIS	1.899	23.507,09	23.467,59	23.316,17	23.607,86	25.332,98	27.772,81	24.823,13	23.740,18	21.931,53	18.393,16	22.926,48	24.815,31
	REGIÃO NE 1		VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
10	APRUMA	1.049	6.730,21	6.721,92	6.778,97	6.780,82	6.818,25	6.956,45	6.978,99	7.411,36	7.407,25	7.424,19	7.446,01	7.442,15
11	ADUFPI	1.293	3.825,66	3.825,66	3.825,66	3.825,66	3.825,66	3.825,66	3.825,66	3.825,66				3.825,66

12	ADCESP	358	2.013,90	2.013,90	2.013,90	2.013,90	2.013,90	1.868,66	3.371,60	3.371,60	3.371,60	3.219,98		
13	SESDUFC	12												
14	ADUNIFOR	174												
15	SINDCEFET-PI	31												
16	SINDCENTEC	30												
17	SINDIUVA	100	1.561,55	1.603,53	1.594,90	1.646,47	1.655,80	1.684,70	1.664,10	1.608,88	1.610,83	1.660,50		1.618,93
18	SINDUECE	262	2.288,32	2.288,32	2.290,73	2.329,86	2.321,22							
19	SINDURCA	170	1.306,59	1.391,26	1.451,49	1.451,49	1.451,49	1.451,49	1.466,19	1.466,19	1.471,52	1.467,16	1.467,16	1.467,16
	TOTAIS	3.479	17.726,23	17.844,59	17.955,65	18.048,20	18.086,32	15.786,96	17.306,54	17.683,69	13.861,20	13.771,83	8.913,17	14.353,90
	REGIÃO NE 2		VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
20	ADESA-PE	36	197,37	223,53	223,53	222,09	231,32	220,17	218,24	224,31	221,42	224,88		
21	ADESB	38												
22	ADUFRRN/ ADUERN	948	5.765,66	5.810,25	5.880,31	5.936,81	5.936,84	5.862,27	6.179,84	6.188,82	6.510,58	6.515,00	6.531,46	6.529,50
23	ADUC	47												
24	ADUEPB	476												
25	ADUFCG	745	8.774,46	8.774,46	8.774,46	4.387,23	8.774,46	8.992,60	9.932,08	9.932,08	9.932,08	9.974,06		9.974,06
26	ADUFCG- PATOS	75	acordo	acordo	746,83	664,00	857,16							
27	ADUFEPE	2.158	25.945,00	25.949,00	25.903,00	25.996,00	25.955,00	26.079,25						
28	ADUFERPE	690	10.514,75	10.544,74	10.516,48	10.513,17	11.104,09	12.375,88	11.332,49	11.542,42	11.861,15	11.681,24	11.578,71	11.578,71
29	ADUFPB	2.403	17.025,98	17.025,98	17.025,98	17.025,98								
30	ADUPE	890												
31	ADURN	2.009												
32	ASDESAM/ ADUFERSA	220	205,60	205,60	205,60	205,60	205,60	205,60	205,60	205,60	205,60	205,60	205,60	205,60
33	SINDFAFICA	45												
34	SINDFAVIP	32												
35	SINDUNIVASF	71												
	TOTAIS	10.883	68.428,82	68.533,56	69.276,19	64.950,88	53.064,47	53.735,77	27.868,25	28.093,23	28.730,83	28.600,78	18.315,77	28.287,87
	REGIÃO NE 3		VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
36	ADUFAL	1.300	acordo	acordo	acordo	9.266,25	9.528,32	9.558,43	9.535,34	9.668,92	9.692,50	9.699,14	9.712,29	

37	APUR	160												
38	ADUNEB	879	3.288,87	3.288,87	3.332,76	3.288,87	3.288,87	3.321,74	3.321,74	3.288,87	3.332,78	3.321,74	3.321,74	
39	ADUFS-BA	553	2.317,40	2.317,40	2.317,40	2.317,40	2.317,40	2.317,40	2.317,40	2.317,40		2.317,40	2.317,40	2.317,40
40	ADUFS	1.063	7.206,08	7.206,08	7.206,08	7.206,08	7.206,08	7.206,08						7.206,08
41	ADUSB	734	661,00	661,00	661,00	661,00	661,00	661,00	661,00	661,00	661,00	661,00	661,00	661,00
42	ADUCSAL	214												
43	SINDESP-BA	73												
44	SINDESP-Sudoeste/BA	18												
45	SINDESP-ExtremoSul/BA	45												
46	SINDFUNESA	15												
47	ADUSC	474	1.874,14		1.874,14	1.874,14	1.874,14	1.874,14	1.874,14	1.874,14	1.874,14	1.874,14		
	TOTAIS	5.528	15.347,49	13.473,35	15.391,38	15.347,49	24.875,81	24.938,79	17.709,62	17.810,33	15.560,42	17.873,42	16.012,43	10.184,48
	REGIÃO PLANALTO		VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
48	ADCAC	156	704,87	782,06	732,55	719,86	702,34	702,34	702,34	702,34	1.032,15	1.032,15	1.032,15	688,38
49	ADCAJ	25	147,96	97,96	97,96	111,16	104,56	185,43	76,12	75,80	75,12	76,12	75,80	84,00
50	ADUEG	206												
51	ADUNB	2.273	16.200,20	16.200,00	16.200,20	16.200,00	16.200,20	16.200,00	16.200,20	16.200,20	16.200,00	16.200,00	16.200,20	16.200,20
52	ADUCB	11												
53	APUG	227	2.125,88	2.141,50	2.094,72	2.147,12	2.142,91	2.134,05	2.211,02	2.149,17	2.163,50	2.224,28		
54	SEDUEG	102												
55	SESDUFT	336	2.815,05	2.147,00	2.147,00	2.147,00	2.147,00	2.147,00	2.147,00					
56	SINDCEFET-GO	73												
57	SINDUNICALDAS	66												
	TOTAIS	3.475	21.993,96	21.368,52	21.272,43	21.325,14	21.297,01	21.368,82	21.336,68	19.127,51	19.470,77	19.532,55	17.308,15	16.972,58
	REGIÃO LESTE		VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
58	ADFMTM	201					9.392,00							
59	ADFUNREI	455	3.324,01	3.225,39		3.228,03	3.395,00	3.739,02	3.397,98	3.580,98	3.548,74	3.443,52	3.482,19	3.530,23
60	ADOM	25												
61	ADUFES	1.563	18.957,74	18.900,87	18.986,03	19.020,89	18.965,60	18.965,60	19.025,69	20.962,53	20.945,24			21.035,99

62	ADUFLA	550	4.567,10	5.186,75	4.794,10	4.817,73	4.867,55	4.814,71	7.146,95	7.302,17	5.519,27	5.664,61	4.940,75	9.762,40
63	ADUFOP	538	7.321,20	7.317,19	7.346,76	7.446,58	7.593,83	7.612,42	7.613,07					
64	ADUFU	1.259	14.856,03	14.997,73	15.121,13	15.297,79	15.278,88	14.655,41	15.298,53	15.336,41	18.621,27	18.539,02	18.323,25	18.551,81
65	ADUNIFAL	147	249,00	249,00	249,00	249,00	249,00	249,00	249,00	249,00	249,00	249,00	249,00	249,00
66	ADUNIFEI	306	216,45	216,45	216,45	216,45	216,45	216,45	216,45	216,45	216,45	216,45		
67	ADUNIMONTES	460	1.489,79	1.489,79	1.489,79	1.489,79	1.489,79	1.489,79	1.489,79	1.489,79	1.489,79	1.489,79	1.489,79	1.489,79
68	APESJF	1.080	12.679,74	12.667,40	12.731,34	10.420,47	12.676,17	12.583,41	13.022,93	13.131,78	13.168,31	12.969,15	12.977,93	13.099,78
69	ASPUV	1.011	15.889,00	15.946,00	15.940,00	16.044,25	16.515,61	16.585,72	16.612,72	16.608,17	16.633,10	18.963,58		
70	SINDCEFET-MG	497	3.848,51	4.332,02	4.324,82	4.339,59	4.367,69	4.443,35	4.478,92	4.522,15	4.556,11	4.551,36	4.538,07	4.552,42
71	SINDCEFET-OP	89												
72	SINDFAFEID	150	338,75	333,68	333,68	334,10	341,11	341,11	341,11	402,01	898,70	898,70	898,70	687,01
73	SINDUNIT	8												
	TOTAIS	8.339	83.737,32	84.862,27	80.043,31	82.904,67	95.348,68	85.695,99	88.893,14	83.801,44	85.845,98	66.985,18	46.899,68	72.958,43
	REGIÃO PANTANAL		VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
74	ADUFMAT	1.301	10.636,67	10.636,67	10.636,67	10.636,67	10.636,67	10.636,37	11.062,13	11.062,13	11.062,13	11.062,13	12.536,30	
75	ADUFMS	715												
76	ADUNEMAT	255	4.644,97	3.795,32	3.769,35	3.606,67	3.993,61	3.826,67	3.979,35	4.199,53	4.127,85	3.934,62	3.901,65	3.467,33
77	ADUFMAT-ROO	156												
78	ADUEMS	329	1.120,52	1.120,52	1.120,52	1.120,52	1.120,52	1.120,52	1.120,52	1.400,00	1.400,00	1.400,00		
79	ADUFDOURADOS	195	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00		
80	ADLESTE	30	162,86	162,86	162,86	162,86	162,86	162,86	111,10	111,10	111,10	111,10	111,10	
	TOTAIS	2.981	17.165,02	16.315,37	16.289,40	16.126,72	16.513,66	16.346,42	16.873,10	17.372,76	17.301,08	17.107,85	16.549,05	3.467,33
	REGIÃO RJ		VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
81	ASDUERJ	1.215	12.248,02	12.748,16	12.748,16	13.100,33	13.238,97							13.230,04
82	ADUFRJ	3.289	60.681,62	60.516,23	60.351,91	60.324,80	63.457,81	65.067,04	65.153,03	65.480,99	65.572,59	65.536,62	65.533,75	130.917,21
83	ADUNI-RIO	725	3.026,92	2.944,19	2.944,19	2.944,19	2.929,43	2.996,16	3.050,91	4.970,04	4.984,34	4.997,21	5.006,96	5.010,44
84	ADUEZO													
85	ADCEFET-RJ	500	5.700,62	5.724,54	5.749,25	5.760,99								
86	ADUFF	2.506	39.787,48	39.934,46	40.172,88	40.277,48	42.500,00	43.551,82	48.803,11	43.740,84	43.754,56	43.890,41	44.017,83	44.062,28

87	ADUR-RJ	823	12.082,84	12.082,84	12.082,84	12.185,98	12.185,98	12.430,49	12.430,49	12.430,49	12.430,49			
88	SEDUENF	189	1.134,00	1.134,00	1.134,00	1.134,00	1.134,00	1.134,00	1.134,00	1.134,00	1.134,00			
	TOTAIS	9.247	134.661,50	135.084,42	135.183,23	135.727,77	135.446,19	125.179,51	130.571,54	127.756,36	127.875,98	114.424,24	114.558,54	193.219,97
	REGIÃO SP		VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
89	ADAF	87												
90	ADEEP	52												
91	ADFATEC	519												
92	ADFMM	237	1.261,78	1.261,78	1.261,78	1.256,46	1.256,46	1.256,46	1.261,78	1.261,78	1.261,78	1.261,78	1.261,78	1.261,78
93	ADUFABC	106												
94	ADUFSCAR	803												
95	ADUNESP	1.344	9.477,42	9.470,24	9.467,65	9.536,90	9.718,52	9.870,98	10.470,81	10.424,25	10.438,02	10.430,45	10.361,90	9.609,78
96	ADUNICAMP	2.122	26.393,44	26.695,43	26.644,10	26.941,39	28.573,69	28.657,53	28.790,66	28.845,14	28.605,19	28.899,20	28.744,43	28.812,01
97	ADUNIFESP	648	4.011,97	3.996,61	4.033,59	4.003,59	3.974,16	4.003,59	4.050,02	4.159,54	4.194,63	4.157,70	3.774,71	4.187,80
98	ADUNIMEP	229	1.434,80	1.434,80	1.434,80	1.434,80	1.434,80	1.434,80	1.434,80	1.434,80	1.434,80	1.434,80	1.434,80	1.434,80
99	ADUSP	2.825	46.904,73	46.958,13	46.937,20	46.991,27	46.883,84	46.837,86	49.755,51	48.842,13	49.752,09	49.747,86	49.730,24	39.019,63
	TOTAIS	8.972	89.484,14	89.816,99	89.779,12	90.164,41	91.841,47	92.061,22	95.763,58	94.967,64	95.686,51	95.931,79	95.307,86	84.325,80
	REGIÃO SUL		VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
100	ADUNICENTRO	140	328,40	328,40	328,40	328,40	328,40							
101	ADUNIOESTE	244	870,60	870,60	870,60	870,60	1.011,06	1.011,06	1.011,06	1.011,06	1.011,06	1.011,06		
102	APRUDESC	211												
103	APUFPR	2.868	36.857,71	36.958,25	36.923,11	36.803,02	36.656,88	36.913,88	39.213,40	39.238,60	39.223,62	39.639,42	39.821,73	39.824,50
104	SINDUEPG	233	1.802,70	1.802,66	1.820,77	1.804,25	1.913,59	1.912,50						
105	SINDUTF-PR	896	16.097,52	16.097,52	12.019,12	25.187,66	12.976,36	16.066,36	16.066,36	16.066,36				
106	S. Sind UFSC	203	1.052,97	1.076,21	1.087,41	1.116,17	1.119,73	1.308,89	1.655,08	1.572,45	1.793,71	1.838,25	1.884,74	2.833,20
107	SEDUEM	375	2.013,08	2.046,89	2.132,57	2.279,93	2.398,13	2.429,08	2.411,39	2.414,94	2.841,14	3.010,23		
	TOTAIS	5.170	59.022,98	59.180,53	55.181,98	68.390,03	56.404,15	59.641,77	60.357,29	60.303,41	44.869,53	45.498,96	41.706,47	42.657,70
	REGIÃO RGS		VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
108	S.Sind. na UFRGS	36	126,33	126,33	126,33	160,30	119,46	171,71	134,35	126,74	186,44	198,58	180,11	295,02
109	APROFURG	796	11.130,94	11.148,85	11.166,31	11.168,43	11.189,18	11.563,07	11.656,53	11.722,37	11.718,53	11.710,84	11.710,84	12.429,74
110	ADUFPEL	1.253	15.768,58	15.824,13	15.897,71	15.986,46	16.044,02	16.129,06	16.183,48	18.807,68	17.013,88	17.161,76	17.143,56	17.189,06

111	SEDUFMS	1.318	17.850,00	17.785,12	17.852,33	18.157,28	18.745,86	18.745,34	18.801,27	18.929,65	19.121,15	18.829,76		
112	SESUNIPAMPA	111												
	TOTAIS	3.514	44.875,85	44.884,43	45.042,68	45.472,47	46.098,52	46.609,18	46.775,63	49.586,44	48.040,00	47.900,94	29.034,51	29.913,82
		65.625	597.331,09	596.640,12	588.860,82	602.014,81	604.477,99	590.267,22	564.612,79	556.556,15	535.318,95	502.503,73	443.770,97	541.403,92

FUNDO DE SOLIDARIEDADE		JAN		FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Nº	SEÇÃO SINDICAL	F. SOLID	F. SOLID	F. SOLID	F. SOLID	F. SOLID	F. SOLID	F. SOLID	F. SOLID	F. SOLID	F. SOLID	F. SOLID	F. SOLID	F. SOLID
	REGIÃO NORTE 1	DATA	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
1	ADUA		347,13	347,13	399,91	399,91	346,72	346,72	346,72	346,72	346,72	346,72	344,68	
2	SEDUF-RR													
3	ADUNIR		179,60	179,60										
4	ADUFAC		269,71	266,87	266,70	266,59	278,53	317,00	287,90	287,05	289,70	293,85	293,47	305,15
5	SIND-UEA		23,00	23,00	23,00		23,00	23,00	23,00	23,00	23,00	23,00	23,00	
	TOTAIS		819,44	816,60	689,61	666,50	648,25	686,72	657,62	656,77	659,42	663,57	661,15	305,15
	REGIÃO NORTE 2	DATA	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
6	ADUFRA													
7	ADUFPA		827,77	826,30	827,41	836,35	886,03	992,14	875,27	878,76	884,01	735,73	917,06	917,06
8	SINDUFAP		61,76	61,88	63,14	61,80	61,79	73,44	69,67	69,79	70,84	74,11	73,49	
9	SINDUEPA													
	TOTAIS		889,53	888,18	890,55	898,15	947,82	1.065,58	944,94	948,55	954,85	809,84	990,55	917,06
	REGIÃO NE 1	DATA	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
10	APRUMA		269,23	268,87	271,15	271,23	272,73	278,25	279,25	296,45	296,29	296,96	297,84	297,68
11	ADUFPI		140,46	140,46	140,46	140,46	140,46	140,46	140,46					
12	ADCESP							74,74	134,86	134,86	134,86			
13	SEDUFUC													
14	ADUNIFOR													

15	SINDCEFET-PI													
16	SINDCENTEC													
17	SINDIUVA		62,47	64,14	63,80	65,86	66,70	67,40	66,57	66,57	64,36	64,44	66,42	64,76
18	SINDUECE		91,54	91,54	91,63	93,19	92,85							
19	SINDURCA		52,26	55,65	58,05	58,05	58,05	58,02	58,64	58,64	59,04	59,68	58,68	58,68
	TOTAIS		615,96	620,66	625,09	628,79	630,79	618,87	679,78	556,52	554,55	421,08	422,94	421,12
	REGIÃO NE 2	DATA	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
20	ADESA-PE		7,89	8,94	8,94	8,39	9,25	9,25	8,73	8,97	8,99	8,86		
21	ADESB													
22	ADUFRRN/ ADUERN		230,63	232,41	235,22	237,48	238,50	247,20	247,56	260,43	260,60	261,26		261,18
23	ADUC													
24	ADUEPB													
25	ADUFCG		350,97	350,97	350,97	350,97	350,97	359,70	359,70	359,70	398,60	398,60		398,60
26	ADUFCG-PATOS		acordo	acordo	29,87	29,87	29,87							
27	ADUFEPE		1.297,00	1.298,00	1.295,00	1.300,00	1.298,00	1.298,00						
28	ADUFERPE		420,59	421,78	420,52	420,65	444,16	495,03	453,30	461,69	474,44	467,25	463,15	463,15
29	ADUFPB		681,04	681,04	681,04	681,04	681,04	681,04	681,04					
30	ADUPE													
31	ADURN													
32	ASDESAM													
33	SINDFAFICA													
34	SINDFAVIP													
35	SINDUNIVASF													
	TOTAIS		2.988,12	2.993,14	3.021,56	3.028,40	3.051,79	3.090,22	1.750,33	1.090,79	1.142,63	1.135,97	463,15	1.122,93
	REGIÃO NE 3	DATA	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
36	ADUFAL		370,65	381,13	382,34	381,41	386,76	387,70	388,49					
37	APUR													
38	ADUNEB		110,18	107,16	107,16	107,16	148,19	110,18	110,18	107,16	110,28			
39	ADUFS-BA		92,15	92,15	92,15	92,15	92,15	92,15	92,15	92,15	92,15	92,15	92,15	92,15
40	ADUFS		362,55											

41	ADUSB													
42	ADUCSAL													
43	SINDESP-BA													
44	SINDESP-Sudoeste/BA													
45	SINDESP-ExtremoSul/BA													
46	SINDFUNESA													
47	ADUSC		101,50	101,50	101,50	101,50	101,50	101,50	101,50	101,50	101,50	101,50		
	TOTAIS		1.037,03	681,94	683,15	682,22	728,60	691,53	692,32	300,81	303,93	193,65	92,15	92,15
	REGIÃO PLANALTO	DATA	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
48	ADCAC		28,19	31,28	29,30	28,79	28,09	28,09	28,09	55,72	55,72	55,72	62,50	27,53
49	ADCAJ		5,92	3,92	3,92	4,45	4,19	7,42	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50
50	ADUEG													
51	ADUNB		648,00	648,00	648,00	648,00	648,00	648,00	648,00	648,00	648,00	648,00	648,00	648,00
52	ADUCB													
53	APUG		85,04	85,66	83,79	85,88	85,72	85,36	88,44	85,97	86,54	88,97		
54	SESDUEG													
55	SESDUFT					84,00								
56	SINDCEFET-GO													
57	SINDUNICALDAS													
	TOTAIS		767,15	768,86	765,01	851,12	766,00	768,87	767,03	792,19	792,76	795,19	713,00	678,03
	REGIÃO LESTE	DATA	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
58	ADFMTM					4.288,70								
59	ADFUNREI		291,06	290,29	290,53	305,55	336,52	305,82	580,98	322,99	319,39	309,92	313,40	317,72
60	ADOM													
61	ADUFES			759,44	756,03	760,84	758,62	758,62	761,03	838,50	837,81			
62	ADUFLA		182,68	207,47	191,76	192,71	194,70	192,59	285,88	292,09	220,77	226,58	197,63	390,47
63	ADUFOP		292,86	294,85	293,87	297,86	303,75	304,50	304,52					309,50
64	ADUFU		594,24	599,91	604,85	611,91	616,16	586,22	611,94	613,46	744,85	741,56	732,93	742,07
65	ADUNIFAL		8,80	8,80	8,80	8,80	8,80	8,80	8,80	8,80	8,80	8,80	8,80	8,80

66	ADUNIFEI		116,42	116,42	116,42	116,42	116,42	116,42	116,42	116,42	116,42	116,42		
67	ADUNIMONTES													
68	APESJF		507,18	506,69	509,25	416,81	507,04	503,33	520,91	525,71	526,73	518,76	519,11	523,99
69	ASPUV		635,00	637,00	637,00	641,77	660,62	663,42	664,50	664,32	665,32	758,78		
70	SINDCEFET-MG		153,94	173,28	172,99	173,58	174,71	177,73	179,16	180,89	182,24	182,05	181,52	182,10
71	SINDCEFET-OP													
72	SINDFAFEID		13,55	13,35	13,35	13,35	13,64	13,64	13,64	20,52	28,07	28,07	28,07	28,07
73	SINDUNIT													
	TOTAIS		2.795,73	3.607,50	3.594,85	3.539,60	7.979,68	3.631,09	4.047,78	3.583,70	3.650,40	2.890,94	1.981,46	2.502,72
	REGIÃO PANTANAL	DATA	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
74	ADUFMAT		412,50	412,50	412,50	412,50	412,50	412,50	429,00	429,00	429,00	429,00	437,58	
75	ADUFMS													
76	ADUNEMAT		185,80	151,81	150,77	144,27	159,74	153,07	159,17	167,98	165,11	157,38	156,07	138,69
77	ADUFMAT-ROO													
78	ADUEMS		44,82	44,82	44,82									
79	ADUFDOURADOS		24,00	24,00	24,00	24,00	24,00	24,00	24,00	24,00	24,00	24,00		
80	ADLESTE		6,43	6,43	6,43	6,43	6,43	6,43	10,10	10,10	10,10	10,10	10,10	10,10
	TOTAIS		673,55	639,56	638,52	587,20	602,67	596,00	622,27	631,08	628,21	620,48	603,75	148,79
	REGIÃO RJ	DATA	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
81	ASDUERJ		489,92	509,93		524,01	529,56							
82	ADUFRJ		1.820,45	1.815,49	1.810,56	1.809,74	1.903,73	1.952,01	1.954,59	1.964,43	1.967,18	1.966,10	1.966,01	3.927,52
83	ADUNI-RIO		121,07	177,25	177,25	177,25	117,17	119,84	122,03	198,80	199,37	199,88	200,27	200,41
84	ADUEZO													
85	ADCEFET-RJ		228,02	228,98	229,97	230,44								
86	ADUFF		1.591,50	1.597,38	1.606,92	1.611,10	1.700,01	1.952,12	1.742,07	1.749,63	1.750,18	1.755,62	1.760,71	1.762,49
87	ADUR-RJ		483,31	483,31	483,31	483,31	487,44	487,44	497,22	497,22	497,22			
88	SESDUENF		45,36	45,36	45,36	45,36	45,36	45,36	45,36	45,36	45,36			
	TOTAIS		4.779,63	4.857,70	4.353,37	4.881,21	4.783,27	4.556,77	4.361,27	4.455,44	4.459,31	3.921,60	3.926,99	5.890,42
	REGIÃO SP	DATA	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
89	ADAFÁ													

90	ADEEP													
91	ADFATEC													
92	ADFMM/ ADFAMEMA		50,47	50,47	50,47	50,25	50,25	50,25	50,47	50,47	50,47	50,47	50,47	50,47
93	ADUFABC													
94	ADUFSCAR													
95	ADUNESP		379,10	378,81	378,81	382,47	388,74	394,84	418,83	416,97	417,52	417,22	414,48	384,39
96	ADUNICAMP		1.055,74	1.067,82	1.065,76	1.077,65	1.142,95	1.146,30	1.151,63	1.153,84	1.144,21	1.156,00	1.149,78	1.152,48
97	ADUNIFESP		160,47	159,86	160,14	160,14	158,96	160,14	162,00	166,38	167,78	150,98	167,52	166,60
98	ADUNIMEP		143,48	143,48	143,48	143,48	143,48	143,48	143,48	143,48	143,48	143,48	143,48	143,48
99	ADUSP		1.876,16	1.878,32	1.877,48	1.879,65	1.875,35	1.873,51	1.990,22	1.993,68	1.990,08	1.989,91	1.989,21	1.560,78
	TOTAIS		3.665,42	3.678,76	3.676,14	3.693,64	3.759,73	3.768,52	3.916,63	3.924,82	3.913,54	3.908,06	3.914,94	3.458,20
	REGIÃO SUL	DATA	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
100	ADUNICENTRO													
101	ADUNIOESTE		acordo	41,24	41,24	41,24								
102	APRUDESC													
103	APUFPR		1.469,79	1.474,31	1.478,33	1.476,92	1.472,12	1.476,56	1.568,54	1.569,54	1.568,94	1.585,58	1.592,87	1.592,98
104	SINDUEPG		90,13	90,13	91,03	90,21	95,68	95,62						
105	SINDUTF-PR		678,65	678,65	507,78	503,76	503,76	519,05	963,98	963,98				
106	S.Sind. UFSC		42,12	43,05	43,50	44,65	44,79	52,36	66,20	62,90	71,15	73,53	75,39	113,33
107	SESDUEM		80,52	81,88	85,30	91,20	95,93	97,16	96,00	96,46	113,65	120,41		
	TOTAIS		2.361,21	2.409,26	2.247,18	2.247,98	2.212,28	2.240,75	2.694,72	2.692,88	1.753,74	1.779,52	1.668,26	1.706,31
	REGIÃO RGS	DATA	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
108	Seção Sind. Na UFRGS		3,00	3,00	3,00	6,50	2,00	7,00	5,37	5,07	8,00	10,00	7,20	8,00
109	APROFURG		445,23	445,95	446,65	446,73	447,56	462,52	466,22	468,89	468,74	468,43	468,43	497,18
110	ADUFPEL		627,64	632,97	632,78	636,32	638,62	642,00	644,17	749,14	677,39	683,28	682,55	684,37
111	SEDUFMS		692,60	690,00	692,67	699,10	707,94	727,30	729,50	734,47	741,90	730,55		
112	SESUNIPAMPA													
	TOTAIS		1.768,47	1.771,92	1.775,10	1.788,65	1.796,12	1.838,82	1.845,26	1.957,57	1.896,03	1.892,26	1.158,18	1.189,55
			23.161,24	23.734,08	22.960,13	23.493,46	27.907,00	23.553,74	22.979,95	21.591,12	20.709,37	19.032,16	16.596,52	18.432,43

FNM		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Nº	SEÇÃO SINDICAL	FNM	FNM	FNM	FNM	FNM	FNM	FNM	FNM	FNM	FNM	FNM	FNM
	REGIÃO NORTE 1	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
1	ADUA	213,50	213,50	215,25	215,25	FNG	FNG	FNG	FNG	FNG	214,00	214,00	214,00
2	SESDUF-RR												
3	ADUNIR						FNG	FNG	FNG		FNG		
4	ADUFAC	127,25	126,25	126,25	126,25	125,50	FNG	128,50	129,25	129,25	129,25	129,28	
5	SIND-UEA	9,30	9,30	9,30	9,30	9,30	9,30	9,30	9,30	9,30	9,30	9,30	
	TOTAIS	350,05	349,05	350,80	350,80	134,80	0,00	128,50	129,25	129,25	343,25	343,28	214,00
	REGIÃO NORTE 2	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
6	ADUFRA-ADFCAP	22,00	22,50	21,75	22,50	23,00	FNG	FNG	21,00				
7	ADUFPA	396,75	397,00	397,00	399,00	400,25	FNG	FNG	FNG	FNG	406,00	405,50	405,50
8	SINDUFAP	41,75	41,75	41,75	41,75	41,75	FNG	FNG	FNG	FNG	FNG		
9	SINDUEPA												
	TOTAIS	460,50	461,25	460,50	463,25	465,00	0,00	0,00	21,00	0,00	406,00	405,50	405,50
	REGIÃO NE 1	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
10	APRUMA	262,75	262,75	263,50	264,25	265,50	FNG	FNG	FNG	FNG	273,25	274,25	274,00
11	ADUFPI	309,25	309,25	309,25			FNG	FNG	FNG	FNG	309,25	309,25	309,25
12	ADCESP						70,50	76,50	76,50	76,50			
13	SESDUFC												
14	ADUNIFOR												
15	SINDCEFET-PI												
16	SINDCENTEC												
17	SINDIUVA	30,25	30,50	31,00	30,75	31,75	32,50	32,50	32,00	30,75	30,75	31,50	30,75
18	SINDUECE	64,50	64,50	64,50	65,25	65,00							
19	SINDURCA	40,75	40,75	42,25	42,25	42,25	42,25	42,75	42,75	42,75	42,50	42,50	42,50
	TOTAIS	707,50	707,75	710,50	402,50	404,50	145,25	151,75	151,25	150,00	655,75	657,50	656,50

	REGIÃO NE 2	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
20	ADESA-PE	9,25	9,25	9,25	9,25	9,50	9,50	9,00	9,25	9,00	9,25		
21	ADESB												
22	ADUFRN/ADUER N	236,00	237,00	237,00	237,48	237,00	236,75	236,75	236,50	236,25			
23	ADUC												
24	ADUEPB												
25	ADUFCG	181,50	181,50	181,50	181,50	181,50	FNG	181,50	187,50	187,75	187,75	186,75	186,75
26	ADUFCG-PATOS	acordo	acordo	acordo	18,75	18,75	18,75						
27	ADUFEPE	524,00	524,00	522,50	524,25	523,5	524,00						
28	ADUFERPE	166,25	166,75	167,75	165,75	171,50	FNG	FNG	FNG	182,25	182,25	182,25	
29	ADUFPB	567,50	567,50	567,50	567,50	567,50	567,50	567,50					
30	ADUPE												
31	ADURN												
32	ASDESAM												
33	SINDFAFICA												
34	SINDFAVIP												
35	SINDUNIVASF												
	TOTAIS	1.684,50	1.686,00	1.685,50	1.704,48	1.709,25	1.356,50	994,75	433,25	615,25	379,25	369,00	186,75
	REGIÃO NE 3	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
36	ADUFAL	331,50	342,25	342,00	341,00	344,75	FNG	FNG	FNG	FNG	345,25	345,25	345,25
37	APUR												
38	ADUNEB	148,19	148,19	148,19	148,19	151,07	156,21	156,21	148,19	148,19	148,19	148,19	
39	ADUFS-BA	130,50	130,50	130,50	130,50	130,50	130,50	130,50	130,50	130,50	130,50	130,50	130,50
40	ADUFS	173,15	173,15	173,15	173,15	173,15	173,15	FNG	FNG	FNG			
41	ADUSB												
42	ADUCSAL												
43	SINDESP-BA												
44	SINDESP- Sudoeste/BA												
45	SINDESP- ExtremoSul/BA												

46	SINFUNESA												
47	ADUSC	74,97	74,97	74,97	74,97	74,97	74,97	74,97	74,97	74,97			
	TOTAIS	858,31	869,06	868,81	867,81	874,44	534,83	361,68	353,66	353,66	623,94	623,94	475,75
	REGIÃO PLANALTO	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
48	ADCAC	13,75	15,50	13,75	13,75	13,50	13,50	13,50	28,09		FNG	88,25	13,50
49	ADCAJ	3,00	3,00	3,00	3,00	3,25	3,50	3,05	3,10	3,03	3,05	3,10	3,00
50	ADUEG												
51	ADUNB	520,50	520,50	520,50	520,50	520,50	FNG	FNG	FNG	520,50	520,50	520,50	520,50
52	ADUCB												
53	APUG	57,75	57,50	57,50	57,50	57,50	57,25	57,00	55,50	55,25	56,75		
54	SESDUEG												
55	SESDUFT	84,00	84,00	84,00	84,00	84,00							
56	SINDCEFET-GO												
57	SINDUNICALDAS												
	TOTAIS	679,00	680,50	678,75	678,75	678,75	74,25	73,55	86,69	578,78	580,30	611,85	537,00
	REGIÃO LESTE	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
58	ADFMTM					1.464,50							
59	ADFUNREI	110,75	111,25	111,25	111,75	FNG	FNG	FNG	FNG	113,00	112,75	112,25	112,25
60	ADOM												
61	ADUFES	378,50	380,50	134,25	134,00	134,50	FNG	FNG	FNG	FNG			
62	ADUFLA	132,25	134,00	134,25	134,00	134,50	FNG	FNG	FNG	FNG	137,75	137,75	137,75
63	ADUFOP	132,50	133,25	135,25	138,50	FNG	FNG	FNG	FNG				
64	ADUFU	303,50	306,25	309,50	315,25	FNG	FNG	FNG	FNG	315,25	314,00	307,75	314,25
65	ADUNIFAL	28,00	28,00	28,00	28,00	28,00	FNG	28,00	28,00	28,00	28,00	28,00	28,00
66	ADUNIFEI	60,50	60,50	60,50							FNG		
67	ADUNIMONTES												
68	APESJF	260,00	262,50	262,25	266,00	266,00	FNG	FNG	FNG	FNG			
69	ASPUV	238,75	239,50	240,25	240,25	FNG	FNG	FNG	FNG	251,75	252,00	251,75	
70	SINDCEFET-MG	116,50	116,75	116,50	116,75	117,50	FNG	FNG	FNG	FNG	124,25	123,75	124,00
71	SINDCEFET-OP												

72	SINDFAFEID	17,50	17,25	17,25	17,25	17,25	17,25	17,25	FNG	FNG	FNG	FNG	
73	SINDUNIT												
	TOTAIS	1.778,75	1.789,75	1.549,25	1.501,75	2.162,25	17,25	45,25	28,00	708,00	968,75	961,25	716,25
	REGIÃO PANTANAL	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
74	ADUFMAT	681,50	681,50	681,50	681,50	681,50	FNG	681,50	681,50	681,50	681,50	681,50	
75	ADUFMS												
76	ADUNEMAT	64,50	63,25	63,25	63,25	63,75	63,75	63,75	63,75	64,75	64,75	64,75	
77	ADUFMAT-ROO												
78	ADUEMS	85,75	85,75	85,75	85,75	85,75	85,75	85,75	82,25	82,25	82,25		
79	ADUFDOURADOS	39,75	39,75	39,75	39,75	39,75	39,75	39,75	39,75	39,75			
80	ADLESTE	4,29	4,29	4,29	4,29	4,29	4,29	6,80	6,80	6,80	6,80	6,80	
	TOTAIS	875,79	874,54	874,54	874,54	875,04	193,54	877,55	874,05	875,05	835,30	753,05	0,00
	REGIÃO RJ	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
81	ASDUERJ	327,50	327,00		328,50	332,00							
82	ADUFRJ	805,00	803,50	800,50	800,25	800,00	FNG	FNG	FNG	FNG	827,00	829,00	830,00
83	ADUNI-RIO	175,50	117,25	117,76	117,76	180,75	183,00	211,08	181,50	181,50	FNG	FNG	FNG
84	ADCEFET-RJ												
85	ADUEZO												
86	ADUFF	615,00	612,50	615,75	618,25	619,00	FNG	627,00	FNG	FNG	628,50	FNG	628,50
87	ADUR-RJ	205,75	205,75	205,75	205,75	205,75	205,75	205,75	205,75	205,75			
88	SESDUENF	47,25	47,25	47,25	47,25	47,25	47,25	47,25	47,25	47,25			
	TOTAIS	2.176,00	2.113,25	1.787,01	2.117,76	2.184,75	436,00	1.091,08	434,50	434,50	1.455,50	829,00	1.458,50
	REGIÃO SP	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
89	ADAF A												
90	ADEEP												
91	ADFATEC												
92	ADFMM/												
93	ADUFABC												
94	ADUFSCAR												
95	ADUNESP	295,50	297,00	296,75	296,76	281,50	282,25	281,75	282,50	258,00	283,00	282,50	254,00

96	ADUNICAMP	527,50	527,50	691,75	528,75	528,75	528,75	546,00	530,50	532,25	531,75	529,50	530,50
97	ADUNIFESP	155,25	155,25	155,25	155,25	155,00	155,25	FNG	162,25	FNG	FNG		
98	ADUNIMEP	61,00	61,00	61,00	61,00	61,00	61,00	61,00	61,00	61,00	285,00	285,00	285,00
99	ADUSP	691,75	692,50	692,25	630,00	691,00	691,00	693,00	693,25	691,50	691,75	692,25	555,55
	TOTAIS	1.731,00	1.733,25	1.897,00	1.671,76	1.717,25	1.718,25	1.581,75	1.729,50	1.542,75	1.791,50	1.789,25	1.625,05
	REGIÃO SUL	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
100	ADUNICENTRO												
101	ADUNIOESTE	50,16	50,16	50,16	50,16								
102	APRUDESC												
103	APUFPR	714,25	714,25	713,50	716,00	716,50	FNG	FNG	FNG	FNG	720,25	721,75	721,25
104	SINDUEPG	53,15	53,15	53,75	53,00	53,50	53,25						
105	SINDUTF-PR	306,67	306,67	230,75	226,75	226,75	221,75			FNG			
106	S.Sind. UFSC	34,75	34,75	35,00	36,25	36,75	FNG	FNG	FNG	FNG	50,00	50,75	50,75
107	SESDUEM	69,25	70,50	74,00	79,00	79,00	79,75	79,00	79,25	94,50	93,25		
	TOTAIS	1.228,23	1.229,48	1.157,16	1.161,16	1.112,50	354,75	79,00	79,25	94,50	863,50	772,50	772,00
	REGIÃO RGS	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
108	S. Sind na UFRGS	3,00	4,00	4,00	4,00	3,00	6,00	6,00	5,75	9,10	11,50	7,25	11,25
109	APROFURG	187,75	187,25	187,75	187,75	187,50	196,50	196,50	199,50	199,50	199,00	199,00	199,00
110	ADUFPEL	311,25	311,25	312,50	314,00	314,00	FNG	FNG	FNG	FNG	319,50	319,25	318,75
111	SEDUFMS	319,25	320,00										
112	SESUNIPAMPA												
	TOTAIS	821,25	822,50	504,25	505,75	504,50	202,50	202,50	205,25	208,60	530,00	525,50	529,00
		13.350,88	13.316,38	12.524,07	12.300,31	12.823,03	5.033,12	5.587,36	4.525,65	5.690,34	9.433,04	8.641,62	7.576,30

Anexo ao Texto 64

Seções Sindicais com ACORDOS Vigentes (Posicionamento até o mês de dez/12)

REGIONAIS	S. SINDICAL	PARCELAMENTO	SALDO DEVEDOR	Situação
Norte 1	ADUNIR	1) Foi feito um novo acordo no 30º Congresso, sobre os débitos pendentes de 1997 a 2010, totalizando R\$ 34.641,39 que será dividido em 36 parcelas, de R\$ 962,26. Está na 13/36 2) Compromete-se a pagar a cota do Rateio do 31º Congresso, no valor de R\$ 6.134,84.	R\$ 21.241,75 e R\$ 6.134,34	Pendente e Pendente
	SIND-UEA	Pendente Rateio do 31º Congresso, no valor de R\$ 13.093,64.	R\$ 13.093,64	Pendente
	SESDUF-RR	Foi feito um acordo referente ao Rateio do 31º Congresso no valor de R\$ 6.608,40, dividido em 10 parcelas de R\$ 660,84. Está na 2/10.	5.286,72	Pendente
NE 1	ADUNIFOR	No 31º Congresso, foi feito um acordo referente a 3 meses de mensalidades pendentes de 2009, no valor de R\$ 2.134,67, mensalidades de mar a dez/10, no valor de R\$ 18.981,40 e mensalidades de jan a dez/11, no valor de R\$ 22.77,68, totalizando R\$ 43.893,75, dividido em 36 parcelas de R\$ 1.219,27.	R\$ 43.893,75	Pendente
	ADUFPI	O valor de R\$ 3.399,65, referente ao Rateio do 57º CONAD, foi dividido em 3 parcelas de R\$ 1.133,21	R\$ 3.399,65	Pendente
	ADCESP	1) Pendente Rateio do 57º CONAD no valor de R\$ 1.520,81.	R\$ 1.520,81	Pendente
	SINDCEFET-PI	1) No 57º CONAD, foi feito um acordo referente aos valores pendentes de mensalidades e fundos de mai a dez/10, jan a dez/11 e jan a mai/12, no valor total de R\$ 4.340,22, que foi dividido em 10 parcelas de R\$ 434,02.	R\$ 4.340,22	Pendente
NE 2	ADUFPB	1) No 31º Congresso, foi feito um novo acordo referente às mensalidades pendentes de jul a dez/11, no valor de R\$ 110.367,04 e acordo anterior que era: 2) R\$ 45.131,13 3) R\$ 145.435,55 4) R\$ 30.457,55 5) R\$ 3.351,28 Totalizando R\$ 334.022,42, dividido em 60 parcelas de R\$ 5.567,04, para março/12. Está na 7/60. 2) Pendente Rateio do 57º CONAD no valor de R\$ 4.049,08.	R\$ 295.053,14 e R\$ 4.049,08	Pendente
	ADUFEPE	1) Foi feito um acordo referente as mensalidades pendentes do período de ago a dez/12 no valor de R\$ 138.920,25, que será dividido em 15 parcelas de R\$ 9.261,35	R\$ 138.920,25	

	ADESA-PE	Parcelamento de débitos do período de março/06 a dez/09 no valor de R\$ 7.441,91 incluindo os fundos, dividido em 43 parcelas de R\$ 173, 07, sendo a primeira em fevereiro/10. Está na 32/43	R\$ 1.903,67	OK
	ADUPE	No 31º Congresso, foi feito um acordo referente a mensalidades e fundos pendentes de 2009 a 2011, no valor de R\$ 102.167,00, dividido em 100 parcelas de R\$ 1.021,67.	R\$ 102.167,00	Pendente
	ADUFCG	Pendente Rateio do 57º CONAD, no valor de R\$ 1.180,00.	R\$ 1.180,00	Pendente
	ADUFCG-PATOS	1) Parcelamento da dívida referente a set/11 a fev/12, que totaliza R\$ 5.310,42, dividido em 8 parcelas de R\$ 663,80, que será pago juntamente com o repasse do mês. 2) Foi realizado um novo acordo de parcelamento da dívida, referente aos meses de mai a out/12 e o restante do acordo anterior no valor de R\$ 3.982,80, totalizando R\$ 9.293,22, que foi dividido em 12 parcelas de R\$ 774,43. Está 1/12	R\$ 8.518,79	OK
	SINDUNIVASF	Parcelamento das mensalidades e fundos pendentes de 2011, no valor de R\$ 1.098,21, que foi dividido em 8 parcelas de R\$ 109,82. Está na 3/8.	R\$ 768,75	Pendente
	ADUEPB	1) Foi feito um acordo no 30º Congresso, sobre o parcelamento da dívida do período de jan a dez/07, jan a dez/08, jan a dez/09 e jan a dez/10, totalizando R\$ 247.121,52, que será dividido em 100 parcelas de R\$ 2.417,21. 2) Pendente o Rateio do 30º Congresso, no valor de R\$ 65,56.	R\$ 247.121,52	Pendente
NE 3	ADUCSAL	30 parcelas de R\$ 419,11 ref. débitos do mês de dezembro de 2007 e dos meses de janeiro a agosto de 2008 - incluindo fundos 2/30 (Pagou a 2ª parcela em 23/4/09). Último pagamento dia 23/4/09.	R\$ 11.316,11	Pendente
	ADUNEB	O valor de R\$ 1.850,29, referente ao Rateio do 57º CONAD, foi dividido em 3 parcelas de R\$ 616,76.	R\$ 1.850,29	Pendente
	ADUSB	Pendente o Rateio do 57º CONAD no valor de R\$ 1.473,18.	R\$ 1.473,18	Pendente
	ADUSC	No 31º Congresso, foi feito um novo acordo, referente às mensalidades pendentes no valor de R\$ 9.370,70, um acordo anterior no valor de R\$ 1.791,15 e fundos pendentes no valor de R\$ 1.529,10, totalizando R\$ 12.686,95, dividido em 24 parcelas de R\$ 528,95. Está na 11/24.	R\$ 6.868,50	OK
	ADUFAL	Foi feito um novo acordo, referente ao anterior, repasses mensais e fundos de jan a mar/12 no valor de R\$ 19.033,38, parcelas do 55º CONAD, R\$ 1.717,20 e	R\$ 14.529,79	OK

		56° CONAD, R\$ 1.039,70, parcelas do acordo anterior R\$ 5.712,42 e mensalidade e fundo do mês de março/12 R\$ 6.400,23, totalizando R\$ 33.902,83, dividido em 14 parcelas de R\$ 2.421,63, começando em maio/12 e finalizando em junho/13. Está na 8/14.		
LESTE	ADUNIMONTES	1) 100 parcelas de R\$ 232, 64, totalizando R\$ 23.264,00 (Está na 7ª parcela); 2) 2)R\$ 170,01 ref. Rateio III CONGRESSO Extraordinário.	R\$ 21.900,80 e <u>R\$ 170,01</u> R\$ 22.070,81	Pendente
PLANALTO	SESDUFT	Pendente Rateio do 57° CONAD no valor de R\$ 535,69	R\$ 535,69	Pendente
PANTANAL	ADUNEMAT	100 parcelas de R\$ 300,00. Está na 83/100.	R\$ 5.100,00	OK
	ADLESTE	No 57° CONAD, foi feito um novo acordo referente aos valores pendentes, do 30° Congresso e do 56° CONAD, totalizando R\$ 5.298,61, que será dividido em 15 parcelas de R\$ 353,24. Foram pagas 4 parcelas (compensado da devolução de passagens, referente a cota de Rateio) Está na 6/15.	R\$ 3.179,17	OK
	ADUFDOURADOS	No 56° CONAD foi feito um novo acordo somando a dívida anterior de R\$ 10.391,63, de mensalidades pendentes, com a nova dívida de R\$ 3.382,50, no total de R\$ 13.774,13, dividida em 60 parcelas de R\$ 229,57. Está na 17/60.	R\$ 9.871,44	OK
SP	ADUNIMEP	1) No 56° CONAD, foi feito um novo acordo, sobre a pendência de empréstimo de R\$ 6.000,00, mais o restante do acordo anterior de R\$ 1.500,00 de mensalidades pendentes, no valor total de R\$ 7.500,00 que foi dividido em 10 parcelas de R\$ R\$ 750,00. 2) Parcelamento do Rateio do 56° CONAD no valor total de R\$ 1.191,49, que foi dividido em 3 parcelas de R\$ 397,17.	R\$ 7.500,00 e R\$ 1.191,49	Pendente
Sul	ADUNIOESTE	Foi feito um novo acordo referente a mensalidades e fundos pendentes de jan a dez/11 e jan a fev/12, e 2 (duas) parcelas, referente ao acordo anterior, no valor de R\$ 3.253,92, totalizando R\$ 17.819,90, que foi dividido em 36 parcelas de R\$ 495,00. Está na 10/36	R\$ 12.869,90	OK
	SINDUEPG	A pedido da SINDUEPG foi suspenso o repasse para o ANDES-SN, até a data do 32° Congresso, onde será calculado o valor, para um acordo e parcelamento.		
	S. Sind. UFSC	No 56° CONAD, foi feito um novo acordo comprometendo-se a pagar o valor do empréstimo de R\$ 19.000,00, mais o valor de R\$ 2.870,78, totalizando R\$ 21.870,78, que foi dividido em 60 parcelas de R\$ 364,52.	R\$ 21.870,78	Pendente

TEXTO 65

Contribuição Diretoria e Delegados da ADUSP-S. Sind. ao 32º Congresso do ANDES-SN

NECESSIDADE DE MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO QUANTO AOS CRITÉRIOS PARA INSCRIÇÃO DE CHAPAS PARA CONCORRER À DIRETORIA DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O atual estatuto prevê os seguintes critérios para a inscrição de chapas para a diretoria do ANDES-SN: 1) durante o Congresso que precede as eleições, até uma hora após a aprovação do regimento eleitoral pela Plenária de Questões Organizativas e Financeiras, as chapas devem registrar (seria *inscrever* pela proposta da CEC)¹⁷, pelo menos, os candidatos aos cargos de presidente, secretário geral e 1º tesoureiro, acompanhados dos respectivos Manifestos das Chapas; e 2) **as chapas deverão registrar (¹) os candidatos aos demais cargos** até trinta (30) dias após o encerramento do Congresso.

Assim, **só podem concorrer chapas cujas nominatas abranjam**, de forma integral, todos os cargos previstos no artigo 32 do estatuto, ou seja: os onze (11) nomes do grupo composto pelos cargos da presidência, secretaria e tesouraria mais os nomes dos seis (6) cargos das doze (12) Secretarias Regionais, num total de **oitenta e três (83) nomes**, considerando o previsto no artigo 32:

“Art. 32. A DIRETORIA é composta de membros efetivos assim distribuídos:

I - cargos da Presidência, em número de quatro (4): Presidente, Primeiro-Vice-Presidente, Segundo-Vice-Presidente e Terceiro-Vice-Presidente;

II - cargos da Secretaria, em número de quatro (4): Secretário-Geral, Primeiro-Secretário, Segundo-Secretário e Terceiro-Secretário;

III - cargos da Tesouraria, em número de três (3): Primeiro-Tesoureiro, Segundo-Tesoureiro e Terceiro-Tesoureiro;

IV - Primeiros-Vice-Presidentes Regionais e Segundos-Vice-Presidentes Regionais, representando as seguintes regiões:

a) Norte I: Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima;

b) Norte II: Pará, Amapá;

c) Nordeste I: Ceará, Maranhão e Piauí;

d) Nordeste II: Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco;

e) Nordeste III: Alagoas, Sergipe e Bahia;

f) Planalto: Distrito Federal, Goiás e Tocantins;

g) Pantanal: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;

h) Leste: Espírito Santo e Minas Gerais;

i) Rio de Janeiro;

j) São Paulo;

l) Sul: Paraná e Santa Catarina;

m) Rio Grande do Sul.

V - fazem parte ainda da DIRETORIA um Primeiro-Secretário Regional, um Segundo-Secretário Regional, um Primeiro-Tesoureiro Regional e um Segundo-Tesoureiro Regional, cujo âmbito de atuação e competência se limita à área de sua Regional.”

¹⁷ As Recomendações apresentadas pela Comissão Eleitoral Central (CEC) à Diretoria do ANDES-SN, ao fim do último processo eleitoral, encontram-se anexadas ao final deste TEXTO DE APOIO.

Diante das dificuldades constatadas ao longo da história do Sindicato Nacional em se completar as nominatas das chapas que se inscrevem nos Congressos eleitorais, a Diretoria da Adusp apresentou, em Congressos anteriores (o último deles foi no 31º Congresso – Texto 45), propostas de modificações do Estatuto do Sindicato no sentido de permitir maior flexibilidade nos critérios para a homologação das chapas que se inscrevam para a disputa eleitoral, visando essencialmente superar as seguintes situações:

- 9) evitar a possibilidade concreta de que nenhuma chapa consiga a composição completa necessária para obter o registro definitivo, inviabilizando o processo eleitoral, com todas as decorrências negativas que esse fato traria em termos de desgaste político para o ANDES-SN.
- 10) a dificuldade para compor uma chapa assim tão numerosa, o que pode constituir-se em um obstáculo a mais à expressão da riqueza de posições políticas existentes no interior do Sindicato Nacional e, portanto, uma séria limitação a que essa diversidade de concepções possa materializar-se – democraticamente – também na postulação à direção da entidade.

Naquelas ocasiões, a proposta encaminhada pela Adusp consistia **em estabelecer que poderão ser registradas chapas que preencham no mínimo os onze (11) nomes do grupo composto pelos cargos da presidência, secretaria e tesouraria mais os nomes dos dois (2) cargos de primeiros e segundos vice-presidentes regionais das doze (12) Secretarias Regionais, o que viria a totalizar um mínimo de trinta e cinco (35) nomes, necessários para viabilizar uma chapa.**

Na apresentação da proposta dava-se destaque ao fato de que não se estava propondo modificar a composição atual da Diretoria Nacional ou das Regionais, mas sim que as chapas pudessem concorrer sem a nominata completa para os cargos previstos no inciso V do artigo 32 *e que não se estava criando qualquer obstáculo para que se inscrevessem chapas completas, ou com cargos completos nas Secretarias Regionais que consigam fazê-lo, o que continuaria sendo um desafio político para os grupos que viessem a pleitear a diretoria do sindicato.* De modo oposto, se a proposta fosse aprovada, estaria preservada a representatividade nacional nas chapas, com candidatos em todas as vice-presidências regionais que, sem dúvida, têm um papel central no trabalho político de intermediação e articulação das seções sindicais com a agenda do ANDES-SN.

Naquelas ocasiões acrescentava-se que, na hipótese de aprovação, as responsabilidades previstas para os cargos tratados no inciso V do artigo 32 do Estatuto do ANDES-SN, que não tivessem sido preenchidos na chapa eleita, permaneceriam vacantes e seriam assumidas, solidariamente, pelos demais diretores eleitos para cada Regional.

Embora a proposta não tenha alcançado o quorum suficiente para ser implementada, as votações foram significativas e no último congresso em que foi apreciada foi a proposta mais votada (113 votos favoráveis, 87 votos contrários e 6 abstenções, como consta da Ata da Plenária do Tema 4, Relatório do 31º Congresso, Manaus/AM).

Para a Diretoria da Adusp, todas as preocupações que originalmente justificaram a proposição permanecem válidas e justificam que as instâncias de deliberação da entidade voltem a tratar do tema. É provável que, com os mesmos propósitos, existam alternativas para solucionar a situação que sejam diferentes dessa originalmente aventada; essas poderiam ser trazidas ao debate, supondo-se que os argumentos arrolados possam constituir uma provocação à reflexão para todas as Seções Sindicais e os sindicalizados do ANDES-SN.

Mais recentemente, em discussão no âmbito da diretoria da Adusp, cogitou-se outras possibilidades de alteração estatutária, sempre no sentido de permitir que um determinado percentual dos cargos previstos nos incisos IV e V do artigo 32 (Primeiro-Vice-Presidente Regional, Segundo-Vice-Presidente Regional, Primeiro-Secretário Regional, Segundo-Secretário Regional, Primeiro-Tesoureiro Regional e Segundo-Tesoureiro Regional) possam permanecer vacantes:

5) como os cargos correspondentes ao inciso V do artigo 32 do Estatuto (cujo âmbito de atuação se limita à área de sua Regional) atualmente são 48 (em função do número de secretarias regionais existentes), se este percentual fosse flexibilizado, por exemplo, em 10%, isso corresponderia a $4,8 = 5$ cargos vacantes, no universo de todas as 12 secretarias regionais, seja em decorrência da impossibilidade das chapas de apresentarem nomes para completar a nominata, seja no caso de irregularidades que não permitissem que alguns fossem homologados pela Comissão Eleitoral – nesse caso a nominata conteria **78** nomes;

6) uma segunda possibilidade seria reduzir o número de cargos a serem necessariamente preenchidos pela somatória das 12 Regionais, de 72 para 48, preservando, em cada Regional, dois vice-presidentes, mas reduzindo os demais a um secretário e um tesoureiro – nesse caso a nominata conteria **59** nomes;

7) uma terceira possibilidade seria reduzir o número mínimo de cargos a serem necessariamente preenchidos em cada Regional, de 72 para 36, dispensando-se a obrigatoriedade de haver segundos vice-presidente, secretário e tesoureiro – nesse caso a nominata conteria **47** nomes.

Em quaisquer dos casos, os cargos previstos no inciso V do artigo 32, não preenchidos quando do registro da chapa não poderiam ser preenchidos posteriormente, permanecendo vacantes durante todo o mandato da diretoria eleita. As responsabilidades previstas para os cargos vacantes seriam assumidas em cada Regional, solidariamente, pelos diretores eleitos. Estaria apenas previsto um prazo curto, no próprio regimento eleitoral, para tentativas de substituição de nomes em cargos que, eventualmente, tivessem sido impugnados pela Comissão Eleitoral.

Como forma de permitir avaliar melhor estas preocupações e as possíveis soluções para a questão e, tendo em mente que modificações estatutárias que dizem respeito às eleições devem, sempre que possível, ser tomadas fora dos Congressos eleitorais, propõe-se que este texto de apoio seja remetido para apreciação e manifestação das Seções Sindicais, para propostas e deliberações no próximo 58º CONAD, nos termos previstos no Art. 23 do estatuto (São atribuições do CONAD: I - deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do CONGRESSO, lhe forem atribuídas, no limite desta atribuição).

Recomendações da Comissão Eleitoral Central (CEC) à Diretoria do ANDES-SN

A Comissão Eleitoral Central propõe modificações no regimento eleitoral, para as próximas eleições da diretoria do ANDES – SN, visando superar algumas dificuldades práticas encontradas na coordenação da eleição deste ano de 2012. As modificações e respectivas justificativas são apresentadas a seguir:

1) Modificação do Capítulo IV – DA INSCRIÇÃO DE CHAPAS – Artigo 6º *Caput* e inciso I. Visando reforçar que o ato de inscrição da chapa não encerra o processo, sendo necessária sua análise e homologação pela CEC, substituiu-se o verbo registrar por inscrever, principalmente, a fim de evitar o termo “registro definitivo” utilizado no inciso II do atual regimento eleitoral, o qual poderia indicar a ideia de ato acabado, sem a necessidade de verificação. O texto proposto é o seguinte:

“**Art. 6º** Os candidatos devem compor chapas e inscrevê-las junto à Secretaria Geral do ANDES-SINDICATO NACIONAL, obedecendo ao que se segue:

I – durante o 31º CONGRESSO, até uma hora após aprovado este Regimento Eleitoral pela Plenária de Questões Organizativas e Financeiras, as chapas deverão apresentar inscrição provisória, mediante requerimento (anexo I), indicando, pelo menos, os candidatos aos cargos de Presidente, Secretário-Geral e 1º Tesoureiro, assinado pelo(s) candidato(s) ao(s) cargo(s) de Presidente e/ou Secretário-Geral. O requerimento deve ser encaminhado à Secretaria Geral do ANDES-SINDICATO NACIONAL, acompanhado do respectivo Manifesto da Chapa, bem como indicar seu representante e respectivo suplente na Comissão Eleitoral Central;”

2) Inclusão de novo inciso (Inciso II) no artigo 6º do Capítulo IV, indicando o procedimento de recebimento da inscrição definitiva e esclarecendo que a análise e homologação das chapas não são realizadas no ato do depósito da documentação. O texto proposto é o seguinte:

“**II** – Os documentos, que se referem ao inciso III deste artigo, recebidos pela secretaria do ANDES-SN, na sua sede, serão lacrados e abertos na primeira reunião da CEC;”

3) Renumeração do antigo inciso II em inciso III. Renumeração do antigo inciso III em inciso IV e solicitação da inclusão de uma nova documentação para inscrição das chapas. Este novo documento trata-se da comprovação de filiação à uma seção sindical do ANDES-SN, seja através da comprovação do recolhimento da contribuição sindical, indicado no contra cheque, seja através de documento oficial expedido pela Seção Sindical ou Regional do ANDES – SN. Esta solicitação visa agilizar o processo de homologação das chapas, visto a demora das seções sindicais em responder aos ofícios solicitando a confirmação de filiação dos candidatos e, até mesmo, a ausência de resposta aos ofícios. Texto proposto a seguir:

“**III** – A inscrição final das chapas, com a nominata completa dos candidatos, dar-se-á até o dia **xx de xxxxxx de 20xx, das 9h às 19h, ressalvado o disposto nos parágrafos primeiro e segundo deste artigo.**

IV – os componentes das chapas deverão entregar à secretaria da Comissão Eleitoral Central, **até o prazo de inscrição final** (item III deste artigo), os seguintes documentos, sendo os dos itens “a”, “b” e “c” originais:

a) termo de concordância (anexo II), assinado (assinatura igual a do documento de identificação citado no item “d”), por cada candidato, contendo: endereço residencial completo; denominação da Seção Sindical a qual é sindicalizado ou, se for o caso, da Secretaria Regional à qual o candidato encontra-se vinculado; denominação da IES à qual o candidato encontra-se vinculado e o cargo a que postula.

b) programa da chapa devidamente subscrito pelo candidato a Presidente.

c) documento expedido pela seção sindical ou regional, em papel timbrado, comprobatório de sindicalizado ao ANDES-SINDICATO NACIONAL, com data de filiação e indicação de adimplência financeira, ou contra cheque dos meses que atendam os prazos previstos no Art. 5 deste regimento.

d) fotocópia, legível e não ampliada ou reduzida, de um documento de identificação que contenha foto e assinatura do candidato (C.I., CNH, CTPS, Passaporte ou Carteira de Conselho Profissional).”

4) Renumeração do antigo inciso IV em inciso V, e adequação do texto a nova formulação que utiliza o termo inscrição ao invés de registro. Texto proposto a seguir:

“V – Não havendo inscrição de chapa durante o Congresso, o prazo para inscrição, nos termos previstos no § 1º, do Artigo 52 do Estatuto do ANDES-SN, será prorrogado por 15 (quinze) dias a partir da data do final do Congresso, realizando-se na Secretaria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, em horário comercial.

§ 1º No caso previsto no inciso V, a inscrição final das chapas será estendido por mais 30 (trinta) dias após o prazo final indicado no item III deste artigo;

§ 2º A Chapa, ao ser inscrita, receberá um número de identificação de acordo com a ordem cronológica de entrega do requerimento (anexo I) à Secretaria Geral do ANDES – SINDICATO NACIONAL.”

5) Modificação no Capítulo IV – DA INSCRIÇÃO DE CHAPAS – do artigo 8º, transformando-o em um parágrafo do artigo 7º, com o objetivo de evidenciar o único período previsto para modificação da chapa após a inscrição final. O texto proposto a seguir:

“Art. 7º Qualquer alteração na nominata dos candidatos ou de cargos na chapa, após os prazos previstos nos incisos III e V do Art. 6º, deverão ser encaminhadas por documento com a exposição de motivos à Comissão Eleitoral Central que, em reunião, deverá analisar e se pronunciar pelo aceite ou não dos motivos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 1º Só serão aceitas alterações se forem depositadas junto à secretaria do ANDES-SN **em até quarenta e oito (48) horas após o encerramento do prazo de inscrição final das chapas (Art. 6º - item III ou item V, o que se aplicar)**, improrrogavelmente.

§ 2º A faculdade prevista no *caput* deste artigo não se aplica aos candidatos e aos cargos de Presidente, Secretário-Geral e 1º Tesoureiro.

§ 3º A não aceitação dos motivos apresentados, deliberada pela maioria absoluta dos componentes da Comissão Eleitoral Central presentes à reunião, implicará na manutenção da chapa originalmente registrada.

§ 4º Diante da impossibilidade da manutenção da nominata originalmente registrada pela chapa, o registro estará cancelado.

6) Introdução de novo artigo no Capítulo IV – DA INSCRIÇÃO DE CHAPAS – Artigo 8º, em substituição ao antigo artigo 8º, transformado em parágrafo 1º do artigo 7º. Neste artigo se explicita a necessidade dos membros da chapa com cargos nas regionais sejam oriundos de seções sindicais pertencentes a mesma regional. O texto proposto a seguir:

“Art. 8º os candidatos aos cargos descritos no Art. 32º inciso IV e V do estatuto do ANDES-SN, deverão ser sindicalizados nas seções sindicais integrantes da regional pleiteada.”

Observamos que modificação análoga deverá ser feita também no Artigo 32º do Estatuto do ANDES – SN, a fim de garantir que os diretores regionais sejam oriundos de seções sindicais pertencentes à própria regional, garantindo assim a representatividade do sindicato nacional.

7) Modificação do Capítulo V – DA COORDENAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL - SEÇÃO I – DA COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL – INSCRIÇÃO DE CHAPAS – Artigo 11º inciso III e introdução de inciso V, objetivando equilibrar a composição da Comissão Central Eleitoral (CEC) no caso improvável, mas possível, de inscrição de um elevado número de chapas e previsão da recomposição da CEC quando da não homologação de chapa e consequente exclusão do seu representante da Comissão. O texto proposto a seguir:

“Art. 11 A eleição para a Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, Biênio 2012/2014, será coordenada por uma Comissão Eleitoral Central composta por:

I – 1 (um) membro da Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, como seu Presidente;

II – 1 (um) sindicalizado do ANDES-SINDICATO NACIONAL indicado por cada chapa concorrente;

III – Sindicalizado(s) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, em número igual ao de chapas inscritas, indicados e homologados pela Plenária das Questões Organizativas e Financeiras do **31º Congresso do ANDES-SINDICATO NACIONAL**;

IV – a composição da Comissão Eleitoral Central deverá ser em número ímpar.

V – no caso de uma ou mais chapas não serem homologadas, e isto resultar em um número par de integrantes da CEC, neste caso serão convocados suplentes eleitos em plenária em número suficiente para que a CEC retome o número ímpar de integrantes.

8) Alteração do parágrafo 2º do artigo 11 para indicação de dois suplentes visto as dificuldades para agendamento de reuniões da CEC devido a agenda dos titulares e suplentes desta Comissão. O texto sugerido a seguir:

“§ 2º A Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, as chapas concorrentes e a Plenária das Questões Organizativas e Financeiras do **31º Congresso do ANDES-SINDICATO NACIONAL** deverão indicar 2 (dois) suplentes, para cada integrante da Comissão Eleitoral Central previstos nos incisos I, II e III do *caput* deste artigo.”

9) Sugerimos que o “**CALENDÁRIO DAS ELEIÇÕES**” não faça parte do Regimento aprovado no Congresso, e sim um instrumento de trabalho elaborado a parte pela diretoria ou pela CEC. Esta sugestão é motivada pela verificação de erros em datas constantes do atual calendário e textos resumidos no calendário que dão margem a dupla interpretação ou mesmo contraditório com os artigos constantes do Regimento Eleitoral. Acreditamos que o Calendário das Eleições é mais uma fonte de erro, que pode motivar contestações sobre o processo eleitoral, desnecessariamente.

10) Apresentamos proposta de modificação dos anexos I e II (anexos). No anexo II acrescentamos um local para assinatura do candidato, o qual não existe no modelo atualmente utilizado.

11) Por fim, sugerimos ainda, sem proposta de texto, a proibição explícita da prática de “urna itinerante”. Várias Comissões Locais solicitaram oficializar tal prática, argumentando que não há proibição explícita no Regimento Eleitoral atual.

A CEC apresenta, complementarmente, mais duas sugestões para facilitar a gestão de futuros processos eleitorais:

1) Introduzir, no período eleitoral, no sítio da Internet do ANDES-SN, link específico **destacado** da CEC com publicação de atas, circulares, cartas e outros materiais;

2) A tesouraria do ANDES-SN deveria receber mensalmente a relação dos sindicalizados em cada seção sindical, ou nos anos de eleição, a relação dos sindicalizados nos meses de outubro e dezembro. Isso evitaria a demorada, muitas vezes infrutífera, consulta às seções sindicais sobre a filiação dos candidatos.

ANEXO I
REQUERIMENTO

Ao

Professor Márcio Antônio de Oliveira

Secretaria Geral - ANDES-SINDICATO NACIONAL

Prezado Professor,

O/A(s) professor (es/as) _____ e
_____, candidato(s) ao(s) cargo(s)
de _____ e _____, vêm requerer o
REGISTRO da chapa denominada _____
_____ para concorrer à eleição
da Diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-
SINDICATO NACIONAL, biênio 2012-2014, e apresentam como candidato ao cargo de
Presidente, o (a) Professor(a) _____
_____, ao cargo de Secretário Geral, o (a) Professor(a)
_____, ao cargo de 1º Tesoureiro, o (a)
Professor(a) _____ e, como seu representante e seu
suplente na Comissão Eleitoral Central, os (as) Professores(as)

Apresentamos, anexo, o Manifesto da Chapa.

N. T.

Pede deferimento

Manaus, de janeiro de 2012.

Professor (a) _____
(assinatura)

Professor (a) _____
(assinatura)

RECIBO:

Documentos recebidos às _____ horas do dia ____/01/2012.

Número de identificação da chapa: _____

Prof. Márcio Antônio de Oliveira
Secretaria Geral - ANDES-SINDICATO NACIONAL

Anexo II
TERMO DE CONCORDÂNCIA

Professor (a) _____, abaixo assinado, declara, para fins de cumprimento do art. 6º, inciso III, do Regimento Eleitoral aprovado no 31º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, que concordo em concorrer à eleição da Diretoria, biênio 2012 - 2014 na condição de candidato (a) ao cargo de _____

_____ na chapa denominada _____ e que tem o número _____ como identificação oficial.

_____, de _____ de 2012.

Professor _____
(assinatura igual ao documento de identidade)

Demais Informações:

1 - Endereço completo (rua, nº, cidade, Estado, CEP)

2 - Telefone: ()
()

3- Endereço eletrônico (e-mail):

4 – Sindicalizado a (Seção Sindical):

5 - Secretaria Regional (caso sindicalizado via Secretaria Regional):

6 - IES de vínculo:

7 – Nº do PIS/PASEP:

8 – RG nº:

9 – CPF nº:

TR – 65

O 32º Congresso aprova encaminhar, para apreciação das Seções Sindicais e da Diretoria Nacional do ANDES-SN, o TEXTO DE APOIO 65, de iniciativa da Diretoria e dos Delegados da Adusp-S. Sind., a propósito da necessidade de implementar modificações nos critérios para inscrição/registro/homologação de chapas, com vistas a que sejam objeto de apresentação/avaliação de outras contribuições, visando a deliberação sobre o assunto pelo 58º CONAD do Sindicato Nacional.

TEXTO 66

Contribuição do Prof. Claudio Antônio Tonegutti - Sindicalizado da APUFPR-SSind.

ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA – QUORUM PARA DELIBERAÇÃO

TEXTO DE APOIO

O Estatuto do ANDES-SN estabelece:

“...

Art. 21. As deliberações do CONGRESSO são adotadas por maioria simples (maior número de votos) dos delegados presentes em cada plenária.

§ 1º. As deliberações referentes aos itens seguintes exigem a aprovação de pelo menos dois terços (2/3) dos delegados inscritos no CONGRESSO:

I - alteração do Estatuto (inciso V do art. 15);

...”

Entretanto, desde o I Congresso (Florianópolis, 1982) aprova-se, a cada novo Congresso, uma exceção à regra dos dois terços de quórum para as alterações estatutárias. No atual Estatuto (aprovado no 31º Congresso – Manaus, 2012) a exceção consta das disposições transitórias com a seguinte redação:

“...

Art. 71. Fica prorrogada até o 32º CONGRESSO a possibilidade de alteração dos Estatutos do ANDES - SINDICATO NACIONAL, desde que a alteração seja aprovada por mais de 50% (cinquenta por cento) dos delegados nele inscritos, suspensa, até então, a vigência do inciso I do parágrafo único do art. 21.

...”

Considerando que na prática o ANDES-SN sempre funcionou, neste particular, com a exceção e isso nunca constituiu qualquer tipo de problema, então acreditamos oportuno assumir a medida de exceção como a regra, em que de fato se tornou.

TR – 66

O 32º CONGRESSO aprova as seguintes alterações no Estatuto do ANDES-SN:

1. O art. 21 e seus parágrafos 1º e 2º passam a ter a seguinte redação, incluindo-se também um 3º parágrafo:

Art. 21. As deliberações do CONGRESSO são adotadas por maioria simples (maior número de votos) dos delegados presentes em cada plenária.

§ 1º As deliberações referentes a alterações do Estatuto (inciso V do art. 15) devem ser aprovadas por mais de 50% (cinquenta por cento) dos delegados inscritos no CONGRESSO.

§ 2º. As deliberações referentes aos itens seguintes exigem a aprovação de pelo menos dois terços (2/3) dos delegados inscritos no CONGRESSO:

I – apreciação e deliberação, em grau de recurso, da penalidade de exclusão de sindicalizado decididas pelas S.SINDs ou ADs-S.SINDs (inciso II do art. 15);

II - destituição de membros da DIRETORIA de acordo com o disposto no art. 42;

III - dissolução do ANDES-SINDICATO NACIONAL de acordo com o disposto no art. 66;

IV - revogação da homologação de S.SIND ou AD-S.SIND.

§ 3º. É vedado o voto por procuração nas deliberações do CONGRESSO.

2. Fica revogado o art. 71 do Estatuto.

TEXTO 67

Contribuição do professor Dilenio Dustan Lucas de Souza – Sindicalizado da APESJF Seção Sindical

PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO. Eleição do ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

Ao longo desses últimos anos nos congressos do ANDES-SN tem havido um questionamento bastante intenso em relação ao nosso estatuto no que diz respeito a composição das chapas e a eleição a fim de criar condições para a ampliação dos debates e das chapas. Porém essas propostas por mais que legítimas tem sido colocadas para avaliação no mesmo ano que teremos pleito eleitoral e creio que isso tem sido um fator negativo para a ampliação do debate e sua modificação, nesse sentido apresento a seguinte proposta:

TR - 67

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Que a partir da eleição de 2014 as chapas sejam compostas por 35 (trinta e cinco) dirigentes;
2. Cada regional deve ter no mínimo dois membros que acumularão as responsabilidades da regional;
3. Em caso de vacância de uma das cadeiras da regional cabe a diretoria em reunião definir como se dará o andamento dos trabalhos;
4. Em caso de vacância dos dois diretores da regional cabe a diretoria em reunião definir quem serão os diretores que comporão a regional;
5. A diretoria do ANDES-SN não pode ter menos de 30 membros, caso isso aconteça por qualquer motivo deve ser convocado um congresso extraordinário em Brasília para que seja marcada eleição;
6. A apresentação das chapas no congresso eleitoral deverá ser feita por um membro da chapa que em seguida terá um prazo para fazer sua inscrição na íntegra.

TEXTO 68

Contribuição da Assembleia Geral da ADUFPA-SSind e dos sindicalizados Aloizio Soares Ferreira (ASPUV-SSind), Ana Maria Marques Santos (ADUR-RJ-SSind), Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV-SSind.), Célia R. Otranto (ADUR-RJ-SSind), Dilenio Dustan Lucas de Souza (APES-JF-SSind), Edmundo Fernandes Dias (ADUNICAMP-SSind), Elaine Judite de Amorim Carvalho (ADUFEPE-SSind), Graciela Bonassa Garcia (ADUR-RJ-SSind), Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind), José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind), Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind), Luís Mauro S. Magalhães (ADUR-RJ-SSind), Marília Washington (ADUFSCAR-SSind) e Oneize Araujo (ADUFS-SSind).

O DISPOSITIVO ANTI-PELEGO E OS MECANISMOS PARA EVITAR O CARREIRISMO SINDICAL

TEXTO DE APOIO

Ao se constituir como sindicato nacional, o ANDES estabeleceu, através de seus fóruns de deliberação, mecanismos no seu Estatuto que tinham a clara intenção de se contrapor ao modelo sindical herdado do período varguista, se organizando de forma autônoma, independente, e com uma estrutura que, ao mesmo tempo, refletisse esta política e servisse de obstáculo aos que pretendiam voltar ao velho modelo, marcado

por uma burocracia que se perpetuava nas diretorias das entidades e que garantia o controle das representações dos trabalhadores pelo Estado e pelo patronato. No debate sobre as formas de organização daquela entidade que nascia na luta contra a ditadura militar, o movimento docente mostrou, de forma contundente, o seu repúdio aos expedientes que permitiam que representantes sindicais passassem a fazer “carreira” dentro do sindicato, abandonando e secundarizando a sua carreira docente, perdendo, cada vez mais, o contato com a sua realidade de trabalhador, e deixando de lado o contexto, as contingências e o cotidiano dos que pretendiam representar. A estrutura sindical varguista permitiu, por décadas, que os “Joaquinzões” e os “Magris”, famosos burocratas do período militar, e que defendiam apenas os seus interesses pessoais, se mantivessem em diretorias colaboracionistas e pelegas, muitas vezes agraciados com cargos no Estado. Hoje os “Meneguelis” e “Paulinhos da Força” mantêm esta “tradição”.

Esta concepção levou à inserção do chamado “dispositivo anti-pelego” no Estatuto do ANDES-SN, que em parágrafo Único do Artigo 53, que trata das condições para participar das eleições, determina: *“é vedada a recondução como diretor do ANDES-SINDICATO NACIONAL de qualquer membro da DIRETORIA por mais de uma vez consecutiva”*.

Este dispositivo conseguiu inibir a prática do “carreirismo” sindical, mas, como este impedimento menciona apenas a ocupação sequencial dos cargos da diretoria nacional, isto acaba permitindo que militantes que cumpriram dois mandatos seguidos na Diretoria Nacional saiam desta para a diretoria de sua Seção Sindical e, em seguida, voltem a concorrer para nova gestão da Diretoria Nacional, configurando justamente aquilo que o dispositivo pretendia evitar, ou seja, a permanência de sindicalizados em carreiras sindicais que se perpetuam.

Neste sentido, esta proposta visa garantir, no espírito do “dispositivo anti-pelego”, que haja o saudável rodízio de militantes em nossas direções, impedindo uma “saída legal” que acaba viabilizando a perpetuação de militantes e impossibilitando que alguns dirigentes mantenham contato com sua carreira docente e com aqueles que pretende representar.

TR - 68

O 32º Congresso do ANDES-SN decide:

Alterar o Artigo 53º do seu Estatuto, com a inclusão do parágrafo segundo:

“Art. 53. São condições para participar das eleições:

I - ser sindicalizado do ANDES-SINDICATO NACIONAL há pelo menos noventa (90) dias antes da data de inscrição de candidaturas perante o CONGRESSO, para ser votado;

II - ser sindicalizado do ANDES-SINDICATO NACIONAL há pelo menos noventa (90) dias antes da data de realização das eleições, para votar;

III - estar em dia com o pagamento da contribuição financeira prevista no art. 10, inciso II, deste Estatuto.

Parágrafo primeiro. É vedada a recondução como diretor do ANDES-SINDICATO NACIONAL de qualquer membro da DIRETORIA por mais de uma vez consecutiva.

Parágrafo segundo. É vedada a participação nas eleições para a DIRETORIA NACIONAL, do sindicalizado que tenha participado, nos seis anos imediatamente anteriores à inscrição das chapas, de duas gestões seguidas na DIRETORIA NACIONAL e que ao longo dos dois anos subsequentes tenha ocupado cargos de diretoria em Seção Sindical.

TEXTO 69

Contribuição da Assembleia Geral da ADUFPA-SSind e dos sindicalizados Aloizio Soares Ferreira (ASPUV-SSind), Ana Lucia Barbosa de Faria (SINDCEFET-MG-SSind), Ana Maria Marques Santos (ADUR-RJ-SSind), Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV-SSind.), Célia R. Otranto (ADUR-RJ-SSind), Elaine Judite de Amorim Carvalho (ADUFEPE-SSind), Dilenio Dustan Lucas de Souza (APES-JF-SSind), Edmundo Fernandes Dias (ADUNICAMP-SSind), Graciela Bonassa Garcia (ADUR-RJ-SSind), Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind), José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind), Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind), Luís Mauro S. Magalhães (ADUR-RJ-SSind), Marilia Washington (ADUFSCAR-SSind) e Oneize Araujo (ADUFS-SSind).

AUMENTANDO AINDA MAIS A TRANSPARÊNCIA PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

De acordo com o Artigo 60º do Estatuto do ANDES-SN, “os relatórios financeiros e prestações de contas serão apresentadas pela Diretoria ao CONAD para exame e deliberação”. Este mecanismo tem se mostrado fundamental para garantir o acompanhamento financeiro dos(as) sindicalizados(as) e foi muito importante em todos os episódios ocorridos no passado, quando algum questionamento ou mesmo algum problema relativo aos gastos do sindicato era observado.

Mesmo considerando a utilidade e importância do instrumento atual, é necessário continuar a aprimorar e a tornar esta prestação cada vez mais transparente e acessível para o conjunto de sindicalizados. Neste sentido, esta proposta objetiva detalhar ainda mais este instrumento, adicionando uma informação que ainda não é disponibilizada nos relatórios: o gasto com diárias e passagens destinadas a cada membro da Diretoria Nacional.

TR - 69

O 32º Congresso do ANDES-SN decide que:

A partir do 58º CONAD, na prestação de contas apresentada pela Diretoria, para apreciação pelos CONAD, sejam elencados os valores de gastos com passagens e diárias, relativos às atividades de cada membro da Diretoria Nacional.

TEXTO 70

Contribuição do professor Luis Allan Künzle – Sindicalizado da APUFPR-SSind.

FINANCIAMENTO DE DELEGADOS E OBSERVADORES NOS CONGRESSOS DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

Diversas seções sindicais do ANDES-SN possuem um pequeno número de sindicalizados, mesmo entre aquelas que representam universidades de grande porte. Diferentes razões permitem compreender essa situação. No caso das universidades particulares, o modelo de terror estabelecido pelas mantenedoras torna difícil tanto a criação das representações sindicais quanto a sindicalização dos docentes. Nas universidades públicas algumas explicações podem ser identificadas. A primeira está associada à conjuntura de desmobilização e de descrença nas estruturas tradicionais de representação social. Está for a do contexto deste texto de apoio

analisar esta conjuntura, mas seu efeito é evidente nas seções sindicais do ANDES-SN. Mesmo com o sucesso em termos de mobilização da greve de 2012 das universidades federais, o número de sindicalizações não aumentou significativamente. A segunda possível explicação está associada à disputa de base com os sindicatos autônomos que foram criados nos últimos anos a partir de seções sindicais que saíram da base do ANDES-SN. Uma terceira explicação está também no próprio processo de expansão das universidades públicas. Com a interiorização, novos campi, em geral pequenos e distantes dos grandes centros, têm sido formados. As novas seções sindicais que foram criadas, tanto nas universidades antigas e tradicionais, quanto nas novas universidades, têm feito um trabalho de construção e reconstrução altamente meritório, mas bastante difícil. O aumento da sindicalização tem ocorrido, mas numa taxa que permite antever ainda muitos anos de dificuldades para uma receita financeira que permita que essas seções possam participar efetivamente de todas as atividades do sindicato nacional.

Muitas dessas seções com pequeno número de sindicalizados têm buscado, junto a seções sindicais com maior autonomia financeira, auxílio para que seus delegados e/ou observadores participem dos eventos do sindicato nacional. Esta situação apresenta diversos problemas, alguns de ordem estrutural, para um sindicato que se propõe nacional. O primeiro está em colocar diversas diretorias companheiras na condição de solicitar auxílio para uma participação efetiva que é obrigação do coletivo garantir as condições de realização. Outro problema é dar condições para que seções de maior autonomia financeira possam decidir ou até mesmo escolher quem elas vão apoiar financeiramente ou não. Este precedente é por si só inaceitável.

A premissa considerada neste texto de apoio para a participação das seções sindicais nos Congressos do ANDES-SN considera que todas as seções sindicais que tenham eleito delegados a partir de assembleias da categoria, nos limites definidos pelas regras estatutárias para seu número de sindicalizados, terão garantia da participação desses delegados nos Congressos. Essa premissa visa garantir que todas as seções sindicais, independentemente do seu tamanho e de suas disponibilidades financeiras, e que tenham delegados dispostos a participar do Congresso, possam estar nele representadas.

Diversas questões decorrem dessa premissa. Como financiar a participação de todos os delegados eleitos pela categoria, em todo o país? Via caixa nacional do sindicato, via um fundo específico, via rateio do evento? É necessário estabelecer um limite para custo de transporte, de hospedagem, de diárias? É preciso repensar os custos do Congresso, de forma que se tenha uma maior participação das seções com pequeno número de sindicalizados? Qual é efetivamente o número de seções que têm tido problemas financeiros para participar plenamente da vida do sindicato nacional, não somente no Congresso, mas também do CONAD, dos grupos de trabalho e dos eventos sindicais?

O texto de resolução a seguir propõe que esta discussão seja ocorra em todas as instâncias do sindicato, para deliberação no próximo Congresso.

TR - 70

O 32º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. que seja construída uma proposta, a ser deliberada no 33º Congresso, que garanta a participação de todos os delegados(as) eleito(a)s em assembleia da categoria nas seções sindicais e nas secretarias regionais, respeitados os limites estatutários conforme o número de sindicalizados, nos Congressos do ANDES-SN. Esta proposta será construída a partir de proposições feitas pelas seções sindicais em reuniões dos diferentes grupos de trabalho do ANDES-SN.

TEXTO 71

Contribuição da Diretoria da ASDUERJ

FUNDO DE GREVE

TEXTO DE APOIO

No 31º Congresso do Andes, foi estabelecido como fundamental a aprovação de um fundo de greve para o setor da IEES/IMES. Assim como no âmbito federal, as lutas nos âmbitos municipal e estadual têm sido exaustivas. A Uerj, por exemplo, que conquistou o regime de dedicação exclusiva na greve de 2012, além de ação judicial de dissídio de greve, sofreu pressões advindas da criminalização do movimento, como processos judiciais contra a entidade e seus diretores (interdito proibitório). Em adição a isso, enfrentou uma grave crise financeira, cujas consequências ainda são sentidas. Ficou evidenciada a necessidade da manutenção do uso dos recursos do fundo nacional de mobilização, assim como da suspensão da contribuição ao FNM, no decorrer de processos grevistas. O apoio do ANDES-SN é imprescindível para fortalecer o movimento sindical e favorecer a vitória nas lutas travadas.

TR - 71

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Autorizar, durante o ano de 2013, seções sindicais de IEES/IMES, que entrarem em greve, a suspender a contribuição ao FNM, enquanto permanecerem em greve, para uso desse montante na mobilização.
2. Autorizar, durante o ano de 2013, o uso de até 30% do FNM para auxílio às greves que se desenvolvam no Setor das Estaduais e que sejam no âmbito estadual;

TEXTO 72

Contribuição da Diretoria da Adunicentro Seção Sindical

PROPOSTA DE NOVA REGULAMENTAÇÃO DO FUNDO NACIONAL DE SOLIDARIEDADE DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O Fundo de Solidariedade do Andes-Sn, cumpre um papel importante na esfera sindical, ao garantir apoio financeiro aos dirigentes sindicais que são perseguidos por suas lutas nas IES. Nos últimos anos o FS sofreu diversas modificações, todas com caráter de tornar mais eficiente e democrático sua utilização por dirigentes sindicais perseguidos nas atividades sindicais. Entre elas foram definidos critérios claros de utilização, cobrança de relatórios dos beneficiados, definição de um teto no valor a ser concedido e por fim, um prazo limite para permanecer no FS. As sucessivas diretorias do sindicato nacional, ao entender que o FS pertence a categoria docente, conseguiu também aumentar significativamente o valor depositado no FS, mantendo ele exclusivamente para uso em casos excepcionais de perseguição política de docentes que atuam na direção de seções sindicais do Andes-Sn, um dos fundamentos do FS, é que os docentes perseguidos busquem na justiça a reparação do dano causado com a perseguição política, para tanto é necessário também neste caso o apoio jurídico do sindicato nacional, pois quase todas as perseguições a dirigentes sindicais que necessitam recorrer ao FS estão nas pequenas e médias seções sindicais, muitas delas recém criadas em regiões onde a luta sindical ainda floresce.

Este entendimento, da qual a diretoria da Adunicentro sempre esteve de acordo, e que também foi beneficiada em um momento em que um dos nossos dirigentes sofria perseguição da reitoria da nossa universidade, com salários cortados e ameaça de demissão, foi fundamental para dar continuidade a nossas lutas e manter viva a chama do sindicato nacional acesa na nossa universidade.

Passamos por esta dura experiência, diversas vezes, onde diversos diretores de nossa seção sindical foram submetidos a sindicâncias com nítida intenção intimidadora e persecutória, muitas delas feitas de forma ilegal e imoral, mas que foram concluídas com processos administrativos forjados que levavam a conclusões surreais. Felizmente, com apoio do Andes-SN e de diversas seções sindicais tivemos êxito em reverter todas as decisões na justiça, nas mais diversas instâncias, porém, a luta continua e novas ameaças são cotidianas, o que em nenhuma hipótese nos assusta ou impede de manter a nossa luta por uma universidade pública, gratuita, de qualidade e democrática.

Assim, compreendemos que o FS deve passar por algumas modificações, para que possamos aprimorar ainda mais este instrumento de luta que nos últimos anos tem ajudado na expansão do Andes e na luta da categoria docente no país.

Para tanto, estamos propondo algumas modificações no FS, entre elas a forma de custeio do FS e a também a de utilização do mesmo, pois neste momento é fundamental expandir nossas lutas e garantir o máximo de apoio às novas seções sindicais que certamente serão criadas em dezenas de novos locais de trabalho, seja nas universidades ou nos Ifs.

Assim, os recursos do FS passariam também a auxiliar na contratação/manutenção de assessorias jurídicas regionais para atender a demanda de seções sindicais recém criadas ou com dificuldade de manter este tipo de serviço, fundamental para sua sobrevivência e para a sua consolidação, pois muito dos ataques sofridos por docentes destas seções acabam judicializados e é preciso uma rede de atendimento muito mais rápida e totalmente integrada ao coletivo jurídico do Andes-SN.

Como forma de financiamento deste modelo de apoio, o FS passaria a ser composto com os recursos hoje existentes, com o aporte financeiro mensal do caixa nacional e com contribuições das seções sindicais na proporção atual.

Desta forma, o Andes-Sn passaria a contribuir também com o FS, com 3% de sua arrecadação mensal, mantendo o valor depositado pelas seções ao FS inalterado no momento.

Com o aporte de recursos do Caixa Nacional e a manutenção do valor atual, somado ao que hoje existe em caixa em nome do FS, poderíamos expandir ao atendimento jurídico ao conjunto de seções que hoje se vê ameaçado por falta de atendimento neste campo.

No campo de benefícios de solidariedade aos dirigentes sindicais, também propomos mudanças, sendo que o limite de tempo não passaria de 18 meses de auxílio, com o teto de até dois salários mínimos do DIEESE.

TR - 72

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. O Fundo de Solidariedade do Andes passa a ter o seguinte formato de contribuição:
 - a) 3% de recursos mensais oriundos da arrecadação mensal do Andes-SN;
 - b) 0,5% de recursos mensais oriundos da arrecadação das seções sindicais do Andes-SN;
2. Fica autorizado a Diretoria do Andes-SN a utilizar até 30% do valor do FS para contratar/manter assessorias jurídicas regionais exclusiva para apoio ao conjunto de seções sindicais com dificuldades financeiras;
3. Estabelece o novo limite de tempo de permanência dos docentes no FS, que passa a ser de até 18 meses após sua entrada no FS;
4. Estabelece como limite máximo de apoio o valor de até 2 salários mínimos do Dieese para os docentes que recebem apoio do FS;

4. Solicita levantamento do andamento das ações na justiça envolvendo docentes que receberam apoio do FS, para que possa ser enviado ao próximo Conad.

TEXTO 73

Contribuição do prof. Hélvio Alexandre Mariano - sindicalizado da Adunicentro-Seção Sindical do Andes-SN

POR UMA COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O ANDES-SN tem por tradição preservar sua história, para tanto foi criado um moderno centro de documentação, onde milhares de documentos estão disponíveis para consulta de pesquisadores na sede do sindicato em Brasília.

Além do Cedoc, diversos cadernos sobre a história do sindicato já foram produzidos pelo GTHMD, pois como sabemos, uma das características fundamentais da história das lutas dos trabalhadores é o conhecimento da sua história, o que nos permite entender a construção da nossa identidade de classe.

Porém, ainda falta uma página desta história para ser esclarecida, por este motivo estamos sugerindo a constituição de uma Comissão da Verdade sobre os fatos ocorridos na ditadura militar contra docentes universitários.

TR - 73

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Criar a Comissão da Verdade do ANDES-SN para investigar fatos ocorridos na ditadura militar contra docentes universitários entre os anos de 1964 a 1985;
2. Esta comissão terá a duração de 12 meses, podendo ser prorrogada pelo mesmo período;
3. Esta comissão será composta por seis (6) docentes, sendo 2 diretores do sindicato nacional e quatro integrantes eleitos no 32º Congresso do ANDES-SN. O Congresso também indicará dois (2) docentes como suplentes, mesmo número indicado pela diretoria do ANDES-SN;
4. O ANDES-SN disponibilizará pelo período em que a Comissão estiver instalada todos os recursos necessários para o seu funcionamento;
5. A Comissão será instalada na sede do ANDES-SN em Brasília-DF.

**TEMA 5 – PLANO DE LUTAS – GERAL,
EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO
DOS TRABALHADORES**

TEXTO 74

Contribuição da Diretoria e Delegados da Adusp-S. Sind.

A CSP-CONLUTAS PRECISA SER, DE FATO, UM ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO

TEXTO DE APOIO

O MTST constitui atualmente um dos mais importantes e presentes movimentos populares no âmbito nacional e, portanto, sua saída da CSP-Conlutas não pode ser encarada simplesmente como uma das “derrotas pontuais” (conforme citado no Texto 33, Caderno de Textos do 32º Congresso do ANDES-SN, p. 94). Sobretudo porque tal decisão, como pode ser observado na carta emitida pela Coordenação Nacional do MTST em 14 de julho de 2012 (transcrita a seguir, pois estranhamente pouco divulgada), resulta da não aceitação de determinadas práticas que apontam para a sobreposição de interesses partidários em relação às pautas sindical e popular.

Visto que acreditamos na necessidade dessa central sindical e popular continuar a avançar em suas lutas e conquistas em favor da classe trabalhadora, faz-se necessário avaliar os graves acontecimentos que culminaram na saída do MTST da nossa Central, bem como reavaliar suas pautas a fim de efetivamente abranger as questões dos movimentos populares, mantendo a coerência e democracia de suas práticas.

CARTA DE SAÍDA DA CSP CONLUTAS

Nota da Coordenação Nacional do MTST

O MTST esteve na CSP-Conlutas desde sua fundação, no Conclat de 2010. Diante da divisão que se estabeleceu naquele Congresso, optamos por compor a Central que dele surgiu, por acreditarmos na proposta de unificar organizações combativas da classe trabalhadora - no movimento popular e sindical.

Durante estes 2 anos, buscamos construir e participar dos espaços da Central. Estivemos em suas principais lutas, nas reuniões e debates, com o intuito de fortalecer na prática a tão falada unidade. Por esta mesma razão, estivemos entre os maiores defensores da recomposição com as organizações que estiveram no Conclat e tomaram outros caminhos.

No último período, tivemos diferenças de posições em relação especialmente aos companheiros do PSTU (maioria na Central) sobre a necessidade de medidas mais claras e ativas de integração do movimento popular aos espaços e pautas da Central. Debate legítimo, de posições diversas, em que algumas vezes chegamos a acordos e outras não.

No entanto, nas últimas semanas, ocorreram atitudes que saíram do âmbito do debate legítimo e da lealdade política. Companheiros do PSTU atuaram de forma divisionista em bases do MTST de vários estados, afetando, inclusive, coordenadores do Movimento. Organizaram reuniões no Amazonas e em Minas Gerais, com o intuito de convencer militantes a saírem do MTST e ingressarem no movimento que este partido busca impulsionar atualmente. No caso do Amazonas, embora apenas nele, obtiveram sucesso e desarticularam o coletivo do MTST por lá. Vale registrar que não se tratou de uma iniciativa isolada. Um dirigente nacional do PSTU, o companheiro Zé Maria de Almeida, chegou a telefonar para um dirigente do MTST em Minas, estimulando sua saída do Movimento.

Por estas razões, como não estamos dispostos a gastar nossas já poucas energias em disputas mesquinhas e desleais, o MTST está se retirando, neste momento, da CSP Conlutas. Nossa presença na Central só fez sentido enquanto significou para nós um espaço de construção da unidade. Na medida em que se torna um espaço de divisão e disputa, infelizmente deixa de cumprir os seus propósitos.

Queremos registrar que não sairemos destilando veneno ou acusações em notas, debates, etc. Este tipo de método não produz nada de positivo na luta dos trabalhadores. Apesar desses fatos

lamentáveis, continuamos respeitando e valorizando a atuação conjunta com os companheiros da CSP Conlutas e do PSTU. Nossos objetivos socialistas são os mesmos. Apenas não podemos tolerar práticas de desagregação de um trabalho político, construído a muito custo e em condições bastante adversas.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 2012.
Coordenação Nacional do MTST

TR - 74

O 32º Congresso do ANDES-SN delibera acrescentar os itens 5 e 6, a seguir, aos itens 1 a 4 do TR 33 (Caderno de Textos, p. 98-99):

5. Avaliar as circunstâncias que culminaram na saída do MTST da CSP-Conlutas explicitadas na carta pública da Coordenação Nacional do MTST de 14 de julho de 2012.
6. Envidar esforços junto à Direção da CSP-Conlutas visando à reintegração do MTST à nossa Central.

TEXTO 75

Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira, Graciela Bonassa Garcia, Ana Maria Marques Santos e Luciano da Silva Alonso – Sindicalizados da ADUR-RJ Seção Sindical

UMA LINHA CLASSISTA E COMBATIVA PARA O PLANO DE LUTAS

TEXTO DE APOIO

É fundamental para o momento atual realizar uma análise de conjuntura e um balanço das greves de 2012 para fundamentar a orientação política a ser adotada pelo movimento sindical. Nesse sentido, consideramos fundamental apontar alguns elementos sem os quais qualquer decisão política não teria a devida qualificação.

A greve do ano de 2012 se desenvolveu de maneira extremamente complexa. Hoje podemos dizer que temos duas linhas possíveis de avaliação da mesma. Considerando o movimento em sua totalidade (do conjunto dos SPF) e o dos docentes do ANDES, é possível dizer que os movimentos de greve conseguiram reverter em parte a intransigência do governo. O governo Dilma anunciava a impossibilidade e qualquer orçamento para os servidores e qualquer negociação de reajuste. Entretanto, a greve conseguiu arrancar recursos para serem aplicados em reajustes e planos de carreiras. Mas ao mesmo tempo, o movimento não conseguiu impor que esses recursos fossem aplicados de acordo com suas pautas. E nesse sentido se insere a situação do ANDES. Os recursos obtidos foram aplicados numa lógica de desestruturação e não de estruturação da carreira docente e não conseguimos abrir negociação da pauta de condições de trabalho nem da pauta salarial.

É correto imputar isso à política autoritária do governo. Mas isso é apenas parte das causas que fazem com a forte greve não tenha conseguido arrancar vitórias e tenha sido encerrada de forma completamente dispersiva. Nesse sentido, é preciso apontar aqui as contradições internas do movimento docente e especialmente a política equivocada da Direção Nacional do ANDES, que muito contribuiu para o impasse e para incapacidade de reverter a política do Governo Dilma. Ou seja, a correlação de forças com o governo Dilma se tornou desfavorável por não termos conseguido gerar uma política alternativa à política aplicada e encaminhada pela Direção Nacional e setores da base que a apoiaram ou a ela não se opuseram de forma sistemática.

Podemos colocar fatores que somados foram decisivos para nossa derrota:

1) O momento inicial da Greve. Essa greve foi construída pela vontade de luta e decisão das bases. A linha política adotada pela Direção Nacional, e que contou com o apoio de bases no CNG, não ajudou a desenvolver a luta de forma a fazer um enfrentamento direto do governo. A estratégia da política de “convencer” e “apelar” para o Governo, exclusivamente através de ações performáticas e não de uma intensificação da mobilização das bases mostra isso. Nesse sentido, tivemos dois momentos chave: o momento de construção da Unidade com as categorias da educação federal (em junho-julho), o momento de ações de radicalização (julho-agosto). Mesmo quando as bases decidiam pela unidade e pela radicalização, essas ações não se concretizavam. Ou seja, não tomar medidas para construir unidade quando todas as condições estavam dadas restringiu a capacidade de ação do ANDES. Isso fragilizou a greve do ANDES. O segundo momento decisivo se deu quando o governo assinou o acordo com o Proifes. Diversas bases aprovaram as ações de radicalização, com proposta de atos nacionais e locais. Entretanto, a linha política apresentada mais uma vez pela DN foi a de negociar e tentar arranjar “mediadores” para “convencerem” o Governo a abrir negociações. Nesse sentido gastou-se o tempo e energia elaborando uma “contraproposta” (na expectativa de que ela influenciaria “O Governo”, “A Opinião Pública”) e foi apresentada numa audiência pública que não teve nenhum efeito. A Direção Nacional também, o tempo todo, tentou convencer a base que a data do dia “31” era um limite quando já se havia provado por A + B que não era verdade. Essa tática caiu no vazio. As ações de radicalização postuladas foram esvaziadas ou executadas de forma fragmentária. O processo de suspensão da greve foi então feito de forma afobada. Tivemos várias oportunidades de ir mais longe, de ousar mais. Entretanto, a base nacional teve de travar uma dupla luta, contra o Governo Dilma e contra essa linha política equivocada.

2) Outro componente fundamental é a responsabilidade da base. Apesar de reconhecermos e louvamos a adesão e coerência da base na greve, uma parcela importante da categoria não atendeu aos chamados dos CLGs para fortalecerem sua organização e ações. E ao contrário do que é alardeado por detratores do movimento, essa falta de adesão penaliza especialmente aqueles que mais se dedicaram ao movimento ao longo de quatro meses de greve. Não são os professores que limitaram sua participação a parar seu processo de trabalho. É interessante que para a desconstrução da “greve” certos setores fizeram mais trabalho de base do que fizeram durante toda a greve (muitos professores apareceram nas bases convocando por meios diversos pessoas para irem para as assembleias votarem pelo fim da greve), quando não fizeram o mesmo esforço para levá-las para os atos nacionais, locais e comandos locais. É preciso então apontar que a derrota não foi inevitável, uma maior participação das bases poderia ter sido determinante para mudar o cenário interno do sindicato e externo na correlação de forças com o Governo Dilma-PT. Esperamos que numa próxima luta, esses setores dediquem o mesmo empenho na construção da ação direta da base durante o pico da greve que o que apresentaram na sua finalização.

3) Outro elemento, de ordem geral, foi o papel das “centrais sindicais”. A CUT, CTB, CONLUTAS (aquelas mais diretamente vinculadas aos movimentos e greves dos SPF) atuaram em consonância apresentando um temor maior do movimento de greve em certos momentos que o próprio Governo Dilma. Foram os arquitetos de vários acordos rebaixados (como o Proifes-CUT) que tanto ajudaram para dificultar o cenário. Durante o ato nacional, na semana decisiva durante o mês de julho, eles atuaram para obstaculizar as ações diretas nos ministérios. Assim, é preciso indicar que as políticas dessas centrais muito contribuíram para emperrar a luta, confundir as bases, gerando um efeito desmobilizador em diversos momentos. Ou seja, não contribuíram em nada para “centralizar” as greves na luta, ou seja, concentrar forças, mas sim para fragmentar as lutas, rebaixar sua pauta e facilitar a diluição do movimento e a vitória do Governo Dilma. A atuação das Centrais, especialmente no mês de Julho, mostrou que a CUT e CTB amarram a CONLUTAS, que não auxiliou em nada na unificação na luta pela base como também não apontou nenhuma linha política alternativa ao governismo.

A derrota das greves e os ataques contra o serviço público e a educação, não eram inevitáveis e não foram somente responsabilidade da intransigência da política neoliberal do governo Dilma e sua prática antissindical. Ela é resultado das contradições do movimento, da crise derivada de uma linha de direção que emperrou a luta, de centrais sindicais burocratizadas e também da falta

de amadurecimento das bases e de uma participação pró-ativa das mesmas que poderia ter mudado o cenário. Considerando todos esses fatores, podemos apontar ainda para algumas questões de fundo, antes de entrar na proposição de uma linha de ação para o próximo período.

TR - 75

Entendendo que a linha política adotada nas instâncias do movimento sindical e as políticas das centrais contribuíram para os obstáculos enfrentados durante a greve e seus resultados e impasses Andes-SN resolve:

1. A unidade de ação deve ser uma política construída essencialmente pela base, diretamente no local de trabalho, com a pauta dos reajustes salariais e de condições de trabalho como eixo central, implicando que o ANDES deve promover a construção de comandos de mobilização permanentes unificados nas bases nas universidades que podem e dever evoluir para comandos de greve unificados quando as greves surgirem;
2. Esses comandos devem promover reuniões nos locais de trabalho (campi, Institutos) para trabalhar uma maior adesão das bases à política do sindicato nacional, realizando não só ações de propaganda mas envolvendo os mesmos as bases em ações locais e nacionais;
3. Realizar campanha de sindicalização de professores contratados para ampliar a participação da base e campanha de esclarecimento dos direitos sindicais para todos os docentes em condições precarizadas dentro das universidades;
4. Investir na unidade de ação nacional das categorias através da (re) criação de um espaço nacional (fórum, coordenação) de articulação que reúna e delegados de base de todas as categorias dos SPF para unificar as campanhas de luta e ações de forma efetiva na base e aumentar o poder de pressão do movimento. Esse espaço deve reunir delegados de base e não somente dirigentes nacionais;
5. As ações da central CSP-CONLUTAS só serão encaminhadas se tiverem sido aprovadas nas instâncias da própria central, para evitar o que ocorreu na última greve, quando acordos feitos entre dirigentes da CUT e da CONLUTAS desrespeitaram as decisões dos fóruns desta e logo das próprias entidades a ela filiadas;
6. Levar para as instâncias da Conlutas as propostas de resoluções de centralidade da luta dos SPF e as propostas de organização e mobilização acima, para que as mesmas sejam debatidas pelas bases.

TEXTO 76

Contribuição dos professores Michelly Ferreira Monteiro Elias (ADOM), Silvana Lúcia da Silva Lima (APUR) e Nair Casagrande (APUB)

“Sofremos um profundo corte na ligação entre uma geração e outra. Ao mesmo tempo em que estamos próximos de muitos lutadores que pegaram em armas na década de 1960, estamos próximos de organizações partidárias que, ou avançam para a desmoralização ou estão distante da organização das massas, por terem adotado táticas impróprias para fazer a revolução brasileira. A formação e a multiplicação dos quadros deixou de ser prioridade de muitas organizações burocratizadas. A academia fechou-se para a luta de classes e os movimentos de massas perderam a batalha das reformas; quem hoje as faz é o capital, em benefício próprio. Esta época exige muito mais dos militantes que almejam manter acesa a chama da revolução. É como se um grupo de crianças com menos de um ano tivesse o desafio de aprender a andar sem ter nenhum adulto por perto” (Ademar Bogo, 2008, p.186).

CONCEPÇÃO SINDICAL

TEXTO DE APOIO

Em consonância com a análise de conjuntura que apresentamos, nos manifestamos neste momento em relação às questões de concepção sindical. No que diz respeito à urgente necessidade de termos instrumentos representantes

da classe trabalhadora que **organizem, desenvolvam formação e realizem lutas com a classe** (e não apenas para a classe), tem se tornado preocupante a confusão imposta por militantes partidários que entendem as organizações sindicais como meros apêndices de seus partidos. Impõem à organização sindical o seu programa partidário e ferem sua autonomia, descaracterizando e impedindo, em sua grande medida, que os trabalhadores (as) se organizem em torno do que é unitário, contribuindo para o enfraquecimento do movimento da categoria.

Neste sentido, nos posicionamos contrariamente àquelas organizações partidárias que induzem, em nome de sua autoconstrução, as organizações sindicais ao sectarismo e ao isolamento. **A fragmentação e a divisão das organizações da classe trabalhadora não denota qualquer espécie de “reorganização sindical”**. É preciso empreender uma dura disputa ideológica com os setores que buscam apenas a sua autoconstrução no movimento sindical, sem pensar na construção da categoria como um todo; e que não desenvolvem ações de mobilização, organização, formação e lutas em conjunto com a categoria dos docentes.

Conforma-se apenas como uma espécie de impaciência artificial, uma falta de confiança política no crescimento da influência gradual dos partidos políticos, um desejo de ganhar as massas mediante manobras organizativas. Manobras que, inicialmente realizadas na cúpula, geram com o tempo desvios funestos também na base trabalhadora, com a criação de sindicatos concorrentes para uma mesma base.

A questão central do movimento sindical não é apenas “organizativa”, tal como apresentada por algumas correntes, que entendem que a mera troca de direção resolveria os problemas. Entendemos que **a influência do reformismo e do conservadorismo sobre as amplas massas trabalhadoras hoje não é uma contradição formal dos trabalhadores, mas dialética**. Se parte considerável da classe trabalhadora rejeita as ideias revolucionárias, **a tarefa dos revolucionários consiste em levar essas massas a conclusões revolucionárias, com base em experiências comuns junto a elas, e não longe ou contra as massas**.

O ANDES-SN deve contribuir com a construção da unidade no interior da classe, com a reconstituição de sua identidade, combatendo, sempre que necessário, o economicismo, o reformismo, o corporativismo, o divisionismo e a fragmentação. Estimulando ações, lutas políticas, em torno das pautas do Projeto Popular. As polêmicas internas e divisões no movimento sindical estão distantes da realidade dos trabalhadores e não ajudam na motivação para a luta e em seu avanço organizativo.

A unidade dos trabalhadores (as) é uma necessidade da luta. Devemos buscar intervenção no movimento sindical a relação e entendimento com as forças políticas democráticas e revolucionárias que nele atuam.

Concomitantemente a busca pela unidade, prioriza o enfrentamento a posições identificadas com a direita, com os valores do patriarcado e com os interesses da burguesia, e também o enfrentamento com as posições esquerdistas identificadas com os valores do sectarismo. **A unidade deverá se dar com base no esforço permanente de diálogo e articulação a partir de ações concretas**.

Participar de composições para lutas concretas ou disputas sindicais, implica em estabelecer uma relação entre iguais e um esforço de diálogo e sínteses permanentes, valorizando os consensos e evitando os constantes e profundos divisionismos que não contribuem para o avanço da classe trabalhadora no interior da luta de classes.

Fazemos um chamado ao movimento docente nacional a deliberar por:

TR - 76

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN

1. Prezar por incentivar a organização autônoma dos professores e do sindicato em relação aos partidos políticos, ao Estado e aos patrões, a partir dos locais de trabalho;
2. contribuir para o fortalecimento, com a organização do movimento docente e sindical, defendendo a autonomia de nosso sindicato para o que os professores sejam incentivados a tomar suas próprias decisões enquanto categoria, a partir de suas instâncias de decisão tal como as assembleias;
3. garantia de espaços de debates e deliberações, com sua dinâmica e com a ampla publicidade e informação;
4. necessidade de construir outro tipo de estrutura sindical, calcada no trabalho de base e no enfrentamento classista;
5. realização de atividades que promovam o conhecimento das questões que rebatem diretamente nos direitos da categoria docente tais como os direitos trabalhistas em geral;
6. incentivar um processo de participação dos docentes em atividades sindicais visando à renovação de quadro, o trabalho de base, a organização por local de trabalho e a formação;

7. articular as lutas do movimento sindical docente, com estudantes e técnico administrativos das IES, além de demais categorias dos spfs, categorias em geral, bem como movimentos sociais;
8. Em relação ao item 7, defendemos respectivamente **duas lutas centrais** para o próximo período: **a)** lutar contra o projeto de lei anti greve dos servidores públicos federais; **b)** lutar pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais.

TEXTO 77

Contribuição do Prof. Edison Oyama – Sindicalizado da SESDUFRR

A OPÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO PARA A EDUCAÇÃO: “O CAPITAL EDUCADOR” E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A LUTA SINDICAL

TEXTO DE APOIO

A concepção teórica de Estado que mais parece se aproximar da manifestação concreta do aparelho estatal no Brasil é a de *Estado organizador*, cuja função primordial seria garantir a acumulação do capital. *Ao mesmo tempo*, cabe ao Estado manter-se, legitimar-se e conciliar a disputa por poder, prestígio e capital entre as várias frações de classes e classes existentes na sociedade. Ou seja, o Estado se caracteriza como arena privilegiada da luta de classes¹⁸.

Assim, simultaneamente, cabe à instituição estatal administrar, suprimir e controlar parte considerável das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, de maneira que as políticas públicas “[...] emanadas do Estado anunciam-se nessa correlação de forças, e nesse confronto abrem-se as possibilidades para implementar sua face social, em um equilíbrio instável de compromissos, empenhos e responsabilidades.”¹⁹

Desse modo, atualmente, no Brasil, o capital financeiro assume de fato o protagonismo na disputa pelo aparelho do Estado, auferindo lucros fundamentalmente à custa da securitização da dívida pública²⁰. Ou seja, via espoliação do fundo público em benefício das classes rentistas nacionais e internacionais. Consequentemente, a remuneração dessas classes rentistas e parasitárias expropria o orçamento público destinado aos investimentos em saúde, educação e outros setores sociais.²¹

Porém, além da acomodação do protagonismo do bloco do poder ligado ao capital financeiro, o Estado brasileiro incorporou a fração exportadora do agronegócio²², bem como outros grupos e frações de classe²³. Dessa forma, no Brasil, a garantia primordial da acumulação do capital em geral não decorre apenas da espoliação do fundo público em favor do capital financeiro, mas também ocorre ao nível da inserção e atuação de outras *formas do capital*²⁴ na condução das políticas públicas.

Na condição de uma política pública, a educação escolar também se manifesta sob um mosaico de enorme complexidade entre as formas do capital e suas correspondentes classes sociais, além das disputas existentes entre outras classes, frações de classe, burocratas, grupos de poder, dentre outros. Portanto, além dos muitos outros meios de obtenção de lucro via atuação e mediação do Estado (financiamento público da educação privada, privatização do público, mercantilização generalizada da educação), no Brasil, a opção pelo *mercado educador*²⁵ é na

¹⁸ GONÇALVES, Reinaldo. **Economia política internacional**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

¹⁹ SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 4.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p.8.

²⁰ PAULANI, Leda Maria. **Brasil delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008. (Coleção Estado de sítio).

²¹ FILGUEIRAS, Luiz; PINHEIRO, Bruno; PHILIGRET, Celeste; BALANCO, Paulo. Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: FILGUEIRAS, Luiz et al. **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p.35-69.

²² Idem.

²³ FILGUEIRAS, Luiz. **História do plano real**. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

²⁴ BOTTOMORE, Tom. (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

²⁵ LEHER, Roberto. Educação no governo Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: FILGUEIRAS, Luiz et al. **Os anos Lula**:

verdade a manifestação da ingerência direta do capital na condução das políticas públicas de educação.

Nesse filão, atuam setores do agronegócio, bancos, editoras, empresas transnacionais, de informática, em sua maioria, organizados em torno do Movimento Todos pela Educação - opção e parceiro do Estado brasileiro na condução de parte considerável das políticas públicas em matéria de educação escolar.

Trata-se de uma “[...] miríade de iniciativas fragmentadas [...]”²⁶, atuando em praticamente todos os níveis e modalidades da educação escolar. A lógica é precisa e o objetivo é a obtenção de lucros via negócios com o Estado. É assim que são implementados programas ligados à erradicação do analfabetismo, suprimento de materiais escolares e de infraestrutura, materiais de apoio pedagógico, livros e apostilas, dentre muitos outros.

Ao nível das IES públicas isso é visível. Veja-se o caso dos inúmeros programas do governo federal. Assim, com o objetivo de captar recursos e complementar salários, os docentes acabam envolvidos numa espiral de atividades que frequentemente extrapola e joga por terra qualquer compromisso com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Continuamente pauperizados e muitas vezes privados de condições mínimas de trabalho, muitos entregam-se às imposições das negociatas da relação capital-Estado, em proveito próprio e tantas vezes às custas da ética, do compromisso e do retorno social, aos quais a Universidade pública necessariamente se vincula. Os resultados, em termos de participação política e sindical são claros: nunca se tem tempo para nada e tudo mais é prioridade. Consequentemente, nada é prioridade.

Para aqueles que militam na construção de uma Universidade pública, gratuita e socialmente referenciada, tais fatos não podem ser desconsiderados e devem entrar na pauta das lutas política e sindical.

TEXTO 78

Contribuição dos professores Alexandre Aguiar dos Santos (ADUFG), Fernando Lacerda – (ADUFG), Lucinéia Scremin Martins (ADUFG), Luís Augusto Vieira (ADUFG), Erlando da Silva Reses (ADUNB), Liliane Maria Macedo Machado (ADUNB), Luiz Carlos Galetti (ADUFMAT), Ricardo T. Neder (ADUNB)

AS LUTAS DO ANDES-SN E A UNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA NA LUTA PELA EMANCIPAÇÃO SOCIAL

TEXTO DE APOIO

A história do ANDES-SN caminha e caminhou na defesa da autonomia e da liberdade sindical – sem deixar de exigir do estado as garantias de atuação e organização dos trabalhadores de forma autônoma e independente de patrões e do governo. Isto possibilitou a estruturação de um sindicato nacional, articulando a luta política dos trabalhadores da educação superior na defesa de um projeto de universidade e de sociedade fundamentado na emancipação social, em especial tendo consciência das contradições entre o capital e o trabalho. Neste sentido, a opção política pelo socialismo e a superação da sociedade de classes, tem possibilitado, no âmbito da luta cotidiana nas universidades, a contraposição do movimento docente à lógica de mercantilização da educação superior.

No balanço da experiência da greve das universidades federais de 2012, o ANDES-SN corretamente apontou para a estreita relação entre as reivindicações do movimento docente e as lutas contra o sistema capitalista. Esta articulação entre as reivindicações específicas e gerais apenas reforça a necessidade de uma luta política, organizada e unitária da classe trabalhadora. A unidade do funcionalismo público federal em 2012 foi central para colocar o governo contra a parede e a atuação do governo se deu, justamente, no sentido de tentar acabar com o movimento grevista pela quebra da unidade da classe

contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p.369-412.

²⁶ Idem.

trabalhadora. Cabe destacar, também, que a solidariedade de diversos movimentos sociais de luta no campo e na cidade foi algo importante durante a realização de nossa greve.

Assim, tanto do ponto de vista do enfrentamento do sindicalismo de estado, quanto do ponto de vista da discussão sobre a unidade da classe trabalhadora em uma luta política contra o capital, entendemos que é preciso que o ANDES-SN deve ampliar e aprofundar o debate sobre como pode contribuir para aglutinar e aprofundar a unidade dos setores da universidade brasileira e dos movimentos sociais que lutam pela emancipação social.

Entendemos que esse debate pode se dar: (1) tanto pela organização de um seminário sobre como a universidade brasileira pode dialogar com as necessidades e luta da classe trabalhadora, isto é, sobre a construção de uma efetiva universidade popular; (2) quanto pela realização de um seminário que aprofunde o debate sobre as lutas e organização unitária dos movimentos sociais do campo e da cidade.

TR - 78

O 32º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Realizar, no ano de 2013, um seminário com o título “A universidade brasileira e a classe trabalhadora: Construindo uma universidade popular”.
2. Realizar, no ano de 2013, um seminário com o título “Luta dos movimentos sociais no campo e na cidade” que discuta e aprofunde as lutas nacionais por reforma agrária, moradia, saúde e educação no Brasil, assim como a organização da classe trabalhadora contra o capital.

TEXTO 79

Contribuição dos professores Michelly Ferreira Monteiro Elias (ADOM), Silvana Lúcia da Silva Lima (APUR) e Nair Casagrande (APUB)

MOVIMENTO GREVISTA DAS IFES EM 2012

TEXTO DE APOIO

Iniciada em 17 de maio de 2012, a greve das IFES culminou em seu ponto máximo com a mobilização nacional de professores atingindo a adesão de 95% das instituições, sendo que das 59 universidades, 56 se encontravam com professores parados. Ainda, a greve dos servidores técnicos administrativos atingiu 34 dos 38 institutos federais de ciência e tecnologia em 22 estados, bem como dois centros federais de tecnologia e o Colégio Pedro II. A pauta central passou.

Esta, como uma das maiores greves já registradas nas lutas do movimento docente nacional, reafirma o compromisso e a disposição de luta dessa importante categoria. As reivindicações centrais dos professores giraram em torno da reestruturação da carreira docente, melhoria das condições de trabalho e em defesa de uma política salarial digna.

As greves nas Instituições Federais de Ensino (IFES) são expressão do aprofundamento das contradições nas universidades brasileiras e do ensino público em nosso país. A universidade pública segue subordinada ao projeto hegemônico imposto pelo ciclo de acumulação capitalista vanguardado pela lógica da financeirização, ao contrário de desenvolver conhecimento voltado a um projeto de país.

Esse ciclo de modernização conservadora prioriza investimento na expansão de setores que garantem, no contexto de crise econômica mundial, melhor posicionamento da economia do país no cenário internacional, voltado à lógica destrutiva e dependente de exportação de *commodities* derivadas de produtos agrícolas e minerais, mas que mantém a condição periférica de inserção no sistema mundial, como mercado emergente. Neste contexto, as corporações transnacionais delegam para as universidades o papel de capacitação de quadros para seus serviços e projeto de acumulação.

Se por um lado, o programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal (Reuni), possibilitou investimentos importantes no setor da educação, por outro,

evidencia a lógica da subordinação ao capital financeiro. O Reuni expressa as contradições do atual momento histórico e das políticas públicas em nosso país, em virtude do projeto político em curso no Brasil de tentativa de conciliação de interesses antagônicos.

De fato, com o Reuni o governo federal investiu R\$ 8,4 bilhões na expansão e reestruturação das universidades federais desde 2003. Dessa data até 2011, as vagas anuais de ingresso na graduação mais que dobraram nas federais, passando de cerca de 110 mil, em 2003, para mais de 230 mil em 2011. O aumento das vagas de ingresso impactou no número total de matrículas em instituições federais, passando de 638 mil para mais de 1 milhão (2003-2011).

Através do Reuni, foram criados 2.046 novos cursos. Além de possibilitar a contratação de professores, ampliou o ingresso da juventude, especialmente da classe trabalhadora no ensino público. Ademais, a previsão é que até 2014 o Brasil tenha um total de 63 universidades federais, com 321 unidades distribuídas em 272 municípios que nunca tiveram acesso ao ensino superior público.

Bandeiras históricas da luta sindical e do movimento estudantil foram, em parte, contempladas. Entretanto, essa política tem como foco a expansão quantitativa de vagas discentes, da estrutura física, sem abordar no mesmo compasso a política de valorização salarial dos docentes, e demandas para processos formativos de qualidade, como maior investimento para pesquisa e assistência estudantil, por exemplo. Ademais a pesquisa é organizada sob a lógica da alta produtividade que além de tudo abre espaço para todo o tipo de parceria com empresas privadas.

A greve demonstrou ser uma “janela” histórica. A greve foi e segue sendo uma oportunidade para colocar o papel da educação diante de uma configuração de um projeto para o país, que atenda aos interesses dos setores populares. Um projeto político capaz de apontar para as reformas estruturais na sociedade brasileira e a sua completa transformação. A universidade deve ser pública, gratuita, de qualidade e popular.

Avaliamos que alcançamos alguns avanços nas conquistas da greve, em especial a retomada do acúmulo de lutas e mobilizações da categoria docente das IFES. Contudo, **necessitamos seguir mobilizados, a partir da organização da categoria a partir do trabalho de base, a realização de formação política e a realização de ações que sigam mantendo a categoria mobilizada e lutando pelas reivindicações e reformas estruturais no campo da educação básica e superior no país.**

Por isso **defendemos, juntamente com o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais:**

TR - 79

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Definição da Data-Base em 1º de Maio;
2. Política permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações;
3. Cumprimento por parte do Governo dos acordos e protocolo de intenções firmadas;
4. Mobilizações e lutas contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores;
5. Retirada dos PLs, MPs, Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos, supressão do Artigo 76 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que define o prazo até 31/08 para encaminhar projetos de lei que reestrutura carreira e concede qualquer tipo de reajuste aos trabalhadores;
6. Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.
7. Que sejam destinados 10% do PIB para a Educação;
8. Mobilizações e lutas contra a privatização, operada através das parcerias público-privadas;
9. Mobilizações e lutas contra a privatização do Hospital Universitário;
10. Mobilizações e lutas pela melhoria e garantia de melhores condições de trabalho e ensino-aprendizagem nas universidades;
11. Defesa do sistema de cotas nas universidades públicas e universalização do acesso à universidade;
12. Pela criação de turmas especiais de graduação para os movimentos sociais, a exemplo da criação do curso de direito para beneficiários da Reforma Agrária na Universidade Estadual de Feira de Santana dentre outros;

13. Pela ampliação do sistema de assistência estudantil com aumento das bolsas;
14. Votação direta para reitor da universidade;
15. A abertura das contas da universidade com prestação de contas transparente e pública;
16. Realização de plano de desenvolvimento institucional bem como financeiro de forma pública, ampla e participativa;
17. Todo apoio aos movimentos sociais na luta pelas escolas do campo. Fechar escolas é crime! E os professores universitários se solidarizam com a luta dos movimentos sociais do campo

TEXTO 80

Contribuição dos professores Luciano da Silva Alonso, Otair Fernandes de Oliveira, Luis Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ), Luiz Eduardo Rodrigues de Carvalho (ADUFRJ), Marcos César Danhoni Neves (SESUEM)

PELA REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS NACIONAIS PARA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DA SESu/MEC

TEXTO DE APOIO

O Governo Federal, através do Ministério da Educação (MEC), da CAPES e de outros Ministérios, tem ampliado o número de programas para o ensino superior público. Esta maior demanda de oportunidades para a educação superior, que visa refletir em melhoria da qualidade do ensino, requer maior atenção das instituições para o pleno cumprimento de seus objetos. Mostra-se imperativo identificar e analisar o atual contexto do ensino superior, dada a rapidez com que se criam novos programas e aumenta-se o volume de recursos disponíveis para execução dos mesmos, considerando que há carência no quadro de pessoal nas instâncias gestoras para o suporte necessário à logística destas iniciativas.

A execução dos programas para o ensino superior se dá nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas, e no caso das Instituições Federais de Ensino (IFE), há um processo de expansão em curso e, portanto, em contingenciamento de pessoal necessário para atender questões inerentes às atividades-fim dos novos cursos e alunos ingressantes, além dos trâmites para geração de infraestrutura para tais programas. Neste quadro, o potencial esperado para este conjunto de ações pode ser prejudicado.

Para exemplificar aspectos da política de educação superior em nosso país, inclusive deficiente de avaliações por parte do próprio instituidor, uma visita no sítio do MEC na internet possibilita acesso a informações que merecem reflexões: no link da Secretaria de Educação Superior (SESu), em Programas e Ações, observa-se uma sequência de iniciativas, e um grupo destas, intitulada **“Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e outros programas”** que aponta os seguintes tópicos: *Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); Programa de Educação Tutorial (PET); Programa de Apoio à Extensão Universitária (Proext); Acessibilidade na Educação Superior (Programa Incluir); Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes); Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); Credenciamento de Fundações de Apoio.*

É factível então um breve exercício sobre a estrutura do MEC em relação ao que deve ser o pensamento estratégico para a educação superior, exposto nesta forma de organização. Para o MEC, o REUNI e as Fundações de Apoio são estratégias para a educação superior, mas ambas as iniciativas são avaliadas de forma crítica pelo ANDES-SN, o que já foi exposto em outras ocasiões. Entretanto, o objetivo deste texto não é estender o assunto sobre estes dois temas, que merecem reflexões mais profundas. Assim, de forma breve e apenas para subsidiar a sequência da exposição, enfatizamos que na página do MEC constam alguns seminários sobre o REUNI, sendo que o último listado é de janeiro do ano 2010, portanto estando defasado em três anos. Percebe-se desta forma a incapacidade do MEC em instituir políticas públicas perenes, quando se revela, de forma simples, que há fragilidade na regularidade de suas intervenções avaliativas. Neste texto outros objetivos constituirão o foco da discussão.

Assim, para as outras iniciativas listadas no link da SESu, temos a oferta de oportunidades de bolsas e recursos para docentes e discentes desenvolverem projetos e programas de extensão. O mais tradicional, voltado para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é o Programa de Educação Tutorial (PET), criado em 1979. Dentre os mais recentes, tem-se o PROEXT, voltado para o fomento da extensão universitária e que garante recursos para as equipes proponentes. E o PIBID, gerenciado pela CAPES e destinado para a interface entre universidade e educação básica, que concede bolsa para tutor e para alunos. Nesta riqueza de experiências relacionadas aos diversos programas do MEC, que engrandecem a

educação em nível nacional, é de se lamentar que a estrutura gestora central apresente tantas dificuldades de cumprimento de prazos para repasse de recursos e para avaliação de relatórios e planejamentos advindos das equipes de todo o país, com informações de máxima relevância para a consolidação destas iniciativas.

Na esfera do governo, é preocupante a fragilidade na estrutura do MEC e da CAPES em termos de logística e recursos humanos para o acompanhamento necessário das ações previstas nos projetos destes diferentes programas. Registre-se que deficiências no MEC e na CAPES tem levado a atrasos frequentes no pagamento de bolsas e no repasse de recursos, indispensáveis para o pleno cumprimento do cronograma pelas equipes proponentes, prejudicando até mesmo estudantes em intercâmbio no exterior, como é o caso do Programa Ciências Sem Fronteiras, que em algumas ocasiões tiveram dificuldade de permanência pelo atraso no pagamento da bolsa. Historicamente, é importante fazer o reconhecimento do papel político importante desempenhado pelo ANDES-SN, no enfrentamento pela comunidade petiana (PET) com o MEC, na gestão Paulo Renato/FHC, durante o ano de 2001, em função de atraso no pagamento das bolsas. Inclusive o jurídico do ANDES-SN representou contra o governo federal pelo pagamento das bolsas, com mandado de segurança em março daquele ano.

Embora os programas do MEC tenham dinâmica própria de realização de encontros regionais e nacional, diante das constantes queixas dos coletivos que integram as equipes pela operacionalização difícil de suas propostas, o próprio MEC deveria organizar Seminários Nacionais, de periodicidade anual, com o objetivo de expor sua visão sobre a evolução do programa e suas expectativas quanto a possíveis modificações conceituais, além de ouvir a comunidade e dar oportunidade para a construção de ações mais plurais. Entretanto, mudanças de diretrizes têm acontecido de forma unilateral, mediante publicação de editais públicos, o que tem gerado forte reação dos coletivos, sobretudo no caso do PET. Certamente tal celeuma seria evitada com a iniciativa do próprio MEC em criar canais de diálogos mais efetivos com a base destes movimentos. Estes eventos aqui propostos, de abrangência nacional, serão fundamentais para uma análise crítica e responsável quanto ao potencial de cada uma destas experiências em contribuir para um ensino superior de qualidade.

A prática de não expor resultados em eventos públicos e de abrangência nacional, com ampla participação da comunidade, é sinal de um sistema que não contempla a transparência e democracia como princípio, gerando margem para dúvidas e questionamentos sobre a coerência programática e sobre a eficácia acadêmica de um sistema, o que, a bem do interesse público, sustenta a importância deste texto em cobrar da SESu/MEC maior compromisso com a transparência na gestão de programas sob sua responsabilidade.

TR - 80

O 32º Congresso do ANDES-SN defende que:

1. O MEC realize avaliações de seus programas, sempre com a ampla participação da comunidade acadêmica em todas as etapas.
2. Seminários Nacionais de periodicidade anual sejam realizados para a publicização, análise e debate acerca de cada um dos programas vigentes nas Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, com ampla divulgação e disponibilização de material para consulta pública, com dados e indicadores inerentes a cada programa, democratizando o acesso à informação e aos processos de reformulação e aperfeiçoamento dessas intervenções públicas.

TEXTO 81

Contribuição dos professores Antônio Rodrigues Belon (ADLESTE), Gelta Ramos Xavier (ADUFF), Lorene Figueiredo (ADUFF) e Rodrigo Dantas (ADUnB)

ENCONTRO NACIONAL DE TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

TEXTO DE APOIO

A Greve de 2012 começou na base do ANDES-SN em maio, tornou-se uma greve do conjunto da educação federal, em junho, até tornar-se, em julho, a maior greve nacional dos SPF desde a Greve contra a Reforma da Previdência, em 2003. Sua força e amplitude foram capazes de derrotar o firme e declarado propósito do governo Dilma de impor aos docentes e ao conjunto

dos servidores públicos federais o completo congelamento de nossos salários até 2015, tal já havia ocorrido nos governos de FHC.

No setor da Educação, ANDES-SN, SINASEFE e FASUBRA e o movimento estudantil buscaram aproximar suas ações, convergir as pautas, avançar nas tentativas de propor ao governo reuniões conjuntas e realizar atos e campanhas unitárias que deram visibilidade aos problemas da educação e dos serviços públicos em nosso país. Na relação com os demais setores do Serviço Público, as organizações dos trabalhadores e estudantes da educação federal, a CSP-Conlutas e a CNESF impulsionaram grandes mobilizações unitárias que fortaleceram nosso movimento e nos tornaram mais fortes para resistir aos “planos de ajuste” que o governo e o capital em crise buscam impor sobre os ombros da classe trabalhadora.

Inserir e confirmar a Carreira Única da Educação Federal como principal item da pauta da greve propiciou ao movimento a compreensão de que é urgente e necessário unificar nossas ações, pautas e estratégias de luta, aprofundar o debate, propondo ações que permitam apontar como horizonte a unificação das lutas do setor da educação federal - primeiro passo para romper as cadeias que nos fragmentam, dividem e enfraquecem e apontar como horizonte estratégico a progressiva unificação das ações de todos os trabalhadores da educação em nosso país, estejam no âmbito federal, estadual ou municipal, sejam estáveis, terceirizados, estagiários ou precarizados de todos os modos.

Numa conjuntura em que o governo e os setores mais conservadores da categoria buscam dividir, fragmentar e enfraquecer o ANDES (Prolfes e, agora, MDIA), a FASUBRA (com a criação da ATENS) e o SINASEFE (criando tensões entre servidores e professores), nossa resposta política tem que ser a de aproximar os diferentes setores da educação e suas políticas, dando os primeiros passos para criar instâncias mais orgânicas de articulação entre os três sindicatos nacionais da educação federal. O horizonte estratégico desta movimentação poderia ser a criação de uma instância que congregasse servidores técnico-administrativos e docentes e a tática é começar por aproximar os servidores dos setores estaduais, federais, da forma como se incluem no ANDES-SN.

Nesta direção, O XXVII Congresso do SINASEFE, entre os encaminhamentos aprovados e relacionados ao tema central do evento “Unir os trabalhadores/as em defesa da Educação Pública”, se adianta incluindo como primeiros itens: “propor na Secretaria Executiva da CSP-Conlutas, da qual o SINASEFE faz parte, a reabertura do debate sobre a necessidade de realização de um encontro nacional dos trabalhadores/as dos diferentes setores que procuram fazer o enfrentamento contra a política do governo Dilma e da burguesia nacional; . propor ao ANDES-SN e FASUBRA a realização de um fórum nacional com o SINASEFE para discutirmos os rumos do movimento da educação federal para o próximo ano e desenvolvermos em 2013 a construção de uma pauta única da educação federal, objetivando uma jornada de lutas e enfrentamento com o governo; reafirmar a posição do SINASEFE em lutar pela construção de uma carreira única dos trabalhadores/as da educação e propor a discussão de um fórum nacional de SINASEFE, ANDES e FASUBRA para fazer essa discussão.”

TR - 81

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Que o ANDES-SN proponha ao SINASEFE, à FASUBRA e aos setores independentes do movimento estudantil a unificação das lutas do setor da educação federal e a criação de instâncias orgânicas para elaborar as propostas e dirigir as ações no primeiro momento.

2. Convocar um encontro nacional do setor da educação para o primeiro semestre de 2013, cujo objetivo maior é, além de fazer um balanço político da greve da educação federal, das greves e enfrentamentos no âmbito dos estados e municípios, da conjuntura nacional e da situação do setor da educação federal, fazer convergir as pautas, as políticas e as campanhas dos três sindicatos da educação: ANDES-SN, SINASEFE e FASUBRA, e do movimento estudantil.

POR UM ENCONTRO NACIONAL SINDICAL, ESTUDANTIL E DE MOVIMENTOS SOCIAIS EM PROL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

TEXTO DE APOIO

Por compreender que as frações burguesas locais não levariam adiante reformas sociais como parte de seu projeto de classe, Florestan Fernandes, em conferência realizada em 1989, defendeu a necessidade de um “*novo ponto de partida*” para as lutas em prol da educação pública. Em sua apreciação, a agenda educacional não poderia mais estar guiada pela cidadania (não realizável no padrão de acumulação do capital que se afirmou no Brasil, especialmente após a ditadura), mas antes, por uma educação para/ no socialismo. Concretamente, as lutas educacionais teriam de contar, crescentemente, com o protagonismo do conjunto da classe trabalhadora.

Na concepção original da CUT como Central autônoma e classista, ainda nos anos 1980, os sindicatos da área educacional que foram forjados no bojo do “novo sindicalismo” crítico ao “sindicalismo de Estado” defenderam que as lutas educacionais deveriam ser apropriadas pelo conjunto da classe trabalhadora. Para alcançar esse objetivo, defenderam a criação de uma estrutura de organização das lutas dentro da CUT nacional, o **Departamento Nacional dos Trabalhadores da Educação (DNTE)**: uma estrutura horizontal para organizar a luta unitária em prol da educação pública, rompendo as segmentações “básica” / “tecnológica” / “superior”; “docentes” / “técnicos administrativos” e, sobretudo, assegurando primazia aos sindicatos e representações de base. Entre os sindicatos de maior expressão, Andes-SN, Fasubra e Sinasefe sustentaram esse processo.

Entretanto, as vitórias cutistas nas disputas eleitorais possibilitaram a conquista das velhas e burocratizadas Federações e Confederações. Antes criticadas como aparatos pelegos e perpetuadores da burocracia sindical, passaram, então, a ser vistas como um locus de poder no interior do aparato sindical herdado da era Vargas e de suas modificações no período da ditadura. A defesa de estruturas de organização horizontalizadas começa a ser erodida desde o 3o Congresso Nacional da CUT -CONCUT (1988). Segundo deliberação sustentada pela Articulação Sindical, as instâncias de base deveriam participar somente das CUT estaduais e, estas, se fariam representar na CUT Nacional. O V CONCUT (1994) bloqueou as iniciativas de organização horizontal, mantendo o DNTE em estado vegetativo.

Os sindicatos dos trabalhadores da educação básica, dirigidos por forças da Articulação ou próximas a esta, optaram, também, pela estrutura verticalizada, constituindo a **Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE)**. A mesma tendência foi seguida pelas direções dos sindicatos de professores das instituições privadas que criaram a **Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE)**.

Desse modo, a unidade de ação convergiu para o **Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP)** que, de fato, foi um protagonista fundamental no processo constituinte de 1987-1988 e na elaboração do projeto de lei de diretrizes e bases. A despeito de sua positividade e, certamente, de seu lugar de destaque na história da educação brasileira no período pós-ditadura, o Fórum possuía limites concretos. Sendo um espaço de unidade de ação encaminhada por consenso, em muitas ocasiões as entidades acadêmicas, por exemplo, se mostraram pouco dispostas a encaminhar as lutas contra as políticas neoliberais que se adensaram no período Cardoso, restringindo a unidade à pauta especificamente educacional. Em 2001 houve uma grande marcha em prol da escola pública, impulsionada pela greve das Federais; posteriormente, aconteceram outras marchas, mas o tom predominante na luta pela LDB foi das ‘visitas de convencimento’ aos parlamentares, o que, segundo a observação ácida de Florestan, patenteou a estratégia dos fracos.

É relevante destacar que, no plano ideológico, também a CUT redefiniu o seu posicionamento sobre a educação, situação evidente quando os metalúrgicos do ABCD paulista passaram a defender a tese do desemprego tecnológico. É como se o desemprego fosse determinado apenas pela qualificação profissional (como defendia, por exemplo, Francis Fukuyama). Nesse ambiente, a dita teoria do *capital humano* conheceu novo período de esplendor. FHC, habilmente, assegurou generosos repasses de **recursos do FAT** para o (agora) sindicato cidadão cutista. A perspectiva socialista de educação foi rapidamente abandonada pela Central que, no lugar de defender a escola unitária, passou a encaminhar, em seu próprio aparato, cursos de formação profissional, inclusive cursos dirigidos pelo patronato via Sistema S (Senai, Senac...).

Assim, nos anos 1990, coalizões do capital, como o Programa de Reforma Educativa da América Latina (PREAL), encaminhado pela USAID, corporações, como Banco Mundial, CEPAL encontraram o caminho aberto para disputar os rumos da educação pública. Ao diagnosticarem a educação pública, os analistas da CEPAL, articulados no PREAL, concluíram que o principal problema era a resistência dos professores às reformas (neoliberais) e que, por isso, seria fundamental quebrar o monopólio do conhecimento docente, o que efetivamente foi concretizado por meio de sistemática expropriação do trabalho, encaminhada pela avaliação por resultados, cumprimento de metas, remuneração por desempenho e pela desconstrução da imagem dos professores.

As bases da educação unitária (omnilateral) foram sistematicamente atacadas como, por exemplo, pelo Dec. 2208/97 que operacionalizou a disjunção entre a formação geral e a profissional, um golpe certeiro na educação politécnica, unitária, afetando especialmente os CEFET. Mais amplamente, o lugar da educação no rol do Estado foi alterado pelo Plano Diretor da Reforma do Estado que concebe a educação como **serviço competitivo** e não exclusivo de Estado.

Em toda América Latina, as resistências às políticas neoliberais se avolumaram, levando a destituição de mais de uma dúzia de presidentes. No Brasil, os germes do novo ponto de partida a que se referira Florestan estavam ganhando força nos Congressos Nacionais de Educação (CONED) que contaram com ampla participação das entidades sindicais de base e do movimento estudantil, mas também das escolas e universidades, em geral. A greve nacional dos docentes de 2001, massiva e com amplo protagonismo, freou parte da agenda neoliberal, ao menos provisoriamente. A conversão das universidades em Organizações Sociais (o equivalente de hoje a EBSEH) e a contratação dos docentes pelo regime de emprego público (regido pela CLT) foram saldos dessas lutas.

Os setores dominantes compreenderam que era hora de praticar a máxima de Lampedusa, em O leopardo: *para que tudo permaneça igual, é preciso que tudo mude*. E mudou. A “Carta aos Brasileiros” firmada por Lula ainda em 2002, afirmava exatamente que tudo mudaria, exceto as bases do padrão de acumulação do capital. Encorajados pelos novos ventos social-liberais, os setores dominantes fortaleceram a coalizão criada em 2001, “Movimento Brasil Competitivo”, coordenada pelo sempre presente Gerdau Johannpeter. Neste movimento, os setores dominantes aperfeiçoam a sua agenda educacional.

A agenda educacional dos donos do dinheiro e do poder avançou simultaneamente com o aprofundamento da crise do FNDEP e esvaziamento da experiência dos CONED, no período 2003-2005. Em janeiro de 2005, de fato, as Confederações cutistas com apoio de setores da direção da Fasubra e da direção majoritária da UNE declaram não ter mais consenso com a agenda do CONED. O Fórum foi duramente golpeado. Desde então, as condições para os setores dominantes avançarem têm sido as melhores possíveis. O setor financeiro - organizado como *partido*, em sentido gramsciano – empreendeu uma ampla convocatória e ampliou a coalizão empresarial para disputar a educação, criando o *Movimento Compromisso Todos pela Educação* (TPE). Em 2006, o bloco histórico apresenta o seu partido para definir a educação. Sem meias palavras, o TPE assume que está encaminhando o seu Projeto de nação. Essa ambição logo se mostra factível, quando o próprio governo Lula ao apresentar a sua principal proposta educacional, o Plano de Desenvolvimento da Educação, afirma, sem constrangimento,

que o Plano objetiva implementar a agenda do TPE, nomeando, inclusive, o seu PDE como Compromisso Todos pela Educação[1].

Na educação básica, o TPE adapta e recontextualiza a agenda educacional do governo Bush *No Children Left Behind*. As escolas e os docentes devem bater metas do IDEB. Na educação superior, avança o projeto contido no PDE de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), um projeto que combina preceitos neoliberais do Processo de Bolonha e orientações da USAID sobre a pertinência do modelo dos *community colleges* no Brasil. Ao mesmo tempo, tem avançado, ainda que mais silenciosamente, a avaliação planetária (PISA, ranking mundial de universidades ...) e o Projeto *Tunning* de unificação das *competências* desejadas pelo capital em todas as instituições educacionais dos países capitalistas dependentes.

No setor privado, está em curso a maior concentração do capital na área educacional da história brasileira. Os fundos de investimento saíram às compras e estão formando gigantescos monopólios educacionais, tudo sem qualquer regulação estatal. Trata-se de uma ofensiva que aprofunda a heteronomia cultural e a colonialidade do saber.

Em 2010 e 2011, os servidores (federais, estaduais e municipais) protagonizaram a maior parte das greves brasileiras. Embora os servidores representem apenas 22% dos trabalhadores com vínculo empregatício, realizaram 52,5% do total de greves em 2010 e 53,4% em 2011. Destacaram-se, em 2011, trabalhadores da educação básica que realizaram extraordinárias greves em 19 estados que, em diversos momentos, ultrapassaram as fronteiras econômico-corporativas (criticando a meritocracia, ranking, avaliação, metas). Certamente, em 2012 este percentual aumentou! Em 2012, Andes-SN, Fasubra e Sinasefe empreenderam a maior greve das IFES, alterando qualitativamente a mobilização e a força das entidades. O MST avançou em suas lutas pela educação, ao lançar a campanha contra o fechamento de 38 mil escolas do campo e tem participado de iniciativas como os 10% do PIB exclusivamente para a educação pública.

Entretanto, as lutas aconteceram de modo desarticulado, em especial no que diz respeito às greves dos setores federais e as greves municipais e estaduais. A única voz que é perceptível sobre a educação brasileira é a dos representantes do TPE. Não há voz pública dos movimentos, da juventude estudantil e dos sindicatos. É forçoso reconhecer que a agenda educacional dos trabalhadores pouco avançou após o *Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira*.

Avaliando o quadro educacional, o Congresso do Sinasefe, 2012, aprovou um encontro da área de educação, o mesmo acontecendo com o SEPE. O Andes-SN indicou como centralidade da luta a defesa da educação pública. O processo de unidade de ação classista está se adensando como necessidade da conjuntura.

[1] Olinda Evangelista e Roberto Leher. *Todos pela educação e o episódio Costin no MEC: a Pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira*, In: Trabalho Necessário, Ano 10, n.15, 2012, disponível em:

<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN1519%20Artigo%20Roberto%20Leher%20e%20Olinda%20Evangelista.pdf>

<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN1519 Artigo Roberto Leher e Olinda Evangelista.pdf>

TR - 82

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

Um novo ponto de partida para as lutas em prol da educação pública.

1. Em articulação prévia com as entidades nomeadas a seguir, realizar um encontro unificado Andes-SN, Fasubra, Sinasefe, objetivando elaborar balanços, diagnósticos, táticas e estratégias articuladas de luta e uma metodologia de discussão de propostas dos trabalhadores para a educação federal (junho/julho 2013).

2. O Andes-SN, Conlutas, Fasubra, Sinasefe, articulados com entidades que vêm construindo as lutas em prol dos 10% do PIB para a educação pública, os sindicatos irmanados pelas lutas, os movimentos sociais e estudantis, elaborarão uma convocatória para:

2.1 Realizar um encontro nacional de trabalhadores e estudantes, reunindo sindicatos, movimentos sociais, movimento estudantil e entidades acadêmicas e científicas que subscrevam a convocatória (a ser elaborada pelos convocantes), objetivando: a) um diagnóstico comum da correlação de forças nas lutas educacionais, identificando as iniciativas contra reformistas mais importantes e seus sujeitos e o estado de organização das lutas dos trabalhadores; b) elaborar diagnósticos, táticas e estratégias de luta, enfatizando aspectos organizativos, e c) construir uma metodologia de discussão de propostas educacionais dos trabalhadores, abrangendo o conjunto da educação brasileira (envolvendo um cronograma de encontros temáticos e regionais no período setembro 2013- maio 2014). Proposta de período: agosto/setembro 2013.

2.2 Promover encontro nacional objetivando sistematizar uma agenda para a educação da classe trabalhadora em junho de 2014, contando com convidados internacionais, especialmente latino-americanos, objetivando fortalecer as lutas internacionalistas em prol da educação pública.

TEXTO 83

Contribuição da Diretoria da Adufrj-SSind a partir de proposta de inclusão de TR do sindicalizado Cláudio Rezende Ribeiro da Faculdade de Arquitetura

PRIVATIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO UNIVERSITÁRIO

TEXTO DE APOIO

O espaço é categoria de entendimento social relevante por conseguir evidenciar determinadas concretizações de lutas e conflitos. Compreender o espaço do trabalho universitário é fundamental para esclarecer não apenas a tendência hegemônica de precarização da universidade como para auxiliar a concepção de novas formas de luta, reivindicação e resistência.

A privatização do espaço universitário ocorre nas universidades privadas que cada vez mais se assemelham a espaços de consumo seletivo e segregadores, influenciando a disseminação de um imaginário do que deve ser a universidade de forma geral; mas também ocorre de forma acelerada nas universidades públicas que, naturalizando sua precarização advinda da força das políticas liberais contemporâneas cada vez mais recorre a recursos privados para manter de pé seus espaços de trabalho. Recurso privado, no entanto, não produz espaço público e, consequentemente, a forma de reprodução social disseminada nestes espaços reforça a lógica privada de relações sociais, incluindo aí, a espacialidade de ensino e pesquisa que cada vez menos promove o encontro, a troca, o descanso em detrimento da competitividade e do direcionamento das pesquisas para o mercado.

Grades que fecham jardins, estacionamentos privados, acessos cada vez mais regulados e vigiados: a universidade, cada vez menos, é capaz de exercer seu papel questionador e revelador de novas experiências e essa condição é bastante alimentada pelo fato de não haver mais ONDE ocorrer tais experiências.

Os meios de transporte que acessam a universidade, por exemplo, são cada vez mais automóveis privados que carregam apenas uma pessoa, resultando na ampliação de áreas de estacionamento que degradam a paisagem dos campi e acabam por abrir portas para a privatização de serviços de estacionamento, etc... A própria reserva de espaço para abrigar um automóvel vazio já é, por si só, tendência privatista do espaço que, como corolário, tem a degradação do sistema público de transporte que cada vez mais é visto como algo a ser utilizado apenas por “aqueles que

chegaram agora”, “pelos que tem menos condições”, por aqueles que “ainda não venceram no jogo da vida”. É praticamente inconcebível encontrar professores doutores em transportes públicos que se transformam em um símbolo de falta de status no espaço universitário que cada vez mais se pauta pela medida de sucesso do mercado.

Da mesma maneira, os lugares reservados para alimentação barata e de qualidade se escasseiam e são substituídos por lanchonetes fast food privadas e caras. A vida do estudante, do técnico administrativo e também do professor é cada vez mais cara dentro dos campi.

Não há espaços de lazer e descanso necessários à boa qualidade do ensino e da aprendizagem o que revela de maneira concomitantemente sutil e óbvia a ausência de tempo de descanso na universidade. Os espaços de encontro entre professores e estudantes, de troca intelectual descompromissada com a produtividade, de trocas afetivas tão importantes em ambientes de formação pública e cidadã são cada vez mais escassos e precários em detrimento de laboratórios fechados, isolados e que se assemelham de forma crescente com os espaços corporativos de trabalho.

Há diversas salas de aula, departamentos, laboratórios e edifícios inteiros que são custeados pela iniciativa privada em diferentes graus que ferem o compromisso público universitário além de sua autonomia. Cada vez mais os próprio campi cedem seus espaços para centros de tecnologia financiados por empresas que ocupam espaço público privilegiado enquanto os edifícios existentes caem aos pedaços pela falta de verba ou pela dificuldade de se utilizá-la.

Por fim, o entendimento do espaço como forma de denúncia da precarização universitária é também percebido pela diferença existente entre os “centros de excelência” de pós-graduação que possuem equipamentos com renovação e manutenção constantes e os espaços destinados exclusivamente à graduação: salas de aula precárias, pouco aparato tecnológico, ausência de climatização adequada, departamentos sem equipamentos... Espaços tão precários que começam a justificar a eficácia dos contêineres que têm se tornado o provisório-permanente das novas expansões que pintam o futuro paisagístico degradado da espacialidade pública de ensino.

TR - 83

1. Promover debates nas Seções Sindicais sobre a importância de repensar e reocupar o espaço universitário;
2. Construir formas de mobilização em torno da importância de construção de novos edifícios que possuam uma espacialidade adequada às novas demandas da universidade pública (e que sejam realizados exclusivamente com verbas públicas)
3. Reforçar a luta pela melhoria dos espaços de GRADUAÇÃO e ENSINO BÁSICO e TECNOLÓGICO, incluindo salas de aula, espaços de estar, alimentação, locais de trabalho de professores e técnicos, alojamentos, bibliotecas e transporte público.

TEXTO 84

Contribuição da Diretoria da Adufrj-SSind a partir da proposta de inclusão de TR do sindicalizado Eduardo Serra da Escola Politécnica

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

TEXTO DE APOIO

Os dados referentes às atividades de Ciência e Tecnologia no Brasil revelam que, nos últimos anos, ainda que o orçamento para a área mantenha-se baixo e o sistema seja ainda muito modesto em relação ao porte econômico e às potencialidades do Brasil, vem havendo um significativo crescimento da área, nos últimos anos, como compravam o aumento do número de cursos e programas de pós-graduação, do volume de patentes depositadas, da quantidade de artigos publicados e outros indicadores.

No entanto, uma análise mais detalhada do quadro mostra claramente o esforço de pesquisa é difuso, não havendo prioridades claras, como bem demonstram os editais das agências de fomento. Uma grande parte da produção é vinculada, subalternamente, a cadeias internacionais de produção de conhecimento.

No que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico, verifica-se que boa parte dos recursos disponíveis para financiamento não é captada pelas empresas. A explicação principal é a de que, por seu caráter estrangeiros, as empresas, em sua maioria, mantêm seus centros de pesquisa no exterior. Mais ainda, muitos dos novos centros de pesquisa que vêm sendo criados no Brasil por companhias estrangeiras são, na realidade, escritórios para facilitar o acesso a financiamentos para outras finalidades.

Nas universidades, é grande o volume de recursos aplicados por empresas para a realização de estudos e serviços de consultoria, buscados, inicialmente, por muitos grupos de pesquisa como alternativa de sobrevivência à escassez de recursos, que acabam por predominar em áreas como engenharia, geologia e outras, com destaque para aquelas ligadas às atividades de prospecção e produção de petróleo e gás.

As fontes privadas de financiamento são limitadas em si, pois serão sempre insuficientes para o custeio do sistema, não sustentarão atividades de pesquisa pura, não virão para áreas de produção de conhecimento não ligadas diretamente à produção e têm duração limitada no horizonte de tempo. A predominância dessa fonte de recursos cria e alimenta a falácia de que esta é uma saída para a falta de verbas, atrela o trabalho às demandas diretas das empresas – muitas vezes centradas na necessidade de resolução de problemas imediatos –, desvinculando, assim, na prática, o trabalho acadêmico da produção do conhecimento, além de criar grandes distorções e desigualdades em meio à comunidade universitária. Esta alternativa não atenderá os interesses da maioria da sociedade, não se centrará em desafios tecnológicos de vulto, capazes de mudar, para melhor, os rumos do desenvolvimento predominantes no país, gerador de enorme desigualdade social e brutal concentração de renda do país.

Nesse aspecto, os poucos casos de sucesso de desenvolvimento significativo de tecnologia no Brasil, como nos exemplos do domínio do ciclo do urânio, da capacitação para o projeto e a fabricação de aeronaves, na produção de vacinas e na produção de petróleo em águas profundas, na agricultura e em mais alguns casos, foram gerados por programas estatais de caráter estratégico e conduzidos por empresas públicas.

Está clara, assim, a necessidade de criarem-se programas públicos de Ciência e Tecnologia que priorizem a resolução das necessidades da maioria da sociedade, da classe trabalhadora, e garantam a manutenção e o desenvolvimento de todas as áreas do conhecimento, independentemente de sua “aplicabilidade prática”.

TR - 84

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera que:

1. O GTC&T deverá desenvolver uma análise do quadro atual do Brasil em C&T, focalizando os aspectos do financiamento e dos objetivos gerais do sistema;
2. O Andes-SN deverá tomar a iniciativa de criar, em conjunto com outras entidades e movimentos sociais, as condições organizacionais para a formulação de um Plano Nacional de Ciência e Tecnologia desvinculado das demandas do capital e voltado para os interesses da classe trabalhadora, a ser discutido com o conjunto da sociedade e apresentado, ao fim do processo, como projeto de Lei.

TEMA 6 – PLANO DE LUTAS - SETORES

TEXTO 50

*Contribuição dos professores Luis Allan Künzle e Astrid Baecker Avila – sindicalizados da APUFPR Seção Sindical**

Acréscimo de nota de rodapé

“COMISSÃO DE RELAÇÕES INTERPESSOAIS DE TRABALHO”: POSSIBILIDADES PARA O COMBATE À VIOLÊNCIA MORAL A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA APUFPR-SSIND.

Na página 140 do Caderno de Textos, texto N° 50, deixamos de incluir a seguinte nota de rodapé:

*1. Autoria do texto compartilhada com Fernanda Zanin, psicóloga da Assessoria Psicológica da APUFPR-SSind., tendo por base textos produzidos também por Joana Freitas, psicóloga da Assessoria Psicológica da APUFPR-SSind. e pelo Fórum de Saúde do Trabalhador da UFPR.

TEXTO 85

Contribuição dos professores Guilherme Varela, Irani Júnior e Jarbas Souza – Sindicalizados da ADUFEPE Seção Sindical

AUMENTO DO VALOR DO BENEFÍCIO PRE-CAPITA SAÚDE SUPLEMENTAR

TEXTO DE APOIO

O auxílio Saúde Suplementar pago pelo governo federal aos servidores públicos tem como base legal a lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

“Em seu CAPÍTULO III sobre o título “DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE” define no Art. 230 a forma de assistência à saúde dos servidores federais, no seguinte teor “A assistência à saúde do servidor, ativo ou inativo, e de sua família compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, terá como diretriz básica o implemento de ações preventivas voltadas para a promoção da saúde e será prestada pelo Sistema Único de Saúde - SUS, diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou mediante convênio ou contrato, *ou ainda na forma de auxílio, mediante ressarcimento parcial do valor despendido pelo servidor, ativo ou inativo, e seus dependentes ou pensionistas com **planos ou seguros privados de assistência à saúde**, na forma estabelecida em regulamento.*” *Grifo nosso.*

O Decreto N° 4.978 de 3 de Fevereiro de 2004, regulamenta o art. 230 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a assistência à saúde do servidor, e dá outras providências e este em seu Art. 1º define que “A assistência à saúde do servidor ativo ou inativo e de sua família, de responsabilidade do Poder Executivo da União, de suas autarquias e fundações, será prestada mediante:

I - convênios com entidades fechadas de autogestão, sem fins lucrativos, assegurando-se a gestão participativa; ou

II - contratos, respeitado o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 1º que “O custeio da assistência à saúde do servidor de que trata o caput deste artigo é de responsabilidade da União, de suas autarquias e fundações e de seus servidores.”

Cabendo ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão supervisionar os convênios celebrados na forma do art. 1º e expedir as normas complementares à execução deste Decreto.

Assim a portaria conjunta Nº 1 de 29 de Dezembro de 2009, da Secretaria de Recursos Humanos, substituta e a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, estabelece os valores da participação da União no custeio da assistência à saúde suplementar do servidor e demais beneficiários de que trata a Portaria Normativa SRH Nº 3, de 30 de julho de 2009 e as tabela com os percentuais dos valores a serem pagos aos servidores em função da idade e do salário do servidor. Assim é com base nesses dados que o governo calcula o valor do benefício para os servidores da ativa, aposentados e pensionistas. Devido aos aumentos sucessivos ocorrido nos últimos anos, nos valores pagos pelos servidores aos planos ou seguros privados de assistência à saúde, a contrapartida do governo federal, tornou-se insignificante, o que força o servidor comprometer a cada ano uma parcela maior do seu salário para assegurar um atendimento melhor de saúde, que por lei cabe ao Governo Federal, conforme explícito na própria lei.

Verifica-se também que segundo o § 5º do Art. 230 da Lei Nº 8.112 de 11 de Dezembro de 1990, ***“o valor do ressarcimento fica limitado ao total despendido peio servidor ou pensionista civil com plano ou seguro privado de assistência à saúde”*** não existindo, portanto impedimento legal para um eventual aumento da participação do governo, até o limite estabelecido em lei.

Com base nos aspectos legais e em resposta as demandas dos docentes, principalmente dos **Docentes Aposentados da Universidade Federal de Pernambuco** e demais universidades federais brasileiras, estamos propomos ao Congresso Nacional do ANDES-SN a aprovação da TR abaixo descrita.

TR - 85

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

AUMENTO DO VALOR DO BENEFICIO PRE-CAPITA SAÚDE SUPLEMENTAR

1. O Congresso Nacional do ANDES-SN aprova a incorporação ao plano de lutas, o **aumento do valor do benefício “Per capita Saúde Suplementar”**, assumindo também o papel central na articulação com os demais sindicatos nacionais e associação de servidores públicos federais visando abertura de negociação com governo federal para o aumento do valor do referido benefício.
2. Proposta de aumento deve ser elaborada pela assessoria jurídica do ANDES-SN e demais sindicatos nacionais, sobre o valor da nova tabela constante da Portaria Nº 625, de 21 de Dezembro de 2012.
3. Como sugestão, propomos que os encargos com pagamento de Planos de Saúde, para os servidores nas maiores faixas, etária e de remuneração, sejam divididos na proporção de **60% para o servidor** e pelo menos **40% para o Governo Federal, autarquias e Fundações**. Estes percentuais são extremamente pertinentes considerando-se que **“A assistência à saúde do servidor ativo ou inativo e de sua família, é de responsabilidade do Poder Executivo da União, de suas autarquias e fundações”** como explicitado na lei cima citada.

TEXTO 86

Contribuição do Prof. Claudio Antônio Tonegutti - Sindicalizado da APUFPR-SSind.

SOBRE A FEDERALIZAÇÃO DE IES

TEXTO DE APOIO

Nosso objetivo aqui é trazer à discussão outros pontos envolvidos na proposta da TR – 45, submetida pela Assembleia da Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC, no tocante a que o ANDES-SN “1. Envide esforços no apoio à luta pela federalização da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB)”

A política de expansão do ensino superior federal envolvendo a federalização (a transformação de IES privadas ou públicas municipais e estaduais em IFES) ocorreu nos anos 1950-1960 resultando que cerca de duas dezenas das atuais IFES se originaram nesse processo. A partir dos anos 1970, novas Universidades Federais foram criadas a partir de faculdades federais isoladas ou instituídas sem nenhum vínculo com IES já existente.

É justa a luta de qualquer segmento da população brasileira, como essa específica envolvendo a FURB, para o acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, objetivo que, desde sempre, se encontra na pauta de lutas do ANDES-SN. Entretanto, ao nosso conhecimento, isto não levou o ANDES-SN em seu passado a adotar uma política de apoio a movimentos específicos no âmbito da expansão do ensino superior público. A luta sempre foi por fazer valer o princípio mais geral.

No âmbito dessa luta, o ANDES-SN não tem posição sobre as estratégias de expansão do ensino superior público no tocante à sua forma institucional (criação de novas IES, novos campi de IES existentes, federalização), que nos parece estar mais no campo de competência das ações governamentais e da autonomia universitária.

Também, o apoio a um determinado movimento deve ser analisado não somente quanto aos impactos mais gerais, mas também quanto aos que incidem sobre a classe trabalhadora; no caso os servidores docentes e técnicos administrativos da FURB.

Caso ocorresse a federalização da FURB, mediante os devidos instrumentos legais a nova IFES poderia assumir os estudantes e a infraestrutura física, mas não os servidores docentes e técnicos administrativos, pois o inciso II do art. 37 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) é claro no estabelecimento do concurso público como única forma de ingresso no serviço público. Não existe a figura da realocação de servidores entre os entes federados.

Os docentes e servidores técnico administrativos da atual FURB que não fossem aprovados nos concursos públicos que seriam abertos na nova IFES ficariam no limbo. Com a transformação da FURB em IFES os respectivos cargos municipais seriam extintos, e, portanto, os servidores com estabilidade ficariam a disposição do Município de Blumenau com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo (§ 3º do art. 41 da CF/88), o que, certamente, criaria um problema social muito sério. Também fica a questão se o município teria condições econômicas de assumir esse impacto em sua folha de pagamentos, sem trazer prejuízos para outras áreas de atuação.

Quanto à sugestão de uma possível cessão mediante convênio dos servidores municipais à nova IFES, é bom lembrar que experiências de expansão nas IFES com a utilização de pessoal cedido por governos estaduais ou municipais, em substituição a servidores federais, deram margem a situações de precarização do trabalho docente e à instabilidade no funcionamento institucional, com prejuízos à qualidade do ensino.

Com essas considerações, propomos a não aprovação do item 1 da TR – 45 e a modificação do seu item 2 para torna-lo mais geral nos termos desta TR.

TR – 86

O 32º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN:

1. Aprofunde o debate sobre a expansão do ensino superior nas várias instâncias do sindicato, incluindo a discussão sobre movimentos populares que lutam pela federalização de IES.

TEXTO 87

Contribuição dos professores Alexandre Aguiar dos Santos (ADUFG), Fernando Lacerda (ADUFG), Lucinéia Scremin Martins (ADUFG), Luís Augusto Vieira (ADUFG), Erlando da Silva Reses (ADUNB), Liliane Maria Macedo Machado (ADUNB), Luiz Carlos Galetti (ADUFMAT) e Ricardo T. Neder (ADUNB)

A LUTA POLÍTICA DA CLASSE TRABALHADORA CONTRA O NOVO SINDICALISMO DE ESTADO – O TRABALHO DE BASE DO ANDES-SN NAS IFES COM ORGANIZAÇÃO SINDICAL QUE COMBATE O PRÓPRIO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O ANDES-SN vem enfrentando, no campo político, todas as consequências do recrudescimento do novo sindicalismo de Estado no Brasil, em particular, após a ascensão do PT ao poder central. Desde o impedimento judicial de o ANDES-SN atuar nas Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES), passando pela criação governamental do seu braço sindical, o PROIFES, a cassação do registro sindical pelo próprio governo, a constituição de sindicatos locais a partir de seções sindicais, entre outras medidas, explicitam o aprofundamento do novo sindicalismo de Estado no âmbito do movimento docente e a crescente intervenção governamental no movimento docente (e social).

O sindicalismo de Estado está fundamentado na tutela do Estado (e dos governos) sobre a estrutura sindical e se cristaliza pela unicidade sindical, imposto sindical, a concessão do registro sindical pelo governo, leis anti greve e anti organização sindical, entre outros. É evidente que muitos outros elementos podem ser agregados a estes: a burocratização sindical, a estruturação hierárquica da organização sindical, o impedimento da participação da base na organização sindical, etc..

Por outro lado, a história do ANDES-SN caminha e caminhou na defesa da autonomia e da liberdade sindical – sem deixar de exigir do Estado as garantias de atuação e organização dos trabalhadores de forma autônoma e independente de patrões e do governo. Porém, a constituição de sindicatos locais nas universidades federais e o impedimento de atuação do ANDES-SN nas universidades privadas, fundamentado na existência de outras representações sindicais homologadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, constitui um poderoso mecanismo de favorecimento da mercantilização da educação superior no Brasil.

Quanto às universidades privadas, o setor do ANDES-SN das IPES tem enfrentado muitos impedimentos próprios à estrutura do sindicalismo de Estado, em que o poder judiciário é permanentemente acionado para impor e limitar a atuação do movimento docente nacional a apenas as instituições públicas. Assim a luta pela organização do ANDES-SN nas universidades privadas deve ser considerada uma frente importante de organização sindical, pois amplia a luta política por uma universidade voltada para atender as necessidades populares e, ao mesmo tempo, combate o avanço do capital na mercantilização da educação superior.

No âmbito das universidades federais, estaduais e municipais, a constituição de sindicatos locais tem como horizonte, além do enfrentamento político do ANDES-Sindicato Nacional, a consolidação de condições políticas e estruturais para a privatização da universidade pública no Brasil. Nele se fortalece a consciência de que as alternativas do movimento docente estão restritas à luta de interesses imediatos da estrutura institucional. Estes sindicatos, mais parecidos

com associações recreativas, fortalecem a consciência de subordinação do trabalhador à dinâmica da reprodução do capital, constituindo um processo de domesticação do docente às condições de trabalho e de produção universitária dinamizada pelo mercado.

O enfrentamento à estrutura sindical de Estado no âmbito do ANDES-SN teve no ano de 2012 uma série de consequências políticas positivas para o conjunto do movimento docente. A luta grevista nas universidades federais e estaduais do ano passado mostrou o fortalecimento do trabalho de base do ANDES-SN e também a revolta dos professores naqueles braços sindicais que hoje combatem a história do Sindicato Nacional, tentando transformar o movimento docente nacional em mera correia de transmissão do governo e de interesses associativos.

Apesar de as direções de algumas ADs estarem tentando incessantemente combater o ANDES-SN, boa parte de suas bases decidiram lutar e participar do movimento paredista, assim como compor o CNG/ANDES-SN. Isso mostra como aquelas direções, orientadas por interesses individualistas, estão na contramão da história e há sinais de um vigoroso movimento docente. A abertura do CNG/ANDES-SN para que esses setores do movimento docente que enfrentam cotidianamente tais direções reacionárias jogou um papel fundamental para mostrar, na prática, qual é o verdadeiro interesse destas.

No entanto, a greve é um período extraordinário e a luta contra a concepção (anti)sindical dos setores ligados, por exemplo, ao PROIFES e sua atuação antidemocrática nefasta, deve ser desenvolvida cotidianamente, para além da ação paredista. Porém, durante o dia a dia da luta, professores nas ADs a serviço do sindicalismo de Estado acabam ficando desamparados, não possuem estrutura de luta, não podem imprimir simples comunicados e informativos, não recebem as publicações e as malas diretas do Sindicato Nacional, não possuem secretaria, estrutura física e financeira, etc. A falta de apoio acaba alijando os professores das lutas e das concepções defendidas pelo ANDES-SN e, principalmente, dos seus espaços mais importantes de debate, de deliberação e de construção coletiva, como reuniões, seminários, CONADs e Congressos.

Por outro lado, nas ADs a serviço do sindicalismo de Estado, são comuns ações antidemocráticas e o desrespeito cotidiano à história do ANDES-SN, às deliberações das suas instâncias e aos seus espaços de debate e de construção de política, assim como o descumprimento reiterado do seu Estatuto (realizam plebiscitos eletrônicos, utilizam procurações nas deliberações, não fazem repasses financeiros ao Sindicato Nacional e à Central Sindical, não divulgam os informativos e publicações, cerceiam a comunicação das oposições com a base, deixam de convocar Assembleias Gerais para eleger delegados para CONADs e Congressos, não financiam delegados para as reuniões de GTs e encontros setoriais, etc.). No entanto, nessas mesmas ADs, há diversos docentes que lutam para que exista uma retomada da construção do ANDES-SN no local.

Desse modo, com o recrudescimento do sindicalismo de Estado na base do ANDES-SN, é necessário que o ANDES-SN passe a desenvolver novos mecanismos que possibilitem a participação de docentes que fazem parte das ADs que, hoje, em conjunto com reitorias e governos, combatem frontalmente o ANDES-SN. Caso contrário, o movimento docente combativo nesses espaços só terá contato com as concepções, as lutas e os desafios do ANDES-SN em períodos extraordinários, como de greve. Enquanto isso, a atuação de setores que combatem o nosso Sindicato Nacional se fortalece cotidianamente, valendo-se de toda estrutura da AD, geralmente construída com o suor e empenhos de valorosos companheiros do ANDES-SN.

Desta forma, propomos a abertura de debates para que o ANDES-SN desenvolva uma política que amplie seus espaços de deliberação, de debate e de comunicação, elaborando alternativas de participação para aqueles docentes filiados ao ANDES-SN em ADs dirigidas por setores que deliberadamente e intencionalmente desrespeitam o Estatuto do ANDES-SN e tentam combater a existência de um Sindicato Nacional do movimento docente.

TR - 87

O 32º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Realizar um encontro temático, antes do próximo CONAD, que debaterá a tarefa de construção do ANDES-SN:

1.1) Sugestão de título: “A luta do ANDES-SN contra o novo sindicalismo de Estado que atua na sua base: Trabalho de base e fortalecimento do Sindicato Nacional”

1.2) O ANDES-SN garantirá a participação e o custeio de despesas de representantes de ADs que desrespeitam o Estatuto e as deliberações do ANDES-SN e se negarem a enviar representantes ao encontro.

2. Debater mecanismos e possíveis alterações do Estatuto de forma a garantir que:

2.1) todos os informes e publicações do Sindicato Nacional sejam repassados por e-mails e distribuídos nos escaninhos dos docentes sindicalizados ao ANDES-SN;

2.2) seja garantida a efetiva participação, incluindo custeio de despesas, dos sindicalizados ao ANDES-SN nos espaços de debate e de deliberação do Sindicato Nacional, como CONADs e Congressos, em particular, dos sindicalizados nas ADs que combatem o Sindicato Nacional e desrespeitam o Estatuto e as deliberações do ANDES-SN;

2.3) seja garantido o repasse correto das ADs ao Sindicato Nacional de 0,2% dos rendimentos de todos os sindicalizados do ANDES-SN.

TEXTO 88

Contribuição do Prof. Edison Oyama – Sindicalizado da SESDUFFRR.

BREVE BALANÇO SOBRE O PL 4.368/2012: A FARSA DA NEGOCIAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

TEXTO DE APOIO

É incontestável que, de um lado, a greve no setor das IFES de 2012 trouxe ganhos políticos importantes, no sentido do fortalecimento do ANDES-SN, da maior participação e da sindicalização da categoria, de tornar públicos os problemas e parte das mazelas vividas pela Educação Superior no Brasil.

Por outro lado, os resultados relativos à pauta de reivindicações da categoria (recuperação salarial, carreira docente e melhoria das condições de trabalho) não deixam de ser pífios.

A avaliação é que esses ganhos pífios, em parte, resultam dos desdobramentos ocorridos a partir do acordo firmado entre governo e Proifes. Na forma de um projeto de lei, o acordo foi enviado em agosto ao Congresso Nacional e depois de aproximadamente três meses tramitando, foi transformado na Lei 12.772/2012, praticamente *sem modificações*.

Frise-se que a celebração do acordo governo-Proifes e o envio do PL 4.368/2012 ensejaram o fim da greve e a “mudança de estratégia” da categoria, que a partir de então direcionaria boa parte de seus esforços (organizativos, de pressão, convencimento, ida aos meios de comunicação, etc.) ao que ocorria no âmbito do Legislativo, de modo que a “[...] luta passou a ser travada no Congresso Nacional.”²⁷

Assim, foram feitos estudos detalhados do projeto de lei, encaminhadas propostas de alteração, marcadas audiências com assessores e parlamentares, reuniões com Comissões, etc. Nos estados

²⁷ InformANDES. *Retrospectiva 2012*. Brasília, DF: ANDES, dez.2012, p.12.

também houve ampla mobilização: deputados e senadores foram contatados, conversou-se e em alguns casos até obteve-se apoio à causa dos professores.

Muito foi feito e o resultado foi nulo.

No apagar das luzes de 2012 o então PL 4.368/2012 foi decretado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidente da República na forma da Lei 12.772/2012.

Com relação à greve, o *modus operandi* está absolutamente claro: nos casos em que a negociação chega a ocorrer, o interlocutor privilegiado do governo é o Proifes, o resultado da negociação é posto na forma de projeto de lei e sua aprovação ocorre conforme a conveniência e o interesse do governo. Prova disso é que tal expediente já foi empregado em 2007.

Nesse sentido, para fazer frente ao movimento grevista, à capacidade de mobilização e de combate, o objetivo do governo é desmobilizar e enfraquecer a categoria, desviando o foco da atenção e dos esforços para o Legislativo.

Ao fim e ao cabo, e mesmo correndo o risco da simplificação, tudo ocorre de forma bem montada e planejada. Jogos de cena e um jogral²⁸ bem ensaiado: a negociação foi uma farsa.

Quantas vezes mais e até quando a categoria docente vai se deixar levar por este tipo de farsa?

²⁸ LEHER, Roberto. O governo Dilma, a greve nacional dos docentes e a Universidade de serviços. Disponível em: <http://www.adusp.org.br/index.php/254-movimento-docente/universidades-federais/greve/1420-o-governo-dilma-a-greve-nacional-dos-docentes-e-a-universidade-de-servicos>. Acesso em: 09 fev.2013.

TEXTOS APRESENTADOS

NA

PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO

**CRONOGRAMA E PAUTA DO 32º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO
NACIONAL**

Plenária de Instalação

Rio de Janeiro/RJ, 4 a 9 de março de 2013

4 de março (2ª feira)	5 de março (3ª feira)	6 de março (4ª feira)	7 de março (5ª feira)	8 de março (6ª feira)	9 de março (Sábado)
9h às 12h Credenciamento 9h30 – Dança folclórica 14h às 21h Credenciamento 10h às 12h Plenária de Abertura	9h às 12h Grupo Misto Tema 2	9h às 10h30 Grupo Misto Tema 3	7h 30 Manifestação sobre EBSERH em frente ao HU 9h30 às 12h30 Plenária do Tema 3	9h às 12h Grupo Misto Tema 6	9h às 12h Plenária do Tema 6
14h às 16h Plenária de Instalação	14h às 15h30 Grupo Misto Tema 3	14h às 17h Plenária do Tema 2	15h às 18h Grupo Misto Tema 5	14h às 17h Plenária do Tema 4	14h às 16h Plenária de Encerramento
18h às 21h Plenária do Tema 1	17h Manifestação sobre Educação na Candelária	18h30 às 21h30 Grupo Misto Tema 4	Livre (Jantar)	18h às 21h Plenária do Tema 5	

Pauta

Tema 1 – Movimento Docente e Conjuntura

Tema 2 – Centralidade da Luta

Tema 3 – Políticas Sociais – Política Educacional, Gerais e Direitos e Organização dos Trabalhadores

Tema 4 – Questões Organizativas e Financeiras

Tema 5 – Plano de Lutas – Geral, Educação, Direitos e Organização dos Trabalhadores

Tema 6 – Plano de Lutas – Setores

Tema 4 – Questões Organizativas e Financeiras

Atualização do TR 25

Em função do acréscimo de homologações de algumas seções sindicais, estamos apresentando o TR 25 atualizado para deliberação nos grupos de trabalho.

Diretoria do ANDES-SN

TR – 25 - HOMOLOGAÇÕES: NOVAS SEÇÕES SINDICAIS, ALTERAÇÕES REGIMENTAIS, TRANSFORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE DOCENTE EM SEÇÃO SINDICAL

Diretoria do ANDES-SN

I - CONSTITUIÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

1.1 Em consonância com art. 15, inciso VI do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Roraima – Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – **SINDUERR-Seção Sindical do ANDES-SN**.

1.2 Em consonância com art. 15, inciso VI do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, campus de São João da Boa Vista e Região - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – **IFSP-SBV Seção Sindical do ANDES-SN**

1.3 Em consonância com art. 15, inciso VI do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado do Amapá - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – **SINDUEAP Seção Sindical do ANDES-SN**

1.4 - Em consonância com art. 15, inciso VI do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal da Fronteira Sul - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – **SINDUFFS Seção Sindical do ANDES-SN**

1.5 - Em consonância com art. 15, inciso VI do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado do Paraná - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – **SINDUNESPAR Seção Sindical do ANDES-SN**, uma vez cumpridos os ajustes necessários no seu regimento, consoante parecer da Secretaria do ANDES-SN

II - RATIFICAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

2.1 O 32º CONGRESSO, ratifica a transformação da ADUFF em Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal Fluminense – ADUFF Seção Sindical, realizada no X Congresso, Curitiba, 18 a 23 de fevereiro de 1991, que, por um lapso, foi omitida da ata do Tema IV – Questões Organizativas e Financeira, bem como, todos os atos praticados pela **ADUFF Seção Sindical** desde 23 de fevereiro de 1991, em decorrência da sua condição de seção sindical.

2.2 O 32º CONGRESSO, ratifica a transformação da ADUEPB em Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba – ADUEPB S.Sind, realizada no X Congresso, Curitiba, 18 a 23 de fevereiro de 1991, que, por um lapso, foi omitida da ata do Tema IV – Questões Organizativas e Financeira, bem como, todos os atos praticados pela **ADUEPB Seção Sindical** desde 23 de fevereiro de 1991, em decorrência da sua condição de seção sindical.

III - RATIFICAÇÃO DE CRIAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

3.1 Em consonância com art. 15, inciso VI do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL ratifica a constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Pará Campus Marabá – **SINDUFPA-MAR-SSIND do ANDES-SN**, após cumprir os ajustes necessários no seu regimento.

3.2 Em consonância com art. 15, inciso VI do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL ratifica a constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Laranjal do Jarí – **SINDIFAP-SSIND do ANDES-SN**, após cumprir aos ajustes necessários no seu regimento.

IV – ALTERAÇÕES REGIMENTAIS

4.1 Em consonância com o art. 15, inciso IX do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, manifesta-se favoravelmente às alterações no regimento da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – **APESJF-Seção Sindical do ANDES-SN**.

4.2 Em consonância com o art. 15, inciso IX do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, manifesta-se favoravelmente às alterações no regimento da SINDFAFEID que passa a denominar-se Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus Diamantina do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – **ADUFVJM-Campus Diamantina-Seção Sindical do ANDES-SN**.

4.3 Em consonância com o art. 15, inciso IX do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, manifesta-se favoravelmente à mudança no regimento da ASDESAM no que se refere a sua nomenclatura que passa a ser ADUFERSA – Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – **ADUFERSA-Seção Sindical do ANDES-SN**

4.4 Em consonância com o art. 15, inciso IX do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, manifesta-se favoravelmente à mudança no regimento da **APUG - Associação dos Professores Universitários de Gurupi - TO - Seção Sindical do ANDES-SN**, uma vez cumpridos os ajustes necessários no seu regimento, consoante parecer da Secretaria do ANDES-SN.

4.5 Em consonância com o art. 15, inciso IX do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior e de acordo com a documentação apresentada, o 32º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, manifesta-se favoravelmente à mudança no regimento da **Seção Sindical do ANDES-SN na Universidade Federal de Santa Catarina - Seção Sindical do ANDES-SN**, uma vez cumpridos os ajustes necessários no seu regimento, consoante parecer da Secretaria do ANDES-SN.

SUBSTITUTIVO AO TR 19

Diretoria do ANDES-SN

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Criar um FUNDO ÚNICO, denominado Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN, a ser mantido pela destinação de 2% (dois por cento) da receita integral das contribuições mensais dos sindicalizados, relativamente às parcelas correspondentes a cada seção sindical e à tesouraria nacional, devendo, então, cada seção sindical destinar 2% de suas arrecadações líquidas mensais (arrecadação total menos repasse à tesouraria nacional) ao fundo e à tesouraria nacional destinar 2% de sua receita mensal de contribuições ao fundo, ambas na mesma conta, a partir das contribuições de março de 2013.
2. Extinguir os Fundos de Solidariedade e Mobilização, transferindo os valores existentes nesses fundos para o novo fundo.
3. Os recursos do FUNDO ÚNICO serão distribuídos nos seguintes montantes: 25% para a Solidariedade, 35% para a Mobilização e 40% para a Greve, a serem definidos relativamente ao saldo de 1º de março de 2012 e recalculados anualmente tendo como referência o saldo total do fundo no dia 1º de janeiro de cada ano.
4. O 33º Congresso avaliará a experiência do novo fundo e fará os ajustes que julgar necessários.
5. A utilização do Fundo Único observará as determinações abaixo relacionadas.

5.1. Solidariedade:

5.1.1. Será destinado ao atendimento a professores com mandato de diretores sindicais – da Diretoria Nacional e das Seções Sindicais já constituídas, ou daquelas em processo de constituição, reconhecidas pelo ANDES-SN, por intermédio da respectiva Secretaria Regional – que estejam em atividades relacionadas com o exercício sindical e nas seguintes situações:

- a) demissão arbitrária;
- b) demissão sem justa causa;
- c) salários total ou parcialmente retidos;
- d) descontos de dias.

5.1.2. O dirigente sindical terá direito a recorrer ao Fundo de Solidariedade, para pleitear auxílio monetário no menor valor, considerando-se o salário líquido percebido à época da demissão e o salário-mínimo calculado pelo DIEESE no momento da entrada no Fundo de Solidariedade;

5.1.3. O auxílio financeiro não poderá ultrapassar o período de 12 meses após o término do mandato sindical, originário da demissão.

5.1.4. No caso de o Sindicato ou o(a) professor(a) perder a ação judicial, o reembolso será facultativo.

5.1.5. No caso de o Sindicato ou professor(a) ganhar a ação judicial, o Fundo deverá ser reembolsado pelo(a) professor(a), nos valores desembolsados, ou pelo valor da indenização recebida, se ela for menor.

5.1.6. O(A) professor(a) que conseguir outro emprego, com o salário líquido igual ou maior que o anterior, terá suspenso o uso do Fundo. Caso o salário líquido recebido no novo emprego seja menor que o anterior, o valor do auxílio será a diferença, respeitado o limite do salário-mínimo calculado pelo DIEESE.

5.1.7. O Fundo garantirá o auxílio até o limite de seu caixa. Se os recursos forem insuficientes para atender a todos os casos, o atendimento será feito mantendo-se a proporcionalidade, segundo o valor do auxílio recebido pelo(a) professor(a).

5.1.8. Para a utilização do Fundo, o professor deve informar, com comprovação (contracheque, declaração etc.), o valor de seu salário líquido.

5.1.9 O depósito mensal do auxílio será efetuado pelo ANDES-SN, mediante comunicado do(a) professor(a) (carta ou e-mail) endereçado à Tesouraria, todo início de mês, esclarecendo sobre a permanência da situação que originou o pedido de auxílio.

5.2. Mobilização:

5.2.1. A Diretoria do ANDES-SN convocará a Comissão Nacional de Mobilização (CNM), sempre que for necessário, com antecedência mínima de doze dias, admitindo-se a convocação em prazo menor somente em situações excepcionais;

5.2.2. a circular de convocação da CNM deverá explicitar:

5.2.2.1. o prazo limite, nunca inferior a 24 h, para manifestação das seções sindicais, por fax ou correio eletrônico dirigido à secretaria do ANDES-SN;

5.2.2.2. o período de permanência do docente nos trabalhos da comissão;

5.2.2.3. o número de docentes convocados para o período;

5.2.3. a composição da CNM de cada período será definida a partir das indicações das seções sindicais, observando-se a seguinte ordem de prioridades:

5.2.3.1. a representação dos três setores, salvo quando esteja em evidência questão pertinente a um setor;

5.2.3.2. as seções sindicais com menor número de participações nos últimos 12 meses;

5.2.3.3. as seções sindicais com menor número de docentes sindicalizados;

5.2.3.4. a ordem de chegada das indicações das seções sindicais;

5.2.4. os membros da CNM que participarem de atividades que constem da agenda do ANDES-SN, imediatamente antes ou após o período de convocação da CNM, terão suas despesas com diárias e hospedagens, referentes a essa participação, custeadas por suas respectivas seções sindicais e as despesas decorrentes de passagens (ida e volta) serão custeadas pela CNM, assim como as diárias e hospedagens no período da convocação.

5.2.5. O uso do Fundo para Mobilização será utilizado para os seguintes fins:

5.2.5.1. despesas com transporte, diárias e hospedagens da Comissão Nacional de Mobilização;

5.2.5.2. apoio a mobilizações, campanhas, marchas, manifestações e eventos, definidos como centrais nas lutas do Sindicato, cuja destinação tenha sido definida em congresso ou CONAD;

5.2.3. Greve

5.2.3.1. Os recursos do Fundo destinados às greves não substituem fundos de greves de Seções Sindicais e dos Setores e serão utilizados especificamente para ajudar

movimentos de greves organizados por seções sindicais que apresentem dificuldades financeiras.

5.2.3.2. As solicitações de apoio financeiro às greves devem ser feitas, por escrito, a Tesouraria do ANDES-SN, justificando os motivos do pedido e os usos a que se destinam, tais como divulgação do movimento, mobilização, atos, caravanas e participação em comandos de greve.

6. Fica autorizada a Diretoria do ANDES-SN a ordenar despesas destinadas a cobrir necessidades previstas no item 5.2.5.2., no período compreendido entre março de 2013 a janeiro de 2014, até o limite de R\$ 500 mil reais;

7. Está autorizada a aplicação de recursos do Fundo de Mobilização durante o período e o valor estabelecidos no item 6, na jornada na próximo semestre, conforme preveem o subitem 6.2 e o item 7 deste TR, na jornada de lutas do mês de abril de 2013 e na marcha do dia 24 de abril, convocadas e organizadas pelo espaço de unidade de ação, devendo o 58º CONAD apreciar e deliberar sobre o custeio de outras mobilizações para o segundo semestre.

TEXTO 89

Adriano Figueiró (SEDUFMS-SSind.); Agatha Justen Gonçalves Ribeiro (ADUFRJ-SSind.); Airton Paula Souza (ADUFS-SSind.); Alexandre Pinto Mendes (ADUR-RJ-SSind.); Aloízio Soares Ferreira (ASPUV-SSind.); Ana Cristina Souza Santos (ADUR-RJ-SSind.); Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCEFET-MG-SSind.); André Guimarães Augusto (ADUFF-SSind.); Andrey Cordeiro Ferreira (ADUR-RJ-SSind.); Anete Abramowicz (ADUFSCar-SSind.); Ângela Maria Soares Ferreira (ASPUV-SSind.); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU-SSind.); Antônio Luís de Andrade (ADUNESP-SSind.); Bráulio Silva Chaves (SINDCEFET-MG-SSind.); Catharina Meirelles (ADUFF-SSind.); Célia Otranto (ADUR-RJ-SSind.); Cícera Vanessa Maia (SINDCEFET-MG-SSind.); Christian Guy Caubet (UFSC) Clarisse Toscano de Araújo Gurgel (ADUNIRIO-SSind.); Claudete Sales Sampaio (ADUFS-SSind.); Claudio Roberto Marques Gurgel (ADUFF-SSind.); Cleide Sizo (ADUFFPA-SSind.); Dilenio Dustan (APES-JF-SSind.); Edmundo Fernandes Dias (ADUNICAMP-SSind.); Elaine Judite A. Carvalho (ADUFEPE-SSind.); Eleaine Sigette (ADUFF-SSind.); Elias Sacramento (ADUFFPA-SSind.); Emília Freitas de Lima (ADUFSCar-SSind.); Fábila Barbosa Heluy Caram (SINDCEFET-MG-SSind.); Fernando de Oliveira (ADUFF-SSind.); Francisco Carlos Vitória (ADUFPEL-SSind.); Gelta Xavier (ADUFF-SSind.); Géria Maria Montanar Franco (ADUFSCar-SSind.); Graciela Bonassa Garcia (ADUR-RJ-SSind.); Heitor Fernandes Mothe Filho (ADUR-RJ-SSind.); Heloisa Gouvea Collet (ADUFF-SSind.); Isaque Moura (ADUUF-SSind.); Ivan Neves (ADUFFPA-SSind.); Jacira Oliveira (ADUFF-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); João dos Reis da Silva Júnior (ADUFSCar-SSind.); Joel de Lima Pereira Castro (ADUFF-SSind.); José Domingues Godoi Filho (ADUFMAT-SSind.); José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind.); José Guibson Dantas (ADUFAL-SSind.); Josete Luzia Leite (ADUNIRIO-SSind.); Juçara Luzia Leite (ADUFES-SSind.); Julio Carlos Figueiredo (ADUFF-SSind.); Lorene Figueiredo (ADUFF-SSind.); Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind.); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ-SSind.); Maracajaro Mansor (ADUFF-SSind.); Maria Cristina Affonso Lorenzon (ADUR-RJ-SSind.); Maria da Graça Marques Gurgel (ADUFAL-SSind.); Maria Simone Ferrer Pereira (ADUFU-SSind.); Maria Waldenez de Oliveira (ADUFSCar-SSind.); Marília Leite Washington (ADUFSCar-SSind.); Oneize Amoras (ADUFS-SSind.); Paulo Cresciúlo Almeida (ADUFF-SSind.); Pedro Ferreira Filho (ADUFSCar-SSind.); Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (ADUFSCar-SSind.); Regina Maria de Paula Freitas (SINDCEFET-MG-SSind.); Rogério Motta (ADUNIRIO-SSind.); Rosimê Meguins (ADUFFPA-SSind.); Sidênia Mendes (ADUFF-SSind.); Simone Mendes Carvalho (UFMG); Valena Jacob Mesquita (ADUFFPA-SSind.); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFFPA-SSind.); Victor Cruz Rodrigues (ADUR-RJ-SSind.); Waldyr Lins (ADUFF-SSind.); Wanise Cabral Silva (ADUFF-SSind.); Wilma Pessoa (ADUFF-SSind.); Zenilde Moreira Borges de Moraes (ADUFERPE-SSind.).

TEMA 3 – POLÍTICAS SOCIAIS – GERAL, EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

EM DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO DOS SINDICALIZADOS DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

A ADUFRJ realizou uma assembleia preparatória para o 32º Congresso do ANDES-SN, no dia 22 de fevereiro passado.

Nessa assembleia, que tinha vários pontos de pauta, além do 32º Congresso, os principais dirigentes da Entidade e seus acólitos usaram a maior parte do tempo em ataques pessoais a duas companheiras, pelo fato de estas expressarem seus pensamentos em documentos dirigidos ao Congresso e assinados por diversos outros militantes do movimento docente.

São documentos críticos à direção do movimento, escritos em termos comuns, típicos de qualquer outro documento sindical ou político, semelhantes aos tantos publicados nos Cadernos de Congresso. Para que todos possam conferir, são os documentos 55 e 56, do Anexo ao Caderno de Textos.

Cenas explícitas de constrangimento, desqualificação e autoritarismo – cobrando-se inclusive o exame prévio do que teria sido escrito pelas companheiras –, ofensas pessoais e ameaças foram protagonizadas por antigos militantes, que não tiveram a mínima preocupação com o fato de uma das companheiras atingidas ser uma jovem professora substituta.

Esta professora não se intimidou com sua condição de professora substituta e esteve presente na greve, desde o primeiro momento, participando do Comando Local da UFRJ e comparecendo aos eventos, no Rio e em Brasília. Ela também não se intimidou para fazer a crítica da pusilanimidade das direções, na condução da greve.

Acabou, para sua surpresa, sofrendo mais assédio moral dos seus companheiros do Comando Local, nessa assembleia, do que aquele que temia sofrer das autoridades da Universidade.

O mesmo texto 55 foi objeto de debate na assembleia da ADUFF, mas ali não apareceu nenhum dirigente apoplético ofendendo os signatários do documento.

O que levaria os principais dirigentes da ADUFRJ, notadamente o seu presidente, a descarregar agressões sobre uma jovem militante que assinou um documento produzido por quase duas dezenas de militantes de outras ADs? Por que não deixou para descarregar a sua agressividade na Plenária de Conjuntura (Tema 1) do Congresso, onde os principais autores do documento – porque os mais antigos e históricos – estarão presentes para ouvi-la e rebatê-la? Oportunismo? Covardia?

Ou esses dirigentes se consideram, ou pretendem ser, os mentores do ANDES, em presunção exagerada ou antecipação dos fatos?

As duas professoras, felizmente, saíram fisicamente ilesas da assembleia.

Mas é de se indagar se, em outras circunstâncias, ocupando um aparelho de Estado, estes dirigentes não fariam com elas o que se fez com Rosa e Trotsky e outros que ousaram criticar o poder.

Os pequenos ditadores crescem quando crescem os seus poderes.

É contra isto que também precisamos lutar no ANDES, porque a coragem de agredir companheiros, típica do stalinismo, pode ser uma compensação à falta de coragem para enfrentar os verdadeiros inimigos de classe e do movimento docente.

Isto também compõe a crise de direção que nos atingiu na greve e que é, hoje, o traço negativo mais acentuado da conjuntura sindical.

TR - 89

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1) Reafirmar e exigir o respeito aos princípios democráticos que fundaram e consolidaram o ANDES-SN, que garantem que qualquer sindicalizado possui o direito e a oportunidade de se expressar livremente, participar dos fóruns, das elaborações, das deliberações e dos encaminhamentos do Sindicato, através de iniciativas individuais ou em ações coletivas.
- 2) Combater o desrespeito a estes princípios e não admitir quaisquer tentativas de cerceamento, intimidação, ofensas, assédio, agressões ou retaliação contra aqueles que se opõem a determinadas posições políticas, principalmente por parte daqueles que ocupam cargos de direção nacional ou de seções sindicais.

TEXTO 90

Contribuição do professor Waldir Bertúlio – Sindicalizado da ADUFMAT SSind
Tema 5 – Plano de Lutas Geral

POVOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

TEXTO DE APOIO

A nação, o Governo Federal, os poderes contra os povos indígenas e Quilombolas. Os Povos Indígenas e Remanescentes de Quilombos no Brasil estão submetidos à lógica da expropriação brutal patrocinada pela penetração do capital no campo e desprezo absoluto dos poderes às garantias de direitos das populações tradicionais. Esta estratégia impõe dizimação e genocídio destes povos, fundada na sanha abutre da ocupação de suas terras com expulsão das populações dos seus territórios ancestrais, garantindo a desregulamentação dos seus direitos, sob condução dos poderes da claudicante “República” brasileira. É uma orquestração anunciada e articulada plenamente subjugada aos interesses da globalização financeira e da expansão do mercado, em busca da expropriação das riquezas do solo, subsolo, recursos florestais e hídricos, e da biodiversidade. É cada vez mais ostensiva a agressão e violência da bancada ruralista em defesa dos interesses do agronegócio. Objetivo central é ampliar ao máximo a lógica do capitalismo no campo, ocupando territórios indígenas ou quilombolas para consolidar a via de desregulamentação jurídico-política, aos moldes já garantidos com a aprovação do destrutivo Código Florestal. Nesta conjuntura o governo brasileiro hoje comemora 10 anos da destruição de uma expectativa que muitos acalentaram. Esperavam uma guinada na macroeconomia e rompimento na entrega da soberania nacional, subordinando ao projeto neoliberal e aos interesses do capital internacional e nacional. Além do combate efetivo, as desigualdades sociais e a conquista do direito à justiça. Os projetos das grandes hidrelétricas e do pool de mini-hidrelétricas, além da expropriação dos territórios, impõe severa destruição ambiental, corta o sistema de abastecimento e deslocamento dos povos, especialmente indígenas. Destroem seus ambientes sagrados, interditados aos recursos pesqueiros de caça, e submetidos a uma bomba relógio de venenos químicos da agricultura industrial (os ofensivos agrícolas). O genocídio vem marcado pela destruição cultural, desde línguas originais, da fome e de assassinatos, com a permanente ameaça física dentro dos seus próprios territórios. O ANDES-SN, ADUFMAT, outras ADs e outras entidades, junto com a Auditoria Cidadã da Dívida, ASSIBGE, UNAFISCO, uniram-se na barraca da cúpula dos povos (Rio+20 paralela) quando acompanhamos através do Comando de Greve, os depoimentos, as denúncias e enfrentamento dos povos indígenas e quilombolas, com a participação do GTECC. Foi uma grande mobilização vitoriosa a Marcha dos Povos, iniciada com a concentração do ANDES/SN seguida da Marcha dos Professores a partir da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Na tenda dos povos indígenas, o grito de socorro e indignação da nação Xavante do território Marãwaitsédé de MT, na luta pela retomada das suas terras. A pressão popular nacional e internacional culminou recentemente com o retorno deste povo às suas terras ancestrais. Apesar da luta e da espera por quase meio século, apesar do Governo Federal. Os Xavantes deste território, levados à força em aviões Búfalo da FAB durante o governo militar, acamparam à beira das estradas, sendo ameaçados, agredidos, intimidados, assassinados, sofrendo até despejos de venenos químicos agrícolas. D. Pedro Casaldáliga, Bispo emérito de São Félix do Araguaia, teve que ser retirado para fora da região em Dezembro último. Mais uma das centenas de ameaças de morte, agora acusado como responsável pela decisão do STF ordenando a desintrusão dos fazendeiros e posseiros. Em Mato Grosso, o que se espera agora é a retomada do território Jarudóre (e tantos outros), no município de Rondonópolis, eixo de entrada do agronegócio na Amazônia legal. A ADUFMAT acompanhou desde 2006 a retomada não concretizada do Quilombo Mata Cavalo no município de Livramento-MT. O ANDES-SN acampou no local com os quilombolas, quando o professor Waldir Bertúlio, da UFMT foi ameaçado de morte pelos fazendeiros Gilberto Martins e Ibanez, que junto com outros tomaram posse de parte do território ancestral Mata Cavalo. Os quilombolas foram expulsos da sua área de 13 mil ha, vivendo hoje confinados em menos de 10 ha à espera da demarcação e retomada das suas terras. É esta a situação dos quilombolas em todo Brasil, do extremo Norte ao extremo Sul. O Governo Federal homologou pouquíssimos Territórios Remanescentes de Quilombo. Em Mato Grosso do Sul, temos a nação Guarani-Kaiowá, acampada à beira da estrada, vítima de violência e assassinatos, conforme relatos efetuados por Dirce Veron no encontro Nacional do GTECC na USP em 2012. MS é o primeiro Estado no Brasil em assassinato de indígenas. É a luta mais candente e imediata para a retomada das suas terras. A globalização, os rentistas, o agronegócio, os grandes empreendimentos e o governo Lulo Dilmista Petista e sua base aliada são condutores e gestores deste cenário de violência, destruição e miséria. São dez anos de um governo que além de ter adentrado ao mar de lama da corrupção, abandonou a perspectiva da Reforma Agrária, dos direitos indígenas e quilombolas e dos desterrados do nosso país, aprofundando na

consolidação neoliberal e da rapina dos cofres públicos e dos direitos sociais, tal como encerrou Dezembro, destruindo a carreira pública nas IFES. Mais ataques programados contra a classe trabalhadora, com o Congresso Nacional também esmagadoramente estiolado na ética, pela cooptação de um governo que constrói na mídia falácias e mentiras. Há um vácuo em relação a este tema, que o 32º congresso pode recuperar. Houve uma lacuna no 31º congresso de Manaus, quando nenhuma ao levou referência ou preocupação na pauta com a questão indígena no coração da Amazônia. O.....Congresso do ANDES no RJ apontou criticamente a necessidade de articulação sindical com os movimentos sociais, definindo também qual compromisso sindical queremos, na medida em que, sempre combatemos o conservadorismo corporativo. Não podemos passar batidos nestes espaços sociais, como se as Universidades não tivessem ligações e compromissos com essas temáticas da Amazônia Legal, especialmente acima do paralelo 16. Este projeto em curso foi chocado nas instâncias do EMFA e da ESG, como rota do projeto geopolítico do governo militar (Gal. Golbery do Couto e Silva/ Reforma Universitária de 68, Calha Norte, prospecção mineral, madeiras, expulsão de nações indígenas, megaprojetos, inviabilização da reforma agrária). Era de alguém como Lula da Silva e Dilma Rousseff que precisavam para consolidar e garantir a gestão estratégica deste projeto. A conjuntura de 2013 foi desenhada claramente em 2012, com a intensificação da campanha contra os direitos indígenas e quilombolas. O dep. Homero Pereira (MT) coordenador da bancada ruralista disse agora na reabertura do Congresso Nacional, que os Presidentes da Câmara Federal e do Senado estão compromissados com a negociação de aprovação urgente das teses e PLS para retirada dos direitos indígenas e quilombolas. Ambos parlamentares são réus na justiça, em um Congresso dirigido pelo grupo antiético e indecoroso de José Sarney, com as práticas abjetas do PMDB e outros asseclas políticos, todos braços diretos do governo petista. Comemorar o que? Alimentam-se de uma base aliada onde a governabilidade é sinônimo de corrupção, desmando, patrimonialismo, promiscuidade entre o público e o privado. Kátia Abreu,,(PSD-TO), em coluna que assina na Folha de São Paulo, defende os interesses empresariais e do agronegócio na campanha contra a demarcação de terras indígenas e quilombolas, com argumentos paupérrimos, esdrúxulos e grotescos. Tramita no Congresso a PEC N 38, é igual a PEC 215, que encontra-se hoje no Senado. A PEC N. 237 prevê o aluguel de terras para o agronegócio. O PL 1610, que prevê mineração em terras indígenas, com instrumentos absurdos de usurpação de direitos e expropriação de riquezas. Para concretizar seus intentos, apostam na morosidade, inoperância e omissão do governo e da justiça. Argumentos racistas como a fala do Dep. Valdir Colatto (PMDB-SC) contra os direitos indígenas e a regulamentação das terras, defendendo o empresário Claudino proprietário no trevo das rodovias BR-101 E 280 – Araquari- SC, afirmando: “Se colocarem índios aqui, a bala vai comer, que não sejam loucos”. Não contentes com a atuação combativa do CIMI e outras entidades apoiadoras o Governo Federal, através da AGU, editou a draconiana portaria N. 303. Proposta da oriunda da bancada ruralista, impondo que terras indígenas podem ser ocupadas por unidades, postos e demais intervenções militares, malhas viárias, empreendimentos hidrelétricos e minerais estratégicos, sem consulta aos povos indígenas. Ainda, determina a revisão de demarcações em andamento ou já demarcadas, que não estiverem de acordo com a decisão do STF no caso Raposa Serra do Sol em Roraima (manobra suja e indecorosa é preciso pressionar o STF). Ataca a autonomia dos povos indígenas e seus territórios, limita o direito a usufruto exclusivo das riquezas existentes. Transfere ainda para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) o controle de terras onde foram sobrepostas legalmente Unidades de Conservação. Cria problemas para revisão dos limites de terras já demarcadas que não observaram integralmente os limites indígenas sobre a ocupação tradicional. Após muita indignação e luta, a portaria está suspensa. A posição do Governo é de não revoga-la, ficando latente esta ameaça como instrumento de desmobilização com o Governo, tendendo a acatar as pressões para regulamentar os mecanismos da convenção 169 da OIT. Uma grande incoerência com sua posição na portaria 303, que despreza e aniquila com os direitos dos povos indígenas assegurados pela convenção e pela Constituição Federal. As contradições do Governo Petista expressam-se ostensivamente em todos os termos que dizem respeito à soberania aos direitos humanos. Já a lei 1610/96, versa sobre a exploração de recursos minerais em terras indígenas. O relator é o deputado Édio Lopes, que atuar em favor dos interesses anti-indígenas e do Governo brasileiro, no intuito de invadir, explorar e mercantilizar terras em um modelo agroextrativista-exportador. Nem se fala em proteção de locais históricos-culturais, sagrados, religiosos, caça, coleta, pessoas e moradias. Nenhuma salvaguarda a exploração! Qualquer lugar ou espaço poderá ser requerido. Avançar sobre as terras, para acúmulo de capital, impondo substitutivos que reduzem a participação indígena e a consulta pública as comunidades, recomendando que poderão “participar”. Na verdade, a vontade dos povos indígenas nada influenciará nas decisões. Qualquer um poderá requerer exploração mineral em terras indígenas, com a decisão de uma comissão deliberativa sem nenhuma participação indígena. A autorização pelo Congresso só ocorrerá após a escolha da melhor proposta de empresas mineradoras. Tanto a consulta pública quanto a escolha da melhor proposta e a autorização do Congresso, a outorga pelo DNPM, ocorrerá nas escuras, sem saber o que e quanto será explorado, e a área

a ser utilizada. Ainda, a pesquisa seria feita pelo outorgado, no prazo de 3 anos. O Congresso e outras instâncias seriam decorativos. Inclusive terras sem procedimentos administrativos conclusivos poderão ser exploradas, é só o Governo Federal decidir que pode haver mineral estratégico para a segurança nacional, sem nenhuma definição do que seja isto. O extrativismo ou garimpagem para indígenas fica limitado a uma área máxima de 100 ha, podendo sofrer multas até de dois milhões e quinhentos mil reais “caso estejam irregulares”. No caso de infração das empresas mineradoras, a multa não pode passar de 3% de faturamento no período constatado. Absurdo! Colocam até incentivos para lucrarem com as irregularidades. Objetivo é o mesmo: favorecer grandes conglomerados econômicos. Lixem-se os povos tradicionais, a cultura e o ambiente! A pressa do Governo, do Congresso e da bancada ruralista é muito grande para aprovar estes instrumentos. Estão enviando um marco regulatório sobre o tema. Verdadeira contradição, aprovaram um dispositivo de lei antes da legislação mineral do país. Os artigos 176 e 131 da CF definem a exploração mineral e riquezas naturais em terras indígenas só em caso de interesse nacional e relevante interesse público da União. Esta proposta não só afronta a Constituição, como abre as portas totalmente para exploração mineral em terras indígenas. Lutamos contra isto desde 1967/68, nos anos de chumbo, pela defesa das riquezas da Amazônia e do seu subsolo, quando apontávamos que os territórios indígenas seriam também grandes reservas ambientais. O CIMI defendeu que o Congresso não pode legislar de forma fracionada, considerando inconstitucional e arbitrária a desconstrução dos direitos dos povos indígenas, gerando permanente insegurança social, jurídica, política e tensão permanente com conflitos violentos. A APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) lançou campanha pela “revogação já!”. O orçamento para demarcação de terras indígenas e quilombolas revela o descaso do Governo Dilma Rousseff (confirmando o recuo do Governo Petista nestas causas sociais, quando se trata de atuar na raiz dos problemas), é pífio, confirmando o apoio ao ataque dos que são contrários a estas causas. Pouquíssimas terras indígenas e quilombolas foram homologadas pela Presidente, ajudada por grandes demandas judiciais contra demarcação de terras até nas fases de julgamento final. A morosidade: liminares vão para o julgamento de mérito tramitando das instâncias regionais ao STJ/STF. As manobras jurídicas seguram o processo até a extinção. Saúde da população indígena nem se fala! Primeiro, porque ela só concretiza efetivamente com a posse das terras e retomada das condições culturais essenciais, com atenuação das ameaças e violência. A sexta câmara da Procuradoria Federal da República constatou em Novembro que os índios não estão morrendo só de epidemias, muito mais, por negligência do Governo Federal e estaduais, deflagrando o “dia D da saúde indígena”. A Vice Procuradora da República, Débora Duprat afirmou que o quadro de saúde das aldeias brasileiras é de extrema indigência. Acresçamos a isto a perseguição e criminalização das lideranças, especialmente em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Bahia, Pernambuco e Maranhão. Os abusos são denunciados no Brasil e no exterior, principalmente a partir da luta de entidades consequentes como o CIMI, a APIB e OPAN, e pelo bispo emérito D. Pedro Casaldáliga, que recebeu qualificadamente o título de Doutor Honoris Causa da UFMT, proposta oriunda da ADUFMAT. D. Pedro é testemunha viva da tragédia do capital imposta ao nosso país na Amazônia Legal. É preciso enfrentar e resistir.

TR - 90

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1- Articular com os movimentos sociais, a ANPOCS, na luta a favor da demarcação das terras e contra desregulamentação da demarcação de terras indígenas e quilombolas e os dispositivos legislativos que tramitam no Congresso Nacional retirando os direitos destes povos.
- 2- Efetuar um diagnóstico através das AD's e das regionais sobre a situação atual dos povos indígenas e quilombolas nos seus respectivos estados e regiões, realizando encontros macrorregionais no primeiro semestre de 2013 para discussão da temática indígena e quilombola e suas relações com o Estado Brasileiro.
- 3- Realizar no primeiro semestre de 2013 encontros de GT's para transversalisar uma agenda política, onde na pauta do GTECC há necessidade imediata de cooperação com os GT's, especialmente ligados a Meio Ambiente, Política Agrária, Política Educacional, Ciência e Tecnologia e Seguridade Social.
- 4- Denunciar para as entidades sindicais, nacionais e internacionais a condição de agressão aos direitos humanos e a violência contra os povos indígenas e quilombolas no Brasil.
- 5- Realizar no segundo semestre de 2013 o Seminário Nacional sobre Povos Indígenas e Quilombolas no Brasil, com centralidade na invasão e demarcação dos seus territórios.
- 6- Pautar na agenda de mobilização no Congresso Nacional o acompanhamento das questões Indígenas e Quilombolas.